JOSÉ EUGÊNIO VIEIRA

AFONSO CLÁUDIO:

Cronologia da sua História Política, Administrativa e Cultural
1850 a 2009

Vitória, 2006/2009

SUMÁRIO

- Agradecimentos - 5
- Apresentação - 9
- Prefácio - 11
- Quem é o autor - 15

PRIMEIRA PARTE: DESBRAVAMENTO DO MUNICÍPIO - 17/78

1.1 Origem Histórica - 17
1.2 Formação Administrativa - 30
1.3 Distritos - 47
1.4 Limites - 57
1.5 Outras Características - 70

SEGUNDA PARTE: PODERES CONSTITUÍDOS - 79/227

2.1 Executivo - 79
2.2 Legislativo - 189
2.3 Judiciário, inclusive Cartórios Públicos e Ministério Público Estadual - 206
2.4 Primeiro Terreno Legitimado no Município - 1883 - 224

TERCEIRA PARTE: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - 228/285

3.1 Primeiros Atos da Administração - 228
3.1.1 – Legislação Administrativa - 228
3.1.2 – Primeiras Receitas e Despesas – 1892, 1893 e 1º Sem. de 1894 - 254
3.1.3 – Iº Servidores do Município – 1891 - 259
3.1.4 – Primeiros Contratos Celebrados pela Municipalidade – 1892 - 263
3.1.5 – Primeiros Autos de Infração – 1893 - 265
3.1.6 – Primeiros Lançamentos do Imposto Predial, Urbano e Indústria e Profissões – 1893 - 270
3.2 Paço Municipal (Prefeitura, Câmara e Fórum) - 285

QUARTA PARTE: COMO ERA O MUNICÍPIO - 286/342

4.1 Infra-estrutura - 286
4.1.1 – Primeiros Caminhos - 286
a) Tropas como Meio de Transporte - 287
b) Estradas de Rodagem - 292
4.1.2 – Ilustração das Primeiras Casas Comerciais, Profissionais Liberais e Industriais. - 313
4.1.3 – Evolução Urbana - 332

4.2 Vida Cultural e Social - 343/434
4.2.1 – A Imprensa - 343
4.2.2 – Brasão, Bandeira e Hino Municipal - 351
4.2.3 – Cinemas - 358
4.2.4 – Centro Cultural - 362
4.2.5 – Clubes Esportivos - 365
4.2.6 – Costumes Culturais - 390
4.2.7 – Folclore - 409
4.2.8 – Poetas e Escritores - 427
4.2.9 – Teatro - 430
4.3 Religião - 435/484
4.3.1 – Igreja Adventista de Afonso Cláudio - 435
4.3.2 – Igreja Assembléia de Deus - 437
4.3.3 – Igreja Batista de Afonso Cláudio - 440
4.3.4 – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – Afonso Cláudio - 443
4.3.5 – Igreja Evangélica Luterana do Brasil - 446
4.3.6 – Igreja Presbiteriana - 448
4.3.7 – Paróquia de S. Sebastião do A. Guandu - 450
4.4 Serviços - 485/609
4.4.1 – Água e Esgoto - 485
4.4.2 - Agricultura - 489
4.4.3 – Bancos - 502
4.4.4 – Cadeia Pública - 508
4.4.5 – Casas de Caridade (Saúde Hospitalar) - 515
4.4.6 – Cemitérios - 533
4.4.7 – Correios e Telégrafos - 538
4.4.8 – Educação - 539
4.4.9 – Iluminação Pública - 596
4.4.10 – Telefone Público - 607
4.5 Outros - 609/629
4.5.1 – Horários para o Comércio - 609
4.5.2 – A Grande Catástrofe de 1940 - 610
4.5.3 – Tiro de Guerra 626 – 617
4.5.4 – Diversos - 622
4.6 Personagens Marcantes no Desenvolvimento de Afonso Cláudio - 630/659
4.7 Iconografia - 660/675
4.8 Anexos - 676/715
4.8.1 – 1º Reg. Interno da Câmara – 1916. - 676
4.8.2 – Ref. do Contr. de Empréstimos - 1917 - 697
4.8.3 – 1º Traslado da Esc. P- For. Energia - 1920 - 707

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as seguintes pessoas, pela ajuda nas pesquisas, cessão de material, depoimentos ao autor, e àqueles que nos incentivaram na realização do trabalho, assim como àquelas que ajudaram na sua digitação e diagramação.

- ✓ Adauto Dias Tristão – Dr. (Desembargador do Tribunal de Justiça do ES)
- ✓ Anderson Eutrópio (Afonso Cláudio)
- ✓ André Gomes Carvalho (Servidor Estadual)
- ✓ Antonio César Nunes Nemer (Empresário em Castelo)
- ✓ Antonio Carlos Barbosa Coutinho - "Cel" (Ex-Com. Geral da P.M. do ES).
- ✓ Antônio Carlos Q. Lopes – "Kazinho" (Rádio Super FM – Afonso Cláudio)
- ✓ Antônio Machado Ferreira (Vitória)
- ✓ Aniceto Biccas (In Memorian) e Alzira Ambrozim Biccas (Afonso Cláudio)
- ✓ André Luiz dos Reis Neves (Chefe de Polícia do Espírito Santo)
- ✓ Arlindo Sasso – Dr. (Juiz Aposentado em Vitória)
- ✓ Aroldo Cipriano (Empresário em Vitória)
- ✓ Carlos Augusto de Magalhães (Prof. Universitário Aposentado)
- ✓ Carlos Roberto Tristão de Souza - "Beto Xixico" (Vereador de A. Cláudio)
- ✓ Carlos Passos (Professor Aposentado em Castelo)
- ✓ Catarina Cecin Gazelle – Dra. (Ministério Público Estadual)
- ✓ Caroline Ornelas Prates (Servidora Estadual)
- ✓ Cláudia Lopes de Vargas (Diretora da E. E. F. "Augusta Lamas D'Avila")
- ✓ Cláudio Pagung (Ex-Prefeito de Laranja da Terra)
- ✓ Carlos Eduardo Fernandes Saleme (Diretor Técnico da CESAN)
- ✓ Carlos Alberto Jarske (Laranja da Terra)
- ✓ Cíntia Vieira Petronetto (Titular do Cartório do 1º Ofício de Afonso Cláudio)
- ✓ Cinara Vieira Machado (Servidora do Tribunal de Justiça do Espírito Santo)
- ✓ Daise Folador (Servidora Pública Estadual - SESA - Vitória)
- ✓ Dalva Saleme Galvão e Marta (Nora e Neta de Adherbal Galvão - V.V.)

- ✓ Darly do Valle (Vitória)
- ✓ Délio Serpa (Ex-atleta - A. Cláudio)
- ✓ Dôrico Keffer (Sobreiro – Laranja da Terra)
- ✓ Douglas Puppin – Dr. (Médico em Vitória)
- ✓ Duarte Lourenço Manso de Sá (Comerciante em Vitória)
- ✓ Edmar Gomes (Chefe do Arquivo Público Municipal da Pref. de A. Cláudio)
- ✓ Edson Raposo Belchior - “Pastor” (Igreja Batista de Afonso Cláudio)
- ✓ Edélio Francisco Guedes (Ex-Prefeito Municipal de Afonso Cláudio)
- ✓ Edivan Meneguel – “Nêgo” (Prefeito Municipal de Itarana)
- ✓ Eliziane da Penha Abreu Bessert (Sup. de Educação de Afonso Cláudio)
- ✓ Elvis Baldow Ribeiro (Design Gráfico - Cariacica)
- ✓ Emílio Jarske (Agricultor em Joatuba – Laranja da Terra).
- ✓ Erasto Aquino e Souza (Itarana – Ex-Prefeito e Ex-Cons. do T. C. ES.)
- ✓ Eurico Alves Cabral (Agricultor em Joatuba – Laranja da Terra)
- ✓ Eva Roncette Pimenta e Joadir Dttmann (Afonso Cláudio)
- ✓ Francisco Tristão Neto - “Chiquinho” (Presidente do Sindicato Rural A. C.)
- ✓ Francisco de Paulo Neto - “Chiquinho Capitão” (V. Palestina - Cariacica)
- ✓ Franz Schaiffer (Ex-Vereador de Afonso Cláudio)
- ✓ Fernando Brochado Brandão - Dr. (Advogado em B. J. Itabapoana - RJ)
- ✓ Fernando Zardine Antônio (Ministério Público Estadual)
- ✓ Galdino Leite Ribeiro (Morador de Vitória)
- ✓ Georgina M. Feitosa da Costa Corrêa – “Gina” (Servidora Pública Estadual)
- ✓ Gilson e Sandra Gomes (Servidores Públicos Estaduais – Vitória)
- ✓ Glaucio José Gomes (Advogado em Vitória)
- ✓ Glauro Gianórdoli Giestas (Morador em Vitória)
- ✓ Girce Vargas Coelho (Afonso Cláudio)
- ✓ Hilário Linhaus (Pastor Evangélico)
- ✓ Humberto Biassuti (Morador de Afonso Cláudio)
- ✓ Joaquim Eustórgio Serpa (Advogado em Marechal Floriano)
- ✓ Jadir Viana Santos (Servidor Público Estadual)
- ✓ Janaine Peiter (Pastora Evangélica de Afonso Cláudio)

- ✓ Jeconias Dias de Carvalho – Dr. (Médico em Afonso Cláudio)
- ✓ José Cupertino Leite de Almeida – Dr. (Desembargador Aposentado)
- ✓ Jota Neto (Jornalista em Afonso Cláudio)
- ✓ João Luiz Castello Lopes Ribeiro (Serra)
- ✓ José Carlos Chamon (Empresário na área de Engenharia em Vitória)
- ✓ Jônice Tristão (Empresário em Vitória)
- ✓ José Machado (Afonso Cláudio)
- ✓ José Fernando Destefani (Engenheiro Público Estadual)
- ✓ José Luiz Demoner (Engenheiro do IDAF – Gov. Estadual)
- ✓ José Saleme (Comerciante em Vitória)
- ✓ José Omero Saither (Diretor Ad. da Conferência São Vicente de Paula)
- ✓ José Tarcízio Fleislebem (Diretor da EEEMF de Afonso Cláudio)
- ✓ José Mendes Miranda - “Juca Miranda” (Manhuaçu - MG)
- ✓ Jorge David Vieira Deorce - “Vivi” (Servidor Estadual - Vitória)
- ✓ Jorge Tito Rocha Thevénard (Vitória)
- ✓ Jorge de Souza Chaves Filho (Servidor Estadual)
- ✓ Judith Gomes Martins (Afonso Cláudio)
- ✓ Lena Mara Leite Gomes (Servidora do BANDES - Vitória)
- ✓ Ligia Maria Soares do Carmo (Afonso Cláudio)
- ✓ Lussemberg Machado e Rosa (Moradores de Vitória)
- ✓ Lúcia Helena de Freitas Altafim (Servidora Municipal de Afonso Cláudio)
- ✓ Marcus Nolasco de Abreu (Pastor Presbiteriano)
- ✓ Maria Jovita Dias Soares (Residente em Afonso Cláudio)
- ✓ Maria Zuleika Haddad Fafá (Professora e Escritora em Afonso Cláudio)
- ✓ Maria Alvina Leite Vieira (Cartório de Registro de Imóveis de A. Cláudio)
- ✓ Marcos Vicente (Ex-Deputado Federal e Presidente da F. de Fut. do E.S.)
- ✓ Maria do Rosário Vieira Petronetto (Afonso Cláudio)
- ✓ Maria Luíza Soares Fiorotti (Afonso Cláudio)
- ✓ Maria Maquinete Novaes (Servidora da Câmara Municipal de A. Cláudio)
- ✓ Mariana Rodrigues Saither (Aux. Adm. da Conf. São Vicente de Paula)
- ✓ Marilza de Fátima Zanelato Freisleber (Diretora da E. E. F. “José Cupertino”).

- ✓ Marina Vieira de Lima Pita (Vila Velha)
- ✓ Martinho Tesch (Servidor do Cartório de Registro Geral de Imóveis)
- ✓ Milton Sotero de Souza (Pastor Evangélico)
- ✓ Moacir Castelo Mendonça (Federação de Futebol do Espírito Santo)
- ✓ Neumir Pádua (Afonso Cláudio)
- ✓ Neuza Maria de Araújo Rocha (Sup. Educação de A. Cláudio)
- ✓ Newton Pádua (Salvador –BA – Escritor)
- ✓ Normi Keffer Fitorani (Ex-Superintendente Regional de Educação)
- ✓ Otacílio Pedrinha de Azevedo (Ex-Diretor Comercial do BANESTES)
- ✓ Paulo Cesar Lacerda - Cel. (Reserva da PMES)
- ✓ Paulo Francisco Bissoli (Cartório de Reg. Geral de Imóveis de A. Cláudio)
- ✓ Pedro Teixeira (Escritor em São José do Calçado)
- ✓ Rita de Cássia Teles Oliveira (Professora em Baixo Guandu)
- ✓ Roberto Bragatto – "Beto" – (Afonso Cláudio)
- ✓ Romário Basílio (Prefeito de Itaguaçu)
- ✓ Romero A. Botelho (Morador de Vila Velha)
- ✓ Ruy de Mendonça (Técnico Aposentado INCAPER)
- ✓ Sebastião Fafá (Ex-Prefeito de Afonso Cláudio)
- ✓ Servidores da Biblioteca do Centro Cultural de Afonso Cláudio
- ✓ Servidores do Arquivo Público Municipal de Afonso Cláudio
- ✓ Servidores da Sup. Reg. de Educação de Afonso Cláudio
- ✓ Sheila Maria de Andrade Rodrigues (Servidora Pública Estadual)
- ✓ Sinval Elias Vieira da Silva (Rio de Janeiro)
- ✓ Sônia Passos e Solange Oliveira (Foto Oliveira – Afonso Cláudio)
- ✓ Stella Haddad de Souza (Escritora – Afonso Cláudio)
- ✓ Valdir Klug (Secretário do Governo Estadual em Vitória)
- ✓ Vani Lúcia Berger Kister (Pastora Evangélica)
- ✓ Vanilza da Penha Müller (SESC- Vitória)
- ✓ Tania Maria Cabas e Biccas (Servidora Pública Estadual – Vitória)
- ✓ Wanja Verônica Dias Fernandes (Diretora Escola – Afonso Cláudio)
- ✓ Zilka Fernandes (Professora Aposentada – Afonso Cláudio)

APRESENTAÇÃO

Quando recebemos o desafio do Sr. Jônice Tristão[1] para escrevermos sobre a memória administrativa, política e cultural de Afonso Cláudio, não imaginávamos as dificuldades que encontraríamos para fazer as pesquisas.

Só não chegou a ser nenhuma surpresa porque, na maioria das pesquisas que já realizamos sobre o mesmo assunto, a constatação foi sempre a mesma: os dados já não existem mais! Entretanto, não imaginávamos que no caso específico de Afonso Cláudio fosse tão drástico. O município foi criado em 1891, e nos seus principais arquivos públicos, a constatação foi de assustar, pois no da Prefeitura Municipal só há dados completos a partir de 1986. Só encontramos decretos a partir de 1930, portarias de 1941 e leis de 1957 em diante. No da Câmara Municipal a partir de 1948. Anteriormente a essas datas, há poucos dados, aqui e acolá, esporádicos e incompletos.

A solução foi realizarmos pesquisas no APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo a partir de 1891, onde encontramos algumas referências sobre a administração. Outra fonte de pesquisa foram jornais antigos como "O ALTO GUANDÚ", "O AFFONSO CLÁUDIO" e "CORREIO DO CENTRO", todos de propriedade do Sr. Sebastião Fafá, com numerações incompletas e, em alguns casos, de difícil leitura dado o estado de conservação. Os jornais criados foram de lideranças políticas, conseqüentemente, não trazendo informações dos "adversários" e quase nenhuma ilustração fotográfica, que acabou sendo também um dos obstáculos da pesquisa.

Em 20 de março de 1918, a Lei nº 58 autorizava o Sr. Prefeito José Giestas a contratar, com profissional competente, um álbum contendo vistas de importância, tanto da cidade como dos distritos, além de conter informações sobre o desenvolvimento comercial, industrial e agrícola do município [...]. Este trabalho desapareceu.

Pesquisas também foram realizadas na Biblioteca Pública Estadual, na UFES – Universidade Federal do Espírito Santo (Biblioteca), no Ministério Público Estadual, no Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em Igrejas de Afonso Cláudio, no Sindicato Rural, na Superintendência Estadual de Educação e em Cartórios Oficiais.

Quatro publicações sobre a História do Município elabora-

[1] TRISTÃO, Jônice. Atual Presidente do Conselho de Administração das Empresas Tristão, um dos "maiores e mais tradicionais grupos brasileiros do setor de café." Natural de Mutum-MG, formou-se em direito no Rio de Janeiro.

das pela escritora Stella Haddad de Souza ("Buscando a Tradição de um Povo"), professora Maria Zuleika Haddad Fafá ("Paróquia São Sebastião – Primeiro Centenário 1889 – 1999"), Jair Giestas ("Fragmentos Históricos do Município") e Plínio Escopelli Gomes ("Genealogia da Família Gomes e Rosa") foram outras fontes fundamentais de consulta, procurando sempre não criarmos paralelismos de informações, e, quando isto ocorreu, foi para agregarmos novas e mais informações.

Outro fato relevante, em princípio, foi que só nascemos em Afonso Cláudio, não tendo vivenciado o seu crescimento, a sua cultura e outros valores importantes. Todas as vezes que vínhamos ao município dirigíamo-nos à Fazenda Floresta, de propriedade do meu avô paterno, José Silvestre Vieira, onde pudemos ver e acompanhar suas modificações e crises, o modo de vida dos seus operários, etc. Não foi um fato inibidor, pois hoje já nos sentimos conhecedores da história, valores culturais, sociais, políticos, comerciais, e etc. do município. Sentimo-nos em casa!

Foi maravilhoso constatarmos o trabalho desenvolvimentista realizado por pessoas nascidas ou que tenham adotado Afonso Cláudio como sua terra natal, que, desprendidas à causa comum, marcaram para a posteridade a sua extraordinária atuação no crescimento do município: Sabino Coimbra de Oliveira, Cel. Ramiro de Barros Conceição, Jorge Guilherme Gomes, Cel. Adolpho Rodrigues Gomes, Cel. José Cupertino Figueira Leite, José Giestas, José Jorge Haddad, Emygdio Xavier, Adherbal Galvão, José Ribeiro Tristão, Álvaro Castello, Pedro Saleme, Dr. João Eutrópio, Pe. Paulo, entre outros.

Esta publicação pretende rememorar os principais feitos históricos do município, através do culto e veneração às causas e os vultos do passado, assim como procurar resgatar o respeito à tradição e à história de todos aqueles que foram responsáveis pelo progresso desse torrão capixaba.

As citações feitas por época estão sendo publicadas entre aspas, conforme escritas nos originais. Não pretendemos ser escritor e nem temos formação para tal. Portanto, não se usou de rebuços[II], nem atavios[III] literários para a recuperação desta história.

Estaremos, com esta publicação, contribuindo com mais uma parte dessa memória perdida, com o desaparecimento natural das pessoas e de boa parte dos arquivos públicos. Outros trabalhos irão complementando essa história, com certeza.

José Eugênio Vieira

[II] REBUÇO. sm. 1 Parte da capa atrás da qual se esconde o rosto. 2. Disfarce.

[III] ATAVIOS. sm. 1. Adorno, enfeite.

PREFÁCIO

Aos que perguntam o porquê da preservação da história, a resposta é simples: história é raiz, e os seres vivos dependem de suas raízes para sobreviver, florescer e marcar sua presença no mundo, seja por si, seja por seus descendentes.
História é também conhecimento. São ensinamentos valiosos, acúmulo de experiências negativas e positivas que nos permitem viver um presente melhor e projetar o futuro com maior acuidade e melhores chances de sucesso.
Tais princípios fazem parte de minha crença pessoal e figuram também entre os valores das Empresas Tristão. Foi com muita satisfação, portanto, que acolhemos a idéia de resgatar a história da cidade de Afonso Cláudio, berço de nossas empresas.
O trabalho primoroso de seu autor, José Eugênio Vieira, afigura-se um verdadeiro compêndio de conhecimento, não só de Afonso Cláudio, foco inicial de sua pesquisa, mas num retrato completo do que vem a ser uma típica cidade brasileira ao longo das décadas retratadas, desde 1850 até os dias de hoje, cobrindo mais de um século de história.
O estilo genial de José Eugênio, que agrupa com equilíbrio e talento desde narrativas romanceadas até dados estatísticos e documentos oficiais, faz dessa leitura uma experiência agradável e também informativa, mesmo para quem nunca colocou seus pés na bela região do "Arraial de São Sebastião do Alto Guandu", primeiro nome de nossa cidade.
Sobre as raízes do vilarejo, lemos:

"Seu nome era Braz Português. Veio até cá fazendo picadas a facão, e para estacionar, construía ranchos cobertos de folhas de palmito. Sozinho, desaparecia, mata virgem adentro, ainda fazendo picadas, com o que conseguia ir a Cachoeiro de Itapemirim em busca de sal"

"...atravessou o território guanduense, então pertencente ao município de Cachoeiro de Itapemirim, mas inculto e desabitado, ou melhor, habitado por pequenas tribos de selvagens botocudos..."
Em outra época, mais à frente:

"... Ao chegarem em Santa Joana (atual Itarana) foram recebidos por violenta fuzilaria, sendo feridos, Antonio Rosa, Augusto Escopelli Gomes, Rogério e outros. Sendo morto, um dos compa-

nheiros chamado Simão Jacinto. Levou um tiro na canela, sendo preciso ir para Itapemirim. Francisco Rosa levou um tiro no joelho, ficando aleijado". "Este grupo destemido resistiu bravamente, ocasionando várias baixas aos inimigos..."

Ao resgatar dezenas de narrativas como as que o leitor vê acima, o autor aos poucos nos envolve no processo de criação da cidade. Lentamente abre espaço para que, através dos dados oficiais, dos relatos sobre o dia a dia dos desbravadores, dos conflitos e da rotina dos cidadãos da sociedade que se formou, possamos apreender e compreender, não apenas Afonso Cláudio, mas também o modelo de conglomerado urbano que se repetiu em centenas de cidades por todo o Brasil.

Beneficiamo-nos também dos atuais recursos tecnológicos de cópias digitais de imagens através da técnica de "scan", para registrar num único livro preciosidades históricas como fotos, pinturas, textos manuscritos, documentos oficiais, amostras de formulários, carimbos, folhetos, recibos, promissórias, enfim, vários tipos de impressos que com o tempo passam a funcionar como símbolos da estética, dos valores, dos costumes e da realidade de suas épocas.

Vemos aqui registros de limites e propriedades, geografia e riquezas naturais, vida social, religiosa e econômica, lendas, fábulas, folclore. A importância econômica e cultural dos transportes, das tropas de burros às estradas de rodagem, e também da agricultura, onde se destaca o café.

Tragédias, como a grande enchente de 1940, noticiada até pela BBC de Londres, e a solidariedade de toda a gente local com as suas vítimas. Comédias, através dos "causos" e dos personagens típicos da cidade.

Os cinemas, os concursos de beleza, os jornais e as peripécias dos políticos locais. Os vilões, como um certo governador que deu as costas à cidade num momento difícil, os heróis como o Dr. Chapot Presvot, que salvou a vida de uma jovem afonso-claudense, nascida com grave problema, e ainda a adotou como filha legítima.

Assim, o variado quebra-cabeças de que é composta toda e qualquer cidade no mundo, é retratado pelo pesquisador através da história do município de Afonso Cláudio.

Entre as famílias, cujos sobrenomes aparecem por diversas vezes nesta história, Afonso Cláudio teve a sorte de contar com alguns escritores e pesquisadores aplicados, que no decorrer dos anos preocuparam-se em registrar, com os meios ao seu alcance, fragmentos da história de que fizeram parte seus antepassados. Seus escritos puderam ser compilados e agrupados neste registro, sendo todos,

portanto, parceiros de José Eugênio nesta empreitada. Jair GIESTAS, Maria Zuleika Haddad FAFÁ, Judith MELLO, Carlos MATTOS, Antônio SALES, Plínio Escopelli GOMES, Argentina TRISTÃO e José SALEME são apenas alguns deles. Apesar do esforço destes intelectuais, o autor teve grande dificuldade em encontrar material histórico, sendo que em alguns casos, como o da iniciativa do prefeito José Giestas, todo um trabalho similar a este foi completamente perdido. Isto só reforça a importância que concedemos a esta obra, a um só tempo atual e histórica.

O nome que rebatizou nossa cidade para seu título definitivo é homenagem a Afonso Cláudio. O ilustre intelectual, patrono da Academia Espírito-santense de Letras e primeiro governador do Espírito Santo publicou essa pequena trova do cancioneiro capixaba, colhida entre os inúmeros estudos que fez sobre nossa cultura:

"Mandei fazer um barquinho, da casca do camarão, o barco saiu pequeno, só coube meu coração."

Em Afonso Cláudio, tornado ilustre município capixaba, cabem muitos corações.

Nós, que ali nascemos, ou que à cidade temos nossas vidas intimamente ligadas, lhe seremos sempre gratos, seja por sua generosa e exuberante natureza, seja pela grandeza da gente dessa terra.

As Empresas Tristão - que se fortaleceram junto com a expansão da cultura do café - originaram-se nessa cidade. Estamos na lista de seus admiradores e patrocinadores, e é com orgulho que acompanhamos o lançamento deste livro.

A exemplo do Governo do Estado e de outras empresas originadas na região, a Fundação Jônice Tristão mantém permanente e constante contribuição sócio-cultural de nossas empresas, em respeito aos anseios da comunidade de Afonso Cláudio.

A Biblioteca, o Centro Cultural e as ações que periodicamente realizamos nas áreas de educação e cultura têm sido nosso canal para este esforço. Sentimo-nos também recompensados, e por que não dizer, muito bem acompanhados, ao ver concretizada esta obra.

Aos que, como eu, tiveram a sorte da infância nas matas, nas fazendas, nas ruas e nos bancos de escola dessa linda cidade, é ainda mais gratificante ver registrada a sua história.

Para muitos de nós, são fortes as lembranças de personagens como o Coronel José Giestas, Sr. Jair Giestas, Dr. Pedro Saleme, Dr. João Eutrópio, Dr. José Luis Cláudio Correa, só para citar alguns muito presentes em minha memória. Serão eternas as lições de vida que nos deixaram, junto a tantos outros cidadãos

desse município que é a raiz da nossa história.
Como figura marcante, que guardarei sempre com carinho especial, está minha primeira professora, Dona Marfisa Gianordoli Giestas, que tornou-se diretora do grupo escolar José Cupertino, o primeiro da cidade. Mestra exemplar que ajudou a formar o meu caráter e a minha cultura, deu-me um presente de valor inestimável, sua filha Ilza, companheira extraordinária em minha caminhada familiar e empresarial, com a qual já compartilho cinqüenta e cinco anos de felicidade.
É inevitável, ao lermos um bom livro sobre o passado, que pensemos em nossa própria história. Sugiro ao leitor que também o faça, sem receio de parecer piegas. É prazeroso e útil recordarmos os amigos e "professores" da vida prática. Em Afonso Cláudio tive muitos, e os homenageio através dos que ainda hoje convivem conosco: Eudóxio V. Ferreira, Humberto Biasutti, Agenor Fardin (Dubinha), Acly e Amyr Schwartz, Glauro G. Giestas, Galdino L. Ribeiro, José Saleme, companheiros de toda a vida ou "professores de trabalho" que tive na loja de meu pai, José Ribeiro Tristão.
Minhas felicitações e meu maior agradecimento, em nome de toda a cidade, ao autor, o afonso-claudense José Eugênio Vieira, faiscador experiente e competente de nossas vivências e, com especial carinho, abraço todos aqueles que participaram direta ou indiretamente, como fontes de consulta, para a edição deste livro.
Fique aqui a nossa torcida para que os jovens cidadãos dessa terra promissora dêem seqüência a este belo trabalho e, seja por publicações impressas, seja pelas novas tecnologias como a Internet e outras que virão na esteira do progresso, aprofundem e mantenham atualizado o registro histórico da nossa querida Afonso Cláudio.

Jônice Tristão.

QUEM É O AUTOR

José Eugênio Vieira - 2003

Atualmente está exercendo o cargo de Diretor de Atendimento do SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Espírito Santo, após 45 (quarenta e cinco) anos prestando serviços à Administração Pública do Estado do Espírito Santo, sendo 36 (trinta e seis) ao Governo do Estado, onde exerceu os cargos de Técnico, Assessor Comissionado, Sub-Secretário e Secretário de Estado (Titular e Interino). Passou por quase todas as Secretarias de Governo: 1- Administração e Recursos Humanos (16/02/1987 a 03/03/1987 - Interino), 2- Administração e Recursos Humanos (01/06/1987 a 08/01/1988 - Titular), 3- Educação e Cultura (09/01/1988 a 15/03/1991 - Titular), 4- Casa Civil (15/03/1991 a 30/05/1993 - Titular), 5- Transportes e Obras (17/06/1992 a 30/10/1992 - Interino), 6- Planejamento e Ações Estratégicas (12/04/1994 a 07/06/1994 - Interino), 7- Fazenda (31/05/1993 a 31/12/1994 - Titular) 8- Educação e Esportes (06/02/2003 a 03/01/2005 - Titular), 9- Articulação com os Municipios (08/03/2005 a 30/03/2006 - Titular), 10- Gabinete do Governador (04/07/2006 a 25/07/2006 - Titular), 11- Agricultura, Abastecimento, Agüicultura e Pesca (25/07/2006 a 08/11/2006 - Titular), 12- Articulação com os Municípios (08/11/2006 a 05/01/2009 - Titular), 13- Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (07/04/2008 a 24/04/2008 - Interino) e 14- Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (12/06/2008 a 18/06/2008 - Interino).

Ainda na Administração Estadual, teve oportunidade de colaborar com diversos Conselhos de Administração e Fiscal, em algumas ocasiões: 1- BANESTES (Presidente e Membro), 2- BANDES (Membro), 3- CONFAZ (Membro) 4- CONSED (Membro), 5- CESAN (Presidente e Membro), 6- COHAB (Membro), 7- FCAA - UFES (Membro), 8- CEC (Membro), 9- DEARES (Presidente), 10- DEC (Presidente), 11- DER-ES (Presidente), 12- Rodoviário Estadual - DER (Presidente e Membro), 13- CPI - Transporte Coletivo Intermunicipal (Presidente), 14- CE-

TURB - GV (Presidente), 15- CETERPO (Presidente), 16- COTAR (Presidente), 17- DIO (Presidente e Membro), 18- IPAJM (Presidente e Membro), 19- PRODEST (Membro), 20- IJSN (Membro), 21- JUCEES (Membro), 22- IESP - SESA (Membro), 23- Ciência e Tecnologia - SEPLAE (Presidente), 24- CEAPA - SEAG (Membro), 25- CERMAG - CIDA (Membro), 26- COFAI (Membro), 27- EMCAPA (Membro), 28- CEASA (Membro) e 29- EMATER (Membro).

Seu primeiro emprego foi na cidade de Castelo, como escriturário, em 1962, no Escritório de Registro Contábil "Fabio Ribeiro de Assis". Naquela cidade, exerceu ainda as funções de Chefia na Prefeitura Municipal (1964).

Posteriormente, transferiu residência para Vitória, empregando-se na Prefeitura de Vitória, onde desempenhou atividades na Fiscalização de Obras, Divisão de Receitas e Despesas. Mais tarde, em 1995, nas atividades de: Coordenadoria de Governo (com status de Secretário), Chefia de Gabinete e Administrador Regional de Camburi (Prefeitinho).

Teve oportunidade de prestar serviços à COHAB, CEF, BANDES, além de professor no Ginásio Estadual Maria Ortiz, Gomes Cardim e Salesiano de Vitória, nas áreas de Organização e Técnicas Comerciais, Contabilidade Geral e Direito e Legislação, no período de 1972 a 1982.

Fez os seus primeiros estudos na cidade de Castelo: Primário, Admissão ao Ginásio, Secundário e Técnico em Contabilidade. Formou-se em Economia pela UFES - 1970 e fez especializações em Planejamento no CENDEC - UNB, 1973, SUPLAN - FGV, em 1976, IAM - França, onde teve oportunidade também de estagiar no Ministério da Agricultura em Paris (1979).

Publicou diversos livros e trabalhos, alguns técnicos e outros de recuperação da nossa cultura: 1- Estudo Sobre a Produção de Leite no Espirito Santo - 1972, 2- Estudo e Diagnóstico da Economia Agropecuária do Espírito Santo (Parceria com o Eng. Agrônomo Carlos Augusto de Magalhães) - 1974, 3- História e Política Eleitoral do Espírito Santo - 1992, 4- Espírito Santo - Eleições 1996, 5- 30 Anos das Finanças Públicas do Estado do Espirito Santo - 1967/1998. Sua história, Crises, e Consequências - 1988, 6- Espirito Santo - Um Painel de Nossa História, juntamente com outros autores - 2000, 7- José Silvestre Vieira: Origem Familiar, História e Fatos que Marcaram a Sua Vida e de Seus Familiares - 2003, 8- Castello, Origem, Emancipação e Desenvolvimento - 1702 / 2004 - 2004.

José Eugênio Vieira é nascido na fazenda Floresta, em Afonso Cláudio, no dia 28/04/1946, filho de Constantino José Vieira (Falecido) e Dalila Teles Vieira, ele nascido também em Afonso Cláudio e ela em Boa Sorte - Afonso Cláudio. É casado com Elizabeth França Vieira e tem dois filhos: Phelipe e Lucas.

Seus Avós Paternos: José Silvestre Vieira (Nascido em Lagoa - Afonso Cláudio) e Jovita Lopes Vieira (Visconde do Rio Branco - MG) e Maternos: (Eugênio Campos Teles (Baixo Guandu) e Elzira Ferreira Teles (Santa Isabel - D. Martins).

1 – DESBRAVAMENTO DO MUNICÍPIO

1.1 - Origem Histórica

Buscando diversas fontes de informações, que são citadas ao longo do trabalho, verifica-se que o município inicialmente era conhecido como São Sebastião do Alto Guandu.

O FIBGE[1], em comentários sobre o histórico da cidade, ouvindo depoimentos de pessoas radicadas na região, afirma que "o primeiro desbravador do território, segundo a tradição, foi Frederico Wilmer Vieira (Engenheiro), que procurando ouro, tê-lo-ia encontrado, realmente no local denominado Lagoa, na fazenda de Antônio de Souza Barros", por volta de 1850. Essa fazenda passou a pertencer a Antônio Barros a partir de 1868.

Em Fragmentos Históricos, GIESTAS[2] contesta esta afirmativa do FIBGE[1], onde esta parte da história é possível de restrições. "São apanhadas, muitas vezes, perfuntórios[IV] de pessôas sem sólidos conhecimentos do lugar que, em alguns casos, truncam as coisas causando verdadeira confusão. O caso de Frederico Wilmer é um desses".

Já a Professora FAFÁ[3] afirma que, "um único nome, o do Eng. Frederico Wilmer foi registrado como dos primeiros a procurar jazidas de ouro na região, tendo encontrado-o no local 'Lagoa Secas' hoje Fazenda Guandu, onde se encontrava a Faz. Santo Antônio de Boa Vista". "Esta propriedade foi a 1ª organizada nesta região e pertencia a Antonio de Souza Barros".

Com o falecimento do Engenheiro Frederico, vitimado por uma febre amarela, a partir de 1851, sucedeu-lhe outro desbravador cujo nome não aparece em

---

[1]FIBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Sinopse Estatística do Município de Afonso Cláudio – Estado do Espírito Santo". Rio de Janeiro (RJ). 1948. 15p.

[2]GIESTAS, Jair. "Fragmentos Históricos do Município". Afonso Cláudio (ES). Jornal O Afonso Cláudio, nº. 124, Ano XXVI, de 15/04/1960. 4p.

[IV]PERFUNTÓRIO adj. superficial

[3]FAFÁ, Maria Zuleika Haddad. "Evolução Administrativa de Afonso Cláudio". Afonso Cláudio (ES). Sem data, 8p.

nenhuma das citações bibliográficas pesquisadas. Segundo MELLO[4], este aventureiro "chegou a construir um rancho no local em que está hoje o jardim público da cidade" (Praça Adherbal Galvão).

Em 1855, José de Godoy, Sabino Coimbra de Oliveira e Eugenio Pereira da Silva abriram caminho até o município, onde fundaram "o extinto arraial de São Sebastião do Alto Guandú" (MATTOS[5]). Ainda na mesma ocasião (1855), vieram "as primeiras famílias, oriundas do Estado de Minas Gerais, que se estabeleceram ás margens do Ribeirão Lagoa, no atual distrito de Serra Pelada, fazendo pequenas incursões na mata". Essas famílias eram: Jorge Guilherme Gomes, Inácio Gonçalves Lamas, José Manoel Ribeiro e outros. "Mais tarde, ter-se-iam mudado para o local denominado Arrependido, onde chegaram a construir uma capela e um cemitério, ajudados por Sabino Coimbra de Oliveira, que residia na região". Como se verá a frente, essas famílias não eram mineiras, e sim fluminenses.

SALES[6] afirma que, por essa mesma época "apareceu um homem como que perdido no meio das matas, o qual vinha do Estado de Minas Gerais, conduzindo trélas[V] de cais, e uma espingarda a tiracól. Seu nome era Braz Portugues. Veio até cá fazendo picadas a facão, e para estacionar, construía ranchos cobertos de folhas de palmito. Sozinho, desaparecia, mata virgem adentro, ainda fazendo picadas, com o que conseguia ir a Cachoeiro de Itapemirim em busca de sal".

O desbravamento do município se deu em forma de colônia, que começou em 1857, com uma derrubada de 1000 braças de frente por 200 de fundos (MATTOS[5]).

A mesma fonte[5] assevera que, "por avisos de 06 de outubro de 1860 o Imperador mandou dar a ex-praças de linha lotes de 22.500 braças quadradas, mas nem um só dos contemplados tomou posse de seu lote".

Num trabalho inédito de GOMES[7] escrito em 1967, acreditamos ser esta a mais

---

[4]MELLO, Judith Freitas de Almeida. "Afonso Cláudio". Rio de Janeiro (RJ). 1948. 113p.

[5]MATTOS, Carlos Justiniano de. "Geografia do Estado do Espírito Santo". Vitória (ES). 1926. p.

[6]SALES, Antônio. "Um Pouco de História do Nosso Município". O Affonso Cláudio, Ano XVII, nº. 7, de 15/10/1951. Afonso Cláudio (ES). 1951. 4p.

[V]TRÉLA (é) sf. Tira de couro ou correia, com que se prende o cão de caça: (pop) tagarelice, cavaco; (fig) licença; liberdade. (bras:) dar trela a: puxar conversa com; dar confiança a.

[7]GOMES, Plínio Escopelli. "Genealogia da Família Gomes e Rosa". Afonso Cláudio (ES). 1967. 147p.

completa cronologia da ocupação territorial do município de Afonso Cláudio. Assim se manifestara: “A maioria dos nossos desbravadores vieram da região de Vassouras (RJ), na divisa com o Estado de Minas Gerais”.

A primeira leva desses desbravadores aqui chegou por volta de 1850, quando administrava o Brasil D. Pedro II (1841 a 1889). Um desses desbravadores foi Jorge Guilherme Gomes, que segundo a fonte[7], já citada, havia sido “nomeado delegado da captura da mata, aqui no Espírito Santo, por D. Pedro II, para capturar recrutas para a guerra do Paraguai, devido as dificuldades que o Imperador estava para arrumar homens. Então, ele seguiu juntamente com o irmão, Francisco Gomes, Agostinho Gonçalves Bairral, o Barão de Bananal[VI] (Luiz da Rocha Miranda) e outros em direção à Serra do Alambique”. “Descendo, encontrou a 1ª posse de Joaquim Barros, o vulgo Barro Prêto, que tinha apossado desse ribeirão e deu o nome de Guandu, porque havia muito feijão ‘guandu’, as margens, cultivado pelos índios”.

Sobre o nome guandu, GIESTAS² afirmava que conhecia duas versões nas quais as considerava como lendas. “A primeira diz que certo explorador possuía um cão de estimação, que se chamava ‘guandu’; numa excursão que fez rio abaixo para conhecer a região (próximo da nascente, no extremo sul do município, na divisa com Castelo e Domingos Martins, passava o caminho Vitória Ouro Preto, por onde entraram os primeiros colonizadores), ao tempo em que as matas eram muito densas, o cão desviou-se do dono e se perdeu. O explorador ao referir-se ao lugar, dizia: na nascente onde perdera o ‘guandu’ daí a origem do nome. A

[VI]BARÃO DE BANANAL - Segundo GIESTAS², o Barão ao aqui chegar “adquiriu por compra do Governo, em 1880, uma grande área de terras (4.417, 8307 hectares), área essa que abrangia pequena parte do que é hoje o distrito de Serra Pelada e o distrito de Laranja da Terra quase todo, indo aos limites de Ibicaba e Sobreiro. Tentando organizar uma grande fazenda, com sede em São Luiz de Miranda, para aí trouxe uma leva de cerca de cem escravos, chefiados por um que tinha a alcunha de “Cambuquira”. Manteve-os durante alguns anos em São Luiz, mas não chegou realizar o idealizado. Mesmo depois da abolição esses pretos continuaram no lugar e o Barão veio vê-los algumas vezes, até que se dispersaram. Pessôas que o conheceram diziam ser êle um cidadão lhano[VII], morigerador[VIII] e de finíssima educação”

[VII]LHANO. Adj. Amável, Suave.
[VIII]MORIGERADO. Adj. Comedido, Moderado.

outra diz que no lugar onde é hoje a Fazenda do Guandu, os primeiros exploradores encontraram um pé de 'guando' ou 'guandu', por isso deram ao lugar e ao rio esse nome".

"Descendo encontraram outro ribeirão, que deram o nome de Boa Sorte, que foi apossado pela família dos Inácios".

"Mais abaixo até a Cachoeira Bonita, que foi apossada pela família Fagundes, desordeiro do Estado do Rio de Janeiro. Mais abaixo encontraram a Barra do Rio do Peixe e Rio Guandu, posse de João Manoel Fernandes, essa posse fazendo divisa com o Sr. José de Almeida, por ser dono do Rio da Cobra, com seus afluentes e uma parte da Fortaleza, adquiriu os direitos dessa posse do Sr. David Damazio, delinqüente do Estado de Minas Gerais, do lugar de nome 'Divino do Carangola'.

Descendo mais, fomos direto aos Três Pontões. Encontramos o grande posseiro Sabino Coimbra de Oliveira, abaixo nesse Ribeirão, encontramos o posseiro Inácio da Fonseca Lamas. E a margem esquerda, até a foz, foi apossado pelo Sr. Gabriel uma sesmaria de terra.

Tomou posse da margem direita Gabriel e da esquerda Sr. Felício Pereira de Souza. Seguindo, encontramos outro Ribeirão, com o nome "Lagoa", cujo posseiro, era o Capitão Lúcio. Abaixo, a família dos Abreu e Bazílio (Manoel Basílio de Souza e Querubina Maria de Souza), eu (Plínio Escopelli Gomes) então apossei do Ribeirão do Empoçadinho. A Barra do Lagoal foi apossada pelo meu companheiro Agostinho Gonçalves Bairral, e o Barão do Bananal, apoderou-se da Grande Cachoeira do Rio Guandu, deixando dois escravos tomando conta desta posse: José Cambuquira e Joaquim Cambuquira, fazendo a doação de seis (6) alqueires de terras, para o Patrimônio, dando o nome de São Luís de Miranda. Dividindo com a Posse do Barão do Bananal, no Ribeirão de nome Timbulva, tomando posse meu irmão Francisco Gomes, deixando uma grande posse em São Paulo, da nascente até a posse, com todos os afluentes do Rio Dourado. Refugiou-se aqui nessa posse, com dois escravos que eram: Risoleta e Orestes.

Essa escrava, deu a luz a dois filhos de Francisco Gomes: Satilho e Nestor. Ele, Francisco, era casado em Vassouras mas, sendo sua espôsa leviana, refugiou-se

aqui na mata. Anos depois, apareceram emissários procurando terra para comprar. Então, ele passou uma procuração a Eduardo Olimpio dos Santos. Chegando este Senhor a São Paulo, montou um escritório com dois (02) advogados: Plínio Godói e Cantilho do Monte. Entraram em grandes negociações. Morrendo Eduardo e o velho Francisco Escopelli Gomes, ninguém ficou sabendo como ficou o resto da herança.

Regressando o vovô (José Guilherme Gomes), com seus amigos, levando diversos prisioneiros, recrutas para a guerra, deu cumprimento de seu compromisso ao Imperador. Voltando para sua posse no Empoçadinho, com sua família. Casou-se em Itabapoana com D. Maria Luiza, filha de Antônio Tomás Monteiro, sendo que, nesta viagem veio: sogro, sogra, cunhado. Chegando na sua posse desceram até a Foz do Ribeirão, tomando posse, deram o nome de Bom Jesus. Seis (06) alqueires de terras ficou para o Patrimônio deste mesmo nome.

Terminando a Guerra do Paraguai em 1867, ele voltou, talvez à cidade de Vassouras. Em 1877 veio a nova caravana, guiada por mim (Plínio Gomes), Antonio Rosa, Francisco Rosa, Família dos Lessas, Família dos Fernandes, Rogério, Calistrim, Certório, Filício, todos acompanhavam a caravana.

Antônio associou-se com duas sesmarias de terra em Cinco Pontões. Os Fernandes apossaram com grande parte. Leopoldino e Fernandes, vulgo Guerra, deu posse do Patrimônio de Laranja da Terra (S. João). Outro que veio foi Domingos Campos, que apossou-se do Picadão, dividindo com os Fernandes.

Na 3ª caravana vieram os Leites, Padre Marcelino, Mariano Evangelista da Costa, que compraram os direitos dos posseiros de Lagoa, onde tem hoje o Patrimônio de São Geraldo. Padre Marcelino comprou a posse do Vovô (José Guilherme Gomes), que colocou os Lessas também. Mudando para a Cachoeira Bonita, adquiriu uma parte de terra, aí estabeleceu sua moradia.

Depois começaram um Patrimônio no Ribeirão dos Três Pontões. Notando, que a água era pequena e podia secar mudaram para a Barra do Ribeirão, que pertencia ao Gabriel. Este deu 5 (cinco) alqueires de terras para o Patrimônio. Com a transferência o Ribeirão recebeu o nome de Arrependido.

Gabriel vendeu a posse para Galvão e ficou com o compromisso de dar a escritura,

como deu, anos atrás".

O AFFONSO CLAUDIO[8], fazendo um retrospecto do histórico do município, afirma que, "entre os annos de 1868 e 1870, um evadido da cadêa de Victória, fugindo á perseguição das autoridades, atravessou o território guanduense, então pertencente ao município de Cachoeiro de Itapemirim, mas inculto e desabitado, ou melhor, habitado por pequenas tribus de selvagens botocudos", e que foi outro desbravador.

"Pernoitando em casa de Antônio de Souza Barros (conhecido por Barros Preto) em Rio Pardo, deu notícias da existência desta região, exaltando as suas bellezas naturaes e a uberdade do solo, o que deu motivo a que Barros viesse exploral-a e aqui se estabelecer, fundando a fazenda a que denominou 'Santo Antônio da Boa Vista' hoje propriedade de Francisco Tosta das Neves e sita á margem do Rio Guandú, 18 kilometros acima desta cidade". "Este foi o primeiro estabelecimento de que ha notícia no Alto Guandú".

Continua a mesma fonte[8]: "Em 1876, veio habitar estas terras, vindo de Minas Gerais, uma grande família, composta dos snrs: Sabino Coimbra de Oliveira e seus genros José Luiz e João Bento. Estabeleceram-se no lugar Pontões, cuja fazenda pertence atualmente a Joaquim Pinto de Oliveira". "Sabino era um perfeito carpinteiro e os genros eram pedreiros. Homem de ideal e de grande visão Sabino Coimbra adquiriu grandes posses de terras e começou a descortiná-las". Portanto, esta fonte de informação colide com a da FIBGE[1] quanto a datas.

Em 1877, "resolveu fundar um Patrimônio, n'um terreno plano á margem esquerda do corrego 3 Pontões (Arrependido), alinhou algumas ruas e construiu umas 20 casinhas. Melhorou os caminhos e assim foi que começou o trânsito de animais. Durante 05 (cinco) anos tudo parecia ir muito bem. Mas, sobreveio uma sêca que durou outros tantos anos e atingiu todo o Norte do Brasil, tendo desaparecido completamente a água dos "Três Pontões". "Sabino Coimbra providenciou os meios de conduzir á povoação água do Rio Guandú, por meio de carqueiros.

Mas era tão grande o sacrifício que resolveu abandonar aquele local, mudando-

[8]O AFFONSO CLAUDIO. "Resumo Histórico do Município". Afonso Cláudio (ES). Nº. 248, de 15/05/1919. 4p.

se para a beira do rio Guandú. Foi grande o prejuizo de deixar o povoado; ainda assim Sabino nada reclamava. Não lhe importava ficarem lá, abandonados os seus serviços de 03 (três) anos. Alegre e satisfeito, construiu para ele, no novo local, que hoje é a nossa cidade, uma casa de grande dimensão, com diversos compartimentos para servir de hospedagem, assim como uma grande Loja, para comércio". "Os genros de Sabino tambem construiram suas casas de morada".

Afirma a mesma fonte[8], que: "tendo deixado suas posses nos Pontões, o velho Coimbra não quis adquirir aqui mais terras, mesmo porque resolvêra dedicar-se ao comércio". "As tropas então, já iam a Cachoeiro de Santa Leopoldina, cuja praça era a mais próxima e com a qual Sabino tinha grande transação". "No povoado do Guandú não havia muitos habitantes, porém entrava diariamente gente vinda de todos os lados".

"Tosta das Neves já era possuidor da maior fazenda, localizada no Alto Guandú, e muitas outras famílias já estavam situadas: Lamas, Gabriel, Galvão, Serpa e outras". "Algumas casinhas foram se construindo nesse povoado, mas muito lentamente".

Segundo NOVAES[9], "vimos que, em 1876, Antônio de Souza Barros foi até as cabeceiras do rio Guandu, onde fixou residência".

Em 1880, o mesmo Sabino de Oliveira, Eugenio Pereira da Silva, Ezequiel Costa Silveira e João Gabri lançaram os fundamentos do arraial de São Sebastião do Alto Guandu. Esse nome deriva do rio que o banha.

Foi, portanto, "Sabino de Oliveira o primeiro proprietário no arraial, pois construiu ahi a primeira casa. Seguiu-lhe Ezequiel Costa e depois outros. Eugenio da Silva e Gabri nunca tiveram prédios no arraial".

NOVAES[9] afirma, ainda, que "com o tempo, outras famílias vieram e fizeram abertas, nas matas, até que, em 1885, Eugenio Pereira da Silva, comprou um terreno a José Gabri, sob condição de doar uma parte à Igreja. Seria levantado um templo a São Sebastião".

[9]NOVAES, Maria Stella de. "História do Espírito Santo" Vitória (ES). s/data. 455p.

Assim é que foi erigida a Primeira Capela ou Paróquia de São Sebastião do Alto Guandu, onde hoje se encontra a atual Matriz da cidade, cujo primeiro vigário foi o Padre francês Carlos José Ernesto Leduc.

Retornando a SALES[6], afirma que, "em 1886 o então Alto Guandú recebeu a visita do Bispo do Rio de Janeirio D. Pedro Maria de Lacerda, que realizava suas missões. Esse grande prelado não encontrando aqui uma capéla, resolveu reunir o povo ao ar livre e colocar a pedra fundamental para construção da igreja que tomaria o nome de São Sebastião do Alto Guandú. Sabino era o braço direito de tudo que fosse para o progresso do lugar". "Em sua casa de residência realizavam-se todas as reuniões, e ali se hospedavam e faziam refeições todas as pessoas que vinham de fóra, sem despesa alguma para eles. D. Pedro Maria de Lacerda marcou também o lugar para ser erguida uma grande cruz. Sabino encarregou-se de confeccionar a obra e apresentou um trabalho raro, digno de nota". Não havendo ainda a igreja, construiu-se um rancho, coberto de folhas, que serviu de templo provisório.

Outras famílias demandariam agora, em 1886, estabelecer-se na terra granduense, entre as quais: Joaquim Justino da Conceição, Cel. Ramiro de Barros Conceição, Joaquim Ferreira Galvão, entre outros. Segundo MATTOS[5], "começaram a surgir as primeiras casas, e a povoação foi crescendo rapidamente. Com a ajuda indígena, abriram-se os primeiros caminhos carroçáveis". O local onde se encontra a sede do município foi doado pelo Sr. Joaquim Ferreira Galvão, cujo registro de doação foi feito pela viúva D. Lindolpha da Silva Galvão, em 21/12/1903, conforme registro no Cartório de Registro de Imóveis, Livro nº 3, Ordem 270.

Segundo ALMEIDA[10], as terras eram devolutas, e "haviam sido requeridas por Túlio de Araújo Barbosa, tendo a propriedade sido denominada "Providência", localizada no "Guandu de Cima", pertencente ao Município de Cachoeiro de Itapemirim. Túlio transferiu o direito de posse a José Gabri e este a Joaquim Ferreira Galvão"[...] Este, logo que "recebeu a escritura das terras, o que se verificou em 18 de junho de 1883", cumpriu o compromisso de doar parte dessas terras à povoação. Esse

[10]ALMEIDA, Dulce Leite. "Conselho de Família". Rio de Janeiro (RJ). 2002. Alguns trechos de Maria Zuleika Haddad Fafá. 191p.

patrimônio passou a "pertencer à paróquia do Rio Pardo (hoje Iúna)"[...].

Em 1889, segundo O AFFONSO CLAUDIO[8], "o denodado propagandista republicano João Coelho Gonçalves Lisboa, veio a estas plagas pregar o actual regime", juntamente com João Loyola, que na ocasião representava Bernardo Horta de Araújo[IX].

Segundo GOMES[7], por essa época havia muitas ameaças de revolução. Foi quando Antônio Cândido de Almeida Rosa, Francisco Carlos de Almeida Rosa – "Chico Rosa", Augusto Escopelli Gomes, Adolpho Rodrigues Gomes e Ramiro de Barros Conceição "formaram um grupo de 18 (dezoito) homens, chefiados por Antonio Rosa e Ramiro de Barros, os quais seguiram em direção à Capital (Vitória) para prestigiar ao republicano vitorioso Afonso Cláudio".

Prossegue a mesma fonte: "Ao chegarem, em Santa Joana (atual Itarana) foram recebidos por violenta fuzilaria, sendo feridos, Antonio Rosa, Augusto Escopelli Gomes, Rogério e outros. Sendo morto, um dos companheiros chamado Simão Jacinto. Levou um tiro na canela, sendo preciso ir para Itapemirim. Francisco Rosa levou um tiro no joelho ficando aleijado". "Este grupo destemido, resistiu bravamente, ocasionando várias baixas aos inimigos".

"Regressaram motivados pelos ferimentos [...]. Restabelecidos continuaram com seus trabalhos republicanos, protegidos pelo Governo Federal, que nomeou Antonio Rosa, Major da Guarda Nacional e Augusto Escopelli Gomes, Tenente Coronel da Guarda Nacional".

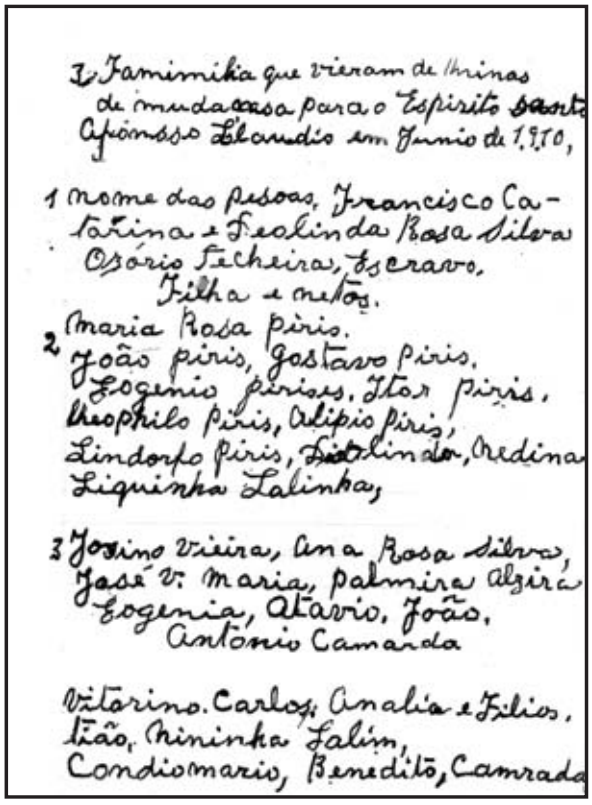
Por volta de 1890, foi assentado o primeiro núcleo de imigrantes estrangeiros em Afonso Cláudio, segundo ROCHA[11]. Este núcleo de Afonso Cláudio, em 1894, era assim avaliado pelo chefe da Diretoria Central de Terras e Colonização, em relatório ao presidente de Estado, Moniz Freire (1900-1904), conforme a fonte[11] já citada "[...] devido ao pequeno número de imigrantes que recebeu durante o primeiro ano, os trabalhos se acham quase paralisados. E nos inícios de 1896 a situação era praticamente a mesma: devido ao pequeno número de imigrantes

[IX]Bernardo Horta, juntamente com Antônio Aguirre, Afonso Cláudio de Freitas Rosa, Antero de Almeida, Horácio Costa e outros, foram os fundadores dos Clubes Republicanos.

[11]ROCHA, Gilda. "Imigração Estrangeira no Espírito Santo – 1847 -1896". Vitória (ES) [s/nº.]- 2000. 154p.

e má direção não tem tido resultado algum digno de ser mencionado. O número de imigrantes recebidos confirma o juízo emitido acima: apenas 926 entre 1892 e 1895”. Esses imigrantes eram de origem italiana e alemã.

Entre 1890 a 1900, novos imigrantes vindos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e do próprio Espírito Santo, estabelecer-se-iam na região. As famílias Basílio de Souza e Antônio Rodrigues da Cruz, vieram de São José do Calçado e estabeleceram-se em Taquaral, hoje Joatuba e Floresta. A família Vieira, em Lagoa (José Marcellino Vieira e Joaquim José Vieira – “Quincas”), oriundos de Pirapetinga-MG. Em 1910, outros familiares mineiros também se deslocaram para a região, conforme ilustração, e instalaram-se na Vila dos Pontões, Lagoa, Ribeirão do Costa e Boa Sorte.


3 Famimilia que vieram de Minas
de mudaçasa para o Espirito Santo
Afonsso Claudio em Junio de 1.910,

1 nome das pesoas, Francisco Catarina e Deolinda Rosa Silva
Osório Techeira, Escravo.
Filha e netos.
Maria Rosa piris.
2 João piris, Gostavo piris.
Eogenio pirises. Itor piris.
Theophilo piris, Alipio piris,
Lindorfo piris, Deolinda, Nedina
Liquinha Lalinha,

3 Josino Vieira, Ana Rosa Silva,
José V. Maria, palmira Alzira
Eogenia, Atavio, João,
Antonio Camarda

Vitorino. Carlos, Analia e Filios.
tião, Nininha Lalim,
Condiomario, Benedito, Camrada

ILUSTRAÇÃO Nº. 01 – Relação das Famílias que Vieram de Pirapetinga (MG) para Afonso Cláudio (ES). Junho de 1910.

SALETO[12], afirma que, em 1910, Afonso Cláudio já possuía "uma população estimada em 20 mil habitantes, da qual os estrangeiros representavam apenas a décima parte, sendo a maioria composta de capixabas e mineiros". A cidade possuía aproximadamente 160 (cento e sessenta) casas e 1200 (hum mil e duzentos) habitantes.

FOTO Nº 01 - Local Onde se Encontra a Praça Adherbal Galvão - 1908.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 02 - Outro Ângulo do Local Onde se Encontra a Praça Adherbal Galvão - 1908.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

[12]SALETO, Nara. "Transição Para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)". Edufes. Vitória (ES). 1996.162p.

FOTO Nº 03 - Outro Ângulo do Local Onde se Encontra a Praça Adherbal Galvão - 1908.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

"O atual território de Afonso Cláudio pertenceu, primitivamente, ao Município de Viana e Vitória, passou pouco tempo sob o domínio de Cachoeiro de Itapemirim, tendo sido, mais tarde, desmembrado dêste e anexado ao de Santa Cruz, passando, depois, a integrar o de Cachoeiro de Santa Leopoldina. Permaneceu nessa condição até 1890"[...]. O primeiro nome dado à cidade foi Arraial de São Sebastião do Alto Guandu. Mais tarde, substituído pelo nome de Guandu de Cima, e depois Guandu. Finalmente, em 1890, para Afonso Cláudio, em homenagem ao Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, primeiro Presidente do Espírito Santo, no regime republicano, conforme relatado por ASSIS[13].

FOTO Nº. 04 - Afonso Cláudio de Freitas Rosa - Primeira Fase da Sua Vida Pública - 1890.
(Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo)

[13]ASSIS, F. Eugênio de. "Dicionário Geográfico e Histórico do Estado do Espírito Santo". Vitória (ES). 1941.312p.

GIESTAS², já citado, afirma que "o Desembargador Afonso Cláudio[X] nunca veio ao Alto Guandu". Entretanto, MELLO[4] também já citado, no capítulo III, que trata sobre a cidade de Afonso Cláudio, página 58, narra que, [...] "em outubro de 1889, encontrava-se Afonso Cláudio em Vitória, quando recebeu um aviso de Schawartz (Guilherme Schawartz), dizendo que tinha elevado o Alto Guandu à categoria de cidade, com a denominação de Cidade Republicana de Afonso Cláudio[...]". "Afonso Cláudio apressa-se em ir ao Guandu e agradecer a Schawartz a espontaneidade da homenagem" [...].

Afirma, ainda, GIESTAS² que, "aventurar-se a dizer qual foi o primeiro cidadão civilizado que pisou o vale do Guandu é muito sujeito a engano, muito embora não haja hoje quem possa contradizê-lo".

A raça indígena desapareceu do município no período de 1896 a 1900 e o elemento negro pouco contribuiu para o desbravamento do território afonso-claudense, pois o número de escravos, quando da abolição da escravatura, não passava de 100 (cem).

ROCHA[14], quando tratou sobre os viajantes estrangeiros no Espírito Santo, à p.28, afirmou que o naturalista William Steains, por volta de julho a dezembro de 1885, esteve na região do Guandu e deixou a seguinte anotação: "[...] A população de Figueira fora estimada em setecentos habitantes pobres; observou que o café do Guandu, levado por terra, a Vitória, gastava dez dias de viagem; assinalou que nesta povoação, ainda existiam uns quatro ou cinco norte-americanos, remanescentes dos colonos imigrados após a Guerra da Secessão."

[X]AFONSO CLÁUDIO: Segundo MELLO[4], nasceu na Freguesia da Barra de Mangaraí, mu nicípio de Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, na Fazenda Mangaraí, propriedade de seu pai, Cel. José Cláudio de Freitas Rosa, em 02/08/1859. Sua mãe chamava-se D. Rosa Cláudio de Freitas Rosa e teve como irmãos: Afonso, José e Rosa. Foi casado com Maria Espíndula de Freitas Rosa, em 27/09/1884, cujo consórcio foi realizado na Matriz de Vitória, hoje Catedral. Seus filhos: Alarico, Stella, Regina e Judith. Faleceu em 16 de junho de 1934, em sua residência, na cidade do Rio de Janeiro. Na sua certidão de batismo, realizado no dia 09 de outubro de 1859, na Igreja Parochial de São José do Queimado, aparecem os nomes de seus pais, como: José Cláudio de Freitas e Roza Pinto da Conceição. Era filho e neto de fazendeiros, pois seu avô, Domingos Freitas, foi um dos desbravadores do Rio Santa Maria" [...]. Formara-se em Direito, na Faculdade de Direito de Recife (PE), no dia 09 de setembro de 1883. Foi o 1º Governador do Espírito Santo, na fase republicana, tendo tomado posse em 20 de novembro de 1889. Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, de 1891 a 1894. Foi também: historiador, crítico, folclorista, etnologista, sociólogo, professor e jurista além de ter sido um dos precursores da abolição dos escravos no Espírito Santo. Em 1935, com a presença de diversas autoridades constituídas do município de Afonso Cláudio, foi inaugurado, festivamente, no salão nobre da Câmara Municipal, um retrato a óleo do patrono da cidade.

[14]ROCHA Levy. "Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo." Brasília (DF). 1972. 2ª Edição. 190p. Ilust.

1.2 Formação Administrativa:

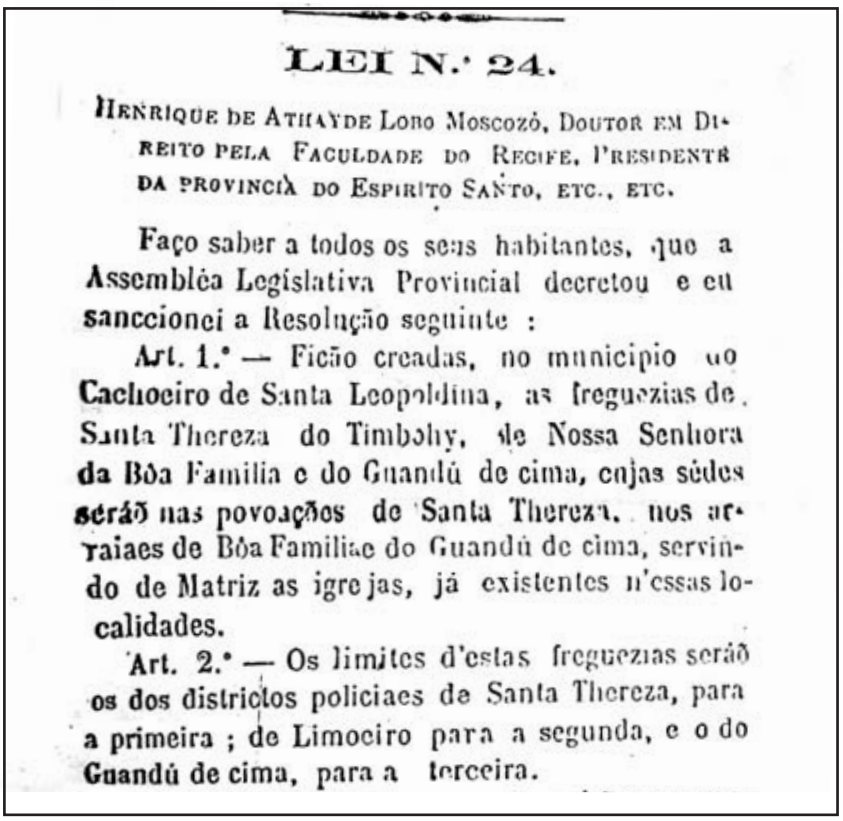
ASSIS[13], cronologicamente, descreveu em seu Dicionário Geográfico e Histórico do Espírito Santo, de 1941, as fases administrativas principais do município, acrescido de outras pesquisas do autor.

- ✓ 1885 - Criação do povoado.
- ✓ 1888 - Transformado em sede de distrito, pela Lei Provincial nº 24, de 17 de setembro de 1888, e mantida pelo Ato Municipal nº 1, de 15 de março de 1890. O projeto na Assembléia Provincial teve a seguinte tramitação:

a)- **17ª Sessão Ordinária do dia 17 de agosto de 1888.**
- **2º tempo da Ordem do Dia: Entra em 1ª discussão o "projecto" nº. 24.**

b)- **18ª Sessão Ordinária do dia 18 de agosto de 1888.**
- **2º tempo da Ordem do Dia: Votação do requerimento de adiamento apresentado na sessão anterior pelo Snr. Francellino Motta, sobre o "projeto" nº. 24.**

c)- **19ª Sessão Ordinária do dia 21 de agosto de 1888.**
- **2º tempo da Ordem do Dia: Votação do artigo 1º em 2ª discussão do "projecto" nº. 24, que ficou adiado na sessão anterior; posto a votos, é "approvado".**



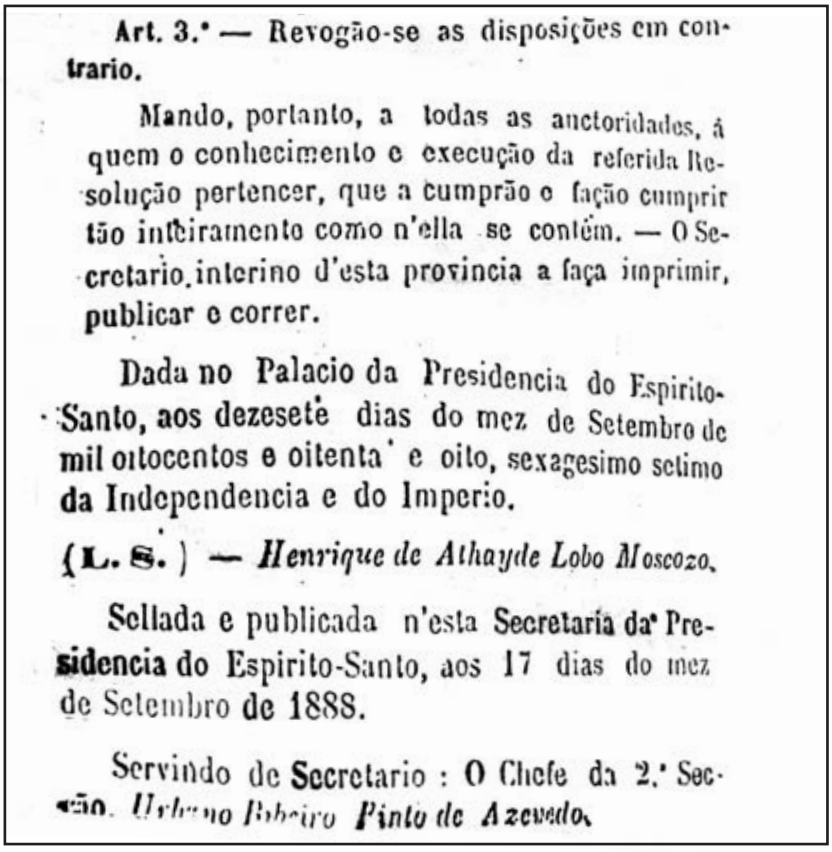
LEI N.º 24.

HENRIQUE DE ATHAYDE LOBO MOSCOZO, DOUTOR EM DIREITO PELA FACULDADE DO RECIFE, PRESIDENTE DA PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, ETC., ETC.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sanccionei a Resolução seguinte :

Art. 1.º — Ficão creadas, no municipio do Cachoeiro de Santa Leopoldina, as freguezias de Santa Thereza do Timbohy, de Nossa Senhora da Bôa Familia e do Guandú de cima, cujas sédes serão nas povoações de Santa Thereza, nos arraiaes de Bôa Familia e do Guandú de cima, servindo de Matriz as igrejas, já existentes n'essas localidades.

Art. 2.º — Os limites d'estas freguezias serão os dos districtos policiaes de Santa Thereza, para a primeira ; de Limoeiro para a segunda, e o do Guandú de cima, para a terceira.



Art. 3.° — Revogão-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades, á quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contém. — O Secretario interino d'esta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Espirito-Santo, aos dezesete dias do mez de Setembro de mil oitocentos e oitenta e oito, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

(L. S.) — *Henrique de Athayde Lobo Moscozo.*

Sellada e publicada n'esta Secretaria da Presidencia do Espirito-Santo, aos 17 dias do mez de Setembro de 1888.

Servindo de Secretario : O Chefe da 2.ª Secção. *Urbano Ribeiro Pinto de Azevedo.*

ILUSTRAÇÃO Nº. 02 – Lei Provincial n.º 24, de 17 de Setembro de 1888, Criando as Freguesias de Boa Família e do Guandu de Cima.
(Acervo: APE - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo)

✓1890 - Vila Afonso Cláudio, desmembrada do município de Cachoeiro de Santa Leopoldina, pelo Decreto Estadual nº 57, de 25 de novembro de 1890, publicado no Diário Oficial de 26 de novembro de 1890 – 2ª República.

GIESTAS[2], em resposta à correspondência da filha do Sr. Afonso Cláudio, e autora do livro sobre a sua bibliografia, Professora Judith Freitas de Almeida Mello, afirmava que, "proclamada a República o povo promoveu a campanha de criação do município. A Ramiro de Barros coube a missão de diligenciar junto ao vice-governador Constante Gomes Sodré, no sentido de ser incluído na fixação dos municípios prevista no artigo 8º das Dis-

posições Transitórias da Constituição Provisória do Estado do Espírito Santo, promulgada com o decreto nº. 53, de 11 de novembro de 1890, o município de Alto Guandú".

Prossegue ainda a mesma fonte[2] que o "município de Alto Guandú não foi criado por lei especial como deveria sê-lo"[...].

DECRETO N. 57 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1890.

Estabelece as sédes dos novos municipios, creados pelo art. 8 das disposições transitorias da Constituição do Estado, promulgada com o decreto de 11 do vigente.

O vice-Governador do Estado, attendendo a que o art. 8 das disposições transitorias da Constituição do Estado, estabelecendo a divisão municipal para vigorar desde já, comprehende a creação de novos municipios,

Decreta :

As sédes dos novos municipios creados pelo art. 8 das disposições transitorias da constituição, mandadas executar desde já pelo decreto n. 53 de 11 do corrente que promulgou a mesma Constituição, serão estabelecidas na conformidade das seguintes disposições :

Municipio do Cariacica, séde VILLA DE CARIACICA outr'ora séde da freguezia de S. João de Cariacica.

Municipio do Santa Thereza, comprehendendo o baixo Timbohy, séde VILLA DE SANTA THEREZA, outr'ora séde da freguesia de Santa Thereza do Tymbohy.

Municipio do Alto Guandú, constituido das freguezias do Guandú de cima e N. S. da Bôa Familia, séde VILLA que se denominará AFFONSO CLAUDIO, outr'ora Alto Guandú.

Municipio de Piuma, comprehendendo o districto de Iconha, séde VILLA DE PIUMA, outr'ora freguezia de Piuma.

Municipio do Alto Benevente, comprehendendo a freguezia de Alfredo Chaves as secções Mathilde e S. João, séde VILLA DE ALFREDO CHAVES, outr'ora séde da freguezia do Alto Benevente.

Municipio de N. S. da Conceição do Castello, séde VILLA DA CONCEIÇÃO DO CASTELLO, outr'ora séde da freguezia.

Municipio do Alegre, comprehendendo a freguezia de S. Miguel do Veado, séde VILLA DO ALEGRE, outr'ora séde da freguezia d'este nome.

Municipio do Rio Pardo, comprehendendo Santa Cruz e S. Manoel, séde VILLA DO RIO PARDO, outr'ora séde da freguezia de S. Pedro de Alcantara.

Municipio do Espirito Santo do Rio Pardo, séde VILLA DO ESPIRITO SANTO DO RIO PARDO, outr'ora séde do districto.

Municipio do Calçado, comprehendendo Muquy, séde VILLA DO CALÇADO, outr'ora séde da freguezia de S. José do Calçado.

Municipio do Riacho, séde VILLA DO RIACHO, outr'ora séde da freguezia de S. Benedicto do Riacho.

O secretario do governo d'este Estado faça sellar, publicar e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito Santo, em 25 de novembro de 1890, 2º da Republica. (L. S.). — HENRIQUE DA SILVA COUTINHO.

Sellado e publicado na secretaria do governo do Estado do Espirito Santo, aos 25 de novembro de 1890, 2º da Republica. — *Emilio da Silva Coutinho.*

Reproduzido por ter saído com incorreções.

ILUSTRAÇÃO Nº. 03 – Decreto Estadual nº. 57, de 25 de Novembro de 1890 (D.O. de 26/11/1890). Estabelece as Sedes dos Novos Municípios Criados com Base no Art. 8º das Disposições Transitórias (Decreto Nº 53, de 11 de Novembro de 1890).
(Acervo: DIO - Diário Oficial do Estado do Espírito Santo)

✓1890 - Pelo Decreto nº 64, publicado no Diário Oficial do Estado em 28 de dezembro de 1890, nº 172, 2º ano da República, que orçou a receita e fixou a despesa do Estado para o exercício de 1891, nas disposições transitórias, ficou criada a mesa de rendas do município.

Artº. 1º - ...

Artº. 2º - ...

"Disposições Geraes

Artº. 3º - Ficam creadas mezas de rendas do Estado nas villas "Santa Thereza", "Affonso Claudio", "Alfredo Chaves", "Conceição do Castello", "Alegre", "Rio Pardo", "Espirito-Santo do Rio Pardo" e "Castello" e "Riacho", creadas por decreto n. 57 de 25 de novembro do corrente anno, "S. Pedro de Alcantara de Itabapoana", creada por lei n. 1 de 29 de julho de 1887 e na freguezia de "Santa Izabel", creada por lei n. 21 de 20 de novembro de 1869.

§ 1º . Terão essas mesas de rendas suas juridicções nos lugares determinados nos decretos e leis acima citados.

§ 2º - Ficam creados os lugares de administrador e escrivão nas referidas estações fiscaes, os quaes perceberão de porcentagens pela arrecadação effectuada, aquelle 20% e este 10%.

Artº. 4º ....

Artº. 5º ....

Artº. 6º ....

Artº. 7º ....

Artº. 8º ....

Artº. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

O secretario do governo d'este Estado faça sellar, publicar e correr.

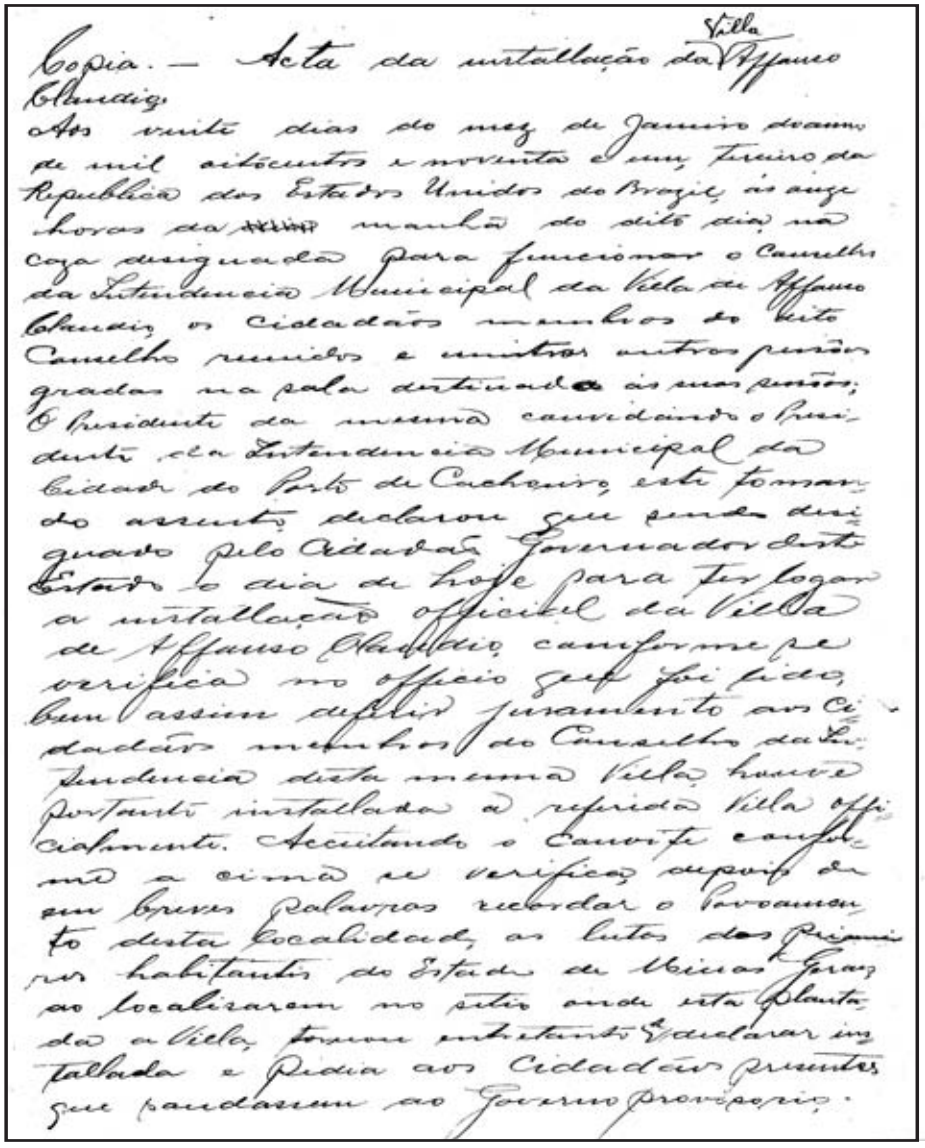
Palacio do governo do Estado do Espírito Santo, em 24 de dezembro de 1890, 2º da República. – (L.S.) – Henrique da Silva Coutinho.

Sellado e publicado n'esta secretaria do governo do Espírito Santo, em 24 de dezembro de 1890. Emílio da Silva Coutinho, Secretário".

"Antes da instalação, o novo município recebeu o nome de Afonso Cláudio e sua sede foi elevada à categoria de vila". A escolha do nome, como já é sabido, foi em homenagem ao primeiro

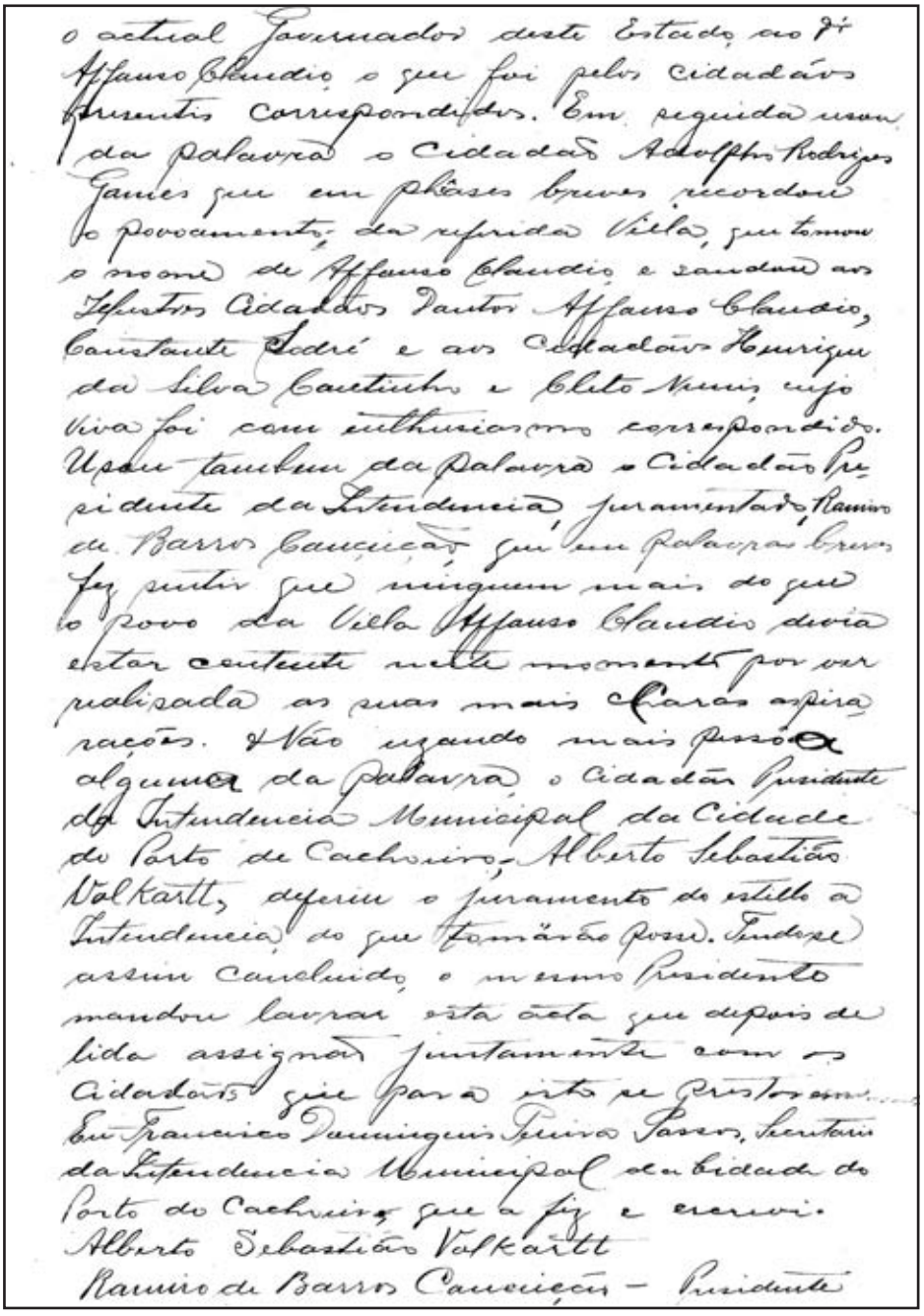
governador do Estado, no regime republicano.

A criação do município muito se deve aos republicanos afonso-claudenses Inácio Gonçalves Lamas, Sabino Coimbra de Oliveira, Antônio Cândido de Almeida Rosa, Adolfo Rodrigues Gomes, Eugênio Pereira da Silva, Guilherme Gomes, Ramiro de Barros Conceição, entre outros, sobre os quais repousam as glórias da propaganda da república no Alto Guandú, o que acabou influenciando na emancipação.



Copia. — Acta da installação da Villa Affonso Claudio.

Aos vinte dias do mez de Janeiro do anno de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da Republica dos Estados Unidos do Brazil, ás onze horas da manhã do dito dia, na caza designada para funcionar o Conselho da Intendencia Municipal da Villa de Affonso Claudio, os cidadãos membros do dito Conselho reunidos e muitas outras pessôas gradas na sala destinada ás suas sessões; O Presidente da mesma convidando o Presidente da Intendencia Municipal da Cidade do Porto de Cachoeiro, este tomando assento, declarou que sendo designado pelo Cidadão Governador deste Estado o dia de hoje para ter logar a installação official da Villa de Affonso Claudio, conforme se verifica no officio que foi lido, bem assim deferir juramento aos Cidadãos membros do Conselho da Intendencia desta mesma Villa, houve portanto installada a referida Villa officialmente. Acceitando o Convite conforme a cima se verifica, depois de em breves palavras recordar o Povoamento desta localidade, as lutas dos primeiros habitantes do Estado de Minas Geraes ao localizarem no sitio onde esta plantada a Villa, tornou entretanto a declarar installada e pedia aos Cidadãos presentes que saudassem ao Governo provisorio.



o actual Governador deste Estado, ao Dr
Affonso Claudio, o que foi pelos cidadãos
presentes correspondidos. Em seguida usou
da palavra o Cidadão Adolpho Rodrigues
Gomes que em phases breves recordou
o povoamento da referida Villa, que tomou
o nome de Affonso Claudio e saudou aos
Illustres Cidadãos Doutor Affonso Claudio,
Constante Sodré e aos Cidadãos Henrique
da Silva Coutinho e Cleto Nunes, cujo
viva foi com enthusiasmo correspondido.
Usou tambem da palavra o Cidadão Pre-
sidente da Intendencia, juramentado, Ramiro
de Barros Conceição, que em palavras breves
fez sentir que ninguem mais do que
o povo da Villa Affonso Claudio devia
estar contente neste momento por ver
realisada as suas mais claras aspira-
rações. E Não usando mais pessoa
alguma da palavra, o Cidadão Presidente
da Intendencia Municipal da Cidade
do Porto de Cachoeiro, Alberto Sebastião
Volkartt, deferiu o juramento do estillo a
Intendencia, do que tomarão posse. Tendo-se
assim concluido, o mesmo Presidente
mandou lavrar esta acta que depois de
lida assignão juntamente com os
Cidadãos que para isto se prestarem.
Eu Francisco Dominguis Pereira Passos, Secretario
da Intendencia Municipal da Cidade do
Porto do Cachoeiro, que a fiz e escrevi.
Alberto Sebastião Volkartt
Ramiro de Barros Conceição – Presidente

ILUSTRAÇÃO Nº. 04 – Cópia da “Acta da Instalação da Villa Affonso Cláudio – 20 de Janeiro de 1901.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

TRADUÇÃO DA ATA:

ACTA DA INSTALLAÇÃO DA VILLA AFFONSO CLAUDIO

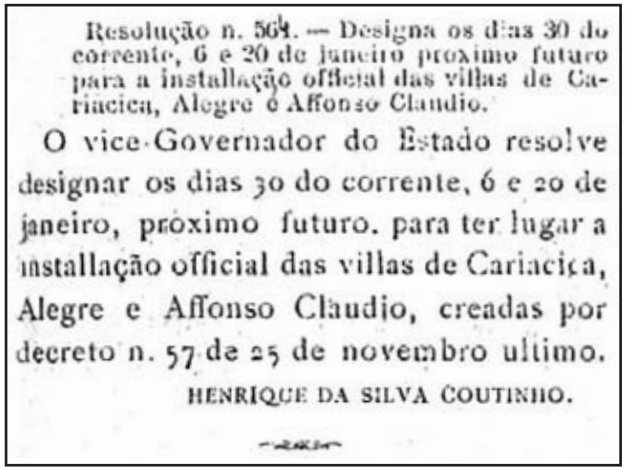
Aos vinte dias do mez de Janeiro do anno de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da Republica dos Estados Unidos do Brazil, ás onze horas da manhã do dito dia, na casa dessignada para funcionar o Conselho da Intendencia Municipal da Villa de Affonso Claudio, os cidadãos membros do dito Conselho reunidos e inscritas outras pessôas gradas na sala destinada ás suas sessões; o Presidente da mesma convidando o Presidente da Intendencia Municipal da Cidade do Porto de Cachoeiro, este tomando assento, declarou que designado pelo cidadão Governador deste Estado o dia de hoje para ter logar a installação official da Villa de Affonso Claudio, conforme se verifica no officio que foi lido, bem assim deferiu juramento aos Cidadãos membros do Conselho da Intendencia desta mesma Villa, houve portanto installada a referida Villa officialmente. Aceitando o convite conforme a acima se verifica, depois de em breves palavras recordar o Povoamento desta localidade, as lutas dos primeiros habitantes do Estado de Minas Gerais, ao localizarem no sitio onde esta plantada a Villa, tornou entretanto a declarar installada e pedia aos Cidadãos presentes que saudassem ao Governo Provisório, o actual Governador deste Estado ao Dr. Affonso Claudio, o que foi pelos cidadãos presentes correspondidos. Em seguida usou da palavra o Cidadão Adolpho Rodrigues Gomes que em phrases breves recordou o Povoamente da referida Villa, que tomou o nome de Affonso Claudio, e saudou aos ilustres Cidadãos Doutor Affonso Claudio, Constante Sodré e aos Cidadãos Henrique da Silva Coutinho e Cleto Nunes, cujo viva foi com enthusiasmo correspondido. Usou também da palavra, o cidadão Presidente da Intendencia, juramentado, Ramiro de Barros Conceição, que em palavras breves fez sentir que ninguém mais do que o povo da Villa Affonso Cláudio devia estar contente neste momento por ver realisada as suas mais caras aspirações. Não uzando mais pessôa alguma da palavra, o cidadão presidente da Intendencia Municipal da Cidade do Porto de Cachoeiro, Alberto Sebastião Volkartt, deferiu o juramento do estillo a Intendencia, do que tomarão Posse. Tendo-se assim concluído, o mesmo Presidente mandou lavrar esta acta que depois de lida assignão juntamente com os Cidadãos que para isto se prestaram. Eu Francisco Domingues Pereira Passos, Secretario da Intendencia Municipal da Cidade do Porto de Cachoeiro, que a fiz e escrivi. Alberto Sebastião Volkartt, Ramiro de Barros Conceição – Presidente, Miguel Pereira de Mattos – Membro, João Francisco Machado Braga – Membro, Adolpho Rodrigues Gomes – Membro, João Teixeira Alves,

Membro – Henrique Minas, Antônio Candido Roza, Joaquim Justino de Barros Conceição, Francisco Figueira da Silva Lessa, Venancio Xavier, José Nunes Vieira Sobrinho, Joaquim Luiz de Almeida, Manoel Justino de Almeida, Manoel Justino Leal, Joaquim José de Almeida, Domingos Justino de Almeida, João Martins de Abreu Rangel, José Carlos Rodrigues, Custódio de Abreu Rangel, Francisco de Paula Gomes, Felippe Nery de Almeida, Affonso Theodulo da Rocha Brandão, Caetano José Gomes, Severino da Costa Silveira, Henrique da Costa Silveira, Antonio Ribeiro Soares, José Pinheiro Lacerda, Antonio Glez Lamas Primo, João Pinheiro Sobrinho, José Francisco Rodrigues da Silva, Manoel Marcelino de Freitas, Belmiro Eustaquio de Souza, Felisberto de Abreu Rangel, Manoel Cardoso de Mattos, Sebastião Martins de Paiva, Antonio Correia da Silva, Joaquim Ferreira Campos Galvão, Antônio Machado Novais, Antonio Manoel Fernandes, Augusto Escopelli Gomes, Augustinho Gonçalves Barral, Camillo Gonzaga de Carvalho, Antonio Correia Senna, Manoel Correia da Silva, Manoel Theodulo Brandão, Pedro Emiliano Pereira, Francisco Antonio Pimentel, Francisco Borges dos Santos, Camilo da Silva Braga, João Martins de Lamas, Carlos Rodrigues de Oliveira, Antonio Peregrino de Moraes, Manoel Francisco de Freitas, José Porfírio Calixto Candido da Silva, Luiz Ferreira da Silva, Luiz Gomes Gonçalves, José Pinto de Oliveira Filho, Antonio Soares de Lamas, Ignácio Gonçalves Lamas, João Pinto de Oliveira, Antonio Vieira Moura, Augusta Amélia da Fonseca Lamas, Maria Querobina Lamas, Maria Augusta da Fonseca Lamas, Eugenia Josefina Barral, Rozalina Laudelina Lamas, Hormezinda Candida de Almeida Roza, Amelia Candida de Almeida Roza, Maria Eugenia Bairral, Leocadia de Oliveira Silva, Elvira Candida Roza de Novais, Anna M.O. Barros, Maria José Gomes, Maria de Oliveria Soares, Astroldina Guilhermina Gomes, João Vianna Machado, João Manoel, Américo Machado Braga, Affonso Alves, Antonio Dias Campos, Antonio Januario da Silveira, Domingos do E. Santo, Maria Roza Ferreira, Henriqueta Querobina de Almeida, Alvino Antonio de Oliveira, Francisco Pereira de Amorim, Francisco Domingos Pereira Passos, Sabino Coimbra de Oliveira, Joaquim Pinto de Oliveira. Eu Francisco Domingos Pereira Passos, Secretario da Intendencia Municipal da Cidade Porto de Cachoeiro, dou por encerrada a presente acta. Francisco Domingos Pereira Passos.

OBS.: Não foi encontrada a página original com as assinaturas dos que estavam presentes à solenidade.

O município de Alto Guandu ficou constituído das freguesias do Guandu de Cima e Nossa Senhora da Boa Família, sede Vila, que se denominou Afonso Cláudio, outrora Alto Guandu.

✓1890 - Pela Resolução nº 564, de 21 de dezembro de 1890, é designado o dia 20 de janeiro de 1891 para instalação oficial da Vila Afonso Cláudio.



Resolução n. 564. — Designa os dias 30 do corrente, 6 e 20 de janeiro proximo futuro para a installação official das villas de Cariacica, Alegre e Affonso Claudio.

O vice-Governador do Estado resolve designar os dias 30 do corrente, 6 e 20 de janeiro, proximo futuro, para ter lugar a installação official das villas de Cariacica, Alegre e Affonso Claudio, creadas por decreto n. 57 de 25 de novembro ultimo.

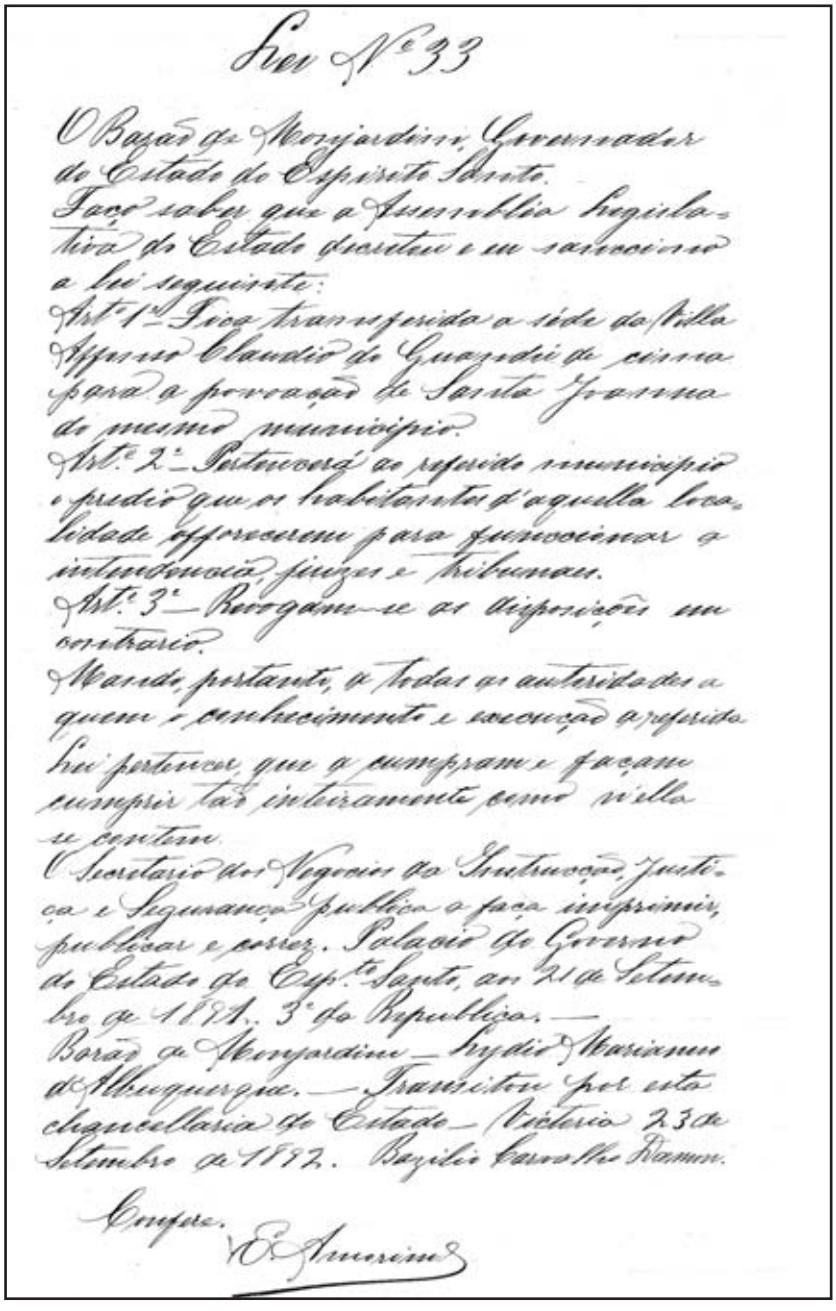
HENRIQUE DA SILVA COUTINHO.

ILUSTRAÇÃO Nº 05 - Resolução Nº 564 – 21/12/1890, Marcando Data Para Instalação Oficial da Vila Afonso Cláudio.
(Acervo: DIO – Diário Oficial do Estado do Espírito Santo)

✓ 1891 - Instalação do município. A 20 de janeiro de 1891, pelo Cel. Alberto Sebastião Wolkart então Presidente da Intendência Municipal da Cidade do Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina. Nesta época, Ramiro de Barros Conceição era o Presidente do Conselho da Intendência. Esta data é também o dia do padroeiro da cidade: São Sebastião.

✓ 1891 - É anexado ao município de Afonso Cláudio, os distritos de Figueira e Boa Família, criados que foram pela Lei municipal nº 1, de 16/03/1891.

✓ 1891 - É transferida, por ato do Barão de Monjardim, decorridos 9 (nove) meses de instalada oficialmente, a sede do município para a povoação de Figueira de Santa Joana (hoje Itarana), pela Lei nº 33, de 21 de setembro de 1891, isto, após a ascensão ao poder, do Partido da União.



Lei Nº 33

O Barão de Monjardim, Governador do Estado do Espirito Santo.
Faço saber que a Assembléa Legislativa do Estado decretou e eu sanccionou a lei seguinte:
Artº 1º – Fica transferida a séde da Villa Affonso Claudio do Guandu de cima para a povoação de Santa Joanna do mesmo municipio.
Artº 2º – Pertencerá ao referido municipio o predio que os habitantes d'aquella localidade offerecerem para funccionar a intendencia, juizes e tribunaes.
Artº 3º – Revogam-se as disposições em contrario.
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução a referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como n'ella se contem.
O Secretario dos Negocios da Instrucção, Justiça e Segurança publica a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Estado do Espto Santo, aos 21 de Setembro de 1891. 3º da Republica. —
Barão de Monjardim — Lydio Marianno d'Albuquerque. — Transitou por esta chancellaria do Estado — Victoria 23 de Setembro de 1892. Bazilio Carvalho Damon.

Confere.
E. Amorim

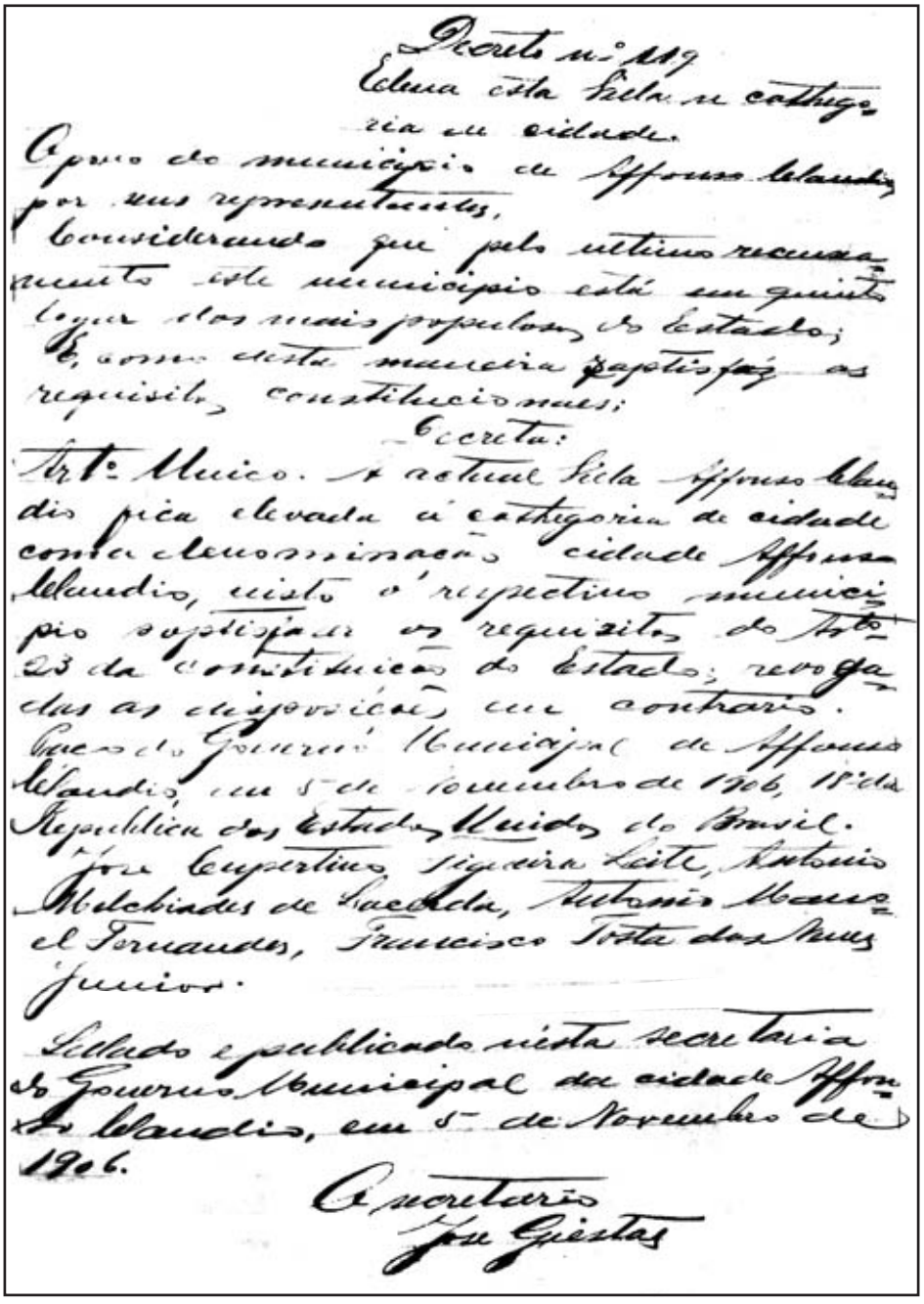
ILUSTRAÇÃO Nº.06 – Lei Estadual nº 33, de 21 de Setembro de 1891 . Transfere a "Séde da Villa Affonso Cláudio do Guandu de Cima para Povoação de Santa Joana".
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

- ✓ 1892 - Após 4 (quatro) meses da transferência da sede, por Decreto de 18 de janeiro de 1892, a mesma retornava para Afonso Cláudio. "A Junta Governativa Estadual, nomeada pelo Marechal Floriano Peixoto, que acabara de assumir a Presidência da República, fez logo retornar a Afonso Cláudio a sede do governo local, indevidamente deslocada para a pequena Figueira". (FERREIRA[15]) Coube a Ramiro de Barros Conceição, "que em companhia de cidadãos destemidos, irem àquela localidade e arrebatarem o arquivo, trazendo-o novamente para Afonso Cláudio". Esta intervenção resultou na troca de tiros em Figueira, com o não menos destemido Francisco Carlos de Almeida Rosa - "Cel. Chico Rosa". Segundo FERREIRA[15], o nome de guerra de Francisco Carlos de Almeida Rosa era Coronel Chico Rosa, pelo qual ficou conhecido na região. Era carangolense (MG), revoltado, valentão e destemido [...]. "Entusiasmado seguidor do Partido Republicano do Espírito Santo, fora protagonista sacrificado de uma das mais sofisticadas batalhas políticas da terra capixaba". Sua atuação política, antes de transferir-se para o município de Baixo Guandu, "fora nos povoados de Boa Família (Itaguaçu), onde residira e em Figueira de Santa Joana, então partes do Distrito de São Sebastião do Alto Guandu de Cima".[...]
  Morreu aos 74 (setenta e quatro) anos quando dos conflitos de 11 de junho de 1916 e foi sepultado na necrópole de Figueira de Santa Joana (Itarana), no dia 12 de junho. O registro de óbito foi realizado no Cartório de Registro Civil de Itaguaçu, Livro Nº 02, Fls. 25v, nº 52. Era o bisavô de Dr. Gélio Martins Farias, ex-Secretário de Saúde Estadual.

- ✓ 1892 - Criação da Comarca, com o nome de Guandu, em 31 de maio de 1892, instalada em 14 de agosto de 1892 e mais tarde, Afonso Cláudio, em 30 de dezembro de 1921. Elevada a 2ª Entrância em 8 de fevereiro de 1951.

- ✓ 1906 - À revelia do Governo Estadual, a municipalidade elevou a Vila à categoria de cidade, pelo Decreto nº 119, de 5 de novembro de 1906.

[15]FERREIRA, Manoel Milagres. "História e Flagrantes de Baixo Guandu". Vitória (ES). 2ª Edição Revista, Ampliada e Atualizada até 1983. 1985. 280p.



Decreto nº 119
Eleva esta Villa a cathego-
ria de cidade.

O povo do municipio de Affonso Claudio
por seus representantes,
Considerando que pelo ultimo recensa-
mento este municipio está em quinto
logar dos mais populosos do Estado;
E, como desta maneira satisfaz as
requisitos constitucionaes;
Decreta:
Artº Unico. A actual Villa Affonso Clau-
dio fica elevada á cathegoria de cidade
com a denominação cidade Affonso
Claudio, visto o respectivo munici-
pio satisfazer os requisitos do Artº
23 da constituição do Estado; revoga-
das as disposições em contrario.
Paço do Governo Municipal de Affonso
Claudio, em 5 de Novembro de 1906, 18º da
Republica dos Estados Unidos do Brasil.
José Cupertino Figueira Leite, Antonio
Melchiades de Lacerda, Antonio Mano-
el Fernandes, Francisco Costa dos Nunes
Junior.

Sellado e publicado nesta secretaria
do Governo Municipal da cidade Affon-
so Claudio, em 5 de Novembro de
1906.

O secretario
José Giestas

ILUSTRAÇÃO Nº. 07 - Decreto Nº 119, de 5 de Novembro de 1906 – Eleva a Vila a Categoria de Cidade.
(Acervo: APE – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo)

A história administrativa do município nos revela que, este projeto teve início na administração do Ilustre Presidente Cel. José Cupertino Figueira Leite, e subscrito pelo vereador Antônio Melchiades de Lacerda.

O AFFONSO CLÁUDIO[16] afirma que: "O projeto foi logo convertido em lei, mas o governo do Estado negou competência ao município para votal-a".

Face à persistência do Dr. Cupertino, "redobrando de esforços para ver triunfante a sua ideà obteve do illustre dr. Paulo Júlio de Mello a apresentação della ao Congresso Legislativo de que era digno membro".

FOTO Nº 5 - Sede do Município de Afonso Cláudio - 1907.
(Acervo: Familiares de Dulce Leite de Almeida)

✓1907 - A Vila de Afonso Cláudio passa à categoria de Cidade pela Lei Estadual nº 24, renumerada para nº 488, de 22 de novembro de 1907, e reinstalada em 06 de janeiro de 1908.

[16]O AFFONSO CLÁUDIO. "Mensagem Apresentada a Camara Municipal da Cidade Affonso Claudio". Afonso Cláudio (ES). 14 de Fevereiro 1915, Ano III, nº. 90. 4p.

LEI N. 488

Transfere a séde do Municipio de Linhares para Collatina e eleva á categoria de cidade a villa Affonso Claudio.

O Presidente do Estado, cumprindo o que determina o artigo 40 da Constituição, manda que tenha execução a presente lei do Congresso Legislativo.

Art. 1.° E' transferida a séde do Municipio de Linhares para a povoação de Collatina, que fica elevada á categoria de villa.

Art. 2.° Fica elevada á categoria de cidade a villa Affonso Claudio.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

Ordena, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e façam cumprir como n'ella se contém.

O Secretario Geral do Estado faça publical-a, imprimir e correr.

Palacio do Governo do Estado do Espirito Santo, em 22 de Novembro de 1907.—HENRIQUE DA SILVA COUTINHO.

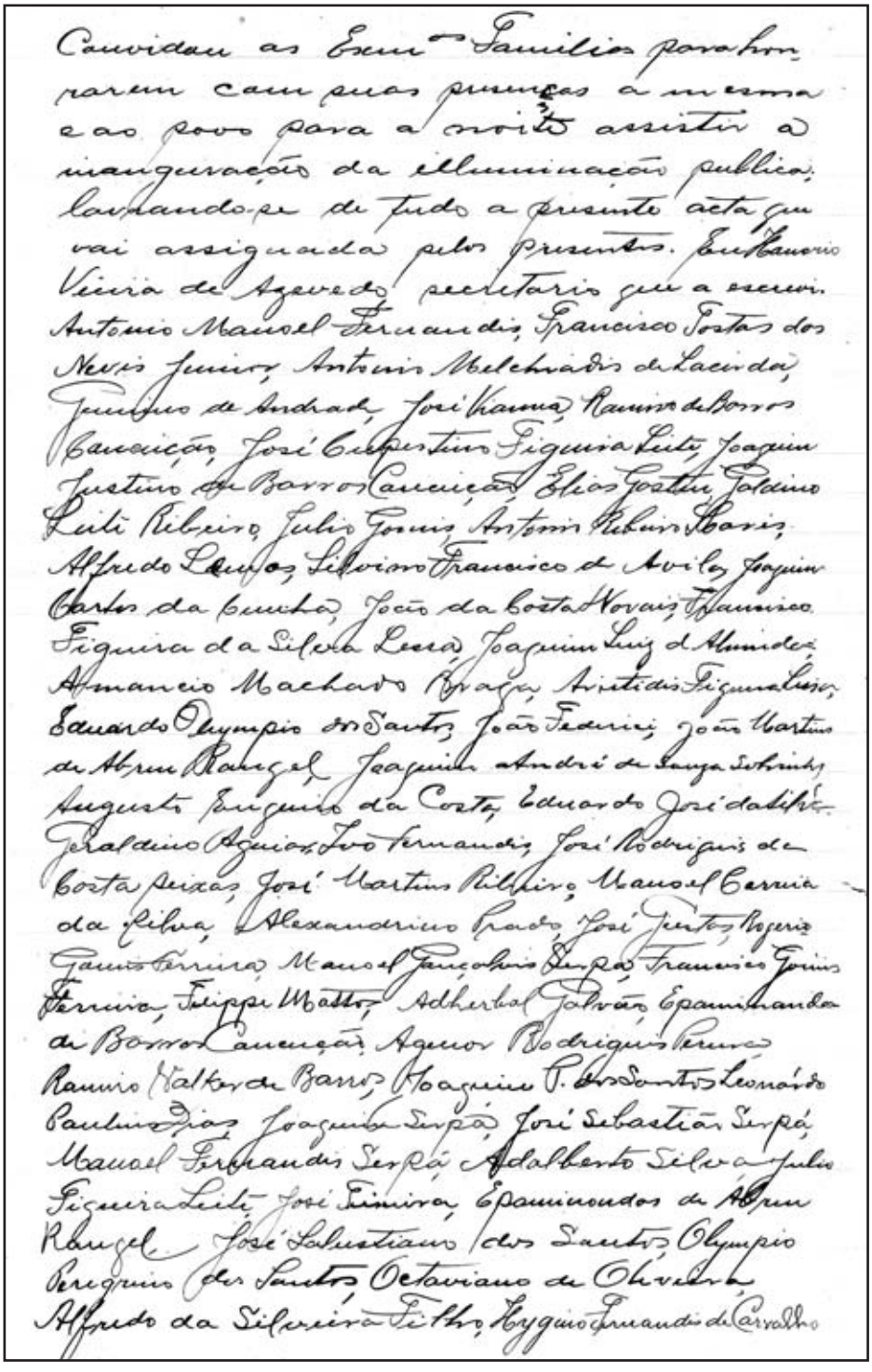
Sellada e publicada n'esta Secretaria Geral do Estado do Espirito Santo, em 22 de Novembro de 1907.—*J. J. Valentim Debiase*, Secretario Geral interino.

ILUSTRAÇÃO Nº. 08 – Lei nº 488, de 21 de Novembro de 1907. Concede Foros de Cidade.
(Acervo: APE - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo)

Acta da installação da cidade de
Affonso Claudio.

Ao primeiro dia do mez de Janeiro
de mil nove centos e anno, na casa
do Governo Municipal, as 2 horas
da tarde, presentes o Presidente do Gover-
no Municipal Major Antonio Manoel
Fernandes, e os Governadores Municipa-
is: Antonio Melchiades de Lacerda e Fran-
cisco Fontes dos Neves Junior, o Presidente
abrio a sessão, collocando a sua direita
em primeiro logar o Dr Juiz de Direito
da Commarca Jemino A. de Andrade e
em seguida o Promotor Publico Capitão José
Vianna, e a sua esquerda em primeiro
logar o Cel Ramiro de Barros Cavalcanti e em
seguida o Cel José Cupertino, ocupando os
demais lugares da sala as demais auto-
ridades, Cavalheiros, Exmas Snrs e mais pes-
soas do povo, abrilhantando a solemnidade
do acto a Banda Musical Guarany.
Usando da palavra, o Presidente do
Governo Municipal leu um pequeno dis-
curso em que fez sentir que dava
posse a Cidade Affonso Claudio a que
foi elevada esta Villa em virtude
da Lei nº 488 do Congresso Legislativo
deste Estado, mandando-a cumprir por
sua Excia o Snr Cel Presidente do Estado,
procedendo o Secretario deste Governo em
seguida, a leitura da referida Lei.
Usou então da palavra o Cel Ramiro
de Barros Cavalcanti e historiando

as phases porque tem passado
esta localidade desde a sua fundação,
a criação da Villa a elevação desta
a Comarca e finalmente a cathegoria
de Cidade, salientou os esforços, a união
e o patriotismo dos povos de Affonso Claudio
na cooperação constante que tem feito
para que progressos semelhantes como este
que se verifica venham em abono da
justa aspiração que tinham em ser
elevada a Cidade esta Villa, terminou
saudando ao Congresso Legislativo do
Estado e ao Exmº Snr Presidente do mesmo
Estado. Em seguida falou o Drº Guimarães de
Andrade, terminando por saudar os seus
motores da Cidade e ao Exmº Snr Presidente
te do Estado. Usou da palavra o Snr Cel José
Cupertino Figueiredo, saudando o Exmº Snr
Drº Paulo de Mello que como Deputado
muito contribuiu para a emancipação desta
que creou a Cidade. Falou ainda o
Professor Alfredo Lemos saudando o Governo
Municipal e ao povo Affonsoclaudense, por
ultimo falou o Governador Antonio Lacer
da, terminando por saudar o ex-presidente
te deste Governo Municipal Cel José Cupertino
os actuaes presidentes e Governadores Major
Antonio Manoel Fernandes e Francisco
Costa, a Justiça representada na pessôa
do Drº Juiz de Direito e ao povo Affonsoclaudense.
Nada mais occorrendo o Presidente do Governo
Municipal dizendo que a festa presente seria
terminada com uma soirée dansante.


Convidam as Exmas Familias para hon-
rarem com suas presenças a mesma
e ao povo para a noite assistir a
inauguração da illuminação publica,
lavrando-se de tudo a presente acta que
vai assignada pelos presentes. Eu Mauricio
Vieira de Azevedo secretario que a escrevi.
Antonio Manoel Fernandes, Francisco Costas dos
Neves Junior, Antonio Melchiades de Lacerda,
Gumbino de Andrade, José Vianna, Ramiro de Barros
Cavalcanti, José Crispiniano Figueira Leite, Joaquim
Justino de Barros Cavalcanti, Elias Gastão Goldino
Leite Ribeiro, Julio Gomes, Antonio Ribeiro Soares,
Alfredo Lemos, Silveiro Francisco de Avila, Joaquim
Carlos da Cunha, João da Costa Novais, Francisco
Figueira da Silva Lessa, Joaquim Luiz d'Almeida,
Armando Machado Braga, Aristides Figueiredo,
Eduardo Olympio dos Santos, João Pedroni, João Martins
de Abreu Rangel, Joaquim André de Souza Sobrinho,
Augusto Augusto da Costa, Eduardo José da Silva
Geraldino Aguiar, Leo Fernandes, José Rodrigues de
Costa Peixoto, José Martins Ribeiro, Manoel Correia
da Silva, Alexandrino Prado, José Gentil Rogerio
Gama Ferreira, Manoel Gonçalves Serpa, Francisco Gomes
Ferreira, Filippe Mattos, Adherbal Galvão, Epaminondas
de Barros Cavalcanti, Aguior Rodrigues Ferreira,
Ramiro Walter de Barros, Joaquim P. dos Santos Leonardo
Paulino Dias, Joaquim Serpa, José Sebastião Serpa,
Manoel Fernandes Serpa, Adalberto Silva, Julio
Figueira Leite, José Ferreira, Epaminondas de Abreu
Rangel, José Sebastiano dos Santos, Olympio
Peregrino dos Santos, Octaviano de Oliveira,
Alfredo da Silveira Filho, Hygino Fernandes de Carvalho

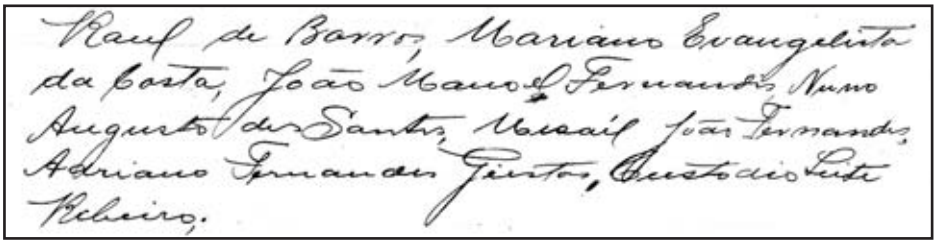


ILUSTRAÇÃO Nº. 09 – “Acta da Installação da Cidade de Affonso Cláudio”.
01 de Janeiro de 1908.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

✓1914 - Em 25 de março, são criadas as Prefeituras no Estado do Espírito Santo, sendo que em Afonso Cláudio foi eleito para o cargo municipal o Sr. José Giestas, que governou até 1929.

1.3 - Distritos Municipais

Em 1893, o município era dividido em três distritos: Sede (Afonso Cláudio), Boa Família (hoje, Itaguaçu) e Figueira de Santa Joana (hoje, Itarana).

ILUSTRAÇÃO Nº 10.– Mapa do Município de Afonso Cláudio – 1893.
(Acervo: do Autor)

Os distritos que formavam o município de Afonso Cláudio, em setembro de 1908, eram:

Nº.	Nome dos Distritos	Sede	Números e Datas que Foram Criados
1	Afonso Cláudio	Cidade de Afonso Cláudio	Pela Resolução nº. 1 do Conselho Municipal de 16/03/1890
2	Figueira	Povoação de Figueira	Pela mesma resolução citada
3	Boa Família	Povoação de Boa Família	Pela mesma resolução citada
4	Laranja da Terra	Patrimônio de São Luiz	Pelo Decreto Municipal nº. 94, de 22 de Maio de 1901
5	Rio do Peixe	Povoação de São José	Pelo mesmo decreto nº. 94
6	Boa Sorte	Povoação de Boa Sorte	Pelo Decreto Municipal nº. 32, de 14 de novembro de 1896
7	Bom Jesus	Patrimônio de Bom Jesus	Pelo mesmo decreto nº. 32
8	São Domingos	Patrimônio de São Domingos	Pelo Decreto Municipal nº. 80, de 18 de março de 1900

Obs: O distrito do Rio do Peixe foi suprimido pelos distritos do próprio Rio do Peixe, Boa Sorte, Bom Jesus e São Domingos, em 03 de janeiro de 1908, depois de promulgada a Lei nº 516, de 31 de dezembro de 1907, os quais, em virtude do art. 1º das disposições transitórias da mesma lei, não podia mais o Governo Municipal suprimí-los, pois havia nos mesmos, Juízes Distritaes eleitos e funcionando o registro civil em todos eles.Em 9 de agosto de 1909, o Sr. Augusto Escopelle Gomes, então Secretário do Governo Municipal, encaminhava esta situação dos distritos, ao Sr. Governador do Estado.

O FIBGE[1], já citado, naquela sinopse, afirma que em 1911, estes eram os distritos do município:

- ✓ Afonso Cláudio (Sede)
- ✓ Figueira de Santa Joana (Itarana)
- ✓ Boa Família (Itaguaçu)
- ✓ Laranja da Terra

Afonso Cláudio perdeu parte do distrito de Figueira de Santa Joana, dos Distritos de Boa Família e de São Francisco, que o integravam, tendo em vista a Lei Estadual nº. 978, de 28 de novembro de 1914, criando o município de Boa Família (hoje Itaguaçu). Esta separação reduziu à metade a renda municipal.

O movimento de emancipação política e administrativa teve início em 20 de fevereiro de 1900, quando 250 (duzentos e cinquenta) habitantes desta região encaminharam um abaixo assinado ao Presidente do Estado, Sr. Moniz Freire (José de Mello Carvalho Moniz Freire), manifestando a insatisfação com diversas situações:

- ✓ a organização municipal de Afonso Cláudio;
- ✓ a enorme distância que os separava, de aproximadamente sete léguas;
- ✓ Boa Família e Santa Joana já possuíam população e renda superior às exigidas pelo art. 26 da Constituição que os regia;
- ✓ possuíam toda documentação necessária ao exame do processo de separação;
- ✓ o não cumprimento pela administração do município de Afonso Cláudio, de dispositivo constitucional, que determinava que os impostos municipais deviam ser, quando possível, aplicados no lugar onde foram gerados (pagos).

Ficavam, portanto, no aguardo do atendimento do requerimento, decretando não só a desanexação, como também marcando prazo para a eleição do novo Governo Municipal.
O Sr. Presidente após ter recebido este documento, solicitou ao Secretário Geral do Estado, Sr. Deocleciano de Oliveira, que oficializasse ao Sr. Adolpho Rodrigues Gomes, na data de 15 de março de 1900, para que a municipalidade conhecesse o teor da manifestação e emitisse o seu parecer. Em 21 de março do corrente ano, assim se manifestara o Presidente do Governo Municipal:
[...]"Cumpre-me informar a V.Excia a esse respeito, tendo em vista o Artº. 26 da Constituição Estadual, que os mencionados districtos tem renda municipal superior a cinco contos de réis; que a sede do 1º dista 8 e o do 2ª 10 leguas d'esta Villa, mas que ficando bastante reduzida a renda Municipal d'este município com essa desannexação, é urgente que se anexe a este os districtos do Capim e Humaytá atualmente pertencentes ao município do Rio Pardo, de cuja sede distão cerca de 20 léguas, ao passo que estão apenas a 7 ou 8 d'esta Villa. Saúde e Fraternidade. O Presidente do Governo Municipal, Adolpho Rodrigues Gomes".

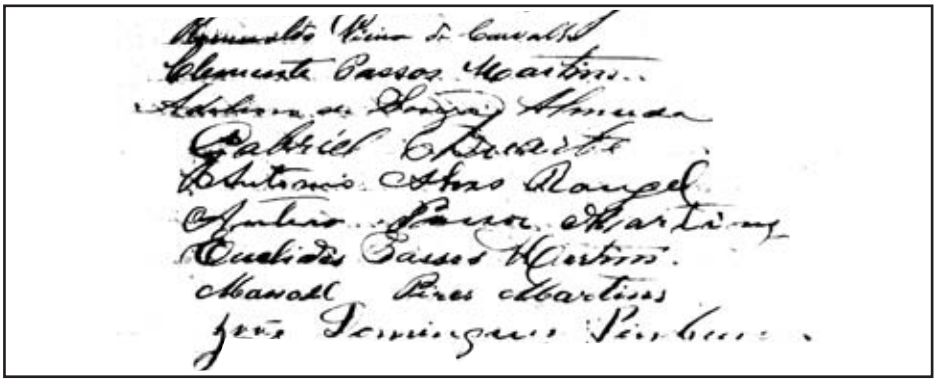
Illmo Exmo Senr Dr Presidente do Estado
do Espirito Santo

Os abaixo assignados não estando satisfeitos com a organisação municipal desta Comarca que os prejudica, pela enorme distancia que os separa da Séde do unico municipio que aqui existe e que é a Villa Affonso Claudio, a 9 leguas de distancia desta prospera povoação e da da Boa Familia e tendo população volumosa e rendas superiores ás exigidas pelo Art. 36 da Constituição que nos rege como provam com os documento junto vem respeitosamente requerer a V. Exa a desannexação dos districtos de Sta Joanna e Boa Familia que constituirão um municipio novo. Dispondo a nossa Constituição que os impostos municipaes devem ser, quanto possivel, applicados ao logar onde são pagos e não podendo a jurisdicção Municipal de Affonso Claudio estender-se proveitosa até estes logares que tem direito as regalias que da creação de novo municipio lhes advirão, confiantes no espirito de justiça e equidade que preside aos actos de V. Exa contam os abaixo assignados que V. Exa attendera ao requerimento que fazem, decretando não só a desannexação como tambem marcando praso para a eleição do novo Governo Municipal. Nestes termos.

P. deferimento

Santa Joanna, 20 de Fevereiro de 190[illegible]

Fortunato Barbosa de Menezes



OBS.: Seguem 250 assinaturas.

ILUSTRAÇÃO Nº 11 – Abaixo Assinado Encaminhado ao Presidente do Estado do Espírito Santo Solicitando a Emancipação – 20/02/1900.
(Acervo: APE – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo)

Pelo recenseamento geral de 1 de novembro de 1920, passou a contar com os seguintes distritos:

- ✓ Afonso Cláudio (Sede)
- ✓ Bom Jesus (Sobreiro)
- ✓ Boa Sorte (Pontões)
- ✓ Laranja da Terra

ILUSTRAÇÃO Nº. 12 – Mapa do Município de Afonso Cláudio – 1920 (Sem Figueira de Santa Joana e Boa Família).
(Acervo: do Autor)

Em 1933, o FIBGE[1] encontrou no município, nove distritos:

- ✓ Afonso Cláudio (Sede) - criado em 17/09/1888 e recreado em 16/03/1890.
- ✓ "Bôa Sorte" (hoje Pontões) – criado em 14/11/1896 e recreado em 06/11/1913 e restaurado em 30/10/1915.
- ✓ Bom Jesus (hoje Sobreiro) – criado em 14/11/1896, suprimido em 03/01/1908. Restaurado em 06/12/1913 e em 30/10/1915.
- ✓ Brejauba (hoje Brejetuba) – criado em 11/01/1930, pela Lei Estadual n. 1739.
- ✓ Laranja da Terra – criado em 22/05/1901 e recriado em 30/10/1930.
- ✓ Rio do Peixe (hoje Piracema) – criado em 22/05/1901, recriado em 06/12/1913 e restaurado em 30/10/1930.
- ✓ São Domingos (hoje Ibicaba) – criado em 18/03/1900 e recreado em 16/03/1913, pela Lei Estadual nº. 1360.
- ✓ Serra Pelada – criado em 30/10/1915, pela Lei Estadual nº. 1012 e instalado a 2 de junho de 1916.
- ✓ Taquaral (hoje Joatuba) – criado em 04/07/1913, pela Lei Estadual nº. 1381.

Anos mais tarde, Afonso Cláudio perderia dois grandes distritos: Laranja da Terrra e Brejetuba.

Laranja da Terra, cujo povoamento se deu em 1910, por colonos de origem alemã (DIVERSOS AUTORES[17]), foi emancipado a 6 de maio de 1988, pela Lei Estadual nº 4.068. Instalado na data de 1º de janeiro de 1989. Os distritos de Joatuba e Sobreiro passaram a integrar o novo município.

Em 1938, as principais lideranças de São João de Laranja da Terra eram: Cid Gomes Beiriz, Manoel Rodrigues Ribeiro, Juca Nunes, João Elias, Ivo Adami, Carlos Tech, Jacob Preti, Antônio Frizzera, Arthur Costa, Anibal Moraes e Sebastião Ferreira. Em 15 de maio de 1988, pela Lei Estadual nº 4072, é criado o distrito da Fazenda Guandu e anexado ao município de Afonso Cláudio.

[17]DIVERSOS AUTORES. "Conhecendo os Municípios do Espírito Santo". Vitória (ES). 2003. 140p.

FOTO Nº 06 - Distrito de Laranja da Terra – 1940.
(Acervo: Prefeitura Municipal de Laranja da Terra).

FOTO Nº 07 - Distrito de Pontões – Sem Data.
(Acervo: Familiares de Joaquim Eustórgio Serpa)

FOTO Nº 08 – Fazenda Guandu - 1977.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de A. Cláudio)

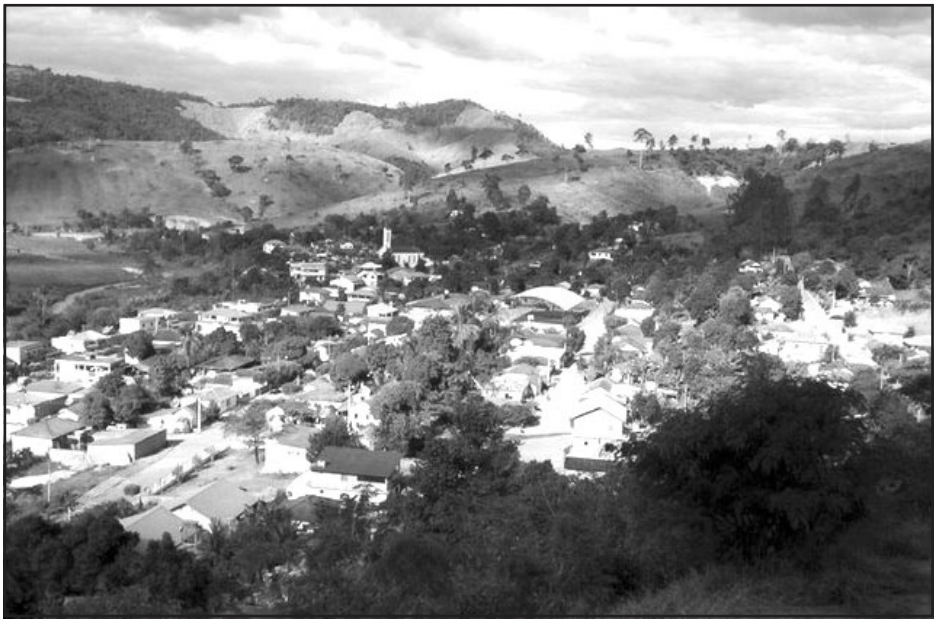


FOTO Nº 09 - Bom Jesus, Hoje Sobreiro - 2007.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de A. Cláudio)

"Pela Lei Estadual nº 1294, de 30 de novembro de 1992, é criado o distrito de São Francisco Xavier do Guandu", também anexado ao município de Afonso Cláudio e pela "lei municipal nº 1295, de 30 de novembro de 1992, é criado o distrito de São Jorge de Oliveira e anexado ao município de Afonso Cláudio".
Portanto, a partir de 1995 o município passou a possuir nove distritos.

- ✓ Afonso Cláudio (Sede)
- ✓ Brejetuba
- ✓ Fazenda Guandu
- ✓ Ibicaba
- ✓ Piracema
- ✓ Pontões
- ✓ São Francisco Xavier
- ✓ São Jorge de Oliveira
- ✓ Serra Pelada

Já Brejetuba emancipou-se mais recentemente. ZAVARIZE[18], em brilhante retrospecto sobre os passos seguidos pelos moradores de Brejetuba para conseguirem a tão almejada emancipação, afirma ao final do capítulo do "Sonho a Realidade", que: "Após a aceitação, o Projeto de Lei foi encaminhado ao Palácio Anchieta para ser sancionado pelo Governador Vitor Buaiz que no dia 15 de dezembro de 1995, assinou a Lei 5.146 nascendo o município Brejetuba" [...]
A sua instalação se deu no dia 1º de janeiro de 1997 e o distrito de São Jorge de Oliveira passou a pertencer ao novo município.

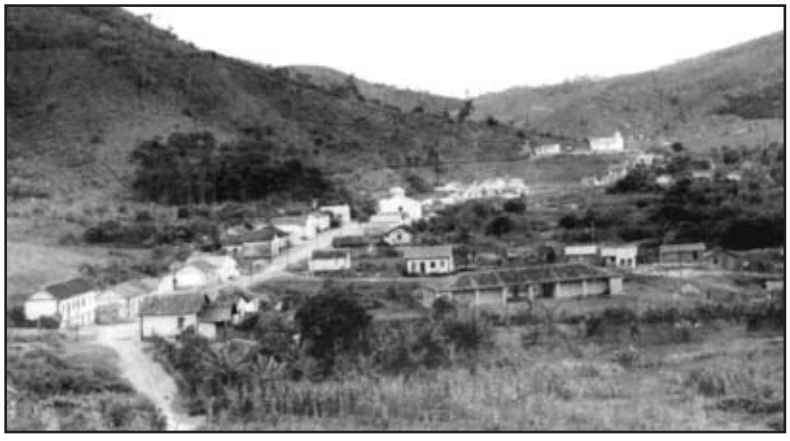


FOTO Nº 10 - Brejaúba, Hoje Brejetuba - 1950.
(Acervo: João Lourenço)

[18]ZAVARIZE, Grasiéli Aparecida. "Brejetuba – O Despertar de Sua História". Brejetuba (ES). 1ª Edição. 2006. 160p.

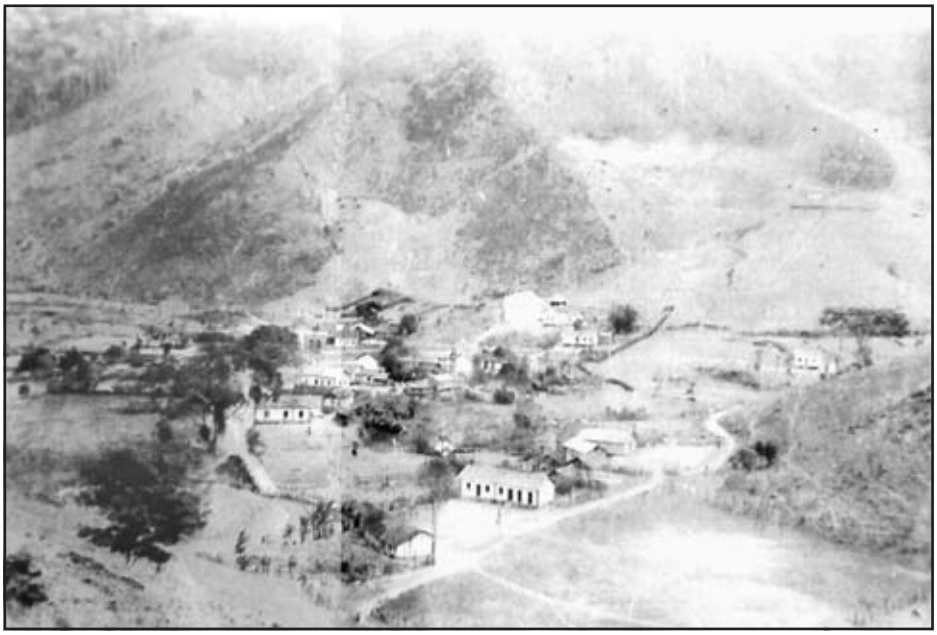


FOTO Nº 11 – Rio do Peixe, Hoje Vila de Piracema – 1939.
(Acervo: Familiares de Aniceto Altafine Biccas)

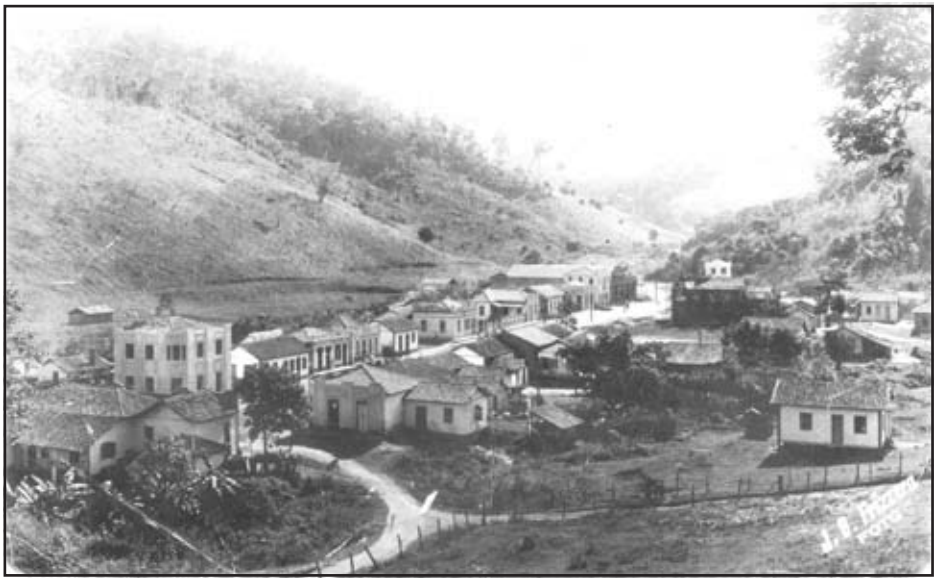
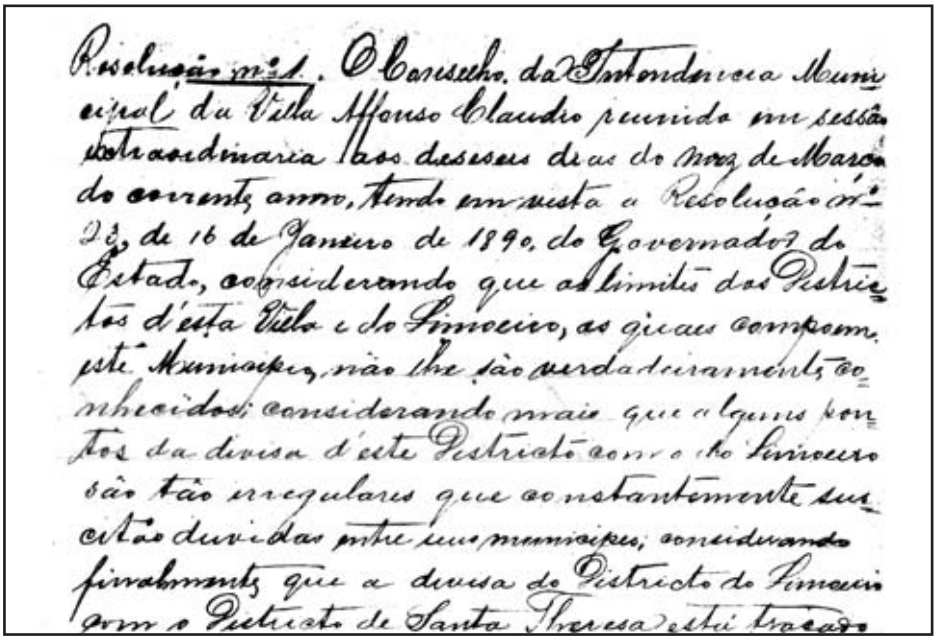


FOTO Nº 12 – Serra Pelada (Lagoa) – Sem Data.
(Acervo: Familiares de Miguel Gomes / Lena Mara Leite Gomes)

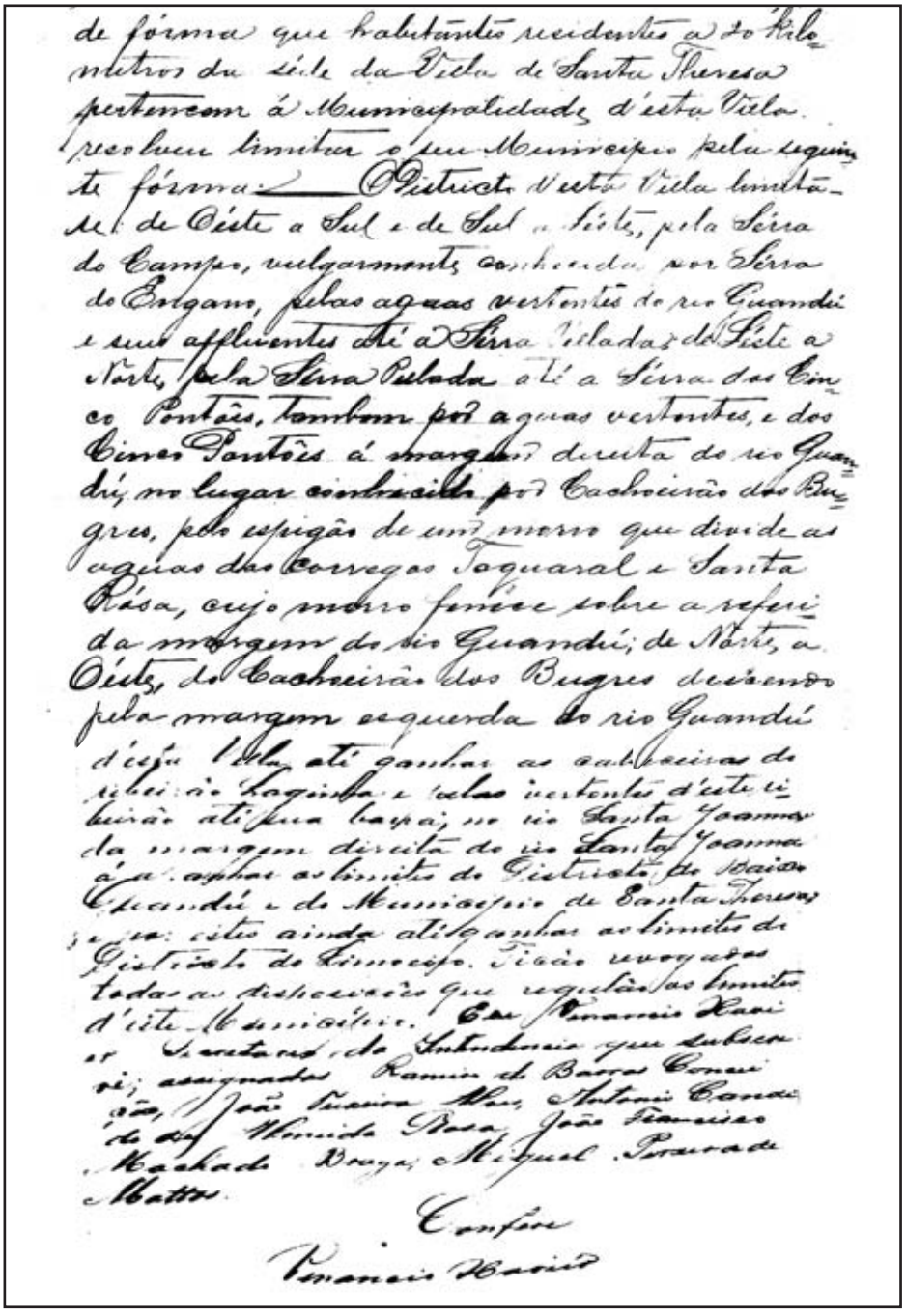
ILUSTRAÇÃO Nº 13 – Novo Mapa do Município de Afonso Cláudio – 1997.
(Acervo: Do Autor)

1.4 Limites Municipais

A resolução nº. 1, de 16 de março de 1890, do Conselho Municipal, criou os limites dos distritos do município, que conseguimos recuperá-la.



Resolução nº 1. O Conselho da Intendencia Municipal da Villa Affonso Claudio reunido em sessão extraordinaria aos desseis dias do mez de Março do corrente anno, tendo em vista a Resolução nº 23, de 16 de Janeiro de 1890, do Governador do Estado, considerando que os limites dos Districtos d'esta Villa e do Pinheiro, as quaes compõem este Municipio, não lhe são verdadeiramente conhecidos; considerando mais que alguns pontos da divisa d'este Districto com o do Pinheiro são tão irregulares que ao instante mente suscitão duvidas entre seus municipes; considerando finalmente que a divisa do Districto do Pinheiro com o Districto de Santa Theresa está traçada



de fórma que habitantes residentes a 20 Kilo-
metros da séde da Villa de Santa Theresa
pertencem á Municipalidade d'esta Villa
resolveu limitar o seu Municipio pela seguin-
te fórma: — O Districto d'esta Villa limita-
se: de Oéste a Sul e de Sul a Léste, pela Sérra
do Campo, vulgarmente conhecida por Sérra
do Engano, pelas aguas vertentes do rio Guandú
e seus affluentes até a Sérra Pelada; de Léste a
Norte, pela Sérra Pelada até a Sérra dos Cin-
co Pontões, tambem por aguas vertentes, e dos
Cinco Pontões á margem direita do rio Guan-
dú, no lugar conhecido por Cachoeirão dos Bu-
gres, pelo espigão de um morro que divide as
aguas dos corregos Taquaral e Santa
Rósa, cujo morro fenece sobre a referi-
da margem do rio Guandú; de Norte, a
Oéste, do Cachoeirão dos Bugres descendo
pela margem esquerda do rio Guandú
d'esta Villa até ganhar as cabeceiras do
ribeirão Laginha e pelas vertentes d'este ri-
beirão até sua barra; no rio Santa Joanna
da margem direita do rio Santa Joanna
á ganhar os limites do Districto do Baixo
Guandú e do Municipio de Santa Theresa;
e por estes ainda até ganhar os limites do
Districto do Limoeiro. Ficão revogadas
todas as disposições que regulão os limites
d'este Municipio. Eu Venancio Xavi-
er Secretario da Intendencia que subscre-
vi; assignados Ramiro de Barros Conceição, João Teixeira Alves, Antonio Candido de Almeida Rosa, João Francisco Machado Braga, Miguel Pereira de Mattos.

Confere

Venancio Xavier

ILUSTRAÇÃO Nº 14 - Resolução Nº. 1, de 16 de março de 1890.
(Acervo: APE – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo)

Resolução Nº 1

"O Conselho da Intendencia Municipal da Villa Affonso Claudio reunido em sessão extraordinaria aos deseseis dias do Mes de Março do corrente anno, tendo em vista a Resolução nº 23, de 16 de janeiro de 1890, do Governador do Estado, considerando que os limites dos Districtos d'esta Villa e do Limoeiro, os quaes compoem este Municipio, não lhe são verdadeiramente conhecidos; considerando mais que alguns pontos da divisa d'este Districto com o do Limoeiro são tão irregulares que constantemente suscitão duvidas entre seus munícipes; considerando finalmente que a divisa do Districto do Limoeiro com o Districto de Santa Theresa está traçado de forma que habitantes residentes a 20 kilometros da Séde da Villa de Santa Theresa pertencem á municipalidade d'esta Villa resolvem limitar o seu municipio pela seguinte forma.

O Districto d'esta Villa limita-se: de Oéste a Sul e de Sul a Léste, pela Sérra dos Campos, vulgarmente conhecida por Sérra do Engano, pelas aguas vertentes do rio Guandú e seus affluentes até a Serra Pellada; de Léste a Norte, pela Sérra Pelada até a Sérra dos Cinco Pontões, também por aguas vertentes, e dos Cinco Pontões á margem direita do rio Guandú, no lugar conhecido por Cachoeirão dos Bugres, pelo espigão de um morro que divida as aguas dos Corregos Taquaral e Santa Rósa cujo morro fenece sobre a referida margem do rio Guandú; De Norte a Oeste, do Cachoeirão dos Bugres descendo pela margem esquerda do rio Guandú até ganhar o corrego denominado Crisciuma e pelas vertentes d'este corrego acima até apanhar uma Sérra que divide suas aguas e as do ribeirão Capim e pelas aguas vertentes d'esta Sérra acima até ganhar as cabeceiras do rio São Domingos (inclusive este rio) na Sérra do Campo. O Districto do Limoeiro limita-se de Sul a Léste, pelas aguas vertentes do rio Santa Joanna e seus affluentes até ganhar a Sérra do Limoeiro e no ponto mais elevado, de Norte a Oéste digo de Léste a Norte, seguindo pelas aguas vertentes do mesmo rio Santa Joanna até confrontar com a barra do corrego Sobreiro; de Norte a Oeste, pelos vertentes do corrego Sobreiro acima até a Sérra dos Cinco Pontões e de Oéste a Sul, pelo limite confrontante do Districto da Villa. Assignados: Ramiro de Barros Conceição, Miguel Pereira de Matos, João Francisco Machado Braga.

Confere

O Secretario

Adolpho Rodrigues Gomes"

As dúvidas sobre questões de limites continuavam a desafiar os governantes, o que levou a Intendência Municipal da Vila, no dia 06 (seis) de abril de 1892, a rever os limites do município. Essa decisão foi tomada, tendo em vista as cons-

tantes reclamações dos habitantes. Os argumentos eram de que os limites não eram bem conhecidos pelos habitantes e que, por isso, estavam sempre aparecendo dúvidas quando se tratava da prestação de serviços de conveniência pública, policiais, eleitorais e outras.

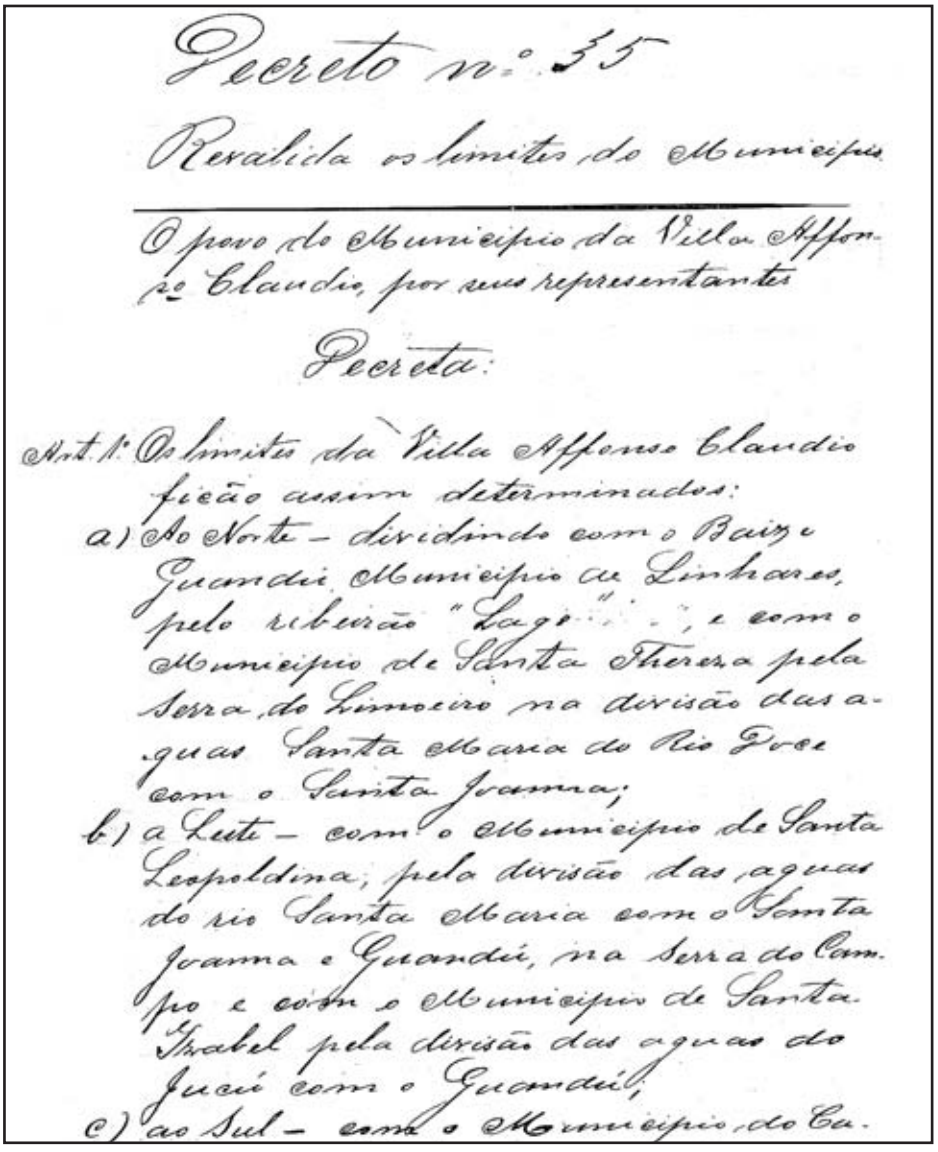
Por ter o Distrito do Limoeiro 02 (duas) povoações, a de Santa Joana e a de Boa Família, sempre em questionamento com os habitantes do Limoeiro, chegando, inclusive, a pedirem a separação daquele distrito, decidiu-se pela revisão daqueles limites, por ser outro entrave para a administração municipal. Os novos limites passaram a ser os seguintes.

"O Districto d'esta Villa limita-se: de Oéste a Sul e de Sul a Léste pela Sérra do Campo por aguas vertentes do rio Guandú e seus affluentes até a Sérra Pelada; de Léste a Norte pella Sérra Pelada também por aguas vertentes até a Sérra Cinco Pontões, e d'ahi à margem direta do rio Guandú no lugar conhecido por Cachoeirão dos Bugres pelo espigão de um morro que divide as aguas dos corregos Taquaral e Santa Rósa, cujo morro fenece na referida margem do rio Guandú, do Cachoeirão dos Bugres, rio Guandú abaixo pela margem esquerda até a barra do corrego Crisciuma, pelas vertentes d'este corrego acima até acima de uma Sérra que divide as aguas do ribeirão Capim, e pelos pontos mais altos d'esta Sérra, até as cabeceiras do rio São Domingos, inclusive este rio na Sérra do Campo.

Fica subdividido o Districto do Limoeiro em dous, que tomarão a denominação de Districto do Limoeiro um e outro a de districto da Bôa Família e terão os seguintes limites: O Districto do Limoeiro limita-se: de Léste a Súl pelas vertentes do rio Santa Joanna até ganhar os limites do Districto desta Villa até ganhar as cabeceiras do ribeirão Bom Destino; pela margem direita do corrego Bom Destino; pela margem direita do corrego Bom Destino, na do rio Santa Joanna em rumo direito a Léste e d'este ponto pelo Municipio de Santa Thereza. O Districto da Bôa Família limita-se: de Léste a Oéste pelos limites do Districto do Limoeiro até o cimo da Sérra dos Cinco Pontões; d'ahi pelos limites do Districto d'esta Villa até ganhar as cabeceiras do ribeirão Lajinha e pelas vertentes d'este ribeirão até sua barra; no rio Santa Joanna da margem direita do rio Santa Joana á apanhar os limites do Districto do Baixo Guandú e do Municipio de Santa Thereza; e por estes ainda até ganhar os limites do Districto do Limoeiro. Ficão revogadas todas as disposições que regulão os limites d'este Municipio. Eu Venancio Xavier Secretario da Intendencia que subscreve; assignados. Ramiro de Barros Conceição, João Teixeira Alves, Antonio Candido de Almeida Rosa, João Francisco Machado Braga, Miguel Pereira de Mattos.

Confere Venancio Xavier"

Em 20 de abril de 1892, o Sr. Presidente da Intendencia, Ramiro de Barros Conceição, comunicava aos Membros da Junta Governativa Municipal que, na sessão de 6 daquele mês, havia feito a revisão dos limites dos “Districtos” que compunham a Vila.
O Decreto nº 35, de 14 de novembro de 1896, revalidou os limites do município, conforme ilustração a seguir.



Decreto n.º 35

Revalida os limites do Municipio

O povo do Municipio da Villa Affonso Claudio, por seus representantes

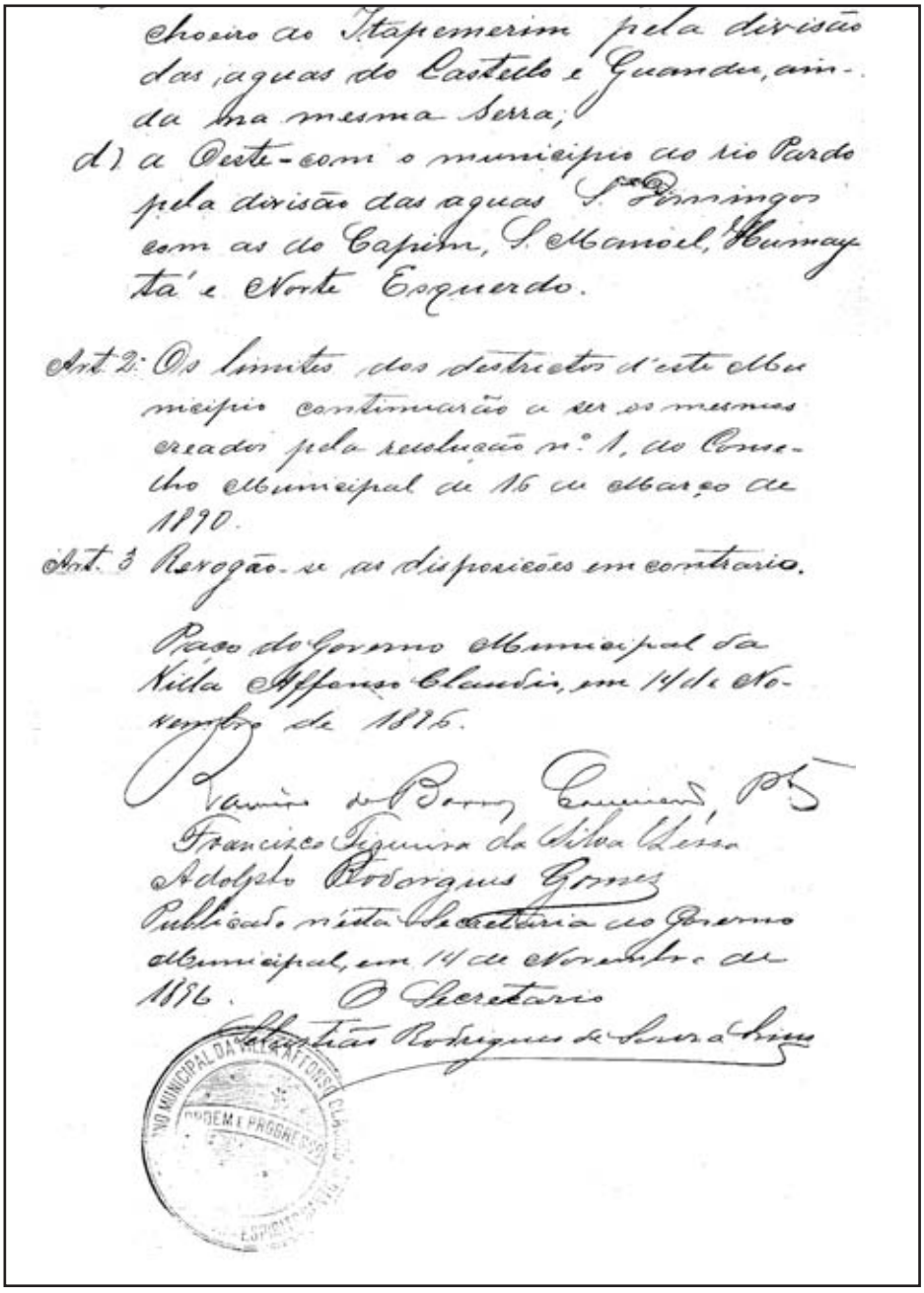
Decreta:

Art. 1º Os limites da Villa Affonso Claudio ficão assim determinados:

a) Ao Norte – dividindo com o Baixo Guandú Municipio de Linhares, pelo ribeirão "Lage" [illegible], e com o Municipio de Santa Thereza pela Serra do Limoeiro na divisão das aguas Santa Maria do Rio Doce com o Santa Joanna;

b) a Leste – com o Municipio de Santa Leopoldina, pela divisão das aguas do rio Santa Maria com o Santa Joanna e Guandú, na Serra do Campo e com o Municipio de Santa Izabel pela divisão das aguas do Jucú com o Guandú;

c) ao Sul – com o Municipio do Ca-



choeiro do Itapemerim pela divisão das aguas do Castello e Guandu, ainda na mesma Serra;

d) a Oeste - com o municipio do rio Pardo pela divisão das aguas S.ta Domingos com as do Capim, S. Manoel, Humaytá e Norte Esquerdo.

Art. 2: Os limites dos destrictos d'este Municipio continuarão a ser os mesmos creados pela resolução n.º 1, do Conselho Municipal de 16 de Março de 1890.

Art. 3 Revogão-se as disposições em contrario.

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 14 de Novembro de 1896.

Ramiro de Barros Carneiro, P.te
Francisco Figueira da Silva Lessa
Adolpho Rodrigues Gomes

Publicado n'esta Secretaria do Governo Municipal, em 14 de Novembro de 1896. O Secretario
Sebastião Rodrigues de Souza Lima

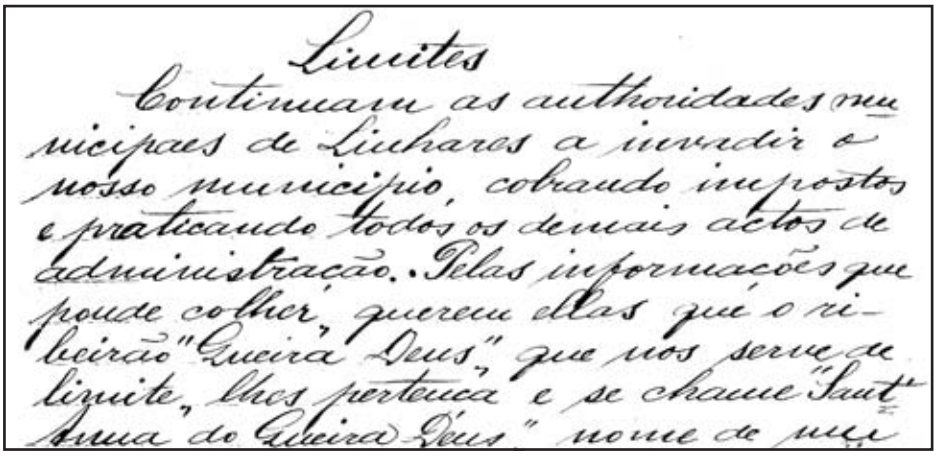
ILUSTRAÇÃO Nº. 15 – Decreto Nº. 35, de 14/11/1896.
Revalida os limites do Município.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

Dados de 1908, encaminhados pelo Secretário de Governo Municipal, Sr. Augusto Escopelle Gomes, ao então Governo Estadual, esclareceram quais eram os limites do município de Afonso Cláudio, àquela ocasião:

"Ao norte (Nº), com o município de Santa Theresa pelos cursos do 'Limoeiro e Perdido' e com o de Linhares (rio Doce) por linhas graphicas que cortam irregularmente os valles dos rios Santa Joana e Guandu; ao Sul (S) com o de Cachoeiro de Itapemirim pela serra do 'campo', que divide as aguas dos rios Guandu e Castello; a Sudeste (SE), com o de Santa Izabel pela mesma Serra do Campo, que divide as aguas dos rios Guandu com os do Jucú; a Leste, com o de Santa Leopoldina, ainda pela mesma serra que divide as aguas do Guandu e Santa Joana com os de Santa Maria o qual desagua no Victoria, no Viana, a Oeste (O); e do Rio Pardo, pela referida 'cerra', que divide as aguas do Guandu e seu tributario S. Domingos, com os do Norte (Itapemirim), Rio Pardo e diversos tributários do José Pedro; a Noroeste (NO), por ultimo, com esta mesma serra, que toma o nome de serra do Espigão e divide as aguas do Guandu com as do Capim, affluente do Manhuaçú e Natividade affluente do Rio Doce [...]."

"Até 1914, o município se limitava com Linhares, Santa Theresa, Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, Santa Isabel, Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo do Rio Pardo (hoje, Muniz Freire), Rio Pardo (hoje, Iúna) e Marechal Hermes (hoje, São Miguel do Mutum). Por esta ocasião, foi desmembrado o distrito de Boa Família (hoje, Itaguaçu), pela Lei nº. 978, de 28 de novembro de 1914, desmembrado também, São Francisco e parte de Figueira de Santa Joana (hoje, Itarana)".

Havia ainda, nesta data, conflitos de território com o município de Linhares, que o Sr. Prefeito Municipal José Giestas, em relatório ao Interventor Estadual, assim se manifestara:


Limites

Continuam as authoridades municipaes de Linharas a invadir o nosso municipio, cobrando impostos e praticando todos os demais actos de administração. Pelas informações que pude colher, querem ellas que o ribeirão "Queira Deus", que nos serve de limite, lhes pertença e se chame "Santa Anna do Queira Deus" nome de uma

patrimonio situado á margem esquerda do mesmo ribeirão, proximo a sua nascente.

Não foram poucas felizes com o novo baptismo que fizeram ao ribeirão, porquanto entre a colonia de Pedro Jacobsen, ponto de onde a divisa desce pelo rio Santa Joanna até defrontar com a fóz do ribeirão "Queira Deus", cujo nome agora pretendem mudar para o de "Sant'Anna do Queira Deus", não existe ribeirão algum que desague na margem direita do rio Santa Joanna. Não ha entre o nosso municipio e o de Linhares nenhuma questão de limites: os nossos limites communs estão traçados em accordos já approvados pelo Congresso Legislativo Estadoal. O que ha é invasão de nosso territorio por parte daquelles nossos visinhos, facto a que é indispensavel por cobro o mais breve possivel.

No mez passado teve conhecimento de que o meu illustre collega de Linhares mandára executar, para pagamento de impostos, diversos habitantes da região "Queira Deus" de nosso municipio, bem como me foram apresentados documentos comprobatorios de ter o sr. Carlos Fich, residente a margem direita da valla Crisciuma, no districto de Bom Jesús deste municipio

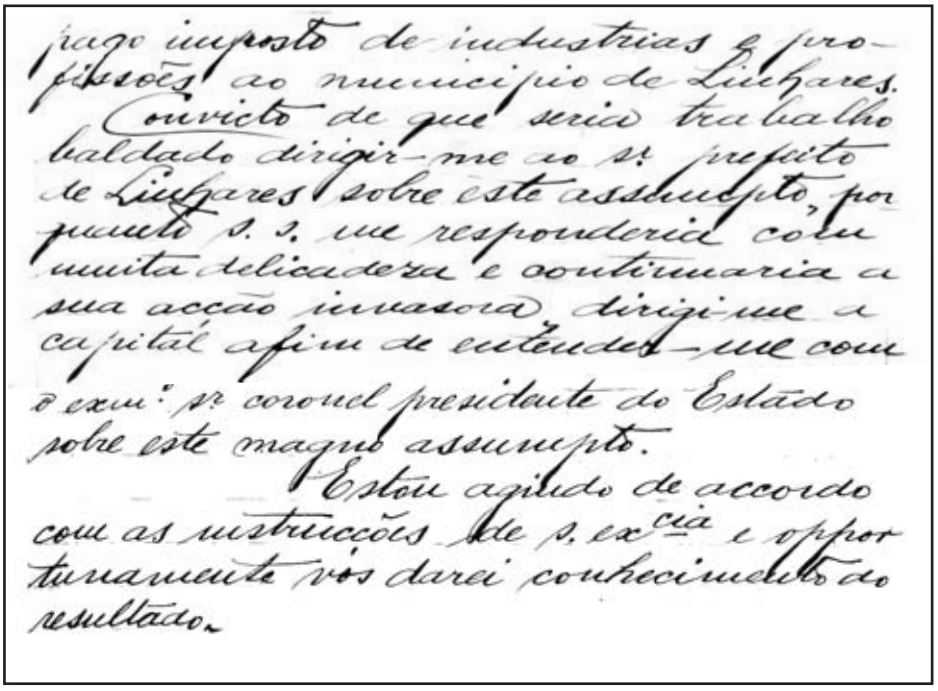

pago imposto de industrias e profissões ao municipio de Linhares.
Convicto de que seria trabalho baldado dirigir-me ao Sr. prefeito de Linhares sobre este assumpto, por quanto S. S. me responderia com muita delicadeza e continuaria a sua acção invasora, dirigi-me a capital afim de entender-me com o exm.º sr. coronel presidente do Estado sobre este magno assumpto.
Estou agindo de accordo com as instrucções de S. ex.cia e opportunamente vos darei conhecimento do resultado.

ILUSTRAÇÃO Nº 16 – Relatório de Governo Municipal – 1914/1915. Questão de Limites Territoriais com o Município de Linhares.
(Acervo: Câmara Municipal de Afonso Cláudio)

GIESTAS[19], em sua Mensagem ao Interventor Estadual, afirma que: "Com a creação do municipio de Boa Familia, cessaram por completo as questões de limites que sempre tinhamos com o municipio de Linhares. Os limites com Boa Familia foram, na conformidade da lei estadoal n. 978, de 29 de novembro do anno passado, traçados no accordo que celebrei com os interventores desse municipio, e que já mereceu a vossa approvação. Actualmente nenhuma contestação existe sobre os nossos limites. Estão elles traçados na lei n° 12, de 18 de maio do corrente anno.

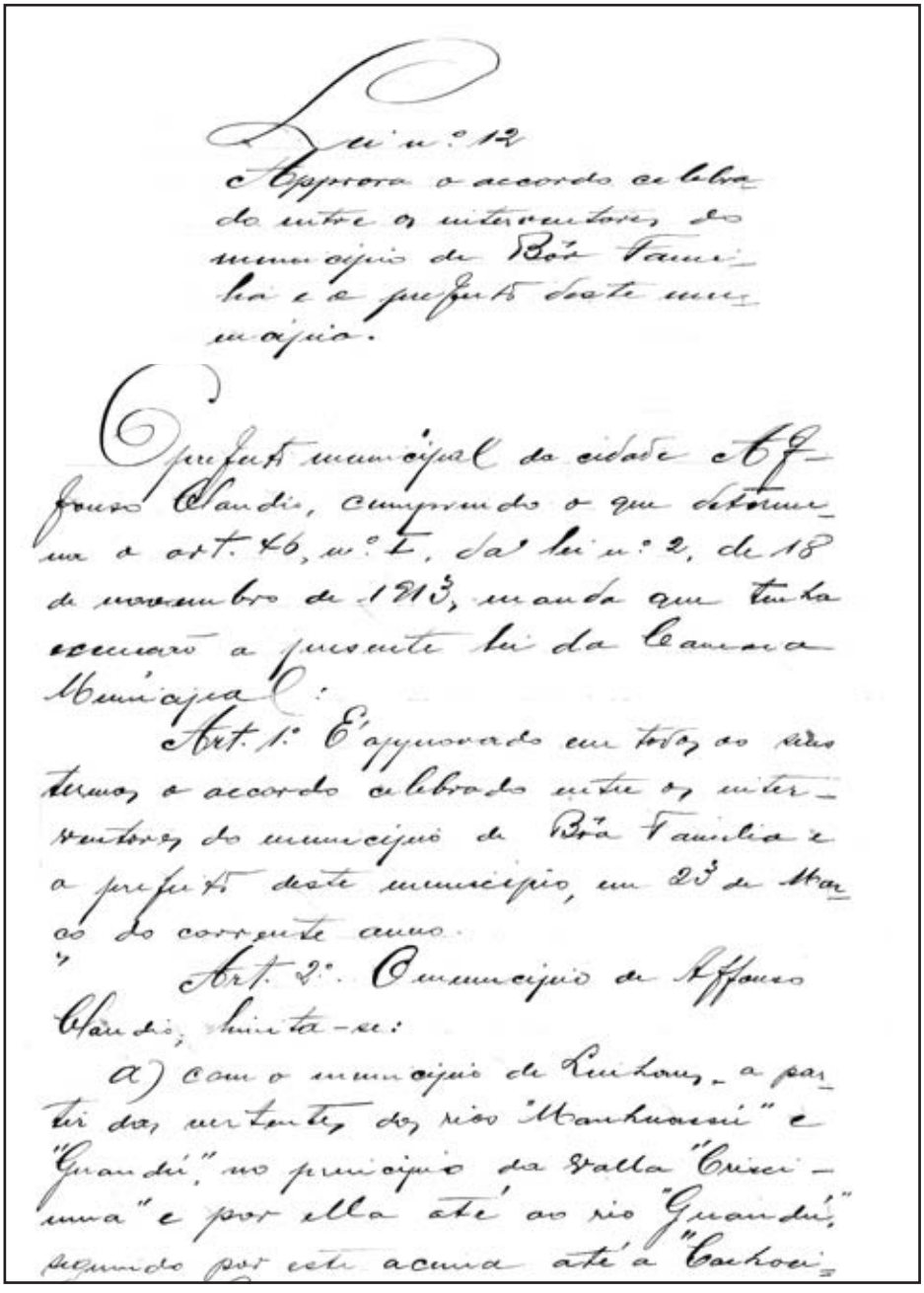
Os districtos judiciarios do municipio, creados pelo governo municipal em diversas epocas, não tinham limites determinados, o que trazia grandes embaraços a administração".

Entretanto, não foi o que encontramos em relatórios seguintes, onde afirmava-se que, com o desmembramento do distrito de Boa Família, nossos conflitos de limites vieram à tona. Por essa razão, decidiu-se os interventores de Boa

[19]GIESTAS, Jair. "Mensagem encaminhada ao Governo do Estado". Afonso Cláudio (ES). 1914. Incompleta.

Família e o prefeito de Afonso Cláudio, de aprovarem um acordo, para por fim à questão.

Este acordo estava amparado pelo art. 46, nº. I, da Lei nº. 2, de 18 de novembro de 1913, e Lei nº 12, de 18/05/1915, conforme ilustração a seguir:



Lei n.º 12

Approva o accordo celebrado entre os intervenientes do municipio de Boa Familia e o prefeito deste municipio.

O prefeito municipal da cidade Affonso Claudio, cumprindo o que determina o art. 46, n.º I, da lei n.º 2, de 18 de novembro de 1913, manda que tenha execução a presente lei da Camara Municipal:

Art. 1.º E' approvado em todos os seus termos o accordo celebrado entre os intervenientes do municipio de Boa Familia e o prefeito deste municipio, em 23 de Março do corrente anno.

Art. 2.º O municipio de Affonso Claudio, limita-se:

a) com o municipio de Cachoeiro, a partir das vertentes do rio "Manhuassú" e "Grandú", no municipio da Valla "Crisciuma" e por ella até ao rio "Grandú", seguindo por este acima até a "Cachoei-

ra dos "Bugres", atravessando ahi e se-
guindo pelo "divortium aquarum" dos
ribeirões "Santa Roza" e "Taquaral", até
encontrar os limites do municipio de
Boa Familia;

b) com o municipio de Boa Fa-
milia pelo divisor das aguas dos rios
"Guandu" e "Santa Joanna", até ao
ponto mais alto da "Serra Pellada"
na situação de Alberto Schultz, no limite
do districto de Affonso Claudio com o de
Figueira, seguindo d'ahi em linha recta
até o espigão divisor das aguas dos
corregos "Taboca" e "Jatiboca" que se re-
unem na situação de Rodolpho Esthur,
passando a dita recta pela barra do
ribeirão "Pedro Nolasco", tambem de-
nominado "Barra Encoberta", na si-
tuação de Frederico Ohnezorgen. Caso
porém essa recta attinja o corrego "Ta-
boca" abaixo da barra do "Jatiboca",
terá ahi o seu termo, seguindo-se pelo
alvéo acima até a barra do "Jatibo-
ca", afluente da margem direita do
"Taboca", seguindo-se d'ahi pelo es-
pigão divisor das aguas dos dois cor-
regos até o limite do municipio do
Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina;
se attingir o "Taboca" acima da barra
do "Jatiboca", continuará em recta até
o espigão divisor das aguas, segun-
do por elle até o limite do Porto

do Cachoeiro de Santa Leopoldina;

c) com o municipio do Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina pelo divisor das aguas dos rios "Santa Joanna" e "Guandú", com o "Santa Maria da Victoria", até encontrar o limite do municipio de Santa Izabel;

d) com o municipio de Santa Izabel, pelo divisor das aguas dos rios "Guandú" e "Joaõ", até encontrar o limite do municipio de Cachoeiro de Itapemirim;

e) com o municipio de Cachoeiro de Itapemirim, pelo divisor das aguas dos rios "Castello" e "Guandú", até encontrar o limite do Espirito Santo do Rio Pardo;

f) com o municipio do Espirito Santo do Rio Pardo pelo divisor das aguas dos rios "Castello" e "Guandú" até encontrar o limite do Rio Pardo;

g) com o municipio do Rio Pardo pelo divisor das aguas dos rios "Castello" e "Guandú" até encontrar o limite de Marechal Hermes;

h) com o municipio de Marechal Hermes pelo divisor das aguas dos rios "Manhuassú" e "Guandú" até encontrar o limite com Linhares.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Manda, portanto, a todos, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer que a cumpram e façam cumprir como nella se contém

O secretario da Prefectura Mun

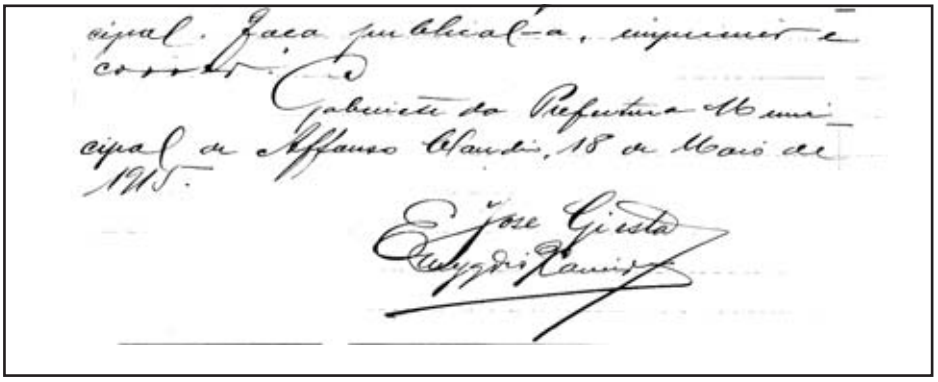


ILUSTRAÇÃO Nº.17 – Lei Nº. 12, de 18/05/1915. Limites Territoriais entre Boa Família e Afonso Cláudio.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

Pelo Decreto – Lei nº 9.941, de novembro de 1938, os limites ficaram fixados: Baixo Guandu, Itaguaçu, Cachoeiro de Santa Leolpodina, Domingos Martins, Castelo, Muniz Freire, Rio Pardo e Estado de Minas Gerais.

O Decreto Lei nº 15.177, de 03 de fevereiro de 1944, em seu anexo nº 02, reproduziu os limites municipais e inter-distritais de Afonso Cláudio, quando o Governador do Estado, Sr. Jones dos Santos Neves.

Em 06 de dezembro de 1963, pela Lei nº 1909, era desmembrado do município de Castelo, o distrito de Conceição de Castelo, que também levou o Distrito de Venda Nova para compor o novo município (VIEIRA[20]). Venda Nova, pela Lei Nº 4069, de 6 de maio de 1988, era desmembrado de Conceição de Castelo, e instalado em 1º de janeiro de 1989.

Ainda neste mesmo ano, Santa Maria de Jetibá deixava a condição de distrito de Santa Leopoldina e se desmembrava, conforme Lei Nº 4067, de 6 de maio de 1988 e instalado em 1º de janeiro de 1989.

Rio Pardo, hoje Iúna, também perderia os distritos de Ibatiba, em 7 de novembro de 1981, pela Lei Nº. 3430. Sua instalação se deu em 31 de janeiro de 1983. Logo depois, em 15 de janeiro de 1991, era a vez de Irupi, que pela Lei Nº. 4520, também ser desmembrado de Iúna. Sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1993. Com estas alterações, os limites de Afonso Cláudio passaram a ser: Laranja da Terra, Itarana, Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Conceição de Castelo, Brejetuba e Estado de Minas Gerais.

[20]VIEIRA, José Eugênio. "Castello, Origem, Emancipação e Desenvolvimento – 1702-2004". Vitória (ES), 1ª Edição. 2004. 850p.

1.5 - Outras Características do Município.

Em 1909, o Sr. Augusto Escopelle Gomes, então Secretário de Governo Municipal, por solicitação do Governo Estadual, preparou extensivo material, onde buscou caracterizar os aspectos físicos do município, àquela época, ainda com os distritos de Fiqueira de Santa Joana e Boa Família.

1.5.1 - Situação Geográfica:

"Longitude: 2º,15' do meridiano do Rio de Janeiro
Latitude: 20º,15'."

1.5.2 - Território:

"Compreendendo médio-altos dos rios Guandu e Santa Joana com seus afluentes."

1.5.3 - Superfície:

"Calculada em 6.000 quilômetros quadrados, assim dividido:
✓ Distrito da cidade: 3.500 km²
✓ Distrito de Laranja da Terra, Figueira e Boa Família: 2.500 km²"

1.5.4 - Topografia:

"A Serra do Espigão era, assim denominada, por possuir a forma de um campo, um ponto ainda inacessível neste município, contido com uma altitude calculada em 2.300 ou 2.400 metros, aproximadamente.
No dorso de sua cadeia imensa, destacavam-se as seguintes curiosidades: os Pontões do Sabino, portentosa coluna épica, de forma cilíndrica, que tinha na sua extremidade superior uma fenda, dando-lhe a semelhança de uma cabeça de rinoceronte, cuja semelhança seria mais aproximada de uma outra coluna, que nasce quase no alto, em lugar de acompanhá-la paralelamente, tivesse tomado uma posição oblíqua; a Serra Pelada, em cuja calva[XI] para o caminho que liga a sede do município a Santa Joana, tendo os viajantes ocasião de apreciar a extensão do horizonte e a mais linda perspectiva do conjunto de cadeias diversas,

[XI]CALVA. Sf. Parte da cabeça de onde caiu o cabelo; careca.

cobertas de florestas ondulantes; os 'Cinco Pontões', semelhante a uma gigantesca mão com uns cinco dedos erectos e pontiagudos, em cuja base existia uma gruta legendária onde se presumira ter havido, ocultos tesouros dos jesuítas. Os poucos habitantes de suas imediações tinham até ainda a superstição de que as estrelas cadentes que na sua trajetória demandavam os lados desta serra, ali denunciavam a existência da Mãe do Ouro.

O símbolo maior do atual município é o Pico dos Três Pontões, com 1.300 m. de altitude, cujo nome é proveniente do formato do "conjunto que apresenta três pontas com fendas enormes e profundas no alto." Dista 12 (doze) km da sede e foi tombada pelo CEC - Conselho Estadual de Cultura (Resolução nº 01/99 - Proc. 030/94).

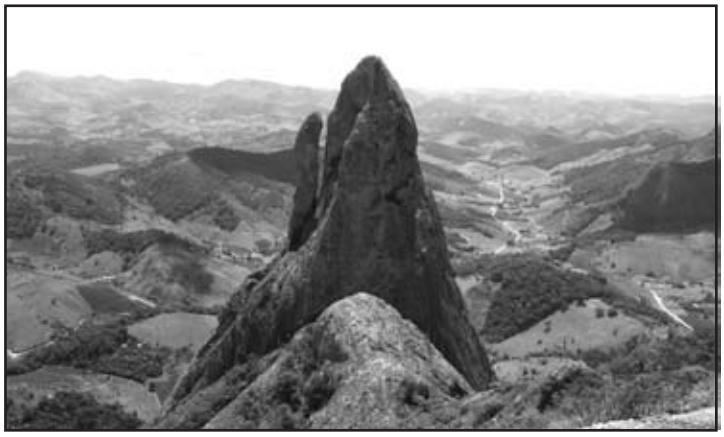


FOTO Nº 13 - Três Pontões - Sem Data.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

"Outras serras, colinas e montes isolados completavam o sistema orográfico[XII] deste município, porém, dentre aqueles a que melhor impressão causava é o denominado "Pontal", um ponto limítrofe com Linhares. De longe afigurava ao observador uma das pirâmides do Egito, faltando apenas para a semelhança que, em lugar da altura que o Pontal ostentava, que tivesse mais base."

A topografia dos terrenos destes valles era regularmente acidentado, porém suas gargantas ofereciam franca passagem às estradas de ferro, dentro dos limites requeridos para os declives mínimos e curvas de máximo raio."

[XII]OROGRÁFICO, adj. Relativo á Orografia. Orografia, s.f. Tratado ou descrições das montanhas.

1.5.5 - Hidrografia:

"O rio Guandu, que tem seu vale distinto, com um curso de 160 (cento e sessenta) quilômetros, desaguava no Rio Doce, bem como o Santa Joana, com um curso de 120 (cento e vinte) quilômetros. Aquele tem como tributários o Peixe, o São Domingos, o Lagoa, além dos ribeiros – Costa, Firme, Laranja da Terra, Taquaral, Bom Jesus, Crissiúma, Cangica (em honra do Chefe da extinta tribo indígena conhecida por tal nome), Santa Rosa e outros córregos que não vale a pena mencionar-se lhes os nomes; e este (o Santa Joana), o Limoeiro, o Bom Destino, o Sobreiro e diversos córregos. Nenhum destes dois rios eram navegáveis, principalmente o Guandu, por ser encachoeirado."

FOTO Nº 14 – Rio Guandu – Década de 1930.
(Acervo: José Saleme)

1.5.6 - Clima:

"Entre temperado e frio, dividia-se o clima deste município em suas duas zonas distintas – alta e baixa. A zona alta pertencia aos vales do Guandu, da cidade de Afonso Cláudio (sede do município) para cima e o vale de Santa Joana, da foz do Limoeiro para as suas nascentes. Entre ameno e ameníssimo devia-se pois, ser classificado este clima".

1.5.7 - Salubridade:

[...] “No município de Afonso Cláudio, quando antes densas florestas dos vales do Guandu e de Santa Joana, a uns trinta anos exploradas e habitadas, até aquela data (1909), a exceção de um único caso esporádico de varíola aqui na cidade verificado, não havia ainda moléstia de natureza palustre[XIII], endêmica ou epidêmica que o visitasse! Afonso Cláudio e suas povoações datavam de uns 25 (vinte e cinco) anos e até aquela ocasião não possuia uma farmácia ou médico.”

1.5.8 - Povoações

“O município, aliás, cabeça de Comarca com a denominação de Comarca do Guandu, contava com as seguintes povoações: a da cidade de Afonso Cláudio, que é a sua Sede, Boa Sorte, Rio do Peixe, São Domingos. São Luiz, Laranja da Terra e Bom Jesus e as de Figueira, Boa Família e São Francisco no de Santa Joana”.

1.5.9 - Altitudes:

“A cidade achava-se edificada a 490 (quatrocentos e noventa) metros acima do nível do mar, Boa Sorte a 700 (setecentos) metros, Rio do Peixe e São Domingos a 550 (quinhentos e cinqüenta) metros, São Luiz a 360 (trezentos e sessenta), Laranja da Terra e Bom Jesus a 300 (trezentos). Figueira de Santa Joana a 200 (duzentos) metros, Boa Família e São Francisco a 140 (cento e quarenta)”.

1.5.10 - Temperaturas Termométricas:

“O máximo e o mínimo das temperaturas destas localidades eram:

- ✓ Cidade – 31º e 6,25 centígrados
- ✓ Boa Sorte – 24º e 4º
- ✓ Rio do Peixe e São Domingos - 28º e 10º
- ✓ São Luiz, Laranja da Terra e Bom Jesus – 32º e 10º
- ✓ Figueira – 33º e 14º
- ✓ Boa Família e São Francisco – 34º e 14º

[XIII]PALUSTRE: adj. 2 gr. Diz-se da febre que ataca quem sofre de paludismo.

Na garganta dos termófilos[XIV], ponto acessível da Serra do Campo onde existia um caminho que ligava a cidade de Conceição do Castelo, o mínimo da temperatura observada, foi de 0,4º. Não eram nenhum destes lugares arrolados pelas geadas".

1.5.11 - Ventos Reinantes:

"Norte/Sul e Norte/Este. Nas ocasiões periódicas do vento sul, existia alguma umidade"

1.5.12 - Chuvas e Estações:

"Na falta de pluviômetros, só podia se dizer que as chuvas nesta zona eram abundantes. A exceção do inverno e do mês de janeiro, nas demais estações em quase todos os meses havia chuvas, que eram mais abundantes nos meses de outubro a dezembro, março e abril. As estações eram regulares, mas em todas elas, o aspecto da vegetação era verdadeiramente primaveril".

1.5.13 - População:

"Por uma estatística tirada neste município em 1900, havia sido encontrada uma população de 15.600 habitantes. Em virtude das entradas havidas e nascidos dessa data, estimava-se a população em 20.000 habitantes".

1.5.14 - Costumes:

"Eram os mesmos dos povos mineiros, os costumes dos habitantes de Afonso Cláudio, excessão feita aos alemães e italianos, que constituíram a décima parte de seus povos; sendo o maior contingente dos naturais de Minas e deste Estado".

1.5.15 - Produção:

"Além do café, que era a principal produção local, as terras dos vales

[XIV]TERMÓFILOS, adj. Biol. Diz se do microorganismo que se dá bem com o calor.

do Guandu e Santa Joana produziam toda sorte de cereais, fumo, cana de açúcar, tubérculos, frutas diversas, etc., mas de um modo tentador, porquanto no Estado, até aquela data, não se conhecia outros que lhe excedessem em fertilidade e duração produtora. Explorava-se também as criações de gado vacum, cavalar, oveiro, suína e de aves".

1.5.16 - Exportação:

"Os únicos produtos que suportavam o pesado frete costal, ainda exportados por tropas de muares eram: café na proporção anual de 40 (quarenta) mil sacas, fumo na de 15 (quinze) mil quilos. Exportava-se também animais bovinos e suínos, mas em quantidade aproximada de mil indivíduos. Os demais produtos eram para o consumo local, não se fazendo destes nenhuma importação.
Não se podia avaliar o quanto de produtos de exportação poderia se colher no município, se os fretes não absorvessem o valor dos mesmos".

1.5.17 - Estabelecimentos Agrícolas:

"Não passava de uma dúzia o número de fazendas no município; seus agricultores preferiam se estabelecer com situações, de sorte que predominassem a pequena lavoura. As lavouras em geral eram novas e cheias de prosperidade".

1.5.18 - Comércio e Indústria:

"Existiam no município 18 (dezoito) casas de negócio de capital maior de 10 (dez) contos de réis e mais de 20 (vinte) casas menores. As operações comerciais eram feitas com os portos de exportação de Vitória e Rio de Janeiro.
A indústria era ainda embrionária. Cada lavrador em condições prósperas, possuía seus engenhos de pilar café, de beneficiar cana de açúcar, assim como, para o preparo também da aguardente, seus moinhos, etc., tendo alguns já máquinas aperfeiçoadas para café".

1.5.19 - Edifícios Públicos:

"Eram modestos ainda; a Casa do Governo Municipal, a Cadeia. Em

quase todas as povoações existia uma igreja do culto católico, destacando-se dentre elas a da cidade e da povoação de Figueira".

1.5.20 – Riquezas Naturais:

"A flora, especialmente da Zona do Guandu era magestosa, colossal. Fazia dó ver-se derribadar matas para se poder cultivar as terras e fazer desaparecer pela ação destruidora do fogo, madeiras de lei, de dimensões tais que, somente as contidas em seu alqueire geográfico, produziriam, se pudessem ser vendidas, mais renda do que os produtos cultivados em dez anos!

Era variadíssima a coleção das madeiras de lei; nenhuma destas porém, nem mesmo os jacarandás e cabiúnas escapavam a destruição pela fogueira.

A fauna era também rica, sendo variada e interessantes as espécies das aves e dos animais, bem como dos insetos, entre os quais se encontrava o bicho selvagem da seda.

Nas roças, cresciam espantosamente e eram denominadas, praga, o anil, toda a sorte de malvácias[XV] e outras plantas que produziam fibras têxteis e madeiras própria para o fabrico de celulose para papel.

Nas escarpadas, as piteiras[XVI] (agave americano) bem como os gravatás de folhas colosais ostentavam-se espontaneamente.

O milho era produzido na proporção de 200 a 300 por 1, isto é, plantados pelo sistema daquela época, que consistia em se queimar a terra, ferí-la mal a superfície, deitar a semente e, em forma despresível, atirar-se-lhe com um pontapé um pouco de terra por cima. O arroz produzia na razão de 400 por 1, o feijão na de 80 a 100.

O café produzia na proporção média de 100 arrobas por mil pés, tendo, entretanto, os respectivos cafezais de se darem por muito bem tratados, quando se lhes davam duas capinas por ano. Assim tendo o mais, merecendo porém especial menção o algodão, O algodoeiro aqui era vivaz. Existiam capoeiras algodoeiras que produziram há mais de 16 (dezesseis) anos, carregando todos os anos de frutas ou cápsulas, mas o que ainda era admirado era haver em uma situação uns pés, dos da espécie de cultura anual em outros lugares, denominado "Riquesa", os quais estando plantados no meio de um catingal, que servia de pasto,

[XV](MALVÁCIAS) MALVA sf. Planta Originária da Europa, cujas folhas têm aplicação medicinal.

[XVI] PITEIRAS. Sf. Boquilha para cigarros ou charutos, 2. Planta que produz a pita, sisal; agave.

apesar das queimas da época, a que eram submetidos a tal pasto, duravam já 8 (oito) anos, brotando e produzindo todos os anos.
Quanta riqueza perdida que poderia ter sido aproveitada se tivéssemos uma estrada de ferro! E os minerais?
Nas faldas[XVII] da Serra do Campo, especialmente nas cabeceiras do Guandu, encontravam-se, pode se dizer, a flor da terra, ouro de aluvião em pepitas e grânulos grandes do melhor quilate, bem como chumbo, que era até usado pelos caçadores em virtude de encontrá-los mais ou menos granulados, ágatas, turmalinas, caulim e outros minerais.
Ainda não havia sido encontrada jazida alguma de cal. Devido as suas espessas florestas que, pareciam constituir uma fortaleza e obstáculos contra as tentativas de curiosos que tivessem a pretensão, sem o necessário preparo científico e técnico de desvendar os segredos guardados em suas entranhas, ainda incultas, não eram assim conhecidos a origem dos mesmos auríferos da Serra do Campo".

1.5.21 - Civilização

"Se entre os povos de Afonso Cláudio não existia ainda a civilização que fora lícito esperar, disto não são culpados! Honrava-lhes sobremodo a sua intérpride e o seu heroísmo, atravessando por meio de picadas florestas ainda não habitadas e estabelecendo-se nas terras e lugares que àquela época era a melhor esperança do Estado. Neste município já não existiam mais selvagens.
Se a indústria dos colégios tivessem medrado[XVIII] no Estado, certamente neste município teria um ou mais colégios, além das três escolas públicas custeadas pelo Estado e quatro pela municipalidade, onde pudessem as crianças receber a sua instrução. Havia, porém, na cidade um bom pessoal seleto.
Um habdomário[XIX] denominado "O Alto Guandu" que ali lutou por um lustre não podendo afinal presistir por falta de receita."
A cidade de Afonso Cláudio data de 1885, pouco mais velhas são as povoações de Figueira e Boa Família; as demais eram recentes.
O povoado de Santa Joana (Itaguaçu) foi fundado por volta de 1875 a 1880, sendo que a data mais aceita para o início da colonização, ser a

[XVII]FALDAS sf. Sopé (de montanha).
[XVIII](MEDRADO) MEDRAR V 1 Crescer (os animais ou plantas). 2 Desenvolver.
[XIX]HABDOMÁRIO . adj. Relativo a semana; semanal; s.m. publicação periódica semanal.

de 1879, segundo AURICH[21]. Já Boa Família (Itarana), com a imigração européia na região, em 1882, é considerada a data mais provável. (PREFEITURA MUNICIPAL[22]).

A música não era estranha aos ouvidos dos afonsoclaudenses; relacionavam-se com o universo, por meio de jornais e revistas.

A justiça era ministrada por Juiz togado e promovido por Promotor formado. Os cartórios eram divididos em dois ofícios, havendo um em Boa Família, mais um tabelião de notas. O foro civil era pouco movimentado ainda; elevara-se ao número de 774 os eleitores do Município.

Essas informações foram fornecidas ao Governo Estadual na data de 9 de agosto de 1909, acrescidas de outras do autor.

FOTO Nº 15 – Augusto Escopelle Gomes - Sem Data.
(Acervo: Judith Gomes Martins)

[21]AURICH, Carlos Henrique. "Introdução à História de Itaguaçu." Vitória (ES). 1958. 45 p.

[22]PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA. "História de Itarana". Itarana (ES). Sem Data. 42 p.

2 – PODERES CONSTITUÍDOS

2.1 – Executivo, Legislativo, Judiciário, (Inclusive Cartórios Públicos) e Ministério Público:

2.1.1 – Executivo

No momento em que o Estado passava por um processo de transformação jurídico-político (1889-1890 – Governo de Dr. Afonso Cláudio) e, quando também chegava o final do regime político monárquico, isto em 15 de novembro de 1889, era instalada a Vila Afonso Cláudio, no dia 20 de janeiro de 1891, desmembrada que fora do município de Cachoeiro de Santa Leopoldina.
A Constituição do Estado do Espírito Santo, de 20 de junho de 1891, no Título Segundo, Da Organização Municipal, art. 70, 71, 72 e 73, trouxera as instruções necessárias para que tivessem lugar o alistamento eleitoral e a eleição dos conselhos municipais e intendentes gerais, conforme especificado:

> "Art. 70 – O Estado continua a ter a divisão de seu território em municípios, e só por lei poderão ser criados outros municípios e alterados os limites atuais.
> Art. 71 – Em cada município haverá um conselho de intendência, com funções deliberativas, e um intendente geral encarregado da execução de todas as resoluções do conselho.
> Art. 72 – O número de membros do conselho da intendência será fixado em lei ordinária.
> Art. 73 – O intendente geral e os membros do conselho serão eleitos por três anos, por sufrágio direto dos eleitores do município".

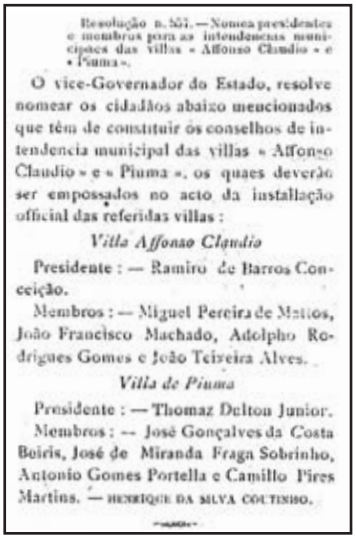
Ainda na mesma Carta Magna, nas Disposições Transitórias ficara estabelecido que:

> "Art. 6º ...
> Parágrafo único – Os conselhos de intendência terão desde já o direito de dividir o município em distritos.
> Art. 7º ...
> Art. 8º - O Governador fica autorizado a expedir o regulamento e as instruções necessárias, para que tenham lugar o alistamento eleitoral e a eleição dos conselhos municipais e intendentes gerais, de que tratam os art. 70 e 71 desta constituição, sendo que os das "Villa" composto de cinco cidadãos, os das cidades de

sete e o da capital de nove, de modo que os mesmos conselhos e intendentes gerais possam entrar na efetividade do exercício de suas funções dentro do primeiro semestre do ano de 1892.

Art. 9º - Enquanto não forem eleitos os conselhos de intendências municipal serão os mesmos nomeados pelo Governador e pelos conselhos serão providos os "logares" de juizes distritais e seus suplentes".

Para administrar a Vila num primeiro momento, o Sr. Interventor Estadual, Barão de Monjardim, nomeava um Conselho composto dos Srs. Ramiro de Barros Conceição, então presidente da Intendência, João Francisco Machado Braga, João Teixeira Alves, Miguel Pereira de Mattos e Adolpho Rodrigues Gomes.



Resolução n. 557. — Nomea presidentes e membros para as intendencias municipaes das villas « Affonso Claudio » e « Piuma ».

O vice-Governador do Estado, resolve nomear os cidadãos abaixo mencionados que têm de constituir os conselhos de intendencia municipal das villas « Affonso Claudio » e « Piuma », os quaes deverão ser empossados no acto da installação official das referidas villas :

Villa Affonso Claudio

Presidente : — Ramiro de Barros Conceição.

Membros : — Miguel Pereira de Mattos, João Francisco Machado, Adolpho Rodrigues Gomes e João Teixeira Alves.

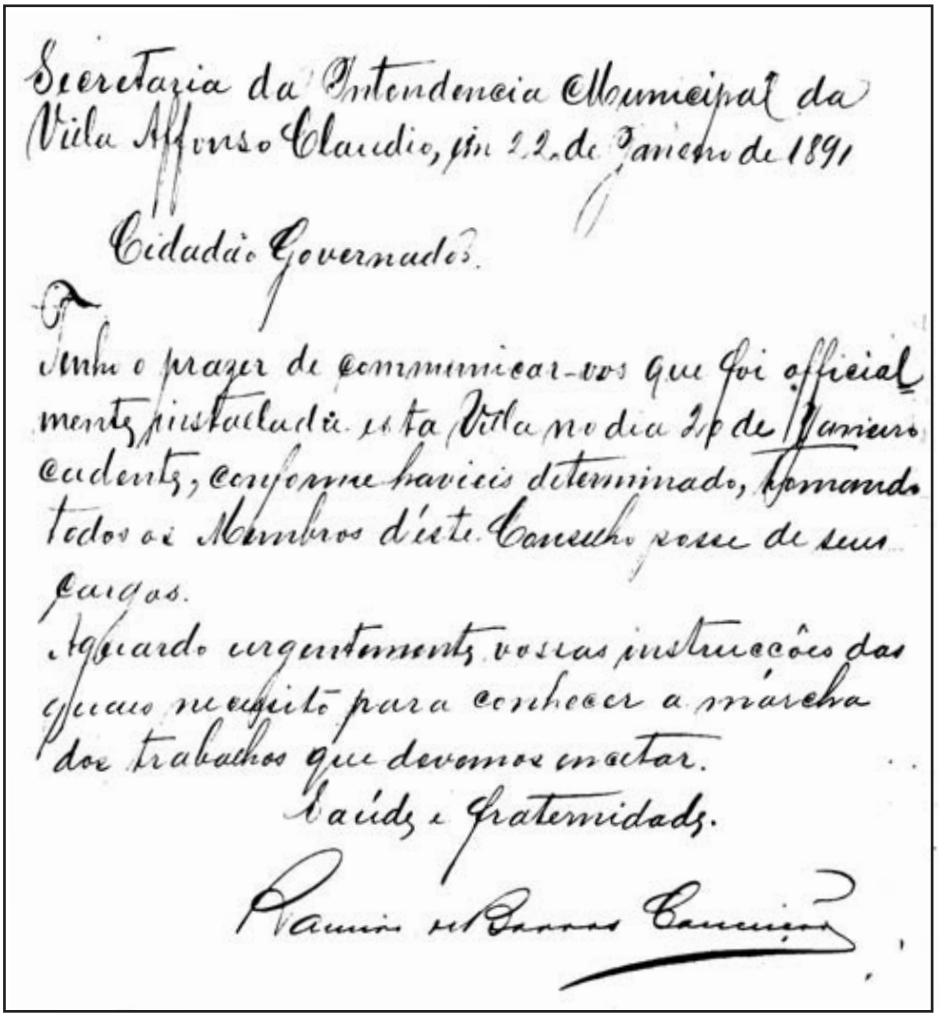
Villa de Piuma

Presidente : — Thomaz Dulton Junior.

Membros : — José Gonçalves da Costa Beiris, José de Miranda Fraga Sobrinho, Antonio Gomes Portella e Camillo Pires Martins. — HENRIQUE DA SILVA COUTINHO.

ILUSTRAÇÃO Nº 18 - Resolução Nº 557 – Nomeia Presidentes e Membros Para as Intendências Municipais das "Villas Affonso Claudio e Piuma" – 18/12/1890. (Acervo: DIO – Diário Oficial do Estado do Espírito Santo)

No dia 22 de janeiro do mesmo ano, o Sr. Ramiro de Barros Conceição, encaminhava ao Governador correspondência comunicando que oficialmente fora instalada a Vila, no dia 20 do corrente mês e ano, conforme determinação do Governo Estadual, assim como, também que, todos os Membros haviam sido nomeados. Ficava portanto, na expectativa das novas instruções para dar prosseguimento aos trabalhos.



Secretaria da Intendencia Municipal da
Vila Affonso Claudio, em 22 de Janeiro de 1891

Cidadão Governador.

Tenho o prazer de communicar-vos que foi officialmente installada esta Vila no dia 19 de Janeiro cadente, conforme havieis determinado, tomando todos os Membros deste Conselho posse de seus cargos.

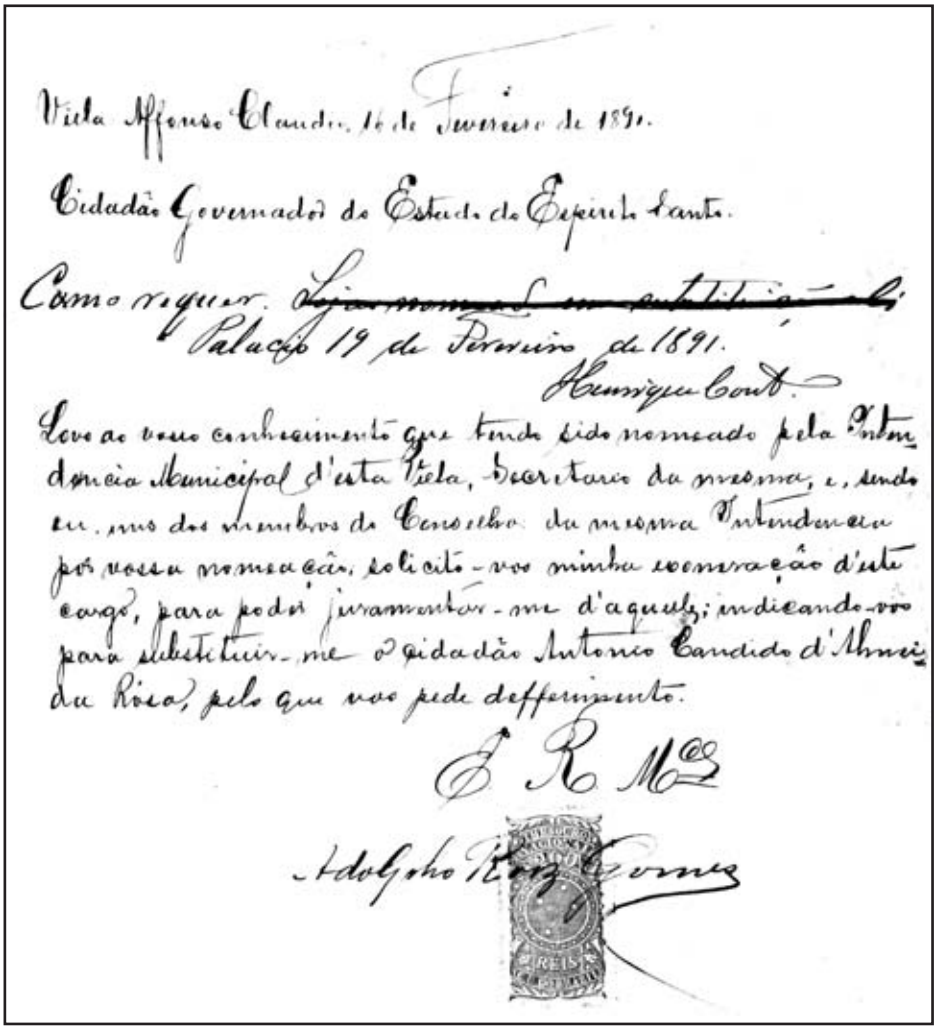
Aguardo urgentemente vossas instrucções das quaes necessito para conhecer a marcha dos trabalhos que devemos emactar.

Saúde e Fraternidade.

Ramiro de Barros Carneiro

ILUSTRAÇÃO Nº 19 - Correspondência ao Governo do Estado Comunicando a Instalação da Vila Afonso Cláudio – 22/01/1891.
(Acervo: APE – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo).

Decorria o mês de fevereiro de 1891, quando era nomeado o Sr. Adolpho Rodrigues Gomes, para ser Secretário da Intendência, daí, ter solicitado a 16 do mesmo mês, sua exoneração do cargo de Membro do Conselho e indicado para substituí-lo, o cidadão Antônio Cândido de Almeida Rosa.



Villa Affonso Claudio, 16 de Fevereiro de 1891.

Cidadão Governador do Estado do Espirito Santo.

Como requer. ~~Sejão nomeado em substituição ao~~

Palacio 19 de Fevereiro de 1891.

Henrique Coutinho

Levo ao vosso conhecimento que tendo sido nomeado pela Intendencia Municipal d'esta Villa, Secretario da mesma, e, sendo eu, um dos membros do Conselho da mesma Intendencia por vossa nomeação, solicito-vos minha exoneração d'este cargo, para poder juramentar-me d'aquelle; indicando-vos para substituir-me o cidadão Antonio Candido d'Almeida Rosa, pelo que vos pede defferimento.

E. R. Mcs

Adolpho Rodrigues Gomes

ILUSTRAÇÃO Nº 20 - Correspondência do Sr. Adolpho Rodrigues Gomes, Solicitando Exoneração do Cargo – 19/02/1891.
(Acervo: APE – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo)

Fervilhava em todo País o movimento para derrubada do regime monarquista. O próprio D. Pedro II, conforme afirma CARVALHO[23], era um simpatizante do regime republicano, sendo lhe atribuído a frase: “Eu sou republicano!”. A maioria das ações do monarca era na direção desta afirmativa. Defendia a liberdade da eleição direta; a liberdade de imprensa; entre outras iniciativas.

[23]CARVALHO, José Murilo de. “D. Pedro II.” São Paulo (SP) 2007. 277p.

A propaganda republicana ganhava vulto também no Espírito Santo e em Afonso Cláudio, sob a "batuta" do Cel. Ramiro de Barros, que conseguira várias adesões ao movimento, entre eles os cidadãos Ignácio Gonçalves Lamas, Sabino Coímbra de Oliveira, Antônio Candido de Almeida Rosa, Adolpho Rodrigues Gomes, Eugênio Pereira da Silva, Guilherme Gomes, e outros.

Aos olhos da liderança do movimento estadual, esta iniciativa ganhava ressonância entre os líderes, o que acabou fazendo com que em 1889, 02 (dois) idealistas republicanos viessem até o povoado de São Sebastião do Alto Guandu, para se solidarizarem com o movimento iniciado para a emancipação do município, nas pessoas de João Coelho Gonçalves Lisboa e João Loyola e Silva. Em 15 de novembro de 1889, a monarquia era derrubada por "golpe militar" e, consequentemente, proclamada a República.

Ainda por esta ocasião, com o objetivo de defender a localidade de possíveis incursões dos "Orleans" e "Bragança" (regime monárquico) foi organizada a "Guarda Rural da Pátria", sendo que em Afonso Cláudio foram "constituídas 2 (duas) companhias com a respectiva oficialidade, elevando-se Ramiro de Barros ao posto de capitão no comando de uma delas".

O período de 1889 a 1892 foi um momento de muita instabilidade política no cenário estadual, com reflexos no municipal. Em apenas 3 (três) anos, o governo já havia sido ocupado por 4 (quatro) governadores. (MOREIRA E PERRONE[24]).

- ✓ 1889/90 – Afonso Cláudio (Afonso Cláudio Freitas Rosa)
- ✓ 1890/91 – Constante Gomes Sodré
- ✓ 1891 – Antônio Aguirre
- ✓ 1891/92 – Barão de Monjardim

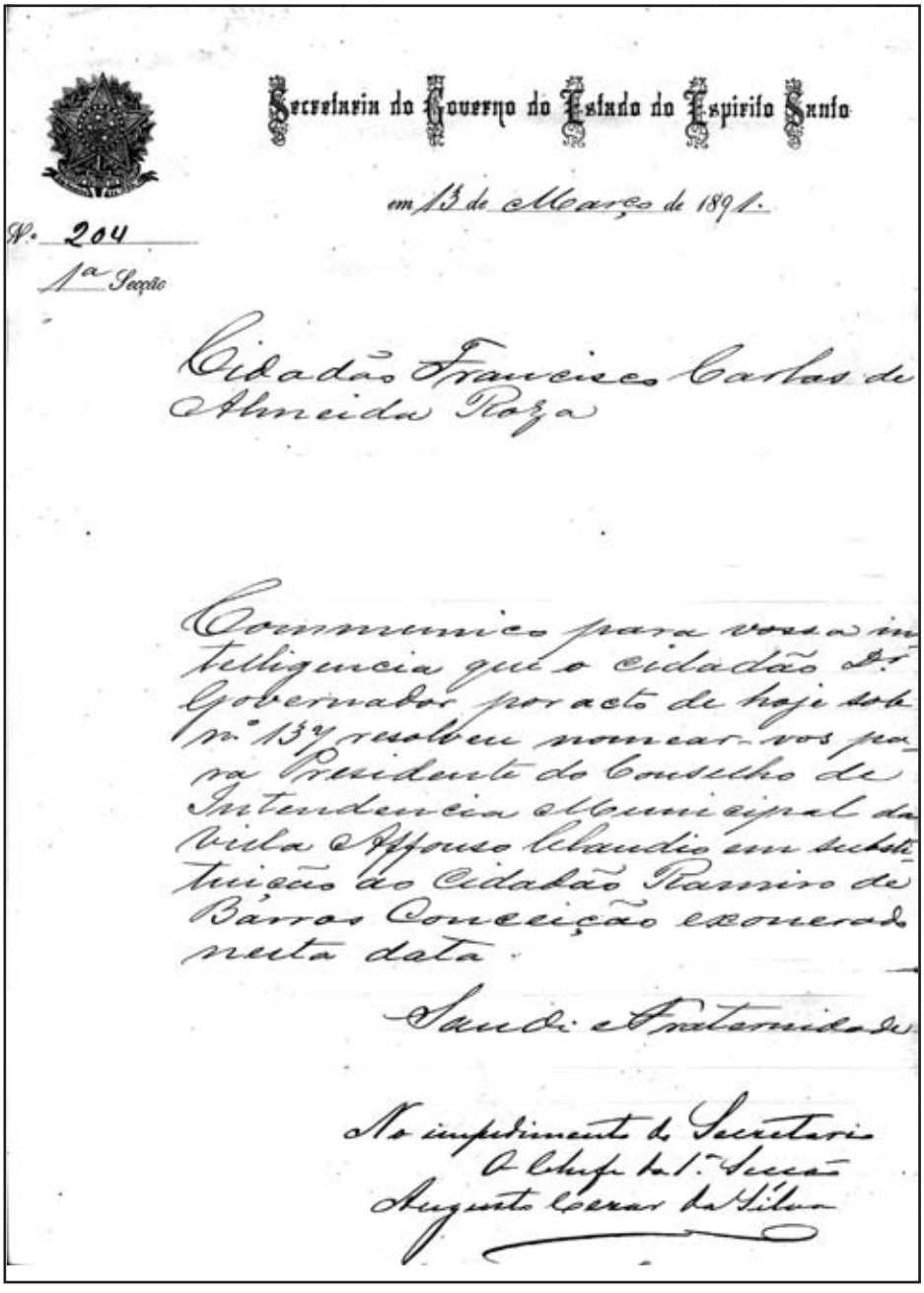
Face a esta instabilidade, no dia 21 de março de 1891, deixava a presidência da Intendência Municipal, o Sr. Ramiro de Barros, e era nomeado o cidadão Francisco Carlos de Almeida Rosa – "Chico Rosa", conforme correspondência encontrada no Arquivo Publico Estadual, onde o referido cidadão assim se manifestara:

"Communicamos que em virtude de vosso Officio dactado de 13 do andante, tomei a posse da Presidência da Intendencia Municipal desta Villa, em dacta de hontem, procedendo assim a formação das mesas Eleitoraes segundo ordename por vosso officio da mesma dacta.

Saude e Fraternidade

Francisco Carlos de Almeida Rosa".

[24]MOREIRA, Thaís Helena L. e PERRONE, Adriano. "Espírito Santo – História e Geografia". Vitória (ES). 2001. 194 p.



Secretaria do Governo do Estado do Espirito Santo

em 13 de Março de 1891.

N. 204

1ª Secção

Cidadão Francisco Carlos de Almeida Roza

Communico para vossa intelligencia que o Cidadão Dr. Governador por acto de hoje sob nº 134 resolveu nomear-vos para Presidente do Conselho de Intendencia Municipal da Villa Affonso Claudio em substituição ao Cidadão Ramiro de Barros Conceição exonerado nesta data.

Saude e Fraternidade.

No impedimento do Secretario
O Chefe da 1ª Secção
Augusto Cesar da Silva

ILUSTRAÇÃO Nº 21 - Correspondência Informando a Nomeação do Sr. Francisco Carlos de Almeida Rosa Para Presidente da Intendência – 13/03/1891. (Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

Acta da Sessão extraordinaria convocada pelo cidadão Presidente d'este Conselho afim de entregar a presidencia do mesmo ao cidadão Francisco Carlos d'Almeida Rosa nomeado para este cargo pelo cidadão Governador por acto de treze de Março do corrente anno conforme diz o officio numero 204 de igual data. Aos vinte dias do mez de Março do anno de mil oito centos e noventa e um, terceiro da Republica dos Estados Unidos do Brazil presentes, na casa da Intendencia Municipal d'esta Villa, o cidadão Presidente d'este Conselho commigo Secretario, o cidadão Francisco Carlos d'Almeida Rosa, nomeado para presidir este mesmo Conselho e mais pessôas, differiu o cidadão Presidente ao cidadão Francisco Carlos d'Almeida Rosa a formalidade de Promessa exigida por lei promettendo o novo Presidente sob sua palavra de honra cumprir com dignidade e respeito á lei o cargo de Presidente d'esta Intendencia; sendo a refferida posse dada ao cidadão Francisco Carlos d'Almeida Rosa por assim haver elle pedido embora esta Intendencia nenhuma authorisação do Governo do Estado tenha ainda para promover esta solemnidade. Na mesma sessão foi pelo cidadão ex-Presidente entregue ao actual Presidente as

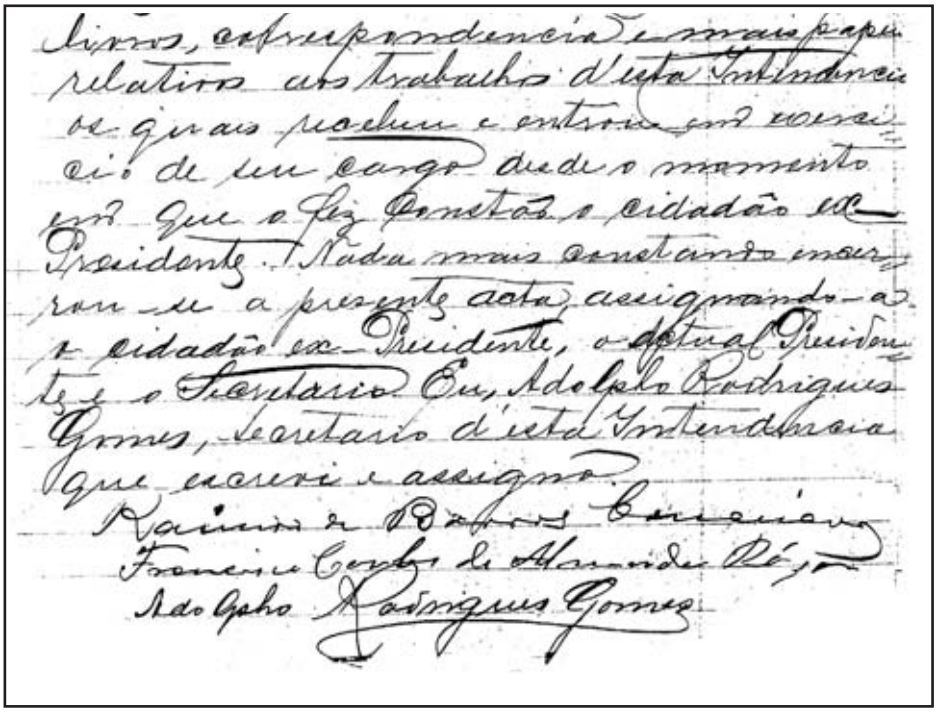


ILUSTRAÇÃO Nº 22 - "Acta da Sessão Extraordinária - Posse do Interventor Francisco Carlos de Almeida Rosa - 20/03/1891".
(Acervo: Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio)

BITTENCOURT[25] assevera que, [...] "no final da fase imperial, tornou-se evidente a absolescência do estado monárquico cujas instituições transformaram-se num trambolho dividindo as classes dominantes e permitindo, transitoriamente, a participação da classe média no setor político."

Continua sustentando que, "apesar da quase inexistência de uma reação monárquica no Espírito Santo, tão logo pareceu consolidado o novo regime, surgiram divergências pela direção do Estado, [...]."

Já SILVA[26] sustenta com firmeza que o Partido Republicano desmembrou-se em 02 (duas) correntes: o Partido da União Republicana Espírito-santense – PR e o Partido Republicano Construtor – PC.

O Sr. Ramiro Conceição chegou a militar no Partido Republicano Construtor, em âmbito estadual, criado em 1891 e oriundo de correntes do ex-partido re-

[25]BITTENCOURT, Gabriel. "Notícias do Espírito Santo." Rio de Janeiro (RJ). 1989.216 p. il

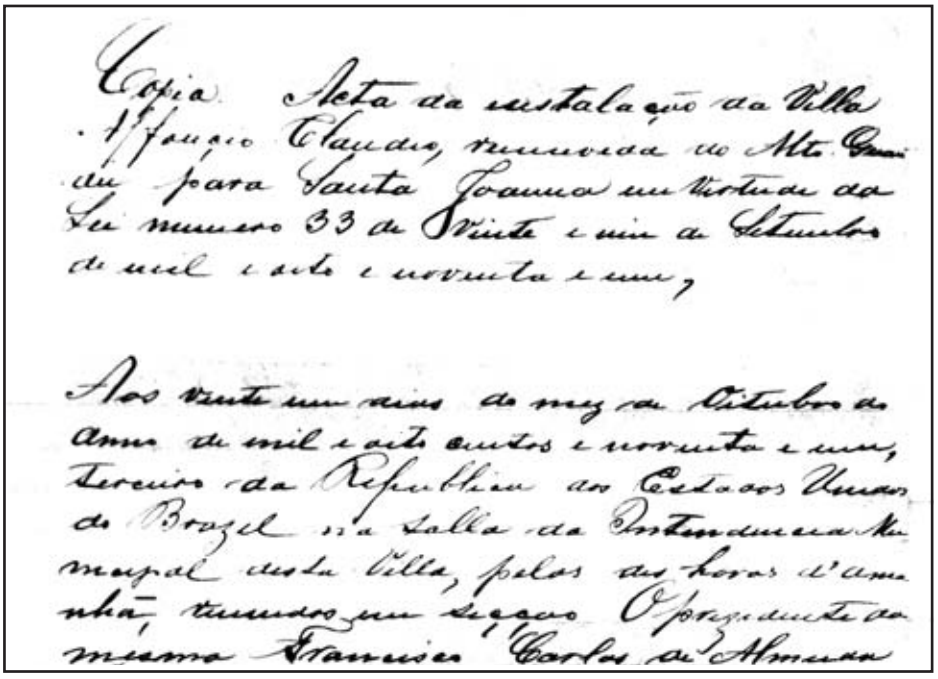
[26]SILVA, Marta Zorzal e. "Espírito Santo – Estado, Interesse e Poder". Vitória (ES). Fundação Ceciliano Abel de Almeida. 1995. 530p. il.

publicano. As principais lideranças no âmbito estadual foram os Srs. Constante Gomes Sodré, Afonso Cláudio Freitas Rosa, Cel. Henrique Coutinho, José M.C. Moniz Freire, Graciano Neves, etc.

Do lado do partido União Republicana Espírito-santense, também surgido da distenção do Partido Republicano os seus principais dirigentes foram: Antônio Aguirre, Bernardo Horta, Barão de Monjardim, Cel. Joaquim Lírio, outros.

As desavenças políticas em Afonso Cláudio já áquela época eram tão acentuadas que, o Sr. Francisco Carlos de Almeida Rosa então morador do distrito de Santa Joana, quando assumiu a Presidência da Intendência, tratou logo de substituir todos os Membros do Conselho Municipal, por cidadãos daquele distrito: João Bento de Aguino e Souza, Lúcio Caetano de Souza e Joaquim Ferreira Campos Galvão.

Ato contínuo, o Presidente e os Membros do colegiado conseguiram junto ao Governo Estadual remover a Vila Afonso Cláudio do Alto Guandu, para Santa Joana, conforme Lei Estadual nº 33, de 21 de setembro do mesmo ano (1891). Também foi nomeado secretário "ad hoc", o Sr. José Ricardo de Santa Anna. A sessão para oficializar a transferência foi realizada no dia 21 de outubro de 1891, onde compareceram, além do Presidente e os Membros do Conselho, os Srs. Antônio Luiz Coêlho, Julião Floriano do Espírito Santo, José Rodrigues Lima e Affonso Ellísio Augusto Nogueira da Gama, todos ligados ao partido da União.


Copia. Acta da instalação da Villa Affonso Claudio, removida do Alto Guandu para Santa Joanna em virtude da Lei numero 33 de Vinte e um de Setembro de mil e oito e noventa e um,

Aos vinte um dias do mez de Outubro do anno de mil e oito centos e noventa e um, terceiro da Republica dos Estados Unidos do Brazil na Salla da Intendencia Municipal desta Villa, pelas dez horas d'amanhã, reunidos em secção O presidente da mesma Francisco Carlos de Almeida

Roza, aos membros João Bento de Aquino e Souza, Lucio Caetano de Souza, e Joaquim Ferreira Campos Galvão, instalarão em secção para cumprimento do artigo primeiro, da Lei citada, e por bem nomearam para servir de Secretario ad hoc, José Ricardo de Santa Anna, dando-se ao mesmo tempo por aberta a secção, tomando a palavra o Cidadão Presidente, e fazendo uma locução animadoura, convidando os seus concidadãos a coadjuvallo na ardua missão para o progresso desta Villa, em seguida fallarão o Cidadãos, Antonio Luiz Coelho, Julião Honorio do Espirito Santo José Rodrigues Lima Higino Elliseo Augusto Nogueira da Gama, fazendo este ultimo uma saudação ao Congresso deste Estado, ao [illegible] Barão de Mon Garbim e ao partido da União, Dada a palavra aos mais Cidadãos para manifestar qualquer sentimento ou reclamações que tivesse a fazer, e como nada houvesse, e ficaram todos saptisfeitos, deu-se por incerrada a secção assignando o Presidente e membros da mesma Intendencia e os mais Cidadãos, que se achavão presentes, Eu José Ricardo da Sant Anna Secretario ad hoc escrevi. Presidente Francisco Carlos de Almeida Rosa. João Bento de Aquino e Souza Lucio Caetano de Souza Joaquim Ferrª Campos Galvão José Ricardo de Sant Anna Vinceslau Ferreira Diniz Jesus Ferreira Laval José Luis Henriques [illegible] Oliveira primeiro Su Pe de Jesus Ferro Luis Porteno Antonio Luis Coelho de Souza.

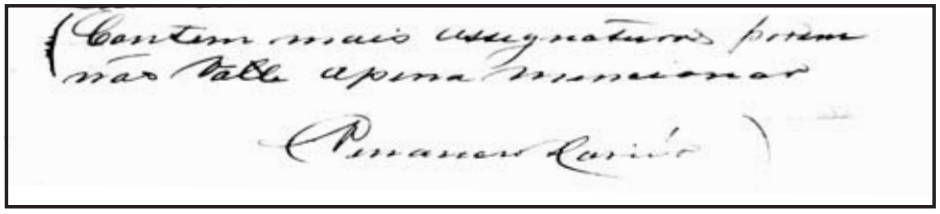


ILUSTRAÇÃO Nº 23 - Cópia da Ata da Instalação da Vila Afonso Cláudio, Removida do Alto Guandu para Santa Joana – 21/10/1891. (Acervo: APE – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo).

TRADUÇÃO:

"Cópia da Acta da instalação da Villa Affonso Cláudio, removida do Alto Guandú para Santa Joanna em virtude da Lei número 33 de vinte e um de Setembro de mil e oitocentos e noventa e um,

Aos vinte e um dias do mez de Outubro do anno de mil e oitocentos e noventa e um, terceiro da República dos Estados Unidos do Brazil na salla da Intendencia Municipal desta Villa, pelas des horas d'amanhã, reunidos em secção O prezidente da mesma Francisco Carlos de Almeida Roza, e os Membros, João Bento de Aguino e Souza, Lúcio Caetano de Souza, e Joaquim Ferreira Campos Galvão, declararão em secção para cumprimento do artigo primeiro, da Lei sitada ouvirão por bem, nomiarem para servir de Secretario ad hoques, Jose Ricardo de Santa Anna, dando-se ao mesmo tempo por aberta a secção, tomando a palavra o Cidadão Presidente, e fasendo uma locução animadoura, convidando ao seus considadãos, a coadjuvallo na ardoa missão para o progreço desta Villa, em seguida falarão o Cidadãos, Antônio Luiz Côellho, Julião Floriano do Espírito Santo, José Rodrigues Lima e Affonso Ellisio Augusto Nogueira da Gama, saindo este último uma declaração do Congreço deste Estado, e ao Excellentisimo Barão de monjardim e ao partido da União, Dada a palavra aos mais Cidadãos para manifestar quaisquer sentimento ou reclamações que tivessem a faser, e como nada ouvesse e ficaram todos saptisfeitos, deu-se por incerrada a secção Assignando o Presidente e membros da mesma Intendencia e os mais cidadãos que se acharão presentes. Eu José Ricardo de Santa Anna secretario ad hoc escrevi Presidente Francisco Carlos de Almeida Rosa, João Bento de Aguino e Souza, Lucio Caetano de Souza, Joaquim Ferr.ª Campos Galvão, José Ricardo de Sant Anna, Vesceslau Ferreira, Deniz Jesus (inelegível), José Luiz Henriques de Oliveira primeiro supl. do Juis Ferro Luis (inelegível) Antonio Luiz Coêlho de Souza.

(Contem mais assignaturas porem não valle a pena mencionar")
(assinatura inelegível)

Em 20 de junho de 1891 era encaminhado ao Barão de Monjardim correspondência assinada pelo Presidente da Indendência, Francisco Carlos de Almeida Roza, e os membros João Bento de Aguino e Souza, Lúcio Caetano de Souza e Joaquim Ferreira de Campos Galvão, felicitando-o pela escolha para Governador.

Antes da mudança do comando da Presidência da Intendência do Sr. Ramiro de Barros Conceição pelo Sr. Francisco Carlos de Almeida Rosa, fora publicado no dia 02 de março de 1891, edital estabelecendo as sessões eleitorais do município. Ficara estabelecido, naquela ocasião, que o município teria 02 (duas) sessões eleitorais: 1ª sessão na sede da Vila, compreendendo todo o distrito, e a 2ª, na sede da povoação de Figueira, distrito de Limoeiro, compreendendo também, todo o distrito de Limoeiro.

Ao mesmo tempo, foram indicadas à casa da Intendência Municipal da Vila, para os trabalhos da 1ª sessão e à Igreja Matriz da Povoação de Figueira para os da 2ª sessão. Recomendava também, o edital que fossem cumpridos os limites territoriais dos eleitores, assim como convidava os referidos eleitores para comparecerem com seus respectivos títulos, para darem os seus votos, para a eleição de Deputados ao Congresso Estadual (Assembléia Legislativa), que ocorreria no dia 2 de abril de 1891, às 10 horas da manhã. Também foram constituídas as mesas eleitorais. A 1ª sessão ficou composta dos Senhores: Presidente Ramiro de Barros Conceição, membros João Teixeira Alves, Miguel Pereira de Mattos, Antônio Ribeiro Soares e Venâncio Xavier, sendo os três primeiros, Presidente e Membros do Conselho da Intendência. Na 2ª sessão, Presidente Antonio Gonçalves Ferreira e membros Antônio Candido de Almeida Rosa, José Gomes Dias, Lucio Caetano de Souza e Pedro Ferreira Martins.

Com a mudança da Presidência, novo edital era publicado no dia 20 de março de 1891, mantendo-se todo o escopo do edital anterior, alterando-se tão somente os nomes dos Presidentes e Membros de cada sessão, além do Secretário, que no 1º edital era o Sr. José Cupertino Figueira Leite e, no 2º, o Sr. José Ignácio da Fonseca Lannes. Os novos membros definidos foram:

1ª Sessão: Presidente: Francisco Carlos de Almeida Rosa
Membros: João Bento de Aguino e Souza
João Batista da Fonseca Lannes
Antônio de Almeida Casaes
Affonso T. da Rocha Brandão.

OBS.: os 03 (tês) primeiros eram Presidente e Membros do Conselho da Intendência.

2ª Sessão: Presidente: José Luiz Henrique de Oliveira
Membros: Augusto Carlos da Silva
João Bertardo de Andrade
Antônio Nunes de Oliveira
Eugênio Galvão.

As eleições eram realizadas separadamente, divididas em 05 (cinco) etapas, pelos prazos legais existentes à época:

- ✓ Abril: Eleições federais para Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e Deputados Federais.
- ✓ Maio: Composição do Congresso Legislativo (Assembléia Legislativa)
- ✓ Maio: Eleições para Presidente Municipal (Prefeito) eleito pelos Governadores Municipais (Vereadores)
- ✓ Junho: Presidente e Vice-Presidente de Estado (Governador e Vice Governador)
- ✓ Dezembro: Eleição para Governadores Municipais (Vereadores) e Juízes Distritais.

A 1ª eleição realizada no município após a emancipação foi em 03 de maio de 1891, onde fora eleita a 1ª Assembléia Legislativa do Estado, era republicana, que elegeu o Governador e Vice, Sr. José de Mello C. Moniz Freire, que tomara posse em 3 de maio de 1892.

Chama atenção o fato de que só eram votantes os cidadãos do sexo masculino, cuja relação só conseguimos a de 1894, uma vez que dados anteriores a esta data não são mais encontrados, tanto no Judiciário quanto no executivo municipal. O sexo feminino só conquistou o direito de votar a partir de 1932, sendo que a 1ª (primeira) mulher candidata a um cargo eletivo no Brasil foi a Sra. Judith Leão Castello Ribeiro, irmã do Dr. Álvaro Castello, segundo João Luiz Castello Lopes Ribeiro.

Trabalho produzido pela ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO[27], afirma que a mesma foi a "primeira mulher no Legislativo", que era nascida na Serra em 1906. Fora Deputada Estadual por 04 (quatro) legislaturas consecutivas (1947 a 1963). Pertencia ao PSD - Partido Social Democrático. A mesma

[27]ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, "Acervo Artístico e Histórico da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo". Vitória (ES). 2005. 164p.

fonte assevera que “Judith era culta e possuía oratória fácil, vibrante, contestatória e combativa.”

Alistamento Eleitoral – Cidadãos Alistados - Eleitores Pelas “Commisões Seccionaes” no Município de Afonso Cláudio, conforme Edital publicado em 1894[28] pelo Presidente da Comissão Municipal, Sr. Ramiro de Barros Conceição:

1ª “Secção” _ “Districto da Villa”:

Antonio Justino de Barros
Alexandre de Abreu Alvim
Alexandre Bottelho de Freitas
Antonio Agostinho de Souza Madeira
Antonio Avelino Pereira
Antônio João Ferreira
Antonio José da Costa
Alexandre Dias Pereira
Antonio Moreira de Souza
Antonio Dias de Salles
Antonio Jacintho de Souza Lima
Antonio Gregorio dos Santos
Antonio Luiz de Oliveira
Astolpho Rodrigues Gomes
Antonio Correa de Senna
Antonio Machado de Souza
Antonio Basílio Pereira
Agostinho Gonçalves Bairral
Antonio José Ribeiro
Adolpho Rodrigues Gomes
Antonio de Almeida Casaes
Antonio Ribeiro Soarez
Alcides Augusto Pacheco
Amancio Machado Braga
Antonio Rodrigues da Cruz*
Antonio Pinto de Magalhães
Antonio José Teixeira
Antonio Marcellino da Silva
Augusto Escopelli Gomes
Antonio Soares de Lannes
Antonio Firmino Gomes
Antonio Gonçalves Lamas Primo
Antonio Rodrigues de Lima
Antonio Candido de Almeida Rosa
Antonio Sabino da Silva
Antonio Gomes Ferreira
Antonio José Gomes Ribeiro
Antonio de Abreu Rangel
Alfredo da Silveira Fialho
Antonio Lourenço de Araújo (Dr.)
Balbino José Gomes da Silva
Baldoino Corrêa da Silva
Belchior de Mattos Pinto
Bellarmino de Souza Lima
Belmiro Eustáquio de Souza Lima
Benedicto Alves de Lima
Caetano José Gomes
Calisto Candido da Silva
Calisto Pereira de Almeida
Camillo Gonzaga de Carvalho
Carlos José Gabry
Clemente dos Passos Martins
Clemente Dultra de Almeida
Clodovim Ferreira Godim

*Meu triavô paterno

[28]O ALTO GUANDU. “Alistamento Eleitoral”. Affonso Cláudio (ES). Jornal Publicado em 08 de Julho de 1894, n.º 27, Ano II. 4 p.

Custódio de Abreu Rangel
Custódio José Vieira
Deorce Baptista
Domingos Justino d'Almeida
Elias Caetano da Silva
Eugênio de Oliveira Magalhães
Ezequiel da Costa Silveira
Felicio Pereira de Souza
Felisberto de Abreu Rangel
Fortunato Lopes de Souza Moreira
Francisco Alves dos Santos
Francisco Americo da Silva
Francisco Correia da Silva
Francisco de Abreu Rangel
Francisco de Faria Nogueira
Francisco Martins Correa
Francisco Pereira de Amorim
Francisco Ribeiro Soares Netto
Francisco Theodoro da Conceição
Gabriel Archanjo da Fonseca
Guilhermino Gomes Dias
Henrique Thinnes
Hortencio de Vasconcellos
Ivo Fernandes
Ignacio Gonçalves Lamas
Innocencio de Paula Coelho
Jacob José Ribeiro
João Francisco de Avila Sobrinho
João de Abreu Rangel
José Vicente Belmiro
José Lopes de Souza
José Cosmo Pereira
Julio Zacharias Gomes
Justino Pinto de Oliveira
João Villarino Pereira
José Pinto de Oliveira Junior
Joaquim de Barros Conceição
João Francisco Machado Braga
Jozino de Abreu Rangel
Joaquim Pinto de Oliveira
José Francisco Borges da Silva
João Sabino de Oliveira
Joaquim José de Almeida
José Manoel Ribeiro
Joaquim Nicacio Brum
José de Abreu Sobrinho
Joaquim Antonio Dias
João Martins de Abreu Rangel
José Cupertino Figueira Leite
Joaquim Luiz de Almeida
João Pinto de Oliveira
João Teixeira Alves
Joaquim Soares da Fonseca
João Dias Pereira
José Henriques Pedro
José dos Santos Sombra
Joaquim Francisco Torres
Justino Gonçalves Pimenta
Joaquim Ferreira Campos Galvão
João Ribeiro Soares
José Domingos dos Santos
Joaquim Correa da Silva
José Augusto Fausther
Joaquim Ignacio Bernardino
José Antonio Dias
José Sabino da Silva
Joaquim Antonio Fagundes
José Antonio Fagundes
Joaquim Antonio de Souza Barros
José Venancio de Araújo
Joaquim Rosa Vieira
Joaquim Justino de Barros Conceição
José Euzebio Correa
Joaquim Machado Braga
José de Abreu Rangel
Jacintho de Souza Leonardo

Jayme Gomes de Lima
João Francisco Alves
João Francisco de Avila
João Joaquim Tavares
João Manoel de Freitas
João Martins Pacheco
Joaquim Antonio Pedro
Joaquim Sudre de Souza Sobrinho
Joaquim Tormantino Bastos
José Barros Filho
José Basílio de Souza
José Cassiano de Assis
José da Silveira Fialho
José Eleuterio Fernandes Mello
José Francisco Alves Junior
José Herman Toetpheus Bello
José Lopes da Rocha Sobrinho
José Lopes Rogério
José Manoel Fernandes
José Marcellino do Valle (Pe.)
José Martinho de Carvalho
Lauriano José Fagundes
Laurindo José Ribeiro
Luiz Barboza Madureira
Luiz Machado Braga
Manoel Correa da Silva
Manoel Crispim de Lacerda
Manoel de Almeida Silvares
Manoel Eleuterio Pereira
Manoel Ferreira Martins
Manoel Francisco de Freitas
Manoel Justino de Souza Leal
Manoel Pereira de Amorim
Manoel Rodrigues de Oliveira
Manoel Theodoro da Silveira
Marçal José Ferreira
Messias Rodrigues de Oliveira Sobrinho
Miguel Pereira Mattos
Mizael João Fernandes
Nicomedes da Silveira Fialho
Nilo Candido de Almeida da Rosa
Olívio Fernandes Nascimento Rosa
Pedro Carlos de Oliveira
Pedro Dias de Carvalho
Paulino Antonio Cordeiro
Paulo Porcino Barboza
Pedro da Costa Silveira
Ramiro de Barros Conceição
Raymundo Bento da Fonseca
Ricardo Pereira de Souza
Romão Gomes da Silva
Romualdo José Damaceno
Sabino Coimbra de Oliveira
Salustiano Clementino da Silva
Salviano Thiago da Silva
Sebastião Ribeiro Soares
Seraphin Tosta das Neves
Sabino Leopoldo de Sá
Silvestre José de Sá
Silvio Francisco de Avila
Theophilo José de Souza
Theophilo Lopes de Souza Moreira
Thaddeu Esquetim Guimarães
Victor José de Sá
Venâncio Xavier

2ª "Secção" – "Districto de Laranja da Terra"

Antonio Gregorio da Fonseca
Antonio Machado Novaes
Camilllo da Silva Monteiro
Claudiano Alves Pereira

Domingos José Martins Junior
Domingos José Vieira
Egidio Carvalho de Rezende
Egidio de Oliveira Guimarães
Elias Fernandes Rodrigues
Eugenio Fernandes de Carvalho
Felisbino Jordão de Vargas
Francisco Alves Pereira
Francisco Figueira da Silva Lessa
Francisco Moreira da Silva
Honorato de Oliveira Guimarães
Joaquim Caetano de Paiva
Joaquim Ferreira da Silva
Joaquim José Ribeiro
José Gonçalves Lamas
José Joaquim de Lima Paraguay
João Figueira da Silva Lessa
Joaquim Rodrigues da Fonseca
José Ferreira Diniz
José Antonio de Castro
João Moreira da Costa
João Antonio da Costa
Jovenal Manoel da Silva
José Moreira da Costa
Leopoldino Jordão de Vargas
Leopoldino José Fernandes
Manoel de Souza Monteiro
Manoel José Pereira
Maximo Antonio de Carvalho
Marcellino Eugenio de Abreu
Miguel Oliveira Guimarães
Pedro Augusto Pubel
Patricio de Oliveira Guimarães
Raul d'Avila Caldeira
Sebastião José de Castro

3ª "Secção" – "Sub-Districto de Limoeiro"

Anacleto Felisberto da Silva
André Perim
Antonio Fiorote
Antonio Gonçalves Ferreira
Antonio Mazio
Antonio Moreira da Silva
Antonio Moreira da Silva Junior
Antonio Nunes de Oliveira
Antonio Picorette
Antonio Vieira Ferreira Alvim
Aureliano José Nunes
Apolinário Jose de Oliveira
Binda Zefiro
Celestino Joaquim Soares
Candido Jacintho da Silva
Candido Lopes da Silva
Christiano Olimpio de Abreu
Cezar Capps
Couvre Pedro
Domingos de Paula Freitas
Domingos Freire de Almeida
Domingos Martinelli
Delmidio Alves Pereira
Domingos Martins
Domingos Zanella
Egdio Luiz Pego
Fardim André
Felippe Neris da Rocha
Felisberto Antonio de Meneses
Felisberto Francisco de Assis
Fioroti Luiz
Francisco Cancian
Francisco Cyrilo Ferreira
Francisco Gonçalves Ferreira

Francisco Jacintho da Silva
Francisco Marques Rodrigues Pimenta
Gustavo Freire de Almeida
Honório Gonçalves Ferreira
Jeronimo Casa
Jeronymo Luiz da Rocha Leão
João Antonio Cordeiro
João Baptista Bello
João Bento de Aquino e Souza
João Bridis
João Pinto Ferreira
João Pinto Vieira
João Scardua
Joaquim Antonio
Joaquim Freire de Almeida
Joaquim Gonçalves Dias Bastos
Joaquim Jacintho da Silva
Joaquim Justino Lopes
José Cortellete Junior
José Ferreira da Silva
José Firmiano Basto
José Guadahim
José Julio Vieira
José Madalom
Julio Pereira do Espírito Santo
José Pedro Moreira Torquato
João Mariano de Oliveira
Josephino Domingos Teixeira
João Alves Vianna
José Pedro Alexandre
José Rodrigues Pinto
João Rodrigues da Fonseca
José Fiorote
Luiz Lazane
Luiz Zanon
Luiz Zotião
Laurindo Caetano de Souza
Manoel Nunes de Souza
Manoel Elias dos Santos
Manoel Luiz Thomaz
Manoel Joaquim Vieira
Maximo Scardua
Manoel Felippe Vieira
Monsuete Bridis
Manoel Olimpio Pinheiro
Manoel Joaquim Calisto de Farias
Manoel Pereira dos Santos
Manoel Ferreira Lamacho
Patricio Honorio Barcellos
Pedro Ferreira Martins
Pedro Ferreira de Souza
Raymundo da Cunha Meneses
Roque D'Lepran
Santos Victorim
Salustiano Policarpio d'Santa Anna
Silvino Alves de Souza
Santos Dias de Souza
Theodomiro Gonçalves Ferreira
Valentim Pirozini
Virgilio Ferreira de Souza
Vandelino de Aquino e Souza
Venerando Lopes de Farias

4ª "Secção" – "Districto de Boa Família" (Republicado em 15 de junho de 1894. n.º 28)

Antonio Correa de Farias
Antonio Eleuterio Barbosa
Antonio Ferreira Lopes
Antonio Freire de Almeida
Antonio Gomes das Neves
Antonio Saturnino da Cruz

Antonio Sebatai
Augusto Coelho da Silva
Antonio Barbosa dos Santos
Antonio Pereira da Silva
Antonio Martinho Barbosa
Antonio Augusto de Moraes
Antonio Ferreira de Carvalho
Benevenuto Folador
Bereta Felício
Bernabé Folador
Caco Archangelo
Camillo Frizzera
Carlos Rodrigues Meyra
Christofore Archangelo
Cicilio Gomes da Silva
Cornelio José da Silva
Dario Barbosa de Senna
Deolindo de Araújo Cangusú
Emilio Sacht
Ernesto Rodrigues do Nascimento
Eugenio Comper
Folador Giacomo
Folador Giovane
Folador Silvino
Francisco Alves de Souza Adão
Francisco Candido de Souza
Francisco de Paula Barbosa
Francisco Dias de Carvalho
Francisco Xavier da Rocha
Heitor Gonçalves Mendes
Hemmernegildo Martinelli
Isaias Bergamashi
João Alves d'Almeida Nascimento
João Alves de Souza
João Bertholdo de Andrade
João Dias Barbosa
João Fernandes Benevides
João Gonçalves de Meira
João Leoncio de Andrade
João Moreira da Encarnação
José Fernandes Benevides
José Fernandes Benevides Junior
José Neves Pinto
José Norberto Pinto
José Freire de Almeida
Jose Theodoro de Andrade
Julião Floriano do Espírito Santo
João Luiz de Souza
José Hilario Barbosa
João Rodrigues Grajau
José Gomes Dias
João Soares Ferreira
Jacintho Gonçalves Cardoso
José Galdino Alves de Oliveira
Lanesette Ângelo
Leonardo Cestari
Luiz Segundo Bettiato
Luiz Comper
Marcolino Alves Pereira
Manoel Carvalho de Souza
Manoel Correa de Farias
Manoel Freire de Almeida
Manoel Gonçalves Jorge
Nazarino Fernandes Benevides
Pedro Camurce
Pedro Ferreira dos Santos
Propicio Pereira da Luz
Ricardo Baletae
Sebastião Egidio Martins
Simão Ferrari
Thomaz Ferrari
Tiburcio Luiz Machado
Theodoro Sacht
Thomaz Hornby
Trajano Ferreira de Souza
Victorio Bergamashe
Valentim Simonete

5ª "Secção" – "Bom Jesus (Sobreiro)" (Republicado em 15 de julho de 1894, n.º 28)

Antonio Martins de Freitas
Augusto Eugenio de Mattos
Antonio Alves da Cruz
Antonio José da Fonseca Lannes
Antonio Gomes da Silveira Souza
Antonio Ignacio das Mercez
Antonio Manoel Fernandes
Adelino Germano Santhiago
Antonio Custodio da Costa
Amaro Rangel
Agostinho Tosta das Neves
Alacrino de Souza Mello
Antonio Baptista Pereira Santhiago
Antonio Camillo Ferreira
Antonio Miguel da Silva
Antonio Paulino Dias
Antonio Rodrigues Martins de Paiva
Camillo da Silva Braga
Carlos Rodrigues de Oliveira
Cesario José de Araújo
Domiciano Bothelho da Fonseca
Eugenio Alves da Cruz
Epiphanio Rodrigues Pimenta
Eduardo Antonio Dias
Eugenio José dos Reis Fagundes
Ernesto Ignácio de Vargas
Elias José da Silva
Francisco Jose de Oliveira
Francisco Martins de Freitas
Fernando Botelho de Freitas
Florencio Antonio de Barros
Francisco Carlos Rodrigues
Francisco Tosta das Neves
Francisco Tosta das Neves Junior
Francisco Manoel Fernandes
Felippe Nerys de Almeida
Francisco Soares Correa
Francisco Duarte Manso
Francisco Antonio Pimenta Junior
Galdino Antonio Borges
Honorio Ferreira Pinto
Ignacio Ferreira Pinto
José Innocencio Rodrigues
José Coelho Leal Alvim
João Silverio da Silva
José Constancio Dias
Jose Lucas Felicio
José Antonio da Silva
José Carlos Rodrigues
José Manoel Barbosa
José Alves da Cruz
Joaquim Miguel da Silva
João Gonçalves da Silva
João Baptista da Fonseca Lannes
José Lopes da Costa
Justinianno Ferreira Pinto
João Domingos de Figueiredo
João Vicente Dias
Joaquim Thomaz de Aquino Pinto
José Paulino da Silva
João Ascacibas de Lima
João da Costa Novaes
João da Cunha Coutinho Junior
João Eugenio de Mattos
João Francisco Soares
João Rodrigues Pimenta
José Antonio de Castro
José Correa de Meirelles
José Miguel da Silva
José Valentim da Silva
Julio Rodrigues Pimenta
José Ignácio da Fonseca Lamas
João Tosta das Neves
Laurindo José da Fonseca Lannes

Leovegildo Rodrigues Pimenta
Luiz Bothelho da Fonseca Lannes
Manoel Cardoso de Mattos
Manoel de Paiva e Souza
Manoel Felippe de Freitas
Manoel Francisco de Andrade
Manoel Francisco Soares
Manoel Moreira de Mello
Manoel Rodrigues d'Oliveira
Marciano da Costa Novaes
Martinho Caetano Pereira
Miguel Vicente Dias
Oliveiros Moreira de Mello
Olívio Manoel Fernandes
Paulino Postes dos Reis
Pedro Constancio da Silva
Pedro Ignacio da Silva
Pedro Manoel de Paula
Pedro Martins de Paiva
Pedro Rodrigues Pimenta
Roldão Moreira de Melllo
Rosendo Gomes da Cunha
Sebastião Antonio Tavares
Sebastião Gomes de Figueiredo
Sebastião Ignacio da Silva
Serafim Rodrigues de Mello
Sabino Ignacio da Silva
Torquarto Gomes de Figueiredo
Virgilio Valentim da Silva

Em 1890, a Villa só possuía 55 (cinqüenta e cinco) eleitores alistados no município de Santa Leopoldina. A partir da emancipação política e o novo cadastramento feito pela municipalidade, passou a contar com 521 (quinhentos e vinte e um) eleitores em 1894. Alguns dados não conferem com a quantidade publicada e a relação apresentada.

- ✓ 1ª seção: 196 eleitores (Distrito da Villa) - [195]
- ✓ 2ª seção: 39 eleitores (Distrito de Laranja da Terra) - [39]
- ✓ 3ª seção: 96 eleitores (Sub-Distrito de Limoeiro) - [96]
- ✓ 4ª seção: 83 eleitores (Distrito de Boa Familia) - [83]
- ✓ 5ª seção: 107 eleitores (Distrito de Bom Jesus). [103]

A turbulência administrativa e política se arrastava, quando em, 18 de janeiro de 1892 o Sr. Ramiro de Barros Conceição encaminhava, aos Membros da Junta Governativa do Estado, exposição de motivos sobre o funcionamento da Intendência Municipal da Vila Afonso Cláudio, àquela ocasião, com sede em Santa Joana. Assim se manifestara.

"Cumpre-me levar a vosso conhecimento, que acha-se a Intendencia desta Villa abandonada e seus livros na casa particular do cidadão Francisco Carlos de Almeida Rosa, em, na qualidade de Presidente legal della em virtude das resoluções de 23 de Novembro e 19 de Desembro que instaurarão a legalidade, solicitei do mesmo cidadão me fosse ella entregue, sendo immediatamente. Não constando no livro da Intendencia que fosse sua séde installada

em Santa Joana, para onde ultimamente houvera sido transferida, cumpre-me também esclarecer-vos que continua aqui (Alto Guandu), á sua verdadeira séde desta Villa. Para melhor certificamos de que não houve a installação acima dita em Santa Joana, remetto-vos incluzo a copia do unico apontamento encontrado que parece versão a respeito. Logo venha a indicação do Conselho desta Intendencia será ella impossada.

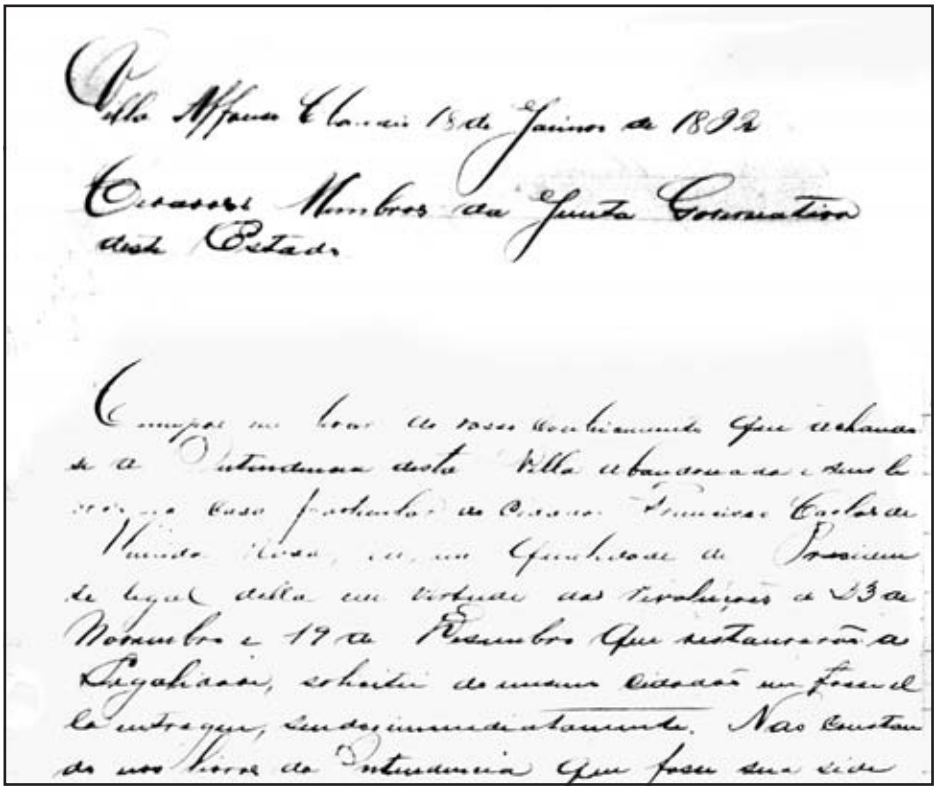
Sendo de urgente necessidade tratar a Intendencia de organização sem orçamento para este exercicio, visto que no anno pza. ella não a fez, por isso que não houve arrecadação alguma, peço vos remetter-me uma copia dos orçamentos do Estado e Intendencia (da Capital), para o correspondente exercicio, a fim de por elles ser feito o desta.

Em nome do povo deste Município asseguro-vos plena adhezão e confiança.

Tenho também a saptisfação de sertificarmos que a ordem aqui ultimamente tem sido exemplo.

Saude e Fraternidade

Ramiro de Barros Conceição”



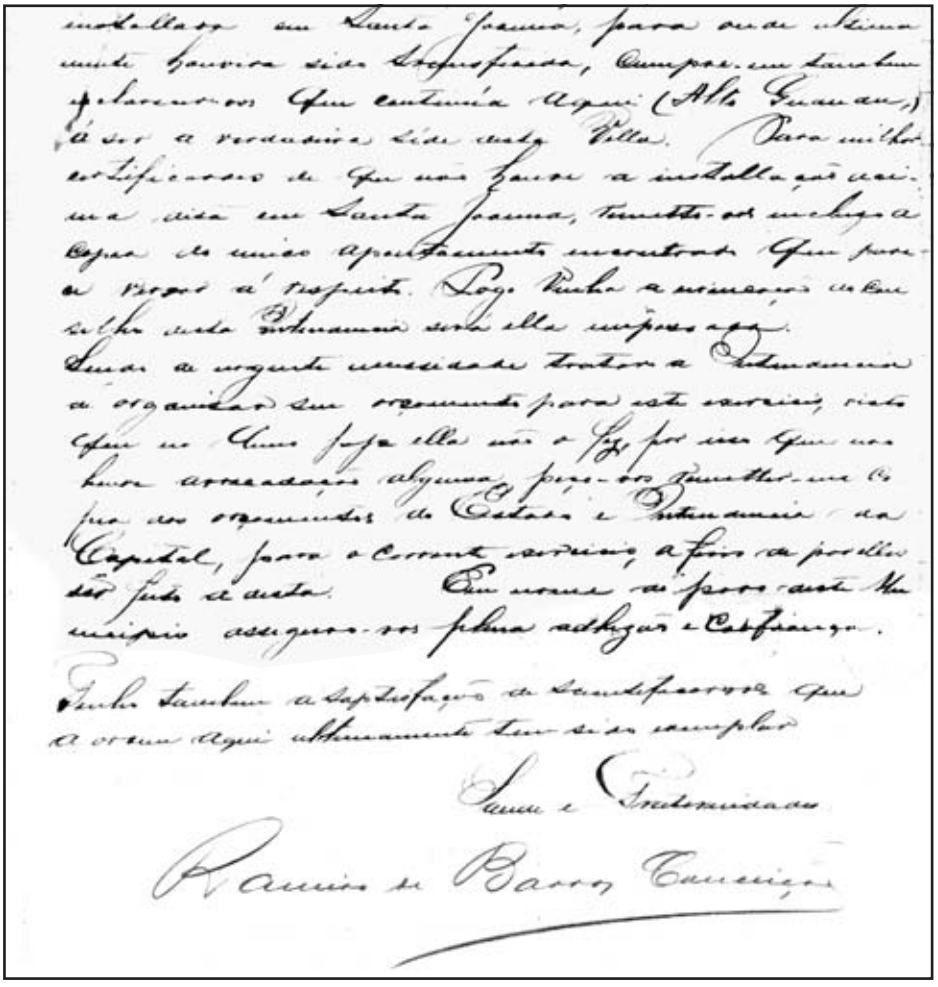


ILUSTRAÇÃO Nº 24 - Exposição de Motivos Sobre o Funcionamento da Intendência Municipal da Vila Afonso Cláudio - 18/01/1892.
(Acervo: APE – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo).

Portanto, a partir de 1º de fevereiro de 1892 assumia novamente o exercício do cargo de Presidente da Intendência, o Sr. Ramiro de Barros Conceição, assim como os Membros do Conselho. Na oportunidade, era feita a nomeação de todos os empregados da Intendência.

Em 7 de abril de 1892, eram estabelecidos os limites territoriais do município, já tratado no capítulo próprio (p.55 a 67).

Entre o período de 1º de fevereiro e 19 de abril de 1892 houve nova troca de Presidente da Intendência, que não conseguimos identificar a data correta. En-

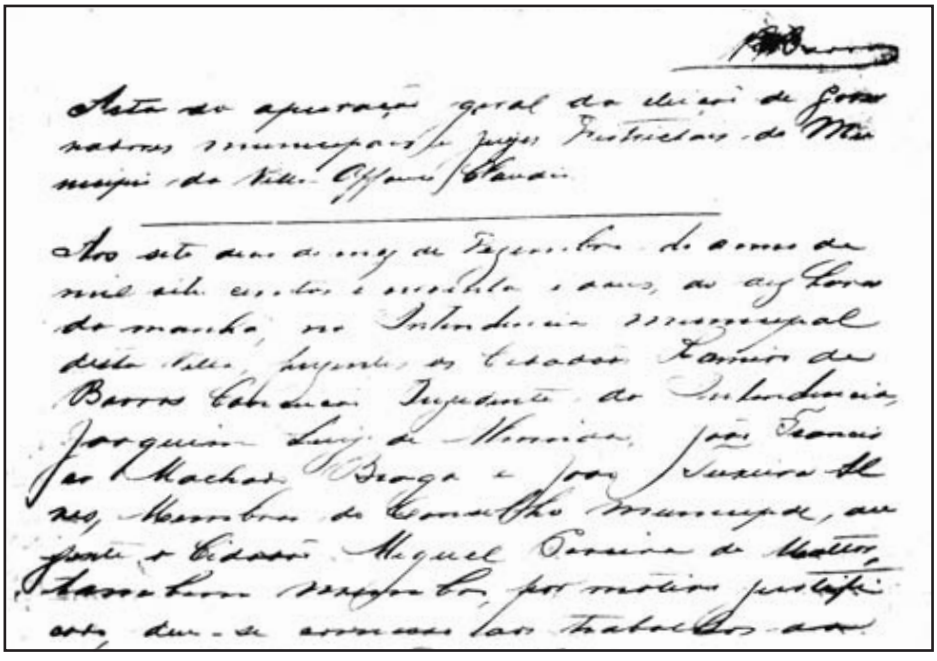
tretanto, encontramos a correspondência do Sr. Antônio Candido de Almeida Rosa, levando ao conhecimento dos Membros da Junta Governativa do Estado do Espírito Santo, informando não ser possível continuar a ocupar o cargo de Intendente da Vila.

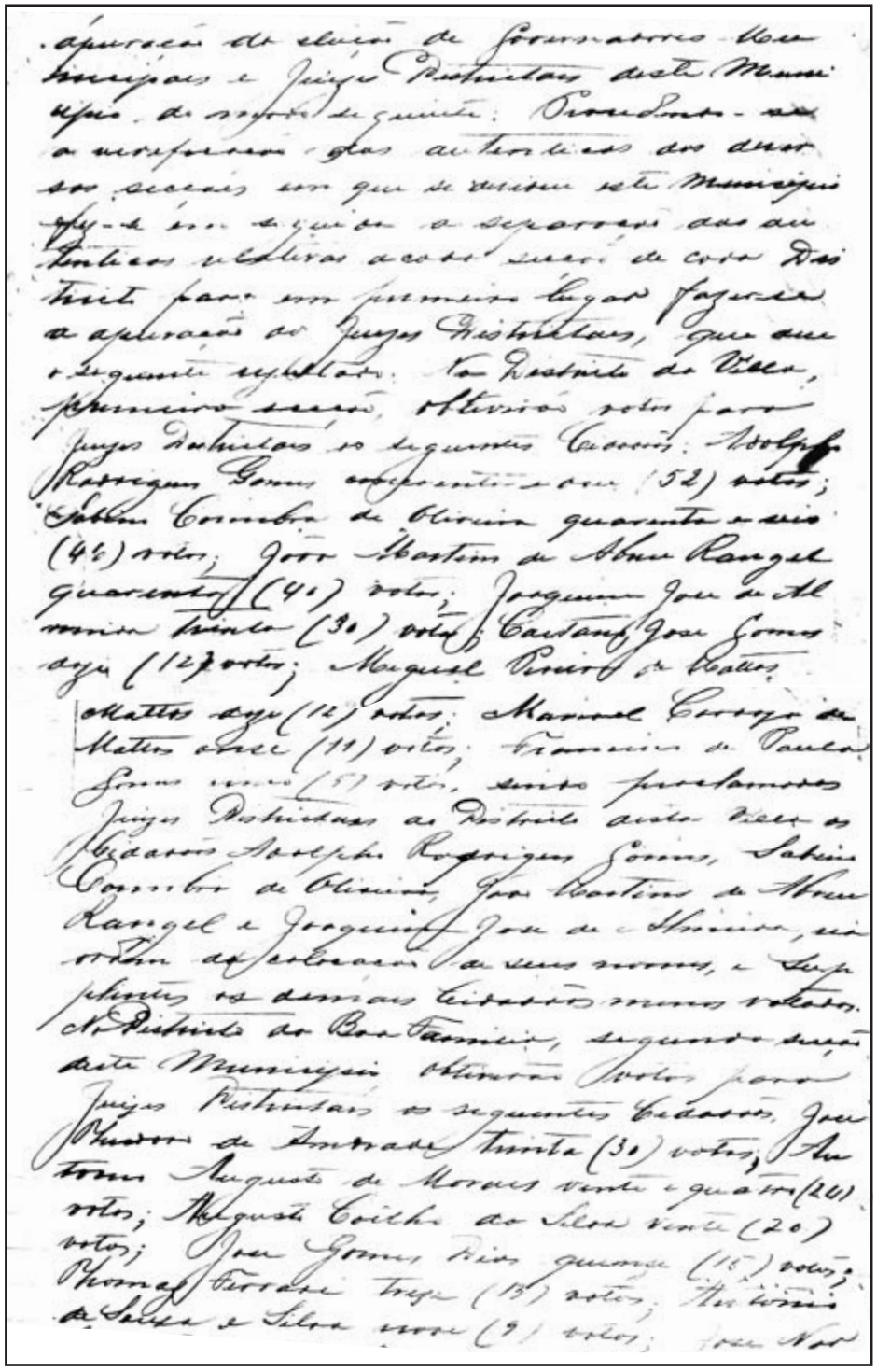
As alegações para a renúncia era a de que a sua residência era muito longe da Vila e pelo fato de necessitar fazer uma viagem longa. Afirmava ainda que: "[...] embora qualquer sacrificio que eu fisesse occupando o referido cargo era de meu rigoroso ego [...]". Ao sair, fez a indicação do Sr. Joaquim Luiz de Almeida para o cargo.

Pelo Ofício nº 27, da "1ª Directoria da Secretaria dos Negocios da Instrucção, Justiça e Segurança Publica do Estado do Espirito Santo", de 4 de maio de 1892, o Dr. Eugênio Pires de Amorim comunicava ao Sr. Presidente da Intendência que, por ato de 29 de abril daquele ano, a Junta Governativa Estadual havia aprovado a indicação do Sr. Joaquim Luiz de Almeida para novo Intendente.

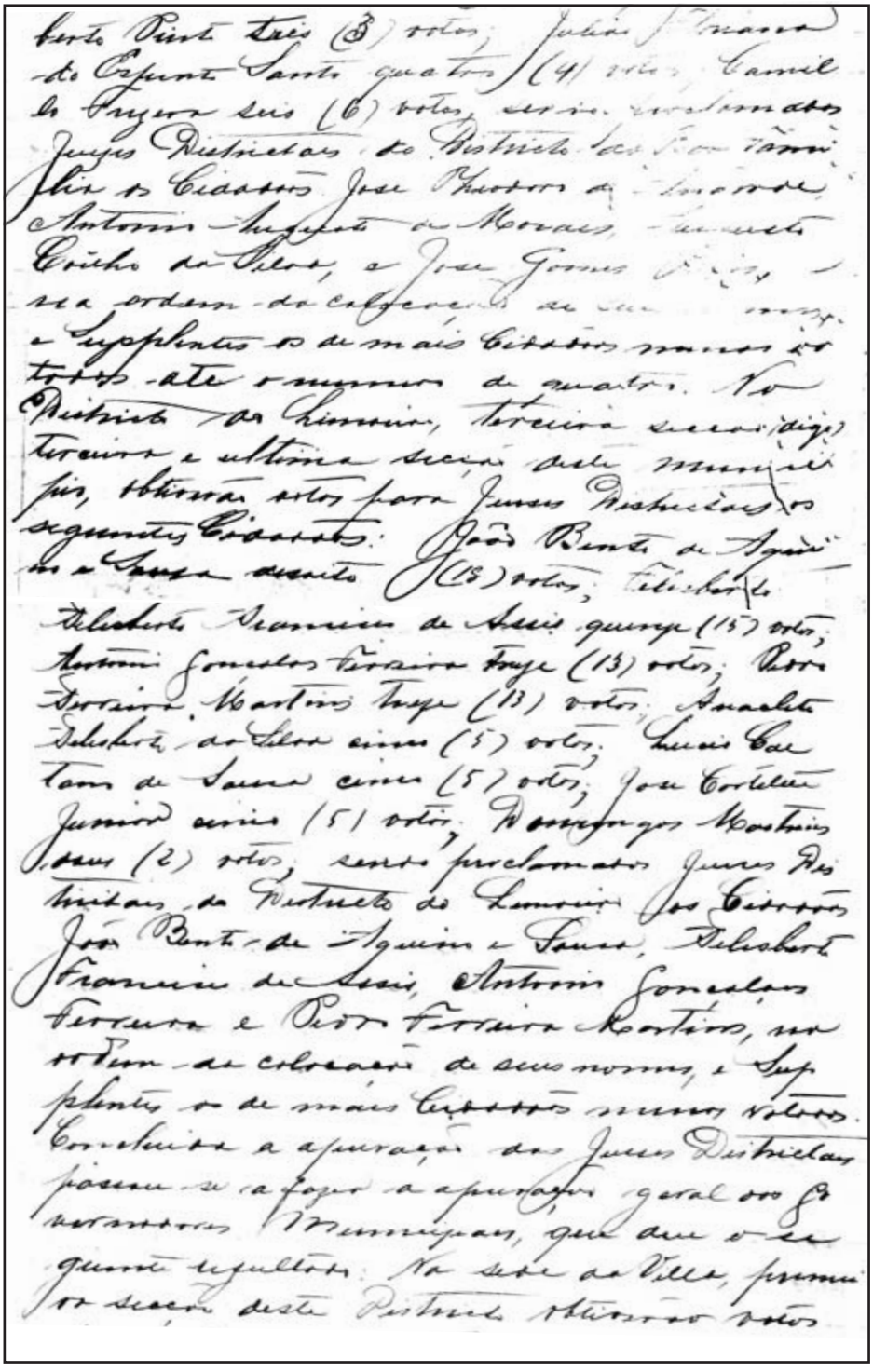
Aparece novamente, comunicando ao Presidente do Estado, na data de 25 de maio de 1892, que havia sido eleito Presidente da Intendência, tomado posse do cargo e instalado o Governo Municipal, o Sr. Ramiro de Barros Conceição. O Sr. Ramiro, na mesma data, encaminhava o resultado das eleições municipais ocorrida no dia 24 de novembro.

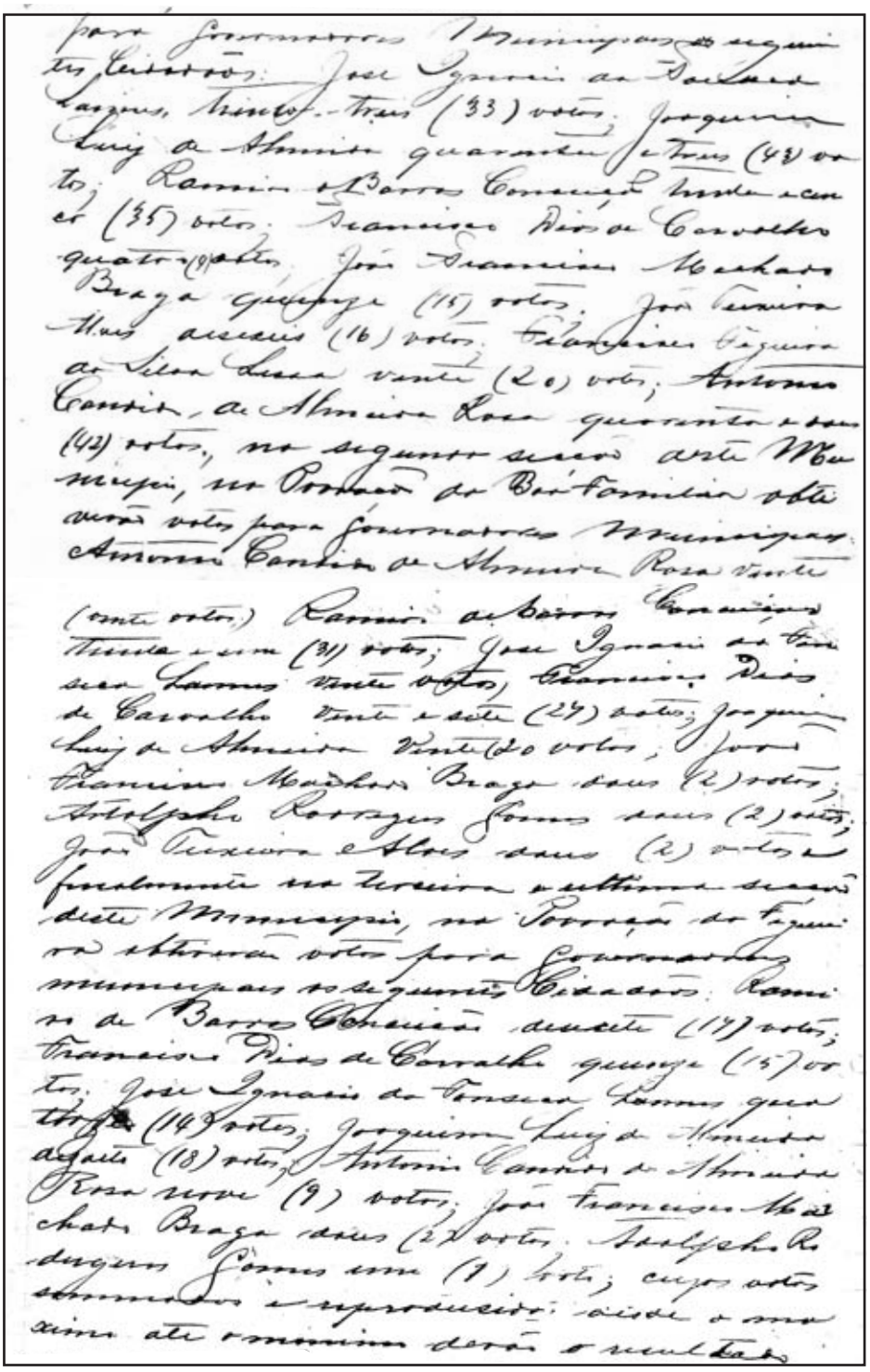
Em 07 de dezembro do mesmo ano, eram realizadas as eleições para Governadores Municipais e Juizes Distritais, conforme ata ilustrativa.





apuração da eleição de Governadores Mu-
nicipaes e Juizes Districtaes deste Muni-
cipio, do modo seguinte: Procedendo-se
a verificação das autenticas das diver-
sas secções em que se dividiu este Municipio
fez-se em seguida a separação das au-
tenticas relativas a cada secção de cada Dis-
tricto para em primeiro lugar fazer-se
a apuração dos Juizes Districtaes, que deu
o seguinte resultado: No Districto da Villa,
primeira secção, obtiverão votos para
Juizes Districtaes os seguintes Cidadãos: Adolpho
Rodrigues Gomes cincoenta e dous (52) votos;
Sabino Coimbra de Oliveira quarenta e seis
(46) votos; João Martins de Abreu Rangel
quarenta (40) votos; Joaquim José de Al-
meida trinta (30) votos; Caetano José Gomes
doze (12) votos; Miguel Pereira de Mattos
Mattos doze (12) votos; Manoel Cardozo de
Mattos onze (11) votos; Francisco de Paula
Gomes cinco (5) votos, sendo proclamados
Juizes Districtaes do Districto desta Villa os
Cidadãos Adolpho Rodrigues Gomes, Sabino
Coimbra de Oliveira, João Martins de Abreu
Rangel e Joaquim José de Almeida, na
ordem da colocação de seus nomes, e Sup-
plentes os demais Cidadãos menos votados.
No Districto da Boa Familia, segunda secção
deste Municipio obtiverão votos para
Juizes Districtaes os seguintes Cidadãos, José
Theodoro de Andrade trinta (30) votos; An-
tonio Augusto de Moraes vinte e quatro (24)
votos; Augusto Coelho da Silva vinte (20)
votos; José Gomes Dias quinze (15) votos;
Thomaz Ferraz treze (13) votos; Antonio
de Souza e Silva nove (9) votos; José Nor





para Governadores Municipaes os seguin-
tes Cidadãos: José Ignacio da Fonseca
Lannes, trinta e tres (33) votos; Joaquim
Luiz de Almeida quarenta e tres (43) vo-
tos; Ramiro de Barros Conceição trinta e cen-
co (35) votos; Francisco Dias de Carvalho
quatro (4) votos; João Francisco Machado
Braga quinze (15) votos; João Teixeira
Alves dezeseis (16) votos; Francisco Figueira
da Silva Lessa vinte (20) votos; Antonio
Candido de Almeida Rosa quarenta e dous
(42) votos, na segunda secção deste Mu-
nicipio, na Povoação da Boa Familia obti-
verão votos para Governadores Municipaes:
Antonio Candido de Almeida Rosa vinte
(vinte votos) Ramiro de Barros Conceição
trinta e um (31) votos; José Ignacio da Fon-
seca Lannes vinte votos, Francisco Dias
de Carvalho vinte e sete (27) votos; Joaquim
Luiz de Almeida vinte (20 votos; João
Francisco Machado Braga dous (2) votos;
Adolpho Rodrigues Gomes dous (2) votos;
João Teixeira e Alves dous (2) votos e
finalmente na terceira e ultima secção
deste Municipio, na Povoação da Figuei-
ra obtiverão votos para Governadores
municipaes os seguintes Cidadãos: Rami-
ro de Barros Conceição dezesete (17) votos;
Francisco Dias de Carvalho quinze (15) vo-
tos; José Ignacio da Fonseca Lannes qua-
torze (14) votos; Joaquim Luiz de Almeida
dezoito (18) votos; Antonio Candido de Almeida
Rosa nove (9) votos; João Francisco Ma-
chado Braga dous (2) votos. Adolpho Ro-
drigues Gomes um (1) voto; cujos votos
sommados e reproduzidos desde o ma-
ximo até o minimo derão o resultado

seguinte: Ramiro de Barros Conceição
oitenta e tres (83) votos, Joaquim Luiz
de Almeida oitenta e um (81) votos, Antonio
Candido de Almeida Rosa setenta e um
(71) votos, José Ignacio da Fonseca Lamas
sessenta e sete (67) votos, Francisco Dias
de Carvalho quarenta e seis (46) votos;
Francisco Figueira da Silva Lessa vinte
(20) votos, João Francisco Machado Braga
desenove (19) votos, João Teixeira Alves
desoito (18) votos, Adolpho Rodrigues
Rodrigues Gomes dous (2) votos, Adol-
pho Rodrigues Gomes um (1) voto, pelo que
são proclamados Governadores Municipaes os
Cidadãos Ramiro de Barros Conceição,
Joaquim Luiz de Almeida, Antonio Can-
dido de Almeida Rosa, José Ignacio da
Fonseca Lamas e Francisco Dias de
Carvalho, e Supplentes os tres Cidadãos
immediatos em votos. Finalmente em se-
guida procedeu-se a apuração dos De-
putados estaduaes cujo resultado das tres
secções deste Municipio foi o seguinte:
Gabriel Norberto da Silva: — primeira
secção cincoenta e dous (52) votos, se-
gunda secção trinta e um (31) votos;
terceira secção desenove (19) votos — total
cento e dous (102) votos; Henrique da
Silva Coutinho: — primeira secção cin-
coenta e dous (52) votos, segunda secção trin-
ta e um (31) votos, terceira secção desenove
(19) votos — total cento e dous (102) votos;
Joaquim Eugenio Macedo Paiva: — pri-
meira secção cincoenta e dous (52) votos,
segunda secção trinta e um (31) votos,
terceira secção desenove (19) votos total
cento e dous (102); Matheus Gomes da Cu-

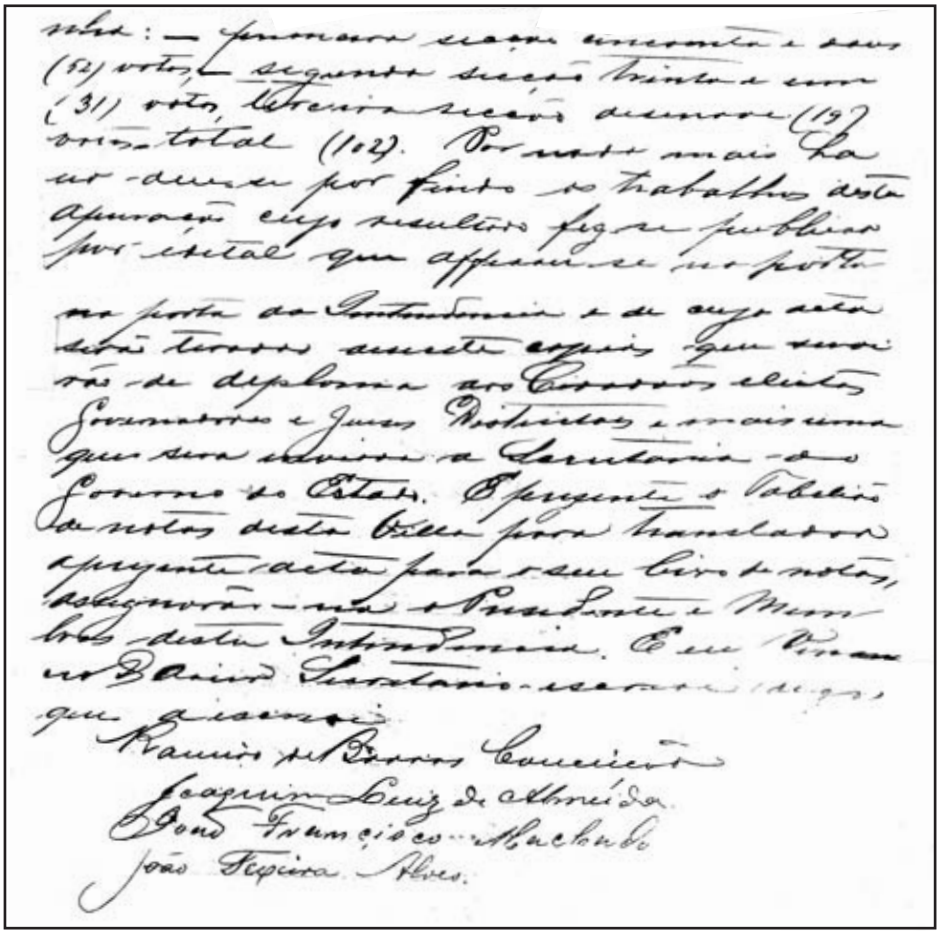


ILUSTRAÇÃO Nº 25 - Ata da Apuração Geral da Eleição de Governadores Municipais e Juizes Distritais da Vila Afonso Cláudio - 7/12/1892. (Acervo: APE - Arquivo Público do Estado do Espirito Santo e Câmara Municipal de Afonso Cláudio).

Acta da Apuração Geral da Eleição de Governadores Municipaes e Juizes Districtaes do Município da Villa de Affonso Claudio.

Aos sete dias do mez de Dezembro do anno de mil oitocentos e noventa e dous, as dez horas da manhã, na Intendência Municipal desta Villa, prezentes os Cidadãos Ramiro de Barros Conceição Prezidente da Intendencia, Joaquim Luiz de Almeida, João Francisco Machado Braga e João Teixeira Alves, Membros do Conselho Municipal, auzente o cidadão Miguel Pereira de Mattos, tambem membro, por motivo justificado, deu-se comesso aos trabalhos da apuração da

eleição de Governadores Municipaes e Juizes Distritaes deste Municipio, do modo seguinte: Procedendo-se a verificação das autenticas das diversas secções em que se dividem este Município fez-se em seguida a separação das autenticas relativas a cada secção de cada Districto para em primeiro lugar fazer-se a apuração dos Juizes Districtais, que deu o seguinte resultado: No Districto da Villa, primeira secção, obtiverão votos para Juizes Districtais os seguintes Cidadãos: Adolpho Rodrigues Gomes, cincoenta e dous (52) votos; Sabino Coimbra de Oliveira quarenta e seis (46) votos; João Martins de Abreu Rangel quarenta (40) votos; Joaquim José de Almeida trinta (30) votos; Caetano José Gomes (12) votos; Miguel Pereira de Mattos doze (12)votos; Manoel Cardozo de Mattos onze (11) votos; Francisco de Paula Gomes cinco (5) votos, sendo proclamados Juizes Districtais do Districto desta Villa os Cidadãos Adolpho Rodrigues Gomes, Sabino Coimbra de Oliveira, João Martins de Abreu Rangel e Joaquim José de Almeida, na ordem da colocação de seus nomes, e Suplentes os demais Cidadãos menos votados. No Districto da Boa Familia, segunda secção deste Município obtiverão votos para Juizes Districtais os seguintes Cidadãos, José Theodoro de Andrade trinta (30) votos; Antonio Augusto de Moraes vinte e quatro (24) votos; Augusto Coelho da Silva vinte (20) votos; José Gomes Dias (15) votos, Thomaz Ferrari treze (13) votos; Antonio de Sousa e Silva (9) votos, José Norberto Pinto três (3) votos; Julião Floriano do Espírito Santo quatro (4) votos; Camilo Frizera seis (6) votos, sendo proclamados Juizes Districtaes do distrito da Boa família os Cidadãos José Theodoro de Andrade, Antonio Augusto de Morais, Augusto Coelho da Silva, e Suplentes os demais Cidadãos menos votados, até o numero de quatro. No Districto do Limoeiro, terceira secção (digo) terceira e ultima secção deste Municipio, obtiverão votos para Juizes Districtaes os seguintes Cidadãos: João Bento de Aquino e Sousa dezoito (18) votos; Felisberto Francisco de Assis, quinze (15) votos; Antonio Gonçalves Ferreira treze (13) votos; Pedro Ferreira Martins (13) votos; Anacleto Felisberto da Silva cinco (5) votos; Luis Caetano de Sousa cinco (5) votos; José Corteletti Junior cinco (5); Domingos Martins dous (2) votos, sendo proclamados Juizes Districtais do Districto do Limoeiro os Cidadãos João Bento de Aquino e Sousa, Felisberto Francisco de Assis, Antonio Gonçalves Ferreira e Pedro Ferreira Martins, na ordem de colocação de seus nomes, e Suplentes os demais Cidadãos menos votados. Concluída a apuração dos Juizes Districtais, passou-se a fazer a apuração geral dos Governadores Municipaes, que deu o seguinte resultado: Na sede da Villa, primeira secção deste Districto obtiverão votos para Governadores Municipaes os seguintes Cidadãos: José Ignácio da Fonseca Lamas trinta treis (33) votos; Joaquim Luiz de Almeida quarenta e treis (43) votos; Ramiro de Barros Conceição trinta e cinco (35) votos;

Francisco Dias de Carvalho quatro (4) votos; João Francisco Machado Braga quinze (15) votos, João Ferreira Alves deseseis (16) votos. Francisco Figueira da Silva Lessa vinte (votos); Antonio Candido de Almeida Rosa quarenta e dous (42) votos, na segunda secção deste Município, na Povoação da Boa família obtiverão votos para Governadores Municipaes Antonio Candido de Almeida Rosa vinte (20) votos; Ramiro de Barros Conceição trinta e um (31) votos; José Ignácio da Fonseca Lamas vinte votos; Francisco Dias de Carvalho vinte e sete (27) votos; Joaquim Luiz de Almeida (20) votos; João Francisco Machado Braga dous (2) votos; Astolpho Rodrigues Gomes dous (2) votos; João Teixeira Alves dous (2) votos e finalmente na terceira e última secção deste Município, na Povoação da Figueira obtiverão votos para Governadores Municipaes os seguintes Cidadãos: Ramiro de Barros Conceição, desesete (17) votos; Francisco Dias de Carvalho quinze (15) votos; José Ignacio da Fonseca Lamas quatorze (14) votos; Joaquim Luiz de Almeida dezoito (18) votos; Antonio Candido de Almeida Rosa nove (9) votos; João Francisco Machado Braga dous (2) votos; Adolpho Rodrigues Gomes um (1) voto; cujos votos somados e reprodusido desde o maximo ate o mínimo derão o resultado seguinte: Ramiro de Barros Conceição oitenta e três (83) votos, Joaquim Luiz de Almeida oitenta e um (81) votos; Antonio Candido de Almeida Rosa setenta e um (71) votos; José Ignácio da Fonseca Lamas secenta e sete (67) votos; Francisco Dias de Carvalho quarenta e seis (46) votos, Francisco Figueira da Silva Lessa vinte (20) votos; João Francisco Machado Braga desenove (19) votos; João Teixeira Alves desoito (18); Astolpho Rodrigues Gomes dous (2) votos, Adolpho Rodrigues Gomes um (1) voto; pelo que são proclamados Governadores Municipaes os Cidadãos Ramiro de Barros da Conceição, Joaquim Luiz Almeida, Antonio Candido de Almeida Rosa, José Ignácio da Fonseca Lamas e Francisco Dias de Carvalho e supplentes os treis Cidadãos indicados em votos. Finalmente em seguida procedeu-se a apuração dos Deputados estaduaes cujo rezultado das treis secções deste Municipio foi a seguinte: Gabriel Norberto da Silva: _primeira secção cincoenta e dous (52) votos; segunda secção trinta e um (31) votos; terceira secção, desenove (19) votos- total cento e dous (102) votos; Henrique da Silva Coutinho: - primeira secção cincoenta e dous votos, segunda secção trinta e um (31) votos, terceira secção desenove (19) votos – total cento e dous (102) votos; Joaquim Eugenio Macedo Paiva: primeira secção cincoenta e dous (52) votos; segunda secção trinta e um (31) votos; terceira secção desenove (19) votos total cento e dous (102); Mateus Gomes da Cunha: -Primeira secção cincoenta e dous (52) votos; a segunda secção trinta e um (31) votos, terceira secção desenove (19) votos; total (102): por nada mais haver deu-se por findo os trabalhos desta apuração cujo resultado

fez-se publicar por edital que affixou-se na porta da Intendência e de cuja acta serão tiradas desecete copias que servirão de diploma aos Cidadãos eleitos Governadores e Juises Districtaes mais uma que será enviada a Secretaria do Governo do Estado. E prezente o Tabelião de notas, assignarão-na o Presidente e Membros desta Intendência. E eu Venâncio Xavier Secretario-escrevo (digo que a escrevi),

- ✓ Ramiro de Barros Conceição
- ✓ Joaquim Luiz de Almeida
- ✓ João Francisco Machado Braga
- ✓ João Teixeira Alves"

Aos 19 dias do mês de dezembro de 1892 era novamente eleito para o cargo de Presidente da Intendência o Sr. Ramiro de Barros Conceição, tendo assumido o cargo na mesma data.

A partir de 1894, o quadro político local mudou, onde aliados históricos passaram a ser adversários, situação alterada durante o período em que o Sr. Ramiro de Barros passou a exercer o mandato de Deputado Estadual (1895-1897 e 1898-1900). As intrigas entre famílias, provocadas principalmente pela Sra. Ana Magalhães de Barros - "Aninha" (esposa do Ramiro de Barros), é que levou a esta situação.

Coronel Adolpho Rodrigues Gomes, José Cupertino Figueira Leite, Augusto Gomes, Padre Leduc, todos se voltaram contra a Cel. Ramiro, que perdia a hegemonia política de Afonso Cláudio.

Buscando novamente agasalho na fonte, GOMES[7], este afirmava que: "Surgindo nesta época uma discussão calorosa entre Ramiro de Barros e o Cel. Adolpho Rodrigues Gomes. O Cel. Ramiro deu uma bofetada no rosto do Adolpho. Então ele, enxugando o rosto sanguíneo, mandou vestígio para Henrique Coutinho (Cel. Henrique da Silva Coutinho- 16/06/1904 a 23/05/1908), seu compadre, Presidente do Estado, pedindo que tomasse providências destes absurdos promovidos por esse chefe absoluto. Por esse fato, vieram oficiais comandando 20 praças, o Tenente Felicíssimo e Tenente Evaristo, tirando todo o apoio político do Cel Ramiro. Dispersando e prendendo, ameaçando aos guarda-costas deste coronel".

A partir de então, assume o comando da política local o Srs. José Cupertino Figueira Leite, Cel. Adolpho Rodrigues Gomes, Augusto Escopelli Gomes e o vigário Padre Leduc.

Por esta ocasião já existiam 03 (três) partidos políticos: Construtor, Autonomistas e Uniomistas.

A política de Afonso Cláudio, como pode se ver, teve também os seus "coro-

néis da roça", onde era estiolado[XX] o mandonismo autoritário da incompetência, normalmente, formado por 2 (duas) correntes políticas, que se "duelavam com ridicularias pífias, originadas de remoques[XXI] despresíveis, abomináveis, picuinhas que jamais deveriam causar estranheza, porque justamente sintonizadas com baixo relevo da cultura geral (VIEIRA[20], já citado).

Já no período da emancipação política, era possível identificar a força deste tipo de coronelismo. Os partidos existentes, segundo GUALBERTO[29] , eram comandados pelos coronéis cujo sistema representativo propiciava os eleitores rurais trocarem seus votos com os referidos senhores (coronéis).

Estes eleitores, prossegue a mesma fonte: "Em troca ganhavam pequenos favores. Era o chamado voto de "cabresto". Nestes casos, os chefes locais controlavam milhares de votos, negociando-os por lotes. Elegiam vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores". FERREIRA[15] também definiu com muita propriedade este perfil político. "Convém explicar, para a gente nova, que o "sistema eleitoral", anterior à adoção do "Voto Secreto" (felismente estabelecido depois de 1934), regia-se por disposições, que a deixavam subordinado à vontade do político dominante. A constituição das mesas e demais setores eleitorais recaía em funcionários estaduais, municipais e federais sem estabilidade funcional, sujeitas á sumária demissão"[...]. PAULA[30] narrando as histórias de Aimorés (MG), à p.266 assim se expressara com relação ao "voto de cabresto": "Perguntaríamos, hoje, se valia a pena votar naquele tempo. O voto era em aberto e não secreto. O eleitor escrevia em um livro o nome do seu candidato e assinava à frente. Isto às vistas de fiscais e membros de partidos, bem como do presidente da sessão." Encontramos no arquivo "morto" da Prefeitura Municipal, uma correspondência da Delegacia de Polícia, encaminhada ao Sr. Barão Governador do Espírito Santo (Barão de Monjardim), onde narrava e pedia apóio e providências, do seguinte teor e que bem demonstra a ação desses "coronéis".

"Villa Affonso Cláudio em 15 de Novembro de 1891.

Ilustre Cidadão Barão Governador do Estado do Espírito Santo.

Levo a vosso alto conhecimento, que em data de hontem, recebi do Subcomissário de Polícia treis officios dactados de quatorze do Corrente mês, em os quais relatão, os disturbios praticados nesse dia no Arraial de São Sebastião do Alto

---

[XX]ESTIOLADO – Estiolar (-se) V.1. Debilitar (-se), enfraquecer. 2- Perder o vigor, o viço. 3 – murchas; emuchecer (planta).

[XXI]REMOQUES – s.m. Dito Ofensivo; indireta.

[29]GUALBERTO, João M. Vasconcellos. A Invenção do Coronel – ensaio sobre as raízes do imaginário político Brasileiro". Vitória, (ES). 1995, 239p..

[30]PAULA, Antonio Tavares de. "Histórias de Aimorés". Belo Horizonte (MG). 1993. 2vol. 967p.

Guandú, por Antônio Candido de Almeida Rosa, Ramiro de Barros Conceição, João Rosa e diversos Capangas dos mesmos (inelegível), que armados e, entreixerados[XXII], e reunidos, em casa do mesmo Ramiro, foram quantar revolução, porém indo o Subcomissario, em companhia do Official de Justiça, Escrivão, e uma Escolta para prenderem os sicários[XXIII], forão tenásmentes registidos por Ramiro, Antonio Rosa, e Caphangas, de onde não puderão efectuar a Captura dos criminosos, e continuando com as mesmas conversas, O Subcomissario do referido Districto do Alto Guandu, pede socorro e Justiça, para cujo fim, sollicito dever toda a intervensão a favor deste Município. Outro sim, os mesmos scarios propralão que acabando deve de revolucionar aquele Districto, vão dirigir-se para a Cede desta Villa, onde estou prezentimente rezidindo, afim de assassinarem e atacarem a população. Pesso-vos pois o socorro além de minha extencia e desta Pacifica população..

Salve."

Por esta época, a sede do município de Afonso Cláudio, encontrava-se transferida para o distrito de Santa Joana.

Ainda por essa ocasião, quando se iniciava a Guerra dos Canudos (1893-1897), 02 (dois) aliados Ramiro de Barros Conceição e Antônio Cândido de Almeida Rosa, que eram inclusive compadres, tornaram-se inimigos políticos.

Portanto, no período de 1891 a 1916, os 02 (dois) grupos que se duelavam politicamente, um era da sede de Afonso Claudio, e outro, de Figueira de Santa Joana (Itarana).O primeiro embate ocorreu no ano de 1891, quando transferiu-se a sede do município para Figueira, já tratado neste capítulo.

O 2º (segundo) em 1908, quando ocupava a Presidência da Intendência o Sr. Ten. Cel. Antonio Martinho Barbosa, residente em Figueira, e o 3º (terceiro), em 1916, quando o grupo do mesmo Ten. Cel. Martinho Barbosa invadiu a cidade de Afonso Cláudio, comungado com Cel. Seraphim Tibúrcio da Costa, morador de Lagoa, que tinha os mesmos pensamentos.

Os conflitos políticos entre os grupos de Figueira e Boa Família e os da sede de Afonso Cláudio eclodiram com mais força quando da eleição do Presidente da Intendência, do Sr. Antonio Martinho Barbosa. Em 1º de agosto de 1908, o referido cidadão encaminhava correspondência ao Sr. Jerônymo de Souza Monteiro (1908-1912), Presidente do Estado, conforme abaixo:

[XXII] ENTRICHEIRAR(SE) V. 1. Fortificar (se) com trincheiras [...].

[XXIII] SICÁRIOS. s.m. 1 Assassino pago. 2. Facívora

"Exmº Srº.

Tenho a honra de communicar á V. Excia que hontem, em sessão solenne, prestarão compromisso os governadores: Tte. Cel.Antonio Martinho Barbosa, Paulo Vespasiano Vieira de Carvalho, José Colnago, Pe. Carlos José Ernesto Leduc, Antonio Melchiades de Lacerda e Antonio Manuel Fernandes, eleitos, por maioria de votos, obtida na eleição que se procedeu neste município em 19 de junho ultimo; e que, em acto continuo fui eleito presidente do mesmo governo.

Saúde e Fraternidade

Ao Exmo Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro. D.D. Presidente do Estado.
Antonio Martinho Barboza.

Em 30 de setembro de 1911, o governador Antonio Manuel Fernandes, encaminhava correspondência ao Sr. Presidente do Estado, Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, solicitando orientação, sobre os procedimentos que deveria tomar, tendo em vista que o Sr. Governador Municipal, Antonio Melchiades de Lacerda, havia se retirado do município há dez meses, sem cumprir a formalidade do regimento interno da casa, que estabelecia a necessidade de que, em caso de ausência do município ser necessário requerer licença por escrito ao Conselho.
Manifestava também ao Sr. Governador; a sua opinião, no sentido de que o referido governador, havia perdido o lugar e solicitava saber qual o poder competente para destituí-lo, se o executivo ou o legislativo.
Afirmava também em sua missiva que, o lugar não deveria ficar acéfalo por mais tempo, razão pela qual, solicitava uma resposta o mais breve possível.
Decorridos quase 8 (oito) meses da consulta, em ato continuo, aparece em 12 de maio de 1911, correspondência do Sr. Presidente do Governo Municipal, Antonio Martinho Barbosa, comunicando ao Sr. Presidente do Estado, que por motivo de vaga aberta no Conselho do Governo Municipal, pela renuncia do Governador Municipal Sr. Antonio Melchiades de Lacerda, havia designado o dia 18 de junho próximo vindouro para a eleição necessária, visto ter-se dado a vaga dentro do 3º ano do período governamental.
Na mesma data de 11 de maio, em paralelo, os governadores municipais, Srs. Antonio Manuel Fernandes (Vice-Presidente) e Serafim Tibúrcio da Costa, encaminhavam um abaixo assinado, também ao Sr. Presidente do Estado, onde faziam o seguinte relato:

"[...] Depois de publicada a lei eleitoral vigente, verificou-se haverem neste Governo, perdido os lugares, dois de seus membros, por serem os mesmos auxiliares da commissão de Terras; porém, Antonio Melchiades de Lacerda, um dos Governadores, immediatamente consultou a V.Excia. e em virtude da resposta, officiou ao Presidente do Governo, allegando ter perdido o lugar; pois bem: o Presidente de commun accôrdo com a minoria do governo, não aceitou a destituição allegada pelo próprio Governador. Por tal motivo os infra assignados requereram em dias de maio, numa sessão extraordinária, a qual foi marcada para 12 d'este, e que teve lugar. Posta em discussão a destituição, foi acceita por unanimidade de votos, ficando portanto vago o lugar de um Governador: proposto pelos dois signatários d'este para que fosse convidado a supplente Francisco das Neves Junior (tendo este já prestado compromisso e funcionando no actual quatriênio como governador), porém, não foi admittido funcionar, apesar de achar-se presente.

Com esta vaga, que nos parece illegal, ficou o Presidente, com a maioria, a fim de não adimittir que fosse destituído o Governador Paulo Vespasiano Vieira de Carvalho, sujeito a igual incompatibilidade do Governador Lacerda, conforme prova o documento nº 1 (Certidão do Chefe do Distrito de Terras).

Acresce ainda que se referia ao dito Governador Paulo, não podia elle tomar parte na votação como tomou, pois referia-se ao mesmo Governador a deliberação que era seu verdadeiro interesse.

Sendo bem claro a lei sobre incompatibilidade, julgam-se os abaixo, assignados estorquidos no seu direito, pois com a entrada dos dois supplentes legítimos substitutos dos dois Governadores, incompatibilizados, estariam com a maioria no Governo, cousa que o Presidente actual quer forçosamente evitar, por estar próxima a eleição presidencial de 23 de maio.

Assim, pois, os abaixos assignados vem respeitosamente confiados na justiça de V. Excia., e no vosso ainda não desmentido patriotismo, solicitar a intervenção de V. Excia. no sentido de ser respeitada a Lei – mandando executar pelo sábio e Justiceiro Governo de V. Excia; dando assento a dois supplentes, legítimos senhores dos lugares ora vagos.[...].

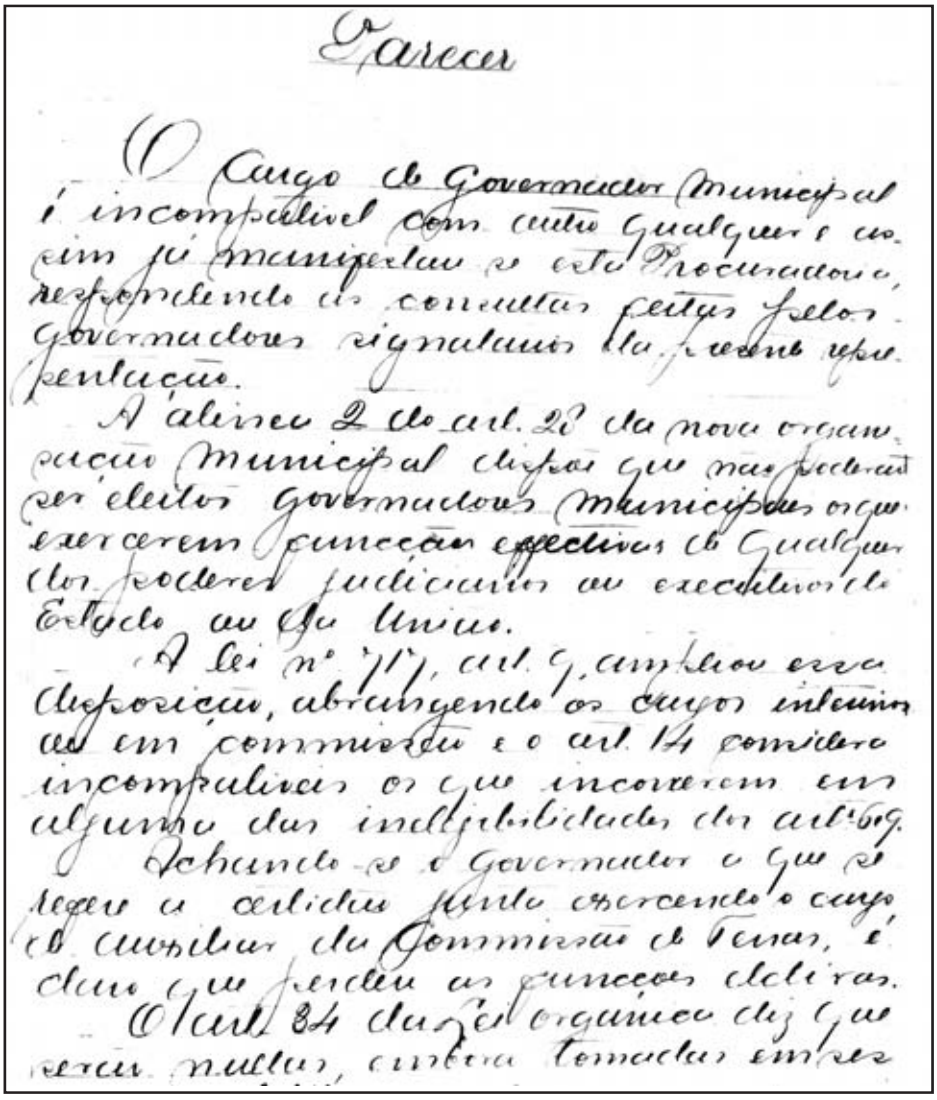
Em 23 de maio do mesmo ano, os governadores municipais, Srs. Pe. Carlos José Ernesto Leduc (Presidente), Serafim Tibúrcio da Costa (Vice Presidente) Antonio Manoel Fernandes e Francisco Tosta das Neves, encaminhavam novo abaixo assinado ao Sr. Governador do Estado, levando ao seu conhecimento, que naquela data (23/05/1911) não tendo comparecido o Presidente efetivo, Sr. Antonio Martinho Barbosa, e os Governadores José Colnago e Paulo Vespasiano Vieira de Carvalho, por motivos de discórdia, haviam convocado os mesmos,

uma sessão presidida pelo Vice-Presidente Antonio Manuel Fernandes, o qual deu o resultado constante da ata que ao referido abaixo assinado havia sido juntada.

"Acta da sessão do Governo Municipal em 23 de Maio de 1911. Presidencia do Vice-Presidente Antonio Manuel Fernandes. Aos vinte e trez dias do mez de Maio de mil novecentos e onze, nesta cidade de Affonso Claudio, na casa do Snr. Elias Gastin, presentes o Vice Presidente do Governo Municipal em exercício – Governador Antonio Manuel Fernandes, e os governadores Padre Carlos José Ernesto Leduc e Coronel Serafim Tibúrcio da Costa e o primeiro Supp. Francisco Torta das Neves Junior, a quem o Vice Presidente deu posse na vaga do Governador Antonio Melchiades de Lacerda, ao meio dia feita a chamada e presentes os referidos Vice Presidente e Governadores, o mesmo Vice Presidente, declarou aberta a sessão e propôz ao Conselho a nomeação de mim Arthur Augusto da Silva Cardoso, para secretario ad-hoc sendo unanimente approvada a proposta. Em seguida não havendo expediente, declarou o Vice Presidente, que, na forma da Lei, ia-se tractar da eleição de Presidente e Vice Presidente do Governo Municipal, deixando apresentar relatório de gestão dos negócios Municipaes porque quem deve fazel-a é o Presidente effectivo que não compareceu, e bem assim os Governadores Paulo Vespasiano Vieira de Carvalho e José Colnago. Em seguida, procedendo-se a eleição para Presidente e Vice-Presidente do Governo Municipal, por escrutínio secreto, na forma da Lei, foram pelos Governadores Municipaes depositadas suas cédulas, em uma urna, que sendo aberta pelo Snr. Vice Presidente e lida a votação, verificou serem em número de oito, sendo quatro para Presidente e quatro para Vice Presidente, as quais sendo lidas pelo Presidente e tomados os votos por mim Secretário em lista geral, deram o seguinte resultado: Para Presidente, Padre Carlos José Ernesto Leduc, trez votos (3) e Antonio Manuel Fernandes, um voto (1) e para Vice-Presidente Coronel Serafim Tiburcio da Costa, trez votos (3) e Antonio Fernandes um voto. Em seguida o Snr. Vice Presidente proclamou Presidente do Governo Municipal deste Município, o Reverendíssimo Snr. Padre Carlos José Ernesto Leduc e Vice Presidente o Cel. Serafim Tiburcio da Costa. Em seguida assumindo a Presidencia o Presidente eleito, Padre Carlos José Ernesto Leduc, disse que agradecia aos seus collegas a honrosa prova de confiança que acabaram de dar-lhe e que havia de empregar todos esforços, para bem gerir os negócios do Município. Em seguida pedindo a palavra o Vice Presidente, disse, que muito ganhara e agradecia aos seus dignos collegas a prova de confiança que acabavam de dar-lhe, e que, quando por ventura lhe coubesse a gestão dos negócios do Município, empregaria

todos os exforços e boa vontade para bem desempenhar o honrado mandato que lhe confiaram. E nada mais havendo a tractar o Snr. Presidente encerrou a sessão, e mandou lavrar esta acta que lida e achado conforme, assignam. Eu, Arthur Augusto da Silva Cardoso, secretario ad-hoc o escrevi. Pe. Carlos José Ernesto Leduc, Serafim Tiburcio da Costa, Francisco Tosta das Neves Junior e Antonio Manuel Fernandes"

Em 22 de maio do mesmo ano, a Procuradoria Estadual emitia o seu parecer ao Exmo. Sr. Governador do Estado, em obediência ao seguinte despacho: "Venha com o parecer do Sr. Dr. Proc. Gl. Vit., 17 de maio de 1911. Jeronymo Souza Monteiro"



Parecer

O Cargo de Governador Municipal é incompatível com outro qualquer e assim já manifestou-se esta Procuradoria, respondendo as consultas feitas pelos Governadores signatarios da presente representação.

A alinea 2 do art. 28 da nova organisação Municipal dispõe que não poderão ser eleitos Governadores Municipaes os que exercerem funcções effectivas de qualquer dos poderes judiciarios ou executivos do Estado ou da União.

A lei nº 717, art. 9, ampliou essa disposição, abrangendo os cargos interinos ou em commissão e o art. 14 considera incompatíveis os que incorrerem em alguma das inelegibilidades dos artº 609.

Achando-se o Governador a que se refere a certidão junta exercendo o cargo de auxiliar da Commissão de Terras, é claro que perdeu as funcções deliras.

O art. 34 da Lei orgânica diz que serão nullas, embora tomadas em ses

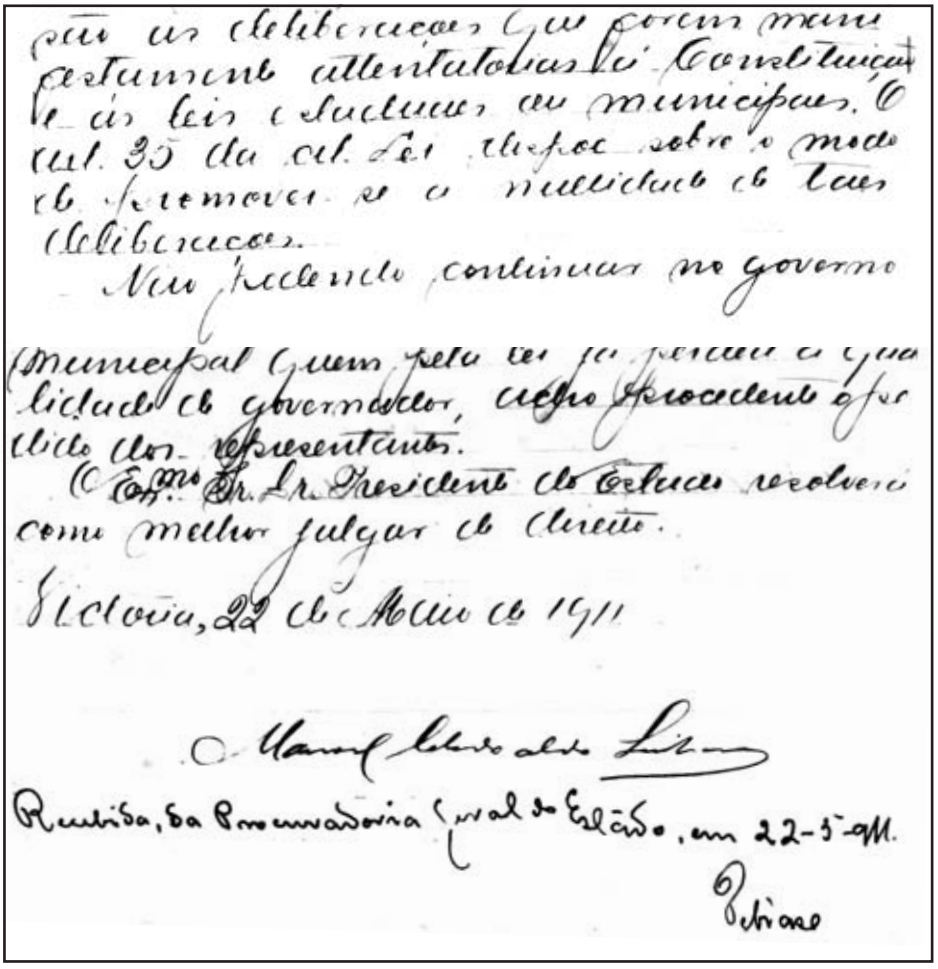


ILUSTRAÇÃO Nº 26 - Parecer da Procuradoria Geral do Estado – 23/05/1911. (Acervo: APE – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Livro nº 99 – Série Acyoli – p. 233 e 233 V.)

Independentemente e alheio aos questionamentos da Câmara Municipal, em 4 de junho de 1911 o Sr. Antonio Martinho Barboza, endereçava correspondência ao Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo, comunicando que: "Tenho a honra de communicar a V. Ex: que em sessão de hoje, fui reeleito Presidente deste Governo, sendo também reeleito Vice-Presidente o Sr. Major Antonio Manuel Fernandes para o período de 1911 a 1912.

O parecer do Sr. Governador do Estado foi o seguinte:

Os signatários em junho do corrente ano se dirigiam ao Sr. Governador do Es-

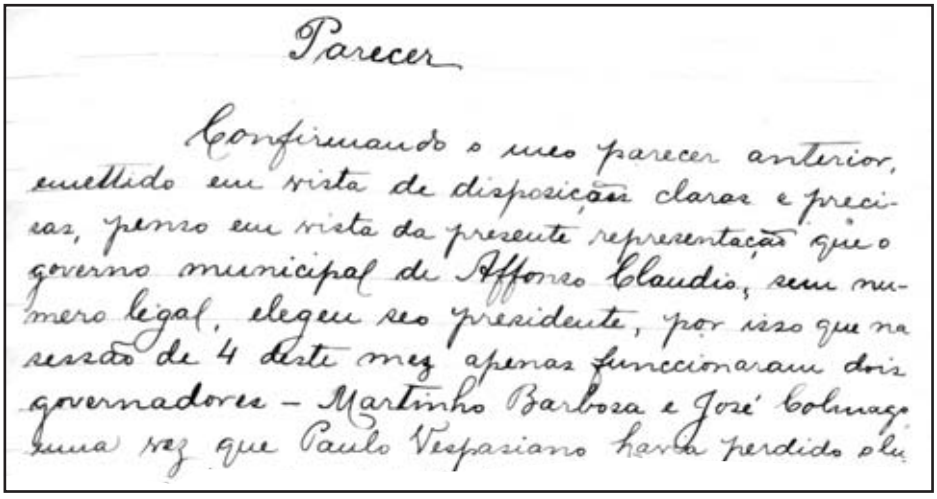
tado, de nova denúncia contra o Sr. Martinho Barboza, que o Sr. Governador ao receber a documentação proferiu o despacho: Venho com o parecer do Sr. Dr. Proc. Geral do Est., depois de a esta juntar as represent. e officios de igual procedência. Vict. 7 de junho de 1911. Jeronymo de Souza Monteiro".

O conteúdo da denúncia estava assim alicerçada:

"O momento político que atravessa este Município, obriganos a desviar nossa preciosa attenção dos negócios de maior monta, mas opprimida como acha-se a lei n'este lugar, somos a isto forçados.

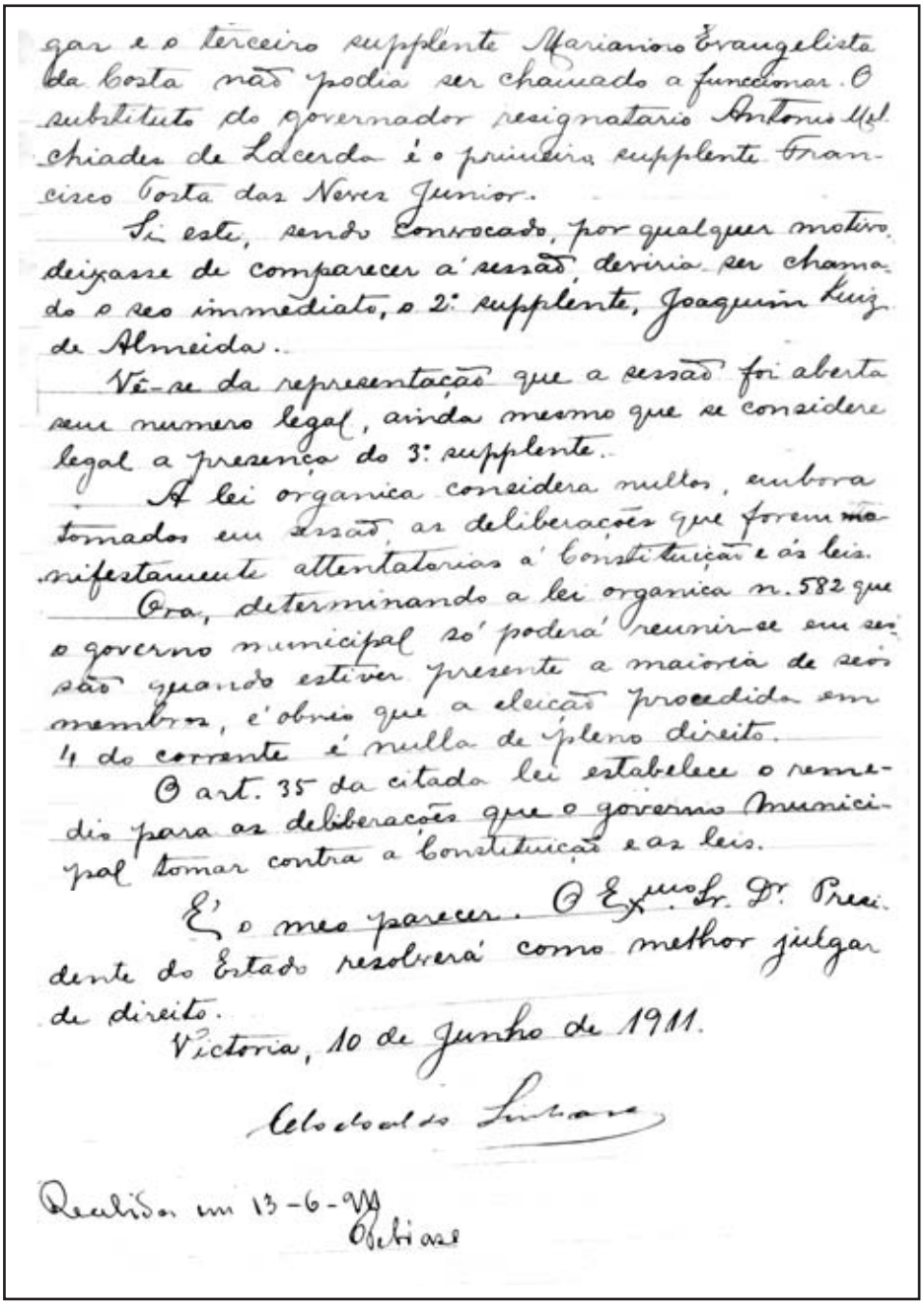
Passamos a expor. Exmo. Snr. Propositalmente, foi negada a posse ao 1º supplente Francisco Tosta das Neves Junior de funccionar, apesar de ter requerido como prova, com o documento que possue: o imediato a este Supplente, é Joaquim Luiz de Almeida, e em terceiro lugar é o de nome Mariano Evangelista da Costa. Pois bem: o Governador Martinho Barboza, com Paulo Vespasiano e Jose Colnago (apesar de destituído Paulo Vespasiano, por lei), juntamente com o 3º Supplente, reuniram-se em sessão de hoje e sem nos convocar e ao 1º supplente, fizeram eleição, elegendo o Governador Martinho Barbosa, Presidente. Nos achamos pois extorquidos em nossos direitos e prohibidos de manifestarmos nossa opinião em relação a direcção dos negócios do Município, pois os 3 signatários e o 1º Supplente que por Lei é Governador fazem a maioria do Governo e não podem submeter-se á minoria, que, com o auxilio de um terceiro Supplente (pessôa illegal) querem, clandestinamente e caprichosamente administrar o Município.

Assim, operam e pedem, confiados no espírito justiceiros de V. Excia. officiar ao actual detentor da administração municipal, que [...]" - (não encontrada a folha final).



Parecer

Confirmando o meo parecer anterior, emettido em vista de disposições claras e precisas, penso em vista da presente representação que o governo municipal de Affonso Claudio, sem numero legal, elegeu seo presidente, por isso que na sessão de 4 deste mez apenas funccionaram dois governadores – Martinho Barboza e José Colnago uma vez que Paulo Vespasiano havia perdido o lu



gar e o terceiro supplente Marianno Evangelista da Costa não podia ser chamado a funccionar. O substituto do governador resignatario Antonio Machiades de Lacerda é o primeiro supplente Francisco Costa das Neves Junior.

Si este, sendo convocado, por qualquer motivo deixasse de comparecer á sessão, deveria ser chamado o seo immediato, o 2º supplente, Joaquim Luiz de Almeida.

Vê-se da representação que a sessão foi aberta sem numero legal, ainda mesmo que se considere legal a presença do 3º supplente.

A lei organica considera nullos, embora tomados em sessão, as deliberações que forem manifestamente attentatorias á Constituição e ás leis.

Ora, determinando a lei organica n. 582 que o governo municipal só poderá reunir-se em sessão quando estiver presente a maioria de seos membros, é obvio que a eleição procedida em 4 do corrente é nulla de pleno direito.

O art. 35 da citada lei estabelece o remedio para as deliberações que o governo municipal tomar contra a Constituição e as leis.

É o meo parecer. O Exmo Sr. Dr. Presidente do Estado resolverá como melhor julgar de direito.

Victoria, 10 de Junho de 1911.

Celestino de Freitas

Recebido em 13-6-911
Oficial

ILUSTRAÇÃO Nº 27 - Parecer Emitido em 10/06/1911.
(Acervo: APE – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Livro nº 99, p. 231 e 231V.)

Na data de 20 de julho de 1911 as partes envolvidas e cuja decisão do Sr. Governador do Estado foi pela incompatibilidade do Sr. Paulo Vespasiano Vieira de Carvalho, entraram com uma ação junto ao "Exmo. Snr. Dr" Juiz de Direito, que proferiu a seguinte sentença:

"A como requer – Aff. Claudio 20 de julho de 1911

Genuino de Andrade.

"Antonio Martinho Barboza, Paulo Vespasiano Vieira de Carvalho e José Colnago, governadores municipaes deste municipio, sendo informados que, o governo municipal reunido em conselho na sessão de 10 do corrente destituiu do cargo o governador Paulo Vespasiano Vieira da Carvalho, vem por isso os supplicantes protestar perante à autoridade de V. Excia, esse acto illegal do Conselho pelas seguintes razões: 1º basiou o conselho a referida destituição no parecer do Exmº Snr. Dr. Procurador Geral do Estado, datado de 17 de junho proximo passado na consulta feita pelos governadores Cel. Seraphim Tiburcio da Costa e Antonio Manoel Fernandes; ora o Governador destituído prova que em data de 16 de Março pediu exoneração do cargo de auxiliar da comissão de terras e por despacho do Exmo. Sñr. Dr. Presidente do Estado na petição do governador destituído sob nº 6.441 de 6 de Maio ultimo, ficou completamente desimcompatibilisado para exercer as funções do cargo destituído, tendo disto feito sciente e provado ao Conselho em Sessão de 12 de Maio: 2º Julgão illegal ainda funccionar no Conselho na sessão de 10 do andante, dous supplentes, sem que os peticionarios fossem regularmente convocados para a reunião, mormente não existindo os impedimentos previstos no Art. 20 SS unico da Lei nº 582 de 14 de Dezembro de 1908; requerem portanto a V. Excia se digne mandar tomar por termo o presente protesto e que se faça as devidas notificações para fins de direito e entregues aos supplicantes os presentes autos em original depois de ultimadas as delegencias precizas.

P. deferimento

Affonso Claudio 20 de julho de 1911

PP. Augusto Scopelle Gomes".

Em 7 de julho de 1911, era comunicado ao Sr. Presidente do Estado, Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, que em Sessão daquele dia, haviam sidos eleitos Presidente do Governo Municipal, o Pe. Carlos José Ernesto Leduc, e Vice-Presidente, Serafim Tibúrcio da Costa.

Assinaram a comunicação:

- ✓ Pe. Carlos José Ernesto Leduc

- ✓ Serafim Tibúrcio da Costa
- ✓ Antonio Manuel Fernandes
- ✓ Joaquim Luiz Almeida
- ✓ Francisco das Neves Tosta Junior.

Em 10 de julho do mesmo ano, era o Pe. Carlos Leduc que oficializava aos Sr. Presidente do Estado a nomeação para o cargo de Governador Municipal: "Cumprindo o dever imposto pela Lei nº 717, tenho a honra de remetter a V. Excia copia authentica da acta da apuração da eleição para um Governador Municipal a que se procedeu neste Municipio a 18 de Junho do corrente ano.
Apresento a V. Excia. Protestos de subida estima e distincta consideração.

Saude e Fraternidade

Pe. Carlos José Ernesto Leduc – Presidente"

Essa decisão foi mantida até a posse do novo Presidente, em 23 de maio de 1912, Sr. Serafim Tiburcio da Costa.
Em 12 de setembro de 1911, esta foi a defesa apresentada pelos denunciados:
"Disem Antonio Martinho Barbosa, José Colnago e Paulo Vespasiano Vieira de Carvalho governadores municipais deste municipio por seu procurador abaixo assignado que, tendo o Conselho Municipal illegalmente reunido em sessão no dia 10 de julho ultimo, destituido do cargo o governador Paulo Vespasiano Vieira de Carvalho, protestavam, esse acto, perante o poder judiciário desta Comarca, afim de recorrerem a alta justiça de V. Excia.
No protesto Exmo. Snr. allegarão ser o acto do Conselho illegal em face do art. 20 ss único, da Lei 582, de 14 de dezembro de 1908, por que, alem de não serem convocados para tal sessão, e estando no município, não poderão ser substituídos por supplentes afim de dar numero legal a dita sessão, e mais; que antes da consulta feita a V. Excia., pelos governadores Seraphim Tiburcio da Costa e Antonio Manoel Fernandes, datado de 13 de Maio que deu logar ao parecer do Exmo Sñr Dr. Procurador Geral do Estado de 17 de junho, já o governador destituído, estava perfeitamente desincompatibilisado pelo despacho de V. Excia exarado na petição número seis mil quatrocentos e quarenta e um, em 6 de Maio, na qual, pediu demissão do cargo de auxiliar da Comissão de terras para exercer o cargo ora destituído e em despacho, o mesmo governador, apresentou ao Conselho, reunido em sessão no dia 12 de Maio, tendo sido consignado em acta a aprovação de sua desemcompatibilidade para exercer o cargo, como mais podia ser destituído?!

Extranhamos completamente Exmos. Sñr., o D. Sñr. presidente do governo municipal juntar uma petição, contra protestando o direito dos peticionarios, tendo elle feito parte na sessão de 12 de Maio já citada e votou a favor da aprovação da desimcompatibilidade; todavia, a petição junta, apenas foi subscrita por S. Excia, não é um contra protesto, porque, não obedeceu as formalidades legais, e mais; que S. Excia não diria que éra suphistico[XXIV] o pedido de demissão do governador destituído, porque, também exerce as funções de Delegado Literário até hoje, quando pela Lei, só os Juízes Districtaes é quem pode exercer, sem prejuizo do cargo de eleição.

Assim, recorrem a alta authoridade de V. Excia., confiados na retidão e imparcialidade de que sempre foi possuidor, esperão a reposição do governador destituído, por ser de inteira Justiça".

Face a estas considerações, o Sr. Governador do Estado, na data de 20 de setembro de 1911, solicitava do Sr. Procurador Geral, informações sobre o andamento da questão.

Em 10 de outubro do mesmo ano, o Sr. Procurador, solicitava do Governo Municipal, comprovação do que havia sido dito na defesa constituída em 12 de setembro do corrente.

Em 24 de junho de 1911, havia sido emitida a certidão transcrita abaixo:

"Antônio Eugênio de Mattos, Secretario interino do Governo Municipal da cidade de Affonso Cláudio.

Certifico que revendo o archivo deste governo, encontrei o documento do seguinte teor: Exmº Sr. Dr. Presidente do Estado – Certiifique-se em termos – Vict. 6 de maio de 1911. Estava a firma e signal do Dr. Ubaldo Ramalhete. – Archive-se – Affonso Claudio 12 de maio de 1911 – Antonio M. Barboza. Antonio Martinho Barboza, vem requerer a V. Ex. que se digne mandar por certidão o teor da petição de Paulo Vespasiano Vieira de Carvalho de 16 de março do corrente anno e do despacho por V.Ex. proferido na mesma. E do deferimento C.R. In. Victoria, 6 de maio de 1911. Antonio Martinho Barboza. Estava uma estampilha estadual, digo, de sello estadual do valor de mil reis, devidamente do despacho retro que a petição a que se refere o supplicante tomou o numero seis mil quatrocentos e quarenta e um e do teor seguinte: Pede que achando-se incompatibilisado para o cargo de governador municipal do municipio de Affonso Claudio pela lei numero setecentos e dezesete de cinco de Dezembro de mil novecentos e dez, demissão do cargo de auxiliar do segundo Districto de terras, para o fim de se descompatibilisar para o exercício do cargo de eleição – Despacho Como

[XXIV] SUPHISTICO: não encontrada a palavra. SOFISTICADO adj 1 Que perdeu a naturalidade; requintado [...]. SOFISTICAR, v 1 Sofismar. 2 Alterar; Adulterar. 3 Tornar-se sofisticado.

requer. O Senhor Doutor Director de Agricultura indique substituto. Victoria seis de maio de mil novecentos e onze (Assignado) Jeronymo de Souza Monteiro. E nada mais constando eu, Manuel Pinheiro dos Santos, Primeiro Official da Secretaria do Governo passei a presente certidão aos seis dias do mez de maio de mil novecentos e onze Manuel Pinheiro dos Santos 1º Offal.

Estavam collados e devidamente antilisados[XXV] oito estampilhas do sello estadual no valor collectivo de treis mil reis - Confere. Victoria 6 de maio de 1911 José João Valentim Debiase Auxiliar do Secº - Nada mais consta do referido documento que para aqui fielmente copiei, e depois conferi com o original, achando-o em tudo conforme. Eu Antonio Eugenio de Mattos Secretario intº do Governo Municipal o escrevi. [...]".

O Padre Leduc permaneceu portanto, à frente do executivo municipal até 23/05/1912, quando outras eleições ocorreram normalmente, até a Reforma Constitucional de 1913.

As crises no âmbito do Poder Executivo Estadual acabavam sempre repercutindo no município de Afonso Cláudio. Não foi diferente, em 1916, quando disputavam o Governo os grupos políticos ligados ao Dr. Bernardino de Souza Monteiro (1916 - 1920), irmão de Jerônimo Monteiro e Dr. José Gomes Pinheiro Junior – "Pinheiro Junior". (médico em Cachoeiro de Itapemirim).

O candidato a Vice-Presidente (Vice-Governador) do Sr. Pinheiro Junior, Sr. Cel. Alexandre Calmon (cujo apelido era Xandoca), segundo FILHO[31], havia se desentendido "com seu companheiro de chapa (Bernadino Monteiro), durante a campanha e bandeara para o grupo adversário, que acabou perdendo as eleições".

O AFONSO CLÁUDIO[32], sobre este episódio afirmava na edição de junho de 1954: "A política espiritosantense tivera desusada agitação em 1916, devido a formidável campanha que se mantinha para garantia da posse do Dr. Bernardino de Souza Monteiro, eleito para o período que decorria daquele ano a 1920, contra a candidatura do Dr. Pinheiro Junior, julgada também vitoriosa pelos seus defensores e tida como legal com o ato de posse de seus órgãos, executivo e legislativo, instalados na cidade de Colatina". O Dr. Bernardino Monteiro foi "reconhecido oficialmente vencedor e tomou posse do governo, entretanto os seus adversários, não se conformando com a derrota, tentaram organizar um

[XXV] ANTILISADOS – Não encontrada a palavra.

[31]FILHO, José Haddad. "A Coluna do Capitão Ventura e Outras Histórias". Vitória (ES). 2003. 168p.

[32]O AFONSO CLÁUDIO. "O Dia 25 de Junho Para Afonso Cláudio – A Defesa da Cidade em 1916". Afonso Cláudio (ES). Jornal O AFONSO CLÁUDIO, nº 52, de 30 de junho de 1954. 4p.

segundo governo em Colatina". Alegavam que houvera fraude na apuração dos votos. Essa passagem da política capixaba registra-a a história como a "Revolta do Xandoca"[...], segundo relato do Jornal "O AFONSO CLÁUDIO[33]" , de 1959. Prossegue a mesma fonte:

" Após as eleições, embora vencidos, os companheiros deste último instalaram um Congresso Legislativo, em Vitória, sob a Presidência de Joaquim Guimarães. A 23 de maio de 1916, Pinheiro Junior instalou seu Governo em Colatina, como nova capital do Estado. A seguir, via Rio de Janeiro, regressou para Teresópolis, onde exercia a atividade de médico. Alexandre Calmon, como Vice-Presidente, continuou em Colatina até vinte e nove de junho de 1916, ocasião em que se retirou para o Estado de Minas Gerais, com alguns companheiros".

Àquela altura, a decisão do resultado já havia sido concretizada pela Justiça Eleitoral Estadual. Com o objetivo de anular a posse do Dr. Bernardino Monteiro, impretaram recurso ao Supremo Tribunal Federal. FERREIRA[15], já citado, afirma que coubera "ao Senado Federal, de acordo com a lei da época, examinar a documentação do pleito e declarar qual o candidato vencedor".

Ao instalar o segundo governo em Colatina, pretendia o Sr. Pinheiro Junior a subversão da ordem, a fim de que o Governo Federal decretasse a intervenção no Estado. Ainda com o auxílio do Jornal O AFONSO CLÁUDIO[33]: "Outro passo seria também a ocupação de outros municípios pelo regime da fôrça, meio este de demonstrar a fraqueza do Governo constituído para se manter no poder. Afonso Cláudio, um dos municípios mais isolados na época, de dificílimo acesso de socorro imediato, seria presa fácil; sua invasão, consequentemente, argumento apreciável para dissimular o pretexto da intervenção.

Martinho Barbosa, político de Boa Família (hoje Itaguaçú), que jamais gozou de simpatia em Afonso Cláudio, exultou: oferecia-se-lhe excelente oportunidade de cumprir sua velha aspiração: massacrar Afonso Cláudio". Recorrendo novamente a fonte[32]: "Os adeptos desse imprudente e audacioso movimento contrário á legalidade, adotaram todos os recursos no sentido de fazer prevalecer o plano preconcebido para usurpação do poder. Ocupariam os municípios, á força, por escala, um a um, até conseguirem o domínio de todos, para então ser instalado, definitivamente, o governo central em sua própria séde, em Vitória. Entretanto, o plano não vingou e nosso Município foi a única vítima de insidiosa investida dos aventureiros, assalariados para condenável tentativa".

FAFÁ[34] justifica em seu artigo sobre os cem anos de história do município que:

[33]O AFONSO CLÁUDIO. "Fragmentos Históricos do Município - 25 de junho de 1916. "Afonso Cláudio(ES). Jornal nº 113, de 30 de junho de 1959. 4p.

[34]FAFÁ, Maria Zuleika Haddad. "Cem Anos de História - Os Dirigentes do Nosso Município." Afonso Cláudio (ES). Jornal O Afonso Cláudio. 1981. 4p.

"coincidentemente Afonso Cláudio também iria renovar a Câmara Municipal o que contribuiu para acirrar os ânimos dos políticos. O Presidente da Câmara Cel. Serafim Tibúrcio da Costa e o vereador Eduardo Olympio dos Santos, iniciaram uma campanha insultuosa contra os republicanos Bernardino e Jerônimo de Souza Monteiro, Marcondes Alves de Souza e outros. Ofendiam também os republicanos locais."

Prossegue a autora citada: "Em Afonso Cláudio a eleição da maioria dos republicanos para a Câmara fez redobrar o ataque dos adversários políticos. No dia 23 de maio, data reservada para a posse dos vereadores eleitos, os candidatos derrotados reuniram-se na cidade, com mais de setenta 'capangas' e simularam tomar posse dos cargos que o eleitorado lhes negara. Surgiram boatos que os chefes políticos José Cupertino e José Giestas seriam eliminados e que os revoltosos, seguidores do "Xandoca", haviam conseguido o apoio de Martinho Barbosa, chefe político de Boa Família (Itaguaçu) para realizarem o ataque à cidade de Afonso Cláudio."

GIESTAS[35], em sua mensagem apresentada à Câmara Municipal de Afonso Cláudio em sessão de 20 de janeiro de 1917, fez um resumo histórico dos tristes e lamentáveis fatos de que foi teatro o município e quase todo o Estado, por ocasião da sucessão presidencial e da renovação das administrações municipais. Assim se manifestara:

"Desde que começou a agitação a questão em torno da sucessão presidencial, que coincidia com a renovação da administração municipal, dois membros da Câmara deste município, abjurando[XXVI] a bandeira do partido republicano espírito-santense, aos quais todos pertenciam, iniciaram tenaz propaganda infamante contra os próceres desse partido, na qual nem sequer era respeitada a vida privada de cidadãos probos e honestos como Jerônymo Monteiro, Bernadino Monteiro, Marcondes de Sousa e tantos outros. De ladrões assassinos e quejandos[XXVII], foram esses e outros respeitados conterrâneos tratados em todos os tons.

Por iniciativa de três ilustres vereadores municipais reuniu-se a Câmara em 28 de janeiro e votou uma moção de inteiro apoio e intransigente solidariedade aos candidatos indicados pelo partido republicano espíritossantense, tendo então ficado claramente em oposição o presidente da Câmara que era o cel. Serafim Tibúrcio da Costa e o vereador Eduardo Olympio dos Santos. Desta data em

---

[35]GIESTAS, José. "Mensagem Apresentada à Câmara Municipal de Affonso Cláudio - Sessão de 20 de Janeiro de 1917." Afonso Cláudio (ES). 1917. 25 p.

[XXVI](ABJURANDO) - ABJURAR, v. renunciar solenemente (crença, doutrina).

[XXVII]QUEJANDO, adj. que é da mesma natureza.

diante começaram eles a trabalhar as claras, mas vendo-se sem apoio entre o eleitorado não houve recurso torpe[XXVIII] de que não lançassem mão. Feriu-se o pleito a 25 de março em o qual tiveram de submeter se a uma derrota vergonhosa. Fiscalizaram a eleição em todas as sessões, pediram boletins e deram recibo deles. Isto nos levou a crer que se tinham conformado com a sorte das urnas, embora - lhes tivesse sido adversa. Enganamo-nos. A 23 de maio compareceram todos os candidatos derrotados, acompanhados de setenta e tantos capangas e simularam tomar posse, em casa do Sr. Paulo Pádua, dos cargos que lhe haviam sido negados pelo eleitorado. Daí data os constantes boatos de ataques as repartições públicas, com fim de se apoderarem delas. Para isto eliminariam em primeiro lugar o deputado José Cupertino, prestigioso chefe local e o signatário destas linhas.

Não confiando nos próprios recursos, solicitaram e obtiveram o auxílio de Martinho Barbosa e combinaram o ataque. A 12 de junho aqui chegaram, havendo escapado miraculosamente de uma emboscada os cidadãos Joaquim Cruz, Geraldino de Aguiar e Adelino de Almeida, residentes em Figueiras, onde Martinho Barbosa estava fazendo incursões com grande horda[XXIX] de bandidos. Em Limoeiro, foi atacado o octogenário Francisco Rosa, assassinado um seu camarada e gravemente ferido o menor Ramiro, neto de Rosa. Este, novamente atacado e tenazmente perseguido, foi assassinado e roubado em Lajinha, próximo a vila de Boa Família. Estes fatos ocorreram de 08 a 12 de junho. Finalmente chegou a nossa ocasião. A 25 de junho data que deve ficar gravada na história guanduense, chegou ao nosso conhecimento a notícia de que Serafim Tibúrcio e Martinho Barbosa comandando 250 homens bem armados e municiados, estavam almoçando na fazenda Pouso Alegre, propriedade de Eduardo Olympio dos Santos, e que findo o almoço seguiriam para que, a fim de reduzir a cidade as cinzas, saqueando as casas e entregar as famílias a lubricidade[XXX] desenfreada dos jagunços.Efetivamente, às 17 horas desse dia uma forte descarga de fuzilaria sobre o quartel da força pública anunciava-nos que estávamos em eminente perigo. Com menos de 10 minutos o norte e leste da cidade estavam tomados de jagunços em uma linha de extensão mil metros, os quais durante 45 minutos disparavam sobre a cidade mais de cinco mil projetos. Os pontos de preferência alvejados foram, o quartel de policia, os edifícios municipais, a igreja

[XXVIII]TORPE (Ô), adj. 1. que pratica secretamente atos infames, vergonhosos, indecorosos, repugnantes, impudicos, indecentes, 2. sórdido, ignóbil.

[XXIX]HORDA, s. f. bando de selvagens, bandidos, indivíduos desregrados.

[XXX]LUBRICIDADE, s. f. 1. qualidade de lúbrico. 2. ato lúbrico. (LÚBRICO, adj. que tem apetite carnal cheio de brutalidade).

e as residências do deputado José Cupertino e do prefeito José Giestas.
Felizmente a resistência oposta pela força pública sob o comando do bravo capitão Ramiro Martins, auxiliado pelo não menos bravo Philadelpho Peixoto, e pela guarda cívica previamente organizada pelo deputado Cupertino e pelo Prefeito, esteve na altura desejada, pois os atacantes retiraram-se em completa desordem abandonando mortos e feridos pela mata, perdendo armas, munições, chapéus, calçados, etc.
No dia seguinte, 26 de junho, ainda de uma emboscada junto ao cemitério de São Sebastião, deram uma descarga sobre a cidade, alvejando o delegado de polícia Plínio Gomes que foi ferido em um pé. Além desse ferimento, temos a lamentar um outro em um praça do contingente policial.
Apesar de terem os bandoleiros deserdado para fora do Estado nos primeiros dias de junho só em meado é que foi completamente estabelecida a paz dos guanduenses."
Publicaremos, na íntegra, parte dos comentários efetuados pelo Jornal "O AFONSO CLAUDIO", edições nº 52 e 113, de 30 de junho de 1954 e de 30 de junho de 1959, respectivamente, que trataram da invasão de Afonso Cláudio:
"Tudo corria calmo. O pacato povo do município não suspeitava coisa alguma. A circulação de boatos era difícil, dado o escasso meio de comunicação. Os políticos estavam confiantes em que, empossado o Governo legal, como estava, a tendência seria a normalização dentro de breves dias.
Na noite de 12 de junho de 1916, começou o desassocego. O "barão" Elias Gastin fizera uma fogueira e convidara as pessoas gradas da cidade para festejarem a data do milagroso Santo Antonio. No auge da alegria, quando o pipocar dos foguetes e a luz irizada[XXXI] dos fogos de artifícios deslumbravam os presentes, um acontecimento alterou tudo: acabavam de chegar de Figueira, espavoridos, ameaçados de morte por Martinho Barbosa e seus companheiros, os cidadãos Geraldino Aguiar (tabelião de notas), Augusto Almeida (comerciante), Joaquim da Fonseca Cruz (farmacêutico), Manuelzinho Carvalho e Vandelino de Tal. Foi como se uma enorme bomba estourasse sobre todos. A intranqüilidade passou a reinar desde esse momento.
O Prefeito José Giestas e o cel. José Cupertino, políticos responsáveis pela direção do município, analisaram logo a extensão do perigo a que estavam expostos. Sabiam que a cidade podia ser assaltada a qualquer momento, e não dispunham de nenhum meio de defesa. Inicialmente procuraram manter alto o ânimo do povo, e não hesitaram: mandaram imediatamente um pedido de fôrça

[XXXI]IRIZADA (IRISAR) v Dar cores de arco-iris a.

ao Governo, em Vitória. Alexandre Prado, o homem para a decissão dessas situações de angústia, o homem que em três dias ia a pé a Vitória e voltava, foi o mensageiro. E o resultado não se fez esperar muito: dias depois um contigente de cinqüenta praças da polícia, sob o comando do enérgico capitão Ramiro Martins, bem armado de fuzis e bem municiado chegava a Afonso Cláudio. Junto veio também considerável suplemento de armas e munições para os civis que desejassem colaborar na defesa da cidade. A Fôrça gastou cinco dias de viagem. Desembarcando em Araguaia (E.F.L), fez o percurso de noventa quilômetros a pé, por estradas péssimas, por zona quase desabitada na época. Era a via de acesso mais rápido a Vitória. Mas a tropa chegou a tempo de comprovar a enérgica declaração do eminente presidente Bernardino Monteiro "Recuar é temer; temer é ser covarde; ser covarde é ser indigno; como não quero ser indigno de minha terra, não recuo, não temo, nem serei covarde!".

O Povo criou alma nova, confiante nos meios de defesa de que agora dispunha a cidade".

"Os dias corriam céleres. Todas as providencias tinham sido tomadas. Cupertino e Giestas, incansáveis, observavam tudo minuciosamente, todas as medidas acauteladoras eram postas em prática, pois podiam ser surpreendidos e sofrerem as conseqüências do descuido que porventura cometessem. Surgiam os boatos, e ,cada dia que passava, eram mais alarmantes. A fazenda do cel. Serafim Tiburcio da Costa, na barra da Lagôa, era o ponto de concentração da jagunçada sua e de Martinho Barbosa. Esses dois políticos tinham se aliado e comungavam as mesmas idéias".

"'As 5 horas da tarde fria de 25 de julho de 1916, no momento em que todos jantavam, naturalmente despreocupados, nossa pacata cidade foi atacada brutalmente por uma horda[XXIX] de indivíduos, recebendo um serrado tiroteio que durou cerca de 40 minutos e que só foi modificando de intensidade á medida que os nossos homens se defendiam. Eram para mais de 200, os perigosos atacantes, elementos de má conduta na sua maior parte.

A fuzilaria visou, de preferência, o edifício do quartel da força e cadeia, situado á beira do rio na entrada da cidade, o prédio do governo municipal na outra extremidade, as Oficinas do jornal "O AFONSO CLÁUDIO" no centro e as casas residenciais dos valorosos chefes políticos locais, coronéis José Cupertino Figueira Leite e José Giestas (ambos falecidos).

A nossa defeza foi eficientíssima, graças as providencias tomadas por esses dois cidadãos que souberam prepara-la lançando mãos dos elementos militares que aqui se encontravam sob o comando do bravo capitão Ramiro Martins, auxiliado pelo Ten. Filadelfo e dos elementos civis, que se mostraram destemidos e abnegados.

Embora o tiroteio tivesse se modificado mais tarde, a população da cidade se viu presa da mais intensa apreensão, naquela tenebrosa noite de 25 de junho, pois era de esperar que a fuzilaria viesse a recrudescer á hora que os inimigos achassem mais convenientes. E essa apreensão subia de ponto ao raciocinar-se que os rebeldes, no caso de serem vitoriosos, viessem a praticar também, o seu monstruoso desejo, amplamente divulgado de violentar mulheres e moças, das quais alguns nomes estavam relacionados.

Mas o tempo, embora lentamente, escoou-se e surgiu a manhã do dia 26, com os comentários dos fatos que se conheciam. E logo, os encarregados da defeza local procuraram se inteirar de todos os acontecimentos desenrolados durante a noite finda, verificando que os desordeiros haviam abandonado a luta, fugindo desordenadamente, deixando nos locais que haviam ocupado, armas, munições, objetos e feridos, um dos quais veio a falecer depois de assistido por nossa gente.

Dos nossos homens, porque bem entrincheirados e precavidos, apenas um, o Sr. Plínio Gomes, foi ferido, por um progétil de pistola máuser, em um dos pés.

O mais importante serviço entre os organisados para a defeza, foi sem dúvida o da trincheira cavada no dorso de uma elevação do outro lado do rio (pasto do Custódio), por iniciativa do cidadão Antonio Sales, de onde 2 ou 3 soldados, comandados pelo cabo José Francisco, opuzeram tenaz resistência, mantendo fogo intenso contra os inimigos que se haviam concentrado, em grande número, na matinha do Possimoser, protegidos pela vala de divisa ali existente, com o plano de tomarem o quartel de assalto, para dominarem a cidade. A ação daqueles soldados conseguiu, pois, rechaçar os inimigos, apesar da fúria e da superioridade em número com que lutavam. Aquele lugar ficou assinalado pelo sangue dos feridos, encontrados em poças sobre o solo e salpicado nas folhas dos arbustos.

Os demais pontos martelados pelas carabinas dos jagunços, foram defendidos, também, heroicamente pelos nossos homens, distribuídos, com habilidade e estratégia, pelo comando dos nossos chefes.

E, desse modo, a cidade Afonso Cláudio, sob o governo e direção política dos prestigiosos chefes Cupertino e Giestas, foi poupada á invasão de indivíduos sem escrúpulos, mal intencionados e malfazejos[XXXII], que pretendiam despojar nossa pacata e ordeira população, dos seus sagrados direitos e de sua honra".

[...] "Caiu a noite e com ela o silencio profundo. Dos defensores da cidade, apenas um anspessada[XXXIII] da polícia foi ferido no ombro. Dos atacantes, consta que mui-

[XXXII]MALFAZEJOS(ê) adj Maléfico, pernicioso.

[XXXIII]ANSPESSADA sf. Na antiga hierarquia militar, o primeiro posto acima do soldado.

ta gente saiu ferida. Entregando-se ao ataque a corpo descoberto, expuseram-se a tiros certeiros de arma de precisão como o fuzil.
Como já frisado, no dia imediato, Plínio Gomes que se assemelhava ao Cel. José Cupertino, na altura e no traje, foi alvejado do alto do morro que se elevava atrás da Igreja. Estava à janela da rua na casa de Julio Gomes. A bala, atravessando a parede na altura do rodapé, atingiu-o no pé, ferimento, alias, sem nenhuma gravidade, conforme já narrado.
A polícia iniciou o trabalho de limpeza. Nas primeiras diligências efetuou várias prisões, mas de elementos sem nenhuma projeção. Os cabeças, os chefes do movimento fugiram todos para Minas, escapando-se da prisão. O cel. Serafim Tiburcio regressou a sua terra (Manhuaçu), abandonando tudo o que possuía, e aí faleceu. Martinho Barbosa fugiu para Minas, só regressando ao Espírito Santo, depois de anistiado".
Após os registros de todos estes acontecimentos na história política de Afonso Cláudio, o município retornava à fase de tranqüilidade, o recurso feito pelo grupo do Dr. Pinheiro Junior, ao Supremo Tribunal Federal, ou ao Senado Federal, já havia sido decidido reconhecendo a legalidade da eleição e posse do Dr. Bernardino Monteiro, assim como, do Congresso Legislativo.
O partido republicano, representado no município pelo PURES – Partido da União Republicana Espírito santense, liderado pelas forças agropecuárias, dominou a política local até 1929, quando elegeu-se o último prefeito. O outro partido liderado pelas forças mercantis exportadoras era representado pelo PRC – Partido Republicano Construtor, de pouca representatividade local.
O AFFONSO CLAUDIO[36] trouxe a cópia da ata de organização do diretório político do Partido Republicano Espírito-Santense, em 1916, que a transcrevemos na íntegra:
"Aos treze dias do mez de Fevereiro de mil novecentos e dezeceis, na casa da Camara Municipal desta Cidade Affonso Claudio, as doze horas do dia, presentes o coronel José Cupertino Figueira Leite, chefe político local, José Henriques Pedro, vice-presidente da Camara Municipal desta cidade, dr. Manoel Fernandes Beiriz, e Joao Federici vereadores Municipaes, dr. Samuel Chaves, Promotor Publico, Caetano José Gomes, Antonio Salles e Plinio Escopel Gomes, delegado de Polícia e respectivos supplentes, Jayme Lopes dos Santos, secretario da Camara, Francisco Figueira da Silva Lessa, Collector Estadoal, Maximino de

[36]O AFFONSO CLAUDIO. "Acta da Organização do Directorio Político do P.R. Espirito-Santense deste Municipio de Affonso Claudio". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 129, de 20 de abril de 1916. 4p.

Vargas Fernandes, juiz Districtal desta cidade, João Manoel Fernandes e Orozimbo Costa Silveira,subdelegado de Policia e supplente respectivo, Pergentino Augusto de Vasconcellos, escrivão de Policia, Antonio Olympio da Fonseca Cruz, delegado de Hygiene, Custódio Leite Ribeiro, adjunto do Procurador da Republica, Julio Zacarias Gomes, contador e partidor, Galdino Leite Ribeiro, avaliador da Fazenda Estadoal, João Tosta das Neves, juiz Districtal do Rio do Peixe, José Jorge Haddad, negociante, Joaquim Jorge Haddad, empregado do commercio, Ernesto de Vargas Fernandes, supplente do substituto do Juiz Federal, Farid Haddad artista, Agostinho Tosta das Neves, Alcides Pimenta, Alberto Pereira, Mariano Evangelista da Costa, Antonio de Vargas Fernandes e Silvino Antonio de Avila, lavradores; Waldik Haddad artista, Servulo Rodrigues Pimenta lavrador, Francisco Procopio de Oliveira e José Rodrigues Guimarães, empregados publicos, Joaquim Peregrino dos Santos, proprietario, Franklin Figueira Lessa, serventuário do foro, Gumercindo Lacerda, professor publico, Elias Mudauar e Elias Gastim, negociantes, Agenor Alves Ferreira, procurador da Prefeitura, José Rodrigues da Costa Seixas, artista, Hugo R. Pimenta, subdelegado do Rio do Peixe, Antonio de Souza Passos, proprietário; Orestes Gomes e José Cláudio, negociantes; Serafim Tosta das Neves e Fortunato Tosta, lavradores; Julio Figueira Leite, artista, José Cupertino de Sá, Wandelino da Costa Silveira, José Sebastião Serpa e Arthur de Vasconcellos, artista, Joaquim Gonçalves Serpa, vereador municipal; Manoel Teixeira de Castro, professor público, Luiz Scalco, carcereiro; Alvaro Gomes, artista, Herculano Amadeu de Vasconcelos, lavrador; Domingos José Vieira Juiz Districtal de Bom Jezus e José Felippe negociante em Bom Jezus, estes dois representados pelo senhor Caetano Gomes José S. dos Santos, João de Gouvêa Vidal J.D. de Bôa Sorte e outros que vão abaixo assignados; pediu a palavra o coronel José Cupertino que agradecendo o comparecimento desses seus dignos amigos, que presupoe-se, atenderam ao seu convite, explicando ligeiramente o fim da reunião e convidando para precidil-a o Sr. Manoel Fernandes Beiriz, para fazerem parte da meza, João Federici e Francisco Lessa, e para orador o dr. Samuel Chaves, a quem encarregou para explicar o fim da reunião e dos motivos que o fizeram assim proceder. Assumindo a presidencia, o presidente nomeado e os membros da meza occupando os seus logares, o presidente depois de breve alocução, declarou aberta a sessão e deu a palavra ao orador dr. Samuel Chaves que abordando o assunpto com muita felicidade, lendo diversos artigos do estatuto de organização de nosso partido, esplicou minuciosamente, mostrando a necessidade da organização do Directorio Político Local, hilariou o actual momento político que atravessa o nosso Estado usou a grande força de que dispõe o partido, terminando por fazer a indicação dos

nomes que deviam ser suffragados para constituir o Directorio, cuja ordem foi por todos apreciado, sendo ao terminar por todos aplaudidos. Ninguém mais querendo usar da palavra, o presidente annunciou que se ia proceder a eleição dos três membros effectivos e dos seus supplentes que devem compor o Directorio político local. Procedida a eleição, foram eleitos por unanimidade de votos os seguintes correligionários que haviam sido indicados pelo orador: Membros effectivos Coronel José Cupertino Figueira Leite, José Henriques Pedro, João Tosta das Neves; suplentes, Joaquim Gonçalves Serpa, Julio Zacarias Gomes e Mariano Evangelista da Costa. Terminando a votação o presidente proclamou o resultado da mesma e congratulou-se com o partido pela acertada escolha dos correligionários que tem de neste município dirigir os seus destinos políticos, concitando e aconselhando, a todos para que no próximo pleito eleitoral, cada um saiba cumprir o seu dever, declarando finalmente que daria a palavra a quem della quisesse usar. Pedindo a palavra o coronel José Cupertino, disse que se achava satisfeito por ver mais uma vez provada a cohesão do partido neste município, porquanto, embora delle se afastassem alguns elementos, sem que podessem apresentar uma única cauza, que partisse da direcção política local, o partido se achava forte e disposto a lutar como bem provava esta reunião, onde se via reunido não só as principaes autoridades como sejam o dr. Promotor Publico e quatro veradores municipaes, José Giestas, prefeito municipal, representado pelo orador, funcionalismo municipal, estadoal e forense, as autoridades policiaes, os juízes Districtaes, de todos os districtos com exepção de Laranja da Terra, o commercio desta Cidade, artistas, proprietários, lavradores, emfim por todas as classes conservadoras do município; fez ver que essa prova que seus amigos lhe davam; mais o animava a continuar nos seus trabalhos de beneficiar este município. Disse que os adversários não só da política Estadoal como da Municipal, não apresentavam motivo justo que justificasse essa atitude, que não compreendia como se podia fazer política sem um programma e este da oposição só é pessoal, pois que, nada mais apresentava contra os candidatos de nosso partido senão esse motivo. Fez honrosas referencias a administração do actual presidente do Estado, mostrou o direito que tem os candidatos a successão presidencial, discorreu sobre o direito que o povo tem sobre a escolha desses candidatos, e terminou dizendo que á 25 de março o povo saberia mostrar onde a sua vontade seria respeitada com o triumpho seguro que o partido teria nas urnas, agradeceu o comparecimento de todos a sua eleição, bem como a de seus companheiros e pediu que desta acta fosse extrahidas as copias precisas para serem enviadas a quem de direito, pedindo mais aos presentes que também dellas fossem enviadas copias aos Exmos drs. Bernardino de Souza

Monteiro e Antonio Francisco de Athayde como demonstração de solidariedade as suas candidaturas. E como nada mais houvesse a tratar, deu se por finda a reunião da qual foi lavrada a presente acta, que vae por todos assignados, Eu Emygdio Xavier, servindo de secretario a escrevi. Contem na mesma acta, 160 assignaturas".

Decorria o ano de 1922, quando o prefeito nomeado, Dr. Samuel Brandão, resolveu não mais permanecer em Afonso Cláudio e retornar à Vitória, onde era noivo.

O Dr. Lourival de Almeida, Promotor de Justiça da Comarca, foi chamado à Vitória pelo Presidente Nestor Gomes, ocasião em que lhe fez o convite para assumir os destinos do município. Em princípio relutou, mas incentivado pelo seu sogro José Cupertino, acabou aceitando a incumbência. Assumiu em novembro de1922.

Coubera ao republicano José Cupertino Figueira Leite, enquanto administrador do município (1902 a 1905 e 1924), a implantação de diversos serviços essenciais à população: usina de luz elétrica, telefone, estradas de rodagem, prédios municipais, grupos escolares, aquisição de 11 (onze) alqueires de terras, anexado ao patrimônio e construção da ponte da cidade (depoimento de GOMES[7]).

A política local, como sempre, muito acirrada, chegando ao ponto de acontecerem atentados à vida, como foi o caso deste republicano, durante o ano de 1924. Narra GOMES[7] no seu depoimento sobre a sua família: "Por esses grandes feitos, os seus adversários condenaram-no à morte. Tentaram envenená-lo aqui no bar do Ângelo Federici. Foi descoberto por um operário Antônio Salles. Desta ele escapou, mas, caiu na segunda armadilha em Vitória. Foi convidado para um jantar, onde reuniram para comer uma 'moqueca capixaba'. Veio uma bandeja com 06 copos limpos, o sujeito que servia, era o dono do jantar, recebeu uma bola, para colocar no copo uma boa dose de arsênico, já preparado. O Senhor trazia a bandeja numa mão e na outra a garrafa de vinho aberta. Chegando perto de José Cupertino, encheu logo o copo fatídico e foi enchendo os outros, entregando um a um aos convidados. Terminaram o jantar com muita alegria, mas, já ao sair dali, José Cupertino estava sentindo cólicas. Tarde da noite, foi levado para a Casa de Saúde. A família foi chamada com urgência. Ele foi operado e poucos dias após, faleceu [...]".

Sua filha Dulce[10], já citada, narrou este episódio da seguinte maneira: "Papai (José Cupertino) era candidato novamente a deputado. Numa de suas permanências em Vitória, para comparecer à Assembléia, depois de ter almoçado no hotel, onde tomou um vinho que sempre tomava às refeições, sentiu-se mal. Não estava sentindo nada antes [...]." [...] "chegaram a suspeitar de ter sido en-

venenado por motivos políticos. Não sabemos, só Deus o sabe [...]."
A cirurgia foi efetuada na Santa Casa de Misericórdia em Vitória, "muito sigilosamente, talvez não houvesse necessidade, pois o mal que sentia estava sanado [...]". "Entretanto, o médico operador não quis desistir de operá-lo e depois de terminar, viajou de navio de Vitória para o Rio, não tendo lhe dado à assistência devida."
GOMES[7] afirma ainda que: "Se escapasse do veneno, não escaparia das armadilhas nas pedreiras 'Jucu'. A matutagem foi feita numa fazendinha aqui na Boa Sorte [...]."
No período de 1924 a 1928, assumiram os destinos do município os Srs. João Pimenta (vice-presidente da Câmara), José Jorge Haddad, complementando o mandato e finalmente o Cel. Giestas, até a nova reforma constitucional.
No ano de 1928, foram realizados 05 (cinco) eleições no município:

- ✓ a de Deputado ao Congresso Legislativo do Estado em 8 de janeiro;
- ✓ a de Presidente e Vice-presidente do Estado em 23 de maio;
- ✓ a de Deputados para preenchimento de 04 (quatro) vagas no Congresso Legislativo, em 16 de agosto.
- ✓ a de Senador, para preenchimento da vaga aberta com a renúncia do Dr. Joaquim Teixeira de Mesquita, em 7 de outubro e
- ✓ a de Prefeito Municipal, em 2 de Dezembro, conjuntamente com a de suplente de Juiz Distrital.

Em 1º de janeiro de 1929, em sessão solene na Câmara Municipal, tomava posse no cargo de Prefeito para o biênio 1929-1930, Emygdio Xavier, assim como a Câmara de Vereadores eleita, ficando na Presidência da Casa o Sr. Cel. José Giestas, e Vice-Presidente, o Sr. José Jorge Haddad (1º/01 a 31/12/1929). A eleição foi realizada no dia 2 de dezembro de 1928. Os outros vereadores empossados: Agenor Rodrigues Pereira, Francisco Coelho, Antonio Augusto da Silva Cardoso, Plínio Escopelle Gomes e João Rodrigues Pimenta. O AFFONSO CLAUDIO[37], de fevereiro de 1929, publicava na íntegra a ata daquela sessão que também vamos registrá-la nesta história política de Afonso Cláudio.
"Acta da sessão solemne da Camara Municipal de Affonso Claudio, realizada em 1º de Janeiro de 1929, para posse do prefeito e eleição de presidente e vice´-presidente da Camara.
Ao primeiro dia do mez de Janeiro, de mil novecentos e vinte e nove, ás 13

[37]O AFFONSO CLAUDIO. "Camara Municipal de Affonso Claudio". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 06, de 9/02/1929. 4p.

horas, na sala de sessões da Camara Municipal desta cidade, á chamada responderam os srs. vereadores Cel. José Giestas, presidente; José Jorge Haddad, vice-presidente; Agenor Rodrigues Pereira, Francisco Coelho, Antonio Augusto da Silva Cardoso e Plinio Scopelle Gomes, faltando com causa justificada o Sr. João Rodrigues Pimenta. A vista de numero legal o Sr. Presidente declarou aberta a sessão. O secretario fez a leitura da acta da sessão anterior que posta em discussão foi aprovada sem observação alguma. O sr. Presidente, em seguida, depois de haver declarado o fim da sessão, nomeou uma commissão composta dos srs. vereadores José Jorge Haddad, Plínio Scopelle Gomes e Antonio Augusto da Silva Cardoso, para convidar o sr. Emygdio Xavier a se introduzir no recinto da sessão afim de prestar o compromisso do cargo de prefeito Municipal para servir no biennio 1929-1930, para o qual fóra eleito á 2 de Dezembro ultimo. Logo, a Commissão referida desempenhou-se da sua tarefa e o sr. Presidente deferiu ao Prefeito eleito o compromisso da lei fazendo lavrar o respectivo termo que foi assignado pela Camara, pelo prefeito e pelas pessôas que assistiram a essa solemnidade, tendo o sr. presidente declarado em voz alta empossado o prefeito Municipal para servir no periodo de governo que a começar de hoje terminará a 31 de Dezembro de 1930. Essas ultimas palavras foram abafadas com uma prolongada salva de palmas. Acto contínuo o sr. Presidente anunciou que, de accordo com a lei, ia se proceder a eleição de presidente e vice-presidente da Camara e convidou os vereadores presentes a organisarem suas cedulas. E declarando que em primeiro logar se procedia a eleição de presidente ordenou ao secretario que recolhesse as chapas, designando o vereador Plínio Gomes para ler e a José Jorge Haddad para tomar o numero de votos e escrevel-o. Apurada essa eleição verificou-se o seguinte resultado: Para presidente, Cel. José Giestas, 5 votos e Antonio Augusto da Silva Cardoso, 1 voto, pelo que foi proclamado reeleito o cel. José Giestas no cargo de presidente da Camara Municipal, para servir no periodo governamental comprehendido entre 1º de Janeiro a 31 de Dezembro do corrente anno.Em continuação, foi annunciado que se ia proceder a eleição de vice-presidente. Organizaram-se as chapas; foram essas recolhidas e apuradas, dando o seguinte resultado: Para vice-presidente, José Jorge Haddad, cinco (5) votos e Plínio Gomes, 1 voto. O sr. presidente á vista disto proclamou reeleito vice-presidente da Camara o sr. José Jorge Haddad, para servir no período acima citado. Franqueada a palavra a qualquer dos senhores vereadores que della quizesse fazer uso, nenhum delles se manifestou, e sendo ainda offerecida a quem dos assistentes desejasse uzal-a, ergueu-se o Dr. Alvaro Castello que num vibrante discurso felicitou o cidadão que acabava de assumir a direcção executiva do município de Affonso

Claudio, exaltando as suas qualidades e fazendo conciderações optimistas sobre o que seria o governo desse mesmo cidadão que, sendo filho dessa magestosa e rica particula do território Espírito-Santense, sempre revelou amor e dedicação ao seu torrão natal. O orador referiu-se também, á eleição de presidente da Camara Municipal e de vice-presidente, felicitando o poder legislativo por haver escolhido mais uma vez o Cel. José Giestas, para dirigir os seus destinos, uma vez que esse venerando cidadão vem se impondo de ha muito a consideração publica pela somma avultada de bons serviços prestados ao município de Affonso Claudio, tendo também palavras de encômio[XXXIV] a individualidade do sr. José Jorge Haddad, reeleito vice-presidente da Camara. Em seguida, fallou o Sr. Dr. Lourival de Almeida, Juiz de Direito da Comarca, saudando, em nome da justiça, o povo de Affonso Claudio, por ter tido a felicidade de collocar na direcção dos negocios publicos do municipio um dos seus mais dilectos filhos. Adiantou que a justiça, para que possa se fazer sentir em toda a sua plenitude, muito depende da acção do chefe do executivo e se assim é não lhe restava duvida nenhuma pudesse nesse ponto de vista verificar o imperio desse apostolado uma vez que o moço que acabava de assumir a responsabilidade de dirigir os negocios publicos do municipio já por muitas vezes revelou accurado interesse pela causa da mesma justiça. Fallou o orador também sobre o acerto da reeleição do Cel. José Giestas, fazendo considerações em torno do seu nome honrado, da sua administração e da política de ordem e de tranqüilidade que vem adoptando. Disse ainda que o legislativo andou bem reelegendo o sr. José Jorge Haddad ao cargo de vice-presidente, pois que este vereador vem correspondendo a confiança que o povo vem lhe depositando. Levantou-se, depois, o sr. Emygdio Xavier e agradeceu comovido a prova de apreço, de affeição e de grande confiança que lhe vinha sendo dispensada, desde que o seu nome fôra lembrado para o alto cargo de prefeito Municipal. Fez larga consideração sobre a acção do Cel. José Giestas, como administrador criterioso, inteligente e honrado e, como político de orientação elevada e segura. Continuou dizendo empregar e dedicar toda actividade de que puder dispôr em beneficio da grandeza e da prosperidade do municipio de Affonso Claudio, para corresponder ou melhor ir ao encontro da espectativa do povo que o elegeu. Referiu-se sobre a situação política do municipio, dizendo estar perfeitamente consolidada nos seus edificantes fundamentos, assim como a situação financeira que na sua acersão é a mais lisongeira possível. Adiantou que, apezar das grandes despezas que o municipio tem de satisfazer muita já com a construcção e reconstrucção das pontes levadas

[XXXIV]ENCÔMIO, SM. Aplauso, elogio, gabo, louvor.

pelas ultimas enchentes, era seu propósito atacar os melhoramentos de que a cidade, isto é, o povo da cidade e do municipio carece mais, fallando sobre o abastecimento d'agua, nivelamento e aterro de praças e ruas, auxilio ás empresas particulares cujos serviços concorram para o desenvolvimento publico, construcção e auxilio de estradas e melhoramento das existentes, amparo á causa de instrucção publica. Disse que era muito grato e guardava com especial carinho as palavras que lhe foram dirigidas pelos seus dedicados amigos Dr. Alvaro de Castello e Dr. Lourival de Almeida. Terminou congratulando-se com o povo de Affonso Claudio, pela entrada do anno novo, formulando votos pela felicidade de cada um de seus habitantes. Por ultimo fez-se ouvir o Cel. José Giestas, agradecendo muito penhorado a prova de confiança que mais uma vez lhe foi depositada pelos seus dignos pares, bem assim a manifestação de carinho e de apreço que lhe vinha sendo dispensada pela população da cidade representada naquelle momento pelos seus mais legitimos componentes. Requereu e foi aprovada unanimente que fosse dirigida ao Exmo Sr. Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado, por parte desta Camara e do povo do municipio ali perfeitamente representado nos seus principaes elementos, uma moção, hypothecando áquella alta autoridade, intransigente solidariedade politica, tendo assim tambem deliberado fosse apresentado á S. Excia. sinceras congratulações pela entrada do anno novo. Todas as solemnidades foram assistidas pelas autoridades de maior destaque da comarca, por elevadíssimo numero de pessoas do povo, muitas senhoras e senhoritas, assim como abrilhantadas pela banda de musica local. Declarou o presidente encerrada a sessão, tendo antes augurado ao Prefeito muitas felicidades na sua administração, assegurando-lhe o apoio da Camara Municipal de que elle é presidente e convidou todos os assistentes para um baile a realisar-se á noite no Theatro Coelho Netto, offerecido à família guanduense. E para constar lavrou-se a presente acta que vae assignada. Eu, Pedro Saleme, secretario interino da Camara Municipal, a escrevi. (ass.). José Giestas, José Jorge Haddad, Agenor Rodrigues Pereira, Antonio Augusto da Silva Cardoso, Francisco Coelho, Plinio Escopelle Gomes, Emygdio Xavier, Lourival de Almeida, Alvaro Castello, Francisco Figueira da Silva Lessa, Jair Giestas, Gaudencio Julio de Miranda, Calixto de Azevedo, José Silvestre Vieira, Antonio Jeronymo da Silva, Antonio Manoel Fernandes, Adriano Francisco Cardoso, Antonio Olympio da Fonseca Cruz, Marfiza Gianordoli Giestas, Constantino José de Sá, Donencio Epaminondas, João Duarte Manso, Astolpho Antonio de Avila, Maria de Barros Moura, Alzira de Barros Ferreira, Adherbal Galvão, Coryntho de Souza, Augusta Lamas de Avila, Augusta Gomes, Iracy Jeronymo Motta, Altair Galvão Barros,

Georgina de Oliveira, Francisco Procopio de Oliveira, Antonio Teixeira, Benedicto Nolasco Ferreira, Archimedes Costa Lessa, Maria Augusta Lamas, Arnobia Galvão, Admardo de Souza Ribeiro, Paulo Padua, Edmundo Carvalho, Aristides Figueira Lessa, Jayr Evangelista da Costa, Antonio Candido Ferreira, Antenor Candido da Silva, Paulo Pedro Saleme, Christiano Krüger, Benjamim Eduardo dos Reis, João Baptista do Valle, João Escopelle Gomes, Joaquim Ferreira Carmim, Antonio Lourenço Davel, Mathias Irlacher, Hugo Silva, Henriques Alves Vieira, Alvaro Amaral, Alberto Pereira de Sousa, Waldemar Gomes, João Francisco Soares Filho, Elias Gastin, João Manoel Fernandes, José Salustiano dos Santos, Miguel Gomes, Maria Gianordoli, Gualter Giestas, Francisco Valentim das Neves, Amenaide Pedrosa, Elisa de Vargas Gomes, Virginia de Avila, Livio Ramalho, Ormy Gomes, Ovidia Pereira de Sousa, Tanus E. Gastin, Iracema Jeronymo Motta, Haydê Giestas, Eurydes Rosa Gomes, Maria de Sá, Izalda Barros, Lucilia Barros, Elsa Fernandes, Joaquim Peregrino dos Santos, Amaury de Sá, Renato Barros, Salustiano José dos Santos, João Augusto de Lemos, Alcy Giestas, Manoel Ferreira Vargas, Arnaud d'Avila, José Claudio de Almeida, Holtir Giestas, João Ferreira Motta, Jairo Lamas, João Soares de Azevedo, Clotario Passos, Pedro Saleme".

Em 1930, com o advento da revolução nacional (Getúlio Vargas), assumia a direção do Governo Estadual uma Junta Administrativa (SILVA[26]), o mesmo acontecendo nos municípios.

A notícia da revolução no País, só chegou à Afonso Cláudio em 5 de outubro, pela manhã, segundo GIESTAS[38], um dia após, a eclosão do movimento. O comunicado veio via telefone, único meio de comunicação mais rápido, pois àquela época, a "difusão de notícias radiofônicas no Brasil era ainda de campo muito limitado". As informações confirmando o movimento revolucionário, via jornais, só chegaram 5 (cinco) dias depois.

Neste ínterim, foi decretado o estado de sítio e, conseqüentemente, o Governo censurado todos os meios de comunicação, deixando a cidade sem novas informações.

Novas notícias, só no dia 16, quando pela manhã, chegava a informação da invasão de Baixo Guandu, segundo GIESTAS[38], por um "contingente revolucionário comandado pelo Cel. Amaral, da Força Policial de Minas Gerais. O des-

[38]GIESTAS, Jair. "Fragmentos Históricos do Município – Afonso Cláudio e a Revolução de 30". Afonso Cláudio (ES). Jornal o Afonso Cláudio, nº 118, de 30 de setembro de 1959. 4p.

barato[XXXV] da Polícia do Espírito Santo nesse setor repousava nossa confiança de resistência desiludiu-os completamente".

VIEIRA[19], também já citado, á página 67, assim se manifestou com relação ao município de Castelo:

"Uma parte da Columna Revolucionária de Manhumirin (MG), em 15 de outubro de 1930, sob o commando do tenente José Teixeira Porcino e direção do dr. Joaquim Cabral, operou no Estado do Espírito Santo, invadindo-o pelos municípios do Rio Pardo, Muniz Freire e Castello".

Os munícipes de Afonso Cláudio ficariam ainda mais desapontados quando a notícia da renúncia do Presidente do Estado, Dr. Aristeu Borges de Aguiar (1928 - 1930), era confirmada, ocasião em que fora nomeado para substituí-lo, como Interventor Federal, um Cel. do Exército.

GIESTAS[37] continua, afirmando, em seu relato que, "as duas notícias, quase simultâneas, foram de um efeito psicológico tremendo; o medo se propagou de tal forma que ocorreu verdadeiro êxodo na cidade: á tarde poucas pessôas eram vistas nas ruas, e as casas todas fechadas".

Em face da gravidade da renúncia do Dr. Aristeu Aguiar, o Sr. Presidente da Câmara, José Giestas, convocou uma sessão especial da Câmara Municipal, ocasião em que fora proposto o encaminhamento de uma mensagem ao interventor recém-nomeado, com a indicação do acatamento da sociedade afonso-claudense, à legalidade do ato de "nomeação pelo Presidente da República, pondo em suas mãos o cargo que o povo lhes confiara, proposição essa unanimente aprovada pelos vereadores presentes". A revolução vencera em todo o Brasil!

Decorria o dia 20 de outubro, quando o Sr. Adherbal Galvão "apresentava-se como autorizado verbalmente pelas forças revolucionárias triunfantes para receber a administração do município".

O ato de entrega dos destinos do município foi feito pelo Presidente da Câmara, José Giestas, pelo Prefeito Emygdio Xavier e por um vereador encontrado na cidade, e não identificado o nome.

Ficando encerrada, assim, a primeira fase administrativa por que passara o município, desde a sua criação na primeira república.

Quando da assunção ao cargo, Sr. Adherbal Galvão "declarara que assumia essa responsabilidade com o intuito de evitar a cidade da visita de tropas revolucionárias, mas aconteceu justamente o contrário". Segundo GIESTAS[38], duas horas depois de receber o município em nome das Forças Revolucionárias, a

---

[XXXV] DESBARATO, s.m. desbaratamento. Desbaratar, v. dissipar, esperdiçar, malbaratar [...]2. desfazer, destruir, estragar [...]. 3. Bater, derrotar, destroçar em batalha. 4. Pron. Aruinar-se, destroçar-se [...].

cidade foi invadida por uma horda[XXIX] comandada por dois homens que se diziam capitães do exercito “Capitão Almeida” e “Capitão Boaventura”. Prossegue a fonte: “Esse grupo indisciplinado iniciou abrindo as portas da cadeia pública, soltando todos os presos; seqüestrando os dinheiros das repartições públicas e se entregando à pilhagem, como nos tempos antigos”.

“Foram dias de verdadeiro terror para os habitantes de Afonso Cláudio. Ninguém se sentia garantido em parte alguma; e êsse estado de incertezas durou cêrca de oito dias, quando um pelotão de policiais comandado pelo capitão Vilá, da Polícia do Espírito Santo, chegou a cidade e dispersou o bando, que devia compor-se de uns cento e oitenta homens, terminando assim um dos episódios mais tristes da vida de Afonso Cláudio”.

A ata da entrega da administração do município foi recuperada na edição do jornal “O AFONSO CLÁUDIO”, nº 116, de 30 de setembro de 1959, ano XXIII.

“Aos vinte dias do mes de outubro de mil novecentos e trinta, ás 13 horas no edificio da Câmara Municipal, desta cidade Affonso Claudio, presentes os Snrs. cel. José Giestas e Emygdio Xavier, respectivamente presidente da Câmara e prefeito municipal de Affonso Cláudio, assim como o sr. Adherbal Galvão, por este foi dito que estava autorizado, verbalmente, pelo poder revolucionário, a tomar conta da administração do município. Em vista disto os Srs. acima mencionados Cel. José Giestas e Emydio Xavier, declararam que estavam prontos a fazer a entrega da administração ao mesmo, Sr. Adherbal Galvão, com tudo que lhe pertence, como sejam o edifício municipal e suas repartições, archivos onde se encontram, entre outros papeis, decretos da Prefeitura, notadamente os de nros. 1 a 53 do ano passado e deste ano, moveis e utensilios, materiais e bem assim o saldo pecuniario que figurar no caixa, onde também será lavrado um termo de entrega. Tudo isso assim foi entregue e recebido, do que para constar lavrou-se este termo que vai assinado pelas pessoas abaixo. José Giestas, Emydio Xavier, Adherbal Galvão, Antonio Augusto da Silva Cardoso, Calixto de Azevedo, Antonio Salles, Jair Giestas, João Duarte Manso, Francisco da Fonseca Lamas, Alberto Figueira Lessa, Epaminondas Barros Conceição, Livio Ramalho, Paulo Padua, Domingos de Almeida Tiradentes, Tannus Gastin, A. Coutinho Athayde, Francisco Valentim das Neves, Antonio Moura, Pedro Saleme e Clotário Passos”.

A revolução fora vitoriosa também no Espírito Santo, tendo assumido a direção do Governo Estadual uma Junta Governativa, com os Srs. Desembargador João Manuel de Carvalho, o Jornalista João Correia Lyrio e o Capitão João Punaro Bley.

Segundo SILVA[26], “a partir de meados de novembro de 1930”, o comando do Governo Estadual encontrava-se em mãos do Capitão João Punaro Bley (1930-

1943).
Em Afonso Claudio, também foi nomeada uma Junta Governativa, representada pelos cidadãos: Dr. Francisco Rocha de Figueiredo Monte (médico), João Soares de Azevedo e Adherbal Galvão. Em 1º de novembro de 1930 era publicado no jornal CORREIO DO CENTRO[39] mensagem ao povo afonsoclaudense, conclamando-os a continuação normal de seu trabalho.

AO POVO

A Junta Governativa do Municipio de Affonso Claudio convida o povo á continuação normal do seu trabalho, offerecendo-lhe garantias tranquillizadoras. Reina perfeita ordem na cidade. Foi expulsa a horda desenfreada que a infestava, semeando o panico, num impeto de ignorancia e incomprehensão das elevadas aspirações do movimento revolucionario, ora victorioso em quasi todo o paiz.

Concidadãos! Voltae á vossa actividade, ao labor fecundo, cooperando assim num gesto patriotico e digno para os altos destinos que estão reservados á nossa Patria.

Dr. Francisco Rocha de Figueiredo Monte
João Soares de Azevedo
Adherbal Galvão.

ILUSTRAÇÃO Nº 28 - Mensagem da Junta Governativa ao Povo de Afonso Cláudio – 1º/11/1930.
(Acervo: Familiares de Sebastião Fafá)

A posse da Junta Governativa foi no dia 27 de outubro de 1930, as 13 horas, quando a cidade começara vida normal, com a presença significativa de pessoas presentes a Câmara Municipal.
O Jornal "CORREIO DO CENTRO", já citado[39], cobrindo aquela solenidade, assim se manifestara:
"Assumindo a presidência, o dr. Figueiredo Monte declarou aberta a sessão e produziu breve mas incisiva oração demonstrativa das causas e dos fins que os traziam alli, affirmando que a orientação do governo revolucionário não se prendia á politicalha de inimizades e perseguições, mas de remodelação completa da machina governamental, pela selecção dos justos valores, collimando o bem

[39]CORREIO DO CENTRO. " Ao Povo". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 25, de 1º de novembro de 1930.4p.

publico e visando a felicidade do paiz, dentro nos moldes a serem discutidos.
Declarando empossada a junta, convidou o snr. Angelo Federici para secretariar o acto e redijir a acta da sessão, que, lida e assignada pela junta, recebeu as assignaturas das pessoas presentes. Feito isso, o dr. Figueiredo Monte, depois de concitar o povo a voltar a seus trabalhos e assegurar-lhe as mais completas garantias, encerrou a sessão sob grande e prolongada salva de palmas.
Está, pois, o município entregue á junta governativa revolucionaria, constituída por pessoas da immediacta confiança do governo revolucionario do Estado, a cujo criterio obedece e o povo do Guandú, de parabéns pela feliz escolha, dada a firmeza de caracter dos componentes da junta, que lhe dirije os movimentos políticos".
Esta intervenção duraria somente alguns dias, quando a administração era entregue novamente ao Sr. Adherbal Galvão. Convidados ao Palácio Anchieta pelo Sr. Cap. Bley, Adherbal Galvão, João Soares de Azevedo, Admardo de Souza Ribeiro (proprietário de fazenda) e Hermogenes Lacerda Fafá, lá chegando foram comunicados que deveriam entre eles, escolher 1 (um) que administraria o município. Chegaram a conversar por quase 2 (duas) horas, com o Sr. Interventor. Hermógenes falava pouco, e o João era falante e queria ser o escolhido. Adherbal ficava sempre na espreita e era muito hábil. Ficaram de se hospedar em Vitória, quando a noite fariam a escolha entre eles. Hospedaram-se no Hotel Magestic (Vitória). João Soares também queria ser o escolhido de qualquer jeito.
Adherbal engrossou a voz e disse estar tudo liquidado, dando inclusive uns tapões no João Soares, após pronunciar-se. No outro dia, foram ao Bley que acabou nomeando o Adherbal Galvão (depoimento prestado ao autor, pelo Sr. Sebastião Fafá[XXXVI]).
Afonso Cláudio encontrava-se numa fase de completa calmaria. A sociedade se achava entregue a sua atividade normal de trabalho.
A posse do Sr. Adherbal Galvão foi no dia 3 de dezembro de 1930, onde permaneceu até o ano de 1944, enquanto durou a intervenção do Sr. Capitão

---

[XXXVI]FAFÁ, Sebastião: é nascido em Afonso Cláudio, no dia 24 de novembro de 1915, filho de Hermógenes Lacerda Fafá e Maria de Sá Fafá. Casado com a professora Maria Zuleika Haddad Fafá, é pai de 06 (seis) filhos: George Vítor, Ângela Maria, Dora Maria, José Sérgio, Letícia Maria e Flávia Maria. Foi Fiscal de Rendas aos 17 (dezessete) anos, Escrivão de Polícia, Delegado e representante do INAMPS no município. Possui uma fazenda chamada "Mundo Novo". Além de político, enveredou nas áreas desportiva e cultural. Exerceu mandato de vereador por 03 (três) ocasiões. Em 1945, chegou a ocupar o cargo de Presidente da Câmara. Eleito prefeito por 02 (duas) ocasiões: 1973 e 1982.

Punaro Bley (Nas 03 fases distintas da interventoria: 1930-1935 / 1935-1937 e Governo Constitucional - 1937/1943). Naquela oportunidade, o Sr. Adherbal pronunciara o seguinte discurso.

"Meus senhores

Sobremaneira honrado com a confiança do illustre Interventor de nosso Estado, que me investiu do cargo que hoje assumo, digo-vos com simplicidade não ser fácil a missão delegada, quando ella envolve questões de alevantado[XXXVII] discortinio, como sóem[XXXVIII] ser as decorrentes do grandioso programma do regime revolucionario recem inaugurado no Paiz.
Fallo-vos com simplicidade, porque a minha intenção de guiar o Municipio á finalidade política firmada nos novos principios, emerge de uma sinceridade, que dispensa atavios[III] mystificadores, porque tem suas raizes nos anceios justos e nobres do altivo povo, que vós representaes.
O encargo é difficil, mas as difficuldades, estou certo, serão contornados não só pela boa vontade que me anima o desejo de trabalhar patriotica e imparcialmente pelo progresso deste pedacinho do Espirito Santo, como pela confiança segura de que encontrarei em cada um de vós o appoio necessario e o auxilio indispensável para a realização da parte que nos cabe do plano de renovamento político e economico de nosso Brasil.
Ao assumir, pois, a direcção do Município, quero deixar bem claro que não prescindirei do concurso do povo, mas pretendo governar harmoniosamente com os seus designios, sem fugir á verdade revolucionaria.
Congreguemos, portanto, os nossos melhores esforços nessa imperiosa obra de reconstrucção, esquecidos os resentimentos antigos porventura existentes e teremos bem cumprido a nossa missão.
E permitti, agora, que eu vos agradeça não o vosso comparecimento a esta sessão, comparecimento que tenho como solidariedade, mas também as homenagens que me vindes prestando e me ferem a sensibilidade".
A sessão tivera inicio precisamente ás 14:30, quando já se encontrava cheio o salão principal do Palácio Municipal. Houve apresentação musical, além do pronunciamento do empossado, dos Sns. Mansur Malhane, Dr. Coelho Junior (advogado) e finalmente, do Dr. Figueiredo Monte, em nome da Junta Governativa.
À noite, oferecido pelo povo, foi realizado um magnífico baile, nos salões da Câmara Municipal. Segue o discurso proferido pelo Dr. Figueiredo Monte, em

[XXXVII] ALEVANTADO (Alevantar) v. levantar.
[XXXVIII] SÓEM (Soer) (ê) v. Costumar, costumar ocorrer.

nome da Junta Governativa por ocasião da transmissão do governo Municipal (CORREIO DO CENTRO[40])

"Seguindo as directrizes traçadas pelo governo revolucionário, o Cap. João Punaro Bley, egregio Interventor do Estado, em bôa hora, nomeou o Sr. Adherbal Galvão para o cargo de Prefeito do Municipio de Affonso Claudio. O criterio que presidiu a tão acertada escolha inspira-se nos dictames da justiça e no programma da revolução. Imperativos categoricos determinaram que assim fosse. Membro da Junta Governativa que dirige provisoriamente os destinos do Municipio, Adherbal Galvão, por muitos outros títulos, tinha direito a tão insigne honra. Por um momento as circunstancias, concorrendo num ponto de intercessão, hoje notorio, fizeram crer que Affonso Claudio, por singularissima excepção, escaparia á mudança governamental, que se vem operando systematicamente em todos os outros municipios do Estado.

Ocorresse tal aberração e o ideal revolucionario, defendido pelo sangue dos heroes, estaria ludibriado. Espiritos menos avisados poderiam acreditar se tratasse, em tão magna questão, de caprichos emanados da vaidade pessoal ou do sentimento partidario, quando realmente estavamos diante de uma questão de principios. Por elles nos batemos sem a intenção bastarda das offensas pessoaes.

Nem estas cabem agora no governo de realizações e de regeneração, que ora se inicia.

A nossa dignidade de Nação civilizada reclamava ha muito um movimento como este, que modificasse de "fond em comble" a ordem estabelecida de cousas. O nosso Paiz, tão grande, tão bello e tão rico tem sido até hoje victima inerme dos seus homens de Governo. Nelle "tudo é grande só o homem é pequenino" já o disse alguém.

Meus senhores! Abandonemos, um instante, as margens remansosas do Guandú e a paisagem luxuriante que o cerca, marinhando trêfega por estes cabeços esmeraldinos; deixemos a calma confortadora do ambiente e percorramos todos, num vôo imaginario os panoramas vastissimos do nosso querido Brasil, as quaes se desdobram a perder de vista, na curva indecisa das grandes longitudes.

Os obstaculos que, na planicie, nos poderiam embaraçar a visão de conjuncto, olhados assim nesse passeio aereo, se amesquinham e se desfazem, rendidos ante a imponencia da altura. Os contrastes são flagrantes! Aqui, as proporções cyclopicas[XXXIX] dos scenarios naturaes e os actores pigmeus, que nelle se es-

[40]CORREIO DO CENTRO. "A Posse do Sr. Adherbal Galvão, Prefeito Interventor do Município". Afonso Cláudio (ES). O Jornal Correio do Centro, nº 30, de 6 de dezembro de 1930. 4p.

[XXXIX]CYCLOPICAS. Não encontrada a palavra

queiram[XL], sem iniciativa e sem vontade, dando-nos a impressão hilariante de eunuchos[XLI] confusos e incapazes, diante da exhuberancia dos encantos femininos; ali, a riqueza nababesca dos nossos campos, o luxo das côres, a orgia das formas e, em meio a tudo isto, a miseria e a fome a acossar o homem no seu tugurio[XLII] de sapé; além, o vigor e a beleza das nossas mattas, que espalham nos ares perfumes capilosos e o homemzinho, amarellecido pela sezão e pela verminose, permanece indifferente a tanta fascinação. E ninguém se preoccupa com males tão remediaveis! O descaso criminoso dos homens de Governo por problemas de tão alta relevância, ia levando o Brasil, dia a dia, á derrocada final. A preoccupação obsedante[XLIII] de galgar as posições e collocar os afilhados, e parentes, lhes absorvia toda a actividade. Enquanto isto, a mentira campeava nos programmas bombasticos de Governo."

No seu discurso de posse, o Cap. João Punaro Bley salientava tão doloroso facto: "Ha 40 annos que o povo se embala com a linguagem brilhante e falsa dos politicos profissionaes; ha 40 annos, escuta a leitura de programmas governamentaes brilhantes e mentirosos, sem que veja realizadas as suas aspirações mais justas". Este estado de cousas não podia continuar. Agora que ingressamos noutro regimen, permitti que num appêlo sentido, eu exhorte o Sr. Adherbal Galvão, no acto da elevada investidura, que vae ter, a cumprir os itens substanciaes do programma revolucionario. Estou certo que ninguém melhor do que elle desempenharia tão nobre missão.

Homem profundamente honesto, coração generoso, vontade inamolgável[XLIV], elle tem todos os requisitos do chefe ideal. Filho do povo, com quem elle pretende governar e de cujo concurso não quer nem pode prescindir, elle tem o apóio e o incentivo necessarios á realização da tarefa cuja responsabilidade vae assumir. Liberal de coração e ideal, elle é o homem, que neste momento e neste logar incarna as aspirações revolucionarias. Sr. Adherbal, a senda[XLV] que ides percorrer é espinhosa. Innumeros e grandes empecilhos conspirarão em deter a

---

[XL] ESQUEIRAM. Não encontrada a palavra

[XLI] EUNUCHOS (Eunuco), s.m. Homem Castrado, empregado no Oriente como guardião de mulheres, principalmente nos haréns. Adj. 1. Impotente, estéril [...].

[XLII] TUGÚRIO. s.m. 1. Habitação rústica, choça, cabana. 2. Refúgio, abrigo.

[XLIII] OBCECAR (Obsedante), v. 1. Tornar cego; cegar, obscurecer o entendimento de: louca paixão obsecave-o. 3. [...].

[XLIV] INAMOLGÁVEL. Adj. Que não é amolgável. AMOLGÁVEL, adj. Que se pode amolgar. AMOLGAR, v. Abalar, achatar, deformar [...]. 2. Amolgar uma espada. 3. Derrotar, vencer [...].

[XLV] SENDA, s.f. (l. semita). 1. Caminho desviado, estreito, para pedestres, atalho, vereda. 2. O caminho que se segue na vida, quer praticando a virtude, quer o vício. 3. Hábito, praxe, rotina. 4. Modo de proceder. 5. Via moral.

vossa marcha ascencional. Não hesiteis, porem, um só instante. Mettei a mão na consciência, perscrutae–lhe os dictames e segui-os imprescriptivelmente. Que os sentimentos partidarios jamais pertubem a serenidade do vosso governo. Não esquecaes, porém que o senso da justiça vos deve sempre acompanhar. Lembrae-vos da formula memorável do General Izidoro Dias Lopes: "para os culpados, justiça, punição e não vingança; para os revolucionarios de puro sangue, reparação, reintegração e nunca recompensa.

Meus Senhores, a Junta Governativa da Affonso Claudio sente-se orgulhosa em transmittir neste momento o Governo do Município ao Sr. Adherbal Galvão".

O governo estadual passava àquela oportunidade por uma série crise financeira, além da necessidade de realizar a moralização administrativa do Estado.

Por esta razão, houve a decisão de intervir de imediato, segundo SILVA[26], já citada, nas Prefeituras Municipais criando a Inspetoria dos Municípios (Decreto nº 983, de 31/03/1931) com a finalidade de exercer o papel antes desempenhado pelas Câmaras Municipais, as quais foram suprimidas no novo regime de excessão". Os objetivos dessa Inspetoria "eram controlar as atividades dos prefeitos nomeados e orientar a ação municipal na aplicação de suas rendas".

De acordo com MOREIRA e PERRONE[24], "na chamada República Velha só havia no Estado o PRES – Partido Republicano Espírito-Santense. A oposição era pequena e desarticulada, não tendo grande influência na ação do Governo. O eleitorado se agrupava em torno dos "coronéis", que também não se interessavam pela política federal".

Prossegue a mesma fonte analisando a renúncia do governador Aristeu Aguiar: "[...] solidário ao Presidente Washington Luiz, solicitou apoio militar ao governo federal, que enviou um navio e, para seu espanto, os militares que dele desembarcaram eram simpatizantes da Aliança Liberal e pertencentes ao ex-movimento tenentista. Ao invés de combater os focos de rebelião, os apoiaram e o capitão Punaro Bley desertou para se juntar á Revolução de 30. O Governador fugiu".

Aristeu Aguiar havia assumido "o governo do Estado a 30 de junho de 1928, debaixo dos melhores augúrios[XLVI], eleito pela unanimidade dos partidos políticos. (MORAES[41]). O governo durou 28 (vinte e oito) meses, ou seja, 02(dois) anos e 4 (quatro) meses.

Em março de 1931, era criado no município de Afonso Claudio o PL – Partido Liberal, pelos Srs. Dr. Francisco Rocha de Figueiredo Monte, João Soares de Azevedo e Adherbal Galvão. Assinaram a lista de adesão ao partido, os seguintes

[XLVI]AUGÚRIOS SM 1. Prognóstico. 2. Conjetura. 3. Agouro. 4. Desejo.

[41]MORAES, Neida Lúcia. "Espírito Santo – História de Suas Lutas e Conquistas". Vitória (ES). 2002. 306p.:il

cidadãos: (ass.)
Cassiano José Custodio, Alcino Taveira de Queiroga, Honorio José Ribeiro, Sebastião Egydio de Souza, Antonio Pereira, Francisco Ribeiro do Nascimento, Crispim Severiano de Souza, Amaury de Miranda Freitas, Francisco de Oliveira, Olintho Gomes da Fonseca, Francisco José Dias, Virgilio José Garcia, João de Araújo Badaró, José Martinuzzo, Pedro João Dias, José Vicente Dias, Francisco Antonio da Silva, Sebastião Lourenço Pereira, José Ricardo Dutra, Pedro Dias Pimenta, Angelo Martinuzzo Sobrinho, José Olyntho Badaró, Roberto Fortunato, José Rodrigues Braga, Antonio Tertuliano de Souza, Manoel Francisco de Souza, Marciano Pinheiro, Delphino Antonio de Souza, Amelio Francisco de Oliveira, Vicente Prôeza Murundum, Amancio Messias Soares, Castorino Proeza Murundum, Felicio Silverio dos Santos, Theophilo Proeza Murundum, José Etelvino de Souza, Silvino Eugenio de Souza, Sebastião Francisco de Souza, Claudino Machado da Silva, Ladisláo de Souza Proeza, João Martin Pereira, Appolinario Dias Pimenta, Luiz Martinuzzo, Antonio Paulino de Souza, Antonio Sylvino Filho, Francisco de Mattos Pinto, João Dias Sobrinho, João Tosta das Neves, Sezefredo Tosta das Neves, Joaquim Tosta das Neves, Wanderley Tosta das Neves, João Olyntho Badaró, João José Soares, Joaquim da Costa Neto, Leonardo Paulino Dias, Bellarmino José Ribeiro.
Em 1933, as forças políticas do Espírito Santo, antevendo a redemocratização do país, se "rearticularam compondo novas bases partidárias. Com a promulgação da Constituição de 1934 através de eleições indiretas, formam-se dois novos partidos:

- ✓ PL – Partido da Lavoura (liderados por Atílio Vivacqua, Jerônimo Monteiro pai e filho, outros)
- ✓ PSD – Partido Social Democrático (Carlos Lindenberg, Punaro Bley, Fernando de Abreu, Jones dos Santos Neves e outros).

O grupo do PSD no município era liderado pelo Sr. Adherbal Galvão, que em 25 de outubro de 1935, apoiava esta liderança, sem restrições, ou seja, homologando a sua candidatura o prefeito do município. A ata da reunião pública com a homologação da sua candidatura a prefeito do município nas próximas eleições foi extraída do CORREIO DO CENTRO[42], conforme especificado".
"Aos 25 dias do mês de Outubro de 1935, no salão nobre da Prefeitura Municipal,

[42]CORREIO DO CENTRO. "Na Memorial Sessão do PSD do Dia 25, foi Homologada a Candidatura de Adherbal Galvão para Prefeito do Município". Afonso Claudio (ES). Jornal Nº 145, de 27 de outubro de 1935. 4p.

ás 14 horas, presentes os seguintes membros do Directorio Político do P.S.D. neste município: Manoel Gomes da Silveira e Souza, do dist. De Bôa Sorte; Antonio Bussular, do dist. de Rio do Peixe; Eduardo Scardua, do dist. de Taquaral; José Zosmo de Almeida, do dist. de Laranja da Terra; Eurico Lima do dist. de Bom Jesus; além de grande número de eleitores. Aberta a sessão, o Snr. Presidente falou do fim da reunião e passou a palavra a quem della quizesse usar. Pedio a palavra o Snr. Dr. Pedro Autran, que em enthusiasta oração, elogiando os feitos do Snr. Adherbal Galvão como Prefeito do Municipio em todo o periodo discricionario, o qual soube elevar o nosso municipio ao que hoje é, podendo-se contar dentre os melhores do Estado, tendo sempre em todos os seus actos demonstrado caracter impoluto e administrador de valôr, estava na altura de continuar a ocupar o cargo que até aqui com verdadeiro ardor e honradez vinha ocupando; e assim, já tendo sido a sua candidatura lançada á Prefeito do Município em tempo oportuno, solicitava agora que fosse a mesma homologada. As ultimas palavras do orador foram cobertas por prolongada salva de palmas pela assistencia que apoiava unanimemente. Logo apos o Snr. Presidente agradecendo com cinceras palavras a demonstração de confiança que o povo nelle depositava, disse ainda que aproveitava o ensejo para que tambem fossem escolhidos os nomes para candidatos que concorreriam tambem as eleições para vereadores e tambem para juizes distritaes, e, deixava assim á escolha dos nomes a cargo dos membros presentes do Directorio. Levantando-se então o Snr. Antonio Bussular propoz que fossem os mesmos indicados pelo Snr. Presidente, o que, posto em votação foi unanimente apoiado. Agradecendo mais uma vez a demonstração de confiança em si depositada, o Snr. Presidente apresentou a seguinte lista: Para Vereadores – Manoel Gomes da Silveira e Souza do dist. de Bôa Sorte; Tannus Gastin, do dist. da cidade; Eduardo Scardua, dist. de Taquaral; Simão Evangelista da Costa, dist. de Serra Pellada; Clotário Passos, dist. da cidade, Laurentino Bicas, dist. de Rio do Peixe; Dr. Pedro Autran, dist. da cidade; João Elias Martins, dist. de Laranja da Terra; Didimo Ferreira Milagres, dist. de Bom Jesus. Para suplentes: Anibal Moraes, Custodio Leite e José Marcelino de Mello. Para juízes distritaes: Nicolau Elias Padua, Jose Gonçalves da Fonseca e Manoel José Caldeira. Apresentados assim e lido em voz alta pelo Snr. Presidente, posto em votação, foram unanimemente aclamados. Em tempo – foi ainda apresentado para suplente de vereador o nome do Snr. Antonio Venancio Vidal, pelo município de Bôa Sorte que teve também como os outros inteiro apóio. Lida em vós alta a presente acta foi unanimente aprovada. Antes de ser encerrada o Snr. Presidente mandou que se fizesse constar as comunicações que ora mandara fazer da presente reunião, por telefonema ao Exmºs. Snrs. Presidente do

Tribunal Eleitoral, Governador do Estado, Presidente da Assembléia Legislativa e ao Presidente do P.S.D. do Estado, dizendo ainda, que, uma vez que todos os representantes dos districtos, do Directorio do Partido Social Democratico deste municipio haviam depositado em suas mãos a responsabilidade da escolha de vereadores e juizes distritaes, propunha uma moção de franca solidariedade ao Exmº Snr. Governador do Estado, o que posta em votação, foi unanimemente aprovada tendo sido della scientificado por telefonema desta data o referido Snr. Governador. Nada mais havendo mandou o Snr. Presidente encerrar a presente acta que vae por mim. Tannus Gastin, secretario do Directorio, que a escrevi assignada, pelos representantes dos districtos e pelos assistentes que a quizeram subscrever. (a) Adherbal Galvão, Antônio Bussular, Eduardo Scardua, Manoel Gomes da Silveira e Souza, Eurico Lima, José Zosmo de Almeida, Nicolau Elias Pádua, Manoel José Caldeira, Darly Vianna Baptista, José Marcelino de Mello, Mansur Malhame, João Elias Martins, Marciano Constancio da Silva, Amador Carolino de Souza, Santinha Schwartz, Manoel da Silva Braga, Epaminondas Barros Conceição, Antonio Evangelista da Costa, Clotario Passsos, Honofre de Araújo Valin, Antonio Schuwartz, Antonio Venâncio Vidal, Dr. Pedro Autran, José Roberto Christo, José Salustiano dos Santos, Rizoleto Ferreira, João Elias de Castro, Aprígio dos Santos Teixeira, Aurélio Ferrari, Anísio José de Almeida, Antonio Soares da Silva, José Jorge Haddad, Manoel Ângelo de Oliveira, Waldemar Mattos, Sylvio Leite Xavier, Joaquim da Silva Gama, José Quintino de Carvalho, Antonio Serapião de Souza, Osvaldo Federici, Amancio Nery Pimenta, Wanderley Tosta das Neves, Arnobia Galvão, Odete Azevedo, Joaquim Eustorgio Serpa, Olimpio da Silva Gama, Manoel Pereira de Souza. (Termo de encerramento) – Após terem assignado 46 pessôas presentes, mandou o Snr. Presidente lavrar o presente termo de encerramento, o que por mim, Tannus Gastin, secretario, foi feito. Affonso Cláudio, 25 de Outubro de 1935.
Era o que constava da presente acta, de cujo livro estrahi esta copia para ser publicada na imprensa oficial do município.

(a) Tannus Gastin, Secretario."

O outro candidato a prefeito foi o Sr. João da Silveira Martins, que tempos atrás chegou a ser Presidente do diretório do P.S.D. O Seu partido era o PP – Partido Progressista.
Agora, o município sob o regime constitucional, dava posse ao Prefeito, Vereadores e Juizes Distritaes, na data de 22 de fevereiro de 1936, eleitos que foram no pleito de 15 de dezembro de 1935. A posse foi efetuada no Cartório

do Juízo Eleitoral, onde compareceram todos os eleitos e o representante do Sr. Governador, Sr. Cel. Martinho Barbosa. Prefeito: Adherbal Galvão e Vereadores: Tanus E. Gastin (Presidente da Câmara), Manoel Gomes da Silveira e Souza (Vice-Presidente), Clotário Passos, Dídimo Nunes Ferreira, Laurentino Bicas e Simão Evangelista da Costa, eleitos pelo PSD. Os eleitos pelo PP, foram: Ernesto Vargas Fernandes, João da Silveira Martins e Antonio Lobo Braga.

A posse efetiva, realizada no Cartório Eleitoral, foi demasiadamente circunscrito, em suas dimensões para um ato dessa natureza, deixaram de comparecer os vereadores eleitos pelo PP e foi prestigiada pela banda da Sociedade Musical Figueirense.

" A noite, foi oferecido pelo Sr. Prefeito á sociedade guanduense, um grandioso baile, onde tocou o primoroso Jazz da Banda Figueirense"[...].

A ata da sessão solene da instalação da nova Câmara Municipal e eleição do seu Presidente e Vice, foi extraída do Jornal "CORREIO DO CENTRO[43]".

" Aos vinte e dois dias do mez de Fevereiro de mil novecentos e trinta e seis, na sala das sessões da Câmara Municipal de Affonso Cláudio, ás 14 horas, houve logar a presente sessão. Após haverem tomado posse dos cargos para os quaes foram eleitos no pleito de 15 de Dezembro do anno próximo passado, perante o Exmº Snr. Dr. Juiz Eleitoral, no respectivo Cartório eleitoral á Rua José Giestas nesta cidade, os Senhores Vereadores Tannus E. Gastin, Manoel Gomes da Silveira e Souza, Simão Evangelista da Costa, Laurentino Biccas, Didimo Nunes Ferreira, Clotario Passos, João da Silveira Martins, Antonio Lobo Braga e Ernesto de Vargas Fernandes, rumaram para o Predio da Prefeitura Municipal, seguidos por grande numero de pessôas gradas de todo o municipio. Num arroubo de visivel enthusiasmo civico repentinamente ficaram repletas a sala principal e outras dependencias do predio onde se viam representantes de todas as classes da vida social do município. Convidado pelo Snr. Prefeito Municipal Adherbal Galvão, assumio a presidencia o Cel. Martinho Barbosa, representante do Exmº. Snr. Governador do Estado, e do Snr. Cel. Vicente Peixoto, director do Departamento de Assistência Technica dos Municipios. Oferecendo a cadeira ao seu lado ao Snr. Prefeito Adherbal Galvão e ao Revmº Padre Pedro Cotoni, deu o Snr. Presidente como aberta a sessão, esplicou da finalidade da mesma, passando em seguida a ler os telefonemas que havia recebido do teor seguinte: "Cel Martinho Barbosa, Itaguassù. Solicito fineza representar-me posse Prefeito e vereadores Affonso Claudio, a todos levando minhas congratulações pela significativa vic-

[43]CORREIO DO CENTRO. "Poder Legislativo - Acta da Sessão Solenne de Instalação da Câmara Municipal e Eleição de Seu Presidente e Vice-Presidente". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 153, de 31 de março de 1936. 4p.

toria P.S.D. daquelle prospero município. Saudações. João Bley. Governador. "Cel. Martinho Barbosa, Itaguassú; solicito fineza presado amigo representar-me posse Prefeito Adherbal Galvão, apresentando muitas felicitações. Vicente Peixoto. Directorio Departamento Assistencia Municipios". Em ligeiras palavras congratulou-se o Cel. Martinho Barbosa com o povo de Affonso Claudio, accentuando a importância do acto que presidia, e como representante do Exmº Sr. Cap. João Punaro Bley, Governador do Estado, era portador de suas congratulações aos Snr. vereadores, ao Snr. Prefeito Municipal e ao povo de Affonso Claudio pela brilhante victoria do P.S.D. no municipio, assegurando á Câmara o inteiro apôio de S. Exa. o Exmº Snr. Governador do Estado. Após, deu a palavra ao orador official, Dr. Jose Luiz Moreira de Araujo, que assomando á tribuna fez sentir á Casa que tambem representava no acto o Exmº Snr. Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, secretario do Interior e Justiça do Estado, de quem recebera o seguinte telefonema: "Dr. Promotor Publico. Affonso Claudio. Rogo presado amigo representar-me posse Prefeito e vereadores desse municipio. Saudações. Celso Calmon, Secretario Interior. Iniciando o seu discurso, traçou o orador a vida politica do municipio sob a direção do Prefeito Adherbal Galvão, que, não descurando[XLVII] dos problemas administrativos, tambem, não deixou arrefecer as forças civicas da politica, levantadas com a arrancada de 1930. Com o enthusiasmo que lhe è peculiar, de momento a momento, arrancava o orador da numerosa assistencia, aplausos e palmas prolongadas. Erguendo-se em seguida o Snr. Dr. Pedro Autran, leu um substancioso discurso, relembrando factos da política local e da administração de Adherbal Galvão durante o Governo discricionário, que embora com poderes que a situação lhe outorgava, não quiz nunca e não praticou mesmo, actos de perseguição ou absurdos. Continuando o seu discurso fez o orador varias considerações mais, que de momento a momento, arrancavam aplausos da assistencia, para terminar com as seguintes palavras: Snr. Cel. Martinho Barbosa, muito digno representante do Exmº Snr. Governador do Estado, transmitti a João Punaro Bley as nossas sinceras saudações, acompanhadas dos fervorosos votos que fazemos a Deus, pela prosperidade de seu fecundo Governo e pela sua felicidade pessoal. Subindo, depois, á tribuna o Snr. Getulio Florentino dos Santos, congratulando-se com os eleitos e com o povo, em vehementes palavras, demonstrou o papel saliente que tomou durante a apuração, em Sta Tereza, das urnas de 15 de Dezembro, como advogado de Adherbal Galvão e em defeza dos interesses do P.S.D. dizendo que naquelle momento se sentia bem em poder declarar em publico que, o vereador Manoel

[XLVII]DESCURANDO. (DESCURAR). v. 1. Descuidar, desprezar, não curando. [...]. 2. Não cuidar, não tratar. [...].

Gomes da Silveira Souza, injustamente caluniado quando da apuração das urnas, fora energicamente defendido por sua pessôa, e que podia estar de fronte erguida perante seus companheiros e o povo, porque a sua probidade estava acima de todo mal e de toda a miseria que lhe quizeram imputar. Saudando o Exmº Snr. Governador do Estado, na pessôa do Cel. Martinho Barbosa, relembrou o orador, factos da Revolução de trinta, onde elle, como outros combateram cheios de fé pela mudança de regimen, cujos fructos vinham-se colhendo agora por todos os cantos do Brasil, refletindo também o acto de real importancia para a vida do nosso municipio que no momento ingressava no seu periodo constitucional. As ultimas palavras do orador foram grandemente aplaudidas. Em seguida, o Cel. Martinho Barbosa fez ver que se iria passar a segunda parte, e assim convidava o vereador Tannus E. Gastin a occupar a Presidencia afim de proceder a eleição para Presidente e Vice-Presidente da Camara. No momento de assumir a presidencia foi o vereador Tannus E. Gastin saudado com geral salva de palmas pela assistencia em franca demonstração de sympathia. Convidando então, o Snr. Sylvio Leite Xavier para secretario, inicia o Snr. Presidente fazendo a chamada dos Senhores vereadores, tendo apenas respondido os seguintes: Manoel Gomes da Silveira e Souza, Simão Evangelista da Costa, Laurentino Biccas, Didimo Nunes Ferreira, Clotário Passos. Não tendo comparecido os vereadores – João da Silveira Martins, Antonio Lôbo Braga e Ernesto de Vargas Fernandes. Havendo numero legal foi procedida a eleição. Aberta a urna e procedida a apuração pelo Snr. representante do Exmº Sr. Governador do Estado, cel. Martinho Barboza, della foram retiradas (6) seis sobrecartas devidamente fechadas. Da apuração foi verificado o seguinte resultado: Para PRESIDENTE da Camara TANNUS E. GASTIN (5) cinco votos; Manoel Gomes da Silveira e Souza 1 voto; para Vice-Presidente: MANOEL GOMES DA SILVEIRA E SOUZA 5 votos; Clotario Passos 1 voto. Verificada assim a apuração o Cel. Martinho Barboza falou em voz alta: Para Presidente da Câmara - Tannus E. Gastin; Para Vice-Presidente da Câmara - Manoel Gomes da Silveira e Souza. Assumindo imediatamente os cargos para os quais acabavam de ser eleitos, convida então o Snr. Presidente os senhores vereadores a prestarem compromisso, o que foi feito, acto continuo o Snr. Presidente dá a palavra a quem della quizesse usar. Levantando-se o vereador Clotario Passos, após se congratular com os seus pares pela acertada escolha, propõe uma moção de entusiasmo e solidariedade ao Exmº Snr. Governador do Estado e que fosse communicada a S. Exa. por telefonema; posta em votação foi unanimente aprovada, ordenando então o Snr. Presidente ao Secretario fosse redigido o telefonema, que feito, foi no mesmo instante assignado por todos os senhores vereadores presentes.

Depois de agradecer a presença de todos, e nada mais havendo a tratar, o Snr. Presidente deu por encerrada a sessão communicando á Casa que a próxima reunião da Camara realisar-se-hia no dia (20) vinte do proximo mez de Março. Encerrada a sessão eu, Sylvio Leite Xavier, secretario, extrahi a presente acta. (a) Tannus E. Gastin, Manoel Gomes da Silveira e Souza, Simão Evangelista da Costa, Antonio Lobo Braga, João Silveira Martins (com restrição), Clotario Passos e Didimo Nunes Ferreira. (aprovada em sessão de 20 de março de 1936). (a) Sylvio Leite Xavier. Secretario".

VIEIRA[20] já citado, afirma que, "na década de 30, o integralismo chegou até o Espírito Santo, principalmente nas regiões habitadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes. Era um movimento ante-comunista, ante-liberal".

Prossegue a mesma fonte: "o precursor deste movimento no Brasil foi o Sr. Plínio Salgado, jornalista e escritor, que se dedicava à procura de raízes nacionais e desenvolvia a idéia de uma nova raça".

Os municípios de Venda Nova, Castelo, Conceição do Castelo e Cachoeiro do Itapemirim foram os locais que o integralismo teve grande penetração, o que acabou influenciando alguns poucos habitantes de Afonso Cláudio.

O representante do movimento no município era o Dr. Corintho Souza, ligado à cultura afonsoclaudense. Entre 1935 a 1937, a população integralista era de 150 (cento e cinqüenta) pessoas. Afonso Cláudio, naquela ocasião, possuía 1986 (hum mil novecentos e oitenta e seis) eleitores, sendo que, somente 30 (trinta) destes eleitores eram integralistas. Nenhum vereador aderira ao movimento.

Dados do APE[44] confirmam que, em 1938, Dr. Corintho Souza foi colocado à disposição do Corpo de Segurança do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social (Penitenciária do Estado), não podendo ser visitado, nem ter nenhuma comunicação com o exterior. Outros integralistas também tiveram o mesmo destino: a penitenciária do Estado. O Doutor Corintho, posteriormente, transferiu residência para São Paulo (SP).

Foram identificados: João Duarte Manso, Abrahão Saleme e sua irmã Rosa Saleme. Em 1947, foram também detidos pela polícia. "A Rosa ficou reclusa somente por algumas horas, já o Abrahão veio para Vitória, pois era um dos líderes do movimento e ficou preso por 02 (dois) dias. Posteriormente, ao ser solto, abandonou o movimento. SALEME[XLVIII] em depoimento ao autor, afirma

[44]APE – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. "Fundo DOPS".Vitória (ES). Cx. N.º 37. s.n.p.

[XLVIII]SALEME, José. "Entrevista com o Autor". Filho de Paulo Pedro Saleme e Anna Brand, é casado com Eny Fernandes Saleme, cujo consórcio matrimonial gerou 3 (três) filhos: Carlos Eduardo, Vera Lúcia e Fábio. Sua vida social foi muito representativa em Afonso Cláudio, onde exerceu o cargo de Secretário e Presidente do Trianon Social Clube, ajudou a implantar a TV no município e participou da implantação da Escola de Comércio São José. Teve bastante destaque a sua atuação no campo educacional: Secretário e Diretor do Colégio Estadual. No campo da iniciativa privada, possuiu escritório de contabilidade, tanto em Vitória, quanto em Afonso Cláudio. Atualmente, presta serviços na Fundação "Jônice Tristão", em Vitória. Vitória (ES). 2007.

que, “quando os prisioneiros deixaram a cidade em ônibus especial, eram despedidos pela população com gritos revoltados de: Traidores, Quintas Colunas e Outros Qualificativos !”.

Durante o período de 1935 a 1954, os conflitos políticos ficaram bem acirrados, principalmente na região de Sobreiro, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Os dois grupos que se radicalizavam eram a UDN – União Democrática Nacional e o PSD – Partido Social Democrático.

No período de 1946 a 1954, o PSD – Partido Social Democrático tornou-se fortíssimo, tanto a nível estadual quanto municipal. O Presidente do Estado era o Dr. Carlos Lindenberg e Pedro Saleme fora eleito Deputado Estadual, assim como o Jair Giestas, Prefeito Municipal e o Dr. Álvaro Castello, Deputado Federal. Até a divisão do grupo político do PSD, ocorrido em 1958, faziam parte também do partido os Srs. José Gonçalves do Nascimento (pai do Totó), Sebastião Cypriano do Nascimento – “Totó”, Tanus Gastim, João Manso, entre outros.

Nesta ocasião, organizou-se a chamada “Polícia Branca”, onde de um lado “Sebastião Cypriano do Nascimento (Vereador), seu pai, Sr. José Gonçalves do Nascimento – “Juquinha” grande cabo eleitoral do PSD, seu tio, chefe político do Estado de Minas Gerais, na divisa com o Espírito Santo, ‘Bimbim’, conseguiram desaparecer com os ladrões de animais, salteadores, que atacavam os produtores de café. GOMES[7] afirmava que: “o que não morreu, correu. Desapareceram num instante: José Braga, José Barbeiro, José Perais foram os primeiros que morreram”. NASCIMENTO[45] afirmava que, por esta especulação, acabou sendo perseguido pelo Governo Estadual, preso, levado à júri popular e absolvido por unanimidade.

Em entrevista concedida a este autor, Dôrico Keffer[XLIX] afirma que estes 02 (dois) partidos (PSD E UDN) eram rivais em tudo não havia paz e o clima era acirrado. A região mais conflituosa era a de Sobreiro, que possuía naquela ocasião, 2 a 3 “butecos”, de 30 a 40 casas, não havia luz elétrica e a locomoção era quase sempre em lombos de burros, pois o “caminho” não permitia a presença do automóvel. Energia elétrica só foi possível alguns anos depois, ocasião em que o

[45]NASCIMENTO, Sebastião Cypriano do. “Vida Política e Decepções”. Vitória (ES). 1987. 67p.

[XLIX]HENRIQUE KEFFER SOBRINHO, é nascido em 30 de agosto de 1927, no Córrego do Ribeiro, Vila do Sobreiro, filho de Francisco Keffer e Augusta Keffer, casado com D. Olinda Lourenço Keffer e de cujo consórcio, geraram 8 (oito) filhos. Antes de ingressar na política, começou ajudando seus pais nos serviços da roça, aprendendo desde cedo, os segredos da terra. Com 17 (dezessete) anos já trabalhava por conta própria, onde foi madeireiro e comprador de gado. Chegou a trabalhar fora do Espírito Santo, na localidade de Auto Capim, município de Aimorés -MG. Aos 28 (vinte e oito) anos, foi eleito vereador pela UDN, em 1955. Reeleito para o mesmo cargo, em 1962. Com o advento da revolução, candidatou-se pela ARENA 1, à Prefeito Municipal, tendo ficado em 2º (segundo) lugar na disputa com outros 4 (quatro) candidatos. Foi eleito vice-prefeito por Afonso Cláudio no período de 1967 a 1982. Foi também, chefe de residência do DER – Departamento Estadual de Estradas e Rodagens do Espírito Santo, por 17 (dezessete) anos seguidos. Com 62% (sessenta e dois por cento) dos votos apurados, elegeu-se prefeito por Laranja da Terra em 1988, pela ARENA, derrotando os candidatos do MDB e PT.

Sr. Alberto Stabenow comprou um motor a óleo, que passou a gerar eletricidade para a vila, até as 22:00.

Os políticos que tinham influência naquela região eram o "Totô" (Sebastião Cipriano do Nascimento) e João Valin, assim como o Dôrico, todos pela UDN e Renato Barros (tabelião de Sobreiro), Adir Haddad (comerciante, no ramo de farmácia), com Pedro Saleme e Jair Giestas, pelo PSD.

Quadra registrar que o PSD tinha total apoio da "Captura" (Polícia Militar), que agia em nome do governo estadual na perseguição aos adeptos da UDN.

A pressão da captura era tão forte que os adversários do PSD, em muitas ocasiões, tiveram que correr de suas casas, mudar-se, dormir no mato, onde outra forma.

Essa ação fazia com que os udenistas ficassem revoltados. Havia muito roubo

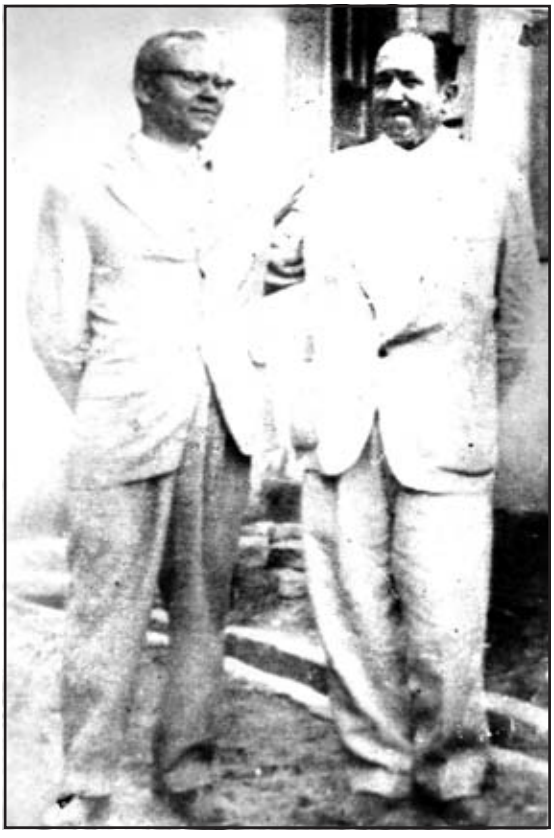


FOTO Nº 16 - Cel. Secundino Cypriano da Silva – "Bimbim".
Ao Lado Esquerdo: Dr. Marino (Médico ex-Prefeito de Mutum –MG).
(Acervo: Foto Oliveira - Afonso Cláudio)

de cavalo naquela ocasião e o Sr. Bimbim[L] (Secundino Cypriano da Silva[L]), que possuía uma propriedade a 18 km de Sobreiro, eliminou tudo[...].

O Pedro Saleme era uma pessoa de índole difícil, igual ao Totó. Quem sempre procurava amenizar as situações de conflito eram o Abraão e José Saleme, que eram diferentes no trato as pessoas e nas desavenças políticas. O Pedro era muito exigente!

Estas rivalidades acabaram gerando uma tragédia na Vila do Sobreiro, ocasião em que prenderam o Sr. Veni Cordeiro, comprador de boi para Baixo Guandu/ Itarana (abastecimento do frigorífico do Sr. Hilário Toniato). Era um homem trabalhador e honesto. Outro prisioneiro foi o Sr. João Baroni, filho do Sr. Custódio Baroni, que tinha uma propriedade no Arrependido, isto tudo pelo fato dos 02 (dois) terem convivência com o grupo do Dôrico Keffer. Foram levados prisioneiros para Afonso Cláudio e muito maltratados. Fizeram com que um batesse no outro e comessem pedaços de papel jornal, sem auxílio de água. Quem efetuou as prisões foi o Capitão Orlando Cavalcante. NASCIMENTO[45], afirma que, o capitão Orlando "obrigou o João a montar no Veni como se estivesse "à cavalo" e perfurar seu corpo com esporas e vice-versa. Logo a seguir, colocou um pneu no pescoço de ambos, batendo-lhes até que caíssem ao chão".

"Quando foram liberados da prisão, após muitos dias de torturas, o Veni se apresentou com aproximadamente 23 (vinte e três) pontadas de punhal, o que fizera com que os tecidos da pele tivessem ficado duro e roxo. A partir deste episódio, o Veni afirmara em alto e bom som que, não iria mais trabalhar e viraria "bandido". "Foi para o estado de Minas Gerais, organizou um Sindicado do Crime".

A 1ª (primeira) vítima que o Veni assassinou foi o tabelião Sr. Renato Barros, que

---

[L]BIMBIM - Secundino Cypriano da Silva é retratado pela revista SÉCULO[46] como o coronel "imperador da política e da administração pública, com força arrasadora", durante alguns anos e que só viveu sua fase de decadência a partir de 1964. Segundo a mesma fonte, "Bimbim mandava e desmandava em grandes faixas dos territórios disputados por capixabas e mineiros no Vale do Rio Doce". Foi vice-prefeito e prefeito da cidade de Aimorés (MG), cujo mandato foi "conquistado com muito sangue". Afirma-se que, "enquanto viveu, não ficou um único ladrão de cavalo com vida na região do Rio Doce e do norte do Estado do Espírito Santo". "Foram praticamente 40 anos matando ladrão de cavalo". Nascido em 1895 e falecido no dia 18 de abril de 1964, de ataque cardíaco, foi sepultado no Alto Capim – Barra Alegre – Aimorés (MG), "num sepultamento que reuniu mais de cinco mil pessoas, entre jagunços, deserdados da sorte e companheiros de crimes". FAFÁ[XXXV] já citado, em entrevista a este autor afirma que esteve no sepultamento, pois o falecido era também seu amigo, e que da residência do Bimbim até o cemitério havia uma distância de 12 (doze) quilômetros, preenchida por pessoas que chegavam a todo o momento. Para a ocasião, 02 (duas) bandas de música se fizeram presentes e era marcante a quantidade de "maçons", pois o pranteado também o era.

[46]SÉCULO. "O Mais Cruel dos Justiceiros – Um Certo Coronel Bimbim – Ele colaborou com 8 mil cruzes para a paz dos cemitérios no Contestado." Vitória (ES). O Espírito Santo em Revista, Ano II, n.º 21, novembro de 2001. 62 p.

quando chamado para prestar depoimento, acabou por “entregar-lhe”, na gíria policial, com a afirmativa que desconhecia o Sr. Veni e João Baroni, que costumava vê-los somente durante o dia, mas que não sabia de suas ações durante o período da noite e que eram maus elementos.

Por ocasião do tiroteio que matou o Renato, outro que acabou perdendo a vida foi o Sr. Pio Machado, inocente no conflito e empregado deste, assim como saiu baleado o Sr. Sebastião Caboclo D’Ávila.

GOMES[7], já citado em várias ocasiões, afirmava que em que pese os poderes políticos que o grupo a que pertencia possuir, perderam vários amigos assassinados barbaramente, e que nenhuma providência havia sido tomada à época. Cita como seus amigos assassinados: Gentil Martins, João Fafá, Camargo (o grande negociante), Augusto Martelo e seu irmão (esses eram bons cabos eleitorais). “O nosso Renato, tabelião de grande prestígio. Quem não morreu, correu. E ficou por isso mesmo”.

Com esses assassinatos, achava a captura que houvesse também a participação de mando por parte do Dôrico, que teve que fugir de Sobreiro, pois fora ameaçado de morte e tivera a casa invadida pela captura, com a justificativa de que estavam à procura de armas. A polícia atirou dentro de sua casa, trazendo reflexos negativos na sua família, pois por aquela ocasião, sua esposa, D. Olínda estava grávida.

Mudou-se para Alto Capim (MG), onde ficou por quase 02 (dois) anos, contando com a proteção do “Bimbim”, que era parente do “Totó”.

Com a mudança de rumos da política, resolveu voltar para Sobreiro, pois o Zé Scárdua e o Bimbim que eram aliados, foram chamados para “acertar” um acordo, de modo a acabar com as desavenças na região, acordo este a ser celebrado com o aval do governador Carlos Lindenberg.

Ocorre que, no acordo não constava a liberação de Dôrico, pois achava a polícia e os políticos do PSD que o mesmo era o protetor do Veni. O Zé Scárdua é quem foi o porta-voz ao grupo governista que não aceitou o acordo sem a inclusão do nome do Dôrico.

NASCIMENTO[45] descreve, com muita propriedade, as páginas 27 a 37, este momento da política de Afonso Cláudio. “O Sindicato funcionou durante uns 03 (três) anos, conseguindo fazer aproximadamente 30 (trinta) vítimas e, só foi extinto com a morte do seu chefe (Veni), assassinado pelos próprios companheiros”.

Segundo o mesmo NASCIMENTO[45], o “Capitão Orlando contratou a morte do vereador Henrique Keffer da UDN, a mando do fazendeiro Augusto Martello.

Zé Scárdua e Bimbim haviam ido para o nordeste, Dôrico encontrava-se em Mutum (MG), enquanto o acordo não era celebrado. Quando do retorno do Dôrico

para Alto Capim, D. Luiza (esposa do Bimbim) chamou-o até a localidade de Rosa Seca e avisou-lhe de que também haviam tramado a morte do Zé Scárdua e Bimbim, assim que retornassem do nordeste.

Incontinente, na primeira oportunidade Dôrico e o motorista Silvino Caetano foram até a localidade de Santo Antônio, na cidade de Vitória para avisar ao Zé Scárdua,que já se encontrava em Vitória, sobre o que estavam tramando contra ele, assim que chegassem ao Alto Capim (inclusive o Bimbim).

Aproveitaria também da oportunidade para ter um encontro com o Deputado Hilário Toniato, à noite, para tratar da venda do gado e recebimento de um dinheiro.

Sairam à pé de Santo Antônio, e quando estavam próximos da Ponte Seca, na Vila Rubim, foram interceptados por um jipe, que parou à frente deles. O Silvino conseguiu correr, e o Dôrico, quando tentou fazer a mesma coisa, escorregou e caiu, tendo inclusive machucado a perna, o que propiciou sem maiores dificuldades que lhe efetuassem a prisão. Participara do ato, o Capitão Orlando Cavalcante e Ten. Joubert Costa, que já haviam sido delegados de polícia em Afonso Cláudio. O primeiro em 1958 e 1959, e o segundo, em 1955.

Inicialmente, foi levado para Anchieta (ES), onde ficou preso numa cadeia velha e sem nenhuma infraestrutura. À noite, o levaram para a beira-mar, onde o torturaram, inclusive com ameaças de morte, se não confessasse que teria sido o autor das diversas mortes no Sobreiro.

Pela manhã, um casal próximo da cadeia, levou-lhe café e pão com manteiga, pois até alimentação, deixaram-lhe de dar. Ainda naquele período do dia, levaram-no para Cachoeiro de Itapemirim, onde fora entregue ao Delegado Gino. O projeto era transpor os limites territoriais do Espírito Santo com o Rio de Janeiro e lá, executarem a sua morte.

Neste ínterim, o Silvino havia conseguido se comunicar com o Deputado Toniato, a quem narrou o acontecido. Este, convidou os Deputados Totó e Deomar Bittencourt, que foram conversar com o Governador Carlos Lindenberg, que com esta solidariedade, conseguiram evitar que este ato se consumasse, “pois as providências cabíveis foram tomadas e os seqüestradores foram cercados na Safra (CI) pelo Coronel Higino Bernardo que, por ordem superior os levou até a Delegacia”, evitando assim, que realizassem seu intento.

A conversa com o Governador foi narrada pelo Dôrico da seguinte maneira: “[...] os deputados ao chegarem para a audiência, foram logo comunicando ao governador que se o Dôrico fosse assassinado, a Vila do Sobreiro e a cidade de Afonso Cláudio iriam pagar por isso, não sobrando pedra sobre pedra.

O governador, imediatamente, determinou a soltura do Dôrico, que já estava há 7 (sete) dias sob investigação como prisioneiro e nada havia sido encontrado

que justificasse a sua prisão, pois nenhuma das denúncias haviam sido comprovadas.

Ao ser levado para Afonso Cláudio, 02 (duas) testemunhas foram chamadas à Delegacia para verificar se o Sr. Dôrico apresentava alguma lesão, os Srs. Tito e Zeca da Farmácia. Em seguida, o liberaram. As "brigas" não pararam por aí, pois o Capitão Orlando continuava no firme propósito de matar o Deputado Totó de qualquer maneira. LINDENBERG[47] retrata o agora tenente Orlando Cavalcante como um "homem temido, com um histórico de coragem e com livre trânsito nos ambientes do crime. Como tantos outros, coitado, muitos anos depois, foi morto brutalmente em Jacaraípe." (Serra).

FOTO Nº 17 - Henrique Keffer Sobrinho – "Dôrico".
(Acervo: De Família)

Esta região do Sobreiro já era marcada, pois ali, durante alguns anos, as famílias Buss e Feltz conseguiram a façanha de eliminar 43 (quarenta e três) pessoas entre familiares e outros bandidos por desavenças familiares.

FOTO Nº 18 - Manifestação Contra o Crime Organizado - Sobreiro - Sem Data.
(Acervo: Gilson Gomes)

[47]LINDENBERG, Cariê. "Pingos e Respingos." Vitória (ES). 2005. 160p.

Em outro depoimento prestado por SALEME[XLVIII] ao autor, este afirma que o Pedro Saleme tinha o desejo de acabar com o domínio político de Totó em Ibicaba, que era uma notória "fonte" de votos para ele e seu grupo. Para conseguir diminuir esse predomínio, o Pedro reformulou o diretório do PSD e programou fazer o lançamento da candidatura de vereador por Ibicaba, do Sr. Luiz Segal Filho - "Lilito", que era um proprietário rural muito querido na região. Para valorizar o evento, levou todo o diretório ao distrito para fazer este lançamento.

Sabedores antecipadamente do intento do Pedro, Totó, Bimbim, João Valim e asseclas organizaram uma frente de recepção para aterrorizar a "turma" do Pedro Saleme. A programação do PSD era de chegar à Ibicaba, fazer o lançamento e almoçar, entretanto, mudaram de rota e foram direto para a igreja. Quando lá chegaram, toda a oposição encontrava-se no local esperando pelo grupo do PSD. Ficaram sabendo pelo Jornal A Gazeta, pois o Pedro havia mandado publicar naquele jornal o novo diretório, onde nomes de peso do partido, como Dr. João Eutrópio, Jair Giestas, Darly do Valle, Nilo Costa, compunham o novo Diretório.

Ainda por precaução, havia combinado com o ex-governador Carlos Lindenberg de enviar reforço militar para o local, o que aconteceu. Também, o Pedro encomendara do Rio Grande do Sul vários revólveres 32, para os seus correligionários. A casa onde houve o almoço era em frente à igreja, daí terem enfileirados os carros naquele local. O Zé Saleme trabalhava com um carro Chevrolet 34, que era do Adile Ferrari (Chefe da Oficina da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio), que era utilizado para propaganda e do qual era o locutor. A presença do grupo do Bimbim havia causado uma ansiedade extraordinária no pessoal do PSD. Por essa razão, decidiram almoçar primeiro, antes do lançamento da candidatura do Lilito. O local do almoço seria a casa dos Ribeiro (Pedro Ribeiro), decidindo o Pedro por fazer o trajeto a pé, com o que não concordavam os outros correligionários. O Pedro afirmou que a sua decisão era para demonstrar que eles não estavam com medo. Ao seu lado, seguia todo fagueiro o Darly, armado com um 38, ou seja era um verdadeiro guarda-costas. Duas situações ocorreram e que vieram trazer mais aflição ao pessoal convocado para a posse do Diretório do PSD e da população local: a primeira é que foram procurar pelo Lilito e este havia sumido, sendo descoberto, mais tarde, escondido nas capoeiras próximas de Ibicaba. Não quis esperar pelo resultado da convenção, ou seja, amarelou! Segundo, que o grupo do Bimbim já havia se retirado da Igreja e quando o do PSD estava indo para o almoço, os dois acabaram se encontrando. Quando da passagem dos grupos, o Bimbim abordou o Nilo Costa, um açougueiro e seu compadre, ocasião em que lhe dirigiu vários impropérios. O Nilo tentou dialogar

com Bimbim, o que foi infrutífero. Neste encontro, o Bimbim carregava nas mãos o jornal A Gazeta com a convocação do Diretório e irado pela traição do Nilo que era considerado seu amigo. Paralelo a esta situação, o Zé Saleme, que se encontrava no carro de som estacionado em frente a Igreja, era solicitado pelo Nilo para colocar som no carro, com o que o Zé não concordou. Foram todos para o almoço. O casarão dos Ribeiro possuía um porão aberto e o assoalho da casa tinha gretas que davam para passar um dedo, e aí aconteceu o inesperado: vieram dois jagunços do Bimbim à cavalo (Aponino e outro) e colocaram os animais debaixo do assoalho da casa. A exceção de Jair Giestas, que não tinha maldade na política e que encontrava-se bem à vontade, nenhum dos outros quis almoçar (eram trinta elementos), pois temiam que a qualquer momento poderia haver um tiroteio de baixo para cima. Outro desligado do grupo era o Gilberto Carvalho Amaral, genro do Pedro e casado com a Sílvia, que se encontrava despreocupadamente na janela.

Como já frisado, a população de Ibicaba estava ansiosa, pois o que se comentava era de que a turma do Bimbim iria amarrar todo o pessoal do Pedro e arrastá-los pela estrada que os levaria até Afonso Cláudio. Nada disso aconteceu, entretanto, à proporção que a caravana do PSD deixava o local, o pessoal do Bimbim vinha atirando para o alto até certa altura da estrada. Isto porque os militares solicitados ao Governo do Estado, faziam a cobertura da situação. NASCIMENTO[45] afirmava que o "Scárdua (José Scárdua) era muito espirituoso, comprou alguns fogos de artifícios e começou a soltá-los atrás dos carros". O candidato a vereador que seria lançado naquela ocasião custou a normalizar sua vida pessoal, pois a partir de então ficara em pânico, não se consumando, portanto, a entrada de outro elemento político em Ibicaba que não fosse do grupo de Totó. Esta quadra da vida política de Afonso Cláudio ficou conhecida como "Patrimônio de A Gazeta".

Depois de longo período revolucionário, em 19 de janeiro de 1947 foi realizada a 2ª (segunda) eleição direta para Governador e Senado Federal, pois a 1ª (primeira), para Presidente da República, Senado e Câmara Federal, havia sido realizada em 02 de dezembro de 1945.

Com a nova constituição de 1946, em 30 de novembro de 1947 foi realizada a eleição para Prefeitos e Vereadores.

O Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1947-1951) foi o primeiro governador eleito depois do período ditatorial e o 1º (primeiro) prefeito eleito de Afonso Cláudio, o Sr. Cel. Jair Giestas.

Estava implantado o pluripartidarismo, "abrindo espaço para que os partidos mantivessem uma aparente distância ideológica".

De acordo com MORREIRA E PERRONE[24], foram fundados 15 (quinze) partidos no Estado, desses, só 9 (nove) obtiveram registro e apenas 5 (cinco) possuiam força local. (estadual) e a nível municipal, somente os 02 (dois) primeiros.

- ✓ PSD – Partido Social Democrático: "Agregava lideranças ligadas aos interesses latifundiários, cafeicultores, principalmente da região sul. Depois da década de 50 atraiu as forças industriais. "Era dominado pelos coronéis das grandes famílias proprietárias de terras" [...].
- ✓ UDN – União Democrática Nacional. " Representava facções urbanas, notadamente profissionais liberais. Só cresceu depois da década de 50".

  VIEIRA[20] destaca que este foi o 1º (primeiro) partido a se organizar após o fim da era Vargas, e "constituído por parcelas da burguesia comercial urbana e setores das classes médias assustadas com a retomada do processo inflacionário". GUALBERTO[29] revela que "[...] a UDN reunia a maioria não-getulistas capixabas, os coronéis rivais do PSD". "Era controlada por profissionais liberais: médicos, jornalistas e advogados".
- ✓ PRP – Partido da Representação Popular: "Representou principalmente os pequenos produtores rurais e núcleos urbanos do interior. Maior parte da população do ES estava concentrada nestas áreas (80%)". Foi fundado em 26 de setembro de 1945, que, segundo VIEIRA[20], já citado, "tinha como lema ser um partido do povo para o povo, defendia a ordem, a liberdade, a razão e a justiça. Pregava o respeito a propriedade e aos direitos sagrados do cidadão dentro do espírito cristão do amor a Deus, a Pátria e a Família. Agrupou os pequenos e médios produtores de terras, especialmente das áreas de colonização italiana e alemã onde eram fortes os remanescentes do integralismo".
- ✓ PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- ✓ PSP – Partido Social Progressista

  OBS.: "eram pequenos e agregavam forças políticas diversas, tanto no meio rural quanto urbano".
- ✓ PR – Partido Republicano
- ✓ PDC – Partido Democrata Cristão

Por esta ocasião, portanto, em Afonso Cláudio somente 02 (dois) partidos detinham a hegemonia política: o PSD – Partido Social Democrático, chamado pelos adversários de "pica-pau", eram liderados pela dupla Pedro Saleme e Dr.

João Eutrópio, que, segundo depoimento pessoal de SASSO[48], "revezavam-se no comando da Prefeitura Municipal".

O 2º (segundo), da oposição agasalhada na UDN - União Democrática Nacional, chamada pelos pessedistas de "corta goela", cujos principais líderes, segundo o mesmo depoimento, eram os Srs. Sebastião Cipriano do Nascimento, vulgo "Totó", João Valim, Sebastião Fafá, José Corrêa Neto, etc.

NASCIMENTO[45], prefaciado por Aylton Rocha Bermudes, retratou com muita propriedade o que era a política em Afonso Cláudio. "[...] as facções políticas mantinham luta sem trégua, que passava das urnas as armas "situação" que até pouco tempo, também era refletida em outros municípios do Estado.

Prossegue o prefacionista: " A disputa pelo poder assumiu sempre, sobretudo no interior, aspectos de intransigência, de discórdia e inimizades mais ou menos profundas. Nem se cogitava às vezes, da possibilidade de convivência pacífica. O que impera (imperava?) é a firme decisão de excluir o adversário, de destruí-lo, política ou pessoalmente."

"[...] neste quadro de intolerância, de luta, em que todos os meios eram válidos para alcançar o poder e conservá-lo. O poder!...Nomear o delegado de polícia, o fiscal de rendas, o Juiz distrital, a professora, a diretora do Grupo Escolar, ter influência com o Juiz de Direito, o Promotor, o Padre, o Médico do Posto de Saúde, não só para servir aos companheiros do partido, mas para desservir os adversários".

A mesma fonte afirmava que, em 1951, a política em Afonso Cláudio transformara-se em política de família: Álvaro Castello foi candidato a deputado federal, Pedro Saleme a estadual e Dr. João Eutrópio a prefeito. Todos os 3 (três) eram genros do Sr. José Cupertino.

E as desavenças políticas entre os 02 (dois) grupos continuavam, como as que ora iremos narrá-las fruto ainda do depoimento de SALEME[XLVIII] ao autor, na data de 05 de setembro de 2007.

Prossegue o depoente: "que o Totó era uma constante ameaça ao Pedro Saleme e seus correligionários. Chegou-se ao ponto de que, quando os 02 (dois) foram eleitos para representar o município na Assembléia Legislativa Estadual (1954-1958 e 1959-1962), durante as sessões, o Pedro Saleme sempre portar - 02 (dois) revólveres, 01 calibre 32 e outro 38."

Os aliados do Totó fiscalizavam todos os passos do Pedro, onde quer que fosse. Assim aconteceu em várias ocasiões, quando de visitas a correligionários e/ou amigos, o que era uma praxe. Um exemplo típico: no Distrito de Joatuba resi-

[48]SASSO, Arlindo. "Notas sobre a Política de Afonso Cláudio". Depoimento pessoal ao autor. Vitoria (ES). 2007. 4p.

diam e/ou residem 02 (dois) companheiros do Pedro, os Srs. Emílio Jarske (um pouco fora da vila) e Eurico Cabral (proprietário do Cartório de Registro Civil). O Pedro fora convidado para almoçar na casa do Emílio e enquanto isso ocorria, o Totó já fora avisado pelos seus companheiros e já se encontrava também no distrito. Sempre com ameaças, a fim de amedrontá-los com o objetivo de inibir os aliados do Pedro. E assim sucessivamente, fosse em Joatuba, Laranja da Terra, etc.

Logo após o almoço, segundo SALEME[XLVIII], dirigiram-se até o povoado, onde ainda teriam um encontro político com outras lideranças, com destaque o Eurico Cabral e David Scárdua.

Neste interim, chegava a notícia de que o Totó já se encontrava em Joatuba, acompanhado do Waldomiro de Paula Coelho e Sylvino Caetano (seu motorista) que ali se encontravam para perturbar o Pedro Saleme, ora com provocações e ora, até com ameaças, com a intenção única de atrapalhar o encontro com as lideranças.

Os acompanhantes do Pedro, incluindo o José Saleme, enquanto aguardavam o término da reunião, com receio de serem agredidos pelo grupo do "Totó", refugiaram-se no interior da igreja católica. Este epsódio fez com que todos entrassem em pânico e passasem "mal da barriga", o que os obrigou a buscar socorro do farmacêutico, para aliviá-los, além do banheiro da igreja.

O senhor Emílio Jarsk, com 96 (noventa e seis) anos, confirmou ao autor esta quadra da política local, com muitas gargalhadas. Chegou a procurar um jornal que narra este fato. Regressaram a Afonso Cláudio sem nenhuma desavença.

"Houve certa ocasião em que o Pedro recebera um alerta de que iriam assassiná-lo e portanto, deveria tomar cuidado. Existia no município um cidadão chamado 'Sargento Costinha', conhecido como homem bravio e matador e que acompanhava o grupo do Totó em suas visitas políticas.

O Pedro residia no centro da cidade, gostava de levantar cedo e sempre sair à rua, ora para cumprimentar cidadãos, ora para mesmo efetuar compras, principalmente verduras. Foi avisado por um aliado do Totó, Sr. Cheo (Sebastião Alves de Lima), de que quando fosse efetuar compras, um dos 'jagunços' do Totó estaria se passando por verdureiro para poder aproximar-se e matá-lo. Pela manhã, ao chegar à janela, avistou o 'Sargento Costinha' em frente a agência dos Correios, apressou-se em descer as escadas e ir de encontro do citado cidadão. Pedro era desaforado, e foi logo perguntando se era verídica a informação de que o Sargento estaria ali para liquidá-lo. Negada a afirmativa, ficou-se sabendo mais tarde que a ordem de poupar o Pedro havia partido do Bimbim, que era maçom como ele, daí, felizmente, não ter se concretizado o homicídio".

As desavenças chegavam à raia dos absurdos, pois para um prejudicar ao outro, não importava se toda população fosse atingida, simplesmente pelo fato de atender aos seus instintos. Veja o caso do serviço de abastecimento de água da cidade, cuja captação era feita através do rio do Peixe, distante 02 (dois) quilômetros da cidade.

Os adversários da administração Pedro Saleme, simplesmente pelo prazer de perturbar a rotina, foram até a represa de abastecimento de água e entupiram a saída do cano com estopas, deixando por conseguinte a população sem água. Após a descoberta, mais tarde foi restabelecido o serviço.

Na mesma área de abastecimento d'água da cidade, houve outro episódio narrado na obra de NASCIMENTO[45] já citado.

Diz ele em sua obra que, "nas eleições de 1953 havia apoiado o Dr. Chiquinho (Francisco Lacerda de Aguiar), e que assim que tomara posse do cargo, o convidara para uma audiência em Palácio, ocasião em que solicitou do então Governador que fosse concluído o serviço de abastecimento de água da cidade".

Dessa forma, prossegue o autor, o serviço "que havia na cidade era precário, pois a água além de não ser tratada não era suficiente para abastecer toda a sede do município. O Saleme (Pedro Saleme) quando Prefeito chegou a iniciar um outro serviço de água que não foi terminado. Arregacei as mangas, lutei junto ao Governo e consegui terminar a obra. Dr. Eutrópio que era o Prefeito da época (1957) não quis recebê-la, porque era nossa, alegando que a mesma não estava em boas condições. Fizemos a inauguração mesmo sem a sua presença".

Ao ato de inauguração compareceram o Sr. Governador do Estado, Dr. Francisco Lacerda de Aguiar, Evaristo Carvalho, Miguel Gomes, João Soares de Azevedo, Emílio Zanotti, Totó, o Secretário de Educação Manoel Moreira Camargo, entre outros, além de populares.

"Nem mesmo depois de inaugurado e comprovado que o serviço era perfeito – tanto que até hoje (1987) é o mesmo que abastece o município – não houve aceitação por parte do prefeito. Aí ficou criado o impasse, pois funcionavam 02 (dois) serviços d'água, na época chamados de PSD e UDN, este tendo todos os custos de manutenção pagos por mim"(Sebastião Cypriano do Nascimento).

Segundo a fonte citada, apesar do Sr. Prefeito não ter aceito a obra e não arcar com as despesas de manutenção, cobrava taxa d'água, de ambos os serviços, "o que não dava para entender".

"Para solucionar o problema de dois abastecimentos desnecessários, resolvi agir à minha moda: mandei 02 (dois) 'Cabras' com várias bombas de dinamite destruir o Serviço d'Água do PSD. Assim ficou solucionado o impasse [...]".

Certa ocasião (1958), o grupo do PSD programou um comício no lugar conheci-

do como São Domingos, onde o pai do Totó possuía uma propriedade agrícola, com a presença do candidato ao Governo, Sr. Carlos Lindenberg. O Totó decidiu que não os deixaria realizar o comício, pois afirmava que: "na minha região quem fazia comício era só a UDN". Esperava-se a comitiva do Sr. Carlos Lindenberg, que viria acompanhado de uns 100 (cem) militares, inclusive com soldados do exército. Antes que chegassem ao local, pois estavam vindo de Afonso Cláudio, o Totó subiu no palanque ainda vazio e em cuja praça havia muita gente, usou do microfone e disparou: "nós vamos fazer uma festa mais bonita aqui. Carlos Lindenberg já está em Afonso Cláudio e, daqui há pouco estará chegando, com seus pistoleiros, o mesmo com o meu tio Bimbim com uns 50 (cinqüenta). Vai ser um comício lindo, na base da carabina e da metralhadora. Quando Carlos chegou, não havia ninguém para assistir ao comício dele. Cumpri minha promessa de que ele não realizaria esse comício".

Quando da saída do Sr. Carlos Lindenberg do local, encontrou-se casualmente com o Totó, ocasião em que trocaram duras palavras.

Em 1958, o João Valim, pela UDN, perdeu a eleição de Prefeito para o Pedro Saleme, lançado pelo PSD. O "Totó" – Sebastião Cypriano do Nascimento elegeu-se deputado estadual (reeleito) e o Sr. Carlos Lindenberg, governador do Estado.

Prossegue SASSO[47]: "João Valim era servidor municipal, havia deixado o cargo, para dedicar-se exclusivamente à política, com o objetivo de se tornar Prefeito Municipal! "Saia a cavalo pelo interior do município, principalmente nos distritos de Sobreiro e Laranja da Terra, ambos com predominância de pomeranos, comprando, trocando e vendendo "gado vacum", indo quase que de casa em casa, tornando-se, portanto, muito conhecido".

Continua SASSO[47]: "graças ao beneplácito do Juiz Dr. Antonio Tápias de Vasconcellos, nos finais de semana, ele (Arlindo) e João Valim, saiam a fazer títulos eleitorais pelo interior do município". Arlindo carregando uma máquina manual portátil 'Remington' e João Valim, com as lideranças locais arregimentando os futuros eleitores.

Com essa estratégia, nas eleições de 1962 a UDN- "Corta Goela", ganhou tudo em Afonso Cláudio: Governador Chiquinho (Francisco Lacerda de Aguiar); senadores Raul Gilbert (de Colatina) e Eurico Vieira de Rezende (Vitória); deputado estadual, Sebastião Cipriano do Nascimento –"Totó" e prefeito, João Valim. A maioria dos vereadores também foi eleita pelos "corta goelas": Sebastião Alves de Lima – "Chéu", Valdemiro de Paula Coelho, Heliomar Gimenes Rodrigues, Plácido Maurício Zambon e Dr. Arlindo Sasso. Do lado do PSD (pica-paus): Edmundo Fafá, João Dornellas da Costa, João Batista Côco e Aniceto Altafine Bicas.

O Prefeito João Valim, com a maioria na Câmara, a qual orientava e conduzia, limitava-se a aprovar suas mensagens, pouco se destacando no cenário político. O único vereador que sobressaia a visão popular era o Edmundo Fafá, que apresentava alguns projetos até interessantes, entretanto, eram sempre rejeitados pela maioria. Discutia-se até acaloradamente, todos os projetos vindos ou não do executivo, por mais irrelevantes que fossem". (trecho do depoimento de Dr. Arlindo Sasso ao autor).

As desavenças entre Pedro Saleme e Totó terminaram em 19 de agosto de 1961, quando perante o Governador Carlos Monteiro Lindenberg e o Secretário do Interior e Justiça Dr. Darcy Pacheco de Aguiar, no salão do Palácio Anchieta, selaram os entendimentos para o término das divergências.

A esta solenidade se fizeram presentes: Milton Caldeira, Jair Giestas, Juiz Argeu Lorenzoni, Vereadores: Sebastião Alves Lima – "Cheo", Mário Roncetti, Sílvio Vargas Silva, João Dornelas Costa, Senhores José Luiz Cláudio Corrêa, Jacinto Conti, João Valin, Sebastião Basílio de Souza, João Petroneto, João Duarte Manso, Frederico Harchbart, Olívio José do Valle, Manoel Ferreira de Vargas, Cap. Orlando Cavalcante e Ten. José Scárdua (Zé Pequeno).

Uma das formas de se fazer política naquela época era através de correspondência particular aos eleitores, conforme ilustração.

Alto Caparaó, 19 de Novembro de 1947

Caro amigo e Snr. Benival

Saudações.

Sendo a presente, venho solicitar do
bom amigo para juntamente com o nosso amigo
Daniel Loureiro, a quem também estou muito
interessado na eleição para a candidatura
do meu sobrinho - Sebastião Cyriano do Nascimento
(Totó), para vereador ai do município.
Junto, - pacote - lhe uma lista
de eleitores, com os quais, peço trabalhar, em prol
da candidatura do ajudado.
Grato pela atenção que por certo irá dispensar no meu solicito; subscrevo-me
antenos e atenciosamente

Deste amigo e obg.º e Cr.º
Sebastião Cyriano da Silveira

ILUSTRAÇÃO Nº 29 - Correspondência do Bimbim Solicitando Apoio Político Para o Totó - 1947.
(Acervo: Gilson Gomes)

Com a revolução de 1964, os partidos políticos foram extintos e foram criados 02 (dois) novos – ARENA – Aliança Renovadora Nacional e MDB – Movimento Democrático Brasileiro. A ARENA, partido do governo, e o MDB, de oposição.
Por incrível que pareça, governantes e adversários se juntaram na ARENA, onde o grupo do "Totó", segundo a fonte[44], "detinha 70% do Diretório: o prefeito, o vice-prefeito, cinco vereadores" e o deputado. Durou pouco a aliança, pois logo veio a divisão dentro do próprio partido: ARENA 1 e ARENA 2.
João Valim, por sua vez, deixou a ARENA e organizou o MDB, levando para este partido, o vice-prefeito e os seus vereadores. Ficavam, portanto, Pedro Saleme e Dr. Eutrópio com a ARENA. Decorridos 43 (quarenta e três) anos desse modelo, inclusive com a volta do pluripartidarismo, a forma de fazer política para alguns continua semelhante a de antigos coronéis.
Nas eleições de 1982, quando foi eleito o Sr. Sebastião Fafá (1983 a 1986) em Afonso Cláudio, o candidato a Governador pelo MDB - Movimento Democrático Brasileiro, Sr. Gerson Camata, no dia 20 de janeiro daquele ano, fizera em um comício diversas críticas ao Presidente Gen. Figueiredo. Esse pronunciamento foi gravado e entregue ao Ministro da Justiça Ibrahim Habi-Ackel. Quando decorria o mês de julho, era aberto o processo com as críticas e remetido ao Procurador Geral da Justiça, para que tomasse providências sobre a questão.
No dia 30 de Setembro, o Sr. Inocêncio Mártires Coelho, então Procurador Geral da República, denunciava ao Supremo Tribunal Federal o Dep. Federal Gerson Camata, por crime de ofensa à honra do Presidente da República. Essa denúncia foi com base na Lei de Segurança Nacional (Art. 33 da Lei). Era um documento com 6 (seis) páginas, cujos principais trechos foram:

- ✓ Difamação: O Deputado julgava inoportuna e sem necessidade a viagem do Presidente Figueiredo aos Estados Unidos, para tratar-se de um enfarto quando poderia tê-lo feito no Brasil,
- ✓ Calúnia: Criticando a transferência do Projeto Jari, para empresários nacionais,
- ✓ Má aplicação do dinheiro público.

Entendeu o Sr. Procurador que se tratava de comício político, nitidamente com o propósito de desmoralizar e enfraquecer a autoridade do Presidente. Assumia aspectos políticos subversívos.

Em depoimento a este autor, o Sr. Camata declarou que afirmara, naquela ocasião, que o Presidente entendia mesmo era "de coice de cavalos" e "de estrebarias".

Fora solicitado pelo Ministro da Casa Civil, Leitão de Abreu que tirasse o caráter sigiloso do processo, e instaurasse imediatamente o inquérito para apuração dos fatos. O inquérito foi encaminhado à Polícia Federal (Cel. Moacir Coelho).

Em setembro, o Gen. Figueredo veio ao Espírito Santo, onde fez comício para o candidato ao governo pelo PDS - Partido Democrático Social, Dr. Carlito Lindenberg Von Schilgen.

Neste comício do dia 10 (dez), fez severas críticas a inexperiência do MDB, pois "eram incapazes de avaliar a situação nacional; que não desejavam o poder para construir e sim, queriam o poder pelo poder [...]".

A campanha já estava no mês de setembro e Camata afirmava também que o Ex-Governador Eurico Resende e o Ex-Dep. Lúcio Merçon passavam para a opinião pública que, caso viesse sair vencedor do pleito, o Estado seria discrimado pela União.

O seu advogado naquela oportunidade foi o Dr. Edson Vidigal, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Àquela altura do processo eleitoral, Camata, como sempre muito criativo, durante os comícios começou a dizer aos eleitores que caso não fosse eleito Governador do Estado seria preso. Tornou-se uma vítima da situação, o que lhe propiciou uma situação confortável para que alcançasse, com folga, sair vencedor daquele pleito eleitoral (1983 - 1987).

Já como Governador, foi absolvido pelo STF - Supremo Tribunal Federal.

Encontrando as finanças do Estado bastante deterioradas, inclusive com o atraso de até 3 (três) meses da folha de pagamento de pessoal, não se fez de rogado. Solicitou audiência ao Exmo. Sr. Presidente da República e dirigiu-se à Brasília, acompanhado do Sr. Joanito Bernardo, sendo recebido no Palácio Alvorada, ocasião em que lhe entregou uma carta com pedidos de desculpas e de sua renúncia ao cargo de Governador, com a afirmativa de que "o Estado não poderia sair prejudicado por aquela situação." Ouviu alguns "puxões de orelhas" e quando já se dirigia

à saída do gabinete, o Exmo. Sr. Presidente o chamou e rasgou as cartas, com a afirmativa de que a partir daquele momento o episódio estava encerrado.
Algum tempo depois, o Governo Federal liberou os recursos financeiros necessários, a fundo perdido, para que o Estado pudesse regularizar o atraso com a folha de pagamentos com pessoal.
Como se vê, mais uma vez, este episódio iniciado na cidade de Afonso Cláudio era encerrado com sucesso, e até hoje, não ficou comprovado quem teria gravado o pronunciamento do sr. Gerson Camata, se fora o Leny Alves de Lima (PDS e Prefeito àquela ocasião) ou se o então Dep. Federal Dirceu Cardoso (também do PDS), ambos já falecidos.
O município, ao longo de 117 (cento e dezessete) anos de existência, teve a frente do seu destino, 34 (trinta e quatro) administradores municipais, não incluídos ai, os substitutos eventuais e os que repetiram mandatos. Para esta cronologia, fomos buscar agasalho numa apostila de FAFA[3] e pesquisas no APE - Arquivo Público Estadual, através de correspondências enviadas pela municipalidade ao Governo do Estado. São 2 (duas) etapas analisadas. A 1ª (primeira) de 1891 a 1914, quando a escolha dos dirigentes era feita pelo governo estadual, mediante a nomeação dos Membros do Conselho Municipal, que por sua vez, escolhiam o Presidente da Intendência. Depois, passou-se a realizar eleições diretas para esta escolha. No período de 1914 a 2008, já com o sistema de eleições de prefeitos, interrompido, tão somente quando do período revolucionário, principalmente o de 1930.

a) Período de 1891 a 1914:

- ✓ 20.01.1891 a 20.03.1891 - Cel. Ramiro de Barros Conceição
- ✓ 21.03.1891 a 17.01.1892 - Major Francisco Carlos de Almeida Rosa
  OBS.: Período em que “por inconsiderado ato do Governo do Estado, transferiu-se a sede do município para Figueira” (hoje Itarana)
- ✓ 18.01.1892 a 01.02.1892 - Cel. Ramiro de Barros Conceição
- ✓ 01.02.1892 a 19.04.1892 - Antônio Candido de Almeida Rosa
- ✓ 19.04.1892 a 25.05.1892 - Joaquim Luiz de Almeida
- ✓ 25.05.1892 a 19.12.1892 - Cel. Ramiro de Barros Conceição
- ✓ 19.12.1892 a 25.05.1893 - Cel. Ramiro de Barros Conceição

✓ 23.06.1894 a 23.05.1896 - Cel. Ramiro de Barros Conceição
✓ 23.05.1896 a 23.05.1897 - Cel. Ramiro de Barros Conceição
✓ 23.05.1897 a 23.05.1899 - Cel. Adolpho Rodrigues Gomes

OBS.: Não foram encontrados documentos que justificassem este hiato de 23.05.1899 a 14.12.1899.

✓ 14.12.1899 a 23.05.1901 - Cel. Ramiro de Barros Conceição
✓ 23.05.1901 a 23.05.1902 - Antonio Melchiades de Lacerda

OBS.: Nascido em 1865, era natural de Tombos de Carangola – MG. Faleceu em 06/09/1915, em Afonso Cláudio, aos 50 (cinqüenta) anos de idade, onde foi sepultado. Foi casado com Elvira de Barros Lacerda, não deixando filhos.

✓ 23.05.1902 a 25.05.1902 - João Sabino de Oliveira

OBS.: Natural de Minas Gerais, nascido em 1850. Faleceu em 13/12/1932, na localidade de Arrependido, aos 81 (oitenta e um anos), sendo sepultado no cemitério de Afonso Cláudio. Quando do seu falecimento, estava residindo em Mutum (MG). Era filho de Sabino Coimbra de Oliveira e Luiza de Oliveira. Foi casado com Carolina Galvão de Oliveira.

✓ 25.05.1902 a 24.05.1903 - Cel. José Cupertino Figueira Leite
✓ 25.05.1903 a 24.05.1904 - Cel. José Cupertino Figueira Leite
✓ 24.05.1904 a 23.05.1905 - Cel. José Cupertino Figueira Leite
✓ 24.05.1905 a 01.08.1905 - Cel. José Cupertino Figueira Leite
✓ 01.08.1905 a 23.05.1907 - Ten. Cel. Antônio Martinho Barbosa
✓ 23.05.1907 a 30.07.1908 - Major Antônio Manoel Fernandes
✓ 30.07.1908 a 23.05.1909 - Ten. Cel. Antônio Martinho Barbosa
✓ 24.05.1909 a 01.09.1910 - Ten. Cel. Antônio Martinho Barbosa
✓ 01.09.1910 a 30.09.1910 - Major Antônio Manoel Fernandes, substituindo o Ten. Cel. Antônio Martinho Barbosa, por motivo de licença.
✓ 30.09.1910 a 24.05.1911 - Sem identificação do Presidente da Intendência
✓ 24.05.1911 a 07.07.1911 - Ten. Cel. Antônio Martinho Barbosa

OBS.: Com a criação, em 14 de dezembro de

1914 do município de Itaguaçu, e respectiva instalação em 17 de fevereiro de 1915, realizou-se ali a primeira eleição para Prefeito, tendo sido eleito o Cel. Antônio Martinho Barbosa.

Com a explosão da revolução de 1916 e tendo Martinho Barbosa abraçado a oposição, que acabou derrotada, transferiu residência para Aimorés (MG).

Em direção oposta às informações de GIESTAS[38] e O AFONSO CLÁUDIO, citado as folhas 125 a 128, PAULA[30] retratou o Cel. Martinho Barbosa como: "Espirito-Santense de Boa Família (Itaguaçu) que chegara a Aimorés (MG) em 1912 (provavelmente esta data esteja equivocada. o mais correto seria 1918), estabelecendo-se como comerciante de secos e molhados na Barra de Manhuaçu [...]."

Afirmava ainda que o Cel. Martinho "além de sua grande bagagem cultural adquirida em seminário, tinha o dom da eloquência e facilidade para fazer amigos. Não possuia jagunços, já que não acreditava no valor da violência."

Chegou a ser candidato a prefeito de Aimorés, tendo sido derrotado pelo Cel. José Caetano Pimentel, em 1923, motivado pelas diversas ameaças que recebera, inclusive com a invasão de sua residência, pelos opositores, no dia da eleição. Seu retorno para Itaguaçu, para onde se refugiara, deu-se em 1923. Anteriormente, havia sido nomeado para o cargo de Agente Executivo, até que chegasse o momento ideal para realização da primeira eleição em Aimorés (MG).

✓ 07.07.1911 a 23.05.1912 - Pe. Carlos José Ernesto Leduc

✓ 23.05.1912 a 24.08.1912 - Cel. Serafim Tibúrcio da Costa

OBS.: Veio para Afonso Cláudio em 1896, quando foi derrotado pelo Cel. Frederico Antônio Dolabela, na disputa pelo poder político de Manhuaçu (MG). Com a sua revolta, houve necessidade da interferência do Governo Estadual, cuja resistência só foi sanada quanto o Cel. Serafim "tomou conhecimento de que as tropas federais iriam intervir, ocasionando sua retirada para o Estado do Espírito Santo".

ROCHA[49] revela que: "no final do século XIX, Serafim Tibúrcio, um grandioso homem, proclamou a independência de Manhuaçu do restante do País. Segundo ele, a finalidade seria libertar Manhuaçu de um poder desleal. Na ocasião, criou-se até moeda própria em Manhuaçu. [...].

No entender do Cel. Serafim, os Dolabelas "haviam arrebatado as rédeas do governo municipal, em pleito tumultuado e ilegal".

Em Afonso Cláudio chegou a exercer o mandato de vereador municipal (1912 e 1914 a 1916), onde foi o Presidente da Câmara. Após, o episódio de 1916, retornou à sua terra natal, Manhuaçu (MG).

✓ 24.08.1912 a 23.05.1914 - Pedro Ribeiro Soares

OBS.: Nasceu em São Paulo de Muriaé (MG) no ano de 1872, onde casou-se com Mariana de Jesus. Faleceu em Afonso Cláudio no ano de 1940, aos 72 (setenta e dois) anos. Antes de transferir-se para o Espirito Santo, residiu em Congonhas

[49]ROCHA, Bibiano Alex. "Nos Bastidores da PM - O Efeito de Um Ideal". São Paulo (SP). 2006. 246p.

de Campos (MG), na região central de Minas Gerais e Barra de Cueté (MG).
Veio para Afonso Cláudio juntamente com o irmão Barnabé Ribeiro, onde tomaram posse da Barra de São Domingos. Com outros familiares, construíram a ponte de São Francisco, assim como a igreja católica. O material foi adquirido da loja do Senhor José Haddad, cuja dívida cresceu bastante, levando o Pedro a não poder pagá-la. Quem assumiu a dívida junto ao José Haddad foi o Cel. Serafim Tibúrcio da Costa, cujo pagamento ao referido Coronel, foi feito com mercadorias produzidas na época, na propriedade do Sr. Pedro.

Durante este período revolucionário (1891 a 1914), o município foi administrado por 13 (treze) interventores, conhecidos como Intendentes que eram escolhidos entre os Membros do Conselho Municipal, nomeados pelo governo estadual e, em algumas oportunidades, eleitos pelos eleitores do município. Sr. Ramiro de Barros Conceição foi escolhido em 7 (sete) oportunidades, seguido do Sr. José Cupertino Figueira Leite e do Sr. Antônio Martinho Barbosa, 4 (quatro) vezes, cada um. O Sr. Antônio Manoel Fernandes, por 2 (duas) ocasiões e os outros, uma vez cada.

- ✓ 1914 e 1915 – Cel. José Giestas
  OBS.: A reforma constitucional de 13 de maio de 1913 restabeleceu o regime de eleições diretas para os municípios. A 1ª (primeira) eleição ocorreu no dia 23 de março de 1914, e a posse, em 23 de maio. Era considerado pela sociedade como um moço inteligente, sério e honesto. Fora nomeado professor, eleito vereador e prefeito municipal. Foi um grande político.
- ✓ 1916 e 1917 – Cel. José Giestas (reeleito)
- ✓ 1918 e 1919 – Cel. José Giestas (reeleito)
  OBS.: Eleição realizada em 25 de março de 1918. Proclamado eleito em 14/04/1918. Obteve 114 (cento e

quatorze) votos. Não houve contendor, pois no dia da eleição, os adversários retiraram a candidatura.

✓ 1920 a 1922 – Dr. Samuel Brandão

OBS.: Dr. Samuel era nascido em Ubá (MG), no ano de 1890, tendo-se bacharelado em Direito em uma cidade próxima. Segundo BROÌNHA[50], logo após a formatura, transferiu-se para Vitória, onde veio exercer o cargo de Delegado de Polícia e, posteriormente, a função de Secretário do Interior do Estado do Espírito Santo.

Neste período, foi nomeado interventor no município de Afonso Cláudio (1920-1922).

Após seu segundo casamento, conforme BROINHA[50], já citado, "com Gilda de Aguiar, pois, era viúvo, tiveram os filhos Gilsa, Helena, Amélia, Alice e Maria José".

Em 07 de setembro de 1926, transferiu residência para São José do Calçado, onde fundou o jornal "A Ordem", até hoje em plena atividade.

Faleceu em 18 de agosto de 1932, naquela cidade, onde foi sepultado.

✓ 1922 – Cel. José Giestas

OBS.: Com a renúncia do Dr. Samuel, assumiu o Governo, pois era o Presidente da Câmara Municipal.

✓ 1922 a 1924 – Dr. Lourival de Almeida

OBS.: Neste período é extinta a Prefeitura, tendo em vista a "receita anual não atingir o mínimo exigido por Lei [...]" A nova reforma constitucional, de 24 de maio de 1923, estabelecera que a Prefeitura no município, em que a receita anual não atingisse o mínimo no estatuto para a reforma municipal, ficava automaticamente extinta.

✓ 1924 – Cel. José Cupertino Figueira Leite

OBS.: Empossado no dia 24 de maio de 1924, tendo exercido o mandado, por somente 3 (três) meses, pois em agosto ocorreu o seu falecimento. A sua posse foi em função do "retorno

[50]BROINHA - http:\\www.broinha.com.br\perfil\samuel-brandao\texto-01.htm

da atribuição do poder executivo ao presidente da Câmara". (SOUZA[51]).

✓ 1924 – João Rodrigues Pimenta

OBS.: Era o vice-presidente da Câmara de Vereadores.

✓ 1924 – José Jorge Haddad

OBS.: Completou o mandato até 31 de dezembro de 1924.

✓ 1925 a 1928 – Cel. José Giestas

OBS.: Ainda segundo SOUZA[3], "de 1º de janeiro de 1925 a 31 de dezembro de 1928 com atribuições executivas [...]".
Vice-Presidente: José Jorge Haddad. Reforma Constitucional de 24 de março de 1925.

✓ 1929 a 1930 – Emygdio Xavier

OBS.: Eleito em 02/12/1928. Nova reforma Constitucional é realizada em 02 de dezembro de 1928. A posse foi no dia 1º de janeiro de 1929 e "governou até 20 de outubro de 1930". Nova Reforma constitucional: 26 de junho de 1928. Trabalhou como tipógrafo e escriturário da Prefeitura, antes de ser eleito prefeito.

✓ 1930 – Nomeada uma Junta Governativa:

a) Adherbal Galvão
b) João Soares de Azevedo
c) Francisco Rocha de Figueiredo Monte

OBS.: Tomaram posse no dia 27 de novembro de 1930 e exerceram o mandato por apenas 6 (seis) dias.
Ainda segundo FAFA[3], "[...] em nome da Revolução Vitoriosa de 1930 e perante o Presidente da Câmara, José Giestas e algumas autoridades, foi entregue a administração do Município ao Sr. Adherbal Galvão".

✓ 1930 a 1944 – Adherbal Galvão (nomeado)

OBS.: 1) Nomeado em 03 de dezembro de 1930, até julho de 1944, pelo interventor estadual Capitão João Punaro Bley.
2) Em 21/08/1937, assumiu interinamente, o Sr. Tanus Elias Gastin, então Presidente da Câmara, tendo em vista haver-se licenciado o Sr. Prefeito.

[51]SOUZA, Stella Haddad de. "Buscando a Tradição de Um Povo". Vitória (ES): s.n., 1993. 180p.

✓ 1944 e 1945 – Engenheiro Alceu Moreira Pinto Aleixo (nomeado)

OBS.: Administrou o município de 07 de agosto de 1944 a 8 de junho de 1945.

✓ 1945 – Dr. Álvaro Castelo (nomeado)

OBS.: de 30 de julho a 12 de novembro de 1945.

Nomeado pelo Desembargador Otávio Lengruber, que na qualidade de Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, havia sido designado pelo Presidente da República para o cargo de Interventor do Estado.

FOTO Nº 19 - Posse do Dr. Álvaro Castello – 1945.
1- Dr. Antonio Tápias de Vasconcellos, **2-** Álvaro Castello, **3-** Dr. Romero Lofêgo Botêlho, **4-** Dr. Newton Thevénard e **5-** Waldir Nagen.
(Acervo: Anderson Eutrópio)

✓ 1945 e 1946 – Cel. Jair Giestas (nomeado)

OBS.: de 13 de novembro de 1945 a 27 de fevereiro de 1946 (exonerado a pedido).

✓ 1946 e 1947 – Pedro Saleme (nomeado)

OBS.: de 13 de março de 1946 a 10 de janeiro de 1947.

✓ 1947 – Clóvis Thevénard (nomeado)

OBS.: de 14 de janeiro de 1947 a 09 de abril do mesmo ano.

Nasceu em Colatina, em 14/04/1906, e faleceu em Vitória (ES), em 10/08/1971, onde foi sepultado. Era filho de Jorge Thevénard e Salustia Machado Thevénard. Primo do Juiz de

Direito, Dr. Newton Thevénard. Yolanda Rocha Thevénard foi a sua esposa e tiveram 3 (três) filhos: Jorge, Irene e Jose.

✓ 1947 e 1948 – Nelson Corrêa (nomeado)

OBS.: de 10 de abril de 1947 a 05 de janeiro de 1948. Foi também tipógrafo, secretário e contador da Prefeitura antes de tornar-se prefeito interino. Depois, foi requisitado para prestar serviços ao Estado, transferindo residência para Vitória.

✓ 1948 a 1951 – Cel Jair Giestas (eleito)

OBS.: de 05 de janeiro de 1948 a 31 de dezembro de 1951.

✓ 1952 a 1955 – Pedro Saleme (eleito)

OBS.: de 01 de janeiro de 1952 a 31 de dezembro de 1955.

FOTO Nº 20 - Visita do Governador Dr. Jones dos Santos Neves a Afonso Cláudio - 1955.
Da Esquerda para a Direita: Dr. João Eutrópio, Dr. Dermerval Lyrio, Jair Giestas, Antenor Hermínio Bassine (Prefeito de Castelo), S/ Identificação, Camilo Cola, Governador Jones, Gil Moreira (Comerciante em Cachoeiro), Pedro Saleme, Harvey Vargas Grilo – "Vevei" e Honório Pizzol (Conceição do Castelo) e Emygdio Xavier.
(Acervo: Anderson Eutrópio)

✓ 1956 a 1959 – João Eutrópio (eleito)

OBS.: de 01 de janeiro de 1956 a 31 de dezembro de 1959.

✓ 1959 a 1963 – Pedro Saleme (eleito)

OBS.: de 31 de janeiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963.

Tomou posse em 05 de fevereiro. O período de 5 (cinco) dias antes da posse foi exercido pelo Presidente da Câmara, Sr. Mario Roncetti.

Ainda em 1962 (23/08/62), assumiu o Presidente da Câmara, Sr. Sebastião Fafá.

✓ 1963 a 1967 – João Valim (eleito)

OBS.: de 31 de janeiro de 1963 a 31 de janeiro de 1967. Seu vice foi o José Wesceslau de Souza – "Zé Lalau".

FOTO Nº 21 - Posse de João Valim - 31/01/1963. Da Esquerda para a Direita: **1-** Dr. Arlindo Sasso, **2-** João Dornellas, **3-** João Valim, **4-** José Jorge Haddad e **5-** Zé Lalau (Vice-Prefeito). Os Outros Não Foram Identificados.
(Acervo: Conferência São Vicente de Paulo.)

✓ 1967 a 1971 – João Eutrópio (eleito)

OBS.: de 31 de janeiro de 1967 a 31 de dezembro de 1971.

✓ 1971 a 1973 – Leni Alves de Lima (eleito)

OBS.: de 31 de janeiro de 1971 a 31 de janeiro de 1973.

✓ 1973 a 1977 – Sebastião Fafá (eleito)

OBS.: 1) de 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977.

2) Aniceto Altafine Biccas assumiu interinamente o cargo quando da visita do Prefeito à Espanha – 14/01/1975 a 28/02/1975.

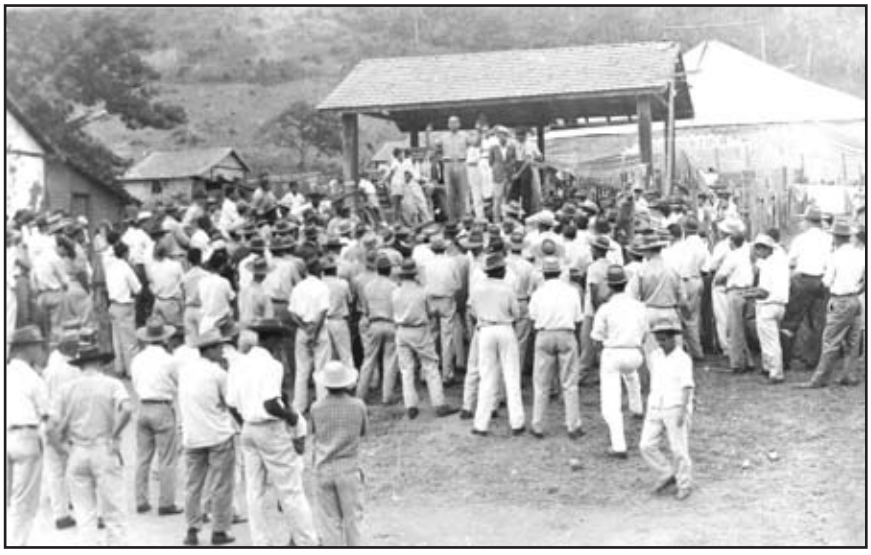


FOTO Nº 22 - Comício em Picadão - Distrito de Joatuba - Campanha Para Prefeito.
(Acervo: Sebastião Fafá)

✓ 1977 a 1983 – Leni Alves de Lima (eleito)

OBS.: de 31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983.

✓ 1983 a 1988 – Sebastião Fafá (eleito)

OBS.: 1) de 31 de janeiro de 1983 a 31 de dezembro de 1988.

2) em 17 de fevereiro de 1984 assumiu o vice-prefeito Aniceto Altefino Biccas, por 60 (sessenta) dias.

3) no dia 26/01/1988 assumiu pelo período de 20 dias, o Vice-Prefeito Aniceto Altefino Bicas.

✓ 1989 a 1992 – Dr. Methódio José da Rocha (eleito)

OBS.: 1) de 01 de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992.

2) O Vice-prefeito Roque Zucon assumiu a prefeitura em 6 (seis) ocasiões.

FOTO Nº 23 - Comício em Laranja da Terra - Eleição de Dr. Methódio e Roque Zucon - Presenças do Senador Gerson Camata e Deputado Estadual Mira Seibel. (Acervo: Sebastião Fafá)

- ✓ 1993 a 1996 – Edélio Francisco Guedes (eleito)
  OBS.: 1) de 01 de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1996.
  2) O Vice Itamir Charpinel assumiu a Prefeitura em 07/03/1994, por 15 (quinze) dias.
- ✓ 1997 a 2000 – Dr. Methódio José da Rocha (eleito)
  OBS.: de 01 de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2000.
- ✓ 2001 a 2004 – Edélio Francisco Guedes (eleito)
  OBS.: de 01 de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2004.
- ✓ 2005 a 2008 – Edélio Francisco Guedes (reeleito)
  OBS.: 1) de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008.
  2) Edélio Guedes foi eleito em 03 (três) oportunidades no regime de eleição direta, assim como o Cel. José Giestas (1914, 1916 e 1918).
- ✓ 2009 a 2012 - Wilson Berger da Costa (Eleito)

2.1.2 – Galeria dos Presidentes da Intendência e dos Prefeitos de Afonso Cláudio - 1891 a 2009.

a) Governadores Nomeados

1º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º e 11º Intendente
Cel. Ramiro de Barros Conceição.
(1891, 1892 a 1897)
(1899 a 1901).

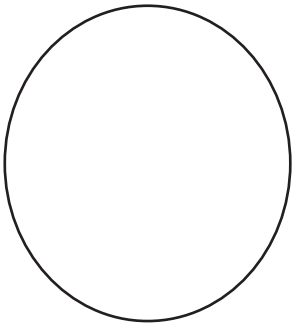
2º Intendente
Major Francisco Carlos de Almeida Rosa –"Chico Rosa"
(1891 e 1892)

4º Intendente
Antônio Candido de Almeida Rosa
(1892)

5º Intendente
Joaquim Luiz de Almeida
(1892)

10º Intendente
Cel. Adholfo Rodrigues Gomes
(1897 a 1899)

12º Intendente
Cel. Antônio Melquiades de Lacerda
(1901 a 1902)

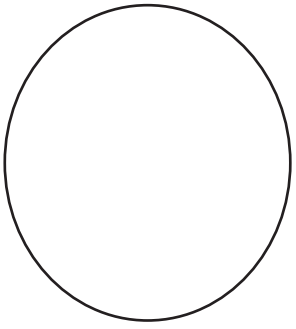


13º Intendente
Cel. João Sabino de Oliveira
(1902)

14º, 15º, 16º, 17º Intendente
Cel. José Cupertino Figueira Leite
(1902 a 1905)

18º, 20º, 21º e 24º Intendente - Cel.
Antônio Martinho Barbosa
(1905 a 1907) (1908 a 1910) (1911)

19º e 22º Intendente
Major Antônio Manoel Fernandes
(1907 e 1908)
(1910)



23º Intendente
Sem Identificação
(1910 a 1911)

25º Intendente
Pe. Carlos José Ernesto Leduc
(1911 a 1912)

26º Intendente
Serafim Tiburcio da Costa
(1912)

27º Intendente
Pedro Ribeiro Soares
(1912 a 1914)

b) Prefeitos Eleitos e Nomeados:

1º, 2º, 3º, 5º, 10º
Prefeito
Cel. José Giestas.
(1914 a 1920)
(1922)
(1925 a 1928)

4º Prefeito
Dr. Samuel Brandão
(1920 a 1922)

6º Prefeito
Dr. Lourival de Almeida
(1922 a 1924)

7º Prefeito - Cel. José Cupertino
Figueira Leite (1924)

8º Prefeito
João Rodrigues Pimenta
(1924)

9º Prefeito
José Jorge Haddad
(1924)

11º Prefeito
Emygdio Xavier.
(1929 a 1930)

12º Prefeito
Junta Governativa: Adherbal Galvão, João Soares de Azevedo e Francisco Rocha de Figueiredo Monte.
(1930)

12º Prefeito
Junta Governativa: Adherbal Galvão, João Soares de Azevedo e Francisco Rocha de Figueiredo Monte.
(1930)

12º Prefeito
Junta Governativa: Adherbal Galvão, João Soares de Azevedo e Francisco Rocha de Figueiredo Monte.
(1930)

13º Prefeito
Adherbal Galvão
(1930 a 1944)

14º Prefeito
Dr. Alceu Moreira Pinto Aleixo
(1944 e 1945)

15º Prefeito
Dr. Álvaro Castelo
(1945)

16 e 20º Prefeito
Jair Giestas
(1945 e 1946)
(1948 a 1951)

17º, 21º, 23º Prefeito
Pedro Saleme
(1946 e 1947)
(1952 a 1955)
(1959 a 1962)

18º Prefeito
Clóvis Thevénard
(1947)

19º Prefeito
Nelson Corrêa
(1947 e 1948)

22º e 25º Prefeito
Dr. João Eutrópio
(1956 a 1959)
(1967 a 1971)

24º Prefeito
João Valim
(1963 a 1967)

26º e 28º Prefeito
Leni Alves de Lima
(1971 a 1973)
(1977 a 1983)

27º e 29º Prefeito
Sebastião Fafá
(1973 a 1977)
(1983 a 1988)

30º, 32º Prefeito
Dr. Methódio José da Rocha
(1989 a 1992)
(1997 a 2000)

31º, 33º e 34º Prefeito
Edélio Francisco Guedes
(1993 a 1996)
(2001 a 2004)
(2005 a 2008)

35º Prefeito
Wilson Berger da Costa
(2009 a 2012)

FOTO Nº 24 - Prefeitos de Afonso Cláudio - Festa do Centenário - 1982.
Da Esquerda para a Direita: Pedro Saleme, Sebastião Fafá, Methódio José da Rocha, Leni Alves de Lima e Dr. João Eutrópio.
(Acervo: Anderson Eutrópio)

2.2 – Legislativo

Durante o período de 20 de janeiro de 1891 até 7 de dezembro de 1892, a Vila Afonso Cláudio foi administrada por um Presidente e um Conselho, já apresentados anteriormente. Somente após 7 de dezembro de 1892 é que se procedeu a eleição geral de Governadores (hoje vereadores municipais) e juízes distritais. Após os resultados, foram proclamados Governadores os cidadãos Ramiro de Barros Conceição, Joaquim Luiz de Almeida, Antônio Cândido de Almeida Rosa, José Ignácio da Fonseca Lamas e Francisco Dias de Carvalho, portanto, sendo esta a 1ª Câmara do Município de Afonso Cláudio e, a partir de então, os seus presidentes:

- ✓ 1891 – Cel. Ramiro de Barros Conceição
- ✓ 1892 – Major Francisco Carlos de Almeida Rosa
- ✓ 1892 – Ramiro de Barros Conceição
- ✓ 1892 – Antônio Cândido de Almeida Rosa
- ✓ 1892/1897 – Cel. Ramiro de Barros Conceição
- ✓ 1897/1899 – Cel. Adolpho Rodrigues Gomes
- ✓ 1899/1901 – Cel. Ramiro de Barros Conceição
- ✓ 1901/1902 – Antônio Melchiades de Lacerda
- ✓ 1902 – João Sabino de Oliveira
- ✓ 1902/1905 – Cel. José Cupertino Figueira Leite
- ✓ 1905/1907 – Ten. Cel. Antônio Martinho Barbosa
- ✓ 1907/1908 – Antônio Manoel Fernandes
- ✓ 1908/1910 – Ten. Cel. Antônio Martinho Barbosa
- ✓ 1910 – Antônio Manoel Fernandes
- ✓ 1910/1911 – sem identificação
- ✓ 1911 – Ten. Cel. Antônio Martinho Barbosa
- ✓ 1911/1912 – Pe. Carlos José Ernesto Leduc
- ✓ 1912 – Serafim Tibúrcio da Costa
- ✓ 1912/1914 – Pedro Ribeiro Soares.

O Presidente da Intendência naquela ocasião (1892/1914) era também o Presidente dos Governadores (vereadores). A partir do momento em que passou a haver eleição para Prefeitos e Vereadores à Câmara Municipal, estes foram os Presidentes eleitos, cujos nomes fomos buscar em publicações de jornais, pois a Câmara Municipal só possui a relação dos Presidentes eleitos a partir de 1946:

- ✓ 1914 a 1916 – Cel. Seraphim Tibúrcio da Costa

- ✓ 1915 e 1916 – José Henriques Pedro (era o vice, tendo assumido nesta oportunidade).
- ✓ 1916 – Samuel Chaves
- ✓ 1916 e 1917 – Manoel Fernandes Beiritz
- ✓ 1917 – Idolino da Fonseca Lamas

FOTO Nº 25 - Recinto da Câmara Municipal de Afonso Cláudio – Inaugurado em 1917 - 1946.
(Acervo: Sebastião Fafá)

- ✓ 1918 e 1919 – José Henriques Pedro
- ✓ 1921 a 1929 – Cel. José Giestas
- ✓ 1930 a 1934 – Cargo extinto pela Revolução de 1930.
- ✓ 1935 – José Jorge Haddad
- ✓ 1936 e 1937 – Tannus Elias Gastin
- ✓ 1938 a 1945 – Sem informação
- ✓ 1946 – Romero Lofêgo Botelho
- ✓ 1950/1951 – Joaquim Eustógio Serpa
- ✓ 1951 – José Jorge Haddad
- ✓ 1952/1954 – João Duarte Manso

FOTO Nº 26 - Câmara de Vereadores - 1946.
Da Esquerda para Direita: Virgílio Dias, Sebastião Cypriano do Nascimento - “Totó”, Dr. Antônio Tápias de Vasconcellos, Romero Lofêgo Botelho - Presidente (ao Centro), Waldir Nagen e João Dornellas.
(Acervo: Sebastião Fafá)

- ✓ 1954/1955 – José Jorge Haddad
- ✓ 1955/1956 – José Correia Netto
- ✓ 1956/1961/1962 – Mário Roncetti
- ✓ 1961/1962 – Silvio Vargas Silva

FOTO Nº 27 - Reunião da Câmara Municipal de Afonso Cláudio – 1956.
Presidência de Mário Roncetti. Da Esquerda para a Direita: Miguel Gomes, Sebastião Alves da Silva – “Chéu”, Sebastião Fafá, Mário Roncetti, Sr. Moisés Lacerda Fafá (Secretário), João Ornelas, Gil Vargas e Onofre Gomes Teixeira.
(Acervo: Sebastião Fafá)

- ✓ 1962/1963 – Sebastião Fafá
- ✓ 1963/1964 – Dr. Arlindo Sasso
- ✓ 1965/1966 – Sebastião Alves de Lima – “Chéo”
- ✓ 1967/1971 – Sebastião Fafá
- ✓ 1971/1973 – Edmundo Fafá
- ✓ 1973 – Luiz Renato Deorce
- ✓ 1973-1975 – Jair Coutinho Petronetto
- ✓ 1975/1977 – Osvaldo Fraislebem
- ✓ 1977/1979 – Avides Cassiano Rocha
- ✓ 1979/1981 – Onofre Gomes Teixeira
- ✓ 1981/1983 – Avides Cassiano Rocha
- ✓ 1983/1985 – Francisco Anselmo Deorce – “Chico”
- ✓ 1985/1987 – Lucimar Tristão de Souza
- ✓ 1987/1988 – Francisco Anselmo Deorce – “Chico”
- ✓ 1988/1989 – Victor Hertmann
- ✓ 1989/1990 – Itamir de Souza Charpinel
- ✓ 1991/1992 – Edélio Francisco Guedes
- ✓ 1993/1994 – Carlos Roberto Tristão de Souza – “Beto Chichiu”.
- ✓ 1995/1996 – João Gonçalves
- ✓ 1997/1998 - 2008/2009 – Nilton Luciano de Oliveira – “Marronzinho”.
- ✓ 1999/2000 – Sebastião Romoaldo Zambon
- ✓ 2001/2004 – Valdivino Peterle Pagotto
- ✓ 2005/2006 – Altamiro Thadeu Frontino Sobreiro
- ✓ 2007 – Sebastião Ozório Ferreira
- ✓ 2007/2008 – Altamiro Thadeu Frontino Sobreiro

2.2.1 - Galeria dos Presidentes da Câmara Municipal – 1946 a 2008

Romero Lofêgo Botelho
1946

Joaquim Eustógio Serpa
1950/1951

José Jorge Haddad
1951 - 1954/1955

João Duarte Manso - "Joanico"
1952/1954

José Corrêia Netto
1955/1956

Mário Roncetti
1956/1961/1962

Silvio Vargas Silva
1961/1962

Sebastião Fafá
1962/1963 e 1967/1971

Dr. Arlindo Sasso
1963/1964

Sebastião Alves de Lima - "Chéo"
1965/1966

Edmundo Fafá
1971/1973

Luiz Renato Deorce
1973

Jair Coutinho Petronetto
1973/1975

Osvaldo Fraislebem
1975/1977

Avides Cassiano Rocha
1977/1979 e 1981/1983

Onofre Gomes Teixeira
1979/1981

Francisco Anselmo Deorce "Chico"
1983/1985 e 1987/1988

Lucimar Tristão de Souza
1985/1987

Victor Hertmann
1988/1989

Itamir de Souza Charpinel
1989/1990

Edélio Francisco Guedes
1991/1992

Carlos Roberto Tristão de Souza
- "Beto Chichiu"
1993/1994

João Gonçalves
1995/1996

Milton Luciano de Oliveira
"Marronzinho"
1997/1998
2008/2009

Sebastião Romualdo Zambon
1999/2000

Valdivino Peterle Pagotto
2001/2004

Sebastião Ozório Ferreira
2007

Altamiro Thadeu Frontino Sobreiro
2005/2006 e 2007/2008

O 1º (primeiro) regimento interno da Câmara Municipal foi publicado em 15 de setembro de 1916 (Resolução Legislativa nº 1). Vide anexo nº 4.8.1.

2.2.2 - Representantes de Afonso Cláudio na Assembléia Legislativa Estadual e na Câmara Federal:

• Assembléia Legislativa Estadual:

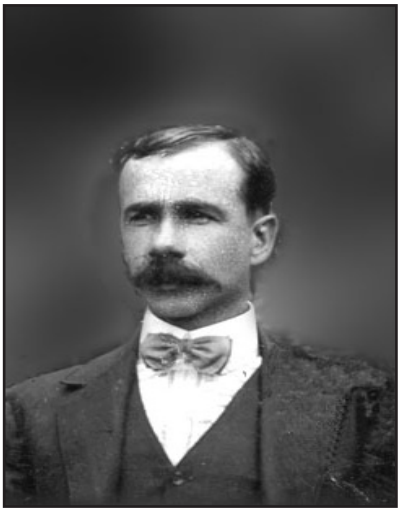
Cel. Ramiro de Barros Conceição – 1895 a 1897 e 1898 a 1900. Conforme arquivado no livro 365, Assuntos Eclesiásticos, Fundo da Governadoria, série Accioly, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, aparece o nome do Cel. Ramiro na composição da Assembléia Legislativa para o triênio 1895 a 1897 e 1898 a 1900. Não conseguimos informações se

era possível a acumulação do cargo de Intendente Municipal com o de deputado Estadual, pois nesses períodos aparecem o Cel. Ramiro nos 2 (dois) cargos.

A Assembléia Legislativa no triênio 1895 a 1897, estava assim representada: "Cel Henrique da Silva Coutinho, Cel. Joaquim Corrêa de Lyrio, Cel. Antônio da Silva Borges, Cel. Simão Machado Bittencourt e Mello, Dr. Arthur Velloso, Dr. Deocleciano Nunes de Oliveira, Cel. Francisco Herculano Monteiro da Gama, Cel. Joaquim Bermudes, Cel. Augusto Calmon Nogueira da Gama, Dr. José Gomes Pinheiro Júnior, Cel. Luiz Barbosa Leão, Dr. Henrique Alves Cerqueira Lima, Pharmaceutico Waldemiro da Silveira, Cel. Bernardino José de Oliveira, Cel. José Carlos de Azevedo Lima, Cel. Virgílio Francisco da Silva, Dr. Silvino Vicente de Faria, Dr. José Marcellino Pêssoa de Vasconcellos, **Cel. Ramiro de Barros Conceição**, Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Major Augusto Raphael de Carvalho, Cel. Marciano Izidro, Cel. Matheus Cunha e Laurindo de Miranda".

Para o triênio 1898 a 1900: Cel. Antonio Pinto Aleixo, Dr. Joaquim Fernandes de Andrade e Silva, Cel. Joaquim Corrêa de Lyra, Dr. Silvino Vicente de Faria, Dr. Gélio Ferreira de Paiva, Dr. José Francisco Monjardim, Cel. Simão Machado Bittencourt e Mello, Dr. Henrique O'Reilly de Souza, Monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha, Joaquim Dias Moreira, Cel. Francisco Herculano Monteiro da Gama, Dr. Antonio Araújo Aguirre, Rodrigues Passos, Dr. Arthur Thompson, Cel. Benigno Soares Leite Vidigal, Cel. Virgilio Francisco da Silva, **Cel. Ramiro de Barros Conceição**, Cel. Manoel Azevedo Sarmento, Pío Ramos, Cel. Augusto Calmon Nogueira da Gama, Cel. Antonio da Silva Borges, Augusto Raphael de Carvalho, Luiz Barbosa Leão, Cel. Bernardino José de Oliveira e Dr. José Moreira Gomes.

Na 1ª eleição, o Sr. Ramiro obteve 3.706 votos, e o 1º colocado, 3.874 votos, que foi o Sr. José Marcellino Pessoa de Vasconcellos. O Sr. Ramiro de Barros Conceição assinou a Constituição Estadual de 02 de maio de 1892 como congressista constitucional. (Constituição Política do Estado Federado do Espírito Santo).



José Cupertino Figueira Leite – 1915. Escolhido pelo Governador Cel. Marcondes Alves de Souza para disputar a vaga do Dr. Jerônimo Monteiro, eleito deputado federal. Os dois pertenciam ao mesmo partido: o PRC – Partido Republicano Construtor Espírito-Santense. Ainda em 1919, foi reeleito com uma das maiores votações do Estado, e novamente em 1923.

Álvaro Castello - Eleito pelo Partido da Lavoura (10 de Abril de 1935 a 09 de Novembro de 1937)

José Giestas (1951 a 1955)

Pedro Saleme (1954-1958 e 1959-1962)

Sebastião Cipriano do Nascimento – "Totó" (1954-1958, 1959-1962 e 1963-1966)

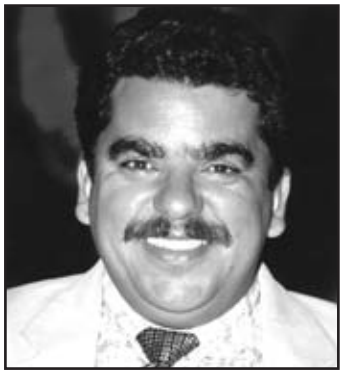
José Wenceslau de Souza – "Zé Lalau" (1967 – 1970)

José Luiz Cláudio Corrêa (1971 a 1974 e reeleito para 1975 a 1979). Em 26/10/1981, assumiu novamente o cargo, do qual era o primeiro suplente da coligação, até 31/01/1983.

Juarez Martins Leite (1974 a 1978)

Mira Seibel (1987-1994)

Dr. Luiz Timóteo Dias Vieira (1990-1994)



Almir Braga Rosa - "Almir Pernambuco" (1995 a 1998)

• Câmara Federal

Álvaro Castello (1946 a 1963). Pelo PSD (05/02/1946 a 1950). Reeleito para o período de 1951 até 31/01/1955. Voltou à Câmara Federal (17/03/1961 até 31/01/1963) em substituição ao Deputado Napoleão Fontenelle, que fora nomeado Secretário de Estado da Agricultura, na Administração do então governador Carlos Lindenberg.

Jônice Tristão – 26/01 a 20/12/1999

O Sr. Élcio Álvares (PFL) foi eleito Senador da República para o período de 1º/01/1994 a 31/12/2002, tendo na suplência o Sr. Jônice Tristão (PFL).

Em 1999, quando Presidente da República o Sr. Fernando Henrique Cardoso (1º mandato – 1995 a 1999), o Sr. Élcio foi nomeado Ministro Extraordinário da Defesa, ocasião em que o Sr. Jônice assumiu o mandato para o período de 26 de janeiro a 20 de dezembro de 1999. Durante este período, honrou mais uma vez, o nome de Afonso Cláudio e do Espírito Santo, pois em 1973, a Assembléia Legislativa o considerava cidadão honorário e a Câmara Municipal Afonsoclaudense, assim também o distinguira.

Quando de sua posse, em 26/01/1994, pronunciou o seguinte discurso: "Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço ao nobre Senador Gerson Camata, que, falando em seu nome e em nome da Bancada do Espírito Santo, teceu palavras que me homenagearam e me engrandeceram.

A minha inexperiência como Parlamentar e a emoção do momento impedem-me de falar de improviso.

Estou honrado em passar a pertencer a esta Casa de tão gloriosas tradições, apesar do delicado momento de transição que o Congresso atravessa. Estou consciente da difícil missão de substituir o ilustre Senador e amigo Élcio Álvares, companheiro inseparável de longas jornadas no nosso querido Estado do Espírito Santo e Senador que, em seu primeiro mandato, teve uma atuação ímpar e de competência fora do comum.

Empresário que sempre fui, sem qualquer experiência parlamentar, quero, humildemente, dizer a todos os senhores que aqui venho para desempenhar essa árdua missão, aprendendo com V. Ex.ª, absorvendo a grande experiência dos membros desta Casa. Ensinar-me.

Sr. Presidente, espero continuar servindo ao meu País e seguir as determinações de V. Ex.ª.

Ao meu Partido, hoje aqui representado pelo nosso líder Marco Maciel, quero dizer que continuarei sempre coerente, fiel às suas diretrizes.

Aos amigos que vieram festejar comigo a minha posse, farei tudo para não decepcioná-los, pedindo a todos o apoio que sempre me deram a ao qual tenho procurado responder com minha gratidão.

Ao meu filho Sérgio, hoje representando toda a família, dedico o meu esforço em bem cumprir este mandato, servindo como exemplo para os meus filhos e netos.

Á minha esposa Ilza, a minha homenagem pelo apoio que sempre me deu para atingir a posição de empresário bem-sucedido, que hoje culmina com a honra de tornar-me Senador da República.

Á minha mãe, hoje hospitalizada, em estado de saúde melindroso, dedico o honroso título de Senador da República, em homenagem aos exemplos que recebi em toda minha vida.

Nobre colegas, contem com minha solidariedade, contem com minha amizade.Peço ajuda para a tarefa de bem servir a nossa Pátria Tudo farei para não decepcioná-los. Muito obrigado. (Palmas)."

Em 20 de dezembro de 1994, fazia o seu pronunciamento de despedida da Casa, onde fez referências aos Srs. João de Medeiros Calmon, Gerson Camata e ao suplente Joaquim Beato, que também tivera oportunidade de participar da vida do Senado. Naquela ocasião, foi aparteado pelos Senadores: Esperidião Amin, Gilberto Miranda, Jacques Silva, João Calmon, Jonas Pinheiro, Júnia Marise, Mauro Benevides, Nelson Carneiro e Valmir Campelo.

FOTO Nº 28 - Visita dos Senadores e Deputados Estaduais do Espírito Santo ao Presidente da República - Palácio do Catete - Rio de Janeiro - 12/12/1955.

Da Esquerda Para a Direita: Dr. Napoleão Fontenelle (Dep. Federal), Joaquim Persiano de Oliveira (Dep. Estadual), Dr. Dirceu Cardoso (Senador), Frederico Pretti (Dep. Estadual), Dr. Carlos Lindenberg (Senador), Ari Viana (Senador), Judith Leão Castello Ribeiro (Dep. Estadual), Dr. Nereu Ramos (Presidente da República - 1955/1956), Dr. Eurico Aguiar Salles (Presidente do SESI), Dr. Álvaro Castello (Presidente da Caixa Econômica Federal no Espírito Santo), Dr. Dílio Penedo (Dep. Estadual), Pedro Saleme (Dep. Estadual), Tuff Nader (Dep. Estadual), Francisco Schwartz (Dep. Estadual) e Talmon Rodrigues Ribeiro (Funcionário do IAPC).

(Acervo: João Luiz Castello Lopes Ribeiro)

Obs.: Faltaram ao encontro os Deputados Estaduais Arsílio Caiado e Alfredo Antonio (não viajaram) e Eugênio Paixão e Dr. Dalton Penedo, que, entretanto, compareceram à visita ao Dr. Jucelino Kubitschek no dia 11/12/1955, às 11 horas, no apartamento do futuro Presidente (1956/1961).

Ainda presentes à visita, os Dep. Federais, Dr. Cícero Alves e Jefferson de Aguiar. Ausente o Dep. Federal Dulcino Monteiro de Castro.

• Modelos de Propaganda Eleitoral

Companheiros e Amigos

CANDIDATANDO-ME A VEREADOR PARA REPRESENTAR O NOSSO QUERIDO DISTRITO DE PONTÕES, obedeci a um imperativo: tal o de resguardar a lealdade e boa fé de meus companheiros e amigos de jornada em luta constante em prol do nosso sempre abandonado e esquecido Distrito. Desiludido com as últimas promessas falhas e infiéis que nos foram feitas, apresentamos as nossas razões e motivos ao não obstante, firmes continuamos. Nesta emergência, nada nos restava senão o rompimento com aqueles que se esqueceram de todos os benefícios que anteriormente lhes fizemos sem cumprirem uma só das promessas solenemente feitas.

Tomando tal atitude temos certeza ser ela benéfica ao nosso Distrito, em benefício de cujos interesses nos lançamos com todas as nossas forças.

Desnecessário seria enclarecer aos meus amigos os ingentes esforços sacrifícios e lutas durante 14 anos nesse pequenino torrão Guanduense, cada um fiz e todo daral por ver-lo prospero e honrado no seio do comunhão Municipal.

Os nossos companheiros de luta se mostram leais e sem interesses pessoais. Trabalhadores que são, não nos prometem o impossível mas somente o que todos realizar pela garantia é a sua lealdade de trabalho. Quem trabalha prospera.

Meus bons amigos, vós sabeis que durante esse período em que vivi convosco sempre zelei pelos interesses e bem estar de cada um, evitando os desentendimentos entre vizinhos, aí nos unimos de pouca monta. Fui no labutar quotidiano de sol a sol, mourejando na minha propriedade Agrícola que granjeei algo que possuo, que maior as apreensão pela valorização crescente provocada pela inflação da moeda, mas também granjeei grandes amizades e entre elas, são grandes e valiosas cada vez maiores no meu coração e na minha estima.

Em suma, estamos certos de que o nosso Distrito levou vantagem revelando por nossa intermédio e de grande lutador que é André Preti apoiado por inumeros amigos e a sua independente jamais desmentido.

Quanto aos problemas de interesse distrital, fôram objeto de cogitação com os nossos companheiros e ficou entendido que, um vez eleitos, seria uma de nossas primeiras realizações a reconstrução da ponte estrada e melhor assistencia á séde do Distrito.

Pontões — Não pode, não deve ser vencida nessa Luta.

Vencedores, teremos êxito. Vencidos, nada teremos e será pelor do que até agora.

Junto pois, que aguarde o vosso voto, sincero e leal nas urnas para a legenda da U. D. N. e para o Prefeito Augusto Lemos.

Afonso Cláudio, novembro de 1947.

Joaquim Eustorgio Serpa

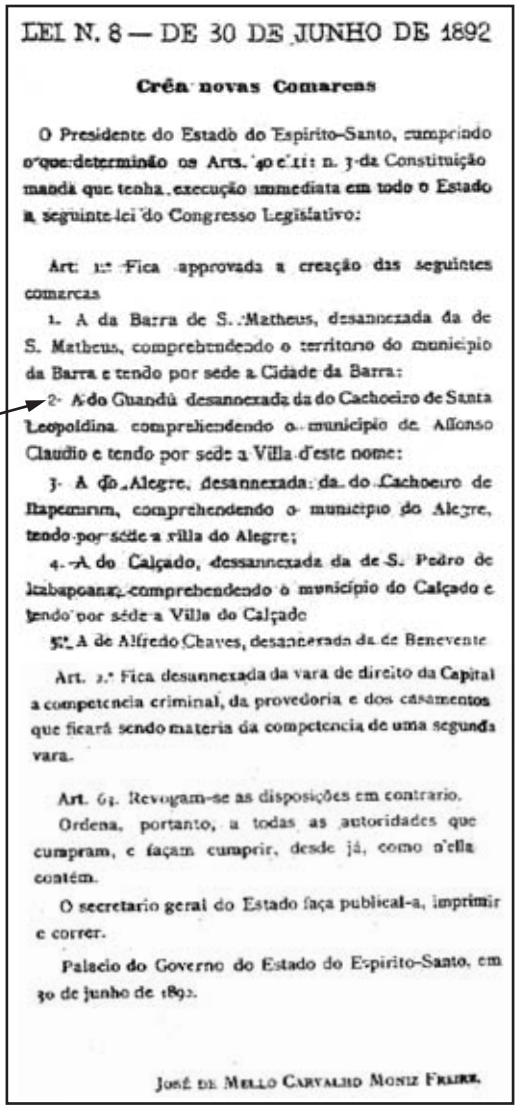
ILUSTRAÇÃO Nº 30 - Correspondência do Candidato a Vereador por Pontões, Sr. Joaquim Eustórgio Serpa - Novembro de 1947.
(Acervo: Familiares de Joaquim Eustórgio Serpa)

ILUSTRAÇÃO Nº 31 - Campanha Para Prefeito do Sr. João Valim, Sebastião Cypriano do Nascimento (Deputado Estadual) e Bagueira Leal (Deputado Federal) - 1962.
(Acervo: Superintêndencia Regional de Educação de Afonso Cláudio)

2.3 – Poder Judiciário, inclusive Cartórios Públicos e Ministério Público Estadual.

2.3.1 – Judiciário:

A comarca com o nome de Guandu foi criada pela Lei nº 8, de 30 de junho de 1892, e instalada em 14 de agosto do mesmo ano. Em 30 de dezembro de 1921, passou a denominar-se “Afonso Cláudio”.



LEI N. 8 — DE 30 DE JUNHO DE 1892

Crêa novas Comarcas

O Presidente do Estado do Espirito-Santo, cumprindo o que determinão os Arts. 40 e 41 n. 3 da Constituição manda que tenha execução immediata em todo o Estado a seguinte lei do Congresso Legislativo:

Art. 1.º Fica approvada a creação das seguintes comarcas

1. A da Barra de S. Matheus, desannexada da de S. Matheus, comprehendendo o territorio do municipio da Barra e tendo por sede a Cidade da Barra:

2. A do Guandú desannexada da do Cachoeiro de Santa Leopoldina comprehendendo o municipio de Affonso Claudio e tendo por sede a Villa d'este nome:

3. A do Alegre, desannexada da do Cachoeiro de Itapemirim, comprehendendo o municipio do Alegre, tendo por séde a villa do Alegre;

4. A do Calçado, dessannexada da de S. Pedro de Itabapoana, comprehendendo o municipio do Calçado e tendo por séde a Villa do Calçado

5. A de Alfredo Chaves, desannexada da de Benevente

Art. 2.º Fica desannexada da vara de direito da Capital a competencia criminal, da provedoria e dos casamentos que ficará sendo materia da competencia de uma segunda vara.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Ordena, portanto, a todas as autoridades que cumpram, e façam cumprir, desde já, como n'ella contém.

O secretario geral do Estado faça publical-a, imprimir e correr.

Palacio do Governo do Estado do Espirito-Santo, em 30 de junho de 1892.

José de Mello Carvalho Moniz Freire.

ILUSTRAÇÃO Nº 32 - Lei nº 8, de 30/06/1892 – Criação da Comarca.
(Acervo: Tribunal de Justiça do Espírito Santo)

A 1ª (primeira) sessão ordinária do Júri da Comarca foi realizada no dia 20 de março de 1893, às 10 horas, nas dependências da Câmara Municipal.
O 1º (primeiro) Juiz de Direito foi o Dr. Francisco de Paula Mendes Wanderley, nomeado em 1892. O juiz substituto naquela ocasião era o Padre José Marcellino do Vale.
Procurou-se recuperar a galeria dos juízes que prestaram serviços jurídicos á Comarca guanduense, entretanto, não há no fórum local, nem em Vitória, registros desses magistrados, daí a solução precária de resgatá-los via jornais da época, que, como já se sabe, não possuem seqüência de publicações, além de livros de registros dos atos do judiciário, ocasião que contamos com a colaboração do Sr. Duarte Lourenço Manso de Sá.

- ✓ 1892 - Dr. Francisco de Paula Mendes Wanderley
  (Pe. José Marcellino do Vale – Juiz Substituto)
  OBS.: Ficou o Dr. Francisco pouco tempo no cargo, pois viera a revolução de 1892, quando foi ameaçado, segundo GOMES[7], já citado, "tendo que deixar a comarca às pressas". Ainda segundo a mesma fonte, "houve inclusive ameaças de cortarem-lhe a barba com facão".
- ✓ 1892/1894 - Dr. Antônio Lourenço de Araújo
- ✓ 1893 - Dr. F. Carlos Francisco Gonçalves
- ✓ 1894/1896 - A comarca ficou sem Juiz.
- ✓ 1897/1918 - Dr. Genuíno A. de Andrade

FOTO Nº 29 - Dr. Genuíno A. de Andrade e Lindolpha Galvão - Sem Data.
(Acervo: Familiares de Adherbal Galvão)

- ✓ 1915 - Máximo de Vargas Fernandes (Juiz Distrital)
- ✓ 1915 - Dr. Ernesto de Vargas Fernandes (Juiz Distrital Substituto)
- ✓ 1916 - Levino Augusto de Holanda
- ✓ 1916/1919 - Antonio Manoel Fernandes (em exercício)
- ✓ 1917/1921 - Dr. Cristiano V. de Andrade
- ✓ 1921 - Antonio Manoel Fernandes (em exercício)
- ✓ 1923 - Dr. Cassiano Cardoso Castello
- ✓ 1924/1927 - Dr. Lourival de Almeida
- ✓ 1928/1930 - Dr. Lourival de Almeida
- ✓ 1929 - Dr. Cassiano Cardoso Castello
- ✓ 1930 - Dr. Nilton Thevénard
- ✓ 1930 - Dr. Pedro O. Relly Souza
- ✓ 1931 - Dr. Gumercindo de Souza Mendes
- ✓ 1931 - João Soares de Azevedo (substituto)
- ✓ 1931/1932 - Dr. Atahualpa Lessa
- ✓ 1931/1932 - Dr. Epaminondas Amaral (Substituto)
- ✓ 1931 - Jair Giestas (Suplente de Juiz Substituto)
- ✓ 1932 - Clóvis Oliveira de Araújo
- ✓ 1932/1937 - Dr. Cândido Marinho da Silva
- ✓ 1936/1938 - Dr. Ayrton Martins Lemos
- ✓ 1938 - Olívio de Andrade Lyra
- ✓ 1938 - Dr. João Manoel Fernandes (Substituto)
- ✓ 1938/1950 - Dr. Nilton Thevénard
- ✓ 1939 - Thaurison Rocha Pimentel
- ✓ 1946 - Geraldo Paiva Monteiro
- ✓ 1947 - Dr. Moacyr de Figueiredo Côrtes
- ✓ 1948 - Dr. Carlos Soares Pinto Aboudib
- ✓ 1950 - Siuvio Ferreira de Menezes
- ✓ 1948/1951 - Dr. Ayres Xavier da Penha
- ✓ 1952 - Dr. Epaminondas Pimentel
- ✓ 1953 - Dr. Victor Hugo Cupertino de Castro
- ✓ 1953/1954 - Dr. Dermerval Lyrio
- ✓ 1954 - João Batista Miranda Amaral
- ✓ 1955 - Dr. Renato Dutra de Mendonça (Substituto)
- ✓ 1955 - Dr. Crystalino de Abreu Castro
- ✓ 1955 - Dr. Carlos Teixeira Campos
- ✓ 1956 - Dr. Antônio Tápias de Vasconcellos (Substituto)
- ✓ 1956 - Dr. Rômulo Salles de Sá

- ✓ 1957 - Dr. José Francisco Lellis Horta (Substituto)
- ✓ 1957 - Dr. Harley Pinheiro Monteiro
- ✓ 1958 - Dr. Renato José Pacheco
- ✓ 1958 - Dr. Augusto José Calmon Nogueira da Gama
- ✓ 1958/1959 - Dr. Joaquim Ramos
- ✓ 1959 - Dr. Martiniano Lintz
- ✓ 1960 - Dr. José Pinheiro Monteiro
- ✓ 1960 - Dr. Orly Moraes Borges
- ✓ 1960 - Dr. José Pinheiro Monteiro
- ✓ 1961 - Dr. Mário da Silva Nunes
- ✓ 1962 - Dr. José Lopes de Rezende
- ✓ 1962 - Dr. Antônio Tápias de Vasconcellos
- ✓ 1965 - Dr. José de Oliveira Roza
- ✓ 1966 - Dr. Lourismário José Vieira
- ✓ 1966 - Dr. Antônio Ferreira de Azevedo
- ✓ 1967 - Dr. Adalton Santos
- ✓ 1967 - Dr. Nilton Percise Moreira
- ✓ 1967 - Dr. Arione Vasconcelos Ribeiro
- ✓ 1968 - Dr. José Geraldo Bermudes
- ✓ 1968 - Dr. Francisco Bittencourt
- ✓ 1968 - Dr. Maurílio Almeida de Abreu
- ✓ 1969 e 1972 - Dr. Rubens Nogueira Duarte
- ✓ 1970 - Dr. Norton de Souza Pimenta
- ✓ 1971 - Dr. Sebastião Homero Barboza de Araújo
- ✓ 1971 - Dr. Jercy da Silva
- ✓ 1972 - Dr. João Batista Herquenhoff
- ✓ 1973 - Dr. Marco Antônio de Souza Basílio
- ✓ 1974 - Dr. Frederico Guilherme Pimentel
- ✓ 1974 - Dr. Luiz Guilherme Ribeiro
- ✓ 1974 - Dr. José Carlos Cola
- ✓ 1975 - Dr. Paulo Nicola Copollilo
- ✓ 1981 - Dr. Robson Furtado Gama Sobreiro
- ✓ 1981 - Dr. Roberto da Fonseca Araújo
- ✓ 1981 - Dr. Josenider Tavares Varejão
- ✓ 1981 - Dr. Moacir Rodrigues
- ✓ 1982 - Dr. Rômulo Taddei
- ✓ 1984 - Dr. Alberto Baptista Sobrinho
- ✓ 1984 - Dr. José de Aquino Perpétuo

- ✓ 1986 - Dr. Carlos Eduardo Moreira da Silva
- ✓ 1986 - Dr. Willian Couto Gonçalves
- ✓ 1986 - Dr. Dumont Santos Reis
- ✓ 1987 - Dr. Carlos Simões da Fonseca
- ✓ 1987 - Dr. Robson Luiz Albanês
- ✓ 1988 - Dr. João de Deus Alochio
- ✓ 1989 - Dr. Willian Silva
- ✓ 1989 - Dr. José Henrique Hingel
- ✓ 1990 - Dr. Ewerton Schawab Pinto Junior
- ✓ 1990 - Dr. Píndaro Borges Eccard
- ✓ 1990 - Dr. Erivaldo Franklin de Medeiros
- ✓ 1991 - Dr. Wallace Pandolpho Kieffer
- ✓ 1992 - Dr. Patrícia Pereira Neves (Primeira Juíza)
- ✓ 1992 - Dr. Márcio Nunes da Rosa
- ✓ 1992 - Dr. Celson Candido Rezende
- ✓ 1994 - Dr. Geroge Luiz Silva Figueira
- ✓ 1994 - Dr. Maria do Céu Pitanga de Andrade
- ✓ 1994 - Dr. José Luiz da Costa Altafim
- ✓ 1995 - Dr. Cláudia Vieira de Oliveira
- ✓ 1996 - Dr. Rogério Rodrigues de Almeida
- ✓ 1999 - Dr. Jerônimo Monteiro
- ✓ 1999 - Dr. Laudio Klippel
- ✓ 2000 - Dr. Arion Mergar
- ✓ 2003 - Dr. Mariana Paraizo Bizzoto de Mendonça
- ✓ 2003 - Dr. Gisele Onigkeit
- ✓ 2004 - Dr. Adriano Corrêa de Mello
- ✓ 2005 - Dr. Antonio Cortes Paixão
- ✓ 2007/08 - Dr. Alcenir Santos Pimentel

OBS.: Os senhores João Manoel Fernandes e João Soares de Azevedo, no exercício do cargo de Juiz de Paz Distrital na sede da Comarca, na falta do Juiz Substituto para substituir o Titular, por várias vezes assumiram a direção da Comarca no período de 1930 a 1945.

Durante 54 (cinqüenta e quatro) anos o Fórum funcionou nas dependências da Câmara Municipal.

Em 26 (vinte seis) dias de julho de 1970 foi inaugurada as novas instalações do

prédio do Fórum, situado à Praça Independência.

FOTO Nº 30 - Novas Dependências do Fórum - 1975.
(Acervo: Zilka Fernandes)

O novo Fórum recebeu o nome do ex-magistrado Atahualpa Lessa, assassinado em 1932, quando no exercício do cargo, juntamente com a testemunha que dava o seu depoimento na trágica sessão, o Sr. José Gonçalves D'Avila e, ainda, o escrivão Constantino José de Sá.

Dr. Atahualpa nasceu em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1902, filho de Armindo Lessa e Idalina dos Reis Lessa. O seu assassinato ocorreu em 1º de fevereiro de 1932, aos 30 (trinta) anos de idade.

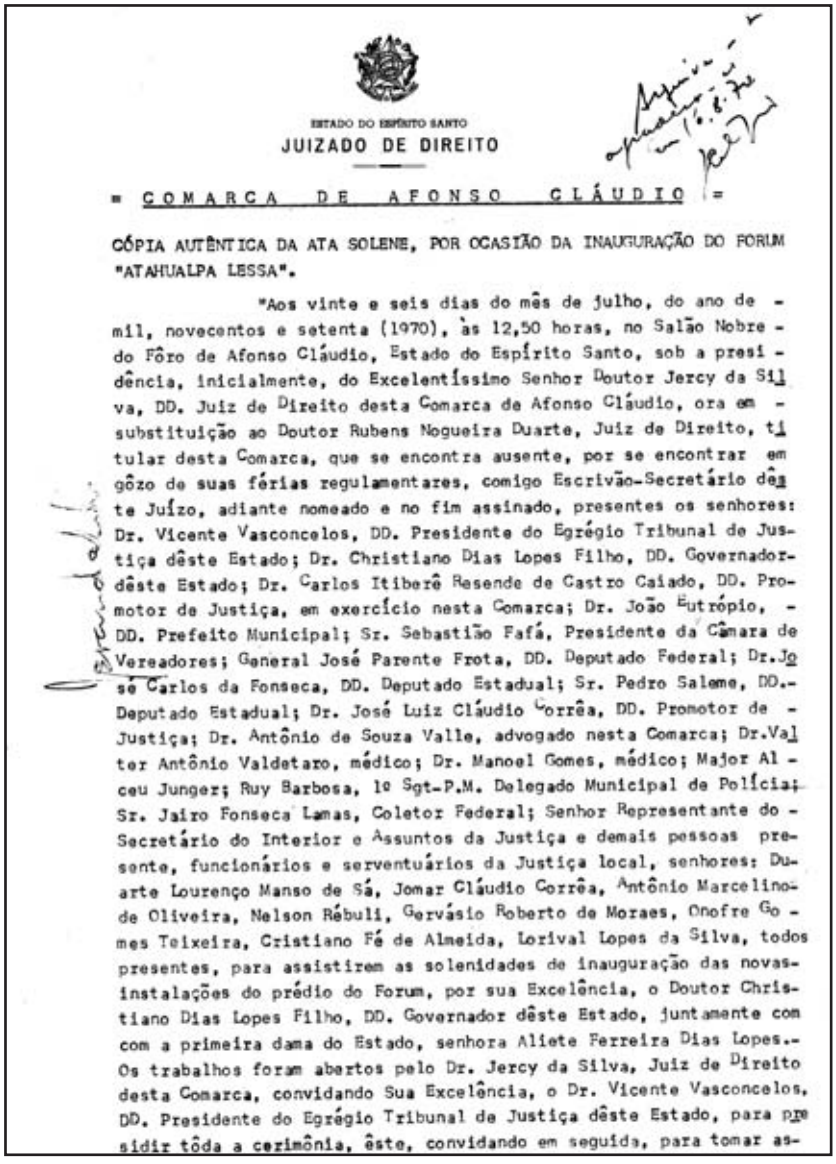
Colara grau de bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói, em 18 de dezembro de 1928, segundo LYRIO[52].

Ainda buscando agasalho na mesma fonte, em 11 de junho de 1929 fora nomeado promotor público na Comarca de Itaguaçu. Posteriormente, removido para Vitória, no ano de 1930, onde permaneceu até 1931.

"Por Decreto nº 413, de 7 de fevereiro de 1931, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Afonso Cláudio, então 1ª entrância".

[52]LYRIO, Dermerval. "Vida e Morte de Atahualpa Lessa". Afonso Cláudio (ES). Jornal "O Afonso Cláudio", Nº 54, de 31 de julho de 1954. 4p.

O seu corpo foi sepultado em Vitória. Era casado com a Sra. Eloísa Santos Barreto e tinha uma filhinha quando do seu falecimento (Marina).
O assassino foi o famigerado Sr. Joaquim Rosa, que foi condenado à pena de reclusão na Penitenciária do Estado por 30 (trinta) anos. A sentença foi proferida pelo Juiz Dr. Cândido Marinho, em outubro de 1932.
FILHO[29] tratou com muita propriedade todos os meandros do assassinato, desde a sua origem, traçando detalhes deste infausto acontecimento, que sugerimos a sua leitura.

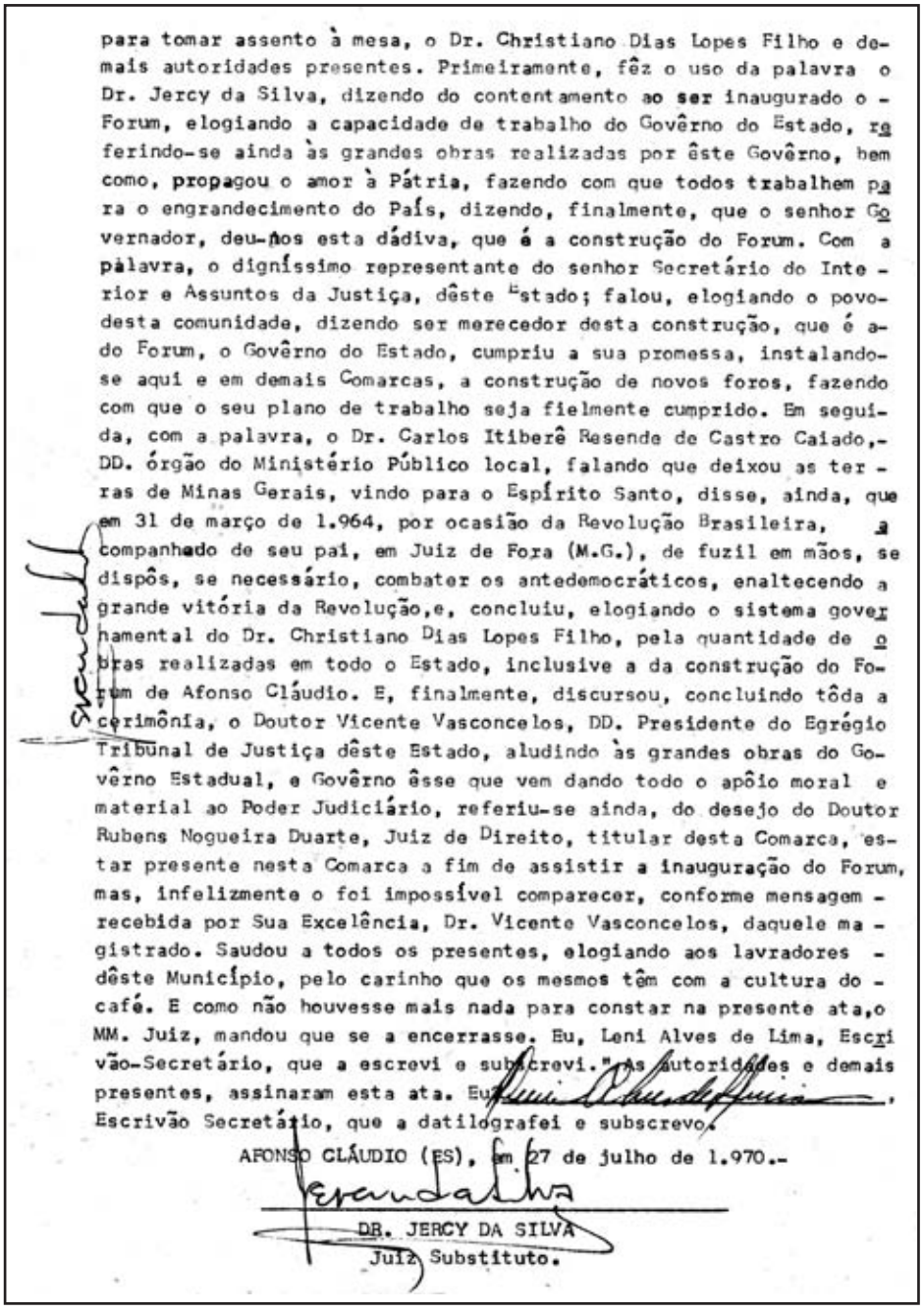


ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO

= COMARCA DE AFONSO CLÁUDIO =

CÓPIA AUTÊNTICA DA ATA SOLENE, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DO FORUM "ATAHUALPA LESSA".

"Aos vinte e seis dias do mês de julho, do ano de mil, novecentos e setenta (1970), às 12,50 horas, no Salão Nobre do Fôro de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, sob a presidência, inicialmente, do Excelentíssimo Senhor Doutor Jercy da Silva, DD. Juiz de Direito desta Comarca de Afonso Cláudio, ora em substituição ao Doutor Rubens Nogueira Duarte, Juiz de Direito, titular desta Comarca, que se encontra ausente, por se encontrar em gôzo de suas férias regulamentares, comigo Escrivão-Secretário dêste Juízo, adiante nomeado e no fim assinado, presentes os senhores: Dr. Vicente Vasconcelos, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça dêste Estado; Dr. Christiano Dias Lopes Filho, DD. Governador dêste Estado; Dr. Carlos Itiberê Resende de Castro Caiado, DD. Promotor de Justiça, em exercício nesta Comarca; Dr. João Eutrópio, DD. Prefeito Municipal; Sr. Sebastião Fafá, Presidente da Câmara de Vereadores; General José Parente Frota, DD. Deputado Federal; Dr. José Carlos da Fonseca, DD. Deputado Estadual; Sr. Pedro Saleme, DD. Deputado Estadual; Dr. José Luiz Cláudio Corrêa, DD. Promotor de Justiça; Dr. Antônio de Souza Valle, advogado nesta Comarca; Dr. Valter Antônio Valdetaro, médico; Dr. Manoel Gomes, médico; Major Alceu Junger; Ruy Barbosa, 1º Sgt-P.M. Delegado Municipal de Polícia; Sr. Jairo Fonseca Lamas, Coletor Federal; Senhor Representante do Secretário do Interior e Assuntos da Justiça e demais pessoas presente, funcionários e serventuários da Justiça local, senhores: Duarte Lourenço Manso de Sá, Jomar Cláudio Corrêa, Antônio Marcelino de Oliveira, Nelson Rébuli, Gervásio Roberto de Moraes, Onofre Gomes Teixeira, Cristiano Fé de Almeida, Lorival Lopes da Silva, todos presentes, para assistirem as solenidades de inauguração das novas instalações do prédio do Forum, por sua Excelência, o Doutor Christiano Dias Lopes Filho, DD. Governador dêste Estado, juntamente com com a primeira dama do Estado, senhora Aliete Ferreira Dias Lopes. Os trabalhos foram abertos pelo Dr. Jercy da Silva, Juiz de Direito desta Comarca, convidando Sua Excelência, o Dr. Vicente Vasconcelos, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça dêste Estado, para presidir tôda a cerimônia, êste, convidando em seguida, para tomar as-



para tomar assento à mesa, o Dr. Christiano Dias Lopes Filho e demais autoridades presentes. Primeiramente, fêz o uso da palavra o Dr. Jercy da Silva, dizendo do contentamento ao ser inaugurado o Forum, elogiando a capacidade de trabalho do Govêrno do Estado, referindo-se ainda às grandes obras realizadas por êste Govêrno, bem como, propagou o amor à Pátria, fazendo com que todos trabalhem para o engrandecimento do País, dizendo, finalmente, que o senhor Governador, deu-nos esta dádiva, que é a construção do Forum. Com a palavra, o digníssimo representante do senhor Secretário do Interior e Assuntos da Justiça, dêste Estado; falou, elogiando o povo desta comunidade, dizendo ser merecedor desta construção, que é a do Forum, o Govêrno do Estado, cumpriu a sua promessa, instalando-se aqui e em demais Comarcas, a construção de novos foros, fazendo com que o seu plano de trabalho seja fielmente cumprido. Em seguida, com a palavra, o Dr. Carlos Itiberê Resende de Castro Caiado,- DD. órgão do Ministério Público local, falando que deixou as terras de Minas Gerais, vindo para o Espírito Santo, disse, ainda, que em 31 de março de 1.964, por ocasião da Revolução Brasileira, acompanhado de seu pai, em Juiz de Fora (M.G.), de fuzil em mãos, se dispôs, se necessário, combater os antedemocráticos, enaltecendo a grande vitória da Revolução,e, concluiu, elogiando o sistema governamental do Dr. Christiano Dias Lopes Filho, pela quantidade de obras realizadas em todo o Estado, inclusive a da construção do Forum de Afonso Cláudio. E, finalmente, discursou, concluindo tôda a cerimônia, o Doutor Vicente Vasconcelos, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça dêste Estado, aludindo às grandes obras do Govêrno Estadual, e Govêrno êsse que vem dando todo o apôio moral e material ao Poder Judiciário, referiu-se ainda, do desejo do Doutor Rubens Nogueira Duarte, Juiz de Direito, titular desta Comarca, estar presente nesta Comarca a fim de assistir a inauguração do Forum, mas, infelizmente o foi impossível comparecer, conforme mensagem recebida por Sua Excelência, Dr. Vicente Vasconcelos, daquele magistrado. Saudou a todos os presentes, elogiando aos lavradores dêste Município, pelo carinho que os mesmos têm com a cultura do café. E como não houvesse mais nada para constar na presente ata,o MM. Juiz, mandou que se a encerrasse. Eu, Leni Alves de Lima, Escrivão-Secretário, que a escrevi e subscrevi." As autoridades e demais presentes, assinaram esta ata. Eu [illegible], Escrivão Secretário, que a datilografei e subscrevo.

AFONSO CLÁUDIO (ES), em 27 de julho de 1.970.-

DR. JERCY DA SILVA
Juiz Substituto.

ILUSTRAÇÃO Nº 33 - Ata da Sessão Solene da Inauguração do Fórum "Atahualpa Lessa" – 26/07/1970.
(Acervo: Arquivo Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 31 - Constantino José de Sá (Oficial do Cartório de Registro Civil) e Atahualpa Lessa - 1931.
(Acervo: Família Gomes - Lena Mara Leite Gomes)

Pela Lei nº 472, de 8 de março de 1951, a Comarca foi elevada à 2ª entrância, conforme ilustração a seguir.

LEI N 472

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO: Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Ficam elevadas a categoria de 2.ª entrância as Comarcas do Barra de São Francisco, Baixo-Guandú e Afonso Claudio, cujo provimento observará ao disposto no artigo 56 da lei de Organização Judiciária vigente.

Art. 2º — Ficam suprimidos, na carreira de juiz substituto três cargos à proporção que se forem vagando, após o aproveitamento de todos os candidatos que obtiveram classificação no último concurso realizado perante o Tribunal de Justiça.

Art. 3.º — As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da verba própria.

Art. 4.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a tôdas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário do Interior e Justiça faça publicá-la, imprimir e correr.

Palacio Anchieta, em Vitória, em 8 de março de 1951.

JONES DOS SANTOS NEVES
MESSIAS CHAVES
ARY VIANA

Selada e publicada nesta Secretaria do Interior e Justiça do Estado do Espirito Santo, em 8 de março de 1951.

Dario Araujo
Diretor da Divisão do Interior e Justiça.

ILUSTRAÇÂO Nº 34 - Lei nº 472 – Eleva a Comarca para 2ª Entrância – 8/03/1951.
(Acervo: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo)

Somente em 02 de julho do mesmo ano foi a mesma instalada, com a promoção do Dr. Francisco de Miranda Filho, da Comarca de Barra de São Francisco, e por remoção, a pedido, do Dr. Ayres Xavier da Penha, para a Comarca de Itapemirim.

A solenidade de posse ocorreu às 13 horas na sala de audiências, em presença do Sr. Prefeito Pedro Saleme, do Deputado Estadual Jair Giestas, do Presidente da Câmara, Sr. João Duarte Manso, do Promotor Público Dr. Murilo Silva, serventuários e auxiliares da justiça, advogados militantes no fórum e outros.

Durante a solenidade, usaram da palavra os Srs. Dr. Francisco de Miranda Filho, Dr. Murilo Silva, Romero Lofêgo Botelho (advogado) e Pedro Saleme.

Em agosto de 1978, o município de Afonso Cláudio assinava um convênio, no valor de Cr$ 1.900.000,00 (hum milhão e novecentos mil cruzeiros), com a Secretaria de Estado da Justiça para reforma e ampliação da nova sede do Fórum da Comarca de Afonso Cláudio. O edital de tomada de preços foi o de nº 024/78, assinado pelo prefeito daquela época, Sr. Leni Alves de Lima.

Decorria o ano de 1982, quando iniciavam-se novamente as obras de recuperação do Fórum. Foram gastos mais de Cr$ 7,00 milhões de cruzeiros, sendo que na parte térrea ficaram todos os cartórios; na área superior, gabinetes do Juiz e do Promotor de Justiça, sala para audiências secretas, salão nobre para o Tribunal do Júri.

A reinauguração do edifício do Fórum ocorreu no dia 14 de setembro de 1985, "numa solenidade que contou com as presenças do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Sebastião Sobreira, do Secretário de Justiça, Mário Moreira, do Juiz da Comarca, José de Aguino Perpétuo, e do Prefeito Sebastião Fafá", entre outras autoridades.

Discursaram, na ocasião, o Sr. Juiz de Direito e o Secretário de Justiça. O ato foi abrilhantado pela Banda de Música da Polícia Militar do Espírito Santo.

Segundo o AFONSO CLÁUDIO[53], "a sessão solene, no Salão do Júri, teve momentos de profunda emoção, como o discurso da advogada Marina Lessa, filha do inesquecível Juiz Atahualpa Lessa, patrono do Fórum de Afonso Cláudio. Também discursaram o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Sebastião Sobreira, o Secretário de Justiça, Mário Moreira, que representou o governador Gerson Camata, e o prefeito Sebastião Fafá".

Enquanto durou a reforma e ampliação, o Poder Judiciário passou a funcionar precariamente "em dependências cedidas do Centro Social Urbano". Face à escassez de recursos financeiros do Poder Judiciário, o Sr. Juiz passou a "con-

[53]O AFONSO CLAUDIO. "Inauguração – Fórum de Afonso Cláudio é dos mais modernos do Estado". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 28, de 31 de outubro de 1985. 4p.

cientizar e mobilizar setores representativos da sociedade, para, com dinheiro do próprio povo, concluir as obras do Fórum"[...].

FOTO Nº 32 - Novas Instalações do Fórum de Afonso Cláudio - 2008.
(Acervo: Superintendência Estadual de Educação de Afonso Cláudio)

2.3.3 – Ministério Público

A mesma metodologia adotada para o levantamento dos magistrados foi adotada para o Ministério Público. Na maioria dos editais publicados, não aparecem os nomes dos Promotores de Justiça, daí a razão de muitos deles aparecerem sem a data que prestaram seus serviços à Municipalidade.
O 1º (primeiro) nome de promotor de justiça encontrado foi o do Dr. Linhaus [...]

- ✓ 1892 - Dr. Linhaus [...]
- ✓ 1893 - Dr. Dyonisio Telles de Menezes
- ✓ 1893 - Dr. Custódio José Vieira
- ✓ 1894/1907 - Ficou sem Promotor Público
- ✓ 1908/1909 - Dr. Carlos Xavier Paes Barreto

OBS.: Pela Resolução nº 20, de 21 de agosto de 1908, ficou nomeado para esta Comarca, tendo assumido o exercício em 15 de setembro do mesmo ano.
De acordo com o depoimento de BRANDÃO[54], "havia doze anos que a Comarca estava sem promotor, pois o último abandonara o cargo, juntamente com o

[54]BRANDÃO, Noêmia Paes Barreto. "Ciência e Humanismo em Carlos Xavier Paes Barreto – 1881-1981. "Rio de Janeiro (RJ). 2002. 258p.

Juiz por julgar-se ameaçado". Prossegue a mesma fonte. "O lugar era atrasado, sem recursos e dominado por jagunços e o meio de condução existente era o cavalo". [...]

Por dever de ofício, o Dr. Carlos Xavier "denunciou um político muito temido, mandante de várias mortes e que ameaçava a todos com seus jagunços. Ninguém tinha coragem de acusá-lo. Após a formulação da denúncia, o acusado jurou vingar-se". A mesma fonte afirma que [...] "anos depois, tentou matá-lo por capangas, mas não logrou êxito: seu fiel amigo, Cel. Nicácio Tiradentes, avisou-o com antecedência daquela intenção". Não descobrimos qual era o nome do político citado. Pela data, supõe-se que tenha sido o Cel. Antonio Martinho Barbosa.

Ao longo da sua permanência em Afonso Cláudio, conseguiu conquistar a amizade da população. Quando fora transferido para a Comarca de Linhares, um abaixo-assinado com mais de 300 (trezentas), assinaturas foi encaminhado ao Presidente do Estado, Dr. Jerônimo Monteiro, pedindo a sua permanência no município.

Decorria o ano de 1908, e o Exmº Senhor Governador, em carta de 3 de setembro daquele ano, mantinha-o por mais algum tempo à frente da Comarca. Em 1909, apresentou relatório do movimento da Comarca, pioneiro neste tipo de comportamento.

- ✓ 1916 - Dr. Samuel Chaves
- ✓ 1917 - Dr. Mirabeau da Rocha Pimentel
- ✓ 1918 - Dr. Octávio Lengruber
- ✓ 1919 - Dr. José Cupertino de Castro Filho
- ✓ 1921 - Dr. Licino Ferreira de Menezes (interino)
- ✓ 1923 - Dr. Álvaro Castello (17/10/1923 a 09/10/1924)
- ✓ 1929 - Dr. Gaudêncio Júlio de Miranda
- ✓ 1930 - Dr. José Theodoro Rodrigues
- ✓ 1931 - Dr. Ayres Xavier da Penha
- ✓ 1932 - Dr. José Paulino Alves Junior

- ✓ Década 30/40 - Segundo ALMEIDA[10]
  - Nuno Santos Neves
  - Dr. Genuíno Andrade
  - Dr. Diniz do Vale
  - Dr. Samuel Chaves
  - Dr. Bulcão Viana
  - Dr. Lourival de Almeida
- ✓ 1935 - José Jorge Haddad
- ✓ 1936 - Dr. Luiz Moreira
- ✓ 1937 a 1950 - Sem informação
- ✓ 1951 - Dr. Cândido de Souza Cassa
- ✓ 1952 - Dr. Murilo Silva
- ✓ 1955 - Dr. Jarbas Alves de Athayde
- ✓ 1959/1960 - Dr. Oswaldo Horta Aguirre
- ✓ 1961/1962 - Dr. Maurício de Oliveira
- ✓ 1964/1969 - Dr. Ayr Frasson
- ✓ 1974/1976 - Dr. Luiz Carlos Nunes
- ✓ 1976/1977 - Dr. Alcídes do Amaral Semblano
- ✓ 1978/1982 - Dr. Carlos Etiberê Rezende de Castro Caiado
- ✓ 1982/1983 - Dr. Antonio João Pimentel da Silva
- ✓ 1983/1984 - Dra. Catarina Cecin Gazele
- ✓ 1991 - Dr. Jonaci Silva Heredia
- ✓ 1991/1992 - Dr. Evaldo Paixão Roque
- ✓ 1992 - Dr. Luiz Renato Azevedo da Silveira
- ✓ 1992 - Dr. Rogério Porto Pestana
- ✓ 1992 - Dr. Edwirges Dias
- ✓ 1992/1993 - Dra. Gilséia Maria de Oliveira
- ✓ 1992/1993 - Dra. Ana Brandão da Costa
- ✓ 1993 - Dr. Clóvis José Barbosa Figueira
- ✓ 1993/1994 - Dra. Angela Centurion Abranches
- ✓ 1994/1995 - Dra. Abigail Teixeira
- ✓ 1993/1995 - Dra. Lucimara Marques Adami
- ✓ 1996 - Dr. Luiz Alberto Nascimento
- ✓ 1996/1997 - Dr. Mauro Luiz Duarte Gazzani
- ✓ 1997 - Dr. Manoel Milagres da Silva Ferreira
- ✓ 1997/1998 - Dra. Maria Cristina Rocha Pimentel
- ✓ 1998/1999 - Dra. Sueli Lima e Silva
- ✓ 2003/2004 - Dr. Jerson Ramos de Souza

- ✓ 2004 - Dra. Gianna Bastos Saade
- ✓ 2005 - Dra. Judith Cristina Lopes
- ✓ 2005/2006 - Dra. Andréia Bucker do Nascimento Cardoso
- ✓ 2006 - Dr. Henrique de Souza Lima
- ✓ 2006 - Dr. Francisco Martinez Berdeal
- ✓ 2006 - Dr. Ranolfo Negro Junior
- ✓ 2006/2008 - Fabíula de Paula Secchin
- ✓ 2006/2008 - Dra. Vanessa Monteiro Fraga

FOTO Nº 33 - Novas Instalações do Ministério Público - 2008.
(Acervo: Superintendência Estadual de Educação de Afonso Cláudio)

2.3.2 – Cartórios Oficiais.

• Cartório de Registro Civil

Foi criado pelo Decreto 9.886, de 07 de março de 1888, sendo o seu 1º escrivão o Sr. José Ignácio da Fonseca Lannes. O 1º livro foi datado de 19 de fevereiro de 1891, cujos primeiros registros de nascimento, casamento e óbitos, foram:

a) Nascimento:
Nº 01 – Elvira, nascida no dia 04/09/1887 e registrada em 24/04/1891.
Pais: Anna Magalhães d'Oliveira Barros e Ramiro de Barros Conceição.

Neta Materna: Maria Francisca Vianna e Antônio Pinto de Magalhães.
Neta Paterna: Francisca Carolina de Barros e Joaquim Justino de Barros Conceição.

Nº 02 – Alzira, nascida no dia 03/02/1891, e registrada em 24/04/1891.
Pais: Anna Magalhães d'Oliveira Barros e Ramiro de Barros Conceição.
Neta Materna: Maria Francisca Vianna e Antônio Pinto de Magalhães.
Neta Paterna: Francisca Carolina de Barros e Joaquim Justino de Barros Conceição.

Nº 03 – Floriana, nascida no dia 26/03/1891, e registrada em 26/04/1891.
Pais: Maria Angélica da Conceição e Galdino José Fagundes.
Neta Materna: Lauriana Floriana Maria Fernandes e Joaquim José Fagundes.
Neta Paterna: Maria Angélica da Conceição e João José Fagundes.

Nº 04 – Maria, nascida no dia 31/08/1889, e registrada em 31/08/1891.
Pais: Maria Ribeira Gomes e Custódio d' Abreu Rangel.
Neta Materna: Rita Carolina Gomes e José Manoel Ribeiro
Neta Paterna: Francisca Rosa de Jesus e João d'Abreu Rangel.

Nº 05 – Adelino, nascido no dia 14/03/1891, e registrado em 28/04/1891.
Pais: Maria Ribeiro Gomes e Custódio de Abreu Rangel
Neta Materna: Rita Carolina Gomes e José Manoel Ribeiro
Neta Paterna: Francisca Rosa de Jesus e João de Almeida Rangel.

b) Casamentos:

Nº 01 - No dia 02/05/1891 casaram-se Maria Augusta Fansther, de 17 anos, e Francisco Izidoro Mesias, de 25 anos.
Ela filha de: Maria Patrocínio de Jesus e José Augusto Fansther.
Ele filho de: Gabriella Bernarda de Jesus e Vicente Moreira de Jesus.
Testemunha: Sabino Coimbra de Oliveira.

Nº 02 - No dia 02/05/1891, às 10 horas, casaram-se Juvenate Augusto Fans-

ther, de 19 anos e Antônio Lucindo Alves, de 22 anos.
Ela filha de: Maria Patrocínio de Jesus e José Augusto Fansther.
Ele filho de: Maria Francisco do Nascimento e Francisco Justino Alves.
Testemunha: Sabino Coimbra de Oliveira

Nº 03 - No dia 02/05/1891, às 13 horas, casaram-se Maria Luzia, de 16 anos, e Antônio Luiz de D'Oliveira, de 20 anos.
Ela filha de: Cândida Maria de Jesus e Antônio Gregório dos Santos.
Ele filho de: Maria Joaquina do Espírito Santo. Não foi registrado o nome do pai.

Nº 04 - No dia 09/05/1891, às 10 horas, casaram-se Maria Querubina de Jesus, de 20 anos e Luiz Machado Braga, de 21 anos.
Ela filha de: Querubina de Jesus e Ignácio Gonçalves Lanes.
Ele filho de: Anna Maria Rosa da Conceição e João Francisco Machado Braga.

Nº 05 - No dia 13/05/1891 casaram-se Maria Custódia de Jesus, de 18 anos, e Manoel Vicente da Costa, de 23 anos.
Ela filha de: Maria Joana de Jesus e Prudente Teotônio Dias.
Ele filho de: Greciana Antonia de Jesus e Vicente Antônio da Costa.

c) Óbitos:

Nº 01 – Em 01/04/1891, e registrado no dia 6/05/1891, o falecimento de Manoel d'Abreu Rangel, casado com Maria Fortunato de Abreu, sendo filho de: Francisco Rosa de Jesus e João d'Abreu Rangel.

Nº 02 – Em 29/08/1889, e registrado no dia 18/05/1891, o falecimento de Cândida Oliveira d'Abreu, com 39 anos, filha de Maria Joaquina de Jesus e Ângelo d'Abreu Rangel.

Nº 03 – Em 21/05/1891, e registrado no dia 21/05/1891, faleceu Manoel, com 7 (sete) dias de idade. Filho legítimo de Delphina Maria do Espírito Santo e Joaquim Antonio Dias.

Nº 04 – Em 19/01/1891, registrado no dia 04/06/1891, faleceu Maria José

Eduvirge, de 20 (vinte) anos, casada com João Pereira de Aguiar e filha legítima de Delphina Maria do Espírito Santo e Joaquim Antônio Dias.

Nº 05 – Em 21/05/1891, registrado no dia 04/06/1891, faleceu Francisca Carolina de Jesus, com 41 (quarenta e hum anos), casada com Ricardo Brum da Silva e filha legítima de Esmeria Carolina de São José e pai, sem identificação.

No período de 1891 a 2007 foram poucos os titulares deste Cartório. Há que se esclarecer que, com o apoio da titular atual, foi feito o levantamento, através dos diversos livros do Cartório, o que não assegura a certeza das datas exatas de cada titular. A descrição da qualificação dos oficiais é descrita conforme se encontram subscritos nos atos.

- ✓ José Ignácio da Fonseca Lannes – Escrivão de Paz (Fev/1891)
- ✓ José Pinheiro de Lacerda – Escrivão (Jul/1891)
- ✓ Ernesto Ignácio de Vargas – Escrivão Territorial (Março/1892)
- ✓ Joaquim Justino de Barros Conceição – Escrivão Interino (Julho/1892)
- ✓ Raul de Barros Conceição – Oficial Efetivo(Setembro de 1898)
- ✓ Antônio Bettio – Oficial (Julho de 1900)
- ✓ Raul de Barros Conceição – Oficial Interino (Julho de 1905)
- ✓ Honório Vieira de Azevedo – Oficial Interino (Outubro de 1906).
- ✓ Custódio Leite Ribeiro – Oficial Interino (Março de 1907).
- ✓ Constantino José de Sá – Oficial (Julho de 1909).
- ✓ Emygdio Xavier (Oficial Ad. Hoc (Julho de 1909).
- ✓ José Cupertino Figueira Leite – Oficial Interino (Fevereiro de 1910).
- ✓ Franklin Figueira Lessa – Oficial Interino (Maio de 1912).
- ✓ João Duarte Manso – Oficial Interino e depois, Oficial Titular (Julho de 1925, até 1966).
- ✓ José Luiz Caetano – Oficial Interino (1966).
- ✓ João Batista Petroneto – Oficial Interino e depois, Oficial Titular (Fevereiro de 1967 até 1998).
- ✓ Cíntia Vieira Petroneto – Substituta Legal (01 de abril de 1996); primeira Substituta Legal (17 de junho de 1998) e Registradora Civil e Notária Designada (Janeiro de 1999, até a presente data).

Os que ficaram mais tempo no cargo foram João Duarte Manso (41 anos) e

João Batista Petroneto (31 anos). O 1º (primeiro) local do Cartório foi a Praça Eugênio Silva, nº 3.

• Cartório de Registro Geral, Imóveis, Títulos, Documentos e Protestos do 1º Ofício.

Não se conseguiu a data de sua criação, entretanto o seu 1º (primeiro) escrivão foi o Sr. Joaquim Justino de Barros Conceição, cujo primeiro livro é datado de 1893, e a transcrição dos registros dos imóveis obedeceu à seguinte cronologia:

a) Em 04 de maio de 1893, Sabino Coimbra de Oliveira e sua mulher transferiram uma propriedade em Fazenda Pontões, para Manoel Figueira de Oliveira e sua mulher. O valor da transação foi de Rs. 2:500$000 (dois contos e quinhentos mil réis);

b) Ainda em 04 de maio de 1893, Luiz Simão da Silva e sua mulher transferiram, uma propriedade em Ribeirão - Empossado, para Antônio Vieira de Souza. O valor da transação foi de Rs. 4:070$000 (quatro contos e setenta mil réis);

c) Em 08 de maio de 1893, Manoel Fernandes Moura e sua esposa transferiram para Francisco Tosta das Neves, uma propriedade em Boa Vista. Não consta valor no registro de transferência;

d) Na data de 12 de maio de 1893, Antônio Gonçalves Lamas e sua mulher transferiram para Antônio Rodrigues da Cruz (meu triavô paterno) benfeitorias no lugar chamado Pombal. O valor da transação foi de Rs. 1:500$000 (hum conto e quinhentos mil réis).

e) Em 14/05/1893, Joaquim Cabral da Fonseca e sua mulher transferiram, para Euzébio Cabral da Fonseca, uma parte da Fazenda Lagoa, pelo valor de Rs. 300$000 (trezentos mil réis).

No período de 1893 a 2009, no levantamento possível de ser efetivado - pois o cartório não possui esta relação - estes foram os escrivães que subscreveram os atos.

- ✓ Joaquim Justino de Barros da Conceição – 1893 a 1901
- ✓ Adolpho Rodrigues Gomes – 1901 a 1929

- ✓ Emygdio Xavier – Oficial Interino – 1929
- ✓ Evaristo Argeu Gomes – Oficial Interino – 1929 a 1938
- ✓ Mário Pimentel – Oficial Interino – 1938 a 1939
- ✓ Mário Fonseca Lamas – Oficial Interino – 1939
- ✓ José Corrêa Neto – 1939 a 1967
- ✓ Maria Alvina Corrêa – Substituta – 1941 e Oficial Substituta em 1942.
- ✓ Jomar Cláudio Corrêa – Oficial Substituto – 1947 a 1963, Substituto – 1966 e Titular – 1967 a 1972.
- ✓ Maria Vieira Leite Corrêa – "Zetinha" – 1973 a 1999
- ✓ Leda Maria Corrêa Cola – 12/11/1999 até 2009.

FOTO Nº 34 - Cartório do 1º Ofício - Servidores Edvaldo Ribeiro e Valtinho – Sem Data.
(Acervo: Sebastião Fafá)

2.4 – Primeiro Terreno Legitimado no Município

GIESTAS[55], na sua coluna, "Fragmentos Históricos do Município", publicada no Jornal "O Afonso Cláudio", de 1959, recuperou o documento histórico sobre a primeira venda de terras no município, "quando a sua gleba ainda inculta era toda devoluta e foi efetuada mediante escritura pública da Fazenda Nacional a Joaquim Ferreira Galvão".

Prossegue a mesma fonte: "Nessa época a escolha e demarcação da propriedade era feita de acôrdo com a ambição do aventureiro que viesse desbravar a selva, para posterior regularização, e assim foi feito. Túlio de Araújo Barbosa

[55]GIESTAS, Jair "Fragmentos Históricos do Município. O Primeiro Terreno Legitimado no Município". Afonso Cláudio (ES). Jornal "O Afonso Cláudio". Nº 116, de 31/08/1959. 4p.

requereu a medição e demarcação das terras no Guandu, designando a propriedade requerida por PROVIDENCIA “conforme aviso nº 55, de 4 de outubro de 1873, do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, medida pelo engenheiro Maurício Vieira em 1877”.

“Pelo que se depreende do memorial da medição, Túlio de Araújo Barbosa transferiu o direito de posse a José Gabri e este a Joaquim Ferreira Galvão que por sua vez recebeu a escritura da Fazenda Nacional, cuja quantidade de terras medida foi de noventa e nove e meio (99 ½) alqueires, e o preço de venda estipulado na escritura, quinhentos e noventa e sete mil e oitenta e seis reis (597$086). Dentro dessas terras está localizada a cidade, cuja parte norte, na margem direita do Guandu (5 alqueires), é patrimônio da Igreja de São Sebastião, e a parte sul (10 alqueires), patrimônio da municipalidade”.

“TRANSLADO da escriptura que abaixo se declara.

Escriptura de venda de um terreno devoluto que faz a Fazenda Nacional a Joaquim Ferreira Galvão pela quantia de quinhentos e noventa e sete mil e oitenta e seis reis (597$086) na forma abaixo – Saibão quantos esta virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos e oitenta e trez, nesta cidade da Victoria, capital da Província do Espírito Santo, na secção do contenciozo da Thezouraria de Fazenda, onde eu Tabelião vim, ahi presentes o Procurador Fiscal Doutor José Camilo Ferreira Rebello e como outorgado comprador Joaquim Ferreira Galvão, residente em Guandu de cima, do Município de Cachoeiro de Itapemirim, representado por seu bastante procurador Theophilo Moraes digo Álvares de Souza Coutinho, conforme a procuração que apresentou e fica registrada a folhas quarenta e quatro do livro quarto de registro, reconhecidos pelos proprios de que trato e dou fé e das duas testemunhas no fim desta nomeadas e assignadas em presença das quaes me foi apresentado o bilhete de distribuição e conhecimento do talão seguinte Joaquim Ferreira Galvão compra ao Estado um terreno devoluto denominado “Providencia”

no município de Cachoeiro de Itapemirim contendo nove centas noventa cinco mil cento quarenta e quatro braças quadradas a seis decimos do real cada braça na importância de quinhentos noventa sete mil e oitenta e seis reis – Victoria dezesseis de Junho de mil oitocentos oitenta e tres distribuído ao Tabellião Araújo Victoria dezesseis de Junho de mil oitocentos e oitenta e trez Fernandes de Magalhães Exercício de mil oito centos oitenta e dois a mil oitocentos oitenta e trez . Numero quatrocentos e cinqüenta reis quinhentos noventa sete mil e oitenta e seis reis – Ás folhas sete verso – do livro caixa fica debitado ao Thezoureiro pela quantia de quinhentos noventa sete mil e oitenta e seis reis – recebido de Joaquim Ferreira Galvão proveniente de nove centas noventa e cinco mil cento quarenta e quatro braças quadradas de terras que comprou em hasta publica a preço de seis décimos do real por braça, situado no lugar denominado "Providencia" do município de Cachoeiro de Itapemirim Alfandega da Provincia do Espírito Santo na cidade de Victória, em nove de Junho de mil oitocentos oitenta e trez – O Fiel do Thezoureiro – Luiz Coutinho – O Escriturário Candido Vieira da Costa – Dizendo-me neste acto o mesmo Procurador Fiscal doutor José Camillo Ferreira Rebello em presença das mesmas testemunhas que em sessão da Junta da Thezouraria da Fazenda, em data de seis do corrente mez, foi vendido ao autorgado Joaquim Ferreira Galvão, por seu procurador Theophilo Araujo de Souza Coutinho um terreno devoluto no lugar denominado "Providencia" do município de Cachoeiro de Itapemirim contendo nove centas noventa e cinco mil, cento quarenta e quatro braças que se limita por todos os lados com terrenos devolutos, como consta do memorial e planta do Engenheiro Diolindo José Vieira Maciel datadas de vinte um de agosto de mil oito centos setenta e sete que na reparti-

ção competente ficão archivadas a seis decimos de real cada braça quadrada importam na quantia de quinhentos noventa e sete mil oitenta seis reis que foi recolhida aos cofres d'Alfandega conforme o conhecimento do talão já transcripto, de cujo terreno o mesmo comprador tomará posse gozará o direito poderá dispor como seu que fica sendo por bem deste instrumento. Pelo comprador foi dito por seu bastante procurador que aceita esta escritura e se dá por empossado do mencionado terreno. Emfim me pedirão este instrumento que lhes li aceitarão e assignarão com as testemunhas Antonio Pacheco Ribeiro e Lourenço Bernardino dos Santos, reconhecidas de mim Fernando José d'Araújo, Tabelião que assim afirmo e assigno em publico e razo. Em testemunho da verdade e signal publico Fernando José d'Araújo, José Camillo Ferreira Rebelo, Theophilo Alvares de Souza Coutinho, Antonio Pacheco Ribeiro Lourenço, Bernardino dos Santos Estando trez estampilhas no valor de seis centimos. E copiado do proprio livro, em o mesmo dia mez e anno Eu Fernando José d'Araújo Tabelião que escrevi assigno em publico e razo. Em test. (sinal público ilegível) Fernando José d'Araujo em 18 de junho de 1883 – Escrip. 8000 (ilegível) 6000 S. dd 2.200 Regº dep. 3.500 – Pg. 19,700 (rubrica ilegível)".

3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

3.1 - Primeiros Atos da Administração

Quando da emancipação política, foi criado um Conselho Administrativo, composto pelo Presidente Ramiro de Barros Conceição, que acumulava as funções executiva e legislativa, os governadores (hoje, vereadores) e o secretário.
Somente a partir de março de 1893 é que foram aprovados, sancionados e publicados os primeiros atos que nortearam a atual gestão e as futuras administrações. Não há mais nos arquivos da Municipalidade nenhum registro sobre as primeiras nomeações, compra de materiais, assim como sobre a instalação oficial e posse do 1º (primeiro) Prefeito Municipal. Algumas dessas informações obtivemos no APE - Arquivo Público Estadual.

3.1.1 – Legislação Administrativa:

• Decreto nº 01, de 14 de março de 1893:
"Promulgou o regimento interno do Governo Municipal".
Obs: composto de 85 (oitenta e cinco) artigos e 07 (sete) capítulos.

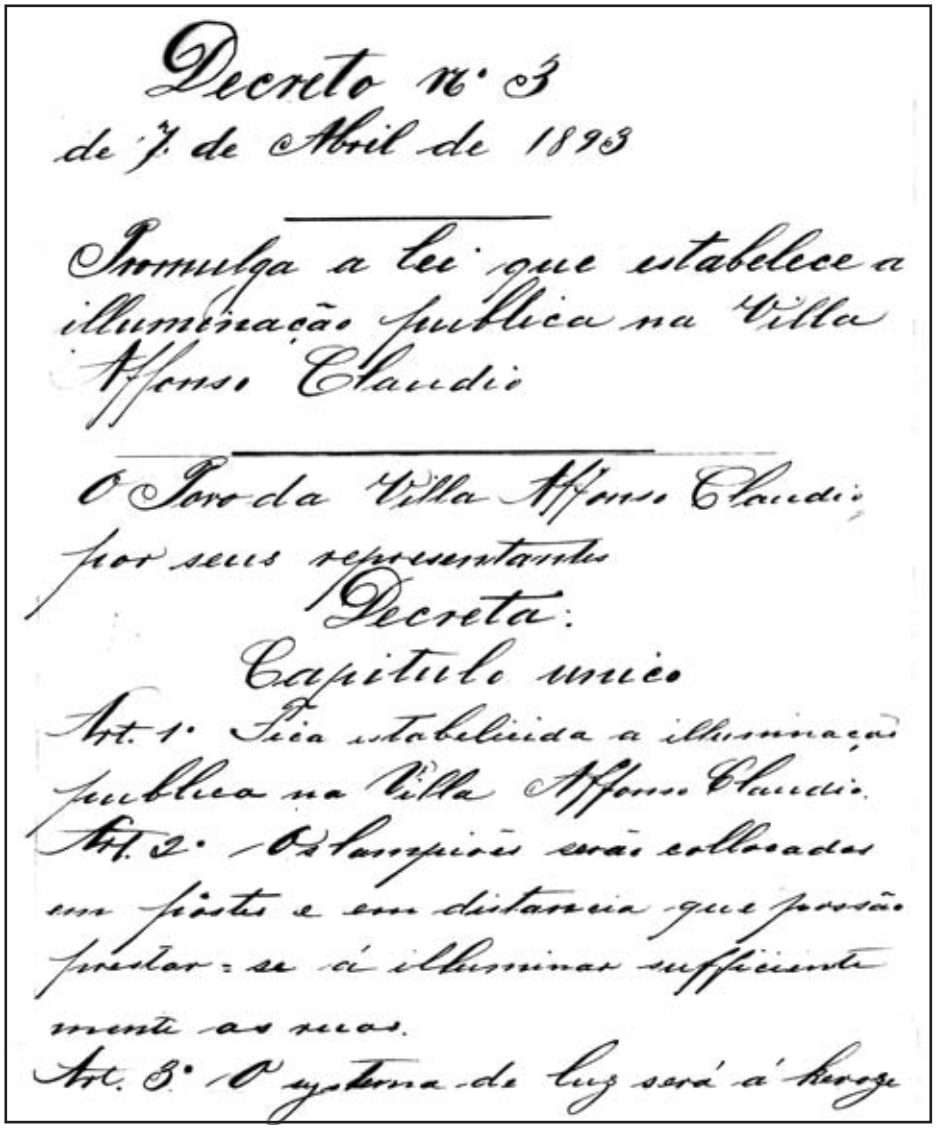
• Decreto nº 02, de 16 março de 1893:
"Promulgou o regulamento do Imposto de Industrias e Profissões".
Obs: Composto de 24 (vinte e quatro) artigos e 02 (duas) tabelas.

• Decreto nº 03, de 7 de abril de 1893:
"Promulgou a lei que estabeleceu a illuminação publica na Villa Affonso Claudio".
O Povo do Municipio Affonso Claudio, por seus representantes

Decreta:

Capitulo Unico
Art. 1º. - Fica estabelecida a illuminação publica na Villa Affonso Claudio.
Art. 2º. - O lampeões serão collocados em postes e em distancia que possão prestar-se á illuminar sufficientemente as ruas.
Art. 3º. - O systema de luz sera de luz seca de kerosene.
Art. 4º. - O Presidente do Governo Municipal devera resolver no mais breve possivel a compra de lampeões necessarios a illuminação e a respectiva collocação dos lampeões.
Art. 5º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 7 de Abril de 1893.
Ramiro de Barros Conceição
Presidente
Antonio Candido de Almeida Rosa
Joaquim Luiz de Almeida
Sellada nesta secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, aos 7 de Abril de 1893.
O Secretario
Venancio Xavier.



Decreto N.º 3
de 7 de Abril de 1893

Promulga a lei que estabelece a illuminação publica na Villa Affonso Claudio

O Povo da Villa Affonso Claudio por seus representantes

Decreta:

Capitulo unico

Art. 1º Fica estabelecida a illuminação publica na Villa Affonso Claudio.

Art. 2º Os lampeões serão collocados em postes e em distancia que possão prestar-se á illuminar sufficientemente as ruas.

Art. 3º O systema de luz será á kerozene

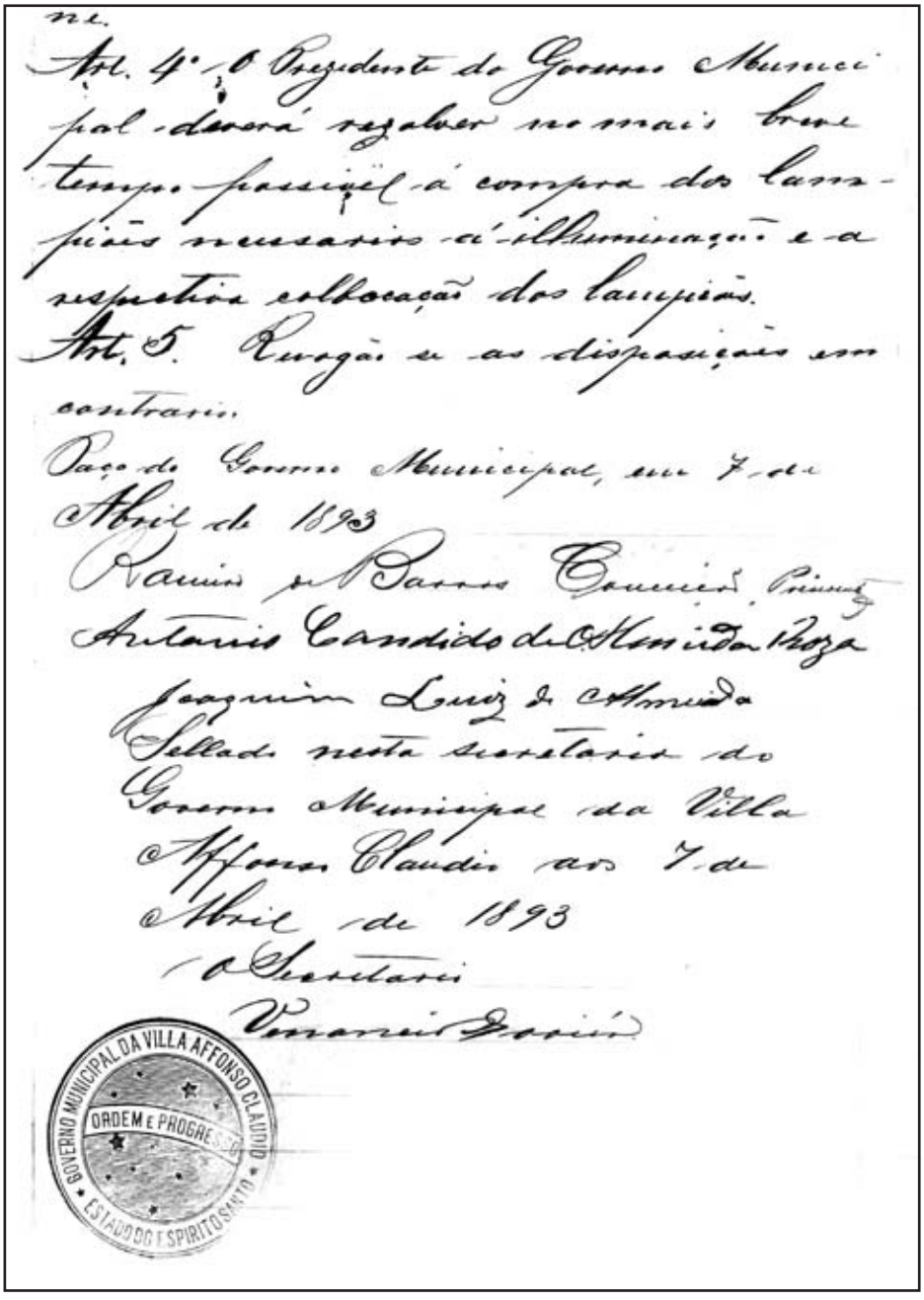


ILUSTRAÇÃO Nº. 35 – Decreto Nº. 03, de 7/04/1893. Estabeleceu a Iluminação Pública na Vila Afonso Cláudio.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

• Decreto nº. 04, de 7 de abril de 1893:

"Regulou as construcções prediais no perimetro da Villa".

O Povo do Municipio Affonso Claudio, por seus representantes

Decreta:

Art. 1º.- Nenhuma construcção ou reconstrucção predial será feita no perimetro da villa, d'ora em diante sem que o proprietario ou contractante sujeite a approvação do Governo Municipal, o plano ou planta da obra projectada.

Art. 2º.- Só depois de approvada a planta cadastral do terreno comprehendido no perimetro da villa serao approvados os projectos ou planos de construcções ou reconstrucções.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrario.

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 7 de Abril de 1893.

Ramiro de Barros Conceição

Presidente

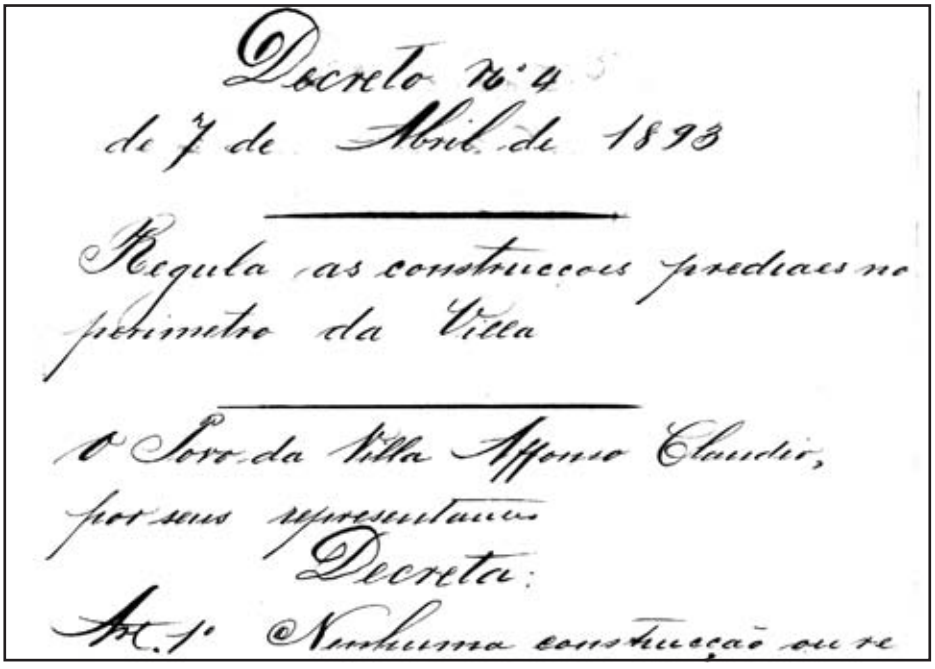
Antonio Candido de Almeida Rosa

Joaquim Luiz de Almeida

Sellado nesta secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 7 de Abril de 1893.

O Secretario

Venancio Xavier.


Decreto N.º 4
de 7 de Abril de 1893

Regula as construcções prediaes no perimetro da Villa

O Povo da Villa Affonso Claudio, por seus representantes Decreta:

Art.º Nenhuma construcção ou re

construcção predial será feita no perimetro da Villa, d'ora em diante, sem que o proprietario, empreiteiro ou contractante sujeite á approvação do Governo Municipal, o plano ou planta da obra projectada.

Art. 2º Só depois de approvada a planta cadastral do terreno comprehendido no perimetro da Villa serão approvados os projectos ou planos de construcção ou reconstrucções

Art. 3 Revogão-se as disposições em contrario.

Paço do Governo Municipal em 7 de Abril de 1893.

Ramiro de Barros Conceição, Presidente
Antonio Candido de Almeida Rosa
Joaquim Luiz de Almeida.
Sellada nesta secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, aos 7 de Abril de 1893.

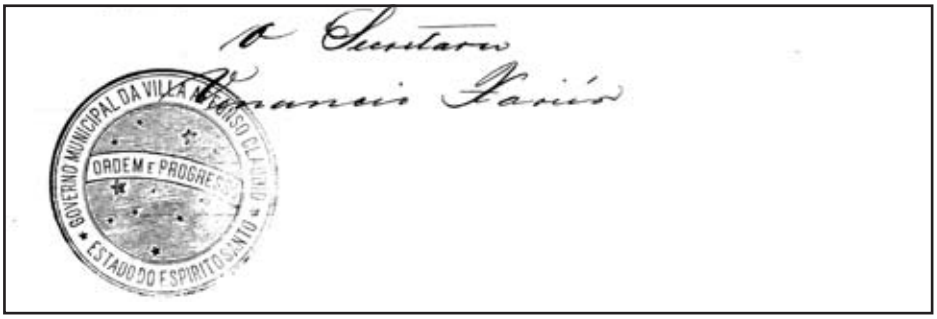


ILUSTRAÇÃO Nº.36 – Decreto Nº. 4, de 07/04/1893. Regulamentou as Construções Prediais no Perímetro da Vila Afonso Cláudio.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

• Decreto nº. 05, de 7 de Abril de 1893:
"Da organização ao imposto predial".
Obs: composto de 10 (dez) artigos e 01 (uma) tabela.

• Decreto nº 06, de 8 de Abril de 1893:
"Estabeleceu o imposto de aferição de pesos e medidas".
Obs: composto de 09 (nove) artigos e 01 (uma) tabela.

• Decreto nº 07, de 13 de Abril de 1893:
"Crêa curraes do concelho no municipio".
O Povo do Municipio Affonso Claudio, por seus representantes.

Decreta:

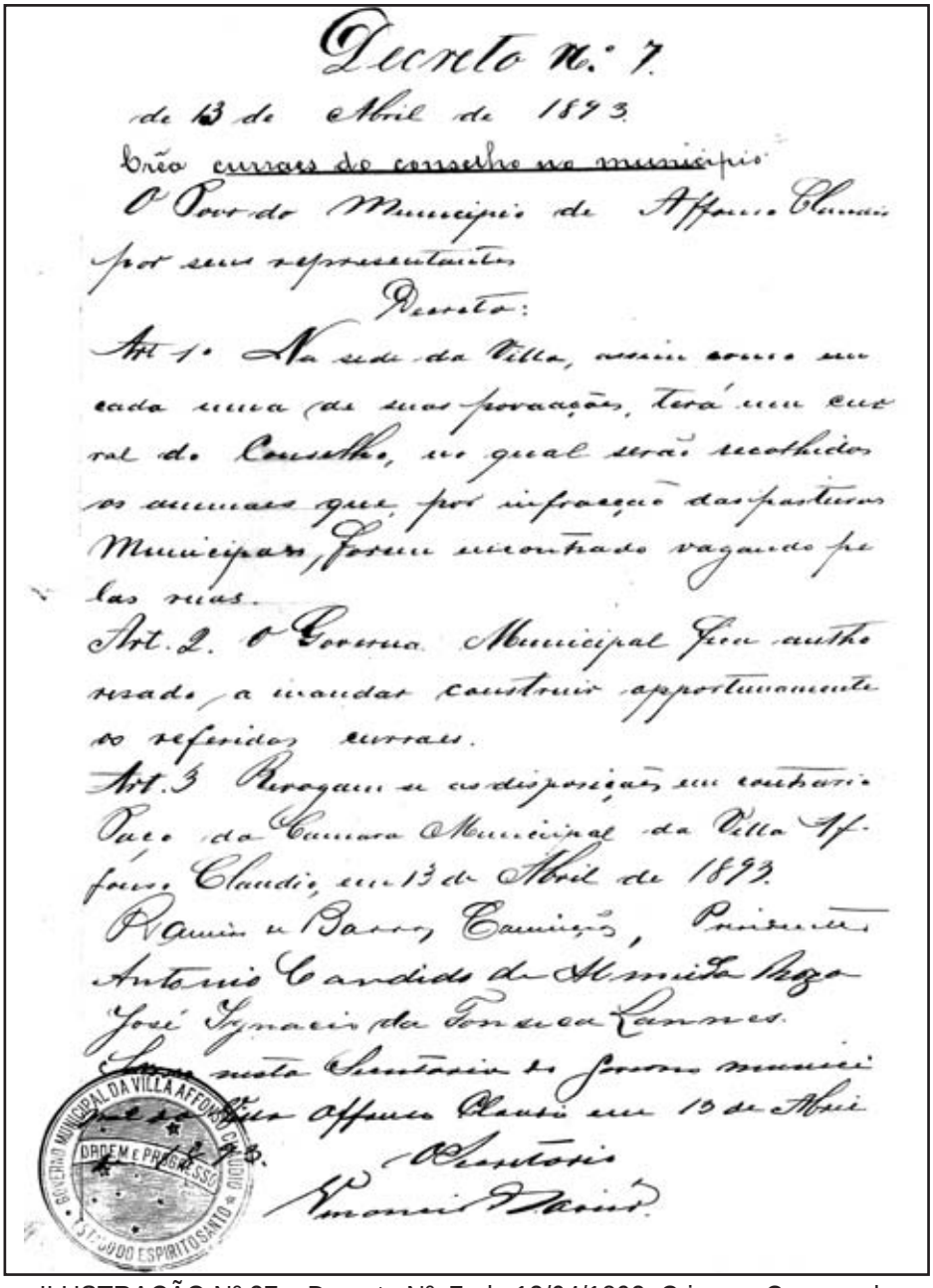
Art. 1º. - Na sede da villa assim como em cada uma de suas povoações, tera um curral do concelho, no qual serao recolhidos os animaes que, por infracção das posturas municipaes, forem encontrados vagando pelas ruas.

Art.2º. - O Governo Municipal fica authorisado a mandar construir opportunamente os referidos curraes.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrario.

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 13 de Abril de 1893.
Ramiro de Barros Conceição
Presidente
Antonio Candido de Almeida Rosa
José Ignacio da Fonseca Lannes
Joaquim Luiz de Almeida,
Publicado nesta secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio em 13 de Abril de 1893.

O Secretario
Venancio Xavier.



Decreto Nº 7.
de 13 de Abril de 1893.
Crêa curraes do conselho no municipio.
O Povo do Municipio de Affonso Claudio
por seus representantes
Decreto:
Art 1º Na sede da Villa, assim como em cada uma de suas povoações, terá um curral do Conselho, no qual serão recolhidos os animaes que, por infracção das pasturas Municipaes, forem encontrado vagando pelas ruas.
Art. 2. O Governo Municipal fica authorisado a mandar construir opportunamente os referidos curraes.
Art. 3 Revogam-se as disposições em contrario.
Paço da Camara Municipal da Villa Affonso Claudio, em 13 de Abril de 1893.
Ramiro de Barros Camição, Presidente
Antonio Candido de Almeida Rozo
José Ignacio da Fonseca Lannes.
Sendo nesta Secretaria do Governo municipal da Villa Affonso Claudio em 13 de Abril de 1893.
O Secretario
Venancio Xavier.

ILUSTRAÇÃO Nº.37 – Decreto Nº. 7, de 13/04/1893. Criou os Curraes do Conselho no Município.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

• Decreto nº. 08, de 13 de Abril de 1893:

"Manda construir um edifício para cadêa e os trabalhos do Governo Municipal".

O Povo do Município Affonso Claudio, por seus representantes.

Decreta:

Art. 1º. - Fica o Governo Municipal authorisado a mandar construir um edificio com acommodações necessarias para cadêa e as sessões do Governo municipal desta villa, para o que deverá o presidente do Governo apresentar no mais breve tempo possivel a planta e orçamento da obra.

Art. 2º.- Revogam-se as disposições em contrario

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 13 de Abril de 1893.

Ramiro de Barros Conceição

Presidente

Antonio Candido de Almeida Rosa

José Ignacio da Fonseca Lannes

Publicado nesta secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio em 13 de Abril de 1893.

O Secretario

Venancio Xavier

• Decreto nº. 09, de 13 de Abril de 1893:

"Crêa um Mercado na Villa Affonso Claudio".

O Povo do Municipio Affonso Claudio, por seus representantes.

Decreta:

Art.1º.- Fica creado um mercado na Villa Affonso Claudio, onde serão vendidos os productos das lavouras do municipio ou outros generos nacionaes de outras lavouras que vierem á venda nesta villa.

Art. 2º.- O Governo municipal fica authorizado á construir em edificio com acommodações necessarias á prestar-se para o mercado.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrario.

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 13 de Abril de 1893.

Ramiro de Barros Conceição

Presidente

Antonio Candido de Almeida Rosa

José Ignacio da Fonseca Lannes

Publicado nesta Secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 13 de Abril de 1893.

O Secretario

Venancio Xavier.

Decreto nº 9.
de 13 de Abril de 1893

Cria um Mercado na vila Affonso Claudio

O Povo da Vila Affonso Claudio,
por seus representantes

Decreta:

Art. 1º - Fica criado um mercado na vila Affonso Claudio, aonde serão vendidos os productos das lavouras do municipio ou outros generos nacionaes de outras lavouras que vierem á venda nesta vila

Art. 2º - O Governo Municipal fica authorisado á construir um edificio com as accommodações necessarias á postura-se para o mercado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Paço da Camara Municipal da Vila Affonso Claudio, em 13 de Abril de 1893.

Ramiro de Barros Cavalcanti, Presidente
Antonio Candido de Almeida Braga
José Ignacio da Fonseca Lamego.

Sellado neste Secretariado Governo

ILUSTRAÇÃO Nº. 38– Decreto Nº. 9, de 13/04/1893. Criou um Mercado na Vila Afonso Cláudio.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

• Decreto nº. 10, de 13 de Abril de 1893:

"Promove o embelesamento do terreno do patrimonio da Villa Affonso Claudio".

O Povo do Municipio Affonso Claudio, por seus representantes.

Decreta:

Art.1º.- Fica o Governo Municipal authorisado a mandar proceder a limpesa dos terrenos do perimetro do patrimônio desta Villa, devendo para tanto mandar derrubar e plantar grama nos terrenos onde não forem edificados, empregando para este serviço a verba que for consignada por orçamento.

Art. 2º.-Fica egualmente o Governo Muncipal authorisado a mandar construir as plantas cadastraes dos patrimonios das povoações de Bôa Família e Figueira e os respectivos orçamentos, nivelamentos e demarcações.

Art. 3º. – Revogou-se as disposições em contrarias.

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 13 de Abril de 1893.

Ramiro de Barros Conceição

Presidente

Antonio Candido de Almeida Rosa

José Ignacio da Fonseca Lannes

Publicado nesta Secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 13 de Abril de 1893.

O Secretario

Venancio Xavier.

Decreto N.º 10
de 13 de Abril de 1893

Promove o embelesamento do terreno do patrimonio da Villa Affonso Claudio.

O Povo da Villa Affonso Claudio, por seus representantes

Decreta:

Art. 1º Fica o Governo Municipal authorisado a mandar proceder a limpeza dos terrenos do perimetro da patrimonio desta Villa, devendo para isto mandar derribar e plantar gramma nos terrenos a onde não forem edificados; empregando para este serviço a verba que for consignada no orçamento.

Art 2º Fica egualmente o Governo Municipal authorisado a mandar construir as plantas cadastraes dos patrimonios das povoações de Bôa Familia e Figueira e aos respectivos arruamentos, alinhamentos, nivelamentos e demarcações.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrario

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio em 13 de Abril de 1893.

Ramiro de Barros Conceição, Presidente

ILUSTRAÇÃO Nº. 39 - Decreto Nº. 10, de 13/04/1893. Promoveu o Embelezamento dos Terrenos do Patrimônio da Vila Afonso Cláudio. (Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

• Decreto nº. 11, de 13 deAbril de 1893:

"Crêa uma exposição Municipal na Villa Affonso Claudio".

O Povo da Villa Affonso Claudio, por seus representantes

Decreta:

Art.1º.- Fica crêada na Villa Affonso Claudio uma exposição permanente de todos os productos da agricultura, industria e artes assim também os do solo e sub-solo do municipio taes como:

a)- Agricultura - Amostras de todos os productos da lavoura com denominações, usos, origens, productibilidade, applicação, duração e vantagens.

b)- Industria - Amostras de todos e quaesquer preparos ou de fabricações ou de conficções de qualquer especie.

c)- Artes - Exhibições de invenções de qualquer naturesa, trabalhos, trabalhos de senhoras, producções literárias, etc.

d)- Botanica - Exhibições de productos agrestes ou silvestres, com suas denominações, usos, applicações, quantidades e comparativos da producção, etc.

e)- Mineralogia - Exhibição de metaes, pedras de diversas applicações, e que se transformao, como, do cál, de esmaltes e outros.

f)- Zoologia - Exhbição de insectos e animaes das diversas familias de que se compões este reino.

g)-Materias primas - Amostras de diferentes qualidades de terras, de pedras de construção, etc.

h)-Phenomenos - Exhibição dos phenomenos que se derem e de cousas naturaes e curiosos.

i)- Celebridades antigas – Moedas ou quaes quer objectos antigos.

Art.2º.- Esta exposição fará uma exhibição solenne de seus productos annualmente em a qual serão julgados todos os seus objectos por uma commissão nomeada pelo Governo municipal, depois do que serão classificados todos os objetos e suas qualidades com as notas de 1ª a 3ª ordem, bom, regular e pessimo.

Art. 3º.- Do julgamento da commisão o governo municipal distribuirá premios e promovera auxilio de seu alcance dos expositores dos respectivos productos.

§ 1 - Os premios de que se trata o artigo antecedente constituirao em medalha de ouro, prata e bronze com a menção:

"Honra ao merito:

Exposição municipal de Affonso Claudio – Estado do Espirito Santo - data".

§ 2 - Os auxilios de que trata o mesmo artigo, serao promovidos em relação au desenvolvimento que convier dar o governo á agricultura, industria ou arte.

Art. 4º.- Alem dos premios e auxilios do art. antecedentes o governo destribuira premios em dinheiro aus expositores de artigos que forem de necessario e prompto desenvolvimento.

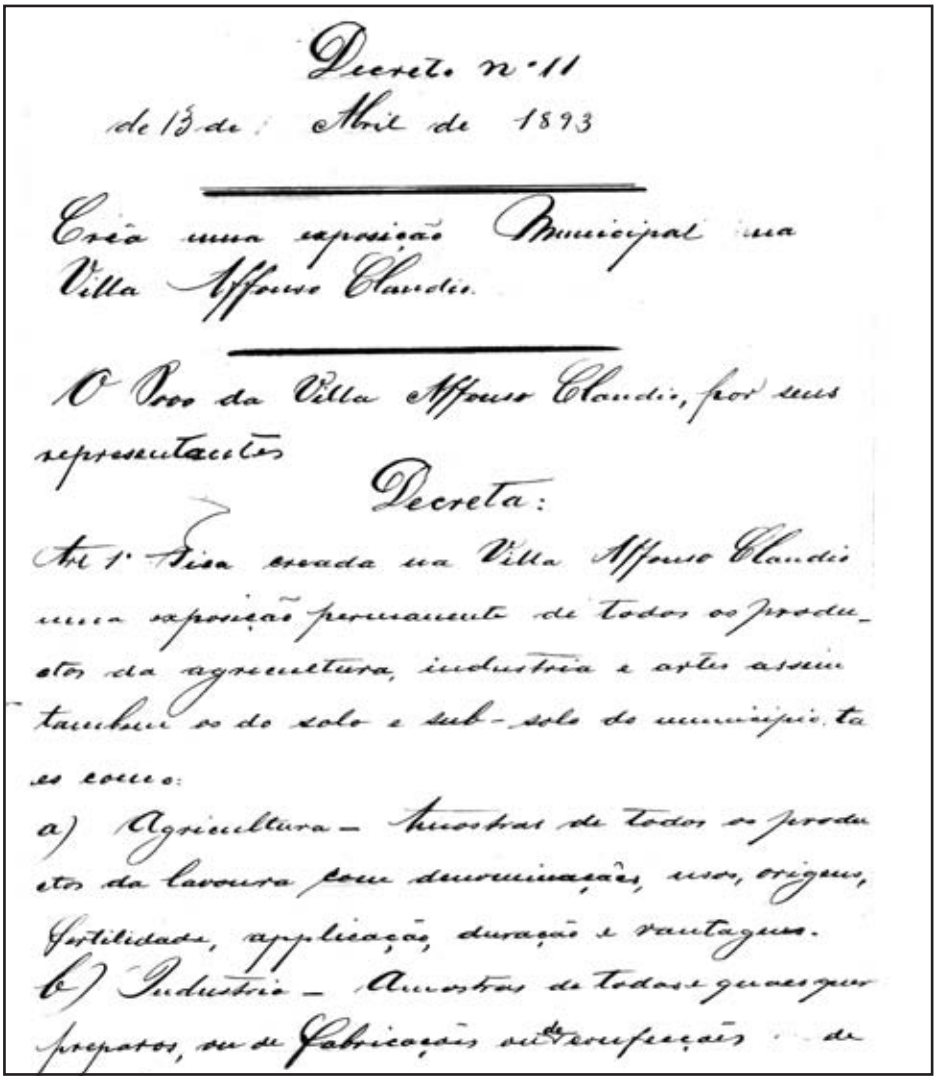
Art. 5º - Os premios de que trata o art. 4 só serao pagos quando o premeado provar que sua lavoura, industria ou arte tem dois annos de affectividade, contados da data em que foi premiado e que seu estabelecimento está em condições de continuar no mesmo ramo de agricultura, industria ou arte.

§ Único - Exeptuao-se os premios que forem marcados para quantidades de productos que venderem os premiados, os quaes serao pagos logo elles satisfaçao as condições exigidas para a distribuição do premio.

Art. 6º - O presidente do governo fara baixar regulamentos para completa execução da presente lei.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrario.

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 13 de Abril de 1893.
Ramiro de Barros Conceição
Presidente
Joaquim Luiz de Almeida
Antonio Candido de Almeida Rosa
José Ignacio da Fonseca Lannes
Publicado nesta Secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 13 de Abril de 1893.
O Secretario
Venancio Xavier.



Decreto nº 11
de 13 de Abril de 1893

Crêa uma exposição Municipal na Villa Affonso Claudio.

O Prom da Villa Affonso Claudio, por seus representantes

Decreta:

Art 1º Fica creada na Villa Affonso Claudio uma exposição permanente de todos os productos da agricultura, industria e artes assim tambem os do solo e sub-solo do municipio, taes como:

a) Agricultura – Amostras de todos os productos da lavoura com denominações, usos, origens, fertilidade, applicação, duração e vantagens.

b) Industria – Amostras de todas as generos preparos, ou de fabricações ou confecções de

qualquer especies.

c) Artes – Exhibição de invenções de qualquer natureza, pequenas construcções, trabalhos de senhoras, producções litterarias.

d) Botanica – Exhibição de productos vegetaes ou silvestres, com suas denominações, usos, applicações, quantidades comparativas da producção.

e) Mineralogia – Exhibição de metaes, pedras de diversas applicações, e que se transformão como de cal, de esmaltes e outras.

f) Zoologia – Exhibição de insectos e animaes das diversas familias de que se compõe este reino.

g) Materias primas – Amostras de differentes qualidades de terras, de pedras de construcção, etc.

h) Phenomenos – Exhibição dos phenomenos que se derem e de cousas naturaes e artificiaes.

i) Celebridades antigas – Moedas ou quaesquer objectos antigos.

Art. 2º Esta exposição fará uma exhibição solemne de seus productos annualmente em a qual serão julgados todos os seus objectos por uma commissão nomeada pelo governo municipal, de pois do que serão classificados todos os objectos e suas qualidades com as notas de 1ª á 3ª ordem, boa, regular e pessi-

nes.

Art 3.º Por julgamento da commissão o governo Municipal distribuirá premios e promoverá auxilios a seu alcance aos expositores antecedente comitirão em medalhas de ouro, prata e bronze com a menção: « Honra ao merito. Exposição Municipal de Affonso Claudio - Estado do Espirito Santo. data ».

§ 2.º Os auxilios de que trata o mesmo artigo, serão promovidos com relação ao desenvolvimento que convier dar o governo á agricultura, industria ou arte.

Art. 4.º Alem dos premios e auxilios do artigo antecedente, o governo distribuirá premios em dinheiro aos expositores de artigos que forem de necessario e prompto desenvolvimento.

Art. 5.º Os premios de que trata o art. 4 só serão pagos quando o premiado provar que sua lavoura, industria ou arte tem dous annos de effectividade, contadas da data em que for premiado e que seu estabelecimento está em condições de continuar os mesmos ramos de agricultura, industria ou arte.

§ unico. - Exceptuam-se os premios que forem usados para quantidades de productos, que venderem os premiados, os quaes serão pagos

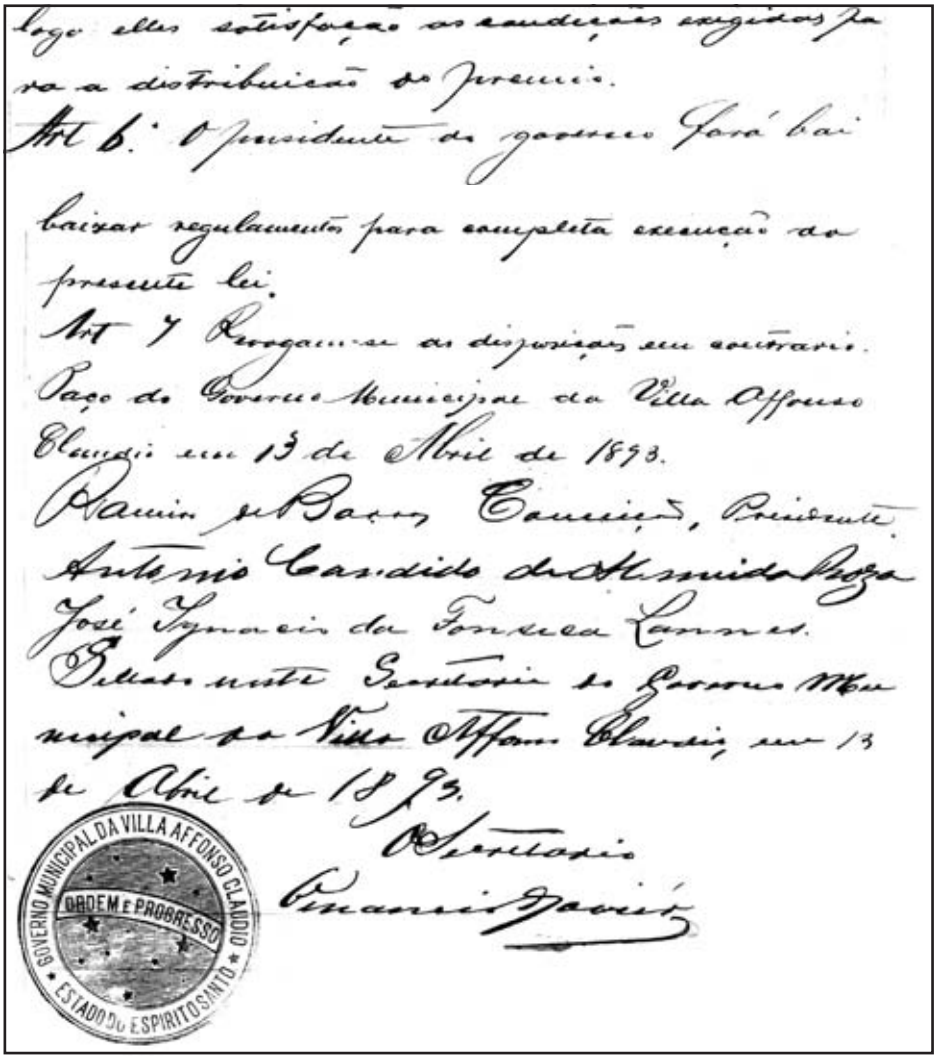

logo elles satisfação as condições exigidas para a distribuição do premio.
Art 6.º O presidente do governo fará bai
baixar regulamento para completa execução da
presente lei.
Art 7 Revogam-se as disposições em contrario.
Paço do Governo Municipal da Villa Affonso
Claudio em 13 de Abril de 1893.
Ramiro de Barros Cavalcanti, Presidente.
Antonio Candido de Almeida Braga
José Ignacio da Fonseca Lannes.
Publicado nesta Secretaria do Governo Mu
nicipal da Villa Affonso Claudio em 13
de Abril de 1893.
O Secretario
Manoel Gomes
GOVERNO MUNICIPAL DA VILLA AFFONSO CLAUDIO
ORDEM E PROGRESSO
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ILUSTRAÇÃO Nº. 40 - Original do Decreto Nº. 11, de 13/04/1893. Criou a Exposição na Vila Afonso Cláudio.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

• Decreto nº. 12, de 13 de Abril de 1893:
"Resolve o arruamento, planta, nivelamento e demarcação das ruas da Villa Affonso Claudio.
O Povo do Municipio de Affonso Claudio, por seus representantes
Decreta:
Art. 1º - Fica approvada a planta cadastral da Villa e o respectivo arruamento,

appresentado pelo Engenheiro Hermann Bello.

Art. 2º - O Presidente do Governo Municipal fica authorisado a mandar proceder au alinhamento das ruas e praças desta Villa de accordo com a planta de que trata o art. 1º e a levantar o nivelamento dos mesmos, de modo que nenhuma construcção possa fugir ao alinhamento e nivelamento.

§ 1º -O alinhamento será demarcado por estacas de madeira de lei todas, numeradas, cujas estacas serao collocadas nos angulos das ruas ou praças.

§ 2º - O nivelamento será feito parcialmente ou de uma só vez, em cada rua ou praça.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 13 de Abril de 1893.

Ramiro de Barros Conceição
Presidente

Antonio Candido de Almeida Rosa

José Ignacio da Fonseca Lannes

Publicado nesta Secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 13 de Abril de 1893.

O Secretario
Venancio Xavier.

• Decreto nº. 13, de 13 de Abril de 1893:
"Regula a cobrança dos impostos urbanos".
Obs: 9 artigos, com V capitulos e 03 tabelas.

• Decreto nº. 14, de 14 de Abril de 1893:
"Regula a instituição, fiscalização e as rendas dos cemiterios".
Obs: 24 artigos, com VI capitulos e 01 tabela.

• Decreto nº. 15, de 19 de Abril de 1893:
"Regula o imposto sobre os vencimentos dos empregados municipais e os emolumentos de suas repartições".

• Decreto nº. 16, de 20 de Abril de 1893:
"Crêa escolas municipaes, gratuitas, de ensino primario".
Obs: 21 artigos e V capitulos.

Decreto Nº 16
de 20 de Abril de 1893.

Crêa escolas primarias neste municipio

O Povo do Municipio de Affonso Claudio por seus representantes

Decreta:

Capitulo I

Das escolas

Art. 1º Ficão creadas em todo o municipio escolas municipaes, gratuitas, de ensino primario.

Art 2º As escolas serão de um e outro sexo e mistas.

Art 3º O programma de ensino nas escolas municipaes será o do Estado, adoptado pelo decreto nº 2 de 4 de Junho de 1892.

Art 4º As escolas municipaes serão mantidas exclusivamente pela municipalidade, que para isso levantará uma taxa especial no municipio sob a denominação de taxa escolar.

Art 5º O Governo municipal irá creando as escolas de conformidade com o que for arrecadando da respectiva taxa e de modo que preencha no mais breve tempo possivel o numero

numero necessario dellas á derramar a instrucção em todo municipio.

Art. 6º As escolas mixtas deverão ser regidas por professoras.

Capitulo 2º

Dos professores

Art 7 Os professores das escolas municipaes serão nomeados, removidos e demittidos pelo Governo municipal.

Art. 8º Os professores perceberão o ordenado annual de 600$000 inclusive a gratificação.

Art 9 Emquanto não houver professores effectivos ou diplomados serão nomeados professores provisorios para as escolas municipaes.

Art 10 Os professores terão, alem do ordenado mais uma quantia distinada ao aluguel de casas para as escolas quando não houver casas proprias.

Capitulo 3º

Da taxa escolar

Art 11º A taxa escolar é obrigada a todos os chefes de familia do municipio.

Art 12 Cada chefe de familia será sujeito á taxa de 10$000 annuaes pagos de uma só vez.

Art 13 Considera-se chefe de familia:

1° Os pays de familia, quer seus filhos sejão maiores ou menores, mais que estejão na gerencia da familia.

2° Os tutores, ou as mães solteiras ou viuvas que estiverem na gerencia da familia.

3° Os casados sem filhos.

Capitulo 4°

Do lançamento e cobrança da taxa.

Art. 14 O lançamento da taxa escolar será feito pelo secretario do Governo municipal, annualmente e no principio do primeiro mez do 1° semestre do anno financeiro, devendo ser concluido no fim do segundo mez seguinte.

Art 15. A cobrança da taxa será feita á bocca do cofre no principio do terceiro mez e terminada no fim do quarto mez do primeiro semestre do exercicio financeiro.

Art 16° Os contribuintes que deixarem de fazer o pagamento até o fim do 1° semestre do anno financeiro pagarão mais a multa de 20%.

Art. 17 No presente exercicio, o lançamento da taxa será feito no mez de Junho e terminado no fim do referido mez, e a cobrança será principiado no mez de Julho e ter-

terminado no fim do mez de outubro do corrente anno.

§ Unico. Neste caso ficarão sujeito a multa de que trata o artigo 16 os contribuintes que não pagarem as taxas que lhe forem devidas no fim do referido mez de outubro.

Capitulo 5°

Disposições Geraes

Art. 18. Toda materia relativa as escolas municipaes não contida nesta lei, será regulada pelo decreto nº 2 de 4 de Junho de 1892.

Art. 18 O producto da taxa escolar não poderá ser em hypothese alguma applicado em outro ramo de serviço que não seja o da instrucção publica municipal.

Art. 19 O Conducto do Governo municipal fará baixar regulamentos para a completa execução da presente lei.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrario.

Paço do Conselho Municipal da Villa de Jaguary Claudio em 20 de Abril de 1893

Ramiro de Barros Carneiro, Presidente

Antonio Candido de Mendonça

Joaquim Luiz de Almeida

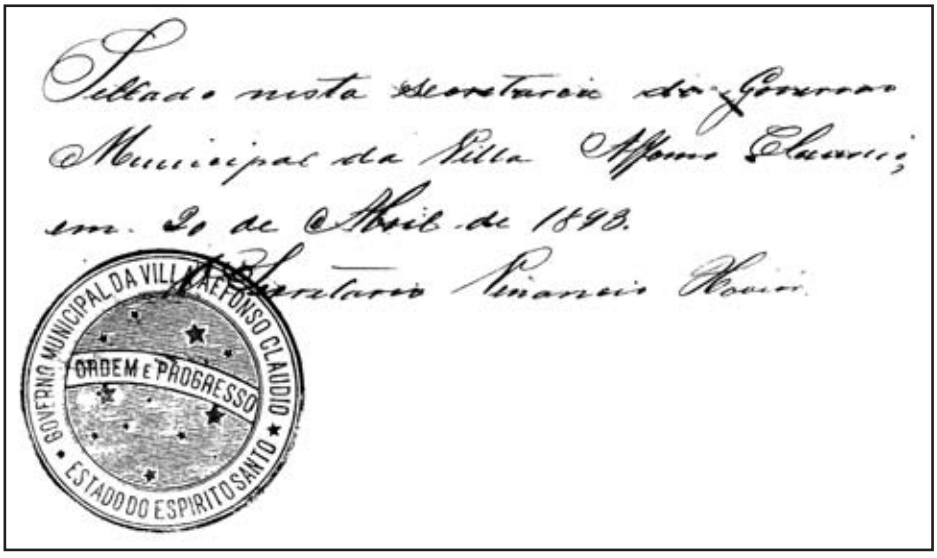


ILUSTRAÇÃO Nº. 41 - Decreto Nº. 16, de 20/04/1893. Criou Escolas Municipais de Ensino Primário, Gratuitas.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

• Decreto nº. 17, de 21 de Abril de 1893:
"Resolve as estradas municipaes do município de Affonso Claudio".
Obs: 17 artigos e III capitulos.

• Decreto nº. 18, de 20 de Abril de 1893:
"Da organização da repartição Municipal".
Obs: 72 artigos, XIII capitulos e 01 tabela.

• Decreto nº. 19, de 21 de Abril de 1893:
"Orça a receita e despesa do Município de Affonso Claudio".
Obs: Receita orçada em rs. 41:500$000 (quarenta e hum contos, quinhentos mil réis), e Despesa, rs. 36:500$00 (trinta e seis contos e quinhentos mil réis). O Decreto também autorizou o município a abrir os créditos "supplementares" precisos.

• Decreto nº. 20 - Não encontrado.

• Decreto nº. 21, de 6 de Abril de 1894:

“Altera o Dec. nº. 17, sobre as estradas municipaes do municipio”.

• Decreto nº. 22, de 20 de Abril de 1894:
“Altera algumas disposições do decreto nº. 18”.

• Decreto nº. 23, sem data
“Sub-venciona a escola mista e a Guarda Municipal desta Villa”.

• Decreto nº. 24 - Não encontrado.

• Decreto nº. 25, de 25 de Maio de 1894:
“Crêa a guarda municipal”.
O povo do Município de Affonso Claudio, por seus representantes

Decreta:

Art. 1º - Fica creada uma guarda municipal nesta villa, para fazer o seu policiamento tanto municipal como policial, que constará apenas de dous individuos.

Art. 2º - Os vencimentos destes guardas correrão por conta dos cofres municipaes e serão regulados de conformidade com a tabella annexa ao presente decreto.

Art. 3º - A nomeação dos guardas municipaes será feita pelo Conselho do Governo, ou pelo Presidente do Governo com aprovação do Conselho.

Art. 4º - Fica o Presidente do Governo auctorisado á abrir um credito extraordinario afim de occorrer ao pagamento dos guardas, visto como não existe no orçamento verba consignada para tal fim.

Art. 5º - Cada guarda deverá possuir um fardamento de panno, que sera fornecido por conta da municipalidade, mas que não ficará pertencendo a elles no caso de retirarem-se. Além deste fardamento cada guarda deverá possuir blusa de brim e bonet as suas expensas.

Art. 6º - A guarda municipal estará sempre prompta ás ordens das auctoridades municipaes, policiaes e judiciarias.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrario.

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 25 de Maio de 1894.
Ramiro de Barros Conceição
Joaquim Luiz de Almeida
Antonio Candido de Almeida Rosa
Francisco Dias de Carvalho

Sellado nesta Secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio,

em 25 de maio de 1894.

O Secretario

Venancio Xavier

TABELA a que se refere o presente decreto:

Guardas Municipais cada um ordenado 2$500. Total: 2$500.

• Decreto nº. 26, de 25 de Maio de 1894:

"Regulamenta as Construcções Prediais na Villa".

O povo do Município de Affonso Cláudio, por seus representantes

Decreta

Art. 1º - As construcções prediaes nesta villa obdecerão ao plano designado pelo codigo de posturas municipaes; sendo porem facultativo construir-se casas provisorias ou mesmo de madeiras roliças nas ruas, beira-rio e centrais, que partirem da primeira perpendicular, mais ou menos na direção da actual parte para cima, com quanto que estas construcções observem o alinhamento adaptado.

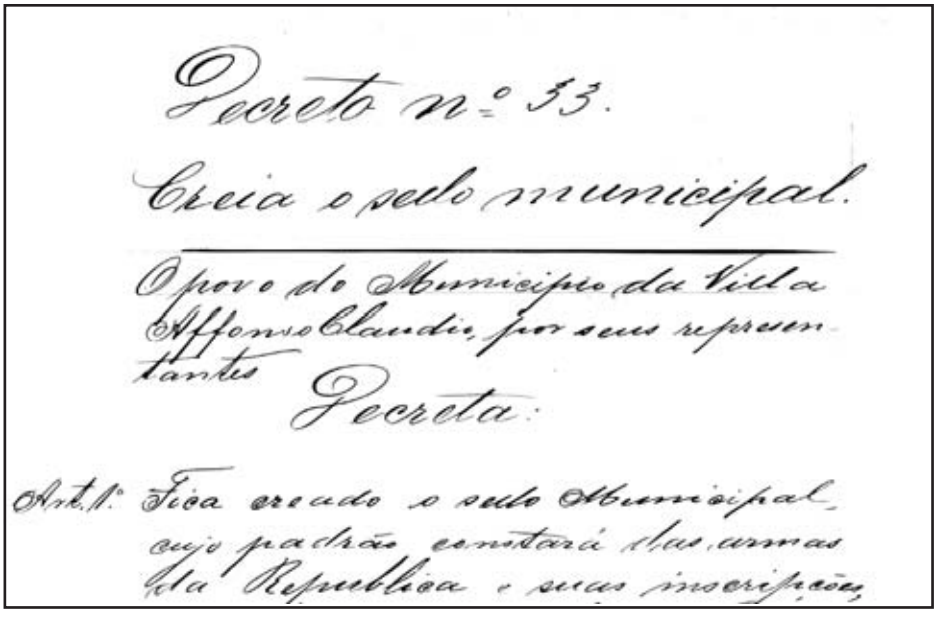
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 25 de Maio de 1894.

Ramiro de Barros Conceição.

• Decreto nº. 33, de 14 de novembro de 1896:

"Creia o Sello Municipal"



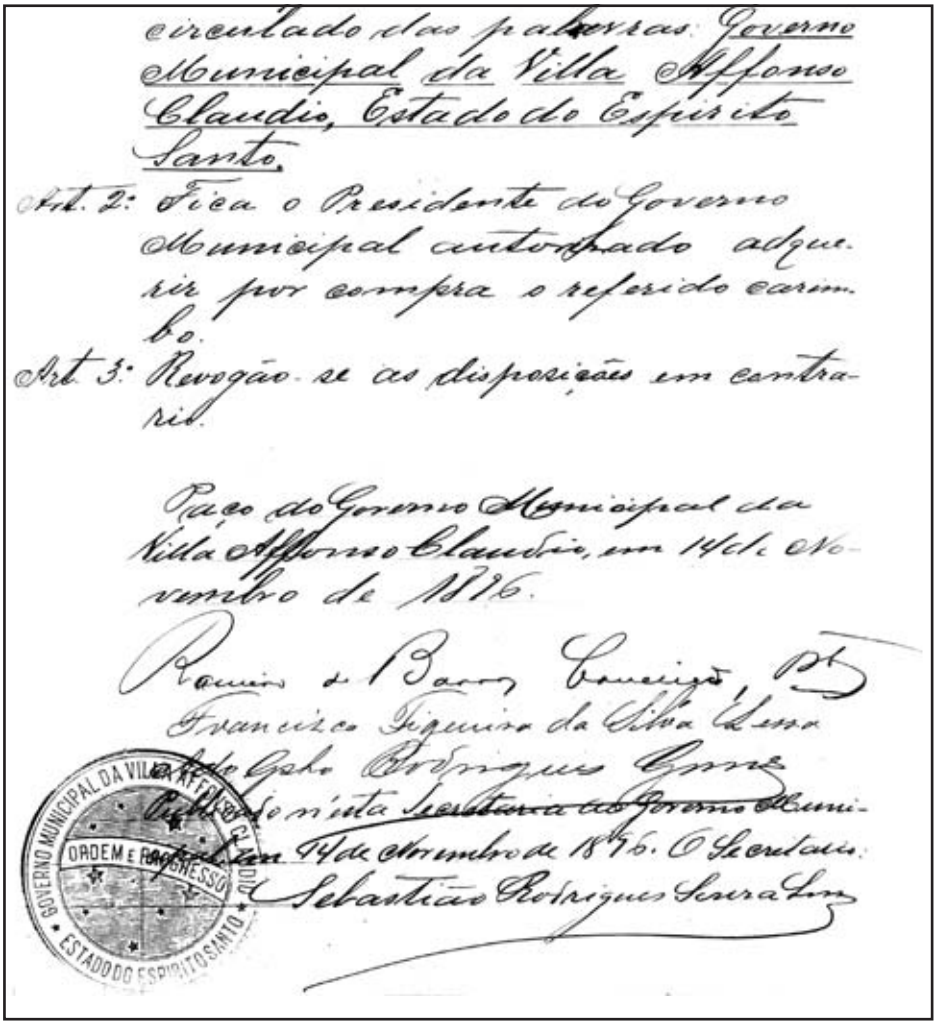
Decreto nº 33.

Creia o sello municipal.

O povo do Municipio da Villa Affonso Claudio, por seus representantes

Decreta:

Art. 1º Fica creado o sello Municipal, cujo padrão constará das armas da Republica e suas inscripções,



circulado das palavras: Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, Estado do Espirito Santo.

Art. 2: Fica o Presidente do Governo Municipal autorizado adquerir por compra o referido carimbo.

Art. 3: Revogão-se as disposições em contrario.

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 14 de Novembro de 1896.

Romeiro de Barros Conceição, Pt.
Francisco Figueira da Silva Lessa
Adolpho Rodrigues Gomes

Publicado n'esta Secretaria do Governo Municipal em 14 de Novembro de 1896. O Secretario:
Sebastião Rodrigues Souza Lima

GOVERNO MUNICIPAL DA VILLA AFFONSO CLAUDIO
ORDEM E PROGRESSO
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ILUSTRAÇÃO Nº. 42 - Original do Decreto Nº. 33, de 14/11/1896. Criou o Selo Municipal.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

• Decreto nº. 38, de 14 de novembro de 1896:
“Resolve o arruamento e demarcação dos patrimonios da Villa e povoações”.

• Decreto nº. 127, de 6 de novembro de1909:
“Reorganiza a Repartição Municipal”
Obs: São 38 artigos, com IX capítulos.

• Pela Lei nº 52, de 17 de abril de 1917, ficava o Sr. Prefeito José Giestas autorizado a contratar a elaboração do Código de Posturas do Município.

3.1.2 – Primeiras Receitas e Despesas – 1892, 1893 e 1º Semestre de 1894:

Pelo ofício nº. 34, de 13 de agosto de 1894, o Sr. Ramiro de Barros Conceição encaminhava ao Presidente do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao que lhe havia sido ordenado pelo Secretário Geral do Governo, através do ofício nº. 125, de 03 de julho do mesmo ano, os quadros demonstrativos da receita e despesa da municipalidade, relativos aos exercícios 1892 e 1893 e 1º (primeiro) semestre de 1894. Esses dados foram encontrados no Arquivo Público Estadual (Mss – APES. Coleção Accioli – Livro 99 – 1891 a 1922).
No período de 20 de janeiro de 1891, data da instalação do município, até 31 de dezembro deste mesmo ano, não foi arrecadada renda alguma, pois houve a demissão do Presidente (Ramiro de Barros) e demais Membros da Intendência pelo Governo denominado como Unianismo e assumido a gerência dos negócios da Vila, os novos nomeados, o Sr. Francisco Carlos de Almeida Rosa (21/03/1891) e outros.
Somente em 10 de fevereiro de 1892 o poder voltou ao comando do Cel. Ramiro de Barros e, quando isto ocorreu, "não se encontrou quantia alguma e tão pouco dados que demonstrassem a existência de qualquer arrecadação", daí a razão pela qual deixou-se de enviar o quadro relativo a 1891.
Segue o balancete de 1892, com as receitas e despesas, assim como, os dados relativos a 1893 e 1894, ao 1º semestre de 1894.

• 1892 - Balancete da Receita e Despesa do município de "Affonso Claudio", Estado do Espírito Santo relativo a este exercício:

a)- "Receita
Título I
• Imposto de Industrias e profissoes no districto da
Villa .....2.475$000
• No de Boa Família .....981$500
• No da Figueira .....604$000 .....4.060$500
Título II • - .....$
Título III .....
• - .....$
Título IV
• - .....$

Título X

• - .....$

Multa por infração de leis municipaes .....30$000

Título VI

• - .....$

Título VII (1)

• - .....$

Título VIII

• - .....$

rs 4.009$500

b)- Despesa

Título I

Pessoal municipal .....1.646$580

Expediente, livros, papel, tinta etc .....535$200 .....2.181$780

Título II

• - .....$

Título III

• - .....$

Título IV

• - .....$

Título V

• - .....$

Título VI

• - .....$

Saldo que passa para o exercício de 1893 .....1.908$720

.....rs 4.090$500

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 13 de Agosto de 1894.

O Presidente do Gov. Municipal

Ramiro de Barros Conceição

Notta.

(1) Não está mencionado o imposto sobre vencimentos porque ele foi descontado nos pagamentos dos servidores.

✓ 1893 - Balancete do exercício de 1893

a)- Receita

Título I

• Indústria e profissões sendo:

✓ Distrito da Vila .....6:411$325

✓ Idem, de Boa Família .....2:141$545

✓ Idem, de Figueira .....1:523$638 .....10:076$508

Título II

• Imposto predial na Vila .....(1) .....125$700

Título III

• - .....$

Título IV

• - .....$

Título V

• - .....$

• - Multa por infração de leis municipais .....50$000

Título VI

• - .....$

Título VII

• - .....(2) ..... $

Título VIII

• - ..... $

• Liquidação da responsabilidade do município com o Estado ..... 2:003$000

•Saldo do exercício de 1892 ..... 1:908$720

• Importância de carnes vendidas ..... 1:275$910

• Recebido do Tesouro do Estado por alimentação de presos e pobres ..... 682$000

..... rs 16:187$838

(1) Só se acha mencionada a arrecadação deste imposto na Vila, porque não foi possível discriminá-lo das arrecadações feitas na Boa Família e Figueira, onde ele foi cobrado conjuntamente com o imposto de indústrias e profissões.

(2) Igual motivo da nota 1 de 1892.

b)- Despesa

Título I

• Pessoal municipal .....3:852$390

• Estampilhas para os alvarás de licença ..... 260$000

• Móveis e utensílios para as casas da Câmara e cadeia ..... 825$500

• Diligências e conduções de presos..... 127$000

• Títulos de eleitores .....50$000

• Despesas com o Júri inclusive a gratificação do escrivão..... 237$000

• Publicação de leis municipais e atos pela Imprensa .....525$800
• Luz para a cadeia ..... 39$400
• Dispendido com os guardas municipais .....817$150
• Idem, com livros, papel, tinta, etc .....305$000 ..... 6:539$240
Título II
• Dispendido em uma ponte do rio São Domingos.....200$000
• Idem, com a limpeza da estrada que segue para Castelo passando pela Providência ..... 60$000
• Idem, com a limpeza do perímetro da Vila .....129$970
• Idem, com o caminho para o cemitério da Vila e limpezas deste.....135$000
• Idem, com a demarcação do patrimônio da Vila .....200$000
• Idem, com as marcas e colação de alguns destes no arruamento desta Vila.....80$000
• Idem, com o melhoramento das casas da Câmara e cadeia.....656$500
• Iluminação pública da Vila.....688$500 ..... 2:149$970
Título III
• Dispêndio com a compra de gado, condução e abastecimento deste para a população da Vila .....1:860$500
• Idem, com a alimentação de diversos presos e pobres .....1:017$230..... 2:877$730
Título IV
• - .....$
Título V
• - .....$
Título VI
• - Despesas diversas.....126$470
• - Saldo para o exercício de 1894 .....4:494$428
.....rs 16:187$838
✓ 1894 – Exercício de 1894 (1º semestre)

a)- Receita
Saldo do exercício de 1893 ..... 4:494$428
Título I
• Indústria e profissões sendo:
✓ Distrito da Vila ..... 5:875$725
✓ Idem, de Boa Família ..... 843$400
✓ Idem, de Figueira ..... 1:182$778 ..... 7:901$903
Título II
• Imposto predial:
✓ Distrito da Vila ..... 228$280
✓ Idem, de Boa Família ..... 16$000
✓ Idem, de Figueira ..... 18$714 ..... 262$994
Título III
• Imposto Urbano:
✓ Distrito da Vila ..... 74$500
✓ Idem, de Boa Família ..... 10$000 ..... 84$500
Título VI
• - ..... $
Título V
• - Multa por infração de leis municipais ..... 79$584
Título VI
• - ..... $
Título VII
• - ..... (1) ..... $
Título VIII
• - ..... $
..... rs 12:823$409
b)- Despesa
Título I
• Pessoal municipal ..... 1:781$259
• Expediente, eleições, etc ..... 450$000
• Guardas municipais ..... 326$500 ..... 2:557$759
Título II
• Dispêndio com o alicerce da nova casa
do Governo Municipal ..... 1:526$000
• Idem, por adiantamento a Antônio Soares
da Silva para o fornecimento de telhas e
tijolos para a mesma obra ..... 500$000 ..... 2:026$000

Título III

• - ..... $

Título IV

• - ..... $

Título V

• Subvenção a professora pública da Vila .....150$000
• Gratificação ao escrivão do júri .....100$000 .....250$000

Título VI

• Dispêndio com estampilhas para alvarás de licença.....75$000
• Restituição feita a Oliveira e Barros pelo que demais pagou de impostos.....50$000
• Pagamento feito ao professor José Norberto Pinto por adiantamento da taxa escolar .194$922 .....319$922
• Saldo que passa para o 2º semestre .....rs. 12.823$409

Paço do Governo Municipal da Vila Afonso Cláudio, em 31 de julho de 1894.
Ramiro de Barros Conceição.

• Em 19 de janeiro de 1905, pelo Decreto nº 110, gestão do Cel. José Cupertino Figueira Leite, foi promulgado o processo de arrecadação das diversas rendas do município.
• A Lei nº 55, de 17 de julho de 1917, promulgou o Código de Posturas. Pela Lei nº 42, de 1º de outubro de 1928, o Código Tributário e a pela Lei nº 13, de 29 de abril de 1929, a Organização Administrativa (reorganização).

3.1.3 – Primeiros Servidores do Município

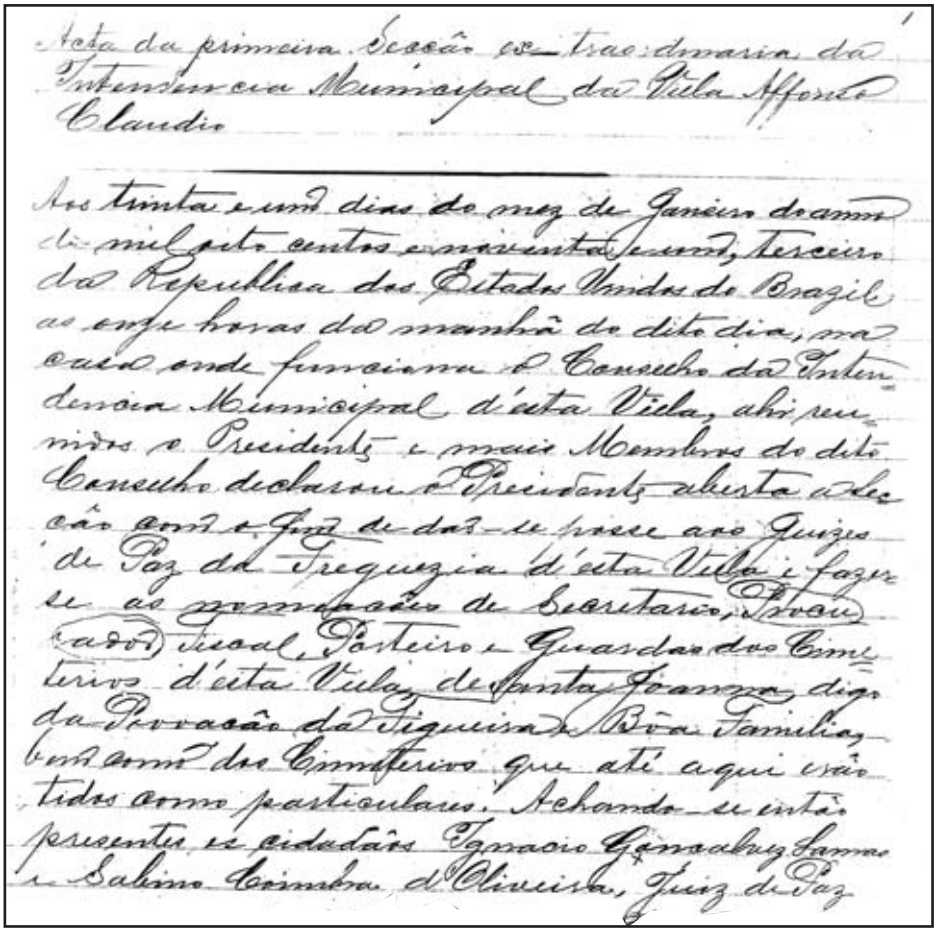
Logo após a instalação do município, ocorrida em 20 de janeiro de 1891, o Governo Estadual remeteu, aos dirigentes municipais, as instruções legais sobre a forma de nomeações dos futuros empregados da Municipalidade. O Conselho Municipal, por sua vez, reunido em sessão de 31 de janeiro de 1891, procedeu às nomeações dos seguintes cidadãos:

- ✓ Secretário: Adolpho Rodrigues Gomes
- ✓ Procurador: Antonio Corrêa da Silva
- ✓ Manuel Justino de Souza Leal – Não aceitou o cargo. Foi nomeado o Sr. Antônio.
- ✓ Fiscal: Joaquim Gonçalves da Cunha
- ✓ Porteiro: Antonio Januário da Silveira Costa

- ✓ Administrador do Cemitério da Vila: Victor José de Sá
- ✓ Administrador do Cemitério da Povoação da Figueira: Cesar Cappis
- ✓ Administrador do Cemitério da Povoação de Boa Família: Leonardo Cestari

Para os cemitérios existentes no município, de propriedades particulares, já nomeado 01 guarda para cada cemitério, a saber:

- ✓ 01 na Fazenda do finado Manoel Bazílio de Souza: Carlixto Pereira de Almeida
- ✓ 01 na Fazenda do finado João Monteiro da Costa: Domingos José Vieira
- ✓ 01 na Fazenda de João de Abreu Rangel: o próprio João de Abreu Rangel
- ✓ 01 na Situação de Antônio Nunes de Oliveira: o próprio Antonio Nunes de Oliveira ("Socego") e
- ✓ 01 na Fazenda de Manoel Fernandes Moura: Severino da Costa Silveira
- ✓ Delegado Municipal de Limoeiro: Joaquim Barcelos.



Acta da primeira Sessão ordinaria da Intendencia Municipal da Vila Affonso Claudio

Aos trinta e um dias do mez de Janeiro do anno de mil oito centos e noventa e um, Terceiro da Republica dos Estados Unidos do Brazil as onze horas do manhã do dito dia, na casa onde funcciona o Conselho da Intendencia Municipal d'esta Vila, ahi presentes o Presidente e mais Membros do dito Conselho declarou o Presidente aberta a Sessão com o fim de dar-se posse aos Juizes de Paz da Freguezia d'esta Vila e fazer-se as nomeações de Secretario, Procurador Fiscal, Porteiro e Guardas dos Cemiterios d'esta Vila, de Santa Joanna, diga da Povoação da Figueira e Boa Familia, bem como dos Cimiterios que até aqui vão tidos como particulares. Achando-se então presentes os cidadãos Ignacio Gonçalves Lamego e Sabino Coimbra d'Oliveira, Juiz de Paz

e primeiro Supplente d'este Juizo nomeados, dirigindo-se comparecer o cidadão Joaquim José d'Almeida segundo Supplente do mesmo Juizo, por motivos justificados, deferiu o Presidente d'esta Intendencia aos Juiz de Paz e primeiro Supplente a formalidade usada de promessa e depois declarou-lhes que se achavão de posse de seus cargos como de facto se achão. Procedendo-se votação entre os Membros deste Conselho para a escolha dos dos cidadãos que devião ser nomeados Secretario, Procurador Fiscal do Municipio, Porteiro Guarda do Cimiterio publico d'esta Villa, obtiverão votos os seguintes cidadãos: Para Secretario Adolpho Rodrigues Gomes tres votos, para Procurador Antonio Carrêa da Silva quatro votos, para Fiscal do Municipio Manuel Justino de Souza Leal quatro votos, para Porteiro Antonio Januario da Silveira Costa quatro votos, para Guarda do Cimiterio Publico d'esta Villa Victor José de Sá quatro votos, para Secretario Venancio Xavier um voto, pelo que ficão por este Conselho nomeados os seguintes cidadãos: Adolpho Rodrigues Gomes, Secretario, Antonio Carrêa da Silva, Procurador, Manuel Justino de Souza Leal, Fiscal do Municipio, Antonio Januario da Silveira Costa, Porteiro, Victor José de Sá Guarda do Cimiterio Publico da Villa. Forão por este Conselho tambem nomeados guardas dos Cimiterios que ainda serão

tem dentro do Municipio, os seguintes
cidadãos: Cesar Cappes, guarda do cime-
terio da Povoação da Figueira em Santa-
Joanna, Cestare Leonardo guarda do
da povoação da Bôa Familia; Guar-
da do Cimeterio do Socego: Antonio
Nunes d'Oliveira; Guarda do Cimeterio
existente na Fazenda do finado Manuel
Bazelio de Souza, Calixto Pereira d'Almei-
da; Guarda do Cimeterio existente na Fazenda
do finado João Moreira da Costa ou suas

suas immediações e no lugar denominado Bom Jesus
Domingos José Vieira: Guarda do Cimeterio exis-
tente na Fazenda de João d'Abreu Rangel: Jo-
ão de Abreu Rangel; Guarda do Cimeterio exis-
tente na Fazenda de Manuel Fernandes Mou-
ra n'este Municipio; Severino da Costa Sil-
veira. Nomeou-se tambem ao cidadão
Joaquim Barcellos residente no districto
do Limoeiro para occupar o cargo de De-
legado Municipal da, digo, naquelle dis-
tricto. Não havendo mais nada a deliberar
mandou o cidadão Presidente d'este Con-
selho que encerrasse a presente Acta, que
commigo Escrivão, digo, Secretario Ad-
hok assignão-se o Presidente e mais
Membros. Eu Venancio Xavier Secre-
tario Ad-hok que escrevi. Assignados
Ramiro de Barros Conceição. Presidente
Miguel Pereira de Mattos, João Francis-
co Machado Braga, Adolpho Rodrigues
Gomes e João Teixeira Alves. Confere:
Viela Affonso Claudio em vinte e qua-

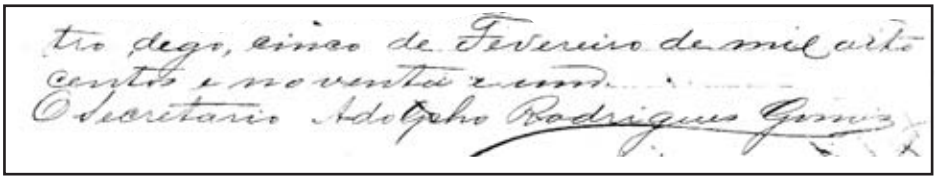


ILUSTRAÇÃO Nº 43 - “Acta da Primeira Secção Ex-traordinaria da Superintendência Municipal da Villa Affonso Claudio” – 31/01/1891.
(Acervo: Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio)

Decorridos 61 (sessenta e um) anos das primeiras contratações, onde foram nomeados 13 (treze) servidores, a municipalidade chegava em 1952 com 25 (vinte e cinco) servidores, demonstrando, com isso o zelo na administração dos negócios do governo municipal. Participavam do quadro estatutário (efetivo):

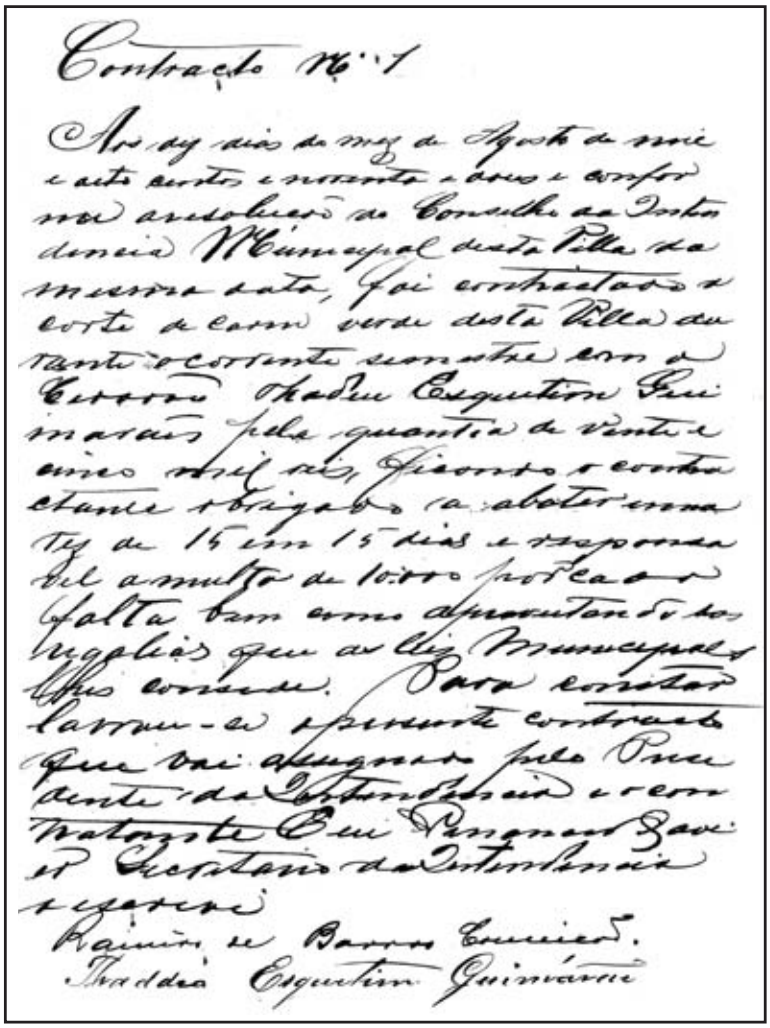
- ✓ Edmundo Fafá
- ✓ João Valim
- ✓ Eliezér Lacerda Fafá
- ✓ José Euzébio Corrêa
- ✓ Francisco Valentim da Neves
- ✓ Haroldo Fernandes Corrêa
- ✓ Antônio de Vargas Filho
- ✓ Lourival Lopes
- ✓ Henrique Lacerda
- ✓ Augusto Escopelli Gomes
- ✓ Lauro Dias da Silva
- ✓ Ascendino de Vargas Fontes
- ✓ Silvestre de Sá
- ✓ José Martins
- ✓ Heitor Lacerda Ribeiro
- ✓ Máximo Teixeira
- ✓ Geraldino Pio da Trindade
- ✓ José Corrêa da Silva
- ✓ Avelino Pio da Trindade
- ✓ Constantino de Souza Araújo
- ✓ José Gonçalves Neto
- ✓ Brazilino Carmo Penha
- ✓ Gil de Freitas
- ✓ Geraldo dos Santos
- ✓ Adíle Ferrari

3.1.4 – Primeiros Contratos Celebrados pela Municipalidade - 1892:

O nº 01 foi celebrado no dia 10 de agosto de 1892 e referiu-se à contratação de corte de carne verde na Vila, durante o corrente semestre, com o Sr. Thadeu Esquetim Guimarães, pela quantia de rs. 25$000 (vinte e cinco mil réis). O contratante ficara obrigado a abater uma rês de 15 (quinze) em 15 (quinze) dias. Em caso de falta, fora estipulada uma multa de rs. 10$000 (dez mil réis) por cada falta.
Assinaram o contrato, o Sr. Presidente da Intendência, Ramiro de Barros Conceição, e o contratante, o Sr. Thadeu Esquetim Guimarães.
O contrato de nº 2 foi celebrado com o Sr. Salustiano Clementino da Silva, referente à prestação de serviços no plantio de grama em uma parte do povoamento

da Vila. A data do contrato é de 12 de abril de 1894, constando de 07 (sete) cláusulas. Foi assinado pelo Presidente do Governo Municipal, Sr. Ramiro de Barros Conceição, e pelo contratado. O valor do contrato foi de rs. 1.600$000 (um conto e seiscentos mil réis), em 03 (três) prestações, a saber:

- ✓ 1ª – rs. 500$000, quando a cerca, a roçada e a derribada estivessem prontas;
- ✓ 2ª – rs. 600$000, quando a grama estivesse plantada e,
- ✓ 3ª – ultima – rs. 500$000, quando o contratante entregasse o serviço pronto.



Contracto Nº 1

Aos dez dias do mez de Agosto de mil e oito centos e noventa e dous e confor me a resolução do Conselho da Intendencia Municipal desta Villa da mesma data, foi contractado o corte de carne verde desta Villa durante o corrente semestre com o Cidadão Thadeu Esquetim Guimarães pela quantia de vinte e cinco mil reis, ficando o contractante obrigado a abater uma vez de 15 em 15 dias e responsavel a multa de 10.000 por cada falta bem como apresentando as regalias que as leis Municipaes lhes conceda. Para constar lavrou-se o presente contracto que vai assignado pelo Presidente da Intendencia e o contratante Eu Pinanaco Xavier Secretario da Intendencia o escrevi

Ramiro de Barros Conceição.
Thaddeu Esquetim Guimarães

ILUSTRAÇÃO Nº 44 - “Contracto Nº 1” – Corte de Carne Verde na Vila – 10/08/1892.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

3.1.5 – Primeiros Autos de Infração:

Em 06 de fevereiro de 1893, no Patrimônio de Boa Sorte, foi lavrado o auto de infração nº 1, contra Manoel Ferreira da Silva, por infrigência do art. 36, do Código de Posturas, na presença das testemunhas: Manoel Rocha de Oliveira e Pedro Ignácio da Silva. A multa foi de rs. 10$000 (dez mil reis).
O 2º auto foi no mesmo dia, contra José Alves da Cruz, por não ter observado o art. 26 do Código de Posturas da "Villa".
Foi apenado com r$. 20$000 (vinte mil réis). As testemunhas foram as mesmas do auto de infração nº 01.

3.1.6 - Primeiros Lançamentos do Imposto Predial, Urbano e Indústrias e Profissões.

O 1º (primeiro) edital de lançamento do Imposto Predial e Urbano e de Indústria e Profissões da "Villa Affonso Cláudio", relativo ao exercício de 1893, é o da ilustração a seguir:

3.1.6.1 - "EDITAL IMPOSTO PREDIAL E URBANO – 1893. O Cidadão Venâncio Xavier, Secretario do Governo Municipal da Villa Affonso Cláudio etc. Faz saber a todos que abaixo vão lançados que lhes fica marcado o praso de trinta dias para reclamarem do lançamento, si se julgarem prejudicados, e que o pagamento dos referidos impostos devera ser feito a bôcca do cofre dentro do praso de sessenta dias, ficando os infratores sujeitos a multa de 10%. E para que chegue a notícia à todos manda publicar o presente pela imprensa. IMPOSTO PREDIAL	**Casas de residencia propria** Sabino Coimbra de Oliveira 15$000 Maria Joaquina 2$400 Rodrigues Gomes & Martins – 9$090 Venâncio Xavier - 1$500 Thaddeu Esquetim Guimarães 1$500 Ramiro de Barros Conceição 15$000 Thaddeu Esquetim Guimarães 1$500 Angelo Bottão 3$600 Felismina Maria da Conceição 1$200 Maria Calada 1$200 Julio Bottão 3$000 Joaquina Tunda 1$500 Francisco Machado Parreira 1$500 Astolpho Rodrigues Gomes 2$400 Augusto Escopelle Gomes 4$800 Antonio Pinto de Magalhães 4$300 Jose Nery Pinto 3$600

Jose Ignácio da Fonseca Lannes 3$000
Avelina de Tal 1$500
Antonia Vieira 1$500
Victor Jose de Sá 2$400
Claudina de Tal 1$200
Ramiro de Barros Conceição 1$850

Casas alugadas

Sebastião Gonçalves do Nascimento 3$600
João Sabino de Oliveira 3$000
Joaquim José de Almeida 4$000
Calixto Pereira de Almeida 9$000
Carlos Van-der Lakr 6$000
Antonio Correa da Silva 9$600
Ramiro de Barros Conceição 6$000
Ramiro de Barros Conceição 6$000
Elias Caetano de Sousa 2$400
Ramiro de Barros Conceição 3$600
Joaquim Luiz Almeida 6$000
Maria Eduarda de Paula 3$600
Maria Eduarda Paula 6$000
Domingos Justino de Almeida 15$600
Antonio Pinheiro de Lacerda 2$400
Ramiro de Barros Conceição 9$600
Esequiel da Costa Silveira 2$400
D. Querobina Maria de Souza 12$000
Antonio Bittencourt 2$400
Victor José de Sá 1$800
Francisco Borges dos Santos 3$000
Pedro Ignácio da Silva 3$000
Francisco Borges dos Santos 3$000
José Oliveira 2$000

IMPOSTO URBANO

Sabino Coimbra de Oliveira 13$500
Sebastião G. Nascimento 1$000
João Sabino d'Oliveira 1$500
Elias Caetano da Silva 2$000
Rodrigues Gomes & Martins 7$500
Venâncio Xavier 7$500
Thaddeu Esquetim Guimarães 4$800
Thaddeu Esquetim Guimarães 1$500
Ramiro de Barros da Conceição 12$000
Joaquim José de Almeida 9$000
Ramiro de Barros Conceição 1$100
Calixto Pereira de Almeida 9$000
Carlos Wander-Lakr 2$000
Jose de Oliveira 1$000
Antonio Correa da Silva 5$000
Ramiro de Barros Conceição 1$400
Astolpho R. Gomes 1$600
Ramiro de Barros Conceição $900
Ramiro de Barros Conceição 1$000
Augusto E. Gomes 2$000
Antonio P. Magalhães 3$000
Joaquim L. de Almeida 1$000
Maria E. de Paula 5$000
Domingos Justino de Almeida 5$000
José Neres Pinto 2$000
Antonio M. de Lacerda $500
Ramiro de Barros Conceição $800
Jose Ignácio da Fonseca L. 3$500
Esequiel da C. Silveira 3$500
D. Querubina M. Sousa 3$900
Antonio J. Bittencourt $500
Victor Jose de Sá $500
Francisco B. dos Santos $500
Maria Joaquina 1$500
Claudina de Tal $500
Antonio Rodrigues Vieira $500
Avelina Maria Barbosa $500
Victor José de Sá $500
Francisco Borges dos Santos 3$000

Joaquim Tunda 1$000
Julio Botão 2$500
Felisbina Maria da Conceição 1$500
Maria Calada $500
Francisco Machado Parreira 1$000
Ângelo Botão 1$000
Maria Eduarda de Paula 1$500
Pedro Ignácio da Silva $500

Secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Cláudio, em 1 de julho de 1893.

O Secretário

Venancio Xavier

3.1.6.2 – EDITAL DO IMPOSTO DE INDÚSTRIA E PROFISSÕES

O cidadão Venancio Xavier secretario do Governo Municipal da Villa Afonso Cláudio, na forma da lei.

Faz saber que forão lançados, para pagamento do imposto de industria e profissão no corrente exercício, os seguintes cidadãos:

Industrias e profissões

Casas de negocio

1.classe:
R. de Barros & C.
Eugenio Gazale
Gonçalves & Irmão
2. classe
Sabino Coimbra de Oliveira
3.classe
Adolpho Rodrigues Gomes
Jorge Couri
Mansuette Bride
José Theodoro de Andrade
Antonio Affonso Henriques.
João Betholdo de Andrade
4. classe:
Joaquim José de Almeida
Augusto Escopelle Gomes
Henrique Brum
Manoel Thimotteo
Antonio Rodrigues Syllos Veado
Augusto Coelho da Silva
Barone & Irmão
Joaquim Luis de Almeida
5. classe
Jeronymo Casa
Elias Fernandes Rodrigues
Antonio Augusto de Moraes
Trajano Ferreira de Souza
Sebastião Martins
Antônio Pereira da Silva
Antonio Pinto de Magalhães
Jerônymo Borges
Manoel Jose Pereira
Rodrigues & Brum
José Ferreira Sobrinho
D. Querubina Maria de Sousa
Domingos Justino de Almeida
João Sabino de Oliveira
Pedro Ignácio da Silva
Manoel Cardoso de Mattos
6ª classe:
Marçal José Ferreira
Silvestre José de Sá
Julio Bottão
Maria Caetana dos Santos
Julio Zacarias Gomes
Domingos de Paula Freitas
Jacob José Ribeiro

Antonio Manoel Fernandes
João Rodrigues Pimenta
João Moreira da Encarnação
Victor José de Sá
João Manoel de Freitas

Fabrica de Cerveja:

José Theodoro de Andrade

De aguardente:

1) Motor Hydraulico
Antonio Gonçalves Ferreira
Camilo Frizera & Irmãos
2) Idem movidos por bois
(escala maior)
Domingos Augusto Fagundes.
3)Idem escalla menor:
Fardino Zualde
Fardino Andre
Natal Covre
Vicente Pereira Ramos
Jose Denarde
Ferrari & Irmão
Jose Peres da Silva
Antonio Gomes Ferreira
Joaquim Corrêa da Silva
José Theodoro de Andrade
Victorino Victorio
Joaquim Pereira da Costa
P. José Marcellino do Valle
P. José Maria Portas Crespo
Idem de Rapadura:
Leonardo Camper
Antonio Ribeiro Soares
Maria Leite de Jesus
Simão José de Mello
José Lopes da Rocha Sobrinho
Manos & Genro
José Mathias Thomaz de Paiva
Antonio Moreira de Souza
Manoel Marcellino de Mello
Sebastião Zeferino Martins
Joaquim Amancio Cordeiro
Joaquim Antonio Dias
João Joaquim Tavares
Agostinho Gonçalves Bairral
João Dias Pereira
José Augusto Fausther
D. Querubina Maria de Sousa
Joaquim Pinto de Oliveira
Joaquim Luiz de Almeida
José Freire de Almeida
Fulador Silvino
João Fiorotte
José Domingos dos Santos
Jose Cordeiro Lunna
Justino Gonçalves Pimenta
Galdino José Fagundes
João Bento de Aguino e Sousa
Joaquim Queiroz
Anacleto Filisberto da Silva
José Theodoro de Andrade
Joaquim José de Almeida
João Teixeira Alves
Manoel Cardoso de Mattos
Joaquim Pereira de Sousa
José Vicente Belmiro
Antonio Salino de Sousa
João Antunes de Siqueira
Antonio Guedes de Moraes
José Venancio de Araujo
Francisco Zeferino Martins
Querino Lourenço Pinto
Fortunato, agregado de Antonio João
João Ribeiro Soares
José de Abreu Rangel
Leopoldino dos Santos
José Antonio de Castro

Pedro Augusto Pubel
Antonio Jose Gomes Ribeiro
Manoel Joaquim Calixto
Pedro Ferreira de Martins
João Moreira da Costa & Irmão
Manoel Joaquim d'Oliveira Guimarães
José da Silva Monteiro
Joaquim Justino Lopes

Hotel

Taddeu Esquetim Guimarães

Olaria

Manoel Corrêa da Silva

Padaria

Sebastião Martins
Jeronymo Casa

Typographia

Redacção do Alto Guandú

Officinas

Vennancio Xavier

Sapateiro

Francisco de Paula Gomes

Selleiro

José Francisco Perpertuo

Ferreiro

Antonio de Almeida Casaes

Ourives

João Bernardo Vieira

Ferreiro

Joaquim Gonçalves Dias Bastos

Ferreiro

Joaquim Gomes Moniz

Selleiro

José Sapateiro

Sapateiro

Manoel Elias dos Santos

Caldeireiro

Cornelio Lopes da Costa

Selleiro

José Innocencio Rodrigues

Ferreiro

Roque Tempone

Sapateiro

José Francisco Borges da Silva

Carpinteiro

Elias Luna

Carpinteiro

José Gomes Dias – idem

Advogado

Dr. Manoel Clodoaldo Linhares

Agrimensor

Hermano Bello

Auxiliares de Agrimensor

Odorico Pinto de Siqueira
Olivio Rosa,
Caetano Gomes
Clemente dos Passos Martins
Antonio da Gama e Almeida
Julião Floriano do Espírito Santo
Antonio Rangel.

Empregados de escriptorios

Henrique Thiannes
José Cupertino Figueira Leite
José Guadanhim

Compradores de Café

Sebastião Gonçalves do Nascimento
Joaquim Luiz de Almeida
Domingos Justino D'Almeida
José Ferreira Sobrinho
José Basílio de Souza
Agostinho Gonçalves Bairral
Elias Fernandes Rodrigues
Eugenio Galaze
Gonçalves & Irmãos
Monsuetto Bride
Antônio Affonso Henriques
Pedro Ferreira Martins

João Sabino de Oliveira
B. de Barros & C.
Adolpho Rodrigues Gomes
Augusto Scopelle Gomes
Manoel Cardoso de Mattos
Epiphanio Rodrigues Pimenta
João Rodrigues Pimenta
Prudencio Gomes de Lima
Antonio José da Fonseca Lannes

Mascateações

Adolpho Rodrigues Gomes
Augusto Escopelle Gomes

Negociante ambulante de jóias

Esequiel da Costa Silveira

Tabelião

Francisco de Faria Nogueira.

Escrivães

Joaquim Justino de Barros Conceição

Antonio Rodrigues Sylos Veado.

A todos os quaes se convida para apresentarem suas reclamações dentro do praso de 30 dias contados desta data se julgarem prejudicados, findo o que serão os nomes dos lançados enviados a Recebedoria para se proceder a cobrança.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém allegue ignorancia mando publicar o presente pela imprensa.

Secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 17 de Abril de 1893.

O Secretario
Venancio Xavier

ILUSTRAÇÃO Nº 45 - Primeiros Lançamentos do Imposto Predial, Urbano e Indústrias e Profissiões - 1893.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

3.2 - Paço Municipal (Prefeitura e Câmara)

1º Prédio da Câmara:

Estava situado à Praça Henrique Coutinho, "adquirido juntamente com o terreno que constitue o patrimônio da cidade". Segundo o relatório da administração de 1914/1915[56], "o prédio da Camara Municipal bem sabeis que não se presta absoluctamente para tal fim; era uma casa de chacara, que nem para familia tem o conforto necessario, pelo que tem sido preoccupação constante da administração municipal construir outro havendo actualmente um contracto lavrado para esse fim." Este espaço, posteriormente, passou a ser uma escola.

1º Prédio da Prefeitura:

Ficava na atual Travessa Gastim. O Cel. Ramiro de Barros cedeu um salão ao lado da sua casa comercial, onde em 1891 passou a funcionar a Prefeitura. FAFÁ[57] afirma que o Governo Municipal adquiriu a casa antiga do Cel. Ramiro, para instalação da Intendência, que há muito havia sido abandonada, devido ao estado precário de conservação.
Assim é que em 02/11/1891, conforme "Acta da dessima quarta secção da Intendencia Municipal da Villa Affonso Claudio", ficava autorizado pela maioria dos membros do Conselho daquela Intendência, a se proceder algumas reformas no prédio. [...] mudanças de algumas paredes, porta da Intendencia, providencias de dois gradilhos com portinholas, fazendo-se a divisão dos recintos e distinção de classes [...].

2º Prédio da Prefeitura:

Foi arrendada em 1914 a casa de D. Lydia Ribeiro[LI], situada à Av. 20 de Janeiro, nº 27, onde instalou-se a Prefeitura, cujo aluguel era "de rs.30$000 (trinta mil réis) mensaes", durante 01 (um) ano. Esta residência passou a pertencer, posteriormente, ao Sr. Dionizio Krugeri, segundo FAFÁ[34], já citada.

---

[56]GIESTAS, José. "Relatório Encaminhado ao Cel. Marcondes Alves de Souza – Presidente do Estado." Afonso Cláudio (ES).21 de Dezembro de 1914. 24 p. (incompleto)

[57]FAFÁ, Maria Zuleika Haddad. "Afonso Cláudio - Cem Anos de História." Afonso Cláudio (ES). Jornal "O Afonso Cláudio". Suplemento Especial. 1991. 4p.

[LI]D. Lydia foi durante longos anos, Agente do Correio local, tenho falecido em 15/09/1953 e sepultada no cemitério São João Batista.

3º Prédio da Prefeitura:

Segundo "O AFFONSO CLAUDIO[58]", a idéia da construção do prédio data de 1896, quando o Cel. José Cupertino, então Presidente da Câmara, cogitou dotar o município "de um edifício condigno da corporação política". [...] Naquela data (1896), adquiriu-se o terreno e "foi escolhido o local que, entretanto, deixou de ser utilizado por ter sido cedido para construcções particulares". No entanto, aparece no balancete do 1º (primeiro) semestre de 1894, a despesa de rs. 1.526$000 (hum conto e quinhentos e vinte e seis mil réis), que teriam sido utilizados nos alicerces da nova casa do Governo Municipal.

Há que se afirmar que, já em 1893, pelo Decreto nº 8, de 13 de abril, era autorizada à Municipalidade a construir o prédio para a Câmara e Prefeitura. (Vide Capítulo – Organização Administrativa – Primeiros Atos da Administração – p. 228).

A Câmara Municipal de Afonso Cláudio editou também o Decreto nº 48, de 24 de março de 1897, pelo qual ficava a Municipalidade autorizada a contrair um empréstimo de rs. 50:000$000 (cinqüenta contos de réis), destinado "exclusivamente á construcção de um edifício para o funccionamento deste Governo e suas dependencias, um outro para o Fórum e Cadeia e outras obras" [...].

Decreto nº 48

O povo do Municipio de Affonso Claudio, por seus representantes

Decreta:

Art.º 1 – Fica o Presidente do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio authorizado a contractar com o Governo do Estado um emprestimo de cincoenta contos de reis (rs. 50:000$000), para este Governo, em dinheiro ou apolices estadoaes, em prestações, ou de uma so vez, de conformidade com a lei do Estado que regula a materia de emprestimos ás municipalidades.

Art.º 2 – O producto deste emprestimo será destinado exclusivamente á construcção de um edificio para funccionamento deste Governo e suas dependencias, um outro para o Forum e Cadeia e outras obras de imprescindivel necessidade, a juizo deste Governo.

Art.º 3 – O Presidente do Governo Municipal fica egualmente auctorizado a mandar fazer as despesas precisas, para a negociação do dito emprestimo.

[58]O AFFONSO CLAUDIO. "A Inauguração do Paço Municipal – Homenagem ao Presidente do Estado – Discursos – O Baile – Outras Notas". Afonso Cláudio (ES), N.º 161, de 28 de janeiro de 1917. 4 p. (acrescido de suplemento de 4 p.)

Art.º 4 – Revogão-se as disposições em contrario,

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 24 de Março de 1897.

Ramiro de Barros Conceição – pte

Francisco Figueira da Silva Lessa

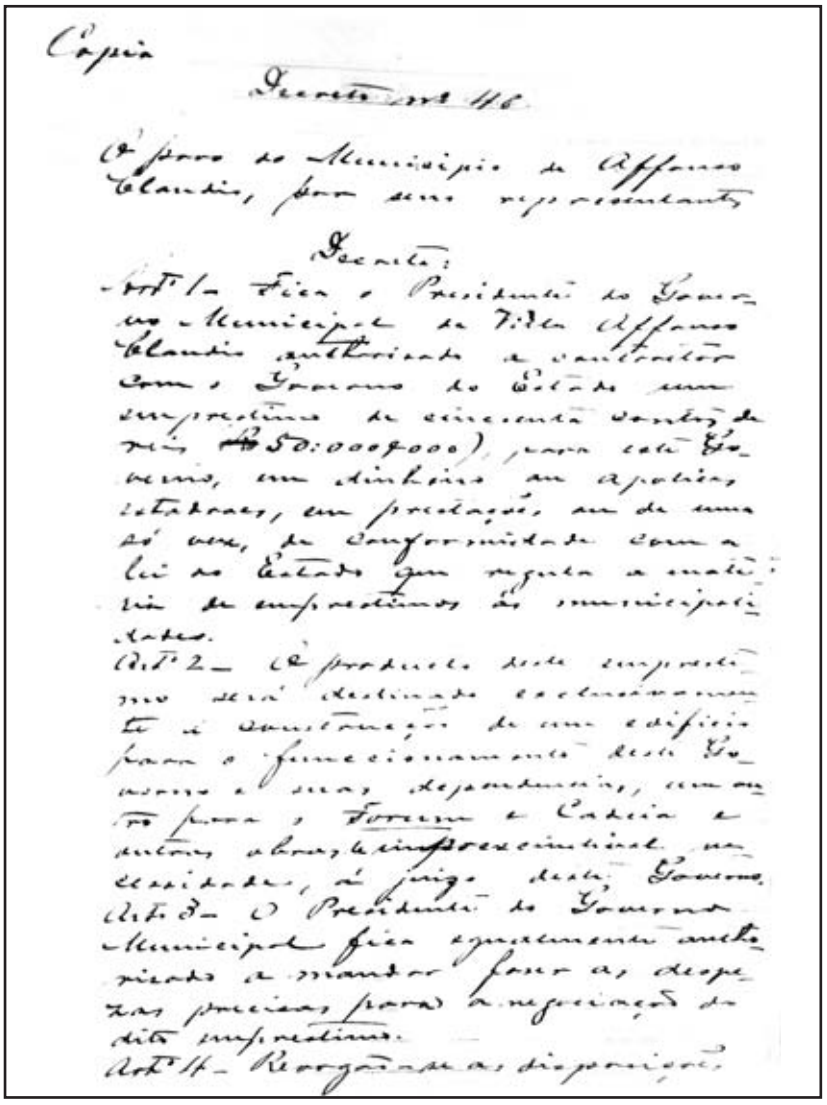
Adolpho Rodrigues Gomes

João Tosta das Neves

Publicado e selado na Secretaria deste Governo Municipal aos 24 de Março de 1897. O Secretario, Julio Gomes.

Levou o sello municipal

R. Barros



Copia

Decreto nº 46

O Paço do Municipio de Affonso Claudio, por seus representantes

Decreta:

Artº 1 – Fica o Presidente do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio authorizado a contractar com o Governo do Estado um emprestimo de cincoenta contos de reis (50:000$000), para este Governo, em dinheiro ou apolices estaduaes, em prestações ou de uma só vez, de conformidade com a lei do Estado que regula a materia de emprestimos ás municipalidades.

Artº 2 – O producto deste emprestimo será destinado exclusivamente á construcção de um edificio para o funccionamento deste Governo e suas dependencias, um outro para o Forum e Cadeia e outras obras de imprescindivel necessidade, á juizo deste Governo.

Artº 3 – O Presidente do Governo Municipal fica egualmente authorizado a mandar fazer as despezas precisas para a negociação do dito emprestimo.

Artº 4 – Revogão-se as disposições

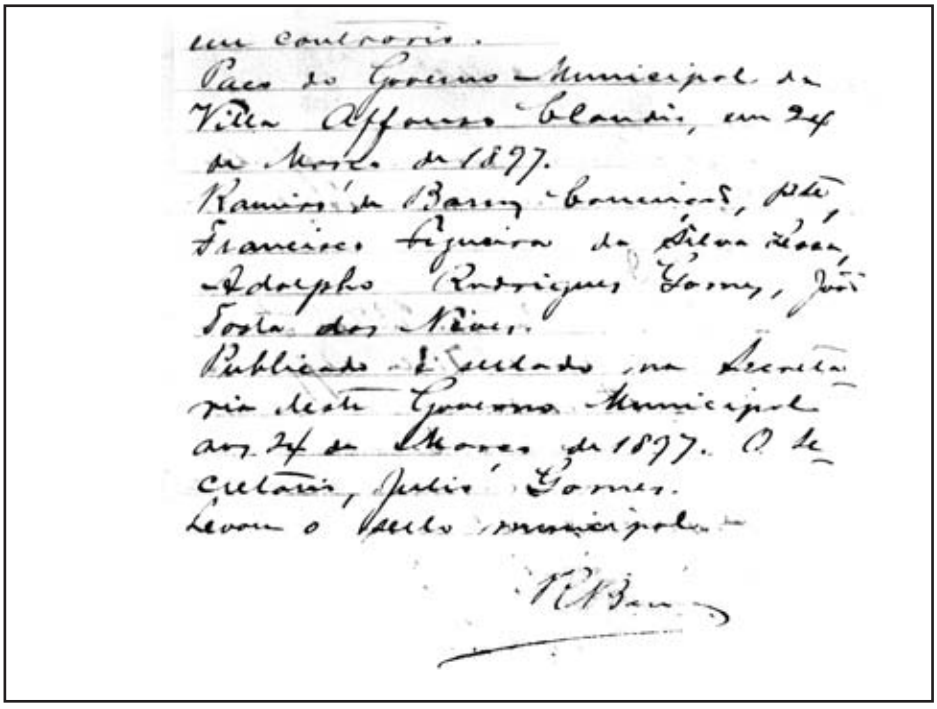


ILUSTRAÇÃO N.º 46 - Cópia de Decreto n.º 48, de 24 de Março de 1897.
Autorizando Contratação de Empréstimo.
(Acervo: APE – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – MSS APES – Coleção Acciolli - Livro 99 – Afonso Cláudio – 1891 a 1922)

Encontramos, também, um orçamento datado de abril de 1908, referente às obras para edificação de um prédio para a Câmara Municipal da cidade, que se encontra arquivado em pasta com dados históricos sobre o município, no Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio.

Mesmo tendo decorridos 22 (vinte e dois) anos entre a 1ª (primeira) autorização e o início da obra, durante este período não se deixou de persistir na construção do novo local que abrigasse as repartições públicas. Assim é que foi erguido um belo palacete, na época, na Av. 20 de Janeiro (hoje, Av. Presidente Vargas), constando de 02 (dois) pavimentos, tendo no superior espaçoso salão destinado as sessões da Câmara e funcionamento do Tribunal do Júri, ladeado de confortáveis gabinetes para o Presidente da Câmara e Prefeito, e possuindo mais de uma sala de dimensões regulares, para funcionamento da Secretaria. No pavi-

mento inferior, foram instaladas as repartições da Prefeitura.

Segundo a fonte[57], já citada "sua construção, de bello estylo architectonico (Ecletiano Brasileiro) é de uma solidez a toda prova, com paredes feitas de pedra e cal e revestimento de cimento".

Em 25 de junho de 1912, o Presidente do Governo ficava, pelo decreto nº 140, autorizado a contrair um empréstimo de rs. 20:000$000 (vinto contos de réis) para construção do prédio municipal e água potável na cidade.

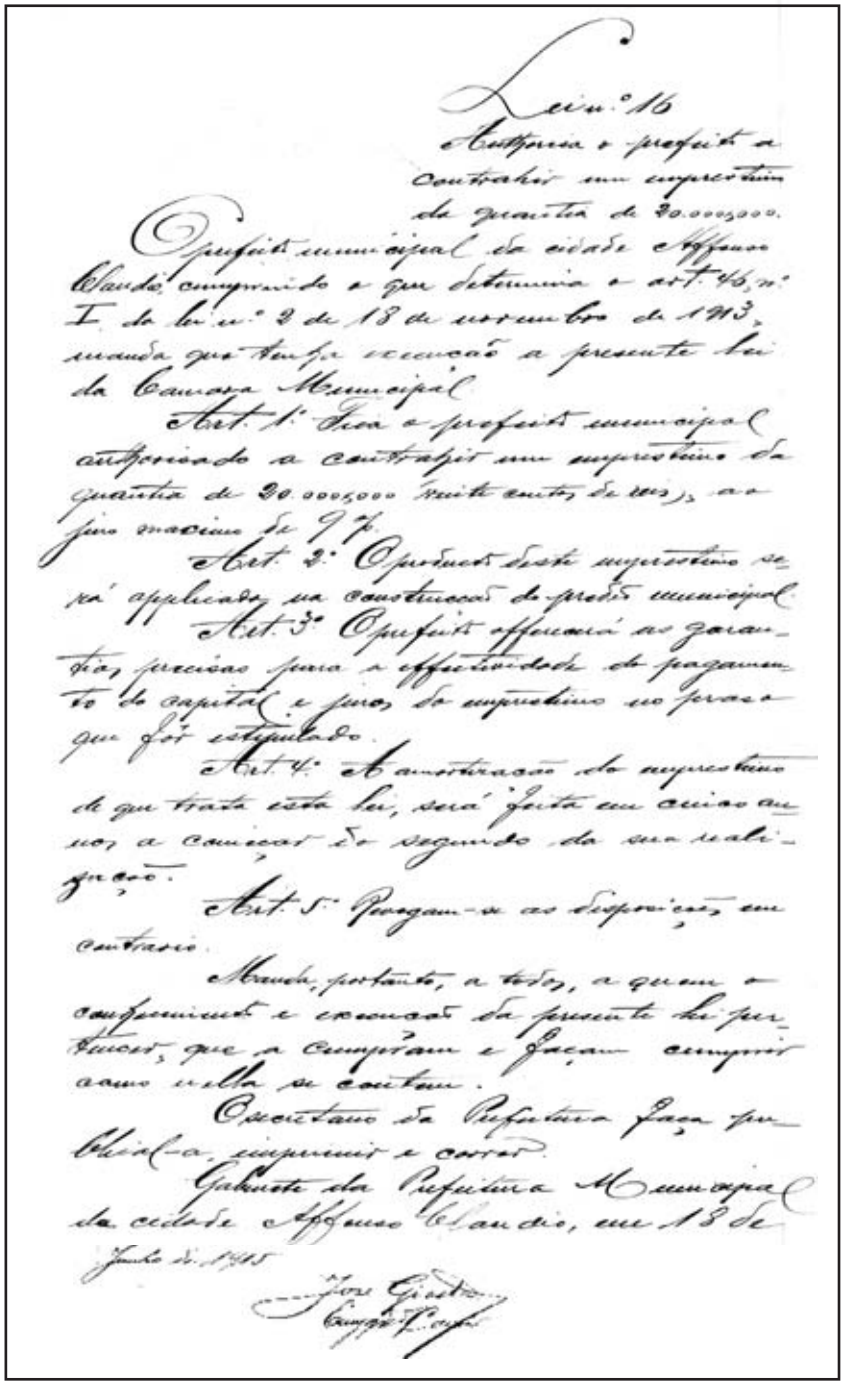
A obra física teve início no dia 30 de março de 1915, com a colocação da pedra fundamental lançada pelo Sr. Cel. Marcondes Alves de Souza (1912-1916), quando de sua visita ao município, e concluída em 1917. Segue ata do evento, publicada pelo jornal O AFFONSO CLAUDIO[59].

> *"Acta do lançamento da pedra fundamental do edificio da Camara Municipal de Affonso Claudio. Aos trinta e um dias do mez de março de mil novecentos e quinze, vigessimo setimo da Republica dos Estados Unidos do Brasil, as quinze horas, presentes nesta cidade, o exmº. sr. coronel Marcondes Alves de Souza, presidente do Estado do Espirito Santo e sua comitiva composta do sr. coronel Alexandre Calmon, vice-presidente do Estado, tenente-coronel Pedro Bruzzi, commandante da Polícia Estadoal, Elpidio Pimentel, secretario de s. exa., tenente Sergio Furtado, ajudante de ordens, Armando Castro, chefe do 2. Districto de Terras, capitão Orlando Bomfim, prefeito municipal de Santa Thereza, dr. Joaquuim Olympio da Fonseca Cruz, vereador municipal de Boa Familia, Antonio Eugenio de Mattos, secretario da Camara Municipal de Boa Familia, Franklin Figueira Lessa, empreiteiro da obra, comigo Emygdio Xavier, secretario da Prefeitura Municipal desta cidade, presentes todas as authoridades judiciarias e administractivas, sendo presidente dos Estados Unidos do Brasil o dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, presidente da Camara Municipal desta cidade o*

[59]O AFFONSO CLAUDIO. "Ata do Lançamento do Prédio da Câmara Municipal". Afonso Cláudio (ES). N.º122, de 02/01/1916. 4 p.

coronel Serafim Tiburcio da Costa, e prefeito deste municipio o coronel José Giestas, foi por este convidado o exm. sr. coronel presidente do Estado para lançar a pedra fundamental, do edificio que a municipalidade vae contrahir a instalação de suas repartições. Acceita por s. exa. a incumbencia e praticado o acto usou da palavra em nome do sr. presidente, o capitão Orlando Bomfim que com a sua palavra fluente e vibrante enalteceu os meritos do exm. sr. coronel presidente do Estado e a operosidade dos dirigentes deste municipio, felicitou o povo guanduense pelo inicio deste grande melhoramento. Em seguida usou da palavra o coronel Adolpho Gomes, que em nome do povo do municipio saudou s. exa. o sr. coronel presidente do Estado, o prefeito municipal e demas authoridades. Terminou o acto ao som do hymno nacional executado pela 'Eutherpe Guanduense; em seguida ao que todos se retiraram tendo antes a presente acta sido assignada pelo exm. sr. coronel presidente do Estado, sua illustre comitiva e pelas authoridades administractivas e judiciarias e pessoas do povo que comigo Emygdio Xavier, secretario da Prefeitura Municipal desta cidade, a escrevi para constar. (Ass). Marcondes Alves de Souza, presidente do Estado, Alexandre Calmon, vice-presidente, tenente coronel Pedro Bruzzi, commandante do Corpo de Policia, tenente Sergio Mendonça, ajudante de ordens, Elpidio Pimentel, Orlando Bomfim, prefeito de Santa Thereza, Armando Correa e Castro, engenheiro chefe do 2. Districto de Terras, Joaquim Olympio da Fonseca Cruz, Antonio Eugenio de Mattos, José Giestas, Genuíno de Andrade com mais de 57 assignaturas de pessoas de todas as classes".

A Lei n.º 16, de 18 de junho de 1915, autorizou o Sr. Prefeito Municipal a contrair um empréstimo de rs. 20:000$000 (vinte contos de réis) para a referida construção.



Lei n.º 16

Authorisa o prefeito a contrahir um emprestimo da quantia de 20.000$000.

O prefeito municipal da cidade Affonso Claudio, cumprindo o que determina o art. 46, n.º I da lei n.º 2 de 18 de novembro de 1913, manda que tenha execução a presente lei da Camara Municipal.

Art. 1.º Fica o prefeito municipal authorisado a contrahir um emprestimo da quantia de 20.000$000 (vinte contos de reis), ao juro maximo de 9 %.

Art. 2.º O producto deste emprestimo será applicado na construcção do predio municipal.

Art. 3.º O prefeito offerecerá as garantias precisas para a effectividade do pagamento do capital e juros do emprestimo no prazo que for estipulado.

Art. 4.º A amortização do emprestimo de que trata esta lei, será feita em cinco annos a começar do segundo da sua realização.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Manda, portanto, a todos, a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir como nella se contem.

O secretario da Prefeitura faça publical-a, imprimir e correr.

Gabinete da Prefeitura Municipal da cidade Affonso Claudio, em 18 de Junho de 1915.

José Giesta
Cunha Cunha

ILUSTRAÇÃO N.º 47 - Lei N.º 16, de 18/06/1915.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

Por esta época foi feita uma operação de crédito no valor de rs. 18:000$000 (dezoito contos de réis), com o Sr. Santos Venturim, morador de Figueira de Santa Joana (hoje Itarana), na data de 26 de junho de 1915. Em 27 de novembro de 1916, a Câmara Municipal, pela Lei nº 47, autorizou o Sr. Prefeito Jair Giestas a reformar o referido empréstimo, tendo em vista o falecimento do Sr. Santos Venturim.

O contrato de reforma foi registrado no Cartório de Notas do tabelião Adolpho Rodrigues Gomes, no Livro nº 22, folhas 12 v a 24 v. Neste ato, a parte credora foi representada pela viúva D. Josephina Corradi Venturim e seu filho Galerano Affonso Venturim, seu bastante procurador (Vide anexo nº 4.8.2).

Esse empréstimo seria pago no período de 30 de abril de 1916 a 30 de outubro de 1921, segundo GIESTAS[60].

O prédio teve o seu início e conclusão na administração do prefeito Cel. José Giestas.

O construtor foi o Sr. Franklin Figueira Lessa, sob a chefia do hábil artista Sérgio Blanco. Plinio Gomes participou também desta construção, "desde o início do andaime até o último prego [...]." Os operários foram os senhores Sérgio, Epaminondas, José Cláudio, Cícero Trancoso, Canuto, Clotário Passos e outros. O Senhor Juanico Manso fez todo o carreto de madeira.

FOTO Nº 35 - Alguns dos Construtores do Prédio Municipal - 1916.
Da Esquerda para a Direita: Canuto, Epaminondas, Cícero Trancoso, José Cláudio e Plínio.
(Acervo: Judith Gomes Martins)

[60]GIESTAS, Jair. "Fragmentos Históricos do Município". Afonso Cláudio (ES). Jornal "Affonso Cláudio. N.º 14, de 15/07/1959.

O frontispício[LII] foi executado pelo José Clara Coelho, morador de Itaguaçu, segundo o depoimento de Dr. Demócrito Frizzera (falecido em junho de 2009).
O contrato foi assinado em 30 de setembro de 1914, pela quantia de rs. 29:900$000 (vinte e nove contos, novecentos mil réis). O custo total da obra com os reajustes legais, foi de rs. 41:900$000 (quarenta e hum contos, novecentos mil réis).
No dia 19 de julho de 1915, o construtor Franklin Figueira Lessa "solicitava à municipalidade o pagamento do restante da 2ª prestação e uma reforma no respectivo contracto". O Sr. Prefeito Municipal, em despacho administrativo, ordenou o respectivo pagamento e ainda aceitou a proposta feita.
Pela lei n.º 32, de 06 de maio de 1916, ficava concedida a indenização solicitada pelo contratante do prédio.

Lei n.º 32

Concede ao contractante do palacete municipal a indemnisação de 12:000$000.
O Prefeito Municipal de Affonso Cláudio, cumprindo o que determina o art. 46 – I, da lei n.º 2, de 18 de novembro de 1913, manda que tenha execução a presente lei da Camara Municipal.
Art. 1º. Fica concedida a indemnisação de (12:000$000) doze contos de réis, para o contractante do predio municipal desta cidade, cuja importancia será paga alem da firmada no contracto existente.
Art. 2º. Fica o Prefeito authorizado a reformar o contracto, sobrecarregando-o com mais a importancia do art. 1.º, para finalisação do serviço.
Art. 3º. Fica aberto o credito necessario e revogadas as disposições em contrario.
Manda portanto a todos, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir como n'ella se contem.

O Secretário da Prefeitura faça publical-a, imprimir e correr.
Gabinete da Prefeitura Municipal de Affonso Cláudio, em 6 de Maio de 1916 – José Giestas,
Emydio Xavier.

Em janeiro de 1916, o palacete municipal já se achava coberto e em ponto de

[LII]FRONTISPÍCIO s.m. 1 Frontaria, fachada. 2. Página inicial de um livro na qual se acham impressos o título da obra e os nomes do autor e do editor.

receber assoalhos e forro, etc..(O AFFONSO CLAUDIO[61]).

O Cel. Giestas em sua mensagem à Câmara Municipal, na data de 17 de janeiro de 1917, assim se expressou: “Conclui-se a construção do palacete municipal, obra grandiosa, que attestará aos vindouros a nossa operosidade. É um edifício superior, a todos os respeitos, aos dos demais municípios do Estado: Esta obra veio saptisfazer uma justa aspiração das passadas administrações e de nossos co-municipes”.

Chegou o grande dia: 20 de janeiro de 1917! Data da inauguração solene do prédio.

O AFFONSO CLAUDIO[61] assim descreveu o acontecimento: “Desde cedo regorgitavam as ruas de nossa urbes de povo cheio de indescriptivel enthusiasmo, testemunho evidencial do contentamento que lhe ia no intimo, por mais esta conquista na senda luminosa do progresso, que fomos trilhando, graças á dedicação da nossa edilidade, que não mede sacrifícios para bem servir os cargos que lhe foram confiados.”

Logo ao alvorecer, a banda de música local fez “uma ligeira passeata pelas ruas da cidade, como que anunciando o principal acontecimento do dia” [...]. A sociedade, com certeza, enfatiotada[LIII] para poder comparecer à cerimônia da inauguração. Provavelmente, os alfaiates da cidade passaram a fazer serões, pois a quantidade de encomendas de ternos teve ter sido aos montes. As senhoras e senhoritas providenciaram os vestidos apropriados para a ocasião. A cidade estava em festa! Para o grande dia, a Euterpe Guanduense deve ter se esmerado nos ensaios dos dobrados musicais!

“Ás 12 horas, já os vastos salões do elegante e sunptuoso predio a ser inaugurado regorgitava do que ha de mais selecto no nosso meio social, á espera do momento annunciado.”

“Precisamente a 1 hora da tarde”, conforme matéria de O AFFONSO CLAUDIO[61], “deu entrada no salão principal, conduzido por uma commissão especial, o representante de s. exa. o sr. dr. Presidente do Estado, acompanhado do coronel Carlos Gerhardt, presidente da Camara Municipal de Santa Izabel; coronel Honorio Azevedo, prefeito de Santa Izabel; coronel Barbosa de Menezes, presidente da edilidade de Boa Familia, coronel José Cupertino, deputado estadual e prestigioso chefe politico local e varias outras pessoas gradas.

Reunidos os membros da governança municipal, o seu respectivo presidente, dr. Manoel Fernandes Beiriz, nomeou uma commissão especial para dar entrada no

[61]AFFONSO CLAUDIO. “Mensagem – Obras e Serviços Municipaes”. Afonso Claudio (ES), n.º 123, de 09/01/1916. 4 p.

[LIII]ENFATIOTAR, v. (em + fatista + or). Pron. Vestir em fatiota; vestir-se com apuro.

recinto, ao sr. coronel José Giestas, prefeito do municipio, afim de ler a mensagem de sua gestão relativa a um anno de exercício. Obtendo a palavra o coronel Giestas passou a expor as condições financeiras e politicas do municipio, com uma fidelidade digna de encômios[XXXIV] e que constitue a norma essencial do substancioso relatorio que apresentou e pelo qual se pode aferir as boas condições em que estamos e o futuro que nos espera.

Finda a leitura desse documento, o dr. Manoel Beiriz encerrou a sessão, convidando o representante de s. exa. o sr. presidente do Estado a presidir a sessão solenne de inauguração, que teve lugar, logo em seguida .

Acceito o convite o sr. dr. Henrique de Novaes tomou assento na curul[LIV] presidencial, proferindo ligeiro e eloquente discurso enaltecendo a capacidade de trabalho e a dedicação dos nossos dirigentes, realçando-lhes o valor, e, nos quaes – terminou s. exa. – podia encontrar-se o exemplo da sinceridade e do amor ao progresso.

Encerrada a sessão de inauguração, em seguida, realizou-se a entrega a Camara Municipal, do retrato á crayon, do dr. Bernardino Monteiro, honrado chefe do executivo estadual, offerta do distincto político coronel José Cupertino.

Ao descerrar as cortinas uma estrepitosa salva de palmas echoou pelo salão, acompanhada do hymno nacional harmoniosamente executado pela philarmonica guanduense. Por esta occasião usou da palavra em nome do offertante, o promotor publico da comarca, Mirabeau Pimentel, produzindo um longo discurso em que relembrou os grandes e inestimaveis serviços prestados ao Estado pelo homenageado, em quem devemos ver – conclui s. s. – um obreiro do progresso; um continuador dessa obra grandiosa de desenvolvimento que encetou ha nove annos passados, Jeronymo Monteiro o mais patriotico dos espirito-santenses, o mais digno filho deste pequenino Estado, pelo amor, pelo carinho, pela dedicação com que trabalha em prol do seu engrandecimento , com que se esforça por nivela-lo aos seus pares da Federação Brasileira.

Ao terminar ergueu s. s. um enthusiastico viva ao presidente do Estado, que foi freneticamente correspondido por todos os circunstantes. Respondeu agradecendo a homenagem que se acabava de prestar ao seu representado, o dr. Henrique de Novaes, que em phrases sensibilizadoras patentiou o valor dessas pequeninas provas de apreço, tanto mais quando ellas partem de um povo sincero e leal, como é o novo povo guanduense.

[LIV]CURUL, adj. (C. curule). Ant. 1. Pertence ou relativo a certos magistrados romanos. 2. Designativo das cadeiras de marfim em que se sentavam os primeiros magistrados de Roma. 3. Designativo dos magistrados que se sentaram nessas cadeiras. S.f. Cadeira curul. Var: curule.

Ao espoucar do champagne, fizeram-se ainda ouvir várias saudações, sobresahindo entre ellas a do coronel Cupertino ao dr. Jeronymo Monteiro, saudação em que s. s. revelou a impossibilidade de esquecer naquelle momento, a figura proeminente desse emerito estadista, o batalhador incansavel, o ardoroso lutador pela nossa autonomia, pelo nosso progresso.

Cobriram as suas palavras finaes uma longa salva de palmas, prova irrefragavel da alta estima e de cousideração que gosa no seio dos seus patrícios aquelle emerito estadista e eminente espírito-santense.

Também em lisougeiras palavras saudou o bello sexo o dr. Mirabeau Pimentel, saudação que por incumbencia, foi agradecida pelo dr. Manoel Beiriz, provecto[LV] advogado do nosso fôro.

Durante toda a festa a excelente banda de musica local executou lindas peças do seu variadissimo e escolhido repertorio.

Entre as pessoas que lá estiveram, podemos notar as seguintes: drs. Henrique de Novaes, representante de s. exa. o sr. presidente do Estado; Genuíno de Andrade, juiz de Direito da comarca, Gastão Netto, promotor publico da comarca de Valença no Estado do Rio; coronel Carlos Gerhardt, presidente da Câmara Municipal de Santa Izabel, (...inelegível...) coronel Barbosa de Menezes, presidente da Câmara Municipal de Boa Familia; cap.(inelegível) Pinto, Bemvindo Novaes, tenente Mariano Oliveira, delegado de Policia em commissão, coronel José Giestas, prefeito do municipio, Eutychio d'Oliver, João Soares, Calixto Malafaia, Antonio Torres, Agenor Ferreira, Emygdio Xavier, coronel José Cupertino, Ivo Fernandes, Gumercindo Lacerda, Epaminondas Barros, José Ferro, Silvino de Avila, Elias Gastin, Paulo Padua, Ernesto de Vargas Fernandes, Antonio V. de Fernandes, Galdino Leite, Francisco Lessa,Franklin Lessa, Daniel Vasconcellos.

Madames: Cupertino, Gastão Netto, Julio Gomes, Antonio Souza, Gumercindo Lacerda, Baptista Valle, Ivo Fernandes, João Federici, Angelo Federici, Peregrino dos Santos, José Giestas, João Manoel, João Silva, Thimotheo Dias.

Senhoritas: Maria José de Souza, Maria Correia, Iracema Fernandes, Azulina Passos, Carlota Costa, Julieta Gastin, Augusta Gomes, Aracy e Moema Fernandes, Izilda Giestas, Maria e Izabel Manso, e outras cujos nomes nos escaparam.

O BAILE

Ás 8 horas da noite desse dia, teve logar o sarau ... inelegível... ornamentado o salão principal do sunptuoso palacete, àquellas horas, estava repleto de graciosas e amaveis senhoritas, de distinctas senhoras e de grande numero de

[LV]PROVECTO adj 1 Que está adiantado. 2 Diz-se de pessoa avançada em anos; idoso.

cavalheiros.
Iniciadas as danças continuaram sempre animadamente até alta madrugada; concorrendo bastante para o brilhantismo dessa importante festa a philarmonica guanduense, que com seu excellente repertorio fez as delicias desse elegante sarau.

FOTO N.º 36 - Inauguração do Prédio - 20/01/1917.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual)

FOTO N.º 37 - Outra Face da Inauguração do Prédio – 1917.
(Acervo: Professora Zilka Fernandes)

A Câmara Municipal, naquela ocasião, estava representada pelos seguintes vereadores:

- ✓ Dr. Manoel Fernandes Beiriz – Presidente
- ✓ José Henrique Pedro – Vice-presidente
- ✓ José Jorge Haddad
- ✓ Joaquim Gonçalves Serpa
- ✓ Antonio Olympio da Fonseca Cruz
- ✓ Idolindo da Fonseca Lamas
- ✓ Máximo de Vargas Fernandes

Após decorridos 02 (dois) anos da administração Adherbal Galvão (1930 a 1944), em 1932 foi construído, na Praça Independência, em frente ao Palacete Municipal, um repuxo[LVI] luminoso com um dispêndio de rs.2:360$000 (dois contos, trezentos e setenta mil réis). CORREIO DO CENTRO[62].

FOTO N.º 38 - Repuxo Luminoso – 1932.
(Acervo : Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

Em 1933, após 16 (dezesseis) anos de sua construção, sofreu a 1ª (primeira) remodelação. O pintor foi o Sr. Onélio Santos, "dando a cada sala um aspecto diverso, um tom escolhido de acordo com o ambiente, com o fim a que se destina

[LVI]REPUXO s.m 1 Ato de repuxar. 2 Jato de um líquido. 3. Tubo ou instalação por onde sai esse jato. 4 Trabalho pesado ou excessivo.

[62]CORREIO DO CENTRO. "Dois Anos de Governo – Abastecimento de Água". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 81, de 03/12/1932. 4 p.

cada comodo". (CORREIO DO CENTRO[63]). Foram 4 (quatro) meses de reformas, dando novamente ao prédio um aspecto de palácio.
Na administração do Sr. Sebastião Fafá houve uma reforma e ampliação do prédio, para abrigar os diversos departamentos da municipalidade (1973-1977).
Na fachada principal do palacete municipal, aparece a data de 1916, como a de sua inauguração. Entretanto, a obra foi iniciada em 1915 com a "colocação da pedra fundamental" o contrato com o futuro construtor é de 1914 em 1916 ainda estava em construção, e a inauguração ocorreu no dia 20 de janeiro de 1917. Pode-se supor que a data de 1916 tenha sido a do término da obra.
Esse prédio, por muitos anos, serviu ao Tribunal do Júri, Coletoria Estadual, Prefeitura e à Câmara Municipal e Tipografia. Em 2009, completou 90 (noventa) anos, ainda imponente e vistoso.

FOTO N.º 39 - Prédio Atual da Prefeitura Municipal - 2008.
(Acervo: Superintendência Estadual de Educação de Afonso Cláudio)

[63]CORREIO DO CENTRO. "Pelo Nosso Progresso". Afonso Cláudio (ES). Jornal "Correio do Centro", nº 118, de 26/08/1933. 4 p.

4 – COMO ERA O MUNICÍPIO

4.1- Infra-estrutura

4.1.1 – Primeiros Caminhos

Utilizando-se mais uma vez do relatório estatístico realizado pela Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, datado de 1909, onde afirmava-se que, mesmo o município sendo possuidor àquela ocasião, das "melhores terras do Estado, cobertas de florestas riquíssimas de madeiras de lei e preciosidades tais que, convidavam até os retrógrados ou desanimados da agricultura, nelas se estabelecerem cheios de esperanças, houvesse absoluta falta de estradas ou mesmo caminhos viáveis". O cenário era de verdadeiro contraste com as riquezas naturais do município.

Ostentando uma posição "geográfica e central e diante do seu relativo desenvolvimento comercial e agrícola, não se compreendia como que, os governos anteriores (entendidos principalmente o Estadual) não tivessem dado a devida atenção ao município, no sentido de dotá-lo de regulares vias de comunicação".

A sede de Afonso Cláudio ficava distante 90 (noventa) quilômetros, por caminhos acidentados e péssimos, das estações de ferro de Castelo, Araguaia (estrada de Ferro Leopoldina), Porto de Cachoeiro, Porto Belo e Mailaqui (estrada de ferro Diamantina). A razão pela qual os caminhos não eram conservados prendia-se ao fato de que a madeira era extraída das matas ainda incultas, do Alto Castelo, Alto Jucu, Alto Santa Joana, Santa Maria e Baixo Guandu, a madeira dela extraída, sem nenhum cuidado com os caminhos, pois a mesma era arrastada por juntas de bois e tropas de animais.

Por essa ocasião, a grande reivindicação e expectativa dos munícipes de Afonso Cláudio eram da extensão de um ramal ferroviário que partisse de Araguaia e Rio Fundo, com ligação à sede do município. O trecho era considerado como perfeito à passagem da estrada de ferro, por não oferecer dificuldades a serem superadas por obras de arte, grandes pontes, viadutos ou túneis. "A região era tomada por florestas virgens, regadas pelas melhores águas [...]".

Este sonho quase tornou-se realidade em 2 (duas) ocasiões:

1) Quando das negociações para a conclusão do trecho ferroviário de Cachoeiro-Matilde, ocasião em que a Leopoldina iniciou os estudos para o reinício desta obra. Simultaneamente, o Estado vendera à mesma Companhia a estrada de ferro Caravelas, por Rs. 1.500:000$000 (hum milhão e quinhentos mil contos de réis), com a obrigação de concluir, a suas expensas (da Cia), um trecho de

setenta quilômetros, em direção a Afonso Cláudio, e

2) O trecho da estrada de ferro de Araguaia a Afonso Cláudio foi requerido por Francisco Kanisk, que desejava a sua concessão. Até julho de 1910, o contrato ainda não havia sido assinado. (Relatório de Jerônimo de Souza Monteiro, de 30/06/1910).

As estradas eram ligeiras picadas ou caminhos um tanto acidentados.

a) Tropas como Meios de Transportes

O transporte é o coração do progresso, que, no Brasil, como no Espírito Santo e no município de Afonso Cláudio, era feito ainda no início do Século XX pelas tropas de muares (burros e bestas), em geral aos lotes, cada um composto de doze animais, inclusive a madrinha. "À frente, caminhava o burro da guia. Era um muar ensinado, sem pose e cheio de cincerros a dindilhar e um número maior de guizos. A ele dirigia-se o tocador, aos gritos, orientando e ordenando. Seguia-lhe a madrinha, a égua vistosa, carregando cincerro silencioso, cujo toque só se fazia ouvir quando nas pastagens a tropa tinha outra vez de reunir-se para a caminhada." (MERCADANTE[64])

MORAES[65] afirmava que "esta fase foi muito importante para a economia do município, pois muitas vezes eram os tropeiros obrigados a pernoitar nos ranchos por virem de pontos distantes. Como centro tropeiro, a cidade ganhava uma série de atividades derivadas como as de: seleiro, funileiro, ferrador, o crescimento de bares, botequins, hospedarias e pensões de prostitutas".

O AFONSO CLAUDIO[66] retratou o tropeiro como um "verdadeiro bandeirantes para quem as entranhas do sertão não tinha segredos". O tropeiro parecia ser uma "criatura feita de aço, mas que sofria bastante como qualquer homem".

"Quando chovia muito, os atoleiros eram para ele uma tortura, porque via seu lote afundar e agarrar na batinga[LVII] dos caldeirões cobertos de mata virgem, sem saída, ou então no trilho riscado na barriga da serra muito alta, na borda do abismo, a que ele chamava de pirambeira[LVIII]".

---

[64]MERCADANTE, Paulo. "Crônica de uma Comunidade Cafeeira: Carangola: o Vale e o Rio." Belo Horizonte (MG). 1990. 172p.

[65]MORAES, Ormando. "Por Serras e Vales do Espírito Santo – A Epopéia das Tropas e Tropeiros". Vitória (ES). 1989. 123p.

[66]O AFONSO CLAUDIO. "O Tropeiro – O Grande Esquecido". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 16, Ano XVII, 31/03/1952. 4p.

[LVII]BATINGA, s.f. Bot. 1. Árvore alta, da família das Mirtáceas [...].

[LVIII]PIRAMBEIRA, s.f. Reg. (Minas Gerais). 1 – Desbarrancado, despenhadeiro. 2. Ribanceira abrupta, principalmente a beira dos rios.

"E lá se iam já no meio da jornada, burros e bestas, no seu passo tardo, resfolegando pela focinheira de couro, gingando sempre ao ritmo dos cincerros[LIX] da guia, enquanto o burro do coice levava o melhor porque só transportava a tralha[LX] da cosinha que pesava pouco".

Afonso Cláudio também foi um grande centro tropeiro, que por ter um comércio progressivo e de muito movimento, teve que conviver com os roubos de animais. MORAES[65], já citado, buscando o auxílio de D. Argentina TRISTÃO[67], considerada "notável informante sobre tropas em Afonso Cláudio", assim se manifestara: [...] "esses malfeitores se aproveitavam, com freqüência, das épocas de muita chuva, em que se formavam grandes atoleiros nas estradas e os tropeiros ficavam retidos nos ranchos vários dias e os animais permaneciam em pastos às vezes abertos e expostos ao furto. Como é obvio, os animais roubados eram vendidos a pessoas de boa fé ou entregues a receptores, que os havia na época, embora em número reduzido [...]."

FOTO Nº 40 - Tropa Chegando de Viagem à Afonso Cláudio - 1920.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de A. Cláudio)

Ainda com auxílio de MORAES[65], o mesmo afirmava que as tropas de Afonso Cláudio "dirigiam-se preponderantemente para o porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, numa jornada de 6 dias de ida e 6 de volta, passando por Arrependido, Serra Pelada, Barracão, Santa Maria e Serra do Limoeiro" [...].

Prossegue, a mesma fonte: "Mas tomavam também o rumo de Castelo, seguindo o rio do Peixe e passando por Piracema, Fazenda do Bissoli, Indaiá, Conceição do Castelo, Santo Antonio, São Manoel e Caxixe, itinerário do arrieiro e proprietário de tropas Manoel Lopes da Costa e de muitos outros".

A Fazenda do Córrego do Rocha, de Joaquim José Vieira (Quincas), segundo

[LIX]CINCERROS, (ê) Sm Espécie de chocalho que se pendura no pescoço do gado.

[LX]TRALHA, s.f. [...] 6. Bagagem que acompanha um viajante: Vinha ele com toda a sua tralha.

[67]TRISTÃO, Argentina Lopes. "A História de Afonso Cláudio desde a sua Fundação até a Revolução de Trinta." Vitória (ES). 1991. 41p.

VIEIRA[19], chegou a ser ponto de encontro dos tropeiros que vinham de Minas Gerais, passando por Itarana com destino a Afonso Cláudio, Castelo, Cachoeiro e outros municípios do sul do Estado e vice-versa. Por essa ocasião, fazia-se uma verdadeira festa, pois, segundo Ormando Moraes[64], "o ambiente nos ranchos era geralmente muito alegre não só pelas visitas frequentes dos vizinhos, mas também porque se juntavam nestes locais os arrieiros e tropeiros de 10, 12 tropas ao mesmo tempo". Portanto, a chegada dos tropeiros aos pontos de parada era uma verdadeira festa para os moradores das imediações, onde normalmente se improvisava um "arrasta-pé", ao som de sanfona ou da viola acompanhada de cantoria, muita comida e cachaça. Aí também se fazia o comércio de troca de animais."

"As firmas mais importantes que davam serviços às tropas de Afonso Cláudio eram as de José Ribeiro Tristão (pai do Sr. Jonice Tristão) com a famosa Casa Misael, Ramiro de Barros Conceição (primeiro comerciante do município), Cel. José Giestas, José Jorge Haddad (possuía várias tropas) e Elias Pádua".

Durante a décadas de 30 e 40, o rancho mais importante de Afonso Cláudio era o da Casa Misael, ao lado da primeira ponte na entrada da cidade de quem vem da BR-262.

Por aquela época, a moeda de troca era o "escambo", que consistia na troca da saca de café por mercadorias. As pequenas lojas nas povoações e distritos eram abastecidas pela Casa Misael, que abria créditos com as mercadorias, cujos pagamentos ocorreriam quando da época das safras de café. Esses créditos eram anotados em cadernetas específicas para os acertos futuros.

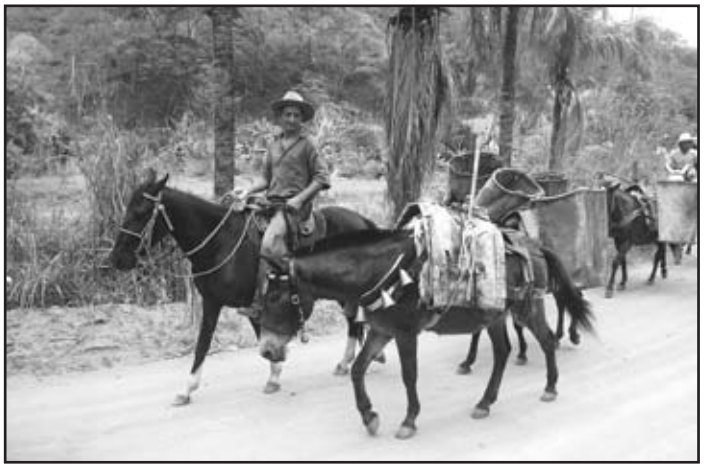


FOTO Nº 41 - Tropa em Viagem - Afonso Cláudio - Sem Data.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

Naquela ocasião, o município possuía um bom intercâmbio com os comerciantes de Castelo, Cachoeiro do Itapemirim, Santa Leopoldina, Santa Tereza e até de Vitória, pois boa parte de sua produção agrícola era exportada, assim como pela necessidade de suprir de bens que não produzia.

Possuíam tropas: "Sebastião Cipriano, grande fazendeiro em São Domingos, que chegou a ter até 15 lotes ou 150 burros. Eduardo Olímpio, fazendeiro em São Francisco; Serafim Tibúrcio, com fazenda em Barra da Lagoa, e Adolfo Rodrigues Gomes, residente dentro da cidade".

FOTO Nº 42 - Tropa em Frente à Residência do Sr. Sebastião Gonçalves do Nascimento (Avô do Totó) – São Domingos – 1895.
(Acervo: Família de Sebastião Cypriano do Nascimento)

Outros proprietários de tropas. Em Sobreiro: José Galdino, Sinval Sarmento, Armindo Santos, Henrique Feltz (Avô do Dôrico), Pedro Corrêa, Carlos Fick, Augusto Wesphal e Sebastião Color. Em Afonso Cláudio: Sr. Juquinha (São Domingos), Benedito Alves, José Ribeiro (São Francisco) e Eduardo Wolz. Piracema: Laurentino Bicas (2 lotes de Burros), Sebastião e Pedro Salino e Garipe Serra.O arrieiro do Sr. Adolpho Rodrigues Gomes era o Sr. Silvestre de Sá, que era pai de Constantino de Sá.

Outro que era tropeiro era o Fanin, filho do Sr. João Sabino de Oliveira, que possuía 02 (dois) lotes de burros. Também foram arrieiros, Ildebrando, Antônio Marcelino, José Firmino, José Adolfo, Elizidário, Brazilino e Bento Dalmácio.

Em Brejetuba, os proprietários eram: Eurico Alves Cabral, Paulo Avides, Pedro Fernandes, Avides Cassiano da Rocha, Cornélio Faustino e João Olinto Badaró. O trajeto utilizado era Brejetuba - Conceição do Castelo em que se levava 4 dias entre ir e vir ou Brejetuba - Afonso Cláudio, onde se gastava o mesmo tempo. Por aquela ocasião, Conceição do Castelo já possuía caminhões que transportavam as mercadorias até a Estação de Ferro de Castelo.

Em depoimento, GOMES[7] afirmava que: "Quando chegavam essas tropas de

Castelo ou Cachoeiro, era uma alegria e festança. Na porta da Igreja, tinha um gramado, os espiões ali se reuniam. Apostavam qual ferreiro pulava mais. Quem caísse pagava uma quantia de cerveja ou a despesa da farra".
Sem falar nas mulatas da rua seca (lado de cima da rua) e das preferidas dos tropeiros: Custódia, Arvilina, Antoninha Vieira, Antonia Pereira e a mais solicitada, a Chiquinha.
Prossegue a mesma fonte. "[...] os tropeiros vinham guiando suas tropas e gritavam: _ Como é, minhas donas, essas batatas não assaram, esses caras não cozinham arroz e carne, feijão só pra tingir?
Seu nêgo tá chegando, dona Chiquinha!"

FOTO Nº 43 - Tropa Pertencente a Argenário Rodrigues Pimenta – Sem Data.
(Acervo: Eva Roncete Pimenta Dttmann)

Meu avô materno, Eugênio Campos Teles, vulgo Sr. "Geninho", também foi arrieiro de tropa, percorrendo o itinerário Afonso Cláudio - Vitória, passando por Santa Isabel, levando aguardente e trazendo açúcar e fumo no regresso.
Somente a partir da década de 20 é que os caminhões passaram a ser outra alternativa para o transporte, ocasião em que algumas estradas de rodagem já haviam sido construídas. Pela Lei Municipal nº 3, de 10 de dezembro de 1936, é criado o imposto de tropas, obrigando os tropeiros ou donos de tropas a pagarem a taxa anual de Rs. 50$000(cinqüenta mil réis), por lote de 10 burros ou fração do lote que possuíssem, lei esta sancionada em 15/12/1936 pelo Prefeito Adherbal Galvão.

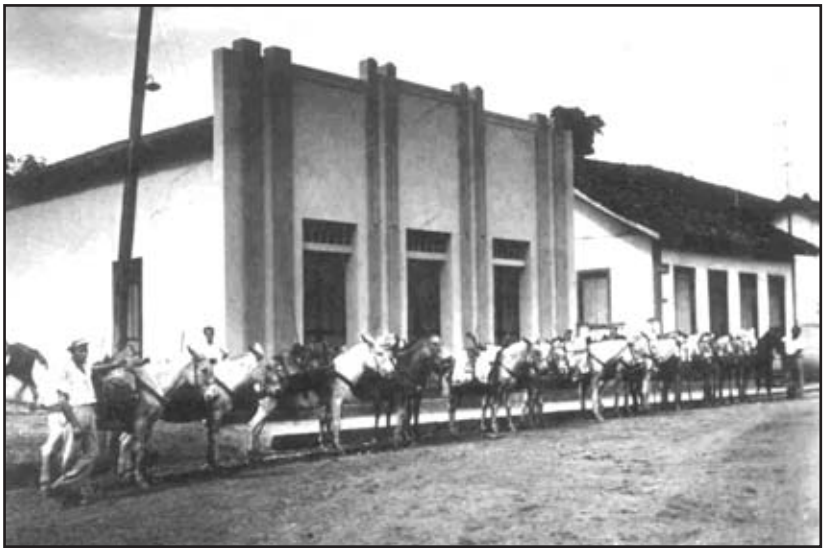


FOTO Nº 44 - Tropa de Burros em Frente ao Prédio da Casa Chiabai – Afonso Cláudio.
(Acervo: Familiares de Laudio Chiabai)

Os primeiros caminhos foram portanto, feitos pelos tropeiros, que vieram incrementar o desenvolvimento da cidade e município, ligando-a às localidades vizinhas, cujos primeiros trechos foram construídos por Ignácio Lanes, com o auxílio dos indígenas.

b) Estradas de Rodagem

Em 5 de novembro de 1893, o jornal "O Alto Guandu", nº 31, afirmava encontrar-se quase interrompido o trânsito para a cidade de Porto do Cachoeiro, por onde eram exportadas a produção do município de Afonso Cláudio e vice-versa. Afirmava, ainda, que não era grande o reparo da estrada, pois que um "conserto econômico para suavizar alguns morros íngremes que ela possuía, uma ponte no ribeirão Possimoser e uns poucos pontilhões bastariam para que ela servisse a comunidade por mais 2 (dois) ou 3 (três) anos, com regular vantagem" [...].
Decorria o ano de 1894 quando o Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Sr. Muniz Freire, atendendo à representação do Sr. Presidente do governo municipal da "Villa", Sr. Ramiro de Barros Conceição, relatando o péssimo estado em que se encontrava a estrada geral, que ligava o município à cidade de Cachoeiro de Santa Leopoldina, e considerando ainda que naquela ocasião era impossível ao Estado providenciar os recursos ordinários à construção de uma

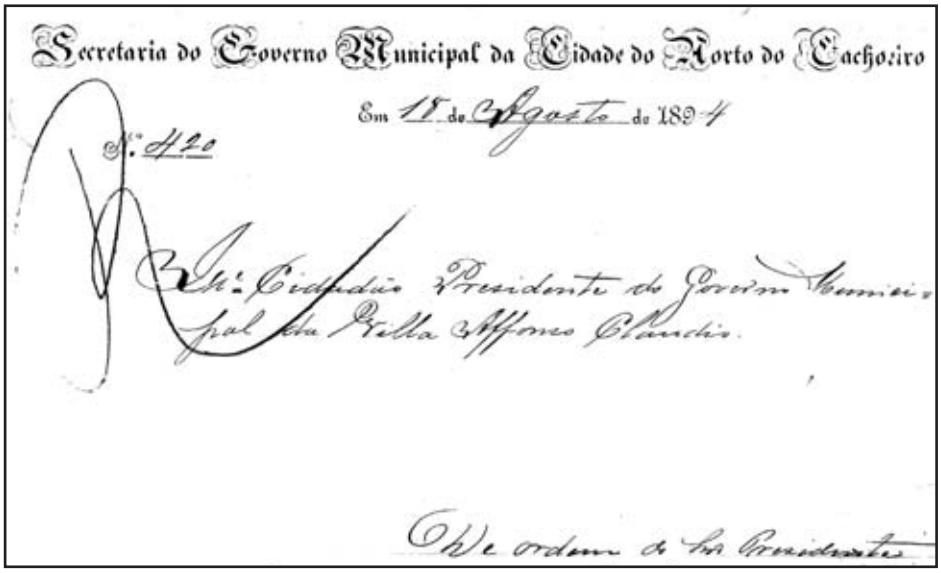
estrada regular, “segundo o tipo determinado no Decreto nº 3, de 04 de junho de 1892, entre os referidos pontos”, resolvera “autorizar os reparos necessários nos caminhos existentes” [...].

Comunicava, ainda, conforme o jornal “O Alto Guandu”, nº 5, de 4 de fevereiro de 1894, que fora concedido um auxílio de Rs. 12:000$000 (doze contos de réis) pelo Governo Estadual, para ser “aplicado no reparo urgente da estrada geral que ligava a Villa a cidade do Porto do Cachoeiro”.

Por considerar insuficientes os valores destinados pelo Estado para o projeto, o Sr. Presidente do Governo municipal desta “Villa” dirigiu expediente ao do Porto de Cachoeiro, “no sentido de se obter daquela cidade a quantia de Rs. 2:000$000 (dois contos de reis) para, com a igual quantia, que a municipalidade e o povo afonsoclaudense, estavam se organizando, para obter, com o objetivo de aplicá-la no restante da obra, pois que os recursos liberados pelo Governo Estadual (12 contos de reis) não se concluiria os serviços. (O Alto Guandu, nº 20, de 20/05/1894).

A importante e acreditada firma Franz, Meyer e Cia, do Porto do Cachoeiro, acolhendo generosamente o apelo que a municipalidade afonsoclaudense havia dirigido ao Governo Municipal da sua cidade, decidiu por auxiliar com a quantia de Rs. 1:000$000 (hum conto de réis) para o que fora solicitado.

Para tanto, já autorizara a firma R. de Barros e Cia de Afonso Cláudio que fizesse pagamento da quantia de Rs. 100$000 (cem mil réis) ao procurador do Governo Municipal. Esta afirmativa encontra-se publicada no jornal “ O Alto Guandu”, nº 38, Ano II, de 30/09/1894.

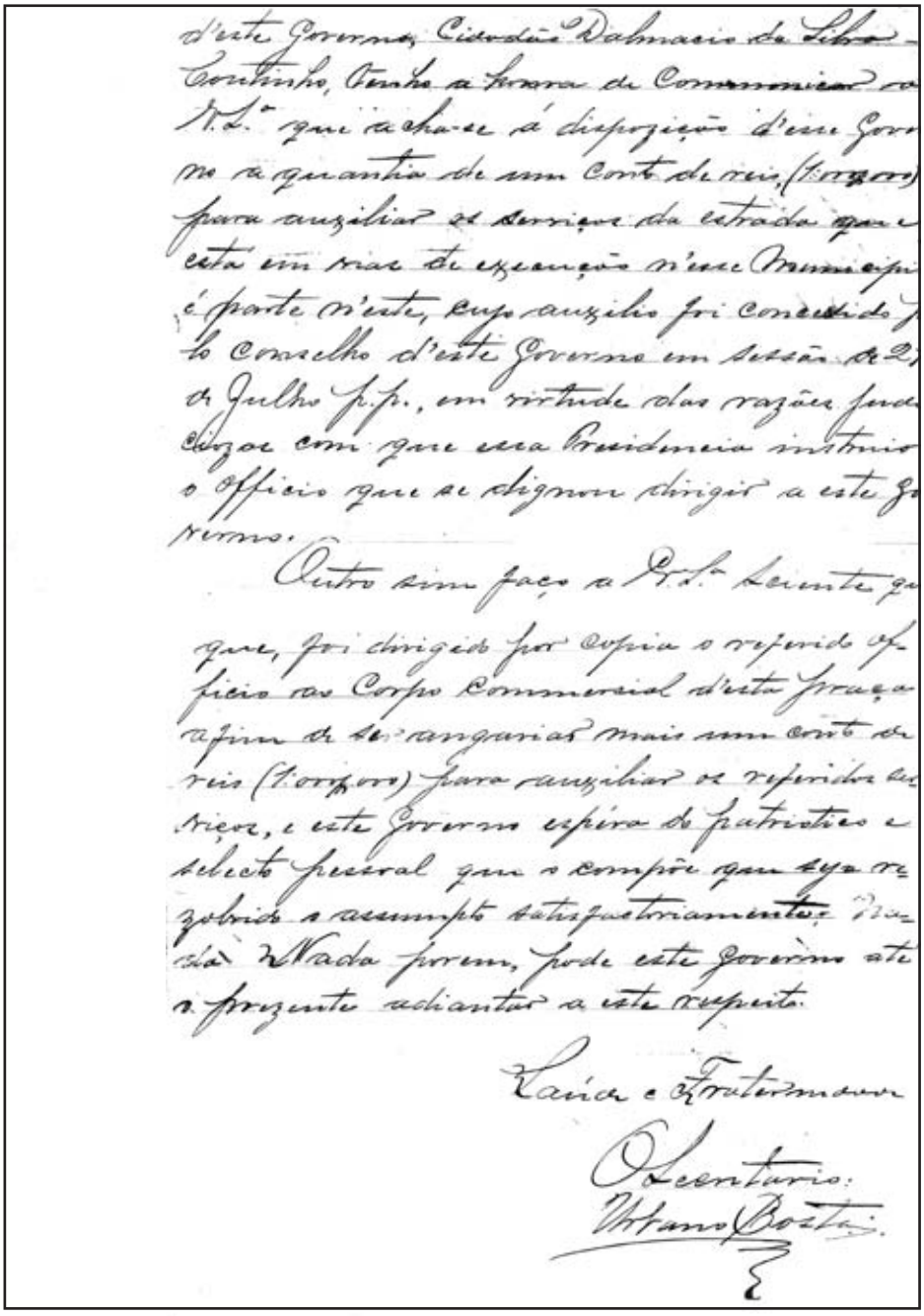

Secretaria do Governo Municipal da Cidade do Porto do Cachoeiro

Em 17 de Agosto de 1894

Nº 420

Illm. Cidadão Presidente do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio.

De ordem do Sr. Presidente



d'este Governo, Cidadão Dalmacio da Silva
Coutinho, tenho a honra de Communicar a
V.S.ª que acha-se á disposição d'esse Gover
no a quantia de um Conto de reis (1:000$000)
para auxiliar os serviços da estrada que
está em vias de execução n'esse Municipio
é parte n'este, cujo auxilio foi concedido p
lo Conselho d'este Governo em sessão de 2
de Julho p.p., em virtude das razões jude
ciozas com que essa Presidencia instruio
o Officio que se dignou dirigir a este Go
verno.

Outro sim faço a V.S.ª Sciente qu
que, foi dirigido por copia o referido of
ficio ao Corpo Commercial d'esta praça
afim de se angariar mais um conto de
reis (1:000$000) para auxiliar os referidos ser
viços, e este Governo espera do patriotico e
selecto pessoal que o compõe que seja re
zolvido o assumpto satisfactoriamente. Na
da Nada porem, pode este Governo até
o prezente adiantar a este respeito.

Saúde e Fraternidade

O Secretario:
Urbano Bosta

ILUSTRAÇÃO Nº 48 - OF. Nº 420 DE 18/08/1894 – Secretaria do Governo Municipal da Cidade de Porto do Cachoeiro.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

Em 4 de outubro de 1894, o governo municipal do Porto de Cachoeiro colocava à disposição do projeto; Rs. 1:000$000 (hum conto de réis) para auxiliar na construção.

No mesmo noticioso, em data de 19/05/1895, nº 10, era prestada conta do valor dispendido pelo Governo Estadual, no valor de Rs. 12:000$000 (doze contos de réis):

- ✓ Rs. 6:000$000, no trecho de Porto do Cachoeiro.
- ✓ Rs. 6:500$000, no de Afonso Cláudio.
- ✓ Obs.: do saldo de Rs. 1:500$000 ficavam para ainda serem aplicados.

Mesmo com esta intervenção, o trecho de "caminho" continuava a ter problemas, pois não havia o serviço de conserva, que continuou até por volta de 1918.

O Cel. José Giestas, em sua mensagem apresentada à Câmara Municipal, na sessão de 21 de dezembro de 1914, no item "Estradas e Pontes", afirmava que "neste particular tudo está por fazer no nosso município".

A justificativa apresentada pelas dificuldades de construção de estradas prendia-se ao fato de que a "vastidão do nosso território, os acidentes da topografia e, sobretudo, a escassez de nossas rendas, não tem permitido fazer mais do que algumas pontes e ligeiros concertos nos caminhos que foram traçados pelos aventurosos que primeiro vieram estabelecer no Guandú".

Decorrido 1 (hum) ano da posse do prefeito Cel. José Giestas, já aparecia no noticiário da imprensa afonsoclaudense que a Prefeitura já estava construindo "pontes sobre o São Domingos, Limoeiro e construindo a estrada para Marechal Hermes (hoje Mutum, MG)". Outras pontes: sobre os Rios Boa Sorte, Guandu, situação de José da Cunha, fazenda de Manoel Serpa, São Bento, Poço d'Anta e Rio da Cobra.

Ainda em 1915, a Prefeitura investira recursos financeiros para a melhoria do caminho de ligação do município com a cidade de Santa Leopoldina, que também servia aos distritos de Bom Jesus, Laranja da Terra e Serra Pelada. Outro trecho onde houvera intervenção era na Mata Fria, "que precisava de sérias modificações. Iniciara-se, também, a construção da estrada para Capim".

Quando da mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, na abertura da 3ª sessão ordinária da 8ª Legislatura, o Sr. Presidente do Estado, Marcondes Alves de Souza (1912 - 1916), na data de 8 de setembro de 1815, às páginas 54 e 55, comentando a sua viagem a alguns municípios do Estado, assim se manifestara:

"Partindo da capital no dia 26 de março de 1915, com destino a estação de Ponto Belo, em trem especial, posto a disposição do Sr. Presidente pela Cia. Estrada

de Ferro Diamantina, em lá chegando, partiu à cavalo com meta de chegar à Boa Família. Acompanharam-no: Cel. Alexandre Calmon (Vice-presidente do Estado), Ten. Cel. Pedro Bruzzi (Comandante do Corpo Militar da Polícia), Dr. Oscar de Farias Santos (Juiz de Direito da Comarca de Santa Júlia), Elpídio Pimentel (Secretário Particular) e Ten. Sérgio Furtado (Ajudante de Ordens).

No dia 30 de março, ainda seguindo a cavalo, vieram para Afonso Cláudio, tendo o Sr. Oscar retornado à Boa Família. Incorporam-se à comitiva o prefeito de Santa Tereza (Sr. Orlando Bonfim) e o Sr. Armando Corrêa e Castro (Chefe do 2º Distrito de Terras). De Boa Família à Afonso Cláudio foram percorridos 60 (sessenta) quilômetros, aproximadamente, de estradas ruins.

O transporte era feito em costas de animais até os pontos de embarque, absorvendo quase todo o seu valor. Os pontos por onde eram exportados os produtos ficavam em Santa Leopoldina, com 80 (oitenta) quilômetros de estradas ruins, e Castelo, nas mesmas condições".

Com essas ponderações, concluía o Sr. Presidente que, "urge, pois, que o Governo do Estado auxilie o município, para construção de uma boa estrada de rodagem; esta deverá ser por Araguaia, porque aproveita uma grande extensão de estrada já construída pelo Governo do Estado, sendo talvez mais dispendiosa por qualquer outro lugar".

Nesta viagem, em 1º de abril lançou a primeira pedra para construção do edifício da Câmara e da Prefeitura.

Concluindo o seu relatório de viagem, assim se manifestou: "Faz necessário a [...] construção de uma boa estrada de rodagem, visto que atualmente acho impossível a construção de uma via férrea para êsse município".

No item, de seu relatório, denominado Viação Pública, à pagina 128, comentava mais uma vez da necessidade de se construir uma estrada para Afonso Cláudio.

[...] de várias estradas de rodagem precisa ainda o Estado. A construção de uma poderá ainda ser adiada, mas de outros se faz necessária, tais como a de Araguaia a sede do município de Afonso Cláudio, aproveitando-se um trecho construído pelo Governo do Estado e em verdadeiro abandono; a de Boa Família a Ponto Belo e a Colatina. [...].

O AFFONSO CLÁUDIO[68], de 1917, anunciava que o Sr. Presidente do Estado, Bernardino Monteiro (1916 - 1920), acudindo ao apelo da imprensa e da classe política de Afonso Cláudio, enviara profissionais ao município para "proceder as necessarias explorações e um estudo techino sobre a conveniencia de se

[68]O AFFONSO CLÁUDIO. "Vamos Ter Uma Estrada de Rodagem". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 159, Ano V, de 7 de janeiro de 1917. 4p.

approveitar os simulacros[LXI] de estradas existentes [...].
Em março de 1917, este trabalho já havia sido concluído pelo engenheiro Dr. Henrique Novaes, que também manifestara a posição do Governo Estadual de iniciar brevemente "a abertura de picadas para o transito de muares que servem de transporte dos nossos productos".
Ainda na mensagem do Cel. Giestas à Câmara Municipal, em 20 de janeiro de 1917, era anunciada a construção de um "trecho de estrada entre esta cidade e a situação de José Marcellino Vieira" (meu bisavô paterno). Uma ponte sobre o Ribeirão do Costa, na Fazenda Boa Esperança, e a reconstrução de outra, no mesmo ribeirão, na fazenda Vista Alegre.
Um pequeno trecho de estrada foi aberto em São Domingos, reconstrução de outro trecho de caminho no lugar Córrego dos Monos.
A grande expectativa dos munícipes de Afonso Cláudio era, naquela ocasião, a construção, por parte do Governo do Estado, da estrada que ligasse a sua sede com a de Santa Leopoldina e, automaticamente, com a cidade e o Porto de Vitória.
Entretanto, convocados ao Palácio, em 20 de janeiro de 1917, os prefeitos e presidentes de Afonso Cláudio, Santa Isabel, Santa Leopoldina e Boa Família para tratarem da "viação" desses municípios, combinando-se os meios de ligá-los por estradas, não comparecia o município de Santa Leopoldina. Esta ausência era justificada pelo fato de desejar este município outro traçado da estrada, que prejudicaria sobremaneira Afonso Cláudio, pois aumentaria o percurso em mais 30 (trinta) quilômetros, ou seja, 5 (cinco) léguas. Este movimento havia sido provocado pelos comerciantes de Santa Leopoldina.
A Presidência da República publicava, em 20 de março de 1918, o Decreto nº 12.926, regulamentado, em nome da presidência, pelo Sr. Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, onde eram aprovadas as instruções para concessão de subvenção aos construtores de estradas de rodagem. Aos municípios que construíssem estradas de rodagem próprias para o serviço regular de transporte de passageiros e cargas, por meio de automóveis e outros veículos, seria concedida uma subvenção quilométrica até 02 (dois) contos de réis (2:000$000) de uma só vez, por trecho de 24 quilômetros. Essa legislação criou novas expectativas aos habitantes de Afonso Cláudio, que continuavam esperando pela construção de sua 1ª (primeira) estrada de rodagem.
Em janeiro de 1919 era anunciada a construção da estrada ligando Afonso Cláudio a Santa Leopoldina, ligando também o município com Santa Tereza e Figueira de Santa Joana.

[LXI]SIMULACROS. S.m 1- Imitação; aparência; fingimento. 2- Reprodução imperfeita.

Buscando o auxílio da mensagem dirigida pelo Sr. Presidente do Estado, Dr. Bernardino de Souza Monteiro (1916 a 1920), ao Congresso Legislativo, em sua 3ª sessão ordinária da 9ª Legislatura, encontramos às páginas 5, 6, 7 e 8, a seguinte afirmativa:

"[...] continuam ativamente os trabalhos da estrada de rodagem de Santa Leopoldina a Santa Tereza, tendo já se atingindo e mesmo passado além desta Vila, cujas ruas foram pela primeira vez cruzadas por veículos automóveis em 15 de agosto de 1917. O tráfego de carros leves para os passageiros está garantido, fazendo-se com segurança o percurso entre as 2 (duas) localidades, a razão de 24 (vinte e quatro) quilômetros por hora [...]".

"Prosseguem os trabalhos de construção da estrada de rodagem de Marechal Floriano para o rico município de Afonso Cláudio. [...] acham-se concluídos 7.200 metros de estrada em condições de serem imediatamente aproveitadas pelas tropas de cargueiros".

"Visando encontrar-se com essa estrada, ou ser-lhe o prolongamento, vem o município de Afonso Cláudio, de março de 1917, e com os recursos que pode dispor, reunidos ao auxílio do Estado, em materiais e na locação de linha, abrindo uma outra a partir de sua sede. Os primeiros 8 (oitos) quilômetros dela, são igualmente aproveitáveis para Santa Leopoldina, o que torna ainda mais recomendável esta iniciativa. Já se acham prontos 3000 (três mil) metros de via carroçável".

Em outra mensagem do Dr. Bernardino Monteiro, de 1919, às páginas 9, 10 e 11, afirmava que fora pessoalmente presidir a inauguração da estrada de rodagem de Santa Leopoldina a Santa Tereza.

Continuava a mesma fonte: "Esta estrada com 02 (dois) metros de largura, com leitos de 03 (três) metros em terreno sólido. O seu extremo já atingia o km 24 (vinte e quatro) em meio caminho de Santa Tereza à Figueira, em pleno Caldeirão" [...].

"Já se fixaram, após cuidadosos reconhecimentos, os detalhes do traçado definitivo até Afonso Cláudio. Tomaram-se como diretrizes as águas de ribeirão Limoeiro e Sossego, tributários do Santa Joana. Transposto o divisor das vertentes deste último rio e do rio Guandu, na serra do Bananal, continuará a estrada acompanhando o ribeirão Lagoa até sua confluência com o Rio Guandu, por cuja margem direita subirá então até Afonso Cláudio, 9 (nove) quilômetros antes, dar-se á futuramente a derivação de um ramal que pelo São Domingos, afluente da margem esquerda do Guandu, irá ter no coração da zona contestada".

"A estrada de Marechal Floriano, na qual se continua a aproveitar o trabalho dos sentenciados, atingiu o Km 20: seu fraco avançamento se explica pelo fato

de não terem empregado mais de 42 (quarenta e dois) homens em serviços efetivos".

Em março de 1919, O AFFONSO CLAUDIO[69] anunciava que "dentro de poucos dias recomeçaram os serviços da estrada que nos ligará a Santa Leopoldina e a Marechal Floriano, cujos serviços, devido aos grandes aguaceiros e a grippe, foram temporariamente suspensos".

"De Santa Thereza para Figueira, ao que sabemos, acha-se empreitado todo o trecho, pretendendo o director do serviço ligar ainda este anno, essa localidade a Santa Leopoldina". Esta obra foi iniciada no dia 11 de março de 1919.

O contrato para construção da estrada foi registrado no Livro nº X, fls. 116 e verso, 1º traslado, no Cartório dos Feitos da Fazenda Estadual, na cidade de Vitória.

Em 24 de agosto de 1923, pela Lei Municipal nº 109, a Câmara Municipal autorizava o Prefeito Lourival de Almeida a "explorar a abertura de uma estrada, que partindo da situação de Josino Vieira de Souza, vá encontrar a estrada de Araguaia-Afonso Claudio, no lugar mais conveniente".

No quatriênio 1920 - 1924, sob o comando do Presidente Nestor Gomes (1920 - 1924), na sua 1ª mensagem encaminhada à Augusta Assembléia Legislativa, em 1921, à pagina 18, assim se manifestara: "Prossegui na construção da estrada de automóveis de Santa Leopoldina – Santa Tereza – Figueira, também iniciada e construída em grande parte pelo Governo passado". (1916/1920 – Bernardino Monteiro).

"Comecei a 1ª do corrente (1º/09/1921) mez, por contracto de empreitada, os serviços da Estrada carroçavel, também grande e futurosa, de cerca de oitenta kilometros, destinado a ligar a Estação de Araguaya a Sede do Município de Affonso Claudio, um dos mais afastados das nossas vias ferreas [...]".

Prossegue, no mesmo relatório: "Já autorizei a locação de mais um trecho da Estrada de Santa Thereza a Figueira, de modo a prosseguir já na sua construção até a Fazenda Zephiro Binda".

O trecho de Santa Leopoldina a Santa Teresa, àquela ocasião, ainda não concluído, estava orçada em Rs. 1.007.111$179. Naquela oportunidade, fora contratada também a estrada que ligaria Araguaia a Afonso Cláudio, com 80 (oitenta) quilômetros e cujo valor inicial do contrato era de Rs. 172:000$000. Essas informações encontram-se na mensagem apresentada pelo Sr. Presidente, ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, na data de 31 de outubro de 1921.

[69]O AFFONSO CLAUDIO, "Estradas de Rodagem e Linha Telephonica". Afonso Cláudio (ES) Jornal nº 241, Ano VI, de 9 de março de 1919. 4p.

Nas mensagens de 07 de setembro de 1922 e 03 de maio de 1923 não há nenhum registro sobre a situação das estradas até aqui citadas. Somente na mensagem de 23 de maio de 1924 é que aparece novamente a informação: "[...] construção da Estrada Carroçável de Araguaia, dependendo de retoques em vários trechos e do acabamento do último trecho de 16 kilometros e já tendo construídos 78 kilometros e mais uma variante de 21 kilometros, talves perdida".
Agora, estamos no período administrativo de Florentino Avidos (1924/1928), em cuja mensagem encaminhada para a 1ª Sessão Ordinária da 12ª Legislatura da Assembléia Legislativa, em 4 de maio de 1925, assim se expressara: "A estrada que serve a Vitória, Cariacica, Alfredo Maia, Santa Leopoldina, e que será de caráter geral, está bem atacada, devendo ser prolongada a de Afonso Claudio e ter, mais tarde, ligação para Conceição de Castelo, com melhoramentos indispensáveis no último trecho que se acha construído". Aparece também a informação de que 2 (duas) estradas estavam em fase de projetos:

- ✓ Figueira - Afonso Cláudio, com 50 km e previsão de gastos de Rs. 260:000$000.
- ✓ Afonso Cláudio - Castelo, com 84km e previsão inicial de custos Rs. 30:000$000.

É citada ainda a estrada vicinal não carroçável que mereceu também menção na mensagem, que era o trecho Araguaia - Afonso Cláudio, com 84km.
Todo o trecho de Vitória a Afonso Cláudio estava calculado para ter as seguintes quilometragens:

✓ Vitória - Cariacica _____	14 Kms.
✓ Cariacica - Santa Leopoldina_____	34 kms.
✓ Santa Leopoldina - Santa Tereza_____	29 kms.
✓ Santa Tereza - Figueira _____	50 kms.
✓ Figueira - Afonso Cláudio _____	50 kms.
✓ Total _____	177kms.

Especificamente ao que estamos tratando, esta era a situação dos trechos:

- ✓ 3º trecho (Santa Leopoldina - Santa Tereza): "está construído desde 1919 pelo Governo do Senador Bernardino Monteiro, e é trabalho que recomendo a administração".
- ✓ 4º trecho (Santa Tereza - Figueira). " Construído em más condições técnicas e de mal traçado, não satisfaz ao destino que deverá ter, sendo de caríssima

conservação; todavia, para não retardar o objetivo de alcançar Afonso Cláudio, vai, apenas, sendo conservada e não modificada".

- ✓ 5º trecho (Figueira - Afonso Cláudio): "está atacado com o limite de despesa mensal de Rs. 20:000$000. O seu orçamento é de Rs. 624:000$000, para uma largura de via singela de 3,0m, devendo depois de ligada em toda a extensão, ser alargada para 5 metros. Por medida de prudência, vai sendo assim assistida, sendo essa rodovia uma das mais longas e destinadas a servir maior número de municípios".

Há menção também da estrada de Lage a Figueira, cujo trecho era saída "natural para os municípios de Afonso Cláudio, Itaguaçu e parte de Colatina, e que tem sido atacada com relativa intensidade.

Em 1927, em nova mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa (3ª Sessão, da 12ª legislatura), o trecho de Figueira - Afonso Cláudio era assim tratado: "Construíram-se 14km e falta a construção de 41, que estão bem atacados, tendo-se gasto, em 1926, a soma de Rs. 101:232$000."

FOTO Nº 45 - Trecho de Estrada de Penetração - Para Automóveis - Figueira a Afonso Cláudio - 1927.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual - Revista "Vida Capichaba" - Nº 181 - Anno VII - 30/07/1929)

FOTO Nº 46 - Construção de Uma Ponte Sobre o Rio Santa Joana - Rodovia Figueira x Afonso Cláudio - 27m de Comprimento x 6m de Largura - 1927. (Acervo: Biblioteca Pública Estadual - Revista "Vida Capichaba" - Nº 181 - Anno VII - 30/07/1929)

Era anunciada também a ligação, por estrada, de Baixo Guandu a Afonso Cláudio, que fora "construída outrora pelo Estado e pelo Governo Federal, até o núcleo Afonso Pena, que "teremos de auxiliar a sua reconstrução e prolongá-la em direção a Afonso Cláudio. Com isso dispendemos, em 1926, Rs. 38:666$000".
"Sua extensão até Afonso Cláudio deverá ser de 90km, mas devendo ela entrar como via que parte de Itá (Lage) uns 20km, antes de alcançar Afonso Cláudio, terá 70km; e estando já construídos cerca de 40, faltando somente 30 km, para sua terminação".
À pagina 214, da referida mensagem, o trecho de Figueira a Afonso Cláudio estava assim retratado: "Depois de cuidadoso reconhecimento, foi adaptado o traçado que partindo de Figueira pelo vale do rio Socego, segue pela encosta da Serra do Bananal com rampas de 4% até o alto e galgando a Serra da Samambaia vai atingir o rio Lages por cujo vale corre até a margem direita do Guandu e continua, acompanhando este, até Afonso Cláudio".
"Começada a sua construção em 23 de dezembro de 1925, já se achavam construídos cerca de 12.000 metros até princípios do ano de 1927, quando resolvi mandar atacá-la com mais intensidade; acha-se hoje concluída com a extensão total de 60 kilometros. Foram gastos até maio de 1928 – Rs. 1.101:402$318, com o preço de Rs. 20:000$000 por kilometro. Vem satisfazer esta estrada, a maior aspiração do povo de Afonso Cláudio, que não dispunha de meios de transportes. Ela permitirá o escoamento de sua produção para a estação do Itá

da estrada de Ferro Vitória a Minas".

FOTO Nº 47 - Início da Construção da Estrada de Automóvel de Figueira x Afonso Cláudio - 23/12/1925.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual - Revista "Vida Capichaba" - Nº 61 - Anno IV - 30/01/1926)

A estrada foi inaugurada em 1928 pelo então Governador Florentino Avidos (1924 - 1928), cujo traçado aumentava em 60 (sessenta) quilômetros o percurso entre Afonso Cláudio e Vitória, cuja via bifurcava-se em Itarana, com deriva para Itapina, na Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Em 31 de março de 1927, inaugurou-se o trecho da estrada construída pela municipalidade no distrito do Rio do Peixe, na extensão compreendida entre as fazendas do Sr. Turíbio Ferreira da Silva e o alto da Serra Viúva Chaves (futura ligação de Afonso Cláudio à Castelo). Foram 18Km, passando pelo Vale São Mateus, diminuindo distâncias e evitando grandes barreiras e pontes.

O 1º (primeiro) caminhão, da marca FORD, chegou à cidade em 1928.

SARTÓRIO[70] afirma que em relato oral do Engenheiro Amaury de Souza, em 1926, o Sr. "Onório Basílio de Souza adquiriu um caminhão Chevrolet Gigante que possuía capacidade para 40 (quarenta) sacas de café, fazendo o trajeto de

[70]SARTÓRIO, Élvio Antônio. A Trilha Sagrada: Anatomia Histórica das Estradas - Compêndio, História e Monografia." Vitória (ES). Vol2: Anatomia Histórica das Rodovias. 2007. 2v.: il1; color. 709p.

Santa Leopoldina, Santa Tereza, Figueira de Santa Joana até Lagoa". Iniciava-se aí a substituição de tropas de burros por caminhões.

REGO[71] confirma à página 21 de sua monografia que "quando começaram rodar os primeiros ônibus, em transporte coletivo, entre os Municípios do interior e a Capital do Estado, os Prefeitos do Vale de Santa Joana, auxiliados pelo governo do Interventor Federal Punaro Bley, abriram uma estrada larga, ligando a Estrada de Ferro Vitória - Minas (que subiu as margens do grande Rio Doce) com os Municípios de Itaguaçu, Itarana e Afonso Cláudio. Isto ocorreu na década de quarenta".

Nos anos de 1951 e de 1952, foi iniciada a construção da estrada ligando Piracema (Afonso Cláudio) à divisa com o município de Castelo (gestão do Prefeito Pedro Saleme), passando pelo alto do local chamado por "Pinga Fogo", a mil metros de altitude. Essa via possuía 90 (noventa) quilômetros, sendo que 45 (quarenta e cinco) nesta Comarca.

No ano de 1953, o município já estava interligado por estradas com Vitória, Castelo, Baixo Guandu (via distrito de Sobreiro), Brejetuba (41km), Joatuba (48km), Laranja da Terra (42km), Piracema (24km), Serra Pelada (30km) e Vila Pontões (25km).

O jornal O AFONSO CLÁUDIO[72] trouxe uma extensa matéria sobre a inauguração da estrada de Joatuba.

O Prefeito era o Sr. Pedro Saleme, e o dia, 4 de outubro de 1953, cuja "extensão total tinha um percurso de 48km, sendo que o trecho construído media 11km, e sua largura era de 6 (seis) metros, o que proporcionava aos veículos um trânsito mais rápido e seguro".

A chegada do Prefeito e sua comitiva "verificou-se pouco antes do meio-dia, tendo acompanhado a camionete oficial mais de 30 (trinta) veículos entre caminhões, automóveis e jeeps, todos conduzindo muitas pessoas da cidade e da Vila de Laranja da Terra que foram participar dos fetejos".

O povo de Joatuba "ofereceu uma estrondosa recepção ao Sr. Prefeito [...]". Em companhia dos Srs. Emílio Jarske, Orlando Basílio de Souza e outras pessoas de destaque daquela Vila, seguiram até a Escola Pública onde o Sr. Prefeito recebeu várias homenagens.

Falou na ocasião, agradecendo em nome da população, o Dr. Murilo Silva, advogado do município de Afonso Cláudio.

Num brilhante improviso, o Sr. Pedro Saleme agradeceu as palavras do Dr. Muri-

[71]REGO, Luiz de Sá. "O Vale de Santa Joana (Espírito Santo)." Monografia Premiada pelo Conselho Nacional de Geografia. Vitória (ES). 1989. 38p.

[72]O AFONSO CLÁUDIO. "O Município de Afonso Cláudio em Progresso". Afonso Cláudio. Jornal nº 39, Ano XVII, de 15 de outubro de 1953. 4p.

lo e também pode experimentar “seu contentamento em sentir de perto a alegria do povo com a construção da rodovia que acabara de inaugurar.”
O Sr. Emílio Jarske ofereceu um almoço na sua residência ao Sr. Prefeito e comitiva, onde aproximadamente 100 (cem) pessoas tomaram parte.
No retorno para a sede de Afonso Cláudio, outras homenagens foram prestadas ao Prefeito. A primeira, na residência do Sr. Teodoro Seibel, com um “variado e saboroso lanche” e o segundo, “na suntuosa residência do Pastor Grouke onde fora servido outro lanche, com todas as gentilezas do chefe da igreja Luterana.
Antes de chegar à sede, a comitiva ainda fez escala na residência do Sr. Sebastião Ferreira de Souza, na Vila de Laranja da Terra, onde mais uma vez pode fartar-se com o oferecimento de “uma apetitosa mesa de salgadinhos acompanhados de bebidas das mais finas”.
Decorria o ano de 1956, agora administrando o município o Dr. João Eutrópio, quando no dia 23 de junho daquele ano a cidade recebia as visitas do Senador da República, Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, do Deputado Federal Napoleão Fontenelle, Dr. Carlito Von Shilgen, e do Dr. Álvaro Castello, que acolheram o convite da municipalidade para participarem do evento da inauguração do trecho de estrada ligando a sede à Vila de Serra Pelada.
Às 9h30 do dia 24 foi celebrada missa solene pelo Revmº. Cônego Paulo de Tarso, na Matriz da cidade. Em seguida, por volta das 11 horas, inaugurava-se no gabinete da municipalidade um retrato do senador Carlos Lindenberg, tendo usado da palavra os Srs. Álvaro Castello, saudando o homenageado, e o Dr. Carlos Lindenberg, agradecendo as palavras afetuosas[...].
Também ao meio-dia, deixava a cidade uma caravana de veículos com destino à Vila de Serra Pelada. O trajeto foi feito em 20 (vinte) minutos, numa extensão de 14 (quatorze) quilômetros, passando pela localidade de Arrependido e Serra dos Garcia, enquanto que pela estrada da antiga beira-rio gastava-se de 40 (quarenta) a 60 (sessenta) minutos, para percorrer os 30 (trinta) quilômetros. A caravana foi recebida por enorme multidão e pela banda de música “São Sebastião”.
O laço de fita foi desfeito pelo Sr. Senador Carlos Lindenberg e o Dr. João Eutrópio é quem saudou os visitantes e a população da Vila. Naquela ocasião, usou também da palavra o Sr. Mário Roncetti, vice-presidente da Câmara Municipal em exercício. O discurso do prefeito Dr. João Eutrópio foi recuperado do Jornal O AFONSO CLÁUDIO[73], de 1956.
“Não há muitos meses estive nesta mesma vila para inaugurar uma ponte sobre

[73]O AFONSO CLÁUDIO. “Inauguração de Dois Grandes Trechos de Rodovia-Homenagem ao Senador Carlos Lindenberg”. Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 78, Ano XX, de 10 de julho de 1956. 4p.

o rio Lagôa. Naquela ocasião eu dissera que a ponte inaugurada não ia ligar simplesmente as margens daquele riacho, mas em futuro próximo seria a ponte de continuação da nova estrada que ia de Serra Pelada ao distrito da sede. E hoje, em um dia de particular satisfação, e honrado sobremodo com a presença dos srs. Senador Carlos Lindenberg, do deputado Napoleão Fontenelle, do nosso comum amigo dr. Alvaro Castello e do ilustre médico Carlos Von Schilgen e outras tantas pessoas gradas, hoje, repito, torno uma realidade aquelas minhas palavras inaugurando a anunciada rodovia.

Atendo dessa maneira a orientação inicial de meu plano de Govêrno em relação ao distrito de Serra Pelada.

Afora qualquer paixão, não podemos negar o valor dessa "extrada" que encurtando 14 "quilometros" em relação à atual, corta dois fertilíssimos vales habitados por uma gente laboriosa que dá toda sua energia em benefício do progresso de Afonso Cláudio. É a estrada de economia e poderia ser denominada assim por encurtar distâncias, aproximar interesses e aproximar corações bondosos do distrito de Serra Pelada. São estas as razões por que me empenhei em servir o município com essa rodovia. Eu me redimo então dessa obrigação dando conta ainda aos caros munícipes mais distantes de que não tenho medido esforços para servir o município na medida do possível, em razão direta das condições economicas em que nos encontramos. É oportuno dizer que o Govêrno tem realizado grandes reformas em diversos trechos de estrada, já construindo diversas pontes. E esse trabalho continuará, por que sempre me confundi com este povo pacifico e trabalhador, e espero com ele a grandeza e o progresso de Afonso Cláudio, procurando assim corresponder a parcela de responsabilidade que me pesa aos ombros.

Senhores, já temos mais esta estrada. É uma obra de administração pública, passiva, é certo, de impiedosas críticas, mas tanto me confortarei com os louvores de muitos. Ainda há pouco rendemos uma justa homenagem ao Senador Carlos Lindenberg inaugurando seu retrato no gabinete da Prefeitura, homenagem essa coroada aqui juntamente com o deputado Fontenelle, então Secretário da Agricultura no seu Govêrno e o deputado Pedro Saleme porque valioso auxílio recebeu o município para abertura desta estrada e graças ao espírito patriótico e trabalhador daqueles representantes.

Assim, Senhor Senador Carlos Lindenberg, é mais uma homenagem de respeito e gratidão, Afonso Cláudio tem em V. Excia o homem público que governou o Espírito Santo dentro dos princípios do verdadeiro municipalismo. Louvamos o Govêrno de V. Excia marcado sempre com páginas de ouro na história da terra de Domingos Martins. Desejo ainda render uma homenagem de boa acolhida às

demais autoridades e visitantes que nos honraram com sua presença. E minha gratidão, nesta hora, se estende de modo particular a todos que, de bôa vontade e muito espontaneamente concorreram com esta vitória de minha administração, aos habitantes que margeiam a nova estrada, a nossa equipe de tratoristas e garimpeiros, a todos enfim rendo minha homenagem de gratidão e a Deus muito agradeço e que dê a nós todos força e coragem e paz para continuar servindo bem a Afonso Cláudio, trabalhando para seu progresso e pela sua grandeza que será também a grandeza do Estado do Espírito Santo".

A solenidade foi realizada nas dependências do Grupo Escolar, onde aproximadamente 3000 (três) mil pessoas se fizeram presentes. Na ocasião, foi servido um churrasco, acompanhado de cervejas, vinhos e guaranás, oferecido que fora por comerciantes e lavradores locais.

Paralelo aos churrasco, às 14 horas foi realizado também um repasto[LXII] de 150 (cento e cinqüenta) talheres [...]. Na ocasião, fizeram uso da palavra os Drs. Álvaro Castello e Carlos Lindenberg. Às 17 horas a comitiva deixava a Vila de Serra Pelada de regresso à cidade de Afonso Cláudio.

A estrada da Vila de Brejetuba a Fazenda Leogildo foi inaugurada no dia 1º de julho de 1956. A estrada tinha uma extensão de 12 (doze) quilômetros, com uma plataforma de 4 a 6 metros. Integravam a comitiva municipal, o Sr. Prefeito Municipal Dr. João Eutrópio, o deputado estadual Pedro Saleme, os senhores membros da Câmara Municipal, Mário Roncetti, Agenor Barros Ferreira, João Dornelas da Costa, Sebastião Fafá e Sebastião Alves de Lima (Chéo) e de outras pessoas da cidade.

A estrada impressionou a todos da comitiva no trecho percorrido entre a Vila de Brejetuba e a fazenda do Sr. Leogildo Severiano de Souza, local da solenidade. Às 12 horas chegava a comitiva, recepcionada "sob o espocar de foguetes e ruído de palmas, ao mesmo tempo que se ouvia um brilhante dobrado, executado pela banda de música São Sebastião, adredemente localizada".

O corte da fita simbólica foi feito pelo Revmº. Cônego Paulo de Tasso. DD. Vigário da Paróquia. Estas foram as palavras do senhor prefeito, Dr. João Eutrópio:

"Exmo. Sr. Deputado Pedro Saleme, Srs. Representantes do Legislativo Municipal, Revmº. Cônego Paulo de Tarso, demais autoridades, caros visitantes. Meus senhores e minhas senhoras: Depois de um domingo festivo, no final de um magestoso cortejo de veículos e sob os aplausos de incontida multidão, pela inauguração da estrada de Serra Pelada, hoje nos achamos nestas alturas com igual entusiasmo para celebrar idêntico motivo.

Ainda não se apagou da minha memória aquele belo espetáculo cívico vivido

[LXII]REPASTO. sm. 1. Comida, 2. Refeição farta; banquete.

na vila de Serra Pelada, quando dentre muitas autoridades, tivemos a honra de prestar significativa homenagem ao Senador Carlos Lindenberg, que, representando dignamente o Espírito Santo na Alta Câmara, veio participar, no município, das festas que marcaram o fim de uma obra.

E neste distante povoado, tão caro ao município pela riqueza de sua região, pela bondade de sua gente, e por justas razões de ordem administrativa, nós nos achamos hoje aqui para inaugurar esta estrada, a 2ª inaugurada no meu governo.

Vejo bem e me conforto mais ainda, sabendo que meus caros munícipes aqui se acham tangidos por um sentimento de solidariedade àquele que procurou trabalhar para servir bem o município, acompanhando de corpo presente os trabalhos que em sua administração são realizados.

Não festejamos um motivo ou uma coisa fútil, que viria de encontro com os reais interesses do município.

Tenho me conduzido na administração obedecendo a um plano de trabalho que objetiva beneficiar a nossa economia. E esta estrada é bem uma prova.

Facilitamos o escoamento mais rápido dos produtos desta região, canalisando-os para a cidade, nos pontos mais de perto com a gente hospitaleira e boa de Minas Gerais e com alguns municípios do Espírito Santo.

São justos, pois, os elevados propósitos que me levaram a construir esta estrada.

O distrito de Brejetuba se destaca dos demais distritos pela especialidade de seu café, cuja produção cresce de ano para ano.

Achava-se contudo isolado e mesmo desconhecido de muitos, quando a vontade e o empenho dos meus ilustres antecessores Jair Giestas e Pedro Saleme decidiram a servi-lo com uma estrada, iniciada por um e terminada por outro. Também consideraram eles o valor econômico do distrito em relação a receita municipal.

Louvei esta óbra e me dispuz a chegá-la até a tradicional fazenda do Sr. Leogildo Severiano de Souza. É o fim, pois, de mais uma óbra.

Senhor eu rendo graças ao Creador por ter dado a mim, a todos nós força e coragem para alcançar o êxito deste trabalho; agradeço a todos os meus auxiliares, que também trabalharam harmoniosamente comigo visando a grandeza do município.

Agradeço a honroza presença das autoridades e visitantes dos municípios visinhos, desejando-lhes uma feliz permanência nesta localidade, fazendo votos, finalmente, para que todos nós, um a um, de sua força, seu trabalho com legítimo patriotismo para servir a Afonso Cláudio, construindo o seu progresso, garantin-

do o futuro de seus filhos, filhos deste Brasil imortal e sempre em marcha".
Discursou também o Sr. Mário Roncetti. Foi celebrada missa campal e às 13:00, servido lauto banquete, quando usou da palavra o Deputado Estadual Pedro Saleme, para agradecer o melhoramento, em nome do Sr. Leogildo. "Um movimentado churrasco funcionou constantemente para o consumo de 320 kilos de carne de bovino".
Com a presença de aproximadamente 3000 (três mil) pessoas, era inaugurado, em 25 de setembro de 1960, o trecho da estrada ligando a sede do distrito de Ibicaba ao Patrimônio São Jorge.
O primeiro trecho de estrada asfaltada só chegou à Afonso Cláudio na década de 70 (setenta). O trecho foi da estrada ES-165, com 42,3km de extensão, compreendendo o trevo da BR 262/Fazenda Guandu/Afonso Cláudio. O governador da época era o Dr. Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971 a 1975), que iniciou e concluiu a abertura e reabertura do trecho, tendo sido iniciada a obra na data de 26 de fevereiro de 1969 e concluída a terraplanagem em 31 de março de 1972, inclusive com a construção de 03 (três) obras de artes (pontes) no comprimento total de 138 metros.
Antes mesmo da rodovia ser entregue ao tráfego de veículos, as intensas chuvas que caíram naquela ocasião (1972) impediram a utilização da estrada. Em setembro de 1973, o governador Dr. Arthur inspecionava pessoalmente a estrada, acompanhado do Chefe da Casa Militar, Cel. Carlos Moacyr Monjardim; do Secretário de Serviços Públicos Especiais, Sr. Moacyr Dalla; do Secretário do Trabalho e Promoção Social, Dr. José Luiz Cláudio Corrêa e do Diretor Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Dr. Cephas Rodrigues Siqueira. À comitiva incorporam-se os Srs. Aniceto Altafine Biccas (Vice-prefeito), Jair Coutinho Petronetto (Presidente da Câmara) e Sebastião Fafá (Prefeito).
Dada a situação precária da estrada, o retorno do Sr. Governador foi feito pela estrada Piracema/Pinga Fogo/ BR 262.
Decorria o ano de 1975, quando o sonho dos afonsoclaudenses ainda não estava concretizado. Por esta razão, em maio daquele ano, o Deputado Estadual Dr. José Luiz Cláudio Corrêa ocupava a "tribuna da casa para pronunciar um discurso sobre a necessidade do revestimento asfáltico da estrada de Afonso Cláudio ligando-a à BR 262".
Ainda em 1975 (novembro), o governador Dr. Élcio Álvares (1975 - 1978), quando da inauguração do trecho asfáltico de Venda Nova/Castelo afirmava que este investimento não seria o único trabalho na região, pois que realizaria o asfaltamento do trecho da BR 262 até Afonso Cláudio, no seu mandato.
Chegamos ao ano de 1977, ocasião em que o governo assinava, em 31 de julho,

os editais de concorrência pública estipulando-se um prazo de 390 (trezentos e noventa) dias para inauguração da obra.
Em 24 de fevereiro de 1978 era iniciado o asfaltamento da estrada, através de 02 (duas) firmas de engenharia rodoviária, que haviam ganho a concorrência pública: Oxford, que ficava responsável pelo trecho BR 262 - Fazenda Guandu e Contek, do trecho da Fazenda Guandu - Afonso Cláudio.
Estiveram presentes ao ato da ordem de serviço os Srs. Coronel Monjardim, Chefe da Casa Militar, representando o Governador do Estado, que naquela oportunidade encontrava-se enfermo; o prefeito Leni Alves; o secretário do Interior e dos Transportes, Belmiro Pimenta Teixeira; os deputados estaduais Juarez Martins Leite, Pedro Leal e Henrique Pretti; e o Prefeito de Ecoporanga, Geraldo de Souza Lima – "Dinho".
Decorridos 02 (dois) anos do início da obra, em 26 de julho de 1979, então na administração do governador Eurico Vieira de Resende (1978 - 1982), era entregue à população este tão sonhado melhoramento. Acompanharam o Sr. Governador neste ato, os senhores: Dr. José Carlos da Fonseca (Vice-governador), Dr. Moacyr Dalla (Senador da República), Dr. Belmiro Teixeira Pimenta (Deputado Federal), a Juarez Martins Leite (Deputado Estadual) além do Prefeito Leni e outras autoridades municipais. A placa de inauguração foi decerrada às 12 horas na entrada da Fazenda do Estado, no trevo ali construído. Aproximadamente 2000 (duas mil) pessoas prestigiaram ao evento. A estrada recebeu o nome de "Rodovia Sebastião Alves de Lima".

FOTO Nº 48 - Inauguração da ES-165 - Rodovia "Sebastião Alves de Lima" - BR-262 a Afonso Cláudio - 1979.
Da Esquerda Para a Direita: Dep. Federal Moacyr Dalla, Dep. Estadual José Luiz Cláudio Corrêa e Juarez Leite, Governador Eurico Resende, Prefeito Leni Alves de Lima, Sérvio Túlio, Vice-Governador José Carlos da Fonseca e Dep. Federal General Parente Frota.
(Acervo: Sebastião Fafá)

Decorridos 28 (vinte e oito) anos da sua inauguração, iniciou-se em 2006, a reconstrução dos trechos, cabendo à empresa Pelicano os 20 (vinte) primeiros quilômetros e os restantes 22,80 (vinte e dois virgula oitenta) a empresa Delta Construções, que custou aos cofres do estado a importância de R$ 22,0 milhões, não incluídos os serviços de recuperação de uma barreira. (gestão Paulo Hartung - 2003 - 2010).

FOTO Nº 49 - Recuperação da ES-165 - Rodovia "Sebastião Alves de Lima" - BR-262 a Afonso Cláudio - 2008.
(Acervo: DER-ES - Departamento Estadual de Rodagem)

Com o Programa Caminhos do Campo, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário, Aquicultura e Pesca – SEAG, mais 02 (dois) quilômetros de asfalto chegavam ao município em 2004, na localidade rural denominada Rancho, ao custo de R$ 264,0 mil reais.

Em 2005, mais 8,07 (oito virgula sete) quilômetros eram trazidos ao município, na localidade de Fazenda Empoçado (Sítio Capiao), cujas obras foram realizadas pela empresa Tracomal, ao valor de R$. 2.701,0 milhões.

A última ligação de sede de município que ainda não era ligada por asfalto era o trecho Afonso Cláudio a Laranja da Terra. Em 2005, a CONTEC Engenharia iniciava o asfaltamento da 1ª etapa, no trecho de Afonso Cláudio-Serra Pelada (ES 484) com 16 (desesseis) quilômetros de extensão e posteriormente, do trecho Serra Pelada/Laranja da Terra (ES.165/ES - 460), com 22 (vinte e dois) quilômetros ao custo de R$. 35,8 milhões.

FOTO Nº 50 - Asfaltamento do Trecho Afonso Cláudio x Serra Pelada - 2007.
(Acervo: DER-ES - Departamento Estadual de Estradas e Rodagem)

FOTO Nº 51 - Trecho Asfaltado de Serra Pelada - Laranja da Terra - 2007.
(Acervo: DER-ES - Departamento Estadual de Rodagem)

Portanto, as principais rodovias estaduais que servem o município, são:

- Rodovia Sebastião Alves de Lima – ES 165 (liga a cidade de Afonso Cláudio à BR. 262);
- Rodovia Pinga Fogo-ES (liga a cidade a BR 262, por outro ramal, passando pelo distrito de Piracema);
- Rodovia Florentino Avidos – ES (passa pelo distrito de Serra Pelada e pelas cidades de Itarana, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Cariacica e Vitória.)

4.1.2- Ilustração das Primeiras Casas Comerciais, Profissionais Liberais e Indústrias.

Com a perda total dos livros com os primeiros pedidos de licença para funcionamento do comércio, construções, ampliações e reformas de casas, cancelamento de comércio e serviços, nos socorremos a alguns processos de fornecimento à municipalidade, quer em serviços ou materiais, assim como de alguns jornais de época, que serviram para ilustrar e perpetuar estas poucas lembranças que ainda restam.

Por volta de 1880, Sabino Coimbra de Oliveira abre um "boteco" no pequeno povoado de Afonso Cláudio. A seguir, segundo a fonte GOMES[7], surge um comerciante vindo de Castelo (ES), o "abastado fazendeiro Manoel Fernandes Moura, dono da Fazenda do Centro", mais conhecido como Sr. Moura. Foi ele quem abriu a 1ª (primeira) casa comercial em Castelo. Em Afonso Cláudio estabeleceu-se com um armazém de "secos e molhados".

GOMES[7], já citado afirma que: "Por aí, mandou um empregado para tomar conta. Era um rapaz novo e inteligente, de nome Ramiro Barros".

VIEIRA[20] afirma que Ramiro de Barros Conceição conheceu sua esposa, Ana Maria de Magalhães de Barros - "Aninha", com quem se casou em 1886, na Fazendo do Centro, em Castelo.

Em 1890, o Cel. Antonio Rosa "emprestou um pouco de dinheiro para o Coronel Ramiro comprar o fundo do armazém comercial do Moura, ficando assim o Coronel Ramiro comerciante por conta própria".

Ainda por aquela época, dois (02) mascates, carregando um baú nas costas, vieram para a cidade: os irmãos José e Elias Gastim. Depois, estabeleceram-se, cada um com uma vendinha.

a) Outras Casas Comerciais e Prestadores de Serviços Mais Antigos:

✓ A Victoriosa (1908)

FOTO Nº 52 - A Victoriosa - Loja Inaugurada em 1908.
Em Primeiro Plano: José Jorge Haddad, e Paulo Saleme (aos Fundos).
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

Pertencente a José J. Haddad
Sortimento de fazendas, armarinho, artigos de fantasia para presente, perfumarias finas, chapéus de sol e cabeça, calçados para homens, senhoras e crianças, enxovais para casamento, batizados e artigos de leito, roupas feitas, artigos de papelaria, livros escolares, ferragens, louças, mantimentos, bebidas nacionais e estrangeiras, drogaria e compra de café.

ILUSTRAÇÃO Nº 49 - Nota Fiscal “A Victoriosa” - 1926.

ILUSTRAÇÃO Nº 50 - Nota Fiscal “A Victoriosa” - 1926.

Em 1917, estes eram os indicadores da cidade:

- ✓ PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL – Avenida 20 de Janeiro – Acha-se aberta das 10 às 17 horas.
- ✓ AUDIÊNCIAS – Do Dr. Juiz de Direito – às terças e sextas-feiras, ás 12 horas, no palacete municipal.
- ✓ AUDIÊNCIAS – Do delegado de Polícia – às quintas-feiras, no edifício da cadeia.
- ✓ COLLECTORIA ESTADOAL – Praça Eugênio da Silva.
- ✓ CARTÓRIO – do 2º Officio – Tabelião J. Cupertino e escrevente Franklin Lessa, reunindo o Registro Geral de Hypothecas. Praça Jeronymo Monteiro.
- ✓ REGISTRO CIVIL – Praça Jeronymo Monteiro.
- ✓ ADVOGADOS

  Dr. Mirabeau Pimentel – Rua Cel. Ramiro de Barros.
  Dr. Manoel Beiriz – Acceita causas civis, criminaes e orphanologicas. Avenida Cel. Marcondes.
- ✓ MEDICOS

  Dr. Carlos de Freitas – Consultório – Rua Cel. Ramiro de Barros.
- ✓ DENTISTAS

  Florino Miguel de Castro, Aderbal, o Tenente, Henrique Ozera, Joaquim Marreco, Gercino e Jacintho Couto, todos práticos. Os que se fixaram no município por muitos anos foram Jacinto e Henrique.
- ✓ NEGOCIANTES

  Gomes & Irmãos – Fazendas – armarinhos, calçados – seccos e molhados – Compradores de café.
  Praça Jeronymo Monteiro

ILUSTRAÇÃO Nº 51 - Gomes & Irmãos - 1917.

- ✓ JOSÉ GIESTAS & CIA. Casa de seccos e molhados.
  Praça Henrique Coutinho.
- ✓ ELIAS GASTIN – Vendas por atacado e varejo, completo sortimento de todos os gêneros de primeira necessidade – Comprador de café e gêneros da terra.
  Praça Jeronymo Monteiro.

ILUSTRAÇÃO Nº 52 - Elias Gastin - 1924.

ILUSTRAÇÃO Nº 53 - Elias Gastin - 1913.

ILUSTRAÇÃO Nº 54 - Elias Gastin - 1907.

✓ PADARIA – De Elias Mudauar e casa de seccos e molhados – fornece pão a domicilio.
Avenida Coronel Marcondes

ILUSTRAÇÃO Nº 55 - Elias Madauar - 1914.

✓ ALFAIATARIA - De Wadih Haddad – Executa com perfeição o trabalho de sua arte, tanto em brins como em cazemiras, tendo fazendas para todos os gostos.
Rua Coronel Ramiro de Barros.

✓ ALFAIATARIA CUNHA – Executa qualquer trabalho de sua arte, como sejão, ternos e trabalhos de cinta.
Variado e lindo sortimento de casemiras e brins.
Preços modicos e trabalho garantido, sob a direcção de seu proprietário Decio Cunha.

✓ O primeiro alfaiate foi o Sr. Décio Faria Haddad. Adir, Jair Giestas e Miguel Gomes, Sabino, Manoel Machado e D. Cinhá Lima, especialistas em roupas para homens, foram outros especialistas.

FOTO Nº 53 - Alfaiataria Gomes - Sem Data.
(Acervo: Familiares Miguel Gomes - Lena Mara Leite Gomes)

✓ COSTUREIRAS
Lilia Ribeiro e os filhos de D. Gertrudes, que moravam na Barra da Floresta, na situação do velho Luiz Machado.

✓ SALÃO DE BARBEIRO – Eduardo Lage, filho de Maria Lage, com variado sortimento de óleos, extractos, brilhantinas etc.
Rua Coronel Ramiro de Barros.
Outros: Antonio Ablanque, Fedelino, Adroaldo e Ernesto.

✓ MARCENARIA E CARPINTARIA – Epaminondas de Barros – executa com perfeição qualquer trabalho de marcenaria e contracta serviços de carpintaria, dispondo de bons officiaes.
Officina – Praça Henrique Coutinho.

✓ SERGIO BLANCO – Contracta qualquer serviço, dispondo de peritos officiaes.

- ✓ JOSÉ CLARA – Pedreiro, especialista em serviços de armadura e relevo.
- ✓ PLINIO GOMES – Carpinteiro, contracta qualquer obra e executa pela respectiva planta. Preços módicos e execução immediata.
- ✓ PHARMACIA, do pharmaceutico Antonio Cruz. Avia-se qualquer receita medica, á qualquer hora do dia ou da noite.

ILUSTRAÇÃO Nº 56 - Pharmacia Cruz - 1916.

- ✓ Outras Farmácias: Valdemiro e Eduardo
- ✓ AULA NOCTURNA GRATUITA, regida por Antonio Salles, funcciona todos os dias úteis, das 18 ás 20 horas, acceitando alumnos de todas as idades.
- ✓ PINTOR – José Ferro, contracta qualquer serviço de pintura e decoração.
  Avenida Coronel Marcondes.
- ✓ SAPATARIA E SELLARIA – De Silvino de Avila – Com dois peritos officiaes, executando com promptidão qualquer encomenda de calçado e concerta arreios de montaria. Cabedal de primeira qualidade.
  Preços módicos
  Avenida 20 de janeiro

ILUSTRAÇÃO Nº 57 - Casa Anjo - 1916.

ILUSTRAÇÃO Nº 58 - Casa Anjo - 1914.

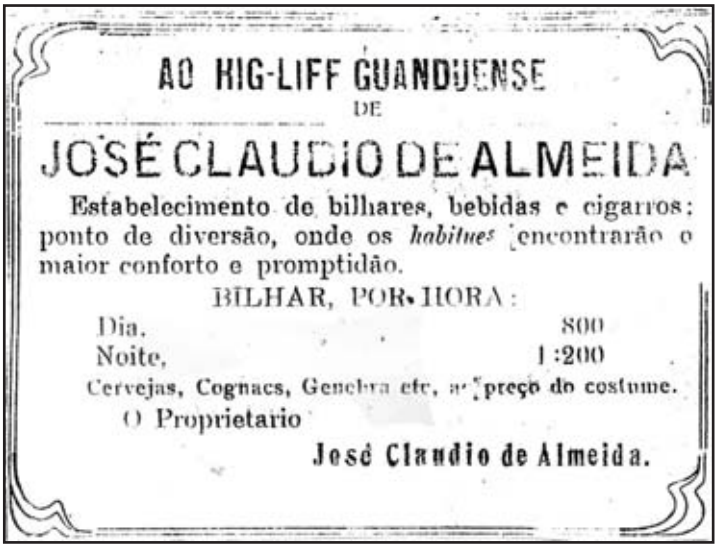


ILUSTRAÇÃO Nº 59 - Hig-Liff Guanduense - 1915.

PHARMACIA SÃO SEBASTIÃO

MANIPULAÇÃO ESCRUPULOSA

ABRE-SE A QUALQUER HORA

PRODUCTOS CHIMICOS
E PHARMACEUTICOS

Avenida Cel. Marcondes, 20 —:— AFFONSO CLAUDIO

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

O Illmo. Snr. Prefeitura Municipal Compr ou

a ADMARDO DE SOUZA RIBEIRO

Affonso Claudio, 31 de Agosto de 192 9

ILUSTRAÇÃO Nº 60 - Pharmacia São Sebastião - 1929.

Boa Vista de S. Domingos, 6 de Agosto de 19 21

José Gonçalves do Nascimento

NEGOCIANTE

DE

Fazendas, ferragens, louças, calçados, sal, kerozene, etc.

COMPRA E VENDE CAFE' E DEMAIS GENEROS

ILUSTRAÇÃO Nº 61 - José Gonçalves do Nascimento - 1921.

Affonso Claudio, 24 de Outubro de 1921

O Snr. Prefeitura Municipal Compr

A

PAULO PADUA

Negociante de Fazendas, Armarinho, Ferragens, Louças, Seccos e Molhados

Compra e vende generos do Paiz

Estado do Espirito Santo

ILUSTRAÇÃO Nº 62 - Paulo Padua - 1921.

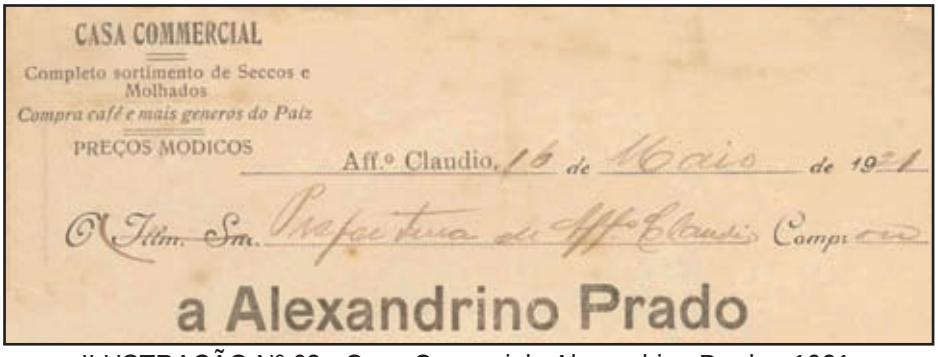


ILUSTRAÇÃO Nº 63 - Casa Comercial - Alexandrino Prado - 1921.

ILUSTRAÇÃO Nº 64 - A Commercial - 1926.

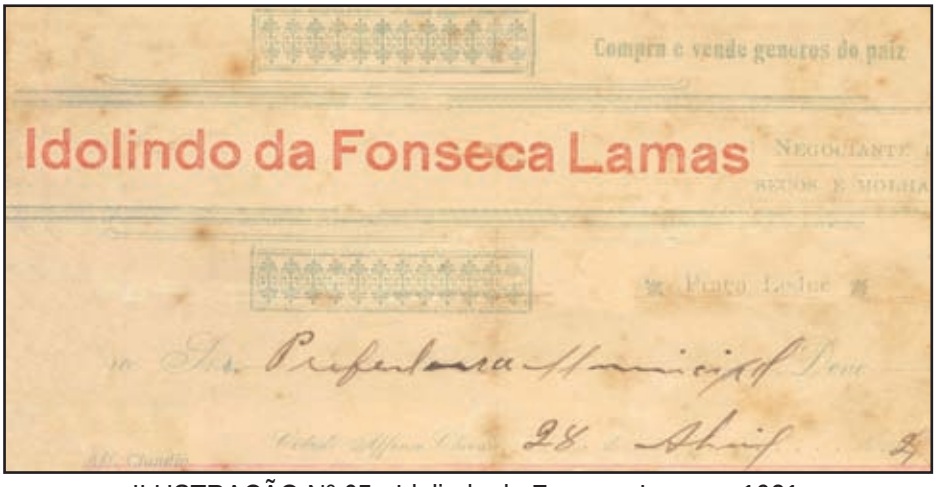


ILUSTRAÇÃO Nº 65 - Idolindo da Fonseca Lamas - 1921.

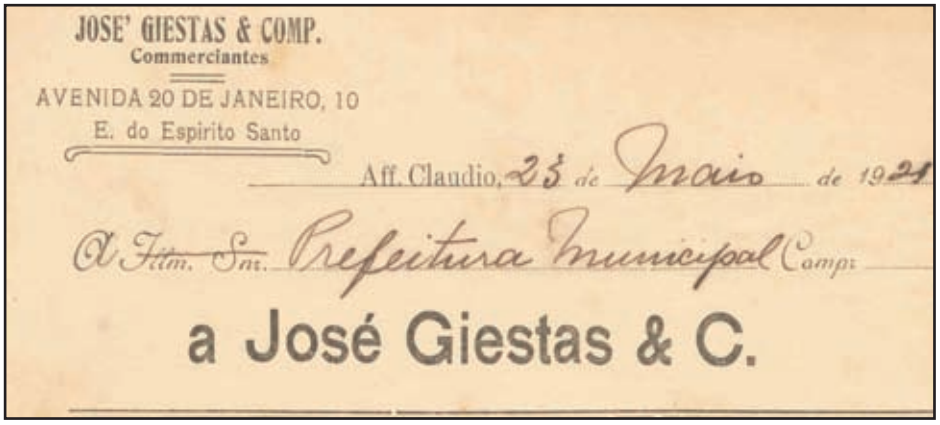

JOSE' GIESTAS & COMP.
Commerciantes
AVENIDA 20 DE JANEIRO, 10
E. do Espirito Santo
Aff. Claudio, 25 de Maio de 1921
A Ilm. Sr. Prefeitura Municipal Compr
a José Giestas & C.

ILUSTRAÇÃO Nº 66 - José Giestas & C. - 1921.

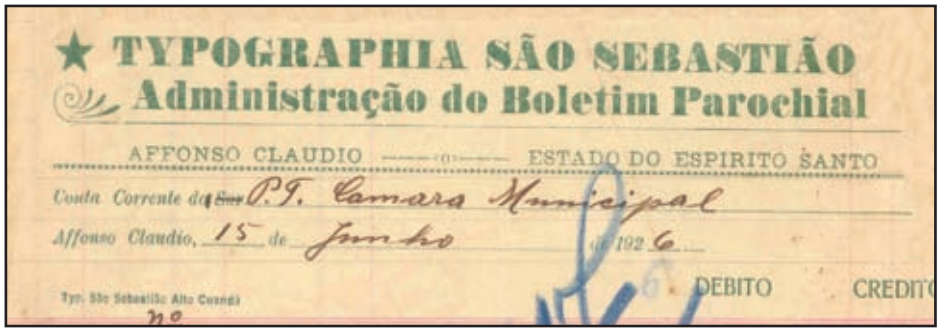

★ TYPOGRAPHIA SÃO SEBASTIÃO
Administração do Boletim Parochial
AFFONSO CLAUDIO — ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Conta Corrente da P. Camara Municipal
Affonso Claudio, 15 de Junho de 1926
DEBITO CREDITO
Typ. São Sebastião Alto Cuandú
no

ILUSTRAÇÃO Nº 67 - Typographia São Sebastião - 1926.

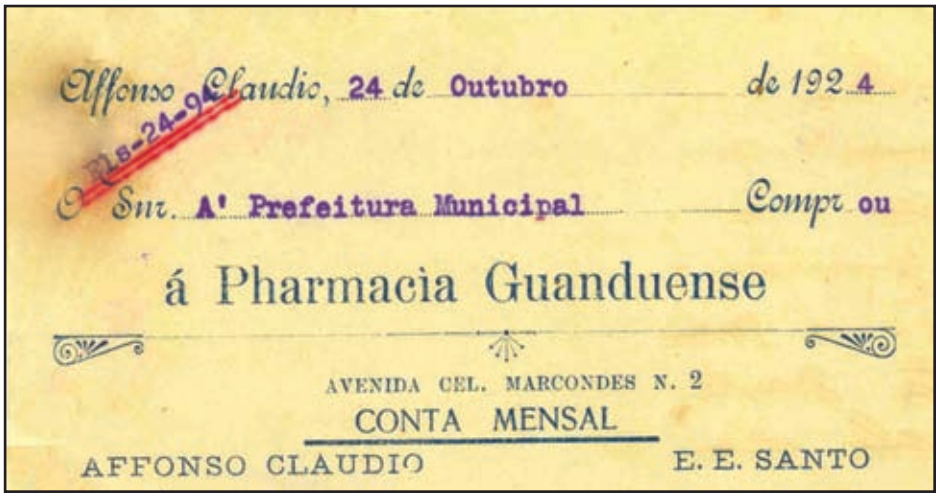

Affonso Claudio, 24 de Outubro de 1924
Rs-24-9
Snr. A' Prefeitura Municipal Compr ou
á Pharmacia Guanduense
AVENIDA CEL. MARCONDES N. 2
CONTA MENSAL
AFFONSO CLAUDIO E. E. SANTO

ILUSTRAÇÃO Nº 68 - Pharmacia Guanduense - 1924.

ILUSTRAÇÃO Nº 69 - João Federici - 1910.

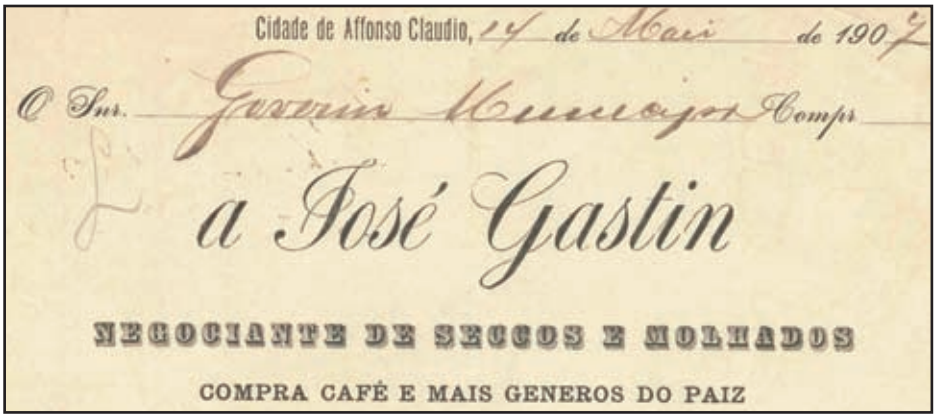


ILUSTRAÇÃO Nº 70 - José Gastin - 1907.

ILUSTRAÇÃO Nº 71 - Abrahão Couri - 1907.

ILUSTRAÇÃO Nº 72 - Ivo Fernandes - 1907.

ILUSTRAÇÃO Nº 73 - Tufik Gastin - 1910.

✓ HOTEL GUIMARÃES – O proprietário deste pequeno estabelecimento espera a concurrencia publica, para isso acha-se em condições de servir com promptidão e aceio.
Preços sem competidor.
Thaddeu Esquetim Quimaraes
1893

✓ HOTEL GUANDUENSE – De Custódio Leite, cosinha de primeira ordem, asseio e promptidão, fornece pensão a domicílio e incumbe-se de organizar banquetes, pic-nic etc. preços modicos.
Ficava a Praça João Pessoa, nº 3.

ILUSTRAÇÃO Nº 74 - Placa de Felicitações - Hotel Guanduense - 1919.

ILUSTRAÇÃO Nº 75 - Hotel Guanduense - 1926.

FOTO Nº 54 - Hotel Guanduense – 1º Hotel do Sr. Custódio Leite Ribeiro – Hoje, Hotel Custódio na Praça Principal de Afonso Cláudio – 1917. (Acervo: Familiares de Yvone Vieira Leite Gomes)

Em julho de 1938, o Sr. Custódio requeria licença para demolição do seu Hotel e para construção de outro.

A história da construção do novo Hotel foi descrita por VIEIRA[19], à pag. 152: "Quando da construção do Hotel Custódio (atual), em determinado estágio da obra, houve necessidade da sua paralisação por falta de recursos financeiros.

Naquela ocasião, hospedara-se no Hotel um cidadão conhecido pelo nome de Antônio, que preenchidas as formalidades de praxe, encaminhou-se com o Manoel, encarregado de levar os animais (cavalos), até o pasto pertencente à família proprietária do Hotel, que ficava do outro lado do rio, no hoje conhecido Bairro Custódio Leite Ribeiro, onde foi construída a Policlínica da cidade. O Sr. Antônio quis conhecer o local. Enquanto o Manoel atravessava o rio com o animal, o Sr. Antônio utilizou-se de uma "pinguela". Em lá chegando indagara do porquê que a construção do Hotel encontrava-se paralisada. Foi quando o Manoel lhe informara que quem poderia prestar as informações era o Senhor que se encontrava

naquele momento “capinando” o pasto.
O Sr. Custódio parou com a capina e veio dar as explicações ao Sr. Antônio, que ainda não acreditava no que estava vendo, ou seja, o proprietário daquele investimento trabalhando naquele tipo de atividade (à época “batendo” pasto).
Dirigiram-se até o hotel e o Antônio perguntou ao Sr. Custódio de quanto é que necessitava para concluir a obra toda.
Ainda sem entender bem do porquê daquele interesse todo, o Sr. Antônio acabou convencendo o Sr. Custódio a lhe passar os valores. Vieram até a cidade de Vitória (ES), projetaram os custos com materiais de 1ª qualidade e retornaram a Afonso Cláudio (ES).
Em lá chegando, o Sr. Antônio emprestou todo o recurso financeiro e, ainda, sem maiores explicações, não aceitou uma nota promissória emitida pelo Sr. Custódio, alegando que o que vira fora o suficiente para depósito de todo crédito.
Enquanto o Hotel era construído, o Sr. Antônio alugou uma casa em Afonso Cláudio e trouxe a família, onde ficou residindo por aproximadamente 03 (três) anos.
O Antônio, enquanto residiu na cidade, não trabalhava, à exceção de sua esposa e 02 (duas) filhas que faziam corte e costura, além de bordados.
De repente, da mesma forma que chegara, fora embora da cidade, sem maiores explicações.
O Sr. Custódio passou a creditar mensalmente no escriório do Sr. Giestas, em conta especialmente aberta para tal finalidade, os valores necessários à liquidação da dívida. Passados alguns anos, o Custódio recebeu uma carta do Antônio, dando notícias da família e perguntando se já estava em condições de lhe pagar a dívida e se assim o fosse, era para remeter os valores para um banco do local onde estava residindo. E assim foi feito, pois a poupança estava completa e até hoje ninguém da família ficou entendendo esta atitude do Sr. Antônio.”
Qualquer forasteiro ou viajante que chegasse à cidade, seja depois da estafante viagem que era obrigado a empreender em função das péssimas estradas, ou mesmo daqueles que por algum motivo tinham adotado aquele hotel como sua moradia, encontrariam, com certeza, todo o conforto, quartos arejados, todos com janelas e água corrente, num prédio novo, assobradado e num local privilegiado da sua principal praça. Isto sem falar no atendimento familiar que se encontrava por parte dos proprietários.
No andar inferior via-se uma “disposição agradável, com um salão amplo para refeições, a copa, a cosinha, etc. tudo na maior higiene e bom gosto, sempre sobre as vistas do proprietário e de sua senhora, que se esmeravam na arte de bem servir aos seus hospedes”, hábito passado aos seus descendentes.

“No andar superior, além de uma magnífica sala de descanso, os quartos eram todos dispostos de formas que nem um só deixasse de ter a sua janela, possuindo vista para qualquer dos lados e com água corrente em todos eles.
Com pintura moderna, farta iluminação, muita água, toda higiene e máximo conforto, o Hotel era um ponto de referência para todo vistante.”
Foi reinaugurado em dezembro de 1939, ocasião em que foi servido um lauto almoço, contando inclusive com a presença do Sr. Prefeito Adherbal Galvão. Sucumbiu à modernidade, por volta da década de 1980.

FOTO Nº 55 - Casa Chiabai – Sem Data.
(Acervo: Familiares de Laudio Chiabai)

FOTO Nº 56 - Casa Flor de Abril – S/ Data.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 57 - Casa Silva – S/ Data.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

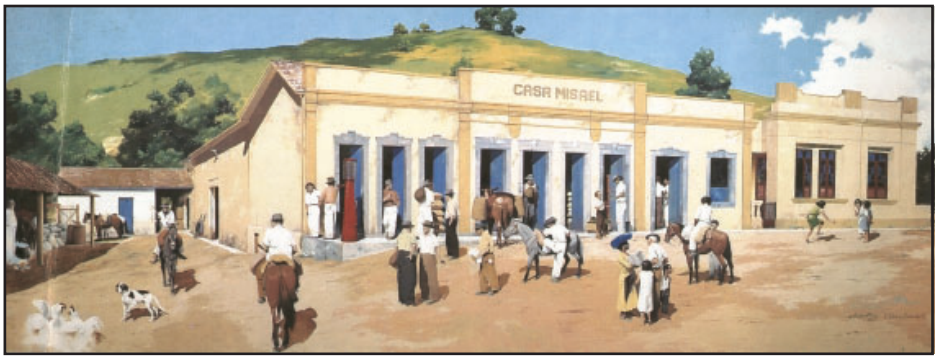


FOTO Nº 58 - Casa Misael – S/ Data.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 59 - Casa J. J. Haddad – S/ Data.
(Acervo: Familiares de Laudio Chiabai)

FOTO Nº 60 - A Florescente – “Seccos e Molhados” - Janeiro de 1917.
Inauguração da Casa - Proprietário Paulo Pádua - Localizada no Início da Rua do “Arde-Diabo.”
(Acervo: Família Passos: Carlos e Maria Amélia)

FOTO Nº 61 - Edifício Comercial da Casa Saleme – Rua Marechal Deodoro, nº 17.
(Acervo: Familiares de Abrão Saleme).
OBS.: Atuava no ramo de ferragens, louças, alumínio, calçados, armarinhos e brinquedos, além de roupas feitas, perfumarias finas e artigos para presentes.

Em 1938, o município já contava 03 (três) farmácias:

- ✓ São Sebastião, de Admardo R. de Souza, à Av. Cel. Marcondes nº 20;
- ✓ Guanduense, de Waldomiro C. dos Santos, à Av. 20 de Janeiro, nº 19 e
- ✓ Central, de Benedito Nolasco Pereira, também à Av. 20 de Janeiro, nº 30.

Ainda por esta ocasião, mais 01 (hum) hotel completaria a rede:

- ✓ Hotel Ideal, de Elias Gastin, á Av. Cel. Marcondes, nº 04.
  OBS.: Antes, com o nome de Hotel Formoso, à Praça Leduc, nº 14.

FOTO Nº 62 - Primeira Bomba de Gasolina em Frente à Loja Barão Elias Gastim - O Primeiro a Direita é o Senhor Wadih Haddad - 1928.
(Acervo: Maria Zuleika Haddad Fafá)

4.1.3 – Evolução Urbana

Durante o ano de 1970, o SEFHAU[74], realizou um relatório para o Ministério do Interior, visando atender os objetivos do PAC – Programa de Ação Concentrada, onde analizou também a evolução urbana da cidade de Afonso Cláudio.
Afirmava a referida fonte que, "os primeiros moradores de Afonso Claudio, esta-

[74]SERFHAU, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. "Relatório Preliminar de Desenvolvimento Local Integrado de Afonso Cláudio - Espírito Santo". Belo Horizonte (MG). Ministério do Interior - Programação de Ação Concentrada. 1970. 153p. il:

beleceram-se na região norte da cidade, mais ou menos no local onde hoje se encontram as praças da Bandeira e Adherbal Galvão".

FOTO Nº 63 - Início da Urbanização da Cidade - Década de 1910.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual - Revista "Vida Capichaba")

"A povoação estendeu-se inicialmente ao longo do rio Guandú em direção ao sul, até a região onde se encontra o prédio da Prefeitura[...]".

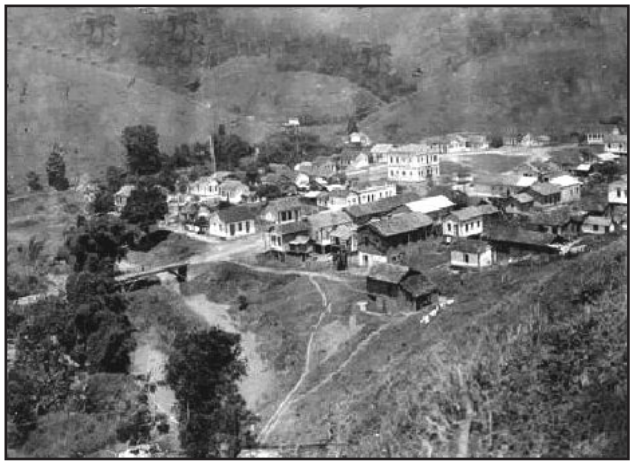


FOTO Nº 64 - Expansão da Urbanização da Cidade - Década de 1920.
(Acervo: Anderson Eutrópio)

“Houve desde o início uma preocupação com o traçado da cidade, não havendo praticamente nenhuma manifestação espontânea de crescimento, a não ser mais recentemente, quando se formaram alguns bairros ao longo das estradas que dão acesso à cidade. Os bairros do Campo Vinte, da Grama e de São Vicente são manifestações desta natureza [...]”.

FOTO Nº 65 - Expansão da Cidade Para o Setor Sul - Década de 1920.
(Acervo: Judith F. de Almeida Mello)

A ocupação do solo urbano se deu de uma forma pouco diversificada, e não houve um “zoneamento distinto”. “Existe um trecho da cidade cuja ocupação se deu em forma de natureza residencial, comercial e institucional, constituindo a zona mista e que se situava ao longo da Avenida Presidente Vargas”.

FOTO Nº 66 - Expansão da Zona Comercial - Década de 1930.
(Acervo: Familiares de Dulce Leite Almeida)

“A zona comercial propriamente dita era formada pela rua Marechal Deodoro

e por um dos lados da praça Aderbal Galvão". "Existia ainda uma zona de comércio predominantemente atacadista, constituída pela rua Ramiro de Barros e ponte da Praça da Bandeira". "As demais áreas eram todas residenciais". Não existia zona industrial. Como já dito, "a cidade se desenvolveu ao longo do rio, mas suas ruas se cortam perpendicularmente, formando um traçado nitidamente ortogonal".

A 1ª (primeira) casa de alvenaria foi construída em 1908, pois até então, todas as casas eram de "estuques". Em 1903, foi construída a 1ª (primeira) ponte sobre o rio Guandu, que uniu a parte norte e sul da sede do município, de madeira de lei, cujo construtor foi o Sr. Plínio Gomes Escopelli. A ponte foi construída sob o regime de mutirão. A segunda ponte de madeira foi construída na intercessão da Praça da Bandeira com acesso ao Matadouro e a Usina. A de cimento, foi inaugurada em 1º de março de 1946. O início do calçamento de ruas deu-se a partir de 1949. Encontramos outro registro da administração Pedro Saleme (1952-1955) onde afirma-se que procedeu ao "calçamento e meio-fios da av. Presidente Vargas até o fim, com arborização pelo centro; calçamento da rua Jerônimo Monteiro e calçamento em frente da Igreja Matriz.

FOTO Nº 67 - 1ª Ponte de Madeira - 1903.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual - Revista "Vida Capichaba")

FOTO Nº 68 - 1ª Ponte de Cimento Armado - 1946.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual)

Já em agosto de 1915, construiu-se um coreto na praça Jerônimo Monteiro, para a banda local fazer suas retretas (AFONSO CLAUDIO[75]). A praça recebeu vários nomes: Padre Leduc, Jerônimo Monteiro, João Pessoa e Adherbal Galvão. Neste local, antes foi um improvisado campo de futebol, onde o "20 de Janeiro" realizava os seus treinos e partidas de futebol.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Câmara Municipal de Afonso Cláudio

Lei Nº 54

A Câmara Municipal de Afonso Cláudio, Estado do Espirito Santo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo adotado a seguinte lei nº 54, resolve envia-la a S. Excia. o Snr. Prefeito Municipal para os devidos fins.

A Câmara Municipal de Afonso Cláudio, Estado do Espirito Santo

Decreta

Art. 1º - A praça denominada "João Pessoa" que circunda o jardim publico desta cidade passará a denominar-se praça Adherbal Galvão.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Afonso Cláudio, 16 de setembro de 1949

Presidente da Câmara

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a presente lei

Registre-se, publique-se e faça-se executar

Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, em 23 de setembro de 1949

Prefeito Municipal

Lida e publicada nesta Secretaria, em 23 de setembro de 1949

Secretário.

ILUSTRAÇÃO Nº 76 - Lei Nº 54 - Altera a Denominação da Praça João Pessoa Para Adherbal Galvão - 16/09/1949.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura Afonso Cláudio)

O jardim da praça foi construído em 1934, tendo o projeto sido feito por Moacir Barros e executado pelo engenheiro Dr. Ruigi Haga. A praça teve iluminação, ajardinamento, chafariz possante e amplo coreto.

[75]O AFFONSO CLÁUDIO. "Construção de Coreto". Afonso Claudio (ES). Edição nº 115, de agosto de 1915. 4p.

Ao longo dos anos, a praça principal da cidade passou por diversas transformações:

FOTO Nº 69 - Primeira Localização da Praça Denominada Padre Leduc - Década de 1910.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual - Revista “Vida Capichaba”)

FOTO Nº 70 - Construção da Praça Jerônimo Monteiro - Administração Adherbal Galvão - Década de 1930.
(Acervo: Família Gomes - Lena Mara Leite Gomes)

FOTO Nº 71 - Primeira Reforma da Praça João Pessoa - Administração Jair Giestas - Década de 1950.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 72 - Segunda Reforma da Praça Adherbal Galvão - Administração Leni Alves de Lima - 1977/1983.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

Posteriormente, mais 02 (duas) intervenções ocorreram na praça: Administração de Methódio José da Rocha (1989/1992) e Edélio Francisco Guedes (2001/2008), Outras fotos sobre a evolução urbana da cidade:

FOTO Nº 73 - Evolução Urbana da Cidade - Década 1910.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual - Revista “Vida Capichaba”)

FOTO Nº 74 - Evolução Urbana da Cidade - Década 1920.
(Acervo: Foto Oliveira)

FOTO Nº 75 - Evolução Urbana da Cidade - Década 1930.
(Acervo: Professora Zilka Fernandes)

FOTO Nº 76 - Evolução Urbana da Cidade - Década 1940.
(Acervo: Professora Zilka Fernandes)

FOTO Nº 77 - Evolução Urbana da Cidade - Década 1950.
(Acervo: J. Netto)

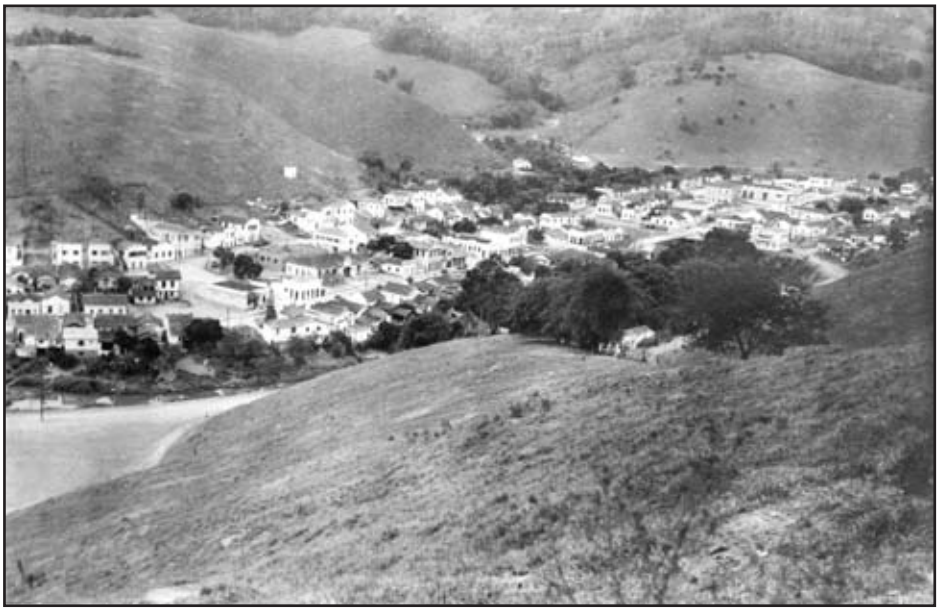


FOTO Nº 78 - Evolução Urbana da Cidade - Década 1950.
(Acervo: J. Netto)

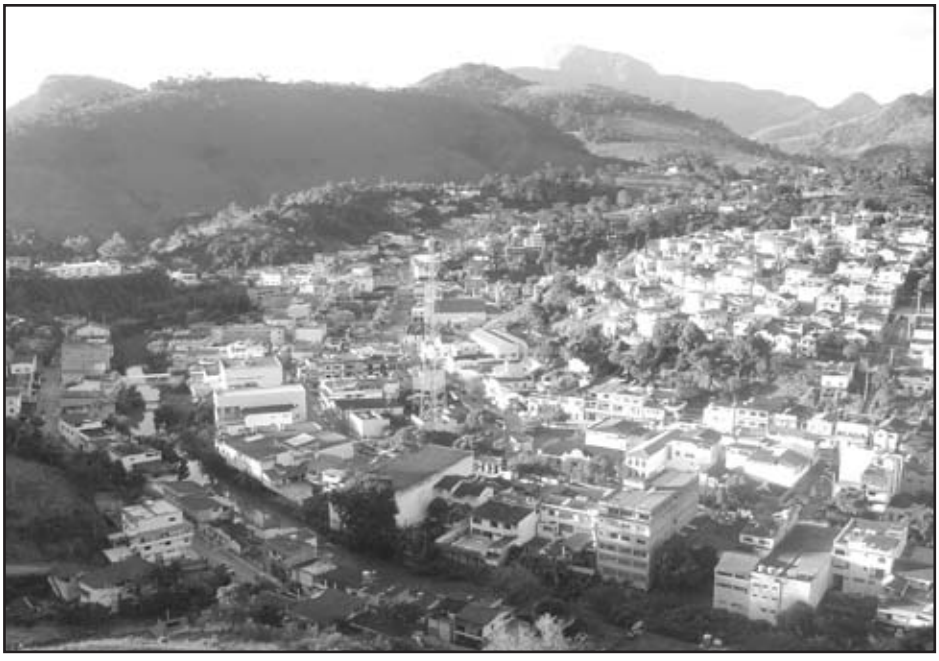


FOTO Nº 79 - Evolução Urbana da Cidade - 2001.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 80 - Evolução Urbana da Cidade - 2001.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

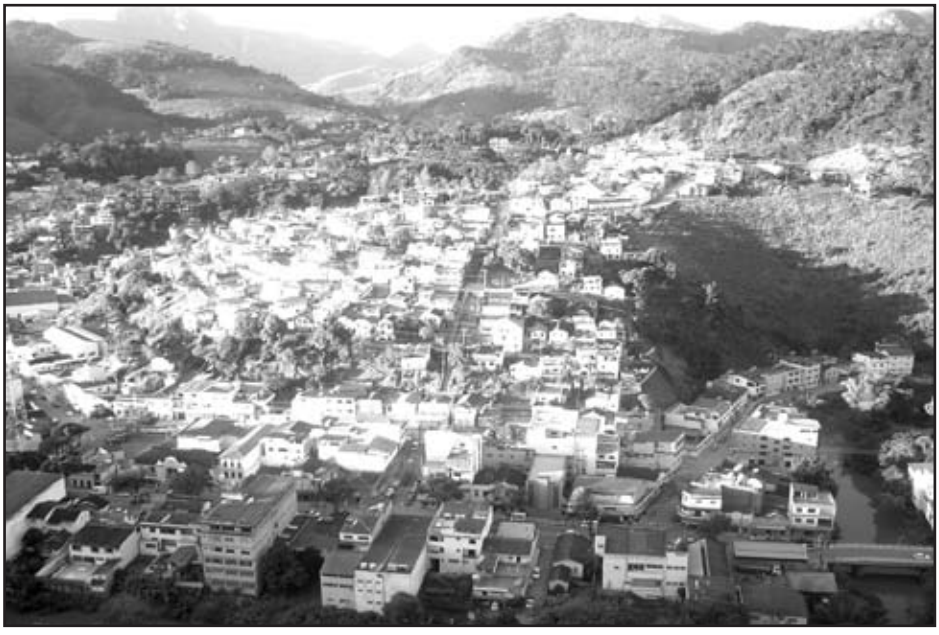


FOTO Nº 81 - Evolução Urbana da Cidade - 2001.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

4.2 – Vida Cultural e Social

4.2.1 – A Imprensa

Afonso Cláudio também teve a sua fase áurea na área intelectual, onde grandes personagens da sua cultura marcaram com a verve que lhes eram peculiar, um espaço no cenário municipal e estadual.

Quadra registrar que, aqui também, para se manter um jornal "havia toda a sorte de dificuldades na impressão e manutenção dos periódicos. Insuficiência e deficiências de materiais, recursos financeiros e de estímulos eram uma constante, suprimidas, sempre com "golpes" de inteligência, habilidades e acima de tudo, boa vontade" (VIEIRA[20]).

GIESTAS[76] na sua coluna "Fragmentos Históricos do Município de Afonso Cláudio, assim se expressara: "Apesar da escassez de elemento intelectual na época, num lugarejo que se iniciara, com poucas casas, muito distante dos centros civilizados, de acesso só a cavalo ou a pé por péssimos caminhos, as publicações mantiveram-se em ritmo normal[..]."

Em O Affonso Cláudio, edição nº 238, de 16 de fevereiro de 1919, num artigo sobre a imprensa, afirmara àquela ocasião que: "Pode-se, pois, avaliar o progresso de um povo, pela sua imprensa. Um povo sem imprensa é um povo sem alma: um povo que não timbre[LXIII] em manter um jornal que seja o expoente das suas convicções não pode ser civilizado". [...] Assim é que não foram medidos esforços para a manutenção dos jornais criados e produzidos em Afonso Cláudio, que conseguimos identificar. A fonte de pesquisa de 1893 até 1926 foi de PEREIRA[77].

- ✓ 1893 – **O ALTO GUANDU:** Fundado em 1º de janeiro de 1893, cujo nº 01 circulou no dia 05 de março de 1893. Advogava os interesses da Comarca do Alto Guandu. Era impresso na tipografia do Alto Guandu. Foi dirigido por:
  a) Gerente – Cel. Ramiro de Barros Conceição
  b) Redatores – Dr. Manoel Clodoaldo Linhares e Augusto Escopelle Gomes

[76]GIESTAS, Jair. "Fragmentos Históricos do Município – A Imprensa em Afonso Cláudio". Afonso Cláudio (ES). Jornal O Afonso Cláudio, Ano XXIII. Nº 121. 30/11/1959. 4p.

[LXIII]TIMBRE s.m.1. Insígnia apensa exteriormente ao escudo. 2. Instrumento metálico de percussão. 3. P. Ext. Marca, sinal; divisa. 4. Selo, carimbo. 5. Fig. Ponto de honra, capricho. 6. Orgulho legítimo, remate. 7. Qualidade sonora de uma voz ou instrumento.

[77]PEREIRA, Heráclito A. "A Imprensa no Espírito Santo – Resenha Cronológica". Vitória (ES). 1928. 163p.

c) Secretário – Adolpho Gomes

Epígrafes: Pró-Pátria e Ordem e Progresso

Era de propriedade de uma associação e constituído de 04 (quatro) páginas de 220x293m/m, a 4 (quatro) colunas. A assinatura anual era de 10$ (dez mil réis), a semestral, 6$ (seis mil réis) e número avulso, 200rs. (duzentos vinténs).

Por dificuldades financeiras de seus proprietários, foi suspensa a sua impressão, a partir de 11 de agosto de 1895.

Nova tentativa por parte do Cel. Ramiro foi levada a efeito, em 23 de fevereiro de 1905, para reaparecer com o jornal. Para tanto, foi solicitado à municipalidade o adiantamento de 500$000 (quinhentos mil réis). O jornal se incumbiria da publicação dos atos oficiais, que seria a forma encontrada para pagamento do adiantamento. O adiantamento foi concretizado, entretanto, o jornal não reapareceu.

O ALTO-GUANDU'

PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO

Orgão destinado aos interesses da comarca do Guandu

Redactor—Gerente—*Ramiro de Barros.* Secretario—*José Carneiro*

PRO PATRIA | Collaboradores diversos | ORDEM e PROGRESSO

ANNO I ESTADO DO ESPIRITO SANTO—VILLA AFFONSO CLÁUDIO 15 DE SETEMBRO 1913 N.26

✓ 1913 – **O AFFONSO CLÁUDIO:** Produzido na tipografia de Afonso Cláudio, o 1º (primeiro) número circulou em 15 de maio de 1913. Era um jornal literário, noticioso e político, filiado ao P.R.C – Espiritosantense. (Partido Republicano Construtor). Este partido tinha como lideranças, segundo SILVA[26]:

a) Joaquim P. Silva, Constante G. Sudré, Torquato M. Rosa, Afonso Cláudo F. Rosa e José H. Costa, que representavam os interesses dos mercantes (exportadores e agrofundiários), classes médias urbanas e antigas forças abolicionistas;

b) Cel. Henrique Coutinho e Cel. Ramiro Barros da Conceição (est. buroc.-militar e agrofundiários);

c) José M.C. Muniz Freire, Cleto Nunes Pereira, Graciano Neves e Eugênio P. Amorim (agrofundiários) e

d) Major D. Vicente (estam. burocrático-militar), etc.

Sua publicação era semanal. Dirigido por:

a) Redator - Chefe: Dr. Samuel Chaves

b) Redator - Gerente: Cel. José Cupertino Figueira Leite

c) Diretor - Cel. José Giestas

O proprietário do jornal era o Cel. José Giestas, que um ano após, o transferiu para o Cel. José Cupertino. O chefe das oficinas era o Sr. Carlos Campos Junior, que em junho de 1914 passou à Gerente, e já em 1915, nova alteração era efetivada, com a sua substituição pelo Sr. Emygdio Xavier. A redação e tipografia ficavam a Av. 20 de janeiro, nº 8.

Durante o período de 03 de outubro a 19 de dezembro de 1915, foi suspensa a sua publicação.

Em 1917, a direção passou a ser do Sr. Mirabeau Pimentel (que, em 1928, passou a exercer o cargo de Secretário do Interior na administração do Presidente de Estado, Dr. Aristeu Borges de Aguiar), auxiliado pelos Drs. Carlos de Freitas e Manoel Reiriz.

Em 1924, o redator era o Sr. Lourival de Almeida: redator-chefe (Juiz Direito); Asdrubal Soares: Secretário (Advogado) e Alvaro Castello: Gerente (Advogado).

O jornal, em 1925, passou a pertencer ao Dr. Álvaro Castello, que também foi o seu redator.

Novamente, em 1925, novas alterações ocorriam na direção do jornal:

a) Redação: Dr. Álvaro Castello (diretor e proprietário).

b) Redator - Secretário: Emygdio Xavier

c) Redator - Gerente: Moacyr Pizzini

OBS.: neste ano, a publicação esteve suspensa por falta absoluta de um tipógrafo.

Possuía 04 (quatro) páginas de 04 (quatro) colunas e formato: 200x320 m/m, aumentada depois, para 222x320m/m.

Assinaturas: 6$000rs, (seis mil réis), ao ano; 3$000rs (treis mil réis), o semestre, isto para os munícipes; 8$000rs (oito mil réis) ao ano, para outras localidades e avulso: 200rs (duzentos vinténs).

Em 1924: 10$000rs (dez mil réis) anual; 5$500rs (cinco mil réis e quinhentos vinténs) semestral e avulso: 100rs (cem vinténs).

O AFFONSO CLAUDIO

JORNAL FILIADO AO P. R. ESPIRITO-SANTENSE

ANNO VII | Espirito Santo—Cidade Affonso Claudio, 19 de Outubro de 1919 | NUM. 260

✓ 1914 – **O ÁTOMO:** produzido na tipografia do Jornal "O Afonso Cláudio". Surgiu em 29 de outubro de 1914 e era um jornal HEBDOMADÁRIO[XIX-p.75], bisbilhoteiro, crítico, literário e recreativo.

A publicação era em dias indeterminados, com 04 (quatro) páginas, de 04 (quatro) colunas e formato: 183x257m/m.

Custo do jornal para o leitor: avulso: 100rs (cem vinténs). Assinatura da série de 10 (dez) números: 1$20rs (um réis e vinte vinténs).

Suspendeu a publicação durante alguns dias, reaparecendo em 08 de maio de 1915.

Não há informação quanto à data do seu término. O seu diretor era o Dr. Carlos Campos Junior.

✓ 1922 – **CORREIO DO GUANDU** – impresso em tipografia própria. Apareceu com o seu 1º (primeiro) número em fevereiro de 1922.

a) Direção: Rozendo Serapião Filho

b) Gerente: Nelson Lessa Corrêa

A publicação era dominical, com 04 (quatro) páginas de 185x302 m/m, a 04 (quatro) colunas.

Assinaturas: anual: 8$000rs (oito mil réis).

Semestral: 5$000rs (cinco mil réis).

Durou 03 (três) anos, sendo a tipografia vendida ao Pe. Jorge Steinbacker, que, em 1923, estava fundando o Boletim Paroquial.

✓ 1923 – **BOLETIM PAROQUIAL** – iniciou as publicações na tipografia do jornal "O Afonso Cláudio", depois no Correio do Guandu e, finalmente, na tipografia São Sebastião.

Apareceu no dia 1º de março de 1923 (nº 01, Ano I). A redação era do Pe. Jorge Steinbacker, com aprovação diocesana.

Era um órgão oficial da Paróquia de São Sebastião do Alto Guan-

du, tornando-se, em 15 de março de 1924, também, órgão oficial da Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora de Figueira de Santa Joana (Itarana) e depois da Sagrada Família, de Cachoeira de Santa Leopoldina.

"Tinha uma publicação mensal, passando em 1925, a ser quinzenal. A tiragem era de: 500 (quinhentos) exemplares, sucessivamente, aumentada para 700 (setecentos) em 1924, 750 (setecentos e cinqüenta), 850 (oitocentos e cinqüenta) em setembro de 1925 e 1000 (um mil) em 1926".

"Jornal de 4 a 16 páginas, de 145x210m/m, a 3 (três) colunas, diminuídas para 2 (duas) colunas, a partir da edição nº 03 (03 de junho de 1923), tendo o formato, em 20 de janeiro de 1924, sido modificado para 130x200 m/m".

Nessa última data (1924), começou a imprimir o boletim em tipografia própria, sob a denominação de: Tipografia São Sebastião.

Já em 01 de janeiro de 1926, novo formato era dado ao boletim: 185x270m/m.

A assinatura era de 2$rs (dois contos de réis) por ano e que, em 1926, já havia sido acrescida para 5$rs (cinco conto de réis) ano. O número avulso, igual aos outros periódicos: 200 rs. (duzentos vinténs).

FOTO Nº 82 - Chegada da Máquina Tipográfica à Afonso Cláudio – 1924.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual - Revista "Vida Capichaba" nº 149, de 15/11/1928)

✓ 1924 – **O TRUC** – impresso na tipografia do jornal "O Afonso Cláudio", teve como data de nascimento o ano de 1924. Era um "órgão de sua majestade o riso".

O redator – chefe era o Calixto de Azevedo e o seu gerente, o Sr. Moacyr Pizzini.

Era composto com 04 (quatro) páginas, no formato 165x250m/m, a 03 (três) colunas. Chegou-se a publicar 18 (dezoito) números.

Não se encontrou o valor da assinatura, a não ser a do número avulso: 400rs (quatrocentos vinténs).

✓ 1925 – **A LUZ:** O 1º número apareceu em 31 de agosto de 1925, produzido na tipografia do Jornal "O Afonso Cláudio" e pelo Grupo Espírita "Jesus, Espírito Santo, Caridade", filiado à Federação do Espírito Santo.

A direção era dos Srs. Domencio Epaminondas (redator-chefe), Antônio Candido Ferreira (Secretário) e Moacyr Pizzini (Gerente).

O seu cabeçalho vinha com a seguinte inscrição: "Fóra da caridade não há salvação, mostra-me a tua fé pelas tuas obras". "Lede-o e passar aos nossos amigos". Era mensal e a distribuição gratuita. Era composto com 4 páginas de 165x250m/m, com três colunas. Publicou somente 3 (três) números.

✓ 1926 – **FOLHA OFFICIAL** – também impresso na tipografia São Sebastião, era produzido pela Câmara Municipal de Afonso Cláudio.

Surgiu na data de 10 de julho de 1926. Era uma publicação semanal, que circulava aos sábados. Era composto em 04 (quatro) páginas, com formato de 150x270 m/m, a 2 (duas) colunas. A redação ficava a cargo do Secretário da Câmara e o gerente era o Sr. Mathias Irlacher.

Segundo PEREIRA[77], o cabeçalho do jornal vinha com esta frase: "E, emquanto publicamos os actos officiaes da administração municipal bater-nos-emos, também em todas as energias, em prol do engrandecimento desta ditosa terra".

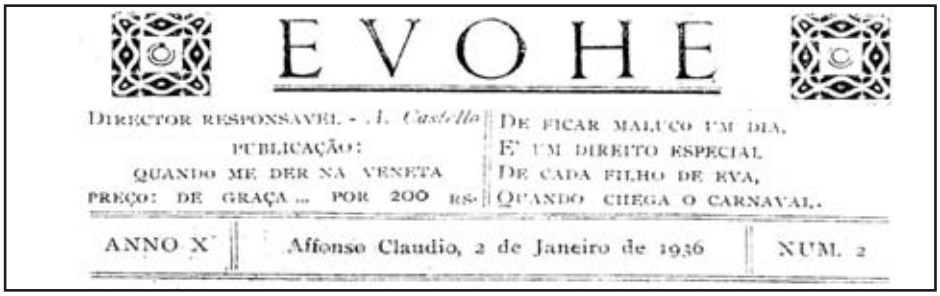
ANNO I – Cidade Affonso Claudio, 11 de Junho de 1927 – NUM. 42

Folha Official

—Orgão da Camara Municipal de Affonso Claudio—

PUBLICAÇÃO SEMANAL - - - - ESTADO DO ESPIRITO SANTO - - - BRAZIL

✓ 1926 – **EVOHÉ** – Era feito pelo Emygdio Xavier e dirigido pelo José Vizagem. Dr. Álvaro foi quem criou este jornal. Iniciou suas publicações em 1926.


EVOHE

DIRECTOR RESPONSAVEL - A. Castello
PUBLICAÇÃO:
QUANDO ME DER NA VENETA
PREÇO: DE GRAÇA ... POR 200 RS.

DE FICAR MALUCO UM DIA,
E' UM DIREITO ESPECIAL
DE CADA FILHO DE EVA,
QUANDO CHEGA O CARNAVAL.

ANNO X | Affonso Claudio, 2 de Janeiro de 1936 | NUM. 2

✓ 1930 – **CORREIO DO CENTRO** – O "Director" era o Sylvio Leite Xavier e o Redactor-Chefe, Antonio Serapião. Era publicado aos sábados e tinha tiragem de 520 (quinhentos e vinte) exemplares, cuja assinatura anual era 10$000 (dez mil réis) e o número avulso $200 (duzentos vinténs).

DIRECTOR
Antonio Serapião

Correio do Centro

COLLABORADORES
:::: Diversos ::::

ÓRGAM OFFICIAL DO MUNICIPIO

ANNO 10 | Cidade de Affonso Claudio, Sabado, 6 de Abril de 1940. — ESTADO DO ESPIRITO SANTO | NUMERO 206

✓ 1933 – **A BOLIANTHÉA (Revista)** – Fundada na data de 1933. Direção de Aluísio Epitácio e José Montalvão. Revista Quinzenal. Assinaturas: Semestre: 5$000; Trimestre: 3$000 e Número Avulso: $600.

✓ 1948 – **FOLHA OFICIAL** – O número I, ano I, circulou no dia 29 de maio de 1948. Foi um jornal com a característica de informar os atos oficiais do município de Afonso Cláudio, além de esporadicamente ser noticioso com assuntos de interesse da coletividade. O último número a que tivemos acesso foi o de nº 33, Ano III, de 30 de janeiro de 1951.

✓ 1951 – **O AFONSO CLÁUDIO**: na data de 10 de julho de 1951 voltava a ser reeditado, com o nº 01, ano XVII, numa terça-feira, como órgão oficial e noticioso da Prefeitura Municipal e do município. Havia interrompido a sua circulação em 1929, no XVI ano de existência.

Foi recriado para ser um [...]"defensor intranzingente" (intransigente) dos direitos comuns e das aspirações legítimas de nosso povo". Prossegue ainda o editorial: "Além da divulgação dos atos dos poderes públicos, focalizará todos os assuntos que condigam com o progresso do município. Dará agasalho á contribuição daqueles que desejarem fazer causa comum conosco na tarefa de solidificação e ampliação das bases estabelecidas para o nosso desenvolvimento material, econômico e cultural". (O AFONSO CLÁUDIO[78]).

Perlustraram[LXIV] neste reencontro, cidadãos conhecidos da intelectualidade afonsoclaudense: Dr. Ayres Xavier da Penha (Meretíssimo Juiz de Direito da Comarca), Emygdio Xavier, Dr. Antônio Tapias de Vasconcelos (Advogado), Jair Giestas, Pedro Antônio Pádua, Pedro Saleme e José Saleme.

O Preço do jornal: 1) ao dia – Cr$ 1,00 (um cruzeiro)
2) "atrazado" – Cr$ 2,00 (dois cruzeiros)

Diretor - Responsável: Pedro Saleme
Diretor - Secretário: Emygdio Xavier

Outros:

- ✓ 1989 – Informativo da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio.
- ✓ 1993 – Centro Serrano
- ✓ O Cupido

O CUPIDO

Directoras responsaveis — Mariinha e Penha
Redatoras — Penha e Mariinha

«O Cupido» Jornalsinho humoristico desta cidade, de hoje em diante só troçará com pessôas educadas.

— ANO I — Afonso Claudio, 5 de Fevereiro de 1939 — NUMERO 1 —

- ✓ O Badalo

Já leram a A BRASA?... "Por fallar em "Brasa"... vou dizer algo sobre ella"!...

O BADALO

Anno I — Num. 1

Directores e Redactores:
J. Rigolti — Manoel das Faves
Zé Doido — Pedro Coco
A. Perino — João Ninguem

JORNAL SYSTHEMATICO DE CARACTER ABORRECIDO QUE NÃO DÁ CONFIANÇA Á POLITICA

— Affonso Claudio, (Estado do Espirito Santo) Domingo, 22 de Janeiro de 1939 —

ARTIGO DE FUNDO... DE PANELLA

[78]O AFONSO CLÁUDIO. "Nosso Jornal". Afonso Cláudio (ES). 1951.Nº 01, Ano XVII. 4p.
[LXIV]PERLUSTRAR, v.tr. dir. Percorrer, observando, examinando; perscrutar; percorrer; girar.

✓ Speaker Jornal

Director
PIERROT AZUL
Redactor
DOMINÓ PRETO

Speaker Jornal

ONDAS CURTAS E LONGAS,
TRANSMITIDAS DIARIAMENTE.

AFFONSO CLAUDIO, 16 DE FEVEREIRO DE 1936 | Nº 4 |

✓ O Choque

✓ A Brasa

✓ O Carvão

Redactor: Pedro Antonio
Director: Pedro Antonio
Jornalista: Pedro Antonio
Jornaleiro: Pedro Antonio
Collaborador: Pedro Antonio

O CARVÃO

(Successor da «A BRASA»)

NOUTROS TEMPOS JÁ FUI BRASA,
MAIS QUENTE DO QUE UM VULCÃO!...
E HOJE (COMO SÃO AS COUSAS! ...)
SOU UM GELADO CARVÃO!...

DETESTO O HUMORISMO;
NÃO SEI SE ASSIM EU FRACASSO,
POIS ACHO QUE QUEM QUER RIR,
DEVE COMPRAR UM PALHAÇO.

ANNO I AFFONSO CLAUDIO, 20 DE FEVEREIRO DE 1939 NUM. 7

4.2.2 – Brasão, Bandeira e Hino Oficial

A idéia da criação de um brasão para o município surgiu da professora aposentada Zilka Fernandes, no ano de 1956, quando a escola em que trabalhava (Grupo Escolar José Cupertino) se preparava para o desfile escolar em comemoração ao dia 7 de setembro. Na ocasião, exercia o cargo de Auxiliar do Diretor e ficara encarregada de coordenar o desfile por parte da escola.

Feito o desafio, colocou a idéia numa prancheta e, posteriormente, a transportou para uma folha de isopor, conforme modelo que ainda encontra-se nas dependências da escola.

FOTO Nº 83 – Profa. Zilka Fernandes – Modelo do Brasão do Município de Afonso Cláudio – 1956.
(Acervo: Zilka Fernandes – Foto Tirada em 2004)

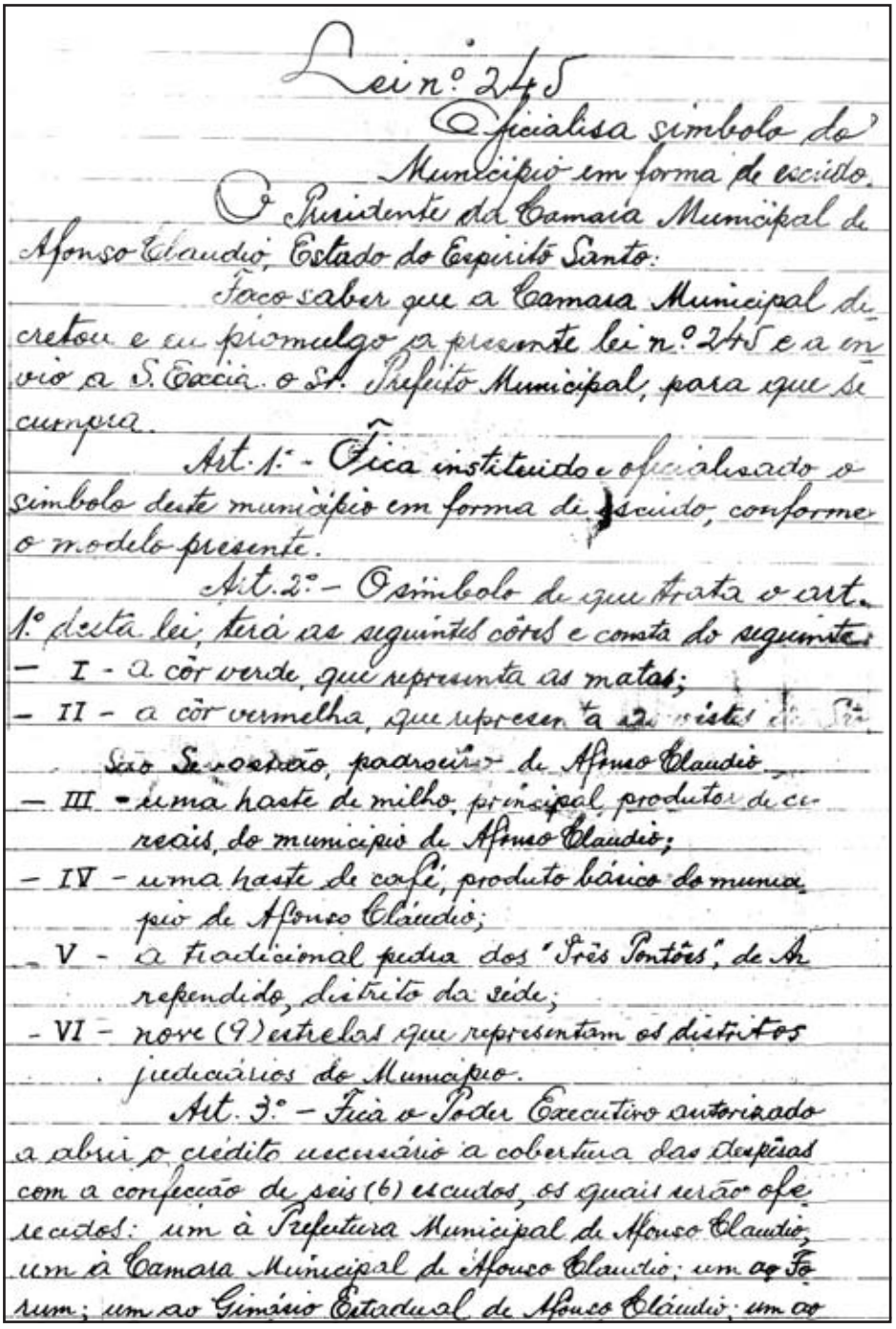
Tomando como referência o escudo do Brasil, desenhou uma grande estrela, ladeada pelos galhos de café e milho, as duas maiores produções agrícolas do município àquela ocasião.

Em 1955, o município de Afonso Cláudio havia sido considerado a "Capital Federal do Milho", por ter sido o que mais produziu milho no Brasil, proporcionalmente ao seu tamanho.

Ao centro da estrela, foi desenhado os 3 Pontões, por se considerar a paisagem mais representativa do município e por estar situado no lugar chamado Arrependido, onde se deu o início da implantação da cidade.

Em volta da paisagem, foram traçados 2 (dois) círculos concêntricos, com 9 (nove) estrelinhas representando os 9 (nove) distritos que o município possuía àquela época. Um dos vereadores que assistiu ao desfile gostou da idéia e, imediatamente, dirigiu-se à escola para solicitar autorização da autora para que transformasse em lei o modelo do brasão apresentado.

Pela Lei nº 245, de 22 de novembro de 1956, o Sr. Prefeito Municipal promulgou o ato que oficializava a criação do símbolo do município em forma de escudo.



Lei nº 245

Oficialisa símbolo do Município em forma de escudo.

O Presidente da Camara Municipal de Afonso Claudio, Estado do Espirito Santo:

Faço saber que a Camara Municipal decretou e eu promulgo a presente lei nº 245 e a envio a S. Excia. o Sr. Prefeito Municipal, para que se cumpra.

Art. 1º - Fica instituido e oficialisado o simbolo deste municipio em forma de escudo, conforme o modelo presente.

Art. 2º - O simbolo de que trata o art. 1º desta lei, terá as seguintes côres e consta do seguinte:

- I - a côr verde, que representa as matas;
- II - a côr vermelha, que representa a luta dos Srs. São Sebastião, padroeiro de Afonso Claudio;
- III - uma haste de milho, principal produto de cereais do municipio de Afonso Claudio;
- IV - uma haste de café, produto básico do municipio de Afonso Claudio;
- V - a tradicional pedra dos "Três Pontões", de Arrependido, distrito da sede;
- VI - nove (9) estrelas que representam os distritos judiciários do Municipio.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito necessário à cobertura das despesas com a confecção de seis (6) escudos, os quais serão oferecidos: um à Prefeitura Municipal de Afonso Claudio, um à Camara Municipal de Afonso Claudio; um ao Forum; um ao Ginásio Estadual de Afonso Cláudio; um ao

Grupo Escolar "José Cupertino", e um à Igreja Matriz desta Paróquia.

Art. 4.º - Os necessários recursos para a cobertura das despesas de que trata o art. 1.º da presente lei, até a visão do provável excesso de arrecadação do corrente exercício.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Afonso Cláudio, 22 de novembro de 1956.

Ass: - Jose Correia Neto - Pte da Camara.

— Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, em 22 de Novembro de 1956.

João Tristão
Prefeito Municipal

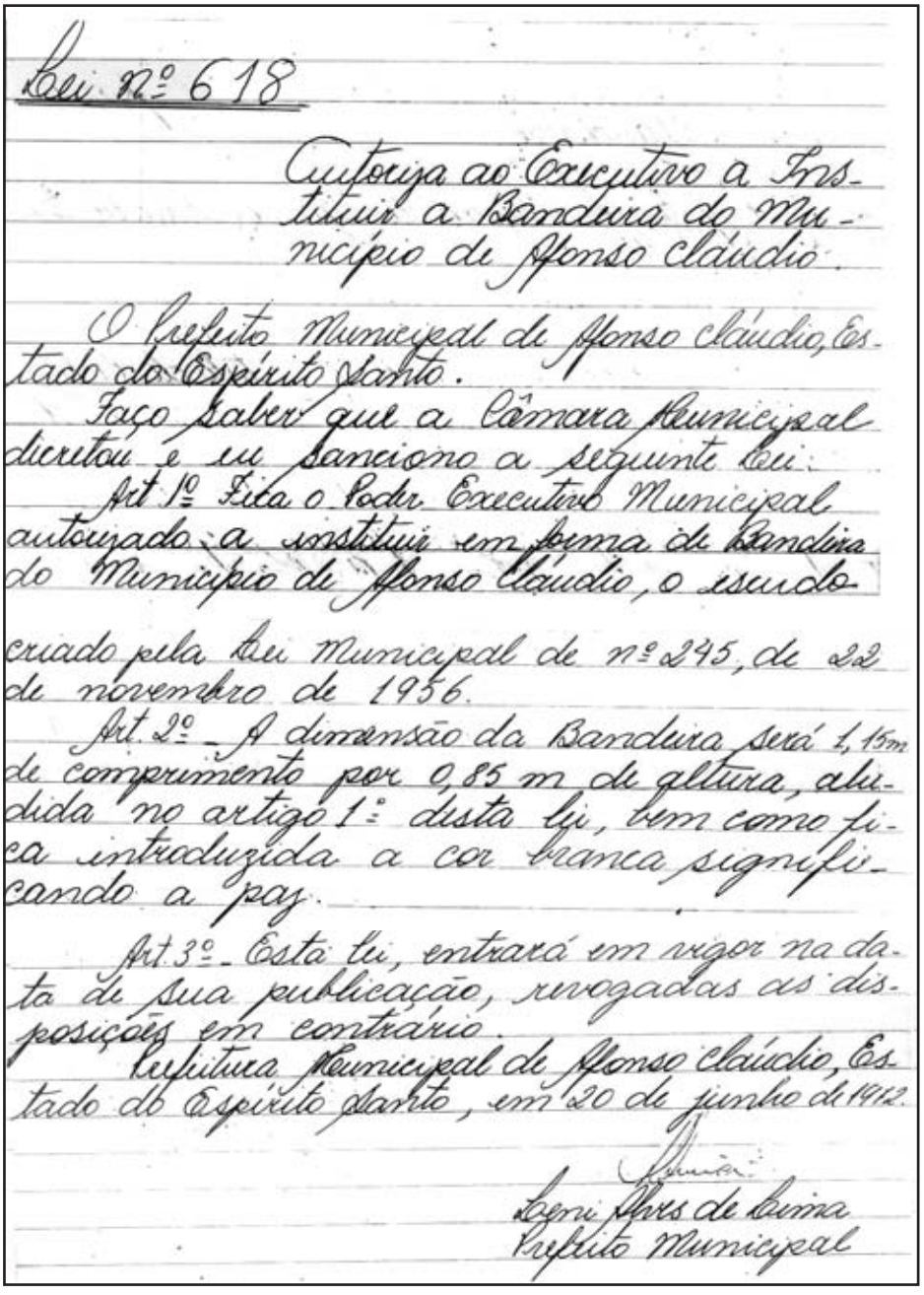
Selada e publicada nesta Secretaria, em 22 de Novembro de 1956.

Emygdio Xavier
Secretário.

ILUSTRAÇÃO Nº 77 - Lei nº 245, de 22/11/1956 – Cria o Brasão Municipal.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

ILUSTRAÇÃO Nº 78 - Brasão Oficial de Afonso Cláudio – Instituído pela Lei nº 245, de 22/11/1956.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

A Lei nº 618, de 20 de junho de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 1.343, também da mesma data, instituiu a Bandeira oficial do município com base nas características da lei que criou o seu símbolo (Lei nº 245, de 22 de novembro de 1956).



Lei nº 618

Autoriza ao Executivo a Instituir a Bandeira do Município de Afonso Cláudio.

O Prefeito Municipal de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir em forma de Bandeira do Município de Afonso Cláudio, o escudo criado pela Lei Municipal de nº 245, de 22 de novembro de 1956.

Art. 2º - A dimensão da Bandeira será 1,15m de comprimento por 0,85 m de altura, aludida no artigo 1º desta Lei, bem como fica introduzida a cor branca significando a paz.

Art 3º - Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, em 20 de junho de 1972.

Ilegível

Legni Alves de Lima
Prefeito Municipal

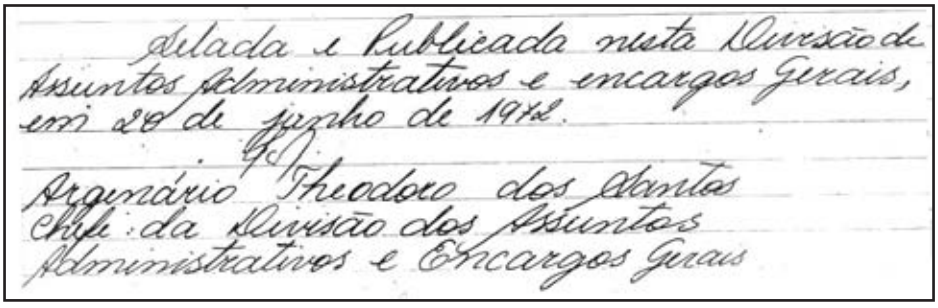

Selada e Publicada nesta Divisão de Assuntos Administrativos e encargos Gerais, em 20 de junho de 1972.
Argenário Theodoro dos Santos
Chefe da Divisão dos Assuntos Administrativos e Encargos Gerais

ILUSTRAÇÃO Nº 79 - Lei Nº 618, de 20 de Junho de 1972. Instituindo a Bandeira Oficial do Município.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

ILUSTRAÇÃO Nº 80 - Bandeira Oficial de Afonso Cláudio Instituída pela Lei nº 618, de 20/06/1972.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

O hino do município foi aprovado pela Lei nº 616, de 20 de junho de 1972, e regulamentado pelo Decreto nº 1344, da mesma data, sancionado pelo ex-prefeito Leni Alves de Lima.

A letra e música são de autoria da Professora Diana Gomes, cuja gravação foi realizada pela Banda de Música da Polícia Militar do Espírito Santo, sob a orquestração do maestro Sargento Almir de Souza Santos.

O artigo 1º da referida lei autorizou a oficialização da canção denominada “Hino Afonsoclaudense” e o artigo 2º instituiu e oficializou a letra, conforme ilustração.

Lei nº 616

Autoriza ao Executivo a oficializar a Canção Denominada "Hino Afonsoclaudense".

O Prefeito Municipal de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a oficializar a canção denominada "Hino Afonsoclaudense", de autoria da Professora Diana Gomes.

Art. 2º Fica da mesma forma instituída e oficializada a letra, de que trata o art. 1º desta lei, com as seguintes estrofes:

"Hino Afonsoclaudense"

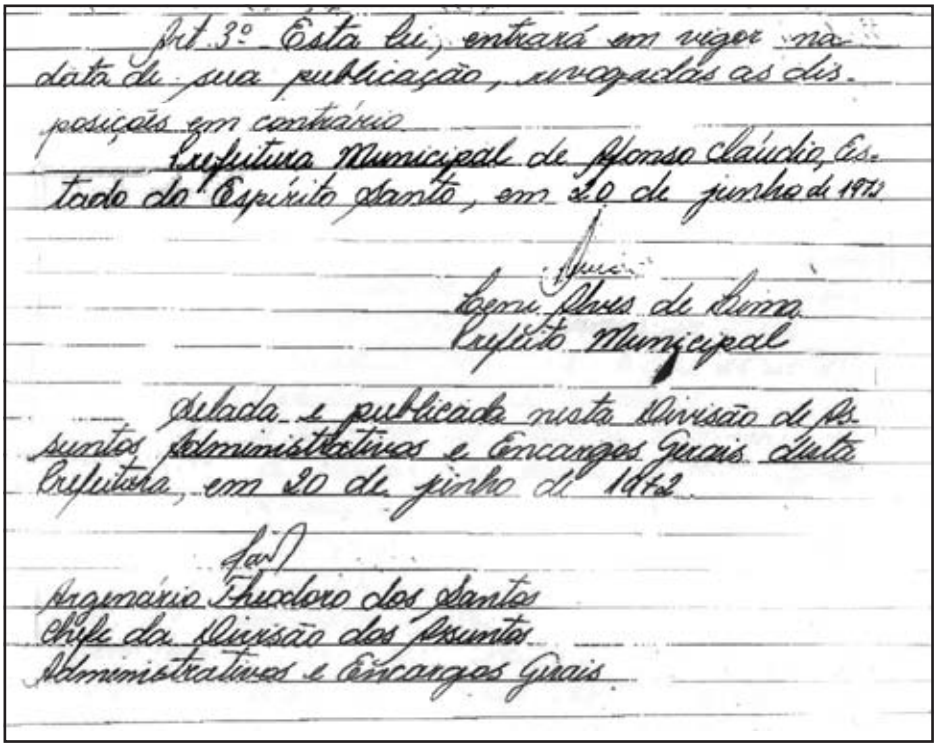
Entre montanhas, rios e matas,
Um dia uma cidade despontou (Bis)
Hoje através dos anos que passam
Títulos nobres ela já conquistou

Coro

No Espírito Santo, Capital do milho
Terra boa pra café e feijão
Seus filhos nela desfrutam
Das dádivas da criação

Gente hospitaleira, de bom coração
Afonso Cláudio tem na terra uma missão
"Trabalhar" é o lema de todos
Tirando da terra o seu ganha-pão

Três Pontões, Pedra da Cajinha
São os pontos turísticos que tem (Bis)
E como se isso não bastasse
Deus lhe deu Cinco Pontões também.



Art. 3º - Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, em 20 de junho de 1972

Leonel Alves de Lima
Prefeito Municipal

Selada e publicada nesta Divisão de Assuntos Administrativos e Encargos Gerais da Prefeitura, em 20 de junho de 1972.

Agenário Theodoro dos Santos
Chefe da Divisão dos Assuntos Administrativos e Encargos Gerais

ILUSTRAÇÃO Nº 81 - Lei que Criou o Hino Afonsoclaudense – Lei nº 616, de 20/06/1972.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio).

4.2.3 – Cinemas

- ✓ **Cinema Leopoldinense** (1915)
  É datado de 1915, aproximadamente, cujo proprietário era o Sr. Walter Garbe. Regularmente organizado, tinha grande concorrência de público. Encontramos referências a este cinema numa das edições do jornal "O AFFONSO CLAUDIO", de 1915, onde o autor da matéria fazia alusões ao comportamento do público jovem às sessões, quando da apresentação das cenas sentimentais, fazendo verdadeiras algazarras e pilhérias. A outra reclamação era contra os fumantes, pois a fumaça dos cigarros acabava interferindo na projeção dos filmes.

✓ **Cine Avenida** (1929)

Ficava à Avenida 20 de Janeiro, onde hoje é a Loja 02 Leões, e foi inaugurado no dia 11 de maio de 1929 com a apresentação do empolgante filme "Legião Estrangeira". Já existia àquela ocasião energia elétrica, que era fornecida através de um motor "Ford". Segundo o jornal "AFFONSO CLAUDIO[79]", as instalações elétricas da iluminação eram de muito bom gosto.

Na noite seguinte, foi exibido o filme "A Cabana do Pai Thomaz". Segundo a mesma fonte[79], "em ambas as noites o amplo salão da Av. 20 de Janeiro ficou á cunha". (*)

O proprietário do cinema era o Sr. Adherbal Galvão. Chamou atenção a matéria focalizada na mesma edição do referido jornal: "Ao senhor proprietário do Cine lembramos que seria de utilidade hygienica tirar os vidros dos oculos que encimam as janellas, afim de que o ar penetre com abundância no salão, suavisando o ambiente.

A fumaça da gasolina queimada que se desprende do motor encomnoda bastante os assistentes, causando mesmo dores de cabeça. A remoção desse incoveniente agradaria sobremodo. A tela de focalisação carece ser collocada mais alto porque como está prejudica muito á visão das pessôas que ficam mais para traz".

Possuía cadeiras próprias, era mudo, acompanhado por música de vitrola à manivela. O sonoro só foi instalado em junho de 1938.

Encontramos referência ao Salão Avenida, no Jornal "CORREIO DO CENTRO[80]", de propriedade do Sr. Adhebal Galvão, que aquele salão estaria passando por uma ampla reforma, com adaptação de luxo, arte e bom gosto, visando tornar o local ponto de reuniões da elite local.

As adaptações proporcionariam condições para ali serem realizadas festas, bailes, assim como a Radio Creativo Club. Para a inauguração, agendada para o dia 31 de dezembro de 1933, foi programado um grande baile à fantasia.

✓ **Cine-Iris** (1934)

A proprietária era a Empresa Teixeira e Corrêa e/ou Teixeira de Gonçalves. Cine mudo. Encontramos referências a ele em 1934 e 1937.

Foi inaugurado em 19 de maio de 1934 e funcionou provisoriamente no salão TRIANON. Assim que foi instalado o prédio próprio, foi feita a transferência. O fornecedor dos filmes era o Sr. Cerqueira Lima, de Vitória, que

[79]O AFFONSO CLAUDIO. "Cine Avenida" Afonso Cláudio (ES). Nº 18, de 11 de maio de 1929. 4p.
[80]CORREIO DO CENTRO. "Salão Avenida". Afonso Cláudio (ES), Nº 134, de 23/12/1933. 4p.
* A CUNHA. Muito Cheio. [...] Tudo Ocupado.

chegou a possuir várias casas cinematográficas nessa cidade.

✓ **Cine Novo** (1938)

Em julho de 1938 era anunciada a inauguração do "Cinema Sonôro" e já se encontrava na cidade o Sr. Miguel Nogueira, técnico da Casa Cineton, do Rio de Janeiro, que viera especialmente para montar a aparelhagem sonora. A previsão era de inaugurar o cinema no mês de julho, o que acabou não acontecendo.

O "CORREIO DO CENTRO[81]", de agosto de 1938, trazia em sua 1ª página matéria sobre a inauguração do Cine Novo. Estava instalado num confortável salão, à travessia Elias Gastin, s/nº, e havia a promessa do proprietário de dotá-lo, no curto prazo, de um palco artístico. (Empresa Cabral e Cia.).

A sociedade afonsoclaudense recebeu com muito regozijo este novo empreendimento artístico, pelo fato de "evitar filmes enfadonhos que pudessem acarretar aborrecimentos para os espectadores e conseqüentemente, prejuízos á Casa".

Os filmes apresentados no período de estréia: "Sublime Obsessão", o seriado "Aventureiros Heróicos", todos da empresa cinematográfica Universal. Dentre os filmes nacionais: "A Bonequinha de Seda", admirável peça, bem aceita pela sociedade afonsoclaudense.

Decorridos menos de 01 (hum) ano de sua inauguração, em abril de 1939, sem motivo aparente, encontrava-se o cinema fechado.

O jornal "O CORREIO DO CENTRO[82]", com o título "Negócio da China", anunciava a venda de um magnífico cinema sonoro, sistema CINETON, projeção A.E.G parabólico, com 150 (cento e cinqüenta) poltronas de madeira, caprichosamente instalado em espaçoso salão, palco, boa iluminação, localizado na principal praça da cidade.

Quem adquiriu as instalações do cinema foi o Padre João Bauer, por Rs. 7:700$000 (sete contos e setecentos mil réis), constando de: aparelhagem de projeção e som, vitrola, cadeiras – bancos, construção do palco, tela de projeção, cabine de aparelhagem e instalações internas elétricas.

O vendedor foi o Sr. Antonio Cabral Marques, conforme registrado no Cartório de Registro, sob nº 346, de 28/07/1939, fls. 75 e 76, servindo de testemunhas os Srs. Álvaro Castello e Manoel Lopes da Costa.

---

[81]CORREIO DO CENTRO. "A Estréa do Cine Novo". Afonso Cláudio (ES). Nº 192, Anno 8, de 27 de agosto de 1939 (sábado). 4p.

[82]CORREIO DO CENTRO. "Negócio da China". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 196, de 12 de abril de 1936. 6p.

✓ **Cine Renascença** (1952)

O primeiro local ficava atrás do Bar do Chicô. Naquela ocasião, tocavam clarineta o Sr. Jair Giestas e o Pedro Saleme. Dona Eunice tocava violino. Posteriormente, passou a ser localizado no mesmo edifício do Trianon Club, no térreo. Foi inaugurado no dia 26 de maio de 1952, de propriedade do Dr. João Eutrópio, um cidadão amante do progresso da cidade de Afonso Cláudio.

FOTO Nº 84 - Fachada do Cine Renascença - 1952.
Na Foto, da Esquerda para a Direita: Darcy Telles (Irmão de Minha Mãe Dalila Telles) e Esperidião. O Terceiro Não Foi Identificado.
(Acervo: Anderson Eutrópio)

O resgate desta história só foi possível através da publicação do Jornal "O AFONSO CLÁUDIO[83]", que além de enaltecer os benefícios que o cinema estava trazendo para a sociedade, reproduziu com bastante propriedade como era essa casa de espetáculo.

"O Renascença oferecia ao público o máximo de conforto, tão bom e moderno era todo o seu aparelhamento, disposto com muito bom gosto e com a necessária técnica. Dispunha de reservados e lavatórios para pessoas de ambos os sexos, e de palco, pequeno, mas provido do necessário à

[83]O AFONSO CLAUDIO. "Cine Renascença". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 19, ano XVII, de 15 de junho de 1952. 4p.

representações teatrais, podendo receber pequenos elencos[...]".
Tinha capacidade para 400 (quatrocentos) pessoas sentadas, cujas poltronas eram de madeira, dobráveis, próprias para cinema. Eram parafusadas no chão. Após o fechamento do cinema, Dr. Eutrópio doou as cadeiras para a Escola São José.
As apresentações cinematográficas eram feitas 4 (quatro) vezes por semana, sendo que atraia para o recinto considerável assistência.
Não conseguimos identificar qual foi o 1º (primeiro) filme apresentado por ocasião da inauguração.
Funcionou até o ano de 1975, aproximadamente, e em algumas ocasiões, serviu para apresentação de muitos artistas famosos do Rio de Janeiro e São Paulo.
Hoje no local do cinema funcionam uma farmácia e 03 (três) pontos comerciais.

- ✓ **Cinema Ambulante**

  Em depoimento pessoal prestado a este autor por FAFÁ[3], foi citado também o cinema ambulante do Sr. Chicô (Francisco Anselmo Soares). Era um nordestino, que buscava os filmes para exibição de ônibus. Vendia as entradas de casa em casa para poder garantir o valor do aluguel das fitas cinematográficas. Recebia os filmes em Itarana, provenientes de Vitória. Não havia lugar fixo para as exibições. Depois, passou a fazer as exibições no antigo Trianon. Posteriormente, utilizou-se das dependências do Salão Gastim, ocasião em que era necessário levar as cadeiras. Não conseguimos identificar a data da sua existência.

4.2.4 – Centro Cultural

Nos idos de 1984, as Empresas Tristão, por inspiração do seu presidente, o empresário Jônice Tristão, emprestava ao desenvolvimento sócio-econômico e cultural de Afonso Cláudio, com um gesto de visão e reconhecimento, a doação de uma área de 15 mil metros quadrados, em pleno perímetro urbano, para ser transformada em Parque Florestal, como símbolo de preservação ambiental.
Na esteira desta decisão histórica, na mesma data, era lançada a pedra fundamental do Centro Cultural José Ribeiro Tristão, com área de cerca de 400 metros quadrados, constituído de auditório para concertos, exposições e palestras, com capacidade para 500 pessoas, além dos complementos indispensáveis ao seu funcionamento como um múltiplo palco de eventos sociais, culturais e esportivos.

À solenidade de doação compareceram o Prefeito Sebastião Fafá, o Presidente da Câmara Sr. Francisco Anselmo Deorce, o Juiz de Direito José de Aquino Perpétuo, os Deputados Federais Stélio Dias, Theodorico de Assis Ferraço e José Carlos da Fonseca, o presidente da Assembléia Legislativa Hugo Borges, o ex-governador Élcio Alvares, vários deputados estaduais, prefeitos da região, o reitor da UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, o presidente da Federação da Agricultura, Membros do IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, várias lideranças políticas, empresariais e classes liberais do município.

Esta iniciativa, hoje plena realidade, está plantada em área de 4.800 metros quadrados, dispondo de excelente vista para toda a área urbana, com seus acessos rodoviários e amplo estacionamento.

FOTO Nº 85 - Centro Cultural José Ribeiro Tristão - Década de 1980.
(Acervo: Arquivos das Empresas Tristão)

Alargando as opções culturais e educacionais do município, base das raízes das Empresas Tristão, o grupo resolveu, aproveitando no centro da cidade a residência que a família ocupou durante anos, transformá-la em uma valiosa biblioteca, com um acervo atualmente fixado em mais de 6 mil volumes, capaz de sustentar o processo educacional e cultural do município.

No casarão da família também está o Clube de Poesia Eunice Siqueira Tristão.

As Empresas Tristão continuam, através da Fundação Jônice Tristão, a financiar e a incentivar parcerias que traduzam as conquistas culturais do município, marcando com a realização de centenas de eventos, nestes 25 anos de permanente plantão cultural, vivas e produtivas as raízes das Casas Misael.

FOTO Nº 86 - Fundação Jônice Tristão - Casa de Cultura - Biblioteca Pública Municipal - Década de 1980.
(Acervo: Superintêndencia Regional de Educação de Afonso Cláudio)

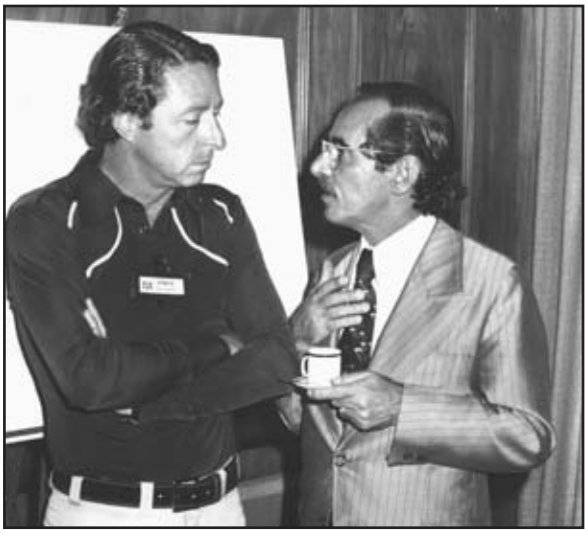


FOTO Nº 87 - Jônice Tristão e José Luiz Cláudio Corrêa - Sem Data.
(Acervo: Centro de Memória da Assembléia Legislativa do Espírito Santo)

4.2.5 – Clubes Esportivos

No Interior, o futebol era igual a política. Na maioria das vezes, existiam 2 (dois) clubes de futebol fazendo a divisão da cidade. Afonso Cláudio também viveu esta situação, numa época em que o futebol tinha "clamour", onde o amadorismo, o amor a camisa e as divergências normalmente vinculadas ao lado político local faziam com que houvesse encanto na arte da prática do futebol. Segundo VIEIRA[20], "o amadorismo praticado, dava mais entusiasmo ao torcedor, visto que os atletas jogavam somente por amor ao clube e à camisa". Em algumas ocasiões, o atleta chegava a ser sócio contribuinte do clube.
Os pioneiros do futebol afonsoclaudense que nas pesquisas identificamos foram:

- ✓ 20 de janeiro (1918)
- ✓ Afonso Cláudio F.C. (1924)
- ✓ Brasil Atlético Club (1932)
- ✓ Fluminense Futebol Club (1933)
- ✓ Internacional Futebol Club (não identificada a data)
- ✓ Flamengo Foot-ball Club (década de 1930)
- ✓ Guarany Sport Club (década de 1930)
- ✓ Comercial Atlético Clube (1940)
- ✓ Botafogo Futebol Clube (1941)
- ✓ Ipiranga Esporte Clube (1953)
- ✓ Vila Nova Sporte Clube (1956)

A maior parte desses clubes de futebol teve vida efêmera. Eram criados, depois por divergências, problemas financeiros ou outros motivos desapareciam, e criavam-se outros em substituição.

✓ 20 de Janeiro

Recorrendo novamente ao auxílio da professora e escritora SOUZA[51], este time de futebol foi criado em 1918. Que "tomou esse nome porque esse era o dia do padroeiro da cidade que, em substituição ao nome de São Sebastião do Alto Guandu, recebeu o nome de Afonso Cláudio [...]".

Continua a mesma fonte: " O fundador do time foi o Coronel José Cupertino Figueira Leite". A diretoria era composta dos seguintes associados:

- Dr. Lourival de Almeida (Juiz de Direito)
- Dr. Asdrúbal Soares (Advogado)
- Dr. Edgar O'Rely de Souza (Promotor Público)
- Tânus Gastin e outros.

O primeiro local onde o time treinou e jogou foi onde hoje é a praça "Adherbal Galvão". Depois, transfeririam-se para uma área no lugar denominado Campo Vinte, onde a inauguração ocorreu "no dia 15 de novembro de 1922, com a participação dos times de Figueira de Santa Joana (Itarana) e Boa Família (Itaguaçú) [...]".

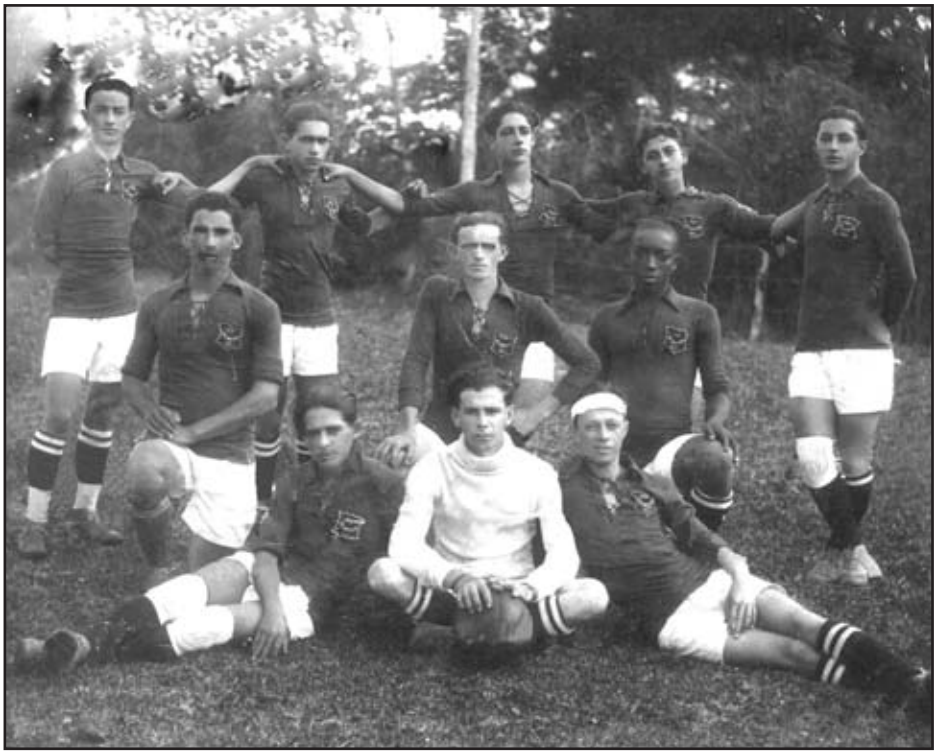


FOTO Nº 88 - Uma das Primeiras Formações do "20 de Janeiro" – 19/07/1927. Da Esquerda para a Direita: (Em Pé) – Nelson, Osvaldo Federice, Miguel Gomes, Sem Identificação e Amauri de Sá; (No Centro) - Biludo, Alexandre e Lauro Preto; (Sentados) - Joãozinho da Dodola, Não Identificado e Otávio Pereira.
Obs.: O goleiro veio de Castelo para este jogo.
(Acervo: Familiares de Miguel Gomes / Lena Mara Leite Gomes)

FOTO Nº 89 - Uma das Formações do “20 de Janeiro” – 1939.
Da Esquerda para a Direita: (Em Pé) – Benedito Nolasco, Honorino de Souza – “Nituba”, João Fafá, Lauro Soares, José Nilzo M. Lima, Carlos Passos, Arlindo Lemos, Angelo Ferro e Corinto Souza. (Agachados) – Helvécio Serpa, Silvestre Sá Sobrinho, Sebastião Fafá, Getúlio Carneiro, Ilídio Ferreira Vargas.
(Acervo: Prof. Stella Haddad de Souza – P. 137)

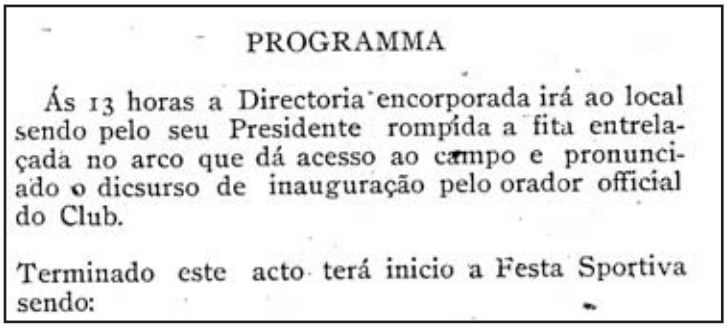
FOTO Nº 90 - Outra Formação do 20 de Janeiro – S/Data.
Da Esquerda Para a Direita: Drasto Poli, Sebastião Fafá, Oscar Sá, Eliezer Lacerda Fafá, Lidio Vargas Ferreira, João Fonseca Lamas – “Joãozinho da Dodola”, Silvestre Sá – “Simeco”, Mocinho Charpinel, Biliado Lamas, João Fafá e Derlindo Armondes Tristão (Pai do Desembargador Adalto Dias Tristão).
(Acervo: José Saleme)

✓ Affonso Claudio Foot-Ball Club

Fundado em 22 de novembro de 1924. Foram seus sócios fundadores:

- ✓ José Jorge Haddad
- ✓ Pe. Jorge Steimbecher
- ✓ Adnaldo de Souza Ribeiro
- ✓ Floriano Almirante
- ✓ João Soares de Azevedo
- ✓ Elias Gastin
- ✓ Nicolau Elias Pádua
- ✓ Álvaro Aguirre
- ✓ Clotário Passos
- ✓ Alcides Soares
- ✓ Alexandre Ferro
- ✓ Lourival da Silva
- ✓ Angelo Ferro
- ✓ Paulo Pádua Filho
- ✓ Carlos Cozer
- ✓ Hermógenes Fafá
- ✓ Waldomiro C. dos Santos
- ✓ Paulo Pádua
- ✓ Joaquim Peregrino dos Santos
- ✓ Henrique Alves Vieira
- ✓ Joaquim Ferreira Carmo
- ✓ José Ferro
- ✓ Corintho de Souza
- ✓ Antonio Peixoto
- ✓ Adherbal Galvão

O clube foi registrado no Cartório de Registro Geral de Imóveis e Títulos, Documentos e Protestos do 1º Ofício, sob nº 40, de 20/05/1925, fls. 10 a 13 v.
O Jornal FOLHA OFICIAL[84], de 06 de novembro de 1926, convidava através de sua Diretoria, o povo em geral, para no dia 15 de novembro daquele ano, "próximo ás 13 horas assistir a inauguração do seu Campo de Sports que se realizará com o seguinte programação":

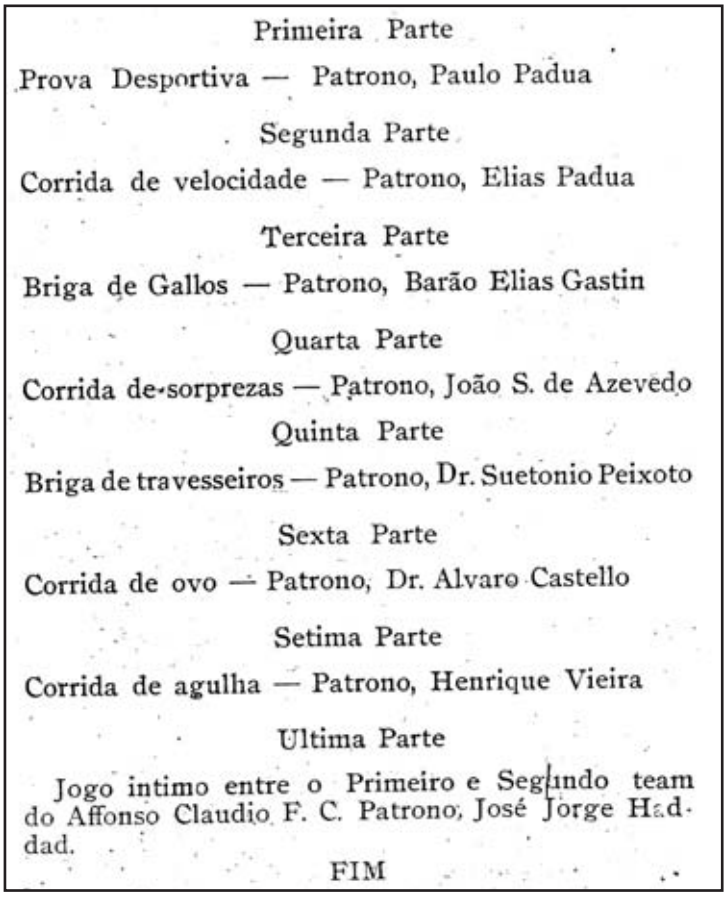


PROGRAMMA

Ás 13 horas a Directoria encorporada irá ao local sendo pelo seu Presidente rompida a fita entrelaçada no arco que dá acesso ao campo e pronunciado o dicsurso de inauguração pelo orador official do Club.

Terminado este acto terá inicio a Festa Sportiva sendo:

[84]FOLHA OFFICIAL. "Affonso Claudio F.B.C – Assembléia Geral Ordinária". Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio. Afonso Cláudio (ES). 1926. 4p.



Primeira Parte

Prova Desportiva — Patrono, Paulo Padua

Segunda Parte

Corrida de velocidade — Patrono, Elias Padua

Terceira Parte

Briga de Gallos — Patrono, Barão Elias Gastin

Quarta Parte

Corrida de-sorprezas — Patrono, João S. de Azevedo

Quinta Parte

Briga de travesseiros — Patrono, Dr. Suetonio Peixoto

Sexta Parte

Corrida de ovo — Patrono, Dr. Alvaro Castello

Setima Parte

Corrida de agulha — Patrono, Henrique Vieira

Ultima Parte

Jogo intimo entre o Primeiro e Segundo team do Affonso Claudio F. C. Patrono, José Jorge Haddad.

FIM

ILUSTRAÇÃO Nº 82 - Programa de Inauguração do Campo de Esportes do "Affonso Cláudio FBC" – 15/11/1926.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

O secretário daquela ocasião era o Sr. Adherbal Galvão. A praça de esportes foi iniciada e concluída pela Diretoria de 1926. Ao amanhecer, uma série de vinte e um tiros saudou a entrada do dia.

No horário constante da programação (13 horas), partiram da residência do Sr. João Soares Azevedo, sede provisória do clube, além dos membros da Diretoria, o revmº. Padre Jorge Steinbacker, sócios e grande número de convidados, acompanhados da banda de música dirigida pelo maestro Emigdio Xavier, em direção ao campo de futebol, onde já os aguardava um bom número de pessoas da sociedade.

A solenidade foi iniciada pelo Sr. José Haddad, "que rompendo a fita azul

que se achava à entrada do campo, declarou-o inaugurado. A seguir houve o batismo efetuado pelo revmº Padre Jorge, que fez a primeira saudação aos associados.

Foram paraninfos ao ato religioso, o Dr. Suetonio Peixoto e a filhinha do Sr. Jorge Haddad, Stella.

Dr. Suetonio Peixoto foi quem produziu o discurso da inauguração oficial do campo, entregando-o, em nome da diretoria aos seus sócios.

Em 01 de janeiro de 1927, era publicado na Imprensa Oficial o convite da Diretoria, para a assembléia geral que se realizaria no dia 1º de janeiro daquele ano às 13 horas, para entrega do relatório de gestão e eleição dos novos membros da Diretoria que deveriam reger os destinos da sociedade, no exercício de 1927.

A FOLHA OFFICIAL[85] de 08 de janeiro de 1927 publicou a ata da assembléia geral realizada no dia 1º de janeiro de 1927.

Acta da Assembléa Geral realizada no dia 1º de Janeiro 1927.

Ao primeiro dia do mez de Janeiro de mil novecentos e vinte sete, na sède provisoria do «AFFONSO CLAUDIO F.C.» reunidos os socios assignados na acta anterior; sob a presidencia do Snr. José Jorge Haddad, servindo de secretario o Snr. Adherbal Galvão; Pelo Snr. Presidente foi dito que, de accôrdo com o Artigo 20, capitulo 3 dos Estatutos, á presente Assembléa tratava-se exclusivamente para a leitura do relatorio do occorrido no anno social de 1926, assim como a eleição para membros da Directoria que devem reger a sociedade no anno social de 1927. Terminado esta exposição, o Snr. Presidente procedeu a leitura do relatorio acima referido que será publicado na imprensa local. Terminado este acto annunciou que ia-se proceder a eleição dos cargos a serem prehenchidos, pedindo a todos os Snrs. socios, a darem o seu voto parcelladamente. Em seguida começou-se á votação e cada um dos socios foi recolhendo as suas cedulas a urna. Findo este acto pelo Snr. presidente foi convidado o Padre Jorge Steinbacher para proceder a leitura das cedulas e aos socios Dr. Suetonio Peixoto e Nicolau Elias Padua, para verificar a auctenticidade das mesmas e convidou ao socio Donencio Epaminondas para proceder aos devidos assentamentos. Findo este trabalho constatou o seguinte resultado: Para Presidente, José Jorge Haddad 25 votos, Elias Gastin 2 votos, Padre Jorge Steinbacher 2 votos, Elias Padua e Paulo Padua 1 voto cada um. Para vice-Presidente, Paulo Padua 20 votos, Padre Jorge Steibacher 4 votos, Dr. Suetonio Peixoto, Elias Gastin e Elias Padua 2 votos cada um. Para 1º Secretario Elpidio Ferrari 24 votos, Adherbal Galvão 3 votos, Donencio Epaminondas 2 votos e Paulo Padua filho 1 voto. Para 2º Secretario, Donencio Epaminondas 20 votos, Narcêu Paiva e Elias Padua 3 votos cada um, Paulo Padua Filho e Manoel Teixeira 2 votos cada um. Para 1º Thezoureiro, João Soa-

[85]FOLHA OFFICIAL. "Affonso Cláudio F.C." Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio. Afonso Cláudio (ES). 1927. 4p.

res de Azevedo 24 votos, Paulo Padua Filho 3 votos, Elias Padua 2 votos e Elias Gastin 1 voto. Para 2º Thezoreiro, Paulo Padua Filho 19 votos, Antonio Salles 4 votos e outros menos votados. Para consultor, Padre Jorge Steinbacher 25 votos, Dr. Suetonio Peixoto 3 votos e outros menos votados. Para Director Sportivo Nicolau Elias Padua 15 votos, Clotario Passos 5 votos, Dr. Suetonio Peixoto 4 votos, Alcides Soares 4 votos e outros menos votados. Para Orador Official, Dr. Suetonio Peixoto 28 votos e outros menos votados. Para Procurador, Joaquim Peregrino dos Santos 20 votos e José Ferro 10 votos. Para Zelador do Campo, Adherbal Galvão, 23 votos e outros menos vatados. Para a Commissão Fiscal Antonio Salles 20 votos, Narcêu Paiva 16 votos, Elias Gastin 10 votos, Manoel Teixeira Neves 10 votos, Clotario Passos 9 votos e outros menos votados. Para a Commissão de Syndicancia, Dr. Corynthо de Souza 25 votos, Henrique Alves Vieira 22 votos, Manoel Teixeira Neves 16 votos, Clotario Passos 13 votos e outros menos votados. Findo o trabalho da apuração pelo Snr. Presidente foram proclamados eleitos: Para Présidente, José Jorge Haddad. Para vice-Presidente, Paulo Padua. Para 1º e 2º Secretario, Elpidio Ferrari e Donencio Epaminondas respectivamente. Para 1º e 2º Theoureiros, João Soares de Azevedo e Paulo Padua Filho, reseleitos. Para Consultor, Padre Jorge Steinbacher. Para Director Sportivo, Nicolau Elias Padua. Para Orador Official, Dr. Suetonio Peixoto. Para Procurador, Joaquim Peregrino dos Santos. Para Zelador do Campo, Adherbal Galvão. Para a Commissão Fiscal, Antonio Saalles, Narcêu Paiva e Elias Gastin, havendo empate

enter este candidato e Manoel Teixeira Neves foi adoptada a praxe de antiguidade. Para a Commissão de Syndicancia, Dr. Corintho de Souza, Henrique Alves Vieira e Manoel Teixeira Neves. Terminado este trabalho os candidatos prestaram o compromisso do costume. Tendo sido eleito para Director Sportivo o socio Clotario Passos e este renunciado o mandato, procedeu-se a nova eleição da qual resultou a eleição do socio Nicolau Elias Padua. Nada mais occorendo na presente Assembléa, pelo Snr. Presidente foi agradecida a presença dos socios presentes, que mais uma vez provaram o seu interesse pelo progresso do Club, suspendendo, em seguida, a sessão. Eu, Elpidio Ferrari, secretario, o escrevi

ILUSTRAÇÃO Nº 83 - Acta da Assembléia Geral do Affonso Claudio Foot-Ball Club – 1º/01/1927.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

✓ Brasil Athetico Club

Iniciou as suas atividades no ano de 1932, sendo a 1ª (primeira) Diretoria eleita e composta dos seguintes esportistas:

- Presidente: Dr. Álvaro Castello.
- Vice-Presidente: Narceu Paiva
- 1º Secretário: Irany Alves Ribeiro

- 2º Secretário: José Santos Sá
- 1º "Thesoureiro": Gualter Giestas
- 2º "Thesoureiro": Tanus Gastin
- Procurador: Farid Gastin
- Directores Sportivos": Paulo Pádua Filho
  Romulo Haddad
  José Guilherme da Silva

A posse da 1ª Diretoria foi no dia 19 de junho, às 13:00 em sessão solene, realizada na residência do Sr. Paulo Pádua Filho.

✓ Fluminense Futebol Club

Fundado em março de 1933. Fazia seus treinamentos e jogos oficiais ou não, no campo da Rua Jerônimo Monteiro. O time foi estruturado com jogadores de outras agremiações do mesmo gênero. Veio em substituição ao 20 de Janeiro.

FOTO Nº 91 - Fluminense F.C – Da Esquerda Para a Direita: José Euzébio Corrêa – "Zezinho", Getúlio Carneiro, João Cordeiro, Ernane Federici – "Nandinho", José Visagem – "Zé Visagem", Angelo Ferro, José Oliveira, Sebastião Rangel - "Xexéu", Silvestre Sá – "Zé Canhoto" e João da Fonseca Lamas, "Joãozinho Dodola" – 1933.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

A 1ª (primeira) Diretoria eleita foi:
• Presidente: Sylvio Leite Xavier
• Vice-Presidente: Evaristo Argeu Gomes
• Secretários: Eutorgio Serpa e Sylvio Chagas
• Tesoureiro: Augusto Lemos
• Consultor Jurídico: Dr. Samuel Chaves
• Orador: Antônio Serapião
• Diretor "Sportivo": Manoel Borges
• Procurador: Arthur Nuno dos Santos
• Comissão de Sindicância: Tenente Otto Netto
Paulo Pádua Filho
José Ribeiro
Osvaldo Federici
José Oliveira

✓ Internacional Futebol Club

Veio em substituição ao Fluminense F.C.

✓ Flamengo Foot-Boll Club

Nada encontrado.

✓ Guarany Sport Club

O "CORREIO DO CENTRO[86]", de 1931, trouxe a seguinte matéria sobre o clube:
"Concorram para o progresso de nossa terra.
Auxiliem a soarquer o Sport local, freqüentando o Campo do "Guarany Sport Club" nos dias de torneios e "treino", levando assim no espírito dos jogadores, o animo; a coragem, influenciados pela concurrencia.
Vá uma vez, gostará. Vá duas veses, frequentará sempre".

✓ Comercial Atletico Clube

Nada encontrado.

[86]CORREIO DO CENTRO. "Sport". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 33, de 13 de dezembro de 1931. 4p.

✓ Botafogo Futebol Club

Segundo SOUZA[51], surgiu do Internacional F.C., que já substituira o nome do Fluminense F.C. e do 20 de Janeiro.
Com a colaboração da FDE[87], que gentilmente nos cedeu para consulta os seus arquivos, foi possível levantar a história do Botafogo F.C.
Foi fundado em 24 de março de 1941, cujo estatuto foi publicado no jornal "O Afonso Cláudio", de 29 de fevereiro de 1956, nº 74, Ano XX, constando de 37 (trinta e sete) artigos e 22 (vinte e dois) capítulos.

A Comissão organizadora dos estatutos aprovado em 22 de novembro de 1955, foi composta por:

- Presidente: Manoel Ferreira de Vargas
- Vice-Presidente: Sebastião Fafá
- 1º Secretário: José Santos Sá
- 1º Tesoureiro: Elizeu Lacerda Fafá
- 2º Tesoureiro: José Gonçalves da Fonseca
- Diretor de Esporte: Edmundo Fafá

Assinaram ainda a aprovação, os sócios fundadores:

• Del-Debio Glória Leal, Gláucio José Gomes, Gentil Ferrari Martins, Moysés Lacerda Fafá, Juventino Ribeiro de Assis, Edmundo Fafá, Gilberto de Carvalho, Attila de Mattos Ferreira, Neri Mendes de Andrade, Sebastião Martins de Souza, Joacyr de Lacerda Fafá, Marcionilo José da Rocha, José Corrêa Neto, Sebastião Cipriano do Nascimento, Sebastião dos Santos Sá, Elias Costa, Luiz Ferreira da Silva, Gervásio Araújo, David Lacerda Fafá, Jonas Mesquita, João Valim, Silvestre de Sá, José Euzébio Corrêa, Haroldo Fernandes Corrêa, Emygdio Xavier, Celço Teixeira de Siqueira, Francisco Valentim das Neves, Waldyr Bernardino da Silva, Odrogildo Vargas Soares, Dionisio Krüger, Dr. José Luiz Cláudio Corrêa, Manoel Serpa Furtado, Jairo Fonseca Lamas, Jadyr de Sá, Darly do Valle, José Afonso Ribeiro, Arlindo Moura da Rocha, Aroldo Sá Vargas, Francisco Purcínio de Oliveira, Palmerindo Miranda, José Carneiro da Silva, Jomar Cláudio Corrêa.

[87]Federação Desportiva Espiritosantense. "Arquivo do Botafogo F.C., Vila Nova Esporte Clube e Ipiranga Esporte Clube". Vitória (ES). 2006. s.n.p.

O estatuto foi registrado no Cartório de Tabelionato e Registro Geral, no livro de registro de títulos e documentos nº B – 3º, às fls. 212 a 216, sob nº 516, em 13 de novembro de 1956.

Quando do registro da sociedade na Federação Desportiva Espirito-santense, em 16 de novembro de 1956, esses eram os sócios:

1) Manoel Ferreira de Vargas
2) Sebastião Fafá
3) José Santos Sá
4) Miguel Gomes
5) Eliezer Lacerda Fafá
6) José Gonçalves da Fonseca
7) Edmundo Fafá
8) Del-Débio Gloria Leal
9) Gláucio José Gomes
10) Gentil Ferrari Martins
11) Moysés Lacerda Fafá
12) Juventino Ribeiro Assis
13) Gilberto de Carvalho
14) Attila de Matos Ferreira
15) Neri Mendes de Andrade
16) Sebastião Martins de Souza
17) Joacyr de Lacerda Fafá
18) Marcionilio José da Rocha
19) José Corrêa Neto
20) Sebastião C. do Nascimento
21) Sebastião Santos Sá
22) Elias Costa
23) Luiz Ferreira da Silva
24) Gervazio Araujo
25) David Lacerda Fafá
26) Jonas Mesquita
27) João Valim
28) Silvestre de Sá
29) José Euzebio Corrêa
30) Haroldo Fernandes Corrêa
31) Emygdio Xavier
32) Celço Teixeira de Siqueira
33) Francisco Valentim das Neves
34) Waldir Bernardino da Silva
35) Odrogildo de Vargas Soares
36) Dionizio Krüger
37) Dr. José Luiz Cláudio Corrêa
38) Manoel Serpa Furtado
39) Jairo Fonseca Lamas
40) Jadyr de Sá
41) Darly do Valle
42) José Afonso Ribeiro
43) Arlindo Moura Rocha
44) Aroldo Sá Vargas
45) Francisco Purcino de Oliveira
46) Palmerindo Miranda
47) José Carneiro da Silva
48) Jomar Cláudio Corrêa

As cores do clube eram preta e branco, conforme pode-se visualizar nas ilustrações a seguir.

ILUSTRAÇÃO Nº 84 - Desenho do Pavilhão do Botafogo Futebol Club – 1956.
(Acervo: Federação Desportiva Espírito-Santense)

ILUSTRAÇÃO Nº 85 - Desenho do Uniforme dos Jogadores do Botafogo Futebol Club – 1956.
(Acervo: Federação Desportiva Espírito-Santense)

FOTO Nº 92 - Formação do Botafogo F.C. - 1943.
Da Esquerda para a Direita (Em Pé): Almir Schwartz, Luiz, Darly do Valle, Umberto Biassuti, Dubinha, Osvaldo, Beludo Lemos, Araújo, Edmundo, Elvécio, Titino Rosa e Simeco.
(Acervo: Humberto Biassuti)

FOTO Nº 93 - Formação do Botafogo F.C. - Sem Data.
Da Esquerda para a Direita (Em Pé): Omar, Humberto, Edmundo, Balduino, Almir, Gil e Osvaldo Lemos (CVRD). (Agachados): Argeu, Durval, Ataíde, Eliezer, Sem Identificação
(Acervo: Humberto Biassuti)

FOTO Nº 94 - Formação do Botafogo F.C. - Outubro de 1950.
Da Esquerda Para a Direita: Não Identificado, Willis Vargas, Odilon, Não identificado, Dalton Pires (Castelo), Não Identificado. Agachados: Marcionilio, Délio, Joá, Silvinho (Castelo) e Zé Carlos.
(Acervo: Família Passos - Carlos e Ana Amélia)

FOTO Nº 95 - Formação do Botafogo F.C. - 1952.
Da Esquerda para a Direita (Em Pé): Silas, Edmundo Fafá, Almir Shwartz, Casoti, Aroldo, Tônico, Moisés, João Orelha e Zé Saleme. (Agachados): Mussio, Simeco, Délio, Duilho, Helvécio e Bimbim.
(Acervo: Délio Serpa)

✓ Ipiranga Esporte Clube

Fundado em 15 de outubro de 1953, cujo estatuto foi registrado no Cartório de Tabelionato e Registro Geral, no livro de Registro Integral de Títulos e Documentos no ano de 1954, nº B-3º, fls. 192 a 195, sob nº 499 de ordem.

A comissão organizadora dos estatutos, naquela ocasião, foi representada por:

- Eduardo Deorce Batista
- Amir Schuwartz
- José Saleme
- José Antonio Costa

A Diretoria estava eleita e composta pelos seguintes desportistas:

- Presidente: Eduardo Deorce Batista
- Vice-Presidente: Agenor Barros Ferreira
- 1º Secretário: José Antonio Costa
- Diretor de Esportes: Aclly Schuwartz
- Diretor de Patrimônio: Antônio Gomes Filho
- Técnico de Futebol: Waldemar Rangel
- Conselho Fiscal: Sebastião Lacerda Fafá
  Diogenes Schuwartz e
  João Valim
- Suplentes do C. Fiscal: Francisco Caetano
  Manoel Serpa
  Jairo Martins

Os sócios que aprovaram os estatutos foram: Amir Schuwartz, Eduardo Deorce Batista, José Saleme, Aclly Schuwartz, Antonio Gomes Filho, Hortemio Paiva Tristão, Alceu Gomes, Ilzo Fernandes Coutinho, João Moreira Dias, Gil Freitas, Joseli Pereira, Waldemar Rangel, Laurito Euzebio Raymundo, João Pereira do Nascimento, Francisco Caetano, Milton Gomes da Silva, Sebastião Fafá, José Francisco da Silva, Adelino Zanelato, Manoel do Carmo, Francisco Diniz, Diogenes Schuwartz.

Também foi dado conhecimento público, através das publicações no jornal "O AFONSO CLÁUDIO", de 30 de junho de 1954 e 15 de julho de 1954.

Em 13 de janeiro de 1955 era assinado o termo de contrato com a Mitra Episcopal, representada pelo fabriqueiro da Matriz, Sr. José Jorge Haddad, e o presidente do Ipiranga, Sr. Diógenes Schuwartz, para aforamento de uma área de terra, pertencente à Igreja Católica, no lugar acima da rua Jerônimo Monteiro, medindo

15.444 m² (quinze mil, quatrocentos e quarenta e quatro metros quadrados), com divisas com os Srs. Sebastião Sá, João Duarte Manso e Antônio Manoel Fernandes, para construção da praça de esportes. O Ipiranga ficava obrigado a pagar à "Fábrica" a importância de Cr$ 20,00 (vinte cruzeiros) mensais de aforamento.

Esse contrato foi registrado no Cartório de Registro Geral, no livro de registros diversos, sob o nº 1.340 de ordem, livro 4-C, fls. 16, em 14 de janeiro de 1955.

A agremiação amadora foi registrada como filiada à Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo, em 15 de outubro de 1956.

Possui "canchas" para a prática do futebol, basquetebol, voleibol e bolim, com as medidas regulamentares exigidas. O campo aquela ocasião (1956), era cercado com madeiras, possuindo vestiários, também de madeira, cuja área somada com a do aforamento (15.444 m²) era de 18.288 m² (dezoito ml, duzentos e oitenta e oito metros quadrados).

A grande inauguração da praça de esportes, campo de futebol, basquetebol, voleibol e outros, ocorreu no dia 6 (seis) de maio de 1956, ocasião em que o clube preparou diversas solenidades, inclusive a coroação da rainha e princesas, além da presença do time do Fluminense F.C. do Estado do Rio de Janeiro.

Naquela ocasião, o Ipiranga foi derrotado pelo Fluminense por 4 x 0, e no decorrer da partida, forte aguaceiro caiu sobre a cidade, o que sem dúvidas prejudicou a qualidade técnica da partida.

O time do Ipiranga apresentou-se com a seguinte formação: Amir, Prego e Neném; Misael, J. Roberto e Zinho; Ibicaba (Leite), Paschoal, Ataíde, Joubert e Juvenal.

O Fluminense F.C: Veludo (Tainha), Jair e Duque (Beto), Vitor (Pedro) e Lemos, Paulinho (Almir), Oscar (Hugo), Romeu, Walter, Écio e Gilson. O goleiro Veludo, enquanto esteve em campo, "não teve oportunidade de fazer nenhuma das suas já conhecidas pegadas, que o caracterizaram como o maior goleiro do Brasil [...]."

Em 1956, os sócios contribuintes eram em número de 113 (cento e treze), conforme relação:

Eduardo Deorce Batista
Agenor Barros Ferreira
José Antônio Figueirêdo Costa
Accly Schuwartz
João Deorce Batista
José Wesceslau de Sousa – "Zé Lalau"
Hortemio Paiva Tristão
Antonio Petroneto
Abel Brioschi
José Petroneto

Geraldo Dias
Josias Henrique Pedro
Alcino Deorce
Nero Ribeiro Tristão
Haroldo Sá Vargas
José Mareto
Manoel Serpa
Moacyr Cláudio Corrêa
Farid Gastin
Helvecio Serpa
Manoel Cosme
Dario José Fernandes
Antonio Gomes Filho
Darly do Vale
Orlandino Portes
José Saleme
João Valin
Paulo Padua Filho
Altamiro Fernandes de Oliveira
Sebastião Duarte Manso
Melicio Moura Rocha
Adolfo Rodrigues Gomes
Manoel Marcelino da Silva
Celso Araujo
Diógenes Schuwartz
Joaquim Petroneto
José Afonso Ribeiro
Elias Costa
Joel Dumer
Elleman Tristão Charpinel
Haroldo Fernandes Corrêa
Urias Pires
Waldemar Rangel
Manoel Pires
José Côrtes
Arlindo Moura da Rocha
Del-Debio Glória Leal
José Deorce Batista
Dilson de Vargas Soares
João Moreira Dias
José Moreira Dias
Guilherme Campos
Sebastião Terra Mendonça
Ailton Martins
Artur Dutra
Derly Guedes
Roberto Sá Vargas
Dionizio Kruger
Vitor José de Sousa
Paulo Tarso de Lima
Mário Roncetti
Pedro Roriz
Atilio Leal
Gil Freitas
Cezar Rizzo
Ivan Leite Ribeiro
Walter Pereira
Abrão Saleme
Batista Côco
Guilherme Diogo dos Santos
Abel Delarmelina
Manoel Rodrigues do Carmo
Antonio Pizzaia
Gisto Davaris
Dilson de Vargas Soares
Francisco Anselmo Soares
Paulo Roberto Moreira
Deoclizio Pereira da Silva
Antônio Schwartz
Darcy Lúcio
Humberto Biasutti
Geraldo Teixeira das Neves
José Augusto Leite
Levy Soares Cristo
Remus Haddad
Silvestre de Sá

Anelianto Côco
Nilton Ribeiro
Albino Côco
Manoel Ferreira de Vargas
Fioravante Delpupo
Heleno de Sousa
Alberto Chiabai
José Corrêa Neto
Dr. Antônio Tápias de Vasconcelos
José Jorge Haddad
Inácio Braga Lamas
Dr. José Luiz Claudio Corrêa
Dorvalino Carlos de Sousa
Antônio Rangel Araujo
Duílio Eutrópio
Ladir Serpa
Deocidio Alves Corrêa
Armando Pereira da Anunciação
Idorval Miranda
Darcy Silva
Waldemar Casotti
Nelson João Fonseca
Sebastião Cipriano do Nascimento
Dr. Jacinto Couto
Alberto Coelho Guedes
João Geraldo de Vargas
Ivan Lopes

Os sócios atletas, ou seja, jogadores de futebol, eram os seguintes:

Amir Tristão Schuwartz
José Alins Pereira
Galdino Ribeiro Gomes
Duverlino de Almeida
Ilzo Fernandes de Vargas
Américo Dias
Ataide Tristão Schuwartz
Joubert Costa
Analy de Almeida
José Fernandes de Vargas
José Leite
João Leite
Cornélio da Silva
Francisco Diniz
Artur Dutra
José Lopes da Rocha
Joacyr Candido da Silva
Sebastião Bucker
José Portes Filho
Zitomar Monteiro
Argemiro Francisco de Oliveira
Aides Mota
Wilton Felipe
José Dias
Alceu Gomes
Milton Gomes
Lucio Samuel Deorce
Juracy Candido da Silva
João Geraldo de Vargas
Genezio Zorzal
Atilio Leal

O clube chegou a possuir 1011 (mil e onze) sócios contribuintes.
Os estatutos foram reformados em 18 de agosto de 1981 e registrados no Cartório do 1º Ofício, no livro de registro de pessoas jurídicas, sob nº 21 de ordem,

livro A-1, fs. 91 a 93, na data de 11 de dezembro de 1981.
Tornou-se agremiação profissional na data de 15 de fevereiro de 1991, autorizado que fora pelos membros do Conselho Deliberativo, ocasião em que criaram o Departamento de Futebol Profissional do Clube, conforme ata lavrada naquela oportunidade. Fizeram parte dessa decisão, os seguintes sócios:

- Paulo Francisco Bissoli
- Bill-Farr de Vargas
- Júlio Sérgio Ferro Pimenta
- Almir Braga Rosa – "Almir Pernambuco"
- Orlandino Portes Filho
- Márcio Lúcio Vicente
- Joadir Robles Rodrigues
- Zenóbio Zorzal
- Fernando Antonio Deorce da Rocha
- Natal Mazoco Zorzal
- Edjás Rodrigues Moreira
- José Tarcízio Fleislebem
- Clébio da Costa Novaes
- Francisco Lúcio Carnieri
- Arildo Dutra da Silva
- José Libério Zorzal
- Arlindo Wilcki
- Paulo Luiz Coutinho Petronetto

As cores do clube são azul e branca, conforme ilustração da flâmula, bandeira, camisa, calção, meias e boton.

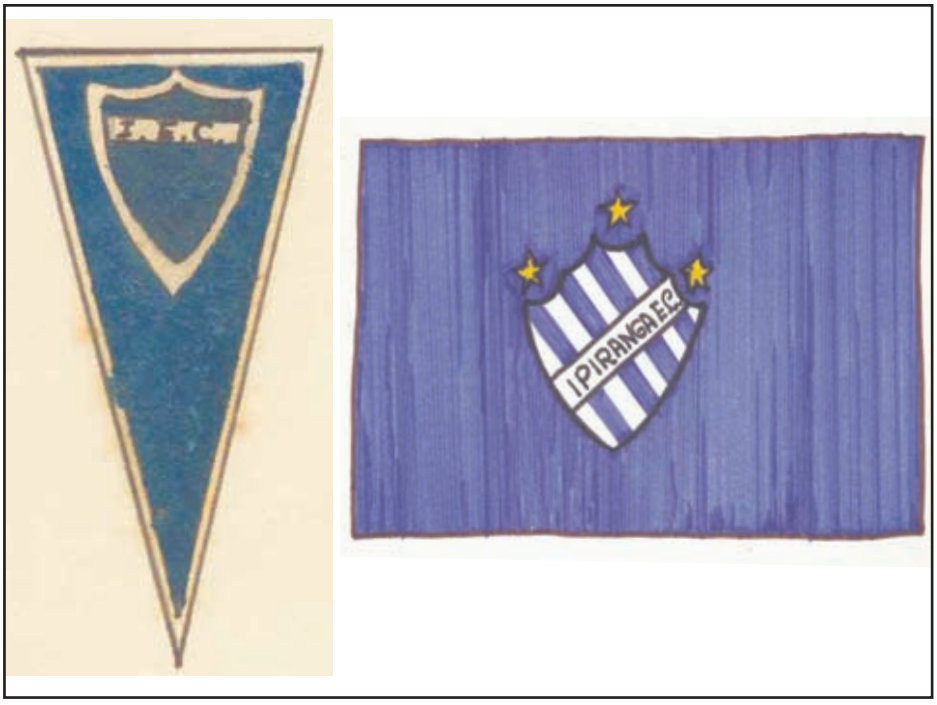


ILUSTRAÇÃO Nº 86 - Flâmula, Bandeira, Camisa, Calção, Meião e Boton do Ipiranga E.C.
(Acervo: Federação Desportiva Espirito-santese)

FOTO Nº 96 - Estádio do Ipiranga Esporte Clube.
(Acervo: Federação Desportiva Espirito-santense)

FOTO Nº 97 - Área Social do Ipiranga Esporte Clube.
(Acervo: Federação Desportiva Espirito-santense).

FOTO Nº 98 - Da Esquerda Para a Direita: Totonho, Márcio Preto, Giudázio Lopes, Amaury Gomes, Tiãozinho, Luiz Deorce e Totonho da “Chichica”. Agachados: Aroldo Dias, Délio Serpa, Teco, Lucio Deorce e Duarte - 1967.
(Acervo: Jorge David Vieira Deorce - “Vivi”)

FOTO Nº 99 - Da Esquerda Para a Direita: Zé Carneiro, Nobelino Zorzal, Jarbas, Zé Lima, Zé Eduardo, Betinho Deorce, Nobinho, Amaury Gomes e Amarcionílo. Agachados: Aroldo, Edézio, Altair Ferrinho, Alemãozinho, Jorge Rocha “Tatcha” e Paulo José Saleme - 1967.
(Acervo: Jorge David Vieira Deorce - “Vivi”)

✓ Vila Nova Sporte Clube

Este clube foi criado no Bairro São Vicente, no dia 26 de julho de 1956. A comissão encarregada de fundar o Vila Nova S.C. foi composta dos seguintes senhores: Mauro Lúcio de Oliveira, Aristides Marcelino Ferreira, Augustinho Guisso, Abílio de Souza Araujo, Jocogam Costa, Ramiro Caetano de Aguiar, Anterio Daud, Ides Guisso, João Teixeira Leite, Marcionilio Ferreira das Neves, Lourival Felix de Souza, Deocildes José Augusto da Silva e Orlando Zanelatto.

O estatuto do clube foi registrado no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Afonso Cláudio, no livro de registro de pessoas jurídicas de nº A-1, às fls. 79 a 83, sob nº 18.

A 1ª (primeira) diretoria eleita foi:

- Presidente: Aristides Marcelino Ferreira
- Secretário: Sebastião Alves
- Tesoureiro: Orlando Zanelatto
- Diretor "Sportivo": Netair dos Santos Soares

Os sócios fundadores do clube foram os seguintes desportistas:

Aristides Marcelino Ferreira
Sebastião Alves
Orlando Zanelatto
Zitomar Monteiro
Mauro Lúcio de Oliveira
Altamiro dos Santos
Aloízio Gonçalves Passos
Amauri Soares Pagotto
Silvino de Oliveira Lima
José Cornélio da Silva
Cornélio da Silva
João Soares Pagotto
Walter Sabino da Silva
Jacogam Costa
Jadir Santos
João Teixeira Leite
Waldir Santos
Sebastião Pereira do Nascimento
Abílio de Souza Araújo
Ides Guisso
Juraci Costa Silveira
Joaquim Sabino da Silveira
Marcionilio Ferreira das Neves
Arterio Daudt
Pedro Rosario de Almeida
Augustinho Guisso
José Nilton Pagoto
Antonio Marcelino Filho
Francisco Trojilo
Gil Loiola
José Barbosa de Matos
Olimpio de Souza Sá

Amado Zenelato
Ivan Xavier Simão

Adelino Zanelato
Netair dos Santos Soares

As cores do clube são branca e vermelha, conforme ilustração.

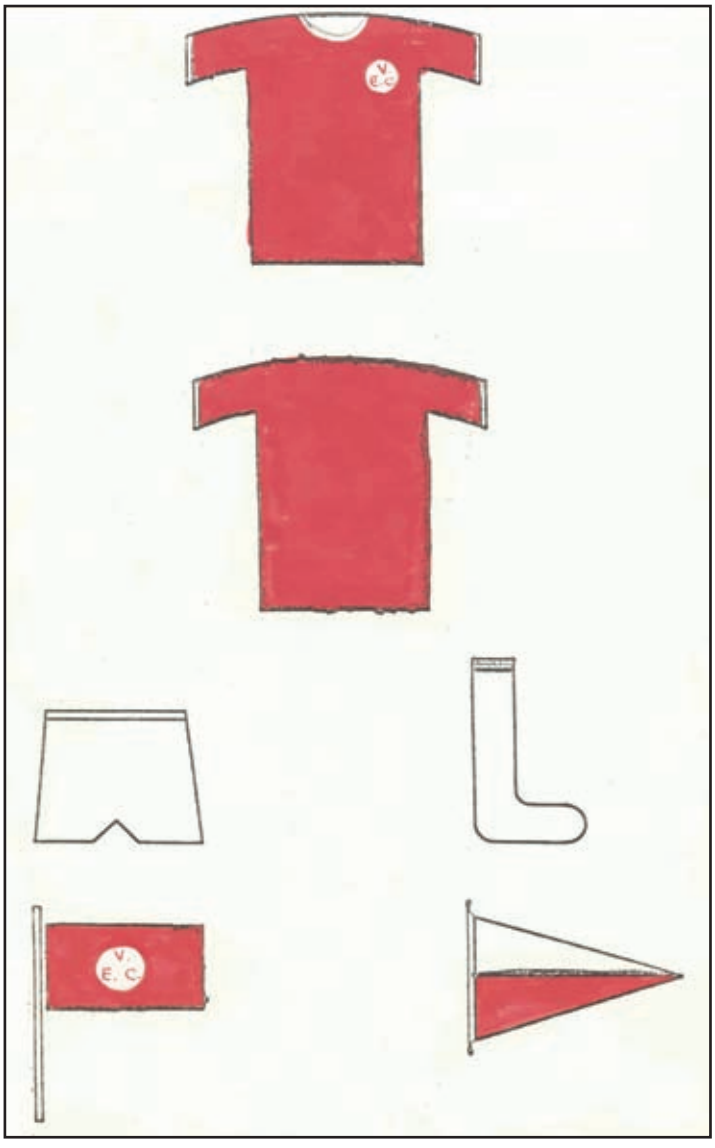


ILUSTRAÇÃO Nº 87 - Camisa, Calção, Meia, Bandeira e Flâmula do Vila Nova Sporte Clube.
(Acervo: Federação Desportiva Espirito-santense)

• Golden Boys

Mais recentemente, fundou-se na cidade este clube de futebol.

FOTO Nº 100 - Golden Boys – Sem Data.
Da Esquerda para a Direita: George Vitor Haddad Fafá, Franscisco “Chicão”, Teco, Gilberto Carvalho “Amaral”, Bil Loyola (Pai de Loyola, Jogador de Voley de Praia), Manoel Valin. Agachados: Gildázio Zorzal Mazoco “Dazinho”, Altair, José Lessa Fernandes, Duarte Lourenço Manso de Sá e Joaquim Zambom de Oliveira “ Alemão”.
Obs.: O garotinho é Everaldo, filho de Jairo Martins, hoje engenheiro civil e proprietário de colégio em Eunápolis - Bahia.
(Acervo: Duarte Lourenço Manso de Sá)

4.2.6 – Costumes Culturais

✓ Euterpe Guanduense

SOUZA[51], já citada, afirma que esta foi a 1ª (primeira) "banda de música de Afonso Cláudio, fundada a 20 de março de 1893, pelo Sr. José Cupertino Figueira Leite, com participação atuante de Adolfo Rodrigues Gomes".
Nas diversas pesquisas realizadas, encontramos referências à banda, nas edições do Jornal "O AFFONSO CLAUDIO", de 26/06/1914 e de 21/10/1923, ocasião em que a banda estava "passando por uma completa reforma", incorporada que fora há algum tempo pelo clube de futebol 20 de Janeiro F.C. Os objetivos pretendidos àquela ocasião eram de dotar a "corporação musical de uma outra administração, capaz de leval-o ao posto de destaque em que já se encontrou". Foram solicitadas também pela Diretoria, autorização para a compra de novos instrumentos musicais.
Recorrendo novamente ao auxílio de SOUZA[51], a banda "no decorrer do tempo recebeu novos nomes: Guarani[...]. Mais tarde, Nova Aurora" e, finalmente, algum tempo depois, incorporou novamente o nome de Euterpe Guanduense.

Alguns componentes da Banda:

- Maestro: Emygdio Xavier (tocava qualquer instrumento de sopro).
- Contrabaixo: Joaquim Santos
- Bombardino: Olympio Santos
- Piston: Epaminondas Barros
- Tambor de Vara : João Manoel Fernandes
- Prato: Salustiano Santos
- Bumbo: Zózimo Santos
- Clarinete: Ovídio
- Saxofone: Orozimbo
- Trombone: Vanderlino
  OBS. Ovídio, Orozimbo e Vanderlino eram irmãos.
- Flauta: Raul Barros".

A Diretoria em junho de 1930, estava assim composta:

- Diretor: Clotário Passos
- "Thesoureiro": Thanus Gastin
- Secretario e Disciplinador: Dr. Álvaro Castello
- Diretor-Regente: Emygdio Xavier
- Vice - Regente: Olympio Santos.

✓ Rádio Recreativo Club ou Rádio Club de Afonso Cláudio

Decorria o mês de maio de 1931 quando alguns membros progressistas da cidade de Afonso Cláudio reuniram-se para fundar uma sociedade, com o objetivo de instalar um possante aparelho de "Alto Falante", nas dependências do Cine Avenida, que traria "as mais recentes novidades de todo o mundo". O "Club" não compor-se-ia tão-somente do rádio, "mas também de toda e qualquer diversão familiar" que se pudesse adicionar, tais como: chás dançantes, bailes, jogos de salão, saraus, etc.."

A primeira lista de subscrição de sócios com o respectivo valor individual, de R$ 50$000 (cinqüenta mil réis), foi:

- Sylvio Leite _____ Rs. 50$000
- Angelo Federici _____ Rs. 50$000
- João Soares de Azevedo _____ Rs. 50$000
- José Gonçalves do Nascimento _____ Rs. 50$000
- Dr. Álvaro Castello_____ Rs. 50$000
- João Aschauer_____ Rs. 50$000
- Waldemiro F. Santos _____ Rs. 50$000
- Getúlio F. Santos _____ Rs. 50$000
- Domingos Tiradentes _____ Rs. 50$000
- Calixto de Azevedo _____ Rs. 50$000
- João Duarte Manso_____ Rs. 50$000
- Nicácio Tiradentes_____ Rs. 50$000
- Adherbal Galvão _____ Rs. 50$000
- Argeu Gomes _____ Rs. 50$000
- Dr. Francisco Rocha de Figueiredo Monte _____ Rs. 50$000
- Dr. Coelho Junior_____ Rs. 50$000
- Dr. Corintho de Souza _____ Rs. 50$000
- Alberto Figueira Lessa_____ Rs. 50$000

Eses sócios ficariam isentos de mensalidades, seria uma sociedade sem cor, política partidária, visando propiciar um ponto de aproximação geral da sociedade afonsoclaudense.

Lançada a idéia pelos sócios subscritores, a adesão de grande parte da sociedade foi uma conseqüência, chegando, em julho do mesmo ano, já se ter subscrita a soma de Rs. 2:000$000 (dois contos de réis).

Por aquela ocasião, estes foram os que fizeram adesão ao clube, com acréscimos de recursos financeiros, novos recursos fixados, materiais e/ou serviços:

• Adherbal Galvão: a) proprietário do Cine Avenida, ofereceu o espaço gratuitamente para instalação provisória da sede;
b) Rs. 700$000 (setecentos mil réis) em espécie;
c) compra dos apetrechos no valor de Rs. 3:100$000 (treis contos e cem mil réis), até que a Diretoria pudesse assumir este compromisso.

• Epaminondas Barros: a) Rs. 200$000 (duzentos mil réis) em espécie;
b) serviços profissionais, caso dele necessitasse o clube.

• Angelo Federici: Rs. 300$000 (trezentos mil réis), também em espécie;

• Dr. Álvaro Castello: fornecimento de luz e energias precisas.

• João Soares de Azevedo: além da assinatura de fundador, angariou novos sócios no interior, onde alcançou a importância de Rs. 800$000 (oitocentos mil réis).

• Outras ofertas de menor monta.

Havendo necessidade de se constituir uma Diretoria provisória para gerenciar a sociedade, foi convocada a 1ª (primeira) reunião para apresentação da chapa diretora, divulgada que fora por edital afixado em lugares públicos e que ficaria assim constituída:

• Diretores: Adherbal Galvão e Dr. Álvaro Castello
• Secretários: Calixto de Azevedo e Sylvio Leite
• Oradores: Getúlio Santos e Dr. Coelho Junior
• Tesoureiro: Antonio Olimpio Cruz
• Procurador: Manoel Moreira Motta
• Jurisconsulto: Dr. Atahualpa Lessa
• Diretor de Festas: João Soares de Azevedo
• Conselho Fiscal: Corintho Souza
Newton Simões
Dr. Aires Xavier da Penha
Angelo Federici
Admardo Ribeiro
• Comissão de Festas (feminina): Petrônia Pádua
Angélica Barros
Amélia Gastin
Diva Silva
Euridice Santos
Virgínia Lamas
• Comissão de Festas (masculina): Paulo Pádua Filho

Altamiro Silva
Argeo Gomes
Hermano Silva
Tannus Gastin
Clotário Passos

O que parecia consenso, uma vez que a criação da Sociedade não era para abrigar interesses particulares e muito menos para defender idéias políticas, eis que, quando da 1ª reunião, o Dr. Álvaro Castello apresenta outra chapa, constituída dos seguintes cidadãos:

- Presidente: Getúlio Santos
- Secretário: João Duarte Manso
- Diretor Tecnico: Sylvio Leite
- Tesoureiro: Tannus Gastin
- Procurador: Manoel Moreira Motta

Nascia aí "a discórdia dentre grande parte dos sócios, surgia o partidarismo, ficando assim grandemente prejudicada a idéia que nascera na maior bôa fé"[...] (CORREIO DO CENTRO[88]).

Superadas as divergências, era instalada finalmente, em setembro de 1931, no magnífico salão do Cine Avenida, um aparelho Rádio-Eletrola Victor RE 75, ao custo de Rs. 5:800$000 (cinco contos e oitocentos mil reis).

Esse equipamento fora adquirido em Vitória (ES), no Empório Capixaba, onde também adquiriu-se alguns jogos de salão, importados via a firma Donato Giafredo, (Empório Capixaba) diretamente da Alemanha.

Alguns sócios, independentemente de outras participações, também ofertaram outros equipamentos:

- Adherbal Galvão: 01 dominó colorido
- Paulito, Altamiro, Osvaldo, Tannus e Domingos Giafredo (Empório Capixaba) : 01 compêndio-clube, contendo 7 (sete) jogos diversos.
- Sylvio Leite: 01 tabuleiro de damas e xadrez
- Farid Gastin: 01 "roletta"

A inauguração da Rádio Recreativo Club foi no dia 7 de setembro de 1931, à noite, sendo complementada a festa com um grandioso baile com a participação da corporação musical "24 de Outubro" e "Jazz" de Santa Leopoldina. Nessa ocasião, estes eram os sócios:

Adherbal Galvão, Sylvio Leite, Osvaldo Federici, Augusto Lemos, João Soares de Azevedo, Nicolau Elias Pádua, José Francisco de Oliveira, Evaristo Argeu

[88]CORREIO DO CENTRO. "Radio Club de Affonso Claudio". Afonso Cláudio (ES). Nº 10, Anno V, de 4 de julho de 1931, 4p.

Gomes, Paulo Pádua Filho e Cia, Joaquim Ferreira Carmim, Dr. José Coelho Junior, Tannus Gastin, Francisco Xavier da Costa, Admardo de Souza Ribeiro, Mathias Irlacher, Angelo Federici, João Aschauer, Clotário Passos, José Sebastião Serpa, Epaminondas Barros Conceição, Antonio Teixeira, Manoel Madeira Motta, Julio Figueira Leite, José Jorge Haddad, Tenente Rosental M. Alves, Rômulo Pádua, Jairo Lamas, Sylvio Chagas, José Gonçalves da Fonseca, Elias Gastin, Gumercindo Lacerda, Waifro Silveira Federici, Antonio Cabral, Antonio Cândido Ferreira, Angelo Ferro, Farid Gastin, Rômulo Barros Haddad, Sebastião Monteiro Lima, Pedro Antonio Pádua, André Kandler, Ernani Federici, Arnulpho Barros, Henrique Mazzoni, João Leite, A. Coutinho de Atayde, Abdo Silly, Adolfo Mafra, Américo Vespúcio, Dr. Ataualpa Lessa, Benedito Traba, Otávio Pereira de Souza, Livio Ramalho, Antonio Cedro, Durval Federici, Ernesto Zaneti, Artur Nuno dos Santos, Júlio Figueira Leite, Joaquim Eustorgio Serpa, Henrique Alves Vieira, Antonio França Sobrinho, Manoel Dias da Silva, Mansur Mahane e Sylvio Barros.

A sessão havia sido iniciada pelo Sr. Sylvio Leite "que em poucas palavras disse o "porque" da idéia da fundação da "Rádio Recreativo Club"[...]. Após, foi convidado o Sr. Prefeito Municipal Adherbal Galvão para presidir a sessão e que de imediato convidou o Sr. Gumercindo Lacerda para orador. Segundo a FONTE[88], "num substancioso discurso, o orador prendeu a atenção geral, discorrendo com proficiência sobre a música, a mulher e a arte".

A sociedade também admitiu como sócios a ala feminina, sem nenhuma contribuição pecuniar. Naquela ocasião se tornaram sócias as senhoras: Arnobia Galvão, Julieta Gastin Pádua, Minna Kandler, Marcia Afonso Ribeiro, Paulina Federici, Vitória Pádua Federici, Itália Zaneti, Lídia Mazzoni, Adélia Pádua Soares, Maria Pádua Soares, Virgínia Leite, Eloiza Lessa, Anna Passos, Amélia Gastin Pádua e senhoritas: Nila Amarante, Alair Federici, Maria Dornellas, Virginia de Avila, Dalza Ottatti Xavier, Santinha Schwartz, Diva Silva, Augusta de Ávila, Angélica Pádua, Maria da Penha Santos, Stella Haddad, Nise Ferreira Costa, Aida Ferro, Maria Monteiro Lima e Amália Pádua.

No dia 27 de dezembro de 1933 era realizada nas dependências do Salão Avenida, a sessão para eleição da nova Diretoria que iria dirigir os destinos da "Rádio Recreativo Club" no exercício de 1934. Em escrutínio secreto, foi eleita a seguinte Diretoria:

- Presidente: Diogenes Shuwartz
- Vice-presidente: Paulo Pádua Filho
- 1º Secretário: Aluísio Epitácio
- 2º Dito: Silvio Chagas

- 1º Tesoureiro: Benvindo Assis
- 2º Dito: Sylvio Leite
- Orador: Luiz Moreira
- Procurador: Manoel da Silva Viana
- Conselho Jurídico: Dr. Cândido Marinho
- Conselho Fiscal: Adherbal Galvão
  Dr. Samuel Chaves
  Elias Pádua
  Tenente Oto Neto
  João Soares Azevedo

✓ Sociedade Musical – Banda Musical São Sebastião

No dia 15 de outubro de 1951 foi fundada na cidade uma Sociedade Musical, cujos estatutos foram aprovados nesta mesma data e publicados no Jornal "O AFONSO CLÁUDIO", após os registros de praxe no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, no livro de ordem nº 474, de 15/10/1951, p. 171 e 172. A 1ª Diretoria ficou assim constituída:

- Presidente: Pedro Saleme
- Vice-presidente: Drasto Poli
- 1º Secretário: Emygdio Xavier
- 2º Secretário: Jairo da Fonseca Lamas
- 1º Tesoureiro: João Duarte Manso
- 2º Tesoureiro: Tanus Gastin
- Conselho Consultivo: Dr. João Eutrópio
  Diógenes Schuwartz
  Theodoro Chiabai
  Angenor Moza Ribeiro e
  Pedro Antônio Pádua

O objetivo maior da sociedade era o de despertar, de "modo mais concreto, o sentimento artístico e recreativo e de amôr á divina arte". Foi uma sociedade criada por tempo indeterminado e tendo como pessoa jurídica, ser de direito privado.

Os seus objetivos específicos eram o de "promover o ensino da música, aproveitando vocações e aceitando a cooperação de todos, para desenvolvimento da banda; despertar entre os sócios o sentimento de solidariedade, amôr á instrução e as belas artes e proporcionar aos seus associados e as suas famílias, diversões tendentes a cultivar o sentimento artístico-recreativo"

Assinaram os estatutos da Banda naquela ocasião:
Pedro Saleme, Pe. Paulo de Tarso, José Jorge Haddad, Emygdio Xavier, Dr. João Eutrópio, Dr. Antonio Tápias de Vasconcelos, Mauricio Nascimento, Pedro Calil Salim, Jacinto Couto, Diógenes Schuwartz, Nelson Corrêa, Sebastião Fafá, Pedro A. Pádua, Angenor Moza Ribeiro, Osvaldo Federici, Sebastião Cipriano Nascimento, Darly do Valle, Orgel Magalhães, Drasto Polli, Evaristo Argeu Gomes, Saturnino Horácio de Lima, Máximo Teixeira Serpa, João Duarte Manso, Abraão Saleme, José Feitosa da Silva, Teodoro Chiabai, Tanus Gastin, Palmerindo Miranda, Pedro de Oliveira Valle, Paulo Pádua Filho, Fernando Fernandes de Oliveira, Emílio da Fonseca Lamas, Moysés Lacerda Fafá, Alcy Giestas, Haroldo Corrêa, Wilson Federici, Altamiro Fernandes de Oliveira, Antonio Schuwartz, Jose de Lucas Petroneto, Décio José Fernandes, Edílio de Souza Araújo, Aristeu Marangonha, Haroldo Sá Vargas, Messias Simão de Almeida e Jairo Fonseca Lamas.
O maestro era o Major Emygdio Xavier e a sua 1ª (primeira) apresentação ocorreu no dia 26 de julho de 1952.
O evento foi realizado na Praça Adherbal Galvão, onde foi aplaudida entusiasticamente pelos números executados, segundo afirmativa de "O AFONSO CLAUDIO[89]". A banda era composta, na sua maioria, por jovens que tiveram de aprender a manusear os instrumentos.

✓ Clubes

a) Saldanha da Gama – 1º Clube patriótico, criado em 1889, sob a presidência de Antonio Candido de Almeida Rosa.

b) Progressista Club - fundado em 1890, com fins literários, patrióticos, recreativo e pedagógico. Seu 1º (primeiro) presidente foi o Sr. Cel. Ramiro de Barros Conceição.

c) Trianon Club
Fundado em 17 de abril de 1936, por Álvaro Castello, com sede à rua Marechal Deodoro, nº 12, e que teve como finalidade promover e facultar aos seus sócios, reuniões e diversões de caráter social e cultural. "Funcionava num salão adaptado aos fundos do bar do Dionísio (década de 1930).

[89]O AFONSO CLAUDIO. "Banda Musical São Sebastião". Afonso Cláudio (ES). Jornal Publicado em 15/08/1952. Nº 23. 4p.

FOTO Nº 101 - Barracão Onde Funcionou o Trianon Club – 1936.
(Acervo: Profª. Stella Haddad de Souza, p. 130)

A comissão encarregada de organizar o clube era composta dos Senhores Henrique Alves Vieira, Hugo Novaes e Darcy Giestas. As cores do clube foram definidas como: azul e branca, e foram sócios fundadores:
Henrique Alves Vieira, Hugo Novaes, Sylvio Barros, Darcy Giestas, Dr. Álvaro Castello, Jair Giestas, Sebastião Fafá, João Duarte Manso, Nilzo Monteiro, Orly José do Valle, Carlos Passos, João Ferreira da Silva, Jarbas de Vargas Fernandes, Gildásio do Valle, Álvaro Amaral, Pedro Antonio Pádua, Altamiro Silva, Sylvio Chagas, Jairo Fonseca Lanes, Antônio Olympio da Fonseca Cruz, José de Vargas Coutinho, Paulo Pádua Filho, Jacintho Couto, Pedro Saleme e Honório de Souza.
Por esta ocasião, organizou-se um grupo musical, o Jazz Está Cruel, do qual faziam parte:

- Antônio Faria (Clarineta)
- José Travassos (Piston)
- Salú (Banjo)
- Pedro Antonio (Flauta)
- Jairo (Trombone)
- Tanus (Clarineta)
- Dodó (Clarineta)
- Farid (Cuica)

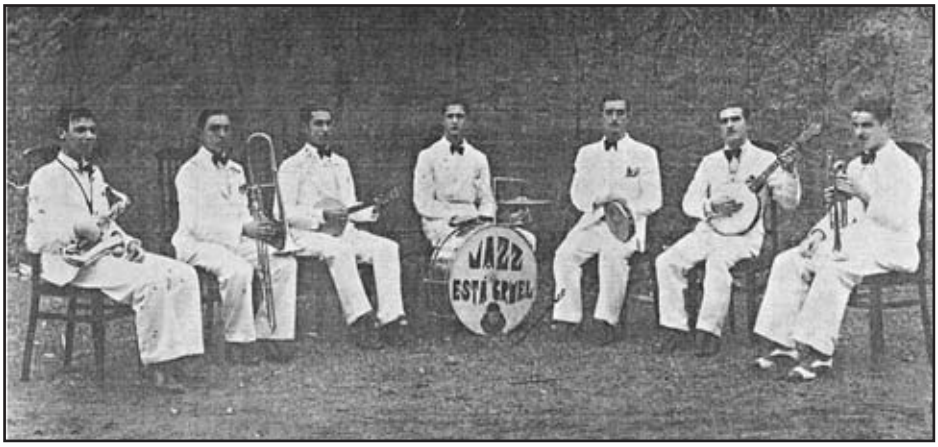


FOTO Nº 102 - Uma das Formações do Grupo Musical Jazz Está Cruel – 25/06/1936.
Da Esquerda Para a Direita: Zezito Haddad, João Sá Santos, Pedro Cristo, Nozinho Barros, Amaury Sá, Silvio Barros e José Nilzo Lima.
(Acervo: Profª. Stella Haddad de Souza, p. 153)

A sede física definitiva foi construída pelo médico Drº João Eutrópio. Era um majestoso edifício que serviu de sede deste centro de diversão.

O prédio se destacava pela "harmonia de suas linhas arquitetônicas, pelo apurado gosto com que foram executados os serviços de pintura e instalações do vasto salão de festas (O AFONSO CLÁUDIO[90]).

Àquela ocasião, a Diretoria do Clube, o proprietário do edifício e as comissões criadas para preparar a solenidade de inauguração encontravam-se "vivamente empenhadas no sentido de oferecer á sociedade uma festa brilhante, à altura de satisfazer aos anseios de sua gente".

A história da construção desta nova sede começara a algum tempo, quando se organizara "no velho Trianon, um jogo de bingo no intuito de se conseguir dinheiro para a construção de sua sede própria [...]".

Neste modelo adotado, não havia previsão de quando isto poderia acontecer, daí ter surgido o espírito ousado de um cidadão, "forjado no cadinho[LXV] do progresso, que se propoz, sozinho e á sua própria custa, levar avante a realização do sonho dourado dos clubistas". A obra foi construída pelo Sr. Saturnino Horácio de Lima, além de ter sido erigida no coração da cidade, no seu térreo construiu-se um cinema luxuoso.

---

[90]O AFONSO CLÁUDIO. "Nosso Clube Recreativo". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 11, Ano XVII, 20 de Janeiro de 1952. 4p.

[LXV]CADINHO s.m.Vaso de barro refratário, platina ou ferro para fundir metais; crisol.

Buscando auxílio no Jornal "O AFONSO CLAUDIO[91]", este afirmara que, era, "sem dúvida, a melhor e mais bonita casa de club no Estado do Espírito Santo. O salão principal de grandes dimensões, deixando livre uma pista de danças para duzentos pares, tendo ao derredor vinte mesas de quatro lugares além do estrado elevado para a orquestra."

Prossegue a mesma fonte: "O assoalho era de tacos escuros e o teto de madeira compensada em quadrados com molduras escuras. Paredes pintadas a custosa tinta prateada e os janelões guarnecidas de bandôs[LXVI] e sanéfas de valioso cetim brócado grená. A luz se espalhava em profusão derramada de um magnífico lustre de cristal que pendia ao centro, de vários apliques bonitos, também de cristal dispostos no contorno e de outros apliques cromados com vidros leitosos, nos cantos, projetando luzes coloridas em penumbra. De um lado a chapelaria e a secretaria. Ao fundo e de um lado os toalétes para damas e cavalheiros, equipados com muito bom gôsto. Separado por um desvão e colunas artísticas, com a vista sem tropeços para o salão, estava o vasto bar com quinze mesas de quatro lugares e um equipamento moderno de mármore, prateleiras embutidas, refrigeração, etc.. Bem ao fundo, completando o conjunto harmônico do club, ficava uma enorme varanda em amurada que se debruçava sobre o rio Guandú que lhe beijava a base. Uma escadaria muito larga em ladrilhos vermelhos cintada ao centro por uma passadeira colorida, da acesso ao salão. O portão da entrada foi feito em cedro envernizado de castanho, segurando um gradil de ferro muito bonito. A fachada bem como a grande marquise tinha iluminação indireta que se refletia também sobre o passeio de ladrilhos hidráulicos brancos com motivos negros. Havia lá dentro uma moderna rádio-eletróla conjugada com possantes ampliadores de som".

Muitas pessoas externas à sociedade afonsoclaudense haviam sido convidadas para o evento, entretanto, chovera bastante naqueles dias, assim como no da inauguração, daí poucos terem comparecido ao evento.

Chegou o dia 26 de janeiro de 1952, um dos mais belos dias da vida social de Afonso Cláudio, pois era inaugurada a nova sede do Trianon Club.

Eram vinte horas (20:00) quando os Drs. Nilton Thevénard, meritíssimo Juiz de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, e o Sr. Ayres Xavier da Penha, meritíssimo Juiz de Direito de Afonso Cláudio, desfizeram o laço de fitas à entrada, dando assim por inaugurada àquela sede.

O Presidente do Clube àquela ocasião era o Dr. Romero Lofêgo Botelho, que

[91]O AFONSO CLÁUDIO. "A Nova Sede do Trianon Club."Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 12, Ano XVII, de 31 de Janeiro de 1952. 4p.

[LXVI]BANDÔS s.m. Banda ornamental de madeira que se coloca sobre portas e janelas para ocultar os trilhos das cortinas.

fez uma ligeira alocução, determinando afinal que o Secretário Sr. Tanus Gastin lesse a ata e que a seguir foi assinado por todos os presentes.
Antes de encerrar a sessão protocolar, foi concedida a palavra ao Dr. João Eutrópio que leu um belo discurso.

"Meus Senhores, Senhoras e Senhoritas

O esplendor desta reunião poucas vezes superado, traz em si para mim um significado transcendente. Reune-se nesse momento, nossa sociedade, no que possue de mais representativo, pelas suas diversas classes, testemunhando o apreço como recebe a nova séde do Club Trianon de nossa cidade.
Sinto que a satisfação que embala a cada um, bailando nos olhos de todos, consubstancia o encontro de um ideal de há muito vivido e sonhado.
De outro lado, sinto-me bem á vontade e desvanecido pelo fato de haver polarizado a atenção de todos para esta obra, e sido transformado no denominador comum de um velho sonho, agora feito realidade.
A história desta obra se confunde na história de todas obras. – Nasceu ela da compreensão de um anseio, recolhido no contato diuturno com meus amigos e mais do que isso, desses impulsos que brotam do coração, espraiando-se em gratidão a uma terra de si mesma boa, abrigando uma gente generosa, sonhadora e dinâmica.
Esta terra, ilhada, perdida entre montanhas, longe dos rumores dos grandes centros, nem por isso se fez marginal, nem se perdeu em melancolia.
Projetada no vale do Guandu, cercada de montanhas que deviam conspirar continuadamente contra seu crescimento econômico-social , assistimos a uma gente desmentindo os fatores mesologicos[LXVII] para construir um núcleo de civilisação que dia a dia cresce e se avulta aos olhos de todos; e, ao envez de uma gente concentrada e arredia, contemplativa e nostálgica, vemo-la paradoxalmente comunicativa e atual, numa comunhão constante com os centros evoluídos, recolhendo permanentemente, em observação e estimulo, cabedal com que trabalha a sua grandeza.
É que as montanhas que nos emolduram, ao envez de enclausurar este nucleo ativo, tornando-o introspectivo e marginal, são um convite perene para as alturas, numa ânsia incontida para a libertação.
As cumiadas da serra dos Aymorés são para nós a marca de um destino histórico,destino feito de grandezas que se banham nas águas históricas do ve-

[LXVII](MESOLÓGICOS). Mesologia s.f. Estudo da relação dos seres com o meio ambiente.

lho Guandu.
Afonso Cláudio representa uma oficina de trabalho onde se forja e se tempera com a energia de sua gente a grande usina de seu futuro.
Aqui, para o bem da terra há uma comunhão perfeita de idéias e pensamentos. – O espírito esclarecido e arejado dessa gente, buscando soluções aos seus problemas de ordem pública, equacionando equilibradamente os de natureza privada, criou um clima de confiança, um ambiente de receptividade a todas iniciativas, que afinal a inversão de capitais já não constitue empreza arriscada.
Assim, amigos meus, tendes encontrado a razão de haver dotado nossa cidade de um prédio em que a nossa sociedade, nele encontra seu espelho – edifício a altura de meus recursos e ao mesmo tempo, digno desta sociedade luzidia.
Já lá vão 14 anos, e aqui chegava eu. Trazia na alma moça e acadêmica os écos surdos dos ruídos trepidantes que enchem as metrópoles. Com a mente povoada de sonhos e realizações finquei aqui o meu campo de ação. – Modestamente distribui e apliquei os ensinamentos recolhidos na universidade, e a experiência e observação dos hospitais, por entre lares em que havia um gemido de dor. Alivio maior sentia, quando aliviados via os meus semelhantes. – E cada dia que passava, fui constituindo amizades cujas raízes ficaram cada vez mais fundas, em mim. E de tal forma me identifiquei e de tal sorte me integrei a esta terra, que me sinto a ela incorporado.
Á medida que a mocidade foi-se afastando de mim, perdendo-se cada vez mais no passado, maiores foram os compromissos de gratidão e amizade que me prenderam a esse povo amigo.
Todavia, sem perder de vista a razão do meu primeiro dia nestas paragens, multipliquei minhas atividades, e quando mais produzia, mais crescia em mim a ânsia de menos, por vaidade ou espírito de lucro, vir dotar nossa cidade de um edifício, a altura de suas tradições. – Tão logo se me apresentou o momento, não exitei em lançar a empreza. Enfrentei para sua feitura dificuldades de ordens várias: a par de um orçamento superado, exgotei –me em energia do afan de não falhar nem desmentir a expectativa, e sobretudo revela notar, vencer os desencantados e mais que isso, os que só vêm no capital um instrumento de lucro imediato.
Prezando mais a cidade e sua gente não me moveu outro intuito, senão o de devolver a Afonso Claudio do muito que merece, um pouco do meu tributo.
Aí está, amigos meus, a nova séde do Club Trianon da cidade, em suas linhas modernas, atestando um ciclo de arquitetura local. Que nela se recreiem gerações de Afonso Cláudio, e que os fins e propósitos que me animaram nesta obra sejam devidamente compreendidos.

Com isto me sinto redimido e pago de minhas canceiras.
A todos amigos, um muito obrigado pelo que foi dito acerca de mim, com os votos que formulo, pelo engrandecimento cada vez maior desta terra, pela felicidade de todos e de cada um dos presentes".
"Logo depois o Sr. Presidente anunciou que iriam ser coroadas a rainha do club e as duas princesas, respectivamente senhoritas Ithamar Giestas, Therezinha Xavier e Gleuza Manso, convidando o dr. Álvaro Castello para saudá-las o que foi feito, tendo o orador convidado madame Nilton Thevénard, seu digníssimo esposo e dr. Ayres Xavier para coroarem respectivamente as senhoritas Ithamar, Therezinha e Gleuza e o Dr. J. Eutrópio para colocar a faixa da rainha. Lá no sereno o povo espiava enquanto a queima de fogos abalava as nuvens carregadas das chuvas que se precipitariam mais tarde. A rainha, com adorável naturalidade, leu o mimoso discurso [...]."
Num ligeiro improviso, "o dr. Thevénard agradeceu, visivelmente emocionado, as cativantes provas de carinho que lhe vinha tributando o povo local, desde sua chegada a esta cidade. Por ordem da rainha tiveram início as dansas, num ambiente de alegria transbordante, prologando-se até ás cinco horas do outro dia. Foi um espetáculo primoroso para os olhos de quem viu a elegância do belo sexo no rigor dos seus lindos vestidos de baile, no que foi acompanhado pelo outro sexo menos belo."
"No dia imediato se realizou a matinée da gurizada e foi um regalo para os pequenos foliões de cá da terra. À noite novo baile a trajes de passeio, num ambiente de grande entusiasmo, tendo mesmo a certa altura uma ameaça de crise carnavalesca com frevo e tudo.
O serviço de bar do Sr. Paulito Padua foi digno de figurar nas maiores capitais do paiz.
As dansas foram animadas por uma orquestra vinda de Vitória e o traje para o 1º (primeiro) dia foi: para as senhoras vestidos de baile; para os homens – terno branco ou azul marinho, com gravata borboleta preta e lenço preto para o branco e branco para o terno azul."

FOTO Nº 103 – Prédio em Construção do Clube Trianon (Na Parte Inferior: Cine Renascença) - 1951.
(Acervo: Anderson Eutrópio)

FOTO Nº 104 – Baile no Clube Trianon – Década de 1960.
Da Esquerda para a Direita: Sebastião Tavares Soares – "Tioca", Juiz Dr. Mário da Silva Nunes, Arlindo Sasso (Advogado), Walmir e D. Arlinda (esposa e sogra do Dr. Arlindo), Teodoro (Gerente do Banestes) e sua Esposa, D. Zuleika Haddad Fafá e Sebastião Fafá.
(Acervo: Arlindo Sasso)

Em julho de 1952, a Diretoria do Clube organizou um conjunto musical com artistas da própria sociedade local, tendo adquirido os instrumentos com recursos próprios.

- 02 violões (Enoch Gomes e Emygdio Xavier)
- 01 cavaquinho (Moacir Resende)
- 01 violino (Pedro Antônio)
- 01 Clarinete (Adolfo Gomes) e
- 01 Pandeiro (sem definição do nome).

Compunha, ainda, o grupo musical, cantores e cantoras.
O show de apresentação ocorreu no dia 27, onde as Senhoritas Itamar Giestas, Rosilde de Vargas, Heleninha Gastin, Consuelo Giestas, Heleninha Haddad e Teresinha Santos, saíram-se maravilhosamente.
O quarteto formado por Itamar, Rosilde, Heleninha Gastin e Consuelo marcou presença extraordinária. No grupo masculino, o destaque foi para o Ailton Coelho dos Santos, possuidor de voz marcante.
Durante a festa, o Sr. Henrique Boechardt, "o homem que tem um jardim zoológico na garganta", foi a nota cômica.
No dia 21 de dezembro de 1952, eram realizadas as eleições para escolha da

nova Diretoria para o exercício de 1953. Foi eleita a seguinte:

- Presidente: Dr. Antonio Tápias de Vasconcellos
- Vice-Presidente: Paulo Pádua Filho
- 1º Secretário: Almir Schwartz
- 2º Secretário: Galdino Ribeiro Leite
- 1º Tesoureiro: Orly do Vale
- 2º Tesoureiro: Argenor Moza Ribeiro
- Conselheiros: Nilo Costa, Alberto Chiabai, Manoel Ferreira de Vargas, Dr. João Eutrópio e Tanus Gastin.

Em 24 de novembro de 1953, era feita a reforma dos Estatutos do Clube, e assinaram a ata:

Dr. Antonio Tápias de Vasconcelos, Pedro de Oliveira Valle, José Jorge Haddad, Galdino Leite Ribeiro, Agenor Barros Ferreira, João Eutrópio, Orly do Valle, Tanus Gastim, Augenor Moza Ribeiro, José Saleme, Manoel Serpa, Nilo Costa, Pedro Antonio Pádua, Alberto Chiabai, Heleno de Souza, Edson Pádua, Abraão Saleme, Dilson de Vargas Soares, José Afonso Ribeiro, Arcílio Soares de Azevedo, Palmerindo Miranda, Idorval Miranda, Altamiro Gomes dos Santos, Joaquim Rodrigues de Souza, João Manoel Fernandes, Átila de Mattos Ferreira, Arlindo Fornazelli, João Duarte Manso, Gilberto de Carvalho, Wanderley Moreira da Encarnação, Del Délio Glória Leal, Galdino Ribeiro Gomes, Jomar Cláudio Corrêa, Anísio de Souza Passos, Gervásio Araújo, Almir Federici, Eudásio de Vargas Ferreira, Elias Costa, Aristeu Marangonha, Antônio Gomes Filho, Décio José Fernandes, Adyr Schwartz, Ulisses de Vargas Coutinho, Ernani Silveira Federici, Antônio Rangel Araújo, Gabriel Geraldino de Vargas, Duílio Eutrópio, João Deorce Filho, Nelson Vieira Machado, José Barbosa Dias, José Wescelau de Souza, Orlando Basílio de Souza, José Augusto Silva, Darly do Valle, Adrogildo Soares, João Ferreira da Silva, Haroldo Fernandes Corrêa, Manoel Alves Corrêa, Edmundo Fafá, Glauro Duarte Manso, Pedro Saleme, Sebastião Cypriano do Nascimento, Waldyr Bernardino da Silva, A. Giestas, Rubens Scárdua, Jair Evangelista da Costa, Theodoro Chiabai, David Lacerda Fafá, Paulo Pádua Filho, Silvino Caetano, Manoel Ferreira de Vargas, Messias de Almeida, Manoel Pires, Fioravante Delpupo, Prisco Narciso, Antonio Schwartz, Reidival Pires, José Corrêa Neto, João Valim, Sebastião Fafá, Ezelpio Moreira da Encarnação.
Em 26 de março de 1959 modificou-se novamente diversos artigos e itens do Estatuto.

FOTO Nº 105 – Baile no Clube Trianon – Sem Data.
Da Esquerda para a Direita: **1-** Não Identificada, **2-** Maristher Gaspar de (Oliveira) Botelho - Esposa do Dr. Romero, **3-** Irene Leite Saleme, **4-** Dr. Romero Lofêgo Botêlho (Presidente do Club), **5-** Dr. Álvaro Castello, **6-** Jacy Castello, **7-** Luiza Saleme **8-** Dr. Suetônio Peixoto, **9-** Pedro Saleme, **10-** João Duarte Manso - "Joânico" e **11-** Dulce Mareto.
(Acervo: Familiares de Romero Lofêgo Botêlho)

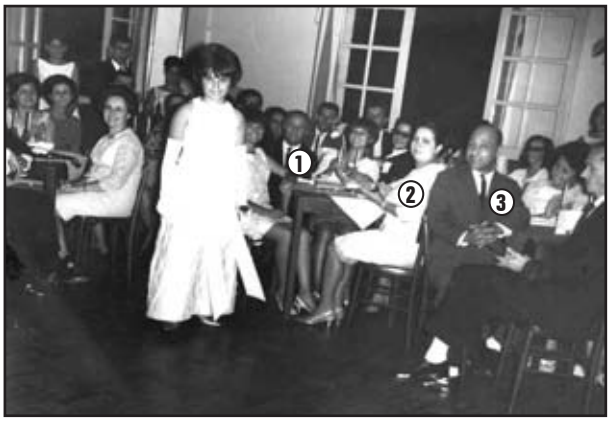


FOTO Nº 106 – Baile no Clube Trianon – Sem Data.
Da Esquerda para a Direita: **1-** Albertinho Chiabai, **2-** Alda Chiabai e **3-** Dr. João Eutrópio.
(Acervo: Sebastião Fafá)

d) Em Afonso Cláudio ainda existiu a Sociedade Musical 24 de Outubro, que em 1931 organizou o "Jazz Band". Naquela ocasião, fora encomendado de São Paulo (SP) o instrumental completo, com afinação moderna e niquelados.
A posse da diretoria da Sociedade foi feita no mês de agosto de 1931, nas dependências do Cine Avenida, que assim ficara composta: • *Presidente*: Adherbal Galvão • *Vice-Presidente:* Angelo Federici • *Secretários:* Silvio Leite e Argeu Gomes • *Tesoureiro:* Tanus Gastin • *Orador:* Gumercindo Lacerda • *Procurador:* Clotário Passos • *Jurisconsulto:* Dr. Álvaro Castello • *Conselho Fiscal:* Antonio Faria, José Travassos, Ary Amaral, Joaquim Santos e Artur Santos. • *Maestro:* João Travassos • *Contra-Mestre:* Olímpio Santos

e) Centro Operário

Foi fundado (não se conseguiu a data) com o objetivo de "defender os interesses da classe e sem outro fim que não fosse o de promover por todos os meios ao seu alcance, festas de beneficiencia e conferencias publicas nas quais, não só o Centro pudesse colher alguns proventos para poder fazer face aos encargos que vae chamar a si, de socorrer os invalidos, enfermos ou sem trabalho, como ainda ao publico que nestas festas ou conferencias, alguma coisa de util poderá aproveitar".
Foram 22 (vinte e dois) cidadãos afonsoclaudenses que fundaram o centro, cuja relação nominal não foi possível conseguir.
Há que salientar que, estranhamente, a iniciativa, foi recebida friamente pela sociedade, pois havia uma preocupação de que os seus interesses pessoais, pudessem ser atingidos. Essa preocupação foi manifestada pelo fato de não haverem alcançado os objetivos reais do Centro, que não foi criado para fomentar a discórdia que por qualquer forma pudesse afetar os interesses de quem quer que fosse.
Não se sabe qual o período de existência do Centro.
A iniciativa da sua criação partiu do Sr. José Rodrigues da Costa Seixas, tendo a 1ª (primeira) reunião sido realizada na residência do Sr. Plínio Gomes.
A apresentação dos princípios e finalidades do Centro coube ao Sr. Carlos Campos Junior. A 1ª (primeira) diretoria eleita foi: Presidente: José Rodrigues da Costa Seixas, Vice-Presidente: Plínio Gomes e Secretário: Carlos Campos Junior.

f) Ainda pela década de 30, segundo SOUZA[51], por questões políticas, da época, Sr. Adherbal Galvão, então prefeito no regime ditatorial "fundou uma outra

sociedade, que só podia ser freqüentada por seus adeptos", com o nome de "Cine Club" e também outra orquestra "Jazz Glória". Os freqüentadores de um clube não participavam dos acontecimentos sociais do outro. A mesma fonte afirma que: [...] com o passar do tempo, acabaram-se as divergências [...].

FOTO Nº 107 – Festa no Cine Clube - Conjunto Jazz Glória - Década de 30.
(Acervo: Profª. Stella Haddad de Souza - Página 155)

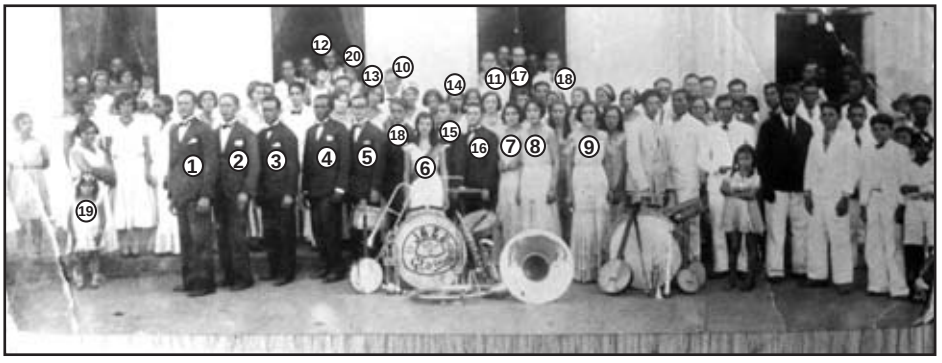


FOTO Nº 108 – Conjunto "Jazz Glória" - Década de 1930.
Da Esquerda Para a Direita: **1-** Valdemar **2-** Miguel Gomes **3-** Olimpio Nunes **4-** Antônio Faria **5-** Jairo Lamas - Pianista **6-** Dalza Leite (Rainha) **7-** Joana Pádua **8-** Angélica Pádua **9-** Petrônia Pádua **10-** Talma **11-** Tannus Gastin **12-** Sebastião Monteiro Lima - "Dodô" **13-** Aida Ferro **14-** Mariinha Nunes **15-** Zé Oliveira **16-** Montalvão **17-** Osvaldo **18-** Ernane Federice **19-** Maria Madalena Serpa e **20-** Albertina (Filha de José Ezequiel).
(Acervo: Familiares de Joaquim Eustórgio Serpa)

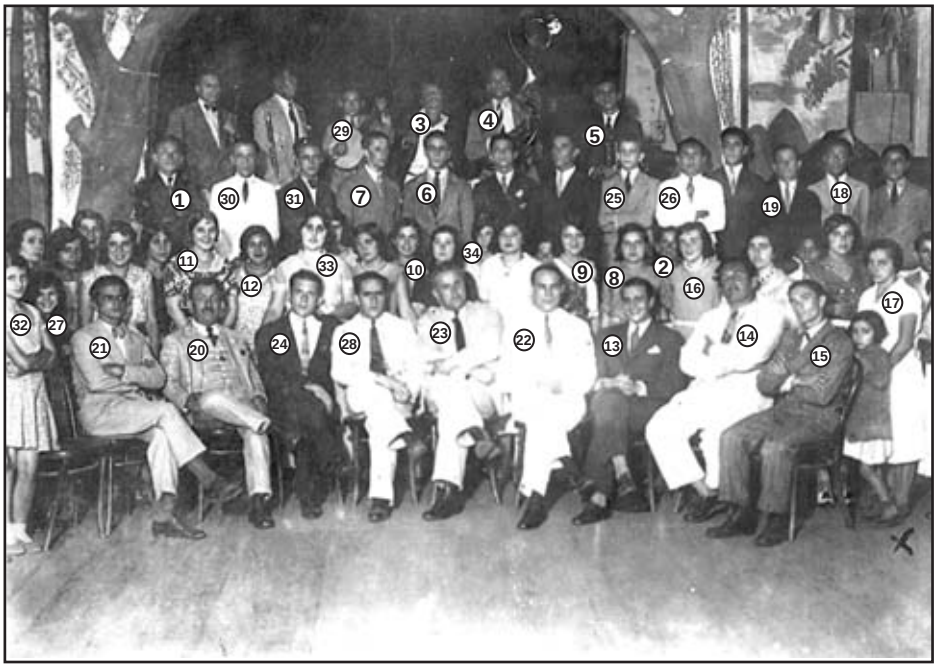


FOTO Nº 109 – Outro Momento no Cine-Clube - Aos Fundos o Conjunto “Jazz Glória” - Da Esquerda Para a Direita: **1**- Lívio Ramalho **2**- Ceci Federice **3**- Lilito Pádua (Baterista) **4**- Antônio Cazuza (Contra-Baixo) **5**- Nozinho Soares **6**-Farid Gastin **7**- Otávio Pereira **8**- Maria da Penha Monteiro Lima **9**- Amelinha Pádua **10**- Eurandina Serpa **11**- Hildinha (Filha de Antonio Teixeira) **12**- Dalza Leite **13**- Valdemar (Funcionário da Prefeitura) **14**- Elias Pádua **15**- Joaquim Eustórgio Serpa **16**- Lulita Nunes - “Azuil” **17**- Dalva (Filha de Pedro Saleme) **18**- Bimbim **19**- Nozinho Barros **20**- Tannus Elias Gastin **21**- João Soares **22**- João Batista Amaral **23**- Adherbal Galvão (Prefeito Municipal) **24**- Paulo Pádua Filho - “Paulito” **25**- Galdino Leite **26**- Ernane Federice **27**- Betinha Soares e **28**- Aristeu Marangonha **29**- Osvaldo Federice **30**- Sylvio Chagas **31**- Jairo Lamas **32**- Selma Biasutti **33**- Amélia Gastin **34**- Maria Coutinho - 1930.
(Acervo: Familiares de Joaquim Eustórgio Serpa)

4.2.7 – Folclore

"É tudo o que o povo faz, diz, cria e em que acredita, sem precisar ir à escola para aprender" (PACHECO[92]).
Tradições do folclore espírito-santense também tiveram a sua marca no município de Afonso Cláudio:

✓ Folia de Reis

O jornal "O AFONSO CLÁUDIO[93]" ilustrou com muita propriedade esta atividade mística-religiosa de nosso folclore. "[...] composto de pelo menos 12 (doze) homens, representando os apóstolos, um porta estandarte chamado alferes e um palhaço simbolizando o rei Heródes. Se houver vários palhaços, um é o rei e os outros seus soldados". No município, foi fundado em 1924.
FONSECA[94] afirmava que a "característica da folia eram os palhaços que saracoteavam à frente dos foliões" e, segundo o povo, "eram os espiões de Heródes, que não foi na conversa dos magos"

> "Começam a sair à meia-noite do dia 24 de dezembro e vão até à meia noite do dia 6 de janeiro. Para iniciar a folia, o mestre dá um apito e grita 'nasceu o rei dos judeus'. A um segundo apito, a folia começa"
> "A folia chega às portas das casas, que devem estar fechadas, e o palhaço canta para que sejam abertas. Entoam versos pedindo licença ao dono da casa para entrar e solicitando-lhe que segure a bandeira; em seguida o grupo canta versos e agradecimentos pela esmola. A seguir, o dono da casa dá de comer aos foliões, que agradecem em versos musicados e se despedem partindo para outra casa. Usam como instrumentos triângulos, sanfona, viola, cavaquinho, caixa bumbo, flauta e chocalho".

[92]PACHECO, Renato. "Penedo vai, Penedo vem...Cartilha do Folclore Capixaba". Vitória (ES). 46p.
[93] O AFONSO CLÁUDIO. "Afonso Cláudio e Sua História III". Afonso Cláudio (ES). Setembro de 1983. 4p.
[94]FONSECA, Hermógenes Lima da. "Tradições Populares do Espírito Santo". Vitória. 1991. 88p. ilust.

FOTO Nº 110 – Folia de Reis - Sem Data.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

✓ Festas Juninas

Comemorava-se o dia de Santo Antônio, São João e São Pedro, no mês de junho. Faziam parte destes festejos, o "pau-de-sebo", fogueira, casamento caipira, quadrilha, venda de quentão, canjica, pé de molegue, pipoca, broa de fubá, batata doce e o pula-pula na fogueira. Não faltavam as bombinhas, as buscas-pés e os fogos coloridos, assim como as fantasias típicas da ocasião."

A marca registrada das festas juninas era a quadrilha, uma dança de origem francesa, onde "há um mestre que marca os momentos da dança, que dá ao som da sanfona ou acordeón, pandeiro, violão e cavaquinho". As ordens do mestre são dadas em francês, misturada com português. Exemplo: Balancê.

✓ Casamento Pomerano

Utilizando-se da mesma fonte[93], assim foi descrito este casamento no mu-

nicípio. “Tem como figura principal o arauto, homem que leva a notícia e faz o convite. Representado tradicionalmente pelo irmão da noiva ou do noivo, apresenta-se com um chapéu de fitas, levando à mão uma garrafa de aguardente, também enfeitada com uma coroa de ciprestes e fitas; visita as famílias que devem ser convidadas – nunca menos de cem. Avisa sua chegada com um grito e entra pela casa sem cumprimentar as pessoas. Faz uma oração e roda pela sala com passos largos, dando seu recado. Ao sair, oferece aos presentes um gole de aguardente e recebe em troca algum dinheiro, selando o convite.

Na quinta-feira, depois da ceia, todos vão para a casa da noiva. Reza-se uma oração e, no final joga-se uma peça de louça no chão, quebrando-a. Em seguida, outras peças são partidas, dança-se e canta-se ao som de alegres concertinas. As moças varrem os cacos das louças, enquanto os rapazes tentam impedí-las. No dia do casamento, sexta feira, é colocado um estandarte com um pão e uma garrafa de guaraná diante da casa, para que não falte de comer e beber no lar dos recém casados. Bandeirinhas e flores enfeitam a residência.

Após o casamento, todos vão para a casa da noiva, onde servem caldo de galinha, caldo de carne com macarrão, pratos de carne de galinha cozida, de porco – tudo regado com vinho.

A Festa vai até o meio dia de domingo. A cerimônia é fechada, não se aceitando pessoas que não foram convidadas”.

FOTO Nº 111 - Típico Casamento Pomerano - Sem Data.
(Acervo: EEEFM - Joaquim Caetano de Paiva - Joatuba - Laranja da Terra)

FOTO Nº 112 - Casamento Pomerano na Mata Fria Realizado Pelo Pastor Hilário F. Sering - 1968.
(Acervo: Superintêndencia Regional de Educação de Afonso Cláudio)

✓ Herança dos Alemães

ROCHE[95], estudando aspectos fundamentais das zonas de colonização germânica do Espírito Santo, analisa que, " a entrega de um lote de terra nova ou de um lote familial a um filho, só se verificava quando ele se casava; o enxoval, os móveis, os animais; só eram dados a uma filha moça quando ela se casava. O dote, os presentes dos dois jovens cônjuges, tudo se destinava a ajudá-los na constituição de uma família, no desmatamento e exploração da terra de que viverão, eles e seus filhos [...].

✓ História dos Fantásticos

Quem nunca ouviu as histórias da mula-sem-cabeça, lobisomen e saci-pererê? Afonso Cláudio não foi diferente. O saci-pererê, aquele "negrinho de uma perna só, carapuça vermelha na cabeça, encantado, astuto, fumante inveterado de cachimbo, ladrão de fumo de corda [...]". Ou o lobisomen, " ser que em noite de lua cheia, de preferência quando cai numa sexta feira, vira lobo

[95]ROCHE, Jean. "A Colonização Alemã no Espírito Santo". São Paulo (SP). 1968. 368p.

feroz à meia noite, seus olhos ficam vermelhos e ele sopra fogo pela boca, como se dragão fosse".

✓ Festa de São Sebastião

O dia 20 de janeiro é quando se comemora esta festa religiosa, sempre com muito garbo, pois é o padroeiro da cidade.

Aliado a parte religiosa, com muita novena de orações, missas, procissões, etc., havia a parte pagã da festa, com animados leilões, banda de música, arcos de bambus pelos arremedos da rua e da praça. "Guirlandas[LXVIII] e mais guirlandas de folhagem com bandeirinhas multicores de papel, enfeitando a praça".

O fogueteiro da cidade, Sr. Tibério, tinha um cômodo alugado numa casinha próxima do jardim, em frente ao bar do Roncetti. Consoante o depoimento de GOMES[7], já citado, "naquela época é que se faziam lindos fogos de artifício, bonecos de guerra, as [inelegível], tudo isso incendiado pelos busca-pés. Era um quadro lindo!".

Outros fogueteiros: Manoel Justino, que fazia os foguetes especializados, que subiam até 100 (cem) metros, explodindo e formando uma jarra de flores, de todas as cores, e Dorino Fonseca, que fazia os foguetões, que possuía 03 (três) entonações. No primeiro arrojo, soltava uma bomba. No segundo, outra maior, e no terceiro, outra enorme, que estourava a aproximadamente 1000 (mil) metros de altura.

✓ Caxambú

Existia na Fazenda do Engenho, pertencente ao Cel. Ramiro de Barros, um grupo de escravos, conhecidos pelos nomes de Joaquim dos Reis, Antonio Portugues, Isidório e Paulo da Germânia, que durante os festejos de São João realizavam o Jongo dos Escravos. Buscando novamente o auxílio de GOMES[7], este afirmava que, "era uma festa interessante. O negro velho batia no caxambu e tirava uma música "capina de fura-fura, matou beija fulor". Faziam uma roda, as damas jogavam um lencinho no cavalheiro e este era o seu par, e assim começavam a festa". [...] "era uma dança cruzada. A meia noite, vinham aquelas peneiras cheias de broa de fubá e de amendoim e bule cheio de café". Era um verdadeiro fandango, que ia até o amanhecer do dia.

[LXVIII]GUIRLANDAS. s.f. 1 – Grinaldas 2. Cordões ornamentaes de flores, frutas e ramagens.

✓ Figuras Populares que Marcaram Época

Buscando agasalho em diversos depoimentos pessoais prestados ao autor, identificamos alguns personagens que marcaram época no município:

• Urubú Rei (Manoel Machado)
Não andava sem um cacetete (porrete) para correr atrás da meninada. Era de cor escura e muito sabido. Constantemente, era encontrado bêbado;

• Aurélio Doido
Indivíduo baixinho, mulato, que conseguia a proeza de se deslocar a pé até Alto Mutum, Castelo ou Itarana, para comprar 40 (quarenta) réis de fumo de rolo, pois dizia ser mais barato;

• O "Seguinte"
Circulava pela cidade pedindo frutas, depois visitava casa por casa, carregando uma carreta com as frutas, que as oferecia aos moradores, para venda. Gostava de vender legumes também. Era mulato;

• Pilinha (Maria da Penha Pereira)
Figura obrigatória nos blocos carnavalescos. Outra característica era de ser sempre notada por se apresentar chorando facilmente, quando pretendia alguma coisa;

• Cocota (Deoclisio Pereira)
Irmão da Pilinha, figura folclórica por gostar de contar "piadas", tocar sanfona, alegrando bailes. Foi por longos anos, motorista e acompanhante do Sr. José Ribeiro Tristão, pai do Sr. Jônice Tristão.

• Bita (Heitor Lacerda)
Foi funcionário público municipal e gari. Costumava cochilar no horário de trabalho com o cabo da vassoura encostado no queixo. Natabiliziou-se por ser gastrônomo. Chegou inclusive a ser tema do livro "Bita", escrito por SCHWARTZ[96].

• Silvestre Sá
Mais uma das figuras folclóricas. Bebia muito e nestas ocasiões, gostava de

[96]SCHWARTZ, Liberato Tristão. "Bita". Vitória (ES). s/data. 108p. il:.

fazer “gozação” com as pessoas. Certa feita, um conhecido o flagrou bêbado, incontinente arranjou um carrinho de mão, destes usados nas construções e o levou até sua casa.Ao chegar e sair do carrinho, virou-se para a pessoa que o havia conduzido e perguntou: Quanto é o carreto? FILHO[31], já citado, à p. 67 a 73 de sua obra, nos brinda com muitas outras ações pitorescas do ex-jogador de futebol Silvestre.

SOUZA[51], ás p. 55 a 61, citou outras figuras marcantes na sociedade afonso-claudense:

• Patonha

Era um índio idoso, provavelmente “remanescente de alguma das famílias indígenas habitantes de nossas matas”. [...]. Vivia segundo a fonte citada, perambulando pela cidade.

• Modestina

“Neta de escravos[...], dizia ter sido criada na Fazenda do ‘Padinho Caiau’”. Foi empregada doméstica da família Haddad.

• Alberto Pereira

“Era amigo incontestado de José Cupertino, influente político da época. Protegia-o contra tudo e contra todos”.

• Pascoal Pereira

“Teve vários filhos com D. Lina e foi pai de Pilinha e Cocota. Era encarregado da limpesa urbana da cidade, quando “pela madrugada reunia a sua família, que o ajudava a varrer as ruas da cidade em meia a cantoria que o caracterizava”.

• Virgílio de Sá

Era considerado um homem forte, e quem abatia os bois para consumo familiar, com a característica que, os dominava “pegando em seus chifres, dobrando-lhes a força a fim de abatê-los”. Entretanto, certa ocasião fazendo o mesmo procedimento, aconteceu-lhe o inesperado: não conseguiu dominar o boi, que lhe perfurou a barriga, consequentemente, provocando a sua morte.

✓ Brincadeiras Infantís

Se formos buscar o passado da nossa infância, encontraremos inúmeras brin-

cadeiras do folclore infantil. Quem não se lembra das cantigas de roda: "Ciranda, cirandinha", "Terezinha de Jesus", "Quebra, Quebra Gabiroba," "Fui no Tororó", "Pai Francisco", "Carneirinho, Carneirão" ou "Pirulito que Bate, Bate"? NEVES[97], em sua obra recentemente publicada, afirmara que as cantigas de rodas saiam dos "pátios de recreio dos colégios, passando elas as ruas e praças, aos parques e jardins das cidades, das vilas, das praias e povoados [...]" Normalmente, essas brincadeiras eram feitas pelas crianças em grupo ou isoladamente, e inda que em pequena escala, existem no meio infantil afonsoclaudense. E os jogos de pião e bolas de gude?

✓ Carros de Bois

PÁDUA[98], à p. 73, descreveu o carro de boi: [...] "no seu vai e vem, com sua constante sinfonia, muito acrescentava ao encontro bucólico da vila. Quem não parava para vê-lo passar!".
Inúmeras vezes presenciamos esta cena, quando de férias na Fazenda Floresta, do meu avô José Vieira, em frente à fábrica de aguardente Guarany, pois por ali desfilavam os carros de bois, ora com destino à cidade, ora para a fábrica de aguardente Timotina, com os seus ruídos musicais, que até hoje, ainda os escutamos! O último proprietário de carros de bois foi o "vovô" Felício de Souza, que trouxera o transformador de luz, de Aimorés (MG) até Afonso Cláudio. Morava na rua dos "Cabritos".

FOTO N 113 - Transporte por Carros de Bois - Década de 1960.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

[97]NEVES, Guilherme Santos. "Coletânia de Estudos e Registros do Folclore Capixaba - 1944/1982." Vitória (ES). 2008. 2v.: il.: 23cm. 1v. 619p.
[98]PÁDUA, Newton. "Recordações da Vila de São Sebastião do Alto Guandu". Rio de Janeiro (RJ). 199. 110p.

✓ A Burrinha e o Boi

PACHECO[95], já citado, descreve estas figuras folclóricas como "engraçadas, saídas de algum folguedo". Prossegue a mesma fonte: "A burrinha tem cabeça de pau ou papelão, boca e olhos pintados. Suas orelhas são de crina e seu corpo de armação de madeira, coberta com um pano estampado tendo um rabicho na parte de trás. Do lado da burrinha estão penduradas duas falsas pernas de cavaleiro". Elas apareciam principalmente nos carnavais.

✓ Lendas

Duas grandes histórias fizeram parte da fábula afonsoclaudense. A primeira, a "Onça da D. Carolina", que em quase todas ao municípios do Estado fez parte dos seus folclores, época em que a diversidade das matas propiciava ambiente à criação destes animais, e, a segunda, a do "Tesouro dos Jesuítas", que é lembrada em quase todas as bibliografias sobre o município. Mais uma vez vamos recorrer ao auxílio de GOMES[7], que, com sua singeleza, trata destes assuntos com muita propriedade.

a) Onça da D. Carolina

A origem desta história leva-nos ao cidadão Joaquim Timbuca, ex-escravo, que era "mestre fabricante de carros de boi, que fora chamado para fazer um desses carros de lavoura, em casa do Sr. Calistro de Almeida, genro de D. Carolina". Esta propriedade ficava na localidade conhecida pelo nome de Lagoa. Ao chegar aos pés dos Três Pontões, o Sr. Timbuca procurou informações sobre o caminho que deveria tomar para chegar até a propriedade do Sr. Calistro, consulta esta feita no boteco do local, onde chegou a tomar um "gole" de cachaça.

Ali residia o velho Joaquim Pinto de Oliveira, levando a vida sentado no banco, com a cabeça entre as mãos, que foi quem deu a orientação ao Timbuca. O velho teria respondido: "Aí adiante. O Senhor entra à esquerda, que a direita, vai para a Mata Fria. É bom o Senhor, não dormir no jogo, porque a onça está andando por aí".

Sr Joaquim tinha duas filhas: Ana e Manuela, pessoas de comportamento esquisito, que naquela ocasião montavam num só cavalo e que teriam complementada a informação com a seguinte locução: "Não tem perigo, uma onça, não come outra!"

“Não se sabe se o ex-escravo achou ruim ou não, o certo é que deu uma chicotada no cavalo que as derrubou ao chão destroncando o braço de uma delas”, chamada Manuela. “A outra irmã que era conhecida pela alcunha de Ana, teria feito a ameaça da seguinte maldição: [...] Deus permita, que ele erre o caminho e a onça o passe no papo”.

“Parece, que tem certas horas que não se pode falar alguma coisa. Não é que, o “negro” erra o caminho!”

Quando Timbuca se deu conta, estava dentro da mata de Santa Joana, que ficava “duas horas de distância de qualquer moradia”.

Como já estava escurecendo, Timbuca “amarrou sua égua numa estaca, fez uma boa fogueira”, onde já possuía uma pequena cobertura, provavelmente erguida pelos tropeiros, e ali passaria a noite. A essa altura, ficou a exclamar, como poderia ter errado o caminho!

Enquanto recostava num tronco, eis que de repente a sua égua “empina, arrebenta o cabresto e some”. “E chega a D. Onça, que deu um urro, que a terra chegou a tremer! Ficou em frente dele, sentada. Ele gritava: Me vale as almas dos queimados! Vale São Jorge, Vale Sto. Tomás! E o chicote gemia!.

“Assim foi a noite toda. Estava com o braço que não agüentava mais. E a onça o ameaçava”.

“Ao romper do dia, ela sentou mesmo, querendo pegá-lo. Ele passou a mão num tição e atirou-lhe e gritava, gritava!”.

Com as brasas a lhe queimar, a onça saiu correndo pela mata a dentro, ocasião em que o Timbuca aproveitou para correr.

À proporção que corria, olhava para trás e constatava: a onça encontrava-se no lugar que ele havia passado a noite. “Correu sem parar até a Vila dos Três Pontões”.

Quando lá chegou, encontrou a “sua égua, na porteira que entrava para a propriedade da família Lessa”.

“Tinha que atravessar um riacho, onde se lavou. Os familiares Lessa ficaram a admirá-lo, pois encontrava-se todo molhado, ocasião em que a D. Mariquinha, proprietária deu-lhe um prato de comida e dissera: A estrada é esta aí, da esquerda”. Seguindo viajem, chegou a casa do Calistro, onde jantou e foi dormir na tulha, impressionado com a onça e praguejava: “Ah! ‘Mardita’, tenho fé, que você há de cair na armadilha.”

Toda a região ficou em alerta, face aos prejuízos que a onça causava aos proprietários.

Mais tarde, o velho Galvão da Barra do Ingá e outros produtores conse-

guiram capturar a fera, não sem antes a família Galvão ter passado um sufoco, quando a onça ficou uma noite inteira rodeando a sua casa.

b) Tesouro dos Jesuítas

Antônio Cândido de Almeida Rosa, em 1927, deixou registrado no livro de tombo de Carangola-MG, e Plínio Gomes, em 1968, no caderno onde narrou a sua vida, de seus amigos e antepassados, o roteiro do tesouro dos Jesuítas, deixados por eles em 1880.

Tudo teria começado quando por Decreto do Marquês do Pombal, em meados do século XVII (1762), expulsando os Jesuítas do Espírito Santo, fez com que os mesmos fossem obrigados a se embrenharem nas selvas, pois se pegos, seriam condenados à prisão ou à deportação. Segundo LACHINI[99], os Jesuítas tiveram que "entregar suas fazendas modelo aos amigos do rei, que por sua vez usou das benesses do poder para aquinhoar a elite dominante".

Como foram avisados a tempo, "resolveram refugiar-se com alguns escravos e índios catequisados, munindo-se de ferramentas e objetos de grande utilidade e necessidade", também nas matas do Alto Guandu.

O documento com o mapa do tesouro teria vindo parar nas mãos do Sr. Plínio Gomes, com toda orientação para se chegar a ele, através de um padre conhecido por José. A localidade do tesouro era em Cinco Pontões, "numa ermida, dentro de uma gruta, que fora fechada, pela tribo dos índios Aimorés".

Sobre esta lenda, DERENZI[100], afirmava que "muito se cavou nas antigas propriedades dos jesuítas em busca do tesouro [...]".

Nos documentos citados, há todo o roteiro que deveria ser seguido para encontrar o tesouro, que até a presente data, não se possui informações sobre a sua descoberta.

AURICH[21], quando da publicação da história política e administrativa de Itaguaçu, também fez menção aos tesouros dos Jesuítas, no mesmo lugar, ou seja, "Cinco Pontões".

[99]LACHINI, Cláudio. "Sperandio – Fragmentos de Uma Saga Italo-Brasileira". São Paulo (SP). 2007. 222p.

[100]DERENZI, Luiz Serafim. "Os Italianos no Estado do Espírito Santo". Rio de Janeiro. 1974. 177p.

✓ Carnaval

O carnaval de Afonso Cláudio era de alegria incontida, sã e desinteressada da sociedade. Eram 4 (quatro) dias de descontração, onde se misturavam risos despreocupados de moças e sorrisos meigos de mulheres, num ambiente de amizade e respeito.

Homens que no dia eram normalmente "circunspectos e austeros, sobrecarregados de responsabilidades tremendas, esqueciam a investidura social para virem aclamar em frenéticos aplausos" a folia de rua ou dos clubes sociais.

Fomos buscar estas lembranças no carnaval de 1919, onde o bem organizado Bloco do Pingo, composto de guapos[LXIX] e elegantes senhorinhas percorriam as ruas da cidade, cantando algumas trovas carnavalescas [...]". Outros blocos: "Sujo do Nhô - Juca" (1924), "Os Inocentes", cujo bloco rival chamava-se Arco-íris. "Cores e Flôres", de 1928, também deixou saudades! Animavam muito os blocos nesta época, o senhores Álvaro Castello, Henrique "Goseira" e Clotário Passos (1924). Em 1931 os blocos "Quem Fala de Nós Tem Paixão - Gente Que Promete", "Sorrir e Flertar", além do grupo musical "Está Cruel", também deixaram as suas marcas. No Carnaval de 1935, quem fez sucesso foi o bloco "Os Granadeiros".

FOTO Nº 114 – Bloco "Sujo do Nhô" – Juca - 1924.
Integrantes: Vaifro Federici, Faride, Dodô, Darcy e Clotário Passos (Pernas Penduradas na Carroça).
(Acervo: Família Passos - Carlos e Maria Amélia)

[LXIX]GUAPOS adj. 1 Valentes 2 Airosos, elegantes.

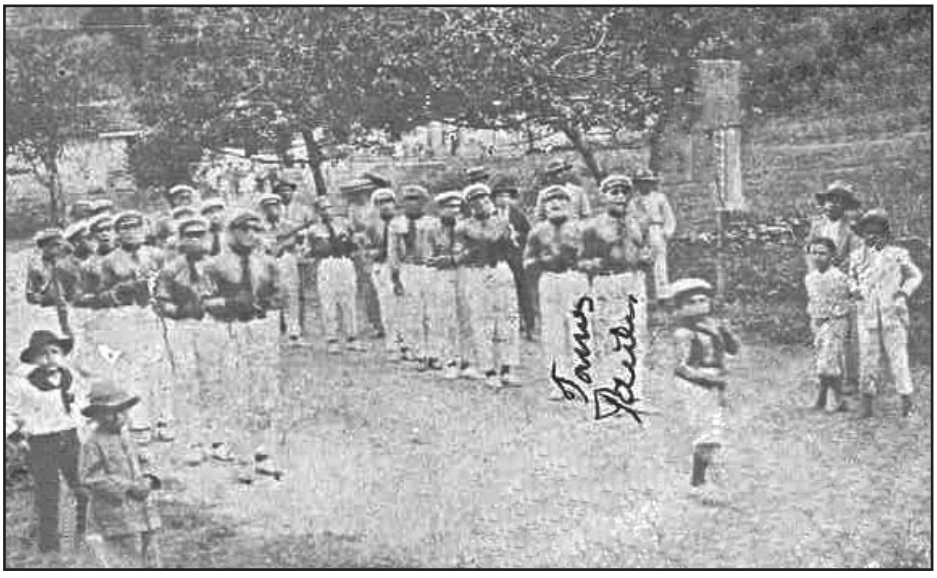


FOTO Nº 115 – Bloco “Os Inocentes” – 1924.
Desfile em Frente à Igreja Católica - Praça Adherbal Galvão.
(Acervo: Família Passos - Carlos e Maria Amélia)

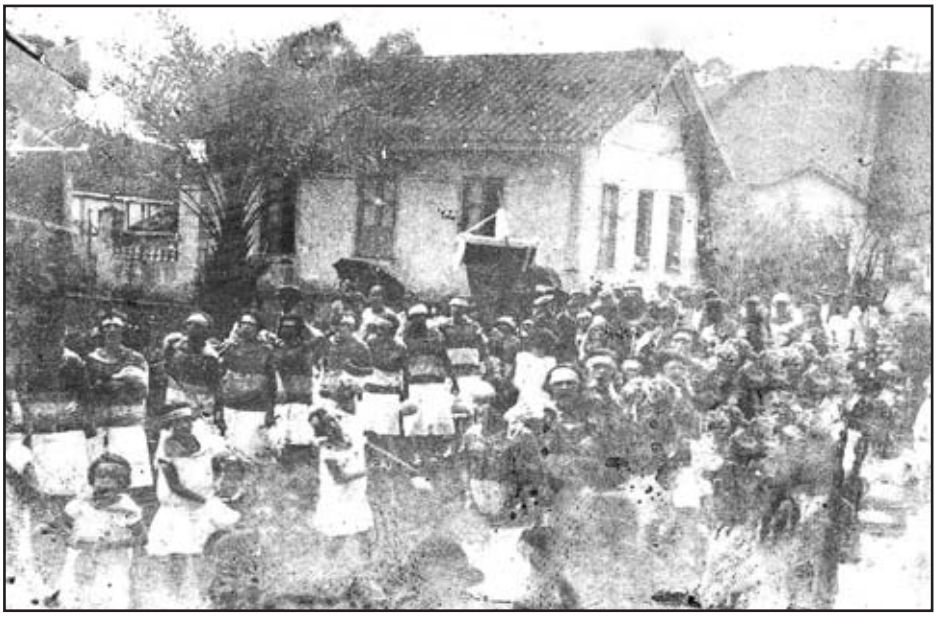


FOTO Nº 116 – Bloco “Arco-Iris, Eterno Rival de “Os Inocentes” – 1924.
(Acervo: Família Passos - Carlos e Maria Amélia)

FOTO Nº 117 – Bloco “Côres e Flôres” – 1928.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual – Revista “Vida Capichaba”)

FOTO Nº 118 – Grupo de Foliões - Cordão - “Quem Fala de Nós Tem Paixão - Gente Que Promete ...” - 1931.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual – Revista “Vida Capichaba” - Nº 269, de 28/03/1931)

Todos sabiam de cor e salteado as marchinhas de carnaval que até hoje trazemos nas nossas memórias. Para citar algumas: “Pastorinhas; “Piêrro Apaixonado”; “Touradas em Madri”; “Balancê”; “Teu Cabelo Não Nega”; “Linda Morena”; “Prá Você Gostar de Mim”; “Cidade Maravilhosa”; “Mamãe Eu Quero”; “Sassaricando”; “Saca Rolha”; “Quem Sabe Sabe”; “Cabeleiras do Zezé”; e tantas outras.

A Profª Stella, resgatando a história dos carnavais de Afonso Cláudio, cita o “Carro dos Pierrôs e Colombinas, o do Bola Preta, das Ciganas, Ai Vem a Marinha, Abafando a Barca, Tirolesas, Turunas[...]” e outras;

Como sempre nas cidades do interior, havia a rivalidade entre os blocos, o que acabava levando ao aprimoramento das fantasias e outros adereços.

Durante o dia, apresentavam-se os blocos, com as brincadeiras sadias da época, até o boi pintado e/ou mula sem cabeça. À noite, as fantasias de melhor qualidade, cada um apresentando-se da melhor maneira que lhe aproviesse, para participação nos concursos de fantasias e de blocos.

Na década de 1930, o carnaval era tão ativo na sociedade guanduense que 03 (três) clubes sociais ofereciam aos seus associados espaços para os bailes carnavalescos: Cine, o Trianon e o Bola Preta. A cada ano a afluência de público e foliões era crescente, e a multiplicação de clubes carnavalescos de dança, fazia com que aumentassem também os blocos, engrossando-se os cordões, com destaque para o “Corsos”.

FOTO Nº 119 - Grupo de Foliões - Cordão - “Quem Fala de Nós Tem Paixão - Gente Que Promete ...” - 1931.

Da Esquerda Para a Direita: **1-** Sylvio Barros - “Vivinho” e **2-** Amaury Sá Gomes.

(Acervo: Biblioteca Pública Estadual – Revista “Vida Capichaba” - Nº 269, de 28/03/1931)

FOTO Nº 120 - Bloco “Sorrir e Flertar” - 1931.
Da Esquerda Para a Direita: **11- 2- 4- 6- 8- 9- 10-** Não Identificadas, **1-** Georgina Ramalho **3-** Lucília Barros **5-** Aida Ferro e **7-** Corina Ribeiro.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual – Revista “Vida Capichaba” - Nº 305, de 12/12/1931)

FOTO Nº 121 - Bloco “Sorrir e Flertar” - 1931.
Da Esquerda Para a Direita: **1-** Farid Gastin **2-** Dodô **3-** Tannus Gastin.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual – Revista “Vida Capichaba” - Nº 305, de 12/12/1931)

FOTO Nº 122 – Bloco “Os Granadeiros” – 1935.
Da Esquerda Para a Direita: **1-** Georgina Ramalho e **2-** Aida Ferro.
(Acervo: Família Passos - Carlos e Maria Amélia)

FOTO Nº 123 – Bloco “Sem Identificação” – Década de 1930.
(Acervo: Humberto Biasutti)

✓ Alguns “causos” de Afonso Cláudio

• Abusos da Ignorância

Esta matéria foi produzida pelo O AFFONSO CLÁUDIO[101], de 1914:

“No districto de Bom Jesus appareceram ultimamente dous indivíduos, um dos quaes se intitulava medico e o outro delegado em commissão.

O primeiro que era inglez, chamado para tratar de uma doente tuberculoza, applicou-lhe agua fria no estômago e deu-lhe a beber caldo de gallinha com limão, cheiro, vinagre e cebollas, vindo ella a fallecer 3 dias depois e cobrando o tal medico 380$000 de honorários!...

Á outra enferma deu-lhe suador de areia com agua fria e por esse tratamento cobrou 1:240$!...

O segundo personagem era um indivíduo mal encarado, descalço e com uma carabina a tiracollo e acompanhado de outro nas mesmas condições dirigiu-se para a casa do tal medico na companhia do próprio sub delegado de polícia local!

Praticando diligencias com annuencia da autoridade, convidou para uma dellas um Sr. Rogerio que juntamente com o intitulado delegado chegou a uma casa a meia noite e intimaram, os dois a quem estivesse dentro para entregar as armas e, como ninguém respondesse, entraram na casa e foram até o quarto, onde dormia uma pobre viúva, e dahi tiraram 2 garruchas e 1 espingarda de caça pertencentes aos filhos dessa viuva.

Em seguida desappareceu o referido delegado, coincidindo a sua retirada com o furto de uma besta de sella de um allemão residente no logar.

Para evitar a reprodução desses factos pedimos providencias as autoridades, superiores da comarca. 8-7-914. XISTO”.

• Vovô de 134 anos

O ALTO GUANDU[102], de 1894, trouxe a seguinte matéria:

“Faleceu no Rio da Cobra, deste districto, Eleutério José Silva, vulgo Eleutério Velho, que contava a bagatela de 134 anos.

Em 1803, quando D. João VI veio ao Brasil, contava ele, já com 48 (quarenta e oito) anos de idade. Dizia também, que fora ele quem fez o primeiro rancho na cidade do Rio de Janeiro, quando se inaugurou aquela cidade”.

---

[101]O AFFONSO CLÁUDIO. “Abusos da Ignorância”. Afonso Cláudio (ES). Jornal 62, de 26 de julho de 1914. 4p.

[102]O ALTO GUANDU. “Eleutério Velho”. Afonso Claudio (ES). Jornal nº 33, Ano II, de 19 de agosto de 1894. 4p.

• Pró-Pátria

O CORREIO DO CENTRO[103], em 1930, havia feito um apelo ao povo do Guandu, no sentido de dar uma "prova do seu civismo", contribuindo com recursos financeiros para o resgate da dívida externa nacional.

O produto desta arrecadação seria depositado no Banco do Brasil, "à ordem da Nação e só poderá ser utilizado para o fim a que se destina", ou seja, tornar o Brasil independente das bolsas estrangeiras [...]. Os doadores que subscreveram importâncias para o programa foram:

"Dr. Figueiredo Monte 20$, João Soares de Azevedo 20$, Dr. José Coelho Junior 20$, Alcides Soares de Azevedo 20$, Corintho Souza 20$, Mansur Malhame 10$, Angelo Federici 10$, Antonio Jerônymo da Silva 10$, Saturnino Horacio Lima 5$, Argeo Gomes 5$, Clotario Passos 5$, Sylvio F. Chagas 5$, Hernani Federici 2$, Arnulpho Barros 2$, João F. Soares Filho 2$, Francisco Salles Cerqueira 2$, A. Coutinho de Athayde 3$, Oswaldo Federici 5$, José Francisco 1$, Benedicto Nolasco Ferreira 10$, Elias Padua 5$, João Martins 1$, Pedro Antonio 1$, João Duarte Manso 20$, José Ferreira Diniz 20$, Joaquim Eustorgio Serpa 5$, Maria da Penha Lopes Ribeiro 10$, Miguel Gomes 5$, Manoel Francisco de Andrade 10$, Roque Tosta 5$, Dr. Alvaro Castello 20$, Antonio Cruz 10$, Pio Ramos 10$, Dr. M.R. Sette 10$, um anonymo 1$, Pedro Ferreira da Motta 2$, Hottir Giestas 5$, Domingos Tiradentes 10$, Paulo Padua 50$, José Haddad 50$, Francisco Xavier da Costa 10$, Augusto Lemos 20$, Elias Gastin 30$. Sobe a 448$000 a importancia já recebida, que se acha em poder do Sr. Alcides Soares Azevedo, a quem foi commettido o encargo de thesoureiro."

4.2.8 – Poetas e Escritores:

Buscando auxílio de ELTON[104], encontramos somente o poeta Arnaldo Serapião de Souza na lista elaborada por ele em 1982. Arnaldo nasceu em Afonso Cláudio, no dia 27 de maio de 1924, e faleceu em Colatina, no ano de 1955. Publicou: "Relâmpago das Trevas" e "O Vendedor da Sorte".

À luz das pesquisas do autor, identificou-se também:

▪ Antonio Serapião, que publicou: "Terra Natal", "Manhã de Bruma", "O Pavilhão Brasileiro", "Último Presente", "País do Sonho", "Um Velho Assim", "Pássaro

[103]O CORREIRO DO CENTRO. "Pró Pátria." Afonso Cláudio (ES). Jornal Nº 28, de 28 de Novembro de 1930. 4p.

[104]ELTON, Elmo. "Poetas do Espírito Santo". UFES/FCAA – Universidade Federal do Espírito Santo – Fundação Ceciliano Abel de Almeida e Prefeitura Municipal de Vitória (ES). 1982. 230p.

Cativo" e "Saudade". Atuou neste campo durante as décadas de 1920 e 1930.

- Newton Pádua - nascido em Afonso Cláudio, bacharel em direito, funcionário aposentado do Banco do Brasil. Atualmente reside em Salvador (BA) e publicou: "Recordações da Vila de São Sebastião do Alto Guandu", "Produtividade na Lavoura", "Roteiro de Fazenda", " Nas Asas de um Sonho" e "Poesias e Sonhos".

- José Haddad Filho - nascido em Afonso Cláudio, em 24/04/1921, publicou "A Coluna do Capitão Ventura e Outras Histórias". Atualmente reside em V. Velha

- Dulce Leite Almeida - nascida no dia 5 de dezembro de 1907, em Afonso Cláudio, publicou: "Conselho de Família". Faleceu em 26/08/1998.

- Stella Haddad de Souza - nascida em Afonso Cláudio, em 11/11/1918. Publicou: "Buscando a Tradição de Um Povo", "História da Conferência de São Vicente de Paulo em Afonso Cláudio" e "Influência da Colônia Libaneza em Afonso Cláudio".

- Sebastião Cypriano do Nascimento – "Totó", nascido a 19 de julho de 1917, na Fazenda Boa Vista, São Domingos, Afonso Cláudio. Publicou: "Vida Política e Decepções". Faleceu em Vitória, em 29/08/1993.

- Liberato Tristão Schwartz - natural de Afonso Cláudio, publicou "Bita".

- Pedro Antonio Pádua - poeta, nascido na Argentina, filho de pais sírio e espanhol, veio ainda pequeno para Afonso Cláudio, onde publicou "Versos em Sol Menor" e muitos outros.

- Adalto Dias Tristão - nascido no dia 19 de novembro de 1947, em São Francisco Xavier, interior de Afonso Cláudio. Foi Advogado, Juiz e atualmente é Desembargador, chegando a ocupar a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado. Publicou: "Sentença Criminal – Prática de Aplicação de Pena e Medida de Segurança", "Epopéia de Francisquense", "Santos Futebol Clube, o Terror do Norte" e "Os Aventureiros de Astrogildo" e "O Interrogatório como Meio de Defesa". Possui bibliografia "Do Vilarejo a Presidência do Tribunal", escrita por Elvídio Andrade. Publicação mais recente: "O interrogatório como meio de Defesa"

- José Cupertino de Almeida - nasceu em Afonso Cláudio, em 26/06/1926, foi Ad-

vogado, Promotor Público, Vereador por Vitória, Deputado Estadual, Chefe da Defensoria Pública, Procurador Geral do Estado, Secretário da Administração Estadual e Desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, onde se aposentou. Escreveu "Não Contei Tudo".

- Argentina Lopes Tristão - natural de Iconha, nascida em 1914, residiu em Afonso Cláudio no período de 1935 a 1945. Era pesquisadora, folclorista e trovadora. Publicou: "Minicontos – Cenas da Vida Diária", "Dois Livretos da Trova Adivinha", e "Legendas de Pára-Choques", "A História de Afonso Cláudio desde a sua Fundação até a Revolução de Trinta" e "Menino José". Faleceu em 1999, na cidade de Vitória (ES).

- Maria Zuleika Haddad Fafá - nascida em Afonso Cláudio, em 09/03/1924. Publicou: "Centenário da Paróquia do Alto Guandu – 1899 -1999".

- Ilma Henriques Vieira - natural de Afonso Cláudio, nascida em 19/06/1904, residente em Boa Sorte, onde veio a falecer em 18/05/2002. Publicou: "Pesquisando a Bíblia" (Curiosidades).

- Carlos Passos - natural de Afonso Cláudio, nascido em 24 de abril de 1920. Ainda jovem, seus pais transferiram residência para Castelo, onde foi professor de Inglês durante muitos anos no Colégio Estadual. Ainda reside naquela cidade. Publicou os seguintes sonetos: "Súplica do Tempo" (15/06/1973); "Bola de Cristal" (22/09/1971); "Desencontro" (02/07/1975); "Suprarealidade" (28/08/1972); "Sombras" (16/04/1973); "A Corrida" (18/08/1972); "Estranha Flor" (12/1972) e "Reminiscências" (1972). Homenageando todos os escritores, poetas e poetisas de Afonso Cláudio, publicaremos um soneto do autor:

Reminiscências

Nas tardes mornas de março,
Na minha Terra Natal.
Com outras crianças eu folgava,
E junto com elas sonhava
Com um mundo de paz e amor.

Entretanto, quando cresci,
E depois que gente grande fiquei,
Senti com mágoa e tristeza
Quão diferente era o mundo.

Mas mesmo assim ‘inda sonho
Com aquele mundo-encantado,
Pois que, dentro de minh’alma
Para sempre serão lembradas
As saudosas tardes de março...

4.2.9 – Teatro

✓ Theatro Guanduense

É o 1º (primeiro) grupo de teatro amador criado na “Villa Affonso Claudio”, em maio de 1893.
No dia 15/05/1893 apresentaram o drama “Os Filhos do Trabalho” e a gostosa comédia “Caiu-me a Sopa do Mel”.
O Secretário era o Sr. Adolfo Gomes .
Antes desta data (1890), Augusto Gomes havia organizado um salão teatral.

✓ Teatro “Grêmio Recreativo Guanduense”

Fundado em 06 de janeiro de 1916, conforme cópia da Ata a seguir, publicada em O AFFONSO CLAUDIO[105].

“Acta da 1ª reunião da fundação do Grêmio Recreativo Guanduense.

Aos vinte e oito dias do mez de dezembro de mil novecentos e quinse, nesta cidade Affonso Claudio na casa de residência do coronel José Cupertino Figueira Leite as 20 horas, presente os socios fundadores e demais convidados pediu a palavra o socio Gumercindo Lacerda, que expoz o fim da reunião, convidando o coronel José Cupertino para presidir a mesma e indicar os nomes que deviam fazer parte da Directoria do Gremio. Acceitando o coronel José Cupertino o convite que lhe fora dirigido, propoz aos socios presentes os nomes do dr. Genuino de Andrade para presidente, José Haddad para secretario e Gumercindo Lacerda para procurador, sendo acceita a proposta por unanimidade dos socios presentes. Em seguida foi nomeada a seguinte commissão para angariar donativos afim de elevar a effeito a fundação do

[105]O AFFONSO CLAUDIO. “Acta da 1ª Reunião da Fundação do Gremio Recreativo Guanduense”. Afonso Claudio (ES), Jornal Publicado em 02/01/1916.4p.

Gremio no dia 6 de janeiro p. futuro e a representação da primeira comedia, cuja comissão é composta das senhoritas: Zilda de Andrade, Aracy Fernandes e Maria Padua. Ainda pelo coronel José Cupertino foi proposto que nesta acta fosse inserido um voto de lovor aos moços Francisco Tagarro, Emygdio Xavier, Gumercindo Lacerda, Pergentino Vasconcelos, Julio Leite e Alberto Lessa, authores da idea e iniciadores da fundação do Grêmio. Ficou deliberado que, a Directoria acclamada, no mais curto espaço de tempo fizesse definitivamente a organização do mesmo Gremio, e que todas as pessoas que esta subscrevem seriam considerados socios fundadores do que para constar eu José Haddad convidado para lavrar a presente acta a fiz e assigno Genuino de A. de Andrade, José Cupertino Figueira Leite, José Haddad, Gumercindo Lacerda, Aracy de Barros Fernandes, Zilda de Andrade, Iracema Fernandes de Barros, Augusta E. Gomes, Moema Fernandes Barros, Maria Padua, Zaira Barros, Izalda Barros, drs. Manoel Beiriz, e Samuel Chaves, José Giestas, Emygdio Xavier, Francisco Tagarro, Pergentino Vasconcelos, Julio Leite, Alberto Lessa, Elias Mudawar, Manoel Serpa, Hermogenes Lacerda, Argeo Gomes, Wadih Haddad.

No dia 10 de janeiro de 1916 era apresentado no salão da Câmara Municipal, o seu primeiro espetáculo, dando por inaugurado o teatro.

Foi encenado um drama em 3 (três) atos, do qual tomaram parte: Augusta Gomes, Zilda Andrade, Aracy, Moema e Iracema de Barros Fernandes, senhoritas da sociedade Afonsoclaudense. Era um grupo dramático.

✓ Theatro “Coelho Neto”

Antonio (Antonio Serapião) cedera gentilmente a sua casa para que nela fosse levantado o palco. O grupo de teatro amador contou com a colaboração do Cel. José Cupertino para a realização do empreendimento e também, com a ajuda do Dr. Rozendo Serapião Filho.

O grupo era composto de senhoritas da sociedade e de inteligentes rapazes, que empregaram o melhor dos esforços para o êxito do teatro.

A fundação do grupo se deu no ano de 1919 e a primeira apresentação foi no dia 23 de maio de 1919, levando à cena várias peças, com destaque para a comédia “A Noiva de José”.

Em 8 e 13 de junho do mesmo ano, apresentou-se a peça de Júlio Dantas, “Mater Dolorosa” e a hilariante comédia escrita pelo Sr. Antonio Serapião “Coração de Pai”. Outra peça encenada, de Oscar Lopes, foi “O Sonho da Guerra e da Paz”.

As receitas oriundas destas apresentações foram revertidas para ajudar na construção da Matriz de Afonso Cláudio.

A peça Mater Dolorosa foi apresentada pelas senhoritas Aracy e Iracema Barros, respectivamente, nos papéis de D. Rozaria, a estalajadeira, e de Maria do Carmo, a "Mater Dolorosa". Outros artistas: João Soares, no papel de André, Gumercindo Lacerda, no de Lopes, e Alberto Lessa, de Domingos.

Segundo O AFFONSO CLAUDIO[106], "as pequenas Irene, Jacy e Alair representaram com muita graça uma pequenina comédia; Jandyra e Dulce desempenharam com sentimentalidade e vivez o interessante diálogo "A Órfã e a Enjeitada".

A comédia escrita por Antônio Serapião, "Coração de Pai", contou com a participação de Gumercindo Lacerda no papel do estudante Edu, Moema Barros, a Laurentina, além de Emygdio Xavier, Alberto Lessa e Carlixto Azevedo.

Em outra apresentação da noite, Iracema Barros e Gumercindo Lacerda cantaram e bailaram "O Fidalgo e a Camponeza". A peça "O Sonho da Guerra e da Paz", teve a participação de Oscar Lopes e dos irmãos Aurora e Moacyr Barros.

Encerrando o espetáculo, acompanhados da Euterpe Guanduense, cantaram a "Canção dos Marinheiros".

No dia 24/06/1919, outras peça eram encenadas: "No Hospital de Sangue" e "O Crime do Sr. Pompeu", cujo drama foi reprisado, gratuitamente, no dia 6/07 do corrente.

Ainda no dia 16 de outubro de 1919, o mesmo grupo, formado pelos artistas amadores Aurora, Aracy, Moema Barros, Gumercindo Lacerda, Emygdio Xavier, além de Irene e Dulce Leite, Jandyra e Izalda Barros, apresentaram: "Uma Criada Nova", "Chaos" e "A Mesma Coisa", original do Prof. Alfredo Lemos e por ele representado.

Informações sobre o grupo teatral só foram encontradas novamente em 06/04/1929, quando se apresentou à sociedade com a peça: "Esposa e Mãe". No mesmo artigo que fala sobre esta peça, faz-se menção de que o grupo estava reiniciando suas atividades, numa nova fase.

A "Directoria" nesta nova fase era:

- Presidente: Dr. Lourival de Almeida
- Vice-Presidente: Henrique Alves Vieira

[106]O AFFONSO CLAUDIO. "Theatro Coelho Netto". Afonso Cláudio (ES). Jornal Publicado no dia 22 de junho de 1919, nº 251. 4p.

• 1º Secretário: Álvaro Amaral
• 2º Secretário: Amaury Sá

Em 18/05/1929, deixava o círculo de apresentação teatral exclusivamente na cidade de Afonso Cláudio, e levava a sua cultura para a vizinha Santa Teresa. Fizeram parte desta caravana de artistas amadores Corintho de Souza, Narceu Paiva, Isolda Barros, Jovert Barros, Henrique Alves Vieira e Álvaro Amaral.
A peça apresentada foi "Tio Padre", onde o Corintho era o tio padre; Narceu o sobrinho do padre; Isolda, a mulher do sobrinho do padre e Jovert, o filho do casal.
Na 2ª parte da apresentação, Altair Barros cantou os tangos, "Canção de Amor" e "Cabeça de Indio". O Corintho e o Narceu, os monólogos, "Sombração" e "Lenço de Minha Tia". A menina Maria da Penha, uma cançonete. Drº Álvaro Castello, advogado, também deu a sua "canja", recitando, "O Mosquito".
A importância deste intercâmbio foi tanta que fizeram parte da comitiva à cidade Therezense: Álvaro Castello, Emygdio Xavier (Prefeito), Dr. Corintho Souza, Livio Ramalho e senhora, Joaquim dos Santos, Olympio dos Santos, José Salustiano dos Santos, Salustiano José dos Santos, Antonio Faria, Sylvio Barros, Sebastião Monteiro, Joveri Barros, José Nilson Lima, Narceu Paiva, madame Constantino de Sá, madame Henrique Alves Vieira e senhorinhas Altair Barros, Aurora Sá e Maria da Penha Lima.
A comitiva ficou hospedada no Hotel Comércio e as apresentações foram no "Theatro Progresso".
Em 1980, os cidadãos Manoel Ribeiro de Castro, Olympio Santos, Salustiano Santos, José Ribeiro de Souza, Agenor Bicalho, Arthur Santos, Avelino Trindade e Sebastião Pereira da Silva iniciaram o movimento para a construção da "Casa para o Theatro". Ajudaram ainda na construção, os pedreiros Cicero Trancoso, Carlos Gomes, Francisco Anselmo Soares e Antonio Moura, auxiliados pelos serventes de pedreiro: Joaquim Salles, Eduardo Deorce, Waldemar Deorce e Antonio de Tal. O material foi doado pelos comerciantes Barão Gastin, Paulo Pádua, Thanus e Farid Gastin e Constantino Sá.

✓ Troupe Trá-Lá-Lá.

Outro grupo de teatro amador criado na cidade de Afonso Cláudio, no ano de 1939, pelo carioca Eduardo Cabral.

A sua 1ª apresentação ocorreu no dia 22 de abril de 1939. Foram dois espetáculos apresentados nos dias 22 e 23 de abril daquele ano, no palco do Cine-Novo.
Na 1ª apresentação, foi levada à cena a comédia, em 2 (dois) atos, com o nome de "Casar para Morrer". Os personagens foram:

• Henrique Alves Vieira: Jacinto, o velho azurário, pai de Anália
• Dr. Corinto Souza: o defunto noivo de Anália
• Eduardo Cabral: primo Arthur
• Petrolina: Anália

Em outra apresentação, com o nome "Único Amor", os artistas amadores foram:

• Zuleika: uma germana admirável
• Alquinha: boneca de pixe
• Eduardo: boneca de pixe

Também apresentou-se o Bailado: "A Sevilhana", cantado por Lurdes e bailado pelas senhoritas Olga, Zizi, Zuleika, Zeny, Glória e Eunice. Ainda na apresentação ocorreram vários números musicados, com as participações de Lurdes, Zeny e Dalila.
Outras pessoas da sociedade afonsoclaudense que compunham o grupo amador, no apóio às apresentações (cortina, cenários, etc.) foram: Taninho, Aida, Glorinha e Celma.
Comandado pelo maestro Waldemar Mattos, o Jazz, Glória abrilhantou os espetáculos a direção artística foi de Syleite.
A receita das duas apresentações foi destinada às obras da Matriz, no valor de Rs. 204$400 (duzentos e quatro mil reis e quatrocentos centavos), após deduzidas as despesas com os 02 (dois) espetáculos, no valor de Rs. 316$000 (trezentos e dezesseis mil réis). A receita foi de Rs. 520$000 (quinhentos e vinte mil réis).
• Em 08 de agosto de 1931, apareceu publicado na imprensa local que no Cine Theatro Avenida fora realizado o 1º (primeiro) espetáculo do futuro: "Grêmio de Amadores – Teatro de Brinquedo", cuja diretora era Virginia de Avila.
• Aparece, também em 18 de fevereiro de 1933[107], o registro do Teatro Apolo, que funcionava nas dependências da Rádio Recreativo Clube.

[107]CORREIO DO CENTRO. "Uma Elegante Festa de Arte – O Poderoso Jazz Gloria Elege a Sua Rainha". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 91, de 18/02/1933. 4p.

4.3 – Religião

4.3.1 – Igreja Adventista do 7º Dia de Afonso Cláudio

Para esta narrativa, fomos buscar auxílio na publicação de LÜDTKE[108], no capítulo "Tesouros de Serra Pelada". Afirma o pastor distrital que, a criação da igreja, data de 1897, sendo considerada uma das maiores do Brasil e a mais antiga da Missão Rio-Espírito Santo. Outrora, chegou a ser considerada a maior igreja de toda a divisão. Sua estrutura era "toda de madeira, inclusive o assoalho, que era alto". Da mesma forma, as portas, janelas e tabuinhas de cobertura.

FOTO Nº 124 - Primeira Igreja de Serra Pelada – 1897.
(Acervo: Igreja Adventista de Afonso Cláudio)

LÜDTKE[108], já citado, às páginas 33 e 34, afirma que, "quando na virada do século dezenove os adventistas de Santa Maria descobriram as férteis terras de Serra Pelada, muitas famílias venderam suas terras e se mudaram para esse lugar mais promissor. Carlos Grüneword foi um dos primeiros adventistas de Santa Maria a abrir um quinhão em Serra Pelada, desmatando, plantando e construindo casas. Quando tudo estava pronto, trouxe a família". Outras famílias tiveram o mesmo procedimento: Storch em 1901, os Basílio, e muitos outros.

[108]LÜDTKE, Mizael. "Origem e Desenvolvimento da Igreja Adventista no Espírito Santo". 1ª Edição. São Paulo (SP). 1989. 175p.

FOTO Nº 125 - São Geraldo (Hoje Serra Pelada) – Início do Século XX.
(Acervo: Igreja Adventista de Afonso Cláudio).

Além de templo, a igreja servia também de escola primária e, logo, anexa à igreja, construíram a casa do professor. Construíram também um pequeno cemitério.

As famílias adventistas mais antigas de Serra Pelada eram as: "de Carlos Grüneword; dos Keffer; as de Carlos, Guilherme, Augusto, Frederico e Gustavo Storch; as de Augusto e Frederico Marquant; as de Fernando, Alberto e Gustavo Krüger; as de Carlos Ost, Julius Claus; Germano Dalmon; Emílio Zahn; Carlos Possimoser; Henrique Velz; Guilherme Denz; Júlio Kepk e Augusto Westphal".

O 2º (segundo) "templo de Serra Pelada foi construído por volta de 1930, distando cerca de 3 quilômetros da primeira igreja" [...].

Segundo a mesma fonte, "era uma construção simples, mas bela, e construída

FOTO Nº 126 - Segunda Igreja Adventista – Serra Pelada – 1930.
(Acervo: Igreja Adventista de Afonso Cláudio).

com esmerado primor".
A escola paroquial foi inaugurada pelo professor Jacob Peterson, em 1ª de novembro de 1913, com 36 (trinta e seis) alunos.
Durante as primeiras décadas do século vinte, Serra Pelada era não apenas uma rota quase obrigatória dos ilustres pioneiros, mas também a Betel[LXX] das grandes e memoráveis celebrações religiosas do Estado. A 8 de junho de 1906 foi ali iniciada a última Conferência Brasileira, pelos pastores F.W. Spies e J. Westphal. Ela contou com cerca de 100 assistentes" [...]. Durante a sua existência, muitos outros acontecimentos importantes da igreja no Brasil foram ali realizados. Os seus pastores foram:

1º Carlos Kaltenhoüser – 1925 a 1937
2º João Katevinquel – 1938 a 1947
3º Arnoldo Aniz – 1948 a 1958
4º Godofredo Ludwig – 1959 a 1965
5º Valdemiro Berger – 1966 a 1972
6º Josué Barbosa – 1973 a 1977
7º Paulo Seidl – 1978 a 1981
8º Neliomar Mardones – 1982 a 1983
9º José Lourenço – 1984 a 1985
10º Ervin Wöerle Filho – 1986 a 1988
11º Pedro Gomes da Luz – 1989
12º Zaqueu Heine – 1990 a 1992
13º Ênio Rocha – 1993 a 1994
14º Antônio Valderi Bernardes – 1995 a 1999
15º Belarminos de Oliveira – 2000 a 2004
16º Paulo César Nascimento – 2005 a 2006
17º Moisés Oliveira – 2007 (Pastor Atual)

4.3.2 – Igreja Assembléia de Deus

Iniciou em "Afonso Cláudio, em maio de 1955, presidida pelo Pastor Eli Gomes, vindo de Itaoca (Cachoeiro de Itapemirim). Na época, funcionava na ladeira, no

[LXX]BÉTEL, s.m. V. bétele
Bétele, s.m. (malabárico vettila). Bot. 1. Planta sarmentosa piperácea (Piper Bethe), cujas folhas secas são usadas como mastigatório estimulante na India, geralmente enroladas ao redor de um pedaço de noz de areca ou misturados com raspas de noz de areca e cal. 2. O mesmo que jaborandi, acepção. 3. Ver.: bete e bétel

sentido de quem vai para o Bairro São Vicente, próximo a Pensão Milke em uma pequena casa. Pastor Eli permaneceu até 1959, sendo substituído pelo Pastor Flodoaldo Rodrigues Pereira, que ficou no município até o ano de 1963. Com o crescimento do número de membros, passaram a reunir-se em um casarão na Rua Francisco Sales. Com a transferência do Pastor Flodoaldo, chegou à cidade o Pastor Saul Inácio Ferreira, que em 1967, foi substituído pelo Pastor Artur Carlos Lessa que pastoreou apenas um ano. Em 28 de fevereiro de 1968 assume o Pastor Liberalino de Souza Proeza que, em 1971 inicia a construção do Templo na Avenida José Euzébio Correia, nº 86".

FOTO Nº 127 - Lançamento da Pedra Fundamental da Igreja Evangélica Assembléia de Deus – 1971.
(Acervo: Igreja Evangélica Assembléia de Deus).

Em 2002, devido ao crescimento do número de membros, iniciou-se uma reforma com ampliação do templo. Iniciando com 05 membros, hoje conta com 193 somente em Afonso Cláudio, além de 14 congregações no interior do município. Em 12 de maio de 2007, com 81 anos, Pastor Liberalino foi jubilado, sendo sucedido pelo Pastor Milton Sotero de Souza.

FOTO Nº 128 - Igreja Assembléia de Deus – Afonso Cláudio.
(Acervo: Igreja Evangélica Assembléia de Deus).

FOTO Nº 129 - Igreja Assembléia de Deus – Templo Atual - Afonso Cláudio.
(Acervo: Igreja Evangélica Assembléia de Deus).

4.3.3 – Igreja Batista de Afonso Cláudio

Através do Pastor BELCHIOR[109] pode-se conhecer a origem da igreja no município. Afirma que, "como agrimensor, o irmão Francisco José da Silva (baiano de nascimento), veio de Baixo Guandu e passou a residir em Afonso Cláudio e em 1901 informou a existência de convertidos na cidade. Entre os novos crentes estavam Manoel Balbino Lannes, Antônio Casais, Demétrio Amorim e seus parentes".

Ainda com auxílio de BELCHIOR[110] , pode-se afirmar que da Vila de Afonso Cláudio, Francisco José da Silva se "deslocava para outros lugares, assim como para o Ribeirão do Firme e Figueira de Santa Joana onde também pregava o evangelho e viu, logo depois, em 1903, serem organizadas as duas primeiras Igrejas Batistas do Estado".

Segundo RANGEL[111], o jovem Francisco José da Silva "chegou a solo capixaba em 1894 e quase 10 anos depois, no dia 21 de agosto de 1903, foi consagrado pastor, o primeiro pastor Batista do Estado. Na data, também foram batizados vários irmãos para a organização da primeira igreja batista no Estado, em Alto Firme, Afonso Cláudio".

FOTO Nº 130 - Primeira Igreja Batista no Estado – Alto Firme.
Afonso Cláudio – 1903.
(Acervo: Revista Comunhão)

[109]BELCHIOR, Edson Raposo. "Síntese Informativa da Igreja Batista". Afonso Cláudio (ES). Sem Data.6p.

[110]BELCHIOR, Edson Raposo. "Afonso Cláudio e a Presença Batista no Município". Afonso Cláudio (ES). S/ Data. 4p.

[111]RANGEL, Elisa. "Espirito Santo – A Conquista da Independência Religiosa Evangélica no Estado". Vitória (ES). Revista Comunhão, nº 121, Ano 9, de setembro de 2007. 82p.

Os crentes de Afonso Cláudio eram ligados à Igreja de Vitória. D. Ilma Henriques Vieira[LXXI] afirmava: "quando aqui cheguei, no dia 17 de março de 1923, era esta igreja uma congregação da 1ª Igreja Batista de Vitória, que se reunia num rancho coberto de taboinhas e cercado com esteiras de taqueras e se localizava em São Luiz de Boa Sorte".

Prossegue BELCHIOR[110], que embora existissem crentes aqui na Vila de Afonso Cláudio, houve maior crescimento em São Luiz de Boa Sorte, onde estabeleceu-se a sede da Congregação e em 26 de setembro de 1926 foi organizada a igreja".

Por esta ocasião, já possuíam sede própria (Casa de Oração), organizada com 75 (setenta e cinco) membros.

Entretanto, com o crescimento do número de crentes, em 08 de fevereiro de 1931 foi proposto que "a igreja devia construir um templo dentro da cidade de Afonso Cláudio, para melhor poder se trabalhar na evangelização ali".

Prossegue a mesma fonte[110]: "Em 12 de novembro de 1932 é feito o registro sobre o terreno que o prefeito de Afonso Cláudio ofereceu à nossa Igreja para construção de uma Casa de Oração, que a igreja aceitou e deverá receber a escritura".

A Casa de Oração foi finalmente concluída e "na ata de 26 de fevereiro de 1938 é eleita a Diretoria da Escola Bíblica Dominical que então é organizada".

"Em 1945 a sede da igreja passa para a cidade de Afonso Cláudio, então com mais de 250 membros espalhados por vários distritos e localidades". (BELCHIOR[109]).

Durante sua existência foram seus pastores:

- ✓ Pr. Manoel Balbino Lannes (1926 a 1933)
- ✓ Pr. Kerope Coverkgtion (1939 a 1945)
- ✓ Pr. Arthur de Souza Freire (1947 a 1952)
- ✓ Pr. Redman Elbert (1955 a 1960)
- ✓ Pr. João Moreira Neto (1961 - Interino)
- ✓ Pr. João Antônio Amorim (1962 a 1966)
- ✓ Pr. Carlos R. Ortega (1966 a 1967)
- ✓ Pr. Zamith Duarte da Silva (1969 a 1971)
- ✓ Pr. Roberto da Rosa Duarte (1974 a 1978)
- ✓ Pr. Samuel Cardoso da Costa (1979 a 1991)
- ✓ Pr. Paulo de Matos Bonfá (1992 a 1999)
- ✓ Pr. Edson Raposo Belchior (1999 a 2008)

[LXXI] D. Ilma Henriques Vieira foi casada com Octávio Vieira de Souza, proprietário em Boa Sorte, entre 1917 e 1919, e onde vieram a falecer, deixando uma prole de 09 (nove) filhos. Octávio era filho de Josino Vieira de Souza, irmão de meu bisavô paterno, José Marcellino Vieira.

FOTO Nº. 131 – Pastor Manoel Balbino Lannes – 1926 a 1933.
(Acervo: Igreja Batista de Afonso Cláudio)

FOTO Nº. 132 – Casa de Oração – Sem Data.
(Acervo: Igreja Batista de Afonso Cláudio)

4.3.4 – IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil em Afonso Cláudio

Com o auxílio da Pastora Janaine Peiter, que nos proporcionou o acesso aos documentos da Igreja, foi a forma que encontramos para resgatar esta história, que foi feita através de pesquisas e depoimentos de pessoas ligadas à religião.

"Os primeiros membros, ou "membros fundadores", foram, na sua maioria, de comunidades e paróquias vizinhas. Essas paróquias estavam dentro do próprio município de Afonso Cláudio e localizadas nos distritos, pois o centro da cidade, ou área mais urbana, era formado, em grande parte, por imigrantes italianos", que professavam outra religião.

"De acordo com as divisões que ocorreram no início da imigração em terras capixabas, muitos luteranos se instalaram nas regiões circunvizinhas a Afonso Cláudio, tais como, Três Pontões, Vila de Laranja da Terra, São João, Mata Fria, Lagoa e arredores em geral, e eram majoritariamente, de imigração alemã-pomerana. Possivelmente, destas regiões podem ter vindo as primeiras influências para a edificação de uma Comunidade Luterana no centro urbano de Afonso Cláudio".

"Quanto ao local de origem dos futuros primeiros membros, é possível portanto que, eles também sejam fruto das migrações nessas regiões em torno de Afonso Cláudio, pois existem relatos de que alguns destes tenham vindo de comunidades luteranas da região de Laranja da Terra, outros das comunidades de Três Pontões e Ribeirão do Costa, da Paróquia de Lagoa – Serra Pelada e assim por diante. Porque, na época, as comunidades luteranas mais próximas eram desse círculo e também eram as mais próximas do centro do município de Afonso Cláudio.

As primeiras famílias que chegaram para a região urbana da cidade concentraram suas residências no Bairro da Grama, sendo este um pouco afastado do centro comercial da época. É claro que nem todos os primeiros membros fixaram residências neste mesmo lugar. Sabe-se de alguns que residiram no Bairro Campo 20 (lado oposto da cidade, quando relacionado ao Bairro da Grama) e outros no centro da cidade. Algumas famílias fixaram residências no setor Empoçado, no entanto, pouco se sabe sobre a vida dos primeiros membros nem a partir de quando começaram a chegar à cidade. Sabe-se apenas o que é mais provável, ou seja, que eram agricultores migrantes das regiões de maioria pomerana e que buscavam uma nova esperança na "cidade", pois a agricultura não gerava mais subsistência para todas as famílias que moravam em determinada região.

Os primeiros membros da futura Comunidade Evangélica de Confissão Luterana

em Afonso Cláudio começaram a reunir-se para terem cultos por volta do ano de 1968. Estes primeiros cultos começaram a ser celebrados na casa do senhor Carlos Sarter, no Bairro da Grama. O pastor da Paróquia de Lagoa – Serra Pelada, P. Hans Schmechel, era quem celebrava os cultos, no então Ponto de Pregação de Afonso Cláudio".

"Na época em que se deu início à construção do templo, a comunidade tinha cerca de 10 a 11 famílias de membros. Tem-se registrados os seguintes nomes: [...] Valentin Henge, Ricardo Welten, Florêncio Peter, Ricardo Berger, Deolindo Boecker, Ilário Hollunder, Carlos Sarter,Floriano Peter, Paulo Holtz, Júlio Reberlin e a Família Berendt".

"Começou-se a cogitar lugares para iniciar a sua construção. Há relatos de que o senhor Valentin Henge, membro da Comunidade, tenha feito a doação do lote onde o templo está construído, na saída do Bairro da Grama. Ele mesmo teria mandado nivelar o terreno para que estivesse a ponto de começar a construção, mas até mesmo quanto ao local de construção há relatos divergentes e contraditórios. Pois, pelo que parece, nem todos queriam que o templo fosse construído neste local".

"Um dos momentos mais marcantes para a nova Comunidade, foi quando, oficialmente começou-se a construí-lo, através do lançamento da pedra fundamental. A data certa do lançamento, não se sabe, mas a pedra fundamental foi lançada junto a um dos pilares da construção, logo na entrada do templo a direita. Esteve presente nessa celebração o Pastor Omar Wairich. Dentro do baú de madeira, foi colocado um exemplar do catecismo menor de Martin Lutero, um hinário[LXXII] evangélico, uma bíblia sagrada, um exemplar do jornal evangélico, uma lista com os nomes dos membros fundadores e outros documentos da época".

"A pequena comunidade estava feliz, mas a situação financeira não era das melhores. Não havia dinheiro algum em caixa, nem condições para dar continuidade à construção e as obras estavam paralizadas. Aqueles que tanto sonhavam com o seu templo, que seria construído, estavam desolados e entristecidos com essa situação lastimável".

"Para continuar com as obras, foi necessário fazer um grande mutirão, e assim começaram a ser levantadas as paredes. Cada um ajudava como podia. Não importava como, o importante era contribuir naquela causa comum. Uns doavam materiais, outros ajudavam com dinheiro e assim por diante. A comunidade não tinha condições de pagar pedreiros, por isso foi necessário recrutar voluntários para o trabalho. Muitos se apresentavam dispostos a ajudar, porém, como disse um dos entrevistados, a grande maioria nunca havia levantado uma parede se-

[LXXII]HINÁRIO. sm. Coleção de hinos.

quer. Mas, foi assim, aos trancos e barrancos, na euforia e nas dificuldades, que finalmente a comunidade viu seu sonho ser realizado".

"Acontece que nem tudo ocorre como é esperado. A continuidade da construção não foi tão simples assim, pois por diversas vezes as obras foram novamente interrompidas. No entanto, não era por falta de ajudantes voluntários para trabalhar, mas, como antes, por falta de condições financeiras para dar continuidade à atividade".

"Dessa forma, passaram-se vários anos para que a comunidade pudesse ter seu templo, para celebrar os cultos e outras atividades. Durante esse período os cultos ainda aconteciam nas casas dos membros, e os demais eventos como casamentos, confirmações, batismos e outros eram realizados nas comunidades vizinhas ou na sede da paróquia. Até que, diante da crescente espera dos membros, conseguiu-se a doação do telhado para o templo. Desta forma, numa grande alegria, ainda sem o piso estar pronto, foi inaugurado o templo da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Afonso Cláudio".

"O culto de inauguração aconteceu no dia 26 de setembro de 1976. Não se sabe ao certo quem foi o Pastor que celebrou o culto de inauguração. Existem relatos de que tenha sido o P. Inácio Felberg, contudo há os que dizem ter sido o P. Omar Wairich. O mais certo é que tenha sido o P. Omar que o tenha inaugurado e que o P. Inácio tenha, também, estado presente no culto [...].

Depois de o templo ter sido construído (mesmo que em partes) e de ter sido inaugurado, ainda celebrou-se por um longo tempo com o piso sendo apenas a terra. Até que se conseguiu uma doação para terminar com as inacabadas construções".

"Neste contexto, de várias versões, em março de 1983, o Pe. Helmar Roelke assumiu o segundo pastorado da paróquia de Lagoa-Serra Pelada, com sede em Afonso Cláudio. Antes de completar três anos de atuação na paróquia, o Pe. Helmar deixou o segundo pastorado em 17 de fevereiro de 1986 para assumir a direção da ADL – Associação Diacônica Luterana. Depois de nove meses de vagância do segundo pastorado, no dia 15 de novembro de 1986, assumiu o cargo do segundo pastorado o P. João Paulo Auler, juntamente com a sua esposa, a catequista, Elisa Auler".

"Com o passar dos anos e com o amadurecimento de tal reflexão, decidiu-se, no dia 18 de agosto de 1989, em reunião do Conselho Paroquial, que se dividiria a Paróquia de Lagoa – Serra Pelada em duas Paróquias, criando, assim, a partir do segundo pastorado, a Paróquia Evangélica Confissão Luterana em Afonso Cláudio".

"A mais nova Paróquia, que acabara de ser criada foi composta, inicialmente,

pelas comunidades de Ribeirão do Costa, Vargem Grande, Três Pontões e teve como sede a comunidade de Afonso Cláudio, onde já era a sede do, agora antigo, segundo pastorado. Posteriormente, ainda viria a se agregar à Paróquia a comunidade da Barra da Lagoa, que também se desligou da Paróquia da Lagoa".

Os pastores que comandaram a igreja no período de 1970 a 2008, foram:

- ✓ 1970 – Pastor Omar Wairich
- ✓ 1978 – Pastor Inácio Felberg
- ✓ 1989 – Pastor Helmar Röelke
- ✓ 1992 – Pastor Valdir Forrest
- ✓ 1992 – Pastora Marli Verly
- ✓ 1995 – Pastor Derly Foerst
- ✓ 1995/2001 – Pastor Norival Meiller
- ✓ 2001/2004 – Pastora Carla Andréa Grossmann
- ✓ 2004/2008 – Pastora Janaine Peiter

4.3.5 – Igreja Evangélica Luterana do Brasil

"Iniciou seus trabalhos missionários em 1929, com a visita do Pastor Emílio Schimidt, vindo de Domingos Martins. Em 29/12/1932 chegou dos Estados Unidos o primeiro pastor chamado Emílio Winckler, que fixou residência em Três Pontões, município de Afonso Cláudio. Em maio de 1940 houve um festival de corais em Rio Lamego, Mata Fria, com a presença de Cantores de Três Pontões e Criciúma, que foram à cavalo até Rio Lamego. No dia 25/01/1942 foi o lançamento da

FOTO Nº 133 Inauguração da 1ª Igreja Evangélica Luterana do Brasil – Três Pontões - Afonso Cláudio – 14/07/1943.
(Acervo: Igreja Evangélica Luterana do Brasil).

pedra fundamental da Igreja de Três Pontões, inaugurada em 14/07/1943".
Cronologicamente, estas foram as datas mais importantes da igreja no município de Afonso Cláudio:

- ✓ No dia 14 de julho de 1943 realizou-se a festa de reconsagração dos 10 (dez) anos decorridos desde a sua criação;
- ✓ De 1945 até 1959 a Paróquia foi atendida pelo Pastor Luiz Neuman Filho;
- ✓ Em 1960 chegou o Pastor Arno Krick, que administrou a paróquia até fins de 1965;
- ✓ Durante os anos de 1966 e 1967, a paróquia ficou sem Pastor, sendo atendida interinamente pelos Reverendos Arthur Küegen e Hany Fischer;
- ✓ No dia 11 de fevereiro de 1968 chegou, recém-formado do Rio Grande do Sul, o Pastor Hilário Linhares, com sua esposa Marlene Luíza, assumindo em seguida as funções para qual fora chamado, sendo instalado no dia 18 de março de 1968. Nessa ocasião, a paróquia era composta por 6 (seis) comunidades: Nolasco, Firme, Francisco Corrêa, Laranja da Terra, Ribeirão do Costa e Três Pontões.
- ✓ Ainda em 1968, foi transferida a residência pastoral para a cidade de Afonso Cláudio, tendo sido vendida a casa de Três Pontões para o Sr. Lourenço Feich. Adquiriu-se 02 (dois) lotes no bairro Custódio Leite Ribeiro, perto do ginásio, onde posteriormente construiu-se a nova casa pastoral. Em 11 de dezembro de 1970 o pastor passou a residir em Afonso Cláudio.
  Desde aquela data, o Pastor Hilário reside na cidade, exercendo também a função de ministro nas comunidades de Três Pontões, Córrego Benfica, São Jorge, Brejetuba, além da Sede.
- ✓ Em 14 de dezembro de 1975 era inaugurada a sede da Igreja Luterana "São

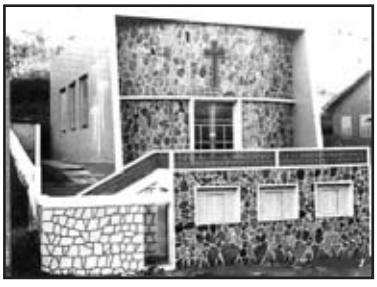


FOTO Nº 134 - Inauguração da Igreja Luterana São Paulo – Afonso Cláudio – 14/12/1975.
(Acervo: Igreja Evangélica Luterana do Brasil)

Paulo" de Afonso Cláudio".

- ✓ Em 10 de fevereiro de 1976 eram publicados na imprensa os extratos dos Estatutos da Paróquia Evangélica Luterana São Paulo.

A Paróquia passou a denominar-se: "Paróquia Evangélica Luterana "São Paulo" de Afonso Cláudio e tem como sede e foro a cidade de Afonso Cláudio, município de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, cuja finalidade é conservar e propagar a religião cristã, praticar a caridade cristã em suas várias manifestações e divulgar a cultura sem fins lucrativos. Sua duração é por tempo indeterminado. É administrada por sua diretoria eleita no início de cada ano pelo seus membros. É representada ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente pelo presidente e seu pastor. Seus membros não respondem subsidiamente pelas obrigações por ela contraídas, pois respondem exclusivamente com o seu patrimônio. A dissolução dar-se-á quando não mais houver nenhuma comunidade a ela filiada e seu patrimônio permanecerá com a última congregação a ela filiada, e na falta desta, passará à posse da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Afonso Cláudio, 10 de fevereiro de 1976. Hilário Linhaus – Pastor Ervin Klipel – Presidente.

4.3.6 – Igreja Presbiteriana de Afonso Cláudio

É uma das mais novas implantadas no município, e os seus estatutos foram publicados em 06 de abril de 1986. Conseguimos fotos datadas de 1966, o que nos leva a afirmar que a sua criação ocorreu próxima desta data.

Foi criada como uma sociedade religiosa e constituída por crentes, com o objetivo de [...] "ensinar os fiéis a guardar a doutrina e prática das Escrituras do Antigo e Novo Testamento"[...].

Os seus estatutos estão registrados no Cartório Especial de Pessoas Jurídicas,

FOTO Nº 135 - Primeiros Sócios da SAF – Sociedade Auxiliadora Feminina e Início da Construção do Templo – Década de 60.
(Acervo: Igreja Presbiteriana de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 136 - Fiéis em Frente ao Templo – Década de 1960.
(Acervo: Igreja Presbiteriana de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 137 - Templo Atual da Igreja Presbiteriana de A. Cláudio – Sem Data
(Acervo: Igreja Presbiteriana de Afonso Cláudio)

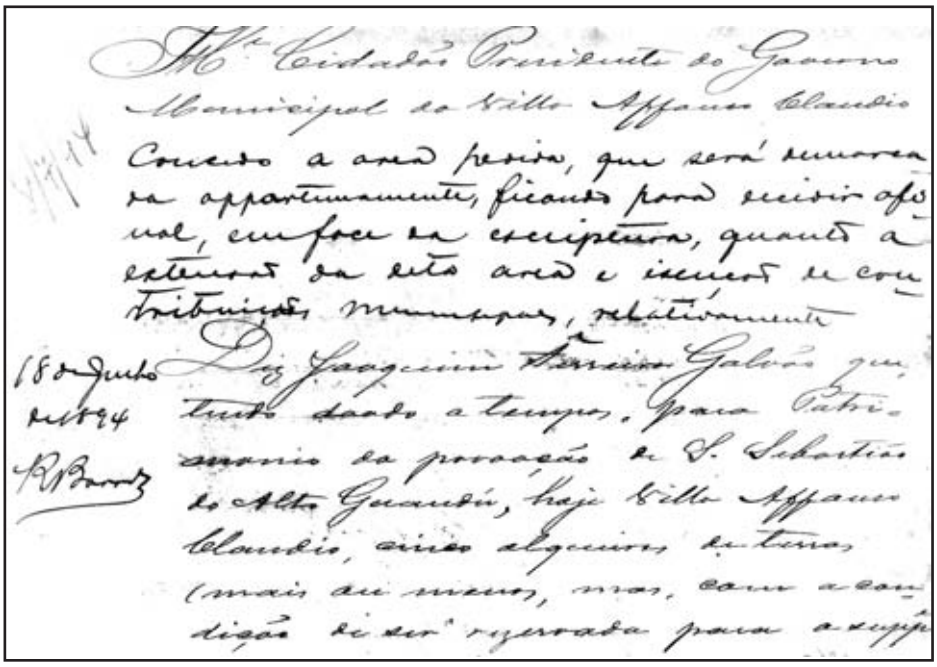
no Livro A-1, fls. 159 a 161, sob o nº 40, na data de 01 de agosto de 1986.
Os pastores que vêm administrando a Igreja ao longo do período, desde a sua criação até 2008:

- ✓ Aníbal Honório
- ✓ Mário Neves
- ✓ Antônio Nunes de Carvalho
- ✓ Orlando Sather
- ✓ Milton Albuquerque Leitão
- ✓ José Francisco Neto
- ✓ José Francisco de Jesus Filho
- ✓ Eliseu Samuel de Matos
- ✓ Wilson de Souza Machado
- ✓ Antonio Jorge
- ✓ Floriano Lopes Rubim
- ✓ Cornélio Jesus de Moreira
- ✓ Edivaldo Ferreira Gomes
- ✓ Joel Tavares
- ✓ Valdivino Assunção Santana
- ✓ Marcus Nolasco de Abreu (atual).

4.3.7 – Paróquia São Sebastião do Alto Guandú

Para esta narrativa, fomos buscar agasalho na publicação da Professora FAFÁ[112], que, juntamente com outros colaboradores, preparou excelente material sobre a história da Igreja Católica no Município de Afonso Cláudio, com base em dados, somente após 1960, que, utilizaram-se também de matérias publicadas em jornais de autoria de GIESTAS[113], com o título "Fragmentos Históricos do Município" (dados anteriores a 1960).

Ensinam essas fontes que os primeiros desbravadores do município, entre eles, o Sr. Joaquim Ferreira Galvão, recebera o direito de posse de terras, onde hoje se encontra o centro da cidade, e doara 05 (cinco) alqueires das mesmas à Mitra Diocesana do Estado do Espírito Santo. E ainda que, esta escritura fora "assinada no Aldeamento Alfonsino, em 27 de maio de 1884, pelo escrivão Joaquim Justino de Barros Conceição".



[112]FAFÁ, Maria Zuleika Haddad. "Centenário da Paróquia de São Sebastião do Alto Guandú – 1899 -1999". Afonso Cláudio (ES). 1999. 96p.

[113]GIESTAS, Jair, "Fragmentos Históricos do Município – A Paróquia de S. Sebastião do Alto Guandu de Af. Cláudio". Afonso Cláudio (ES). Jornal "O Afonso Cláudio", nº. 125, de 30/04/1960 (p. 1 e 4); nº. 126 de 15/05/1960; nº. 127, 31/05/1960; nº. 128, de 15/06/1960; nº. 129, de 30/06/1960; nº. 130, de 15/07/1960; nº. 131, de 31/07/1960; nº. 133, de 15/09/1960; nº. 134, de 30/09/1960; nº. 136, de 31/10/1960. Ano XXIV. 4p. cada.

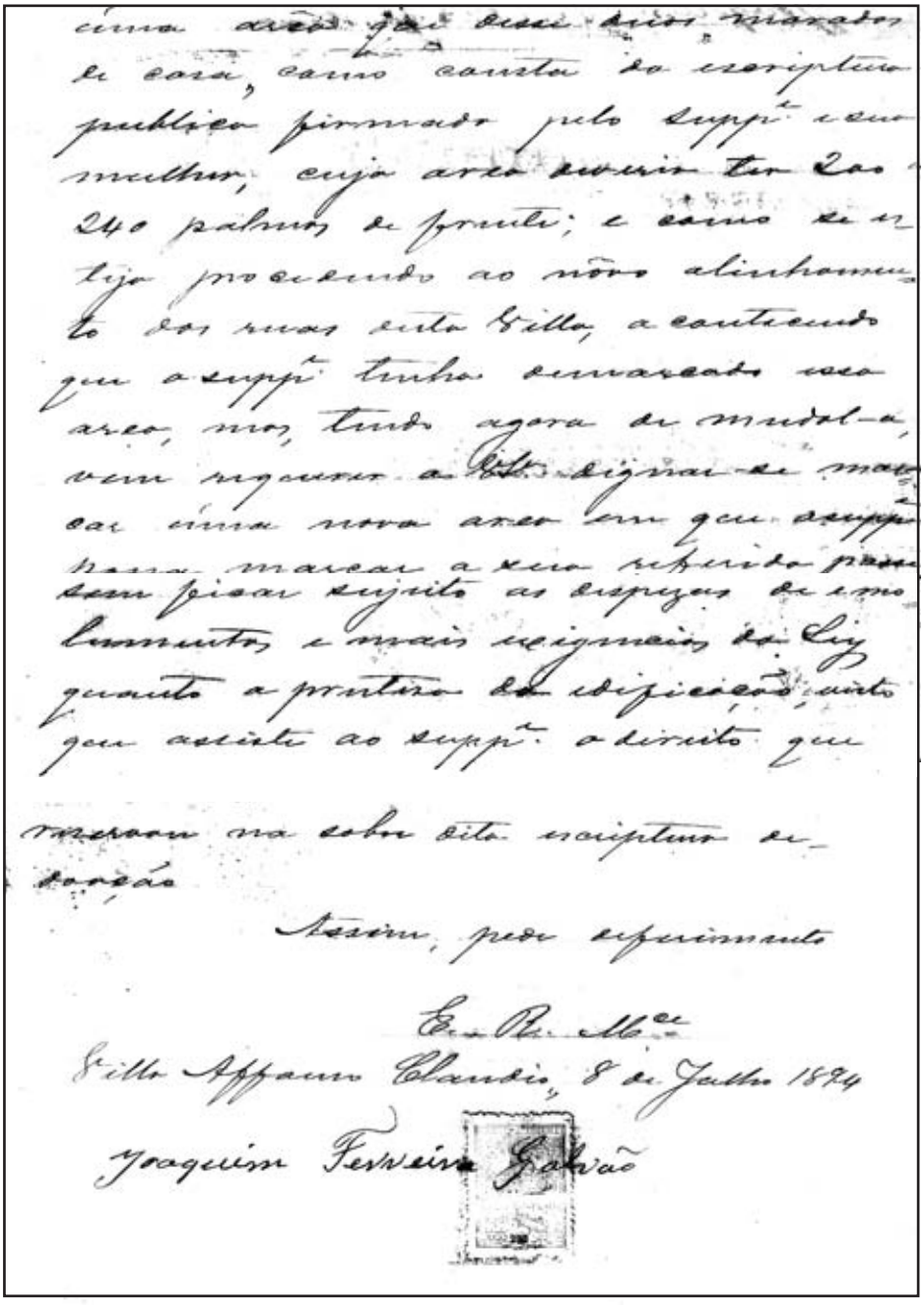


ILUSTRAÇÃO Nº 88 - Um dos Documentos que Comprovam a Doação de Área de Joaquim Ferreira Galvão Para a Igreja Católica. 08 de Julho de 1894. (Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

Quando da visita do Sr. Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, em 1886, teria recomendado aos "moradores do povoado providenciar a construção de uma capela".
Já no ano seguinte à visita, em 1887, era inaugurada a capela, que teve como padroeiro o Mártir São Sebastião, e que também haviam erguido "um grande cruzeiro à entrada da atual Rua Jerônimo Monteiro, no centro da cidade". Ajudou muito nesta construção, o Sr. Sabino Coimbra de Oliveira, grande marceneiro, que teria realizado várias réplicas de instrumento do martírio de Cristo.

FOTO Nº. 138 – Primeira Capela Construída no Povoado – Capela São Sebastião – 1887.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

Quando em 1886, fixou-se no povoado em desenvolvimento, o Sr. Ramiro de Barros Conceição, cresceu a idéia da criação da Paróquia de São Sebastião do Alto Guandu. Para a consecução de seu objetivo, contou com a parceria do "seu amigo Eugênio Pires de Amorim, irmão do Monsenhor Antônio Amorim".
Entretanto, somente em 26 de setembro de 1899 é que D. João Batista Nery, Primeiro Bispo do Espírito Santo (1887-1899), assinou o Decreto Canônico criando a Paróquia.

Freguezia de São Sebastião do Alto Guandú

Lei N.º 24

de 17 de Setembro de 1888

Art. 1º Ficam creadas, no Municipio do Cachoeiro de Santa Leopoldina, as Freguezias de Santa Thereza de Timbuy, de Nossa Senhora de Bôa Familia e do Guandú de cima, servindo de Matriz as Egrejas já existentes nessas localidades.

Art. 2º Os limites destas Freguezias serão os dos Districtos policiaes de Santa Thereza, para a primeira; de Timoeiro, para a segunda, e o do Guandú de cima para a terceira.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

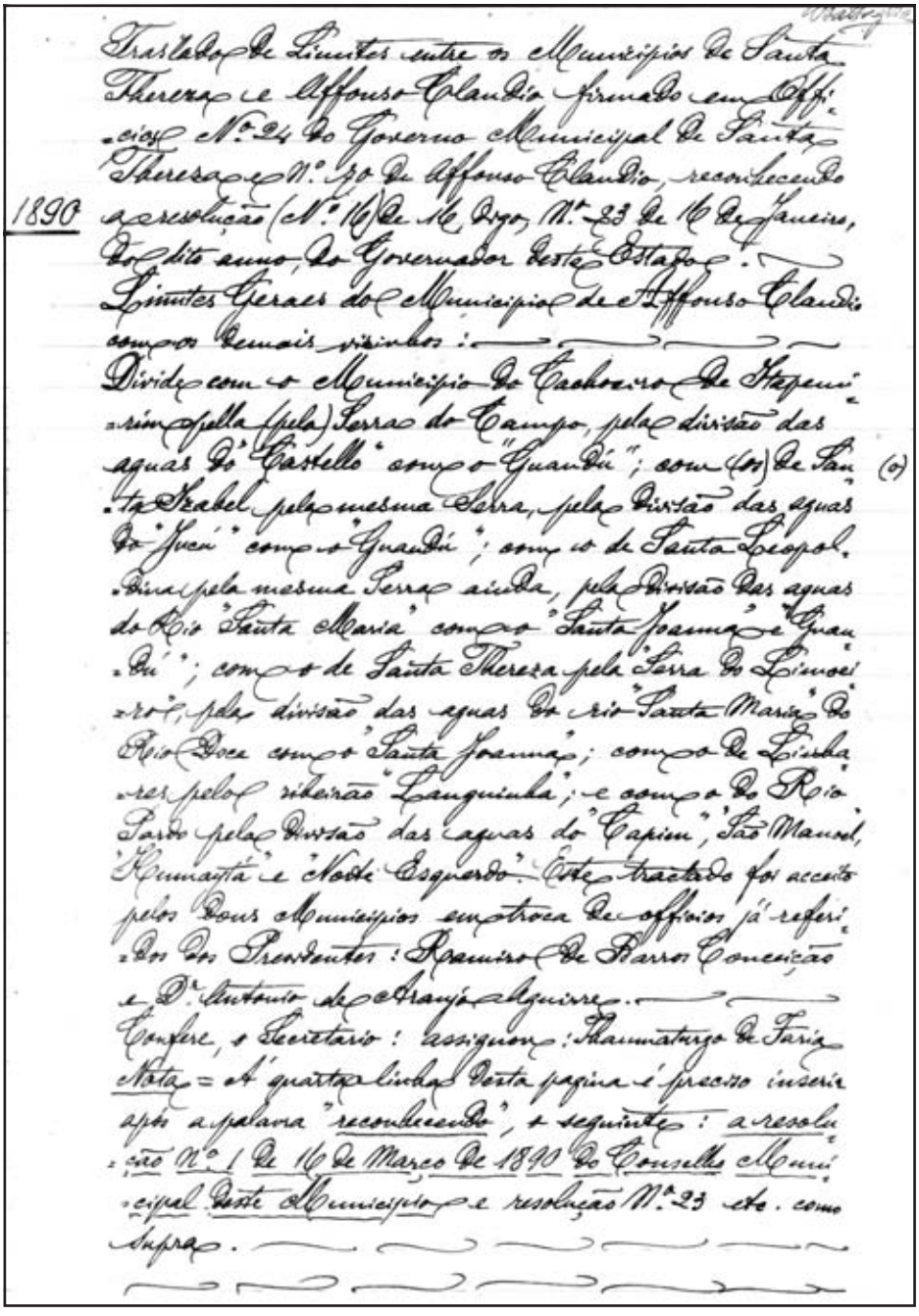
O Secretario interino desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio da Presidencia do Espirito Santo, aos dezesete dias do mez de Setembro de mil oito centos oitenta e oito, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

L. S. assignado: Henrique de Alvaro de Lobo Moscoso.

Sellada e publicada nesta Secretaria da Presidencia do Espirito Santo aos 17 dias do mez de Setembro de 1888.

Servindo de Secretario e Chefe da 2ª Secção:

assignado: Urbano Ribeiro Pinto de Azevedo.



Traslado de Limites entre os Municipios de Santa Thereza e Affonso Claudio firmado em Officio N.º 24 do Governo Municipal de Santa Thereza e N.º 30 de Affonso Claudio, reconhecendo a resolução (N.º 16) de 16 de Março, N.º 23 de 16 de Janeiro, do dito anno, do Governador deste Estado.

1890

Limites Geraes do Municipio de Affonso Claudio com os demais visinhos:

Divide com o Municipio do Cachoeiro de Itapemirim pella (pela) Serra do Campo, pela divisão das aguas do "Castello" com o "Guandú"; com (os) de Santa Izabel pela mesma Serra, pela divisão das aguas do "Jucú" com o "Guandú"; com o de Santa Leopoldina pela mesma Serra ainda, pela divisão das aguas do Rio "Santa Maria" com o "Santa Joanna" e "Guandú"; com o de Santa Thereza pela Serra do Limoeiro, pela divisão das aguas do rio "Santa Maria" do Rio Doce com o "Santa Joanna"; com o de Linhares pelos ribeirões "Languinha"; e com o do Rio Pardo pela divisão das aguas do "Capim", "São Manoel", "Kimanitá" e "Norte Esquerdo". Este tractado foi acceito pelos dous Municipios em troca de officios já referidos dos dos Presidentes: Ramiro de Barros Conceição e Dr. Antonio de Araujo Aguirre.

Confere, e Secretario: assignou: Thaumaturgo de Faria

Nota = A' quarta linha desta pagina é preciso inserir apos a palavra "reconhecendo", a seguinte: a resolução N.º 1 de 16 de Março de 1890 do Conselho Municipal deste Municipio e resolução N.º 23 etc. como supra.

(a)

ILUSTRAÇÃO Nº 89 - Lei Nº 24, Criando a Paróquia - 17 de Setembro de 1898.
(Acervo: Diocese Católica de Vitória - ES)

Segundo GIESTAS[35], “periodicamente vinham celebrar os atos litúrgicos no patrimônio os padres Vilá (vigário de Rio Pardo) e José Maria Porto Crespo (sem freguesia certa), bem como o frei Martinelli (vigário de Santa Teresa). Em casos de emergência os fieis eram assistidos pelo padre José Marcelino do Vale. Essa situação durou até 1899, quando então foi criada a paróquia”.

O primeiro vigário nomeado foi o Padre Carlos José Ernesto Leduc, que a administrou de 1899 a 1920, “quando no dia 03 de abril, aos 67 (sessenta e sete) anos, faleceu com a assistência dos Padres Júlio Maria Billot e Bernardo Henrique Milwing. Seus restos mortais foram sepultados na parte central da Matriz”, no dia seguinte, às 11 horas.

Por ocasião da visita do Reverendíssimo Bispo Diocesano D. Fernando de Souza Monteiro (1902-1920), à cidade de Afonso Cláudio, no final do ano de 1905, decidiu-se pela fundação da Conferência de São Vicente de Paulo, sendo indicado o seu primeiro Presidente o Sr. Antônio Melquiades de Lacerda, cujo objetivo era dar “apoio à população mais carente do município”.

A primeira diretoria constituída foi:

- ✓ Presidente: Antônio Melquiades de Lacerda (Antonio Padeiro)
- ✓ Vice-Presidente: Galdino Leite
- ✓ Secretário: Emygdio Xavier

A viagem de visita teve início no dia 09 de setembro de 1905, saindo da capital Vitória, passando por Santa Tereza e Limoeiro, onde a comitiva chegou no dia 20 do mesmo mês. Visitaram, ainda, posteriomente: Serra dos Milagres, Baixo Guandú, Porto Esperança, Lage, Boa Família, Figueira, Fazenda de Bom Jesus, São Sebastião do Capim, São Domingos e São Sebastião do Alto Guandú, onde chegaram no dia 29 de outubro daquele ano.

GIESTAS[35] afirma que “a entidade possuía um hospital cujas obras ainda não foram concluídas por falta de recursos financeiros”.

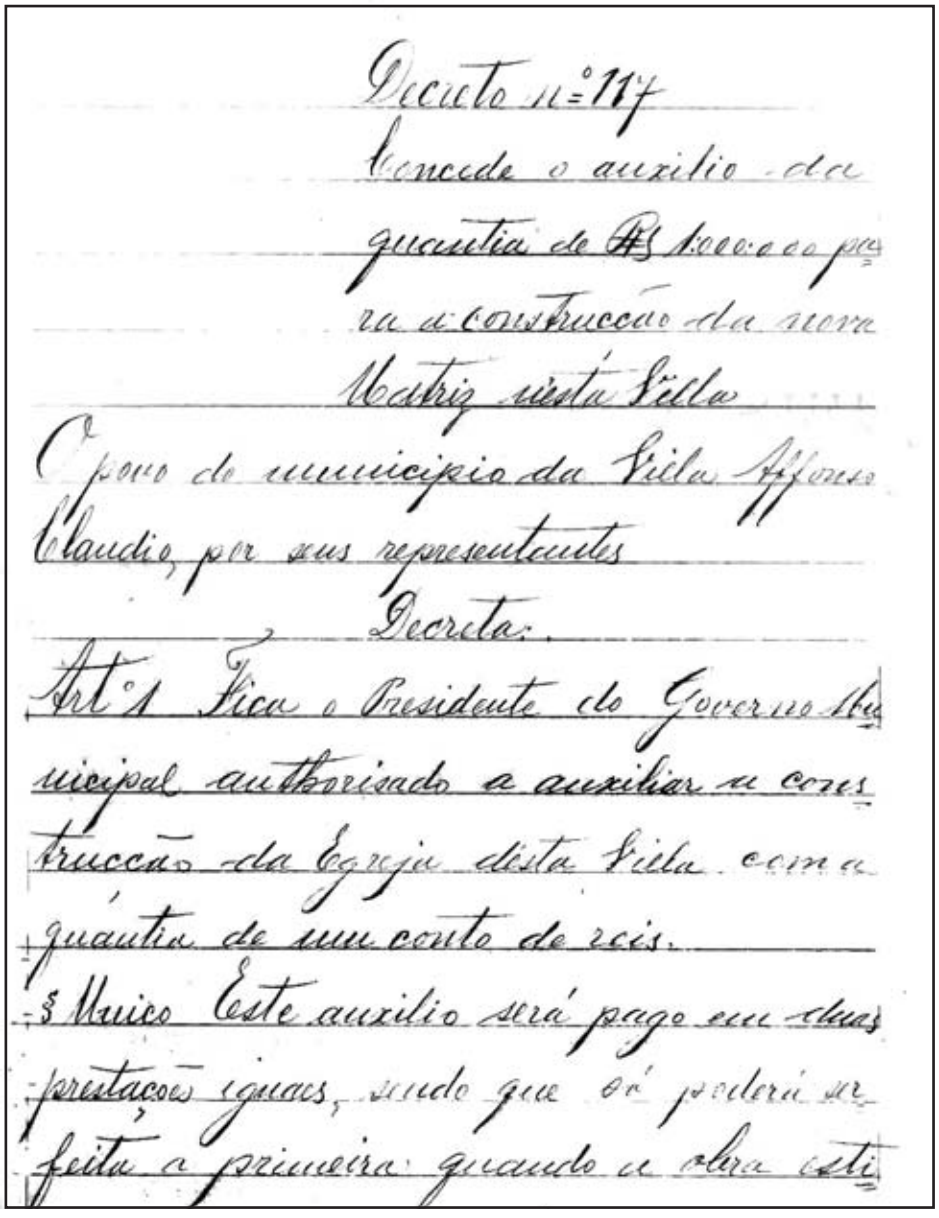
Em 09 de agosto de 1922 era reeleita a nova Diretoria da Conferência de São Vicente de Paulo, reanimados que foram os católicos quando da visita dos missionários redentoristas Padre Antão Jorge e Padre Luiz, para darem continuidade ao projeto.

- ✓ Presidente: Lourival de Almeida
- ✓ Vice – Presidente: Manoel Fernandes Serpa
- ✓ Secretário: Emygdio Xavier
- ✓ Tesoureiro: Francisco Figueira Lessa

“Em 1906, devido ao progressivo aumento da população, a capela concluída em

1887 já não comportava o número de fieis que a freqüentavam assiduamente, daí a necessidade de se fazer nela um acréscimo com prazo inadiável", segundo GIESTAS[35].

Pelo Decreto nº 117, de 18 de janeiro de 1906, a municipalidade concedeu um auxílio de rs. 1:000$000 (hum conto de réis) para a construção da nova Matriz da Vila, cuja importância foi paga em 2 (duas) parcelas iguais.



Decreto n.º 117

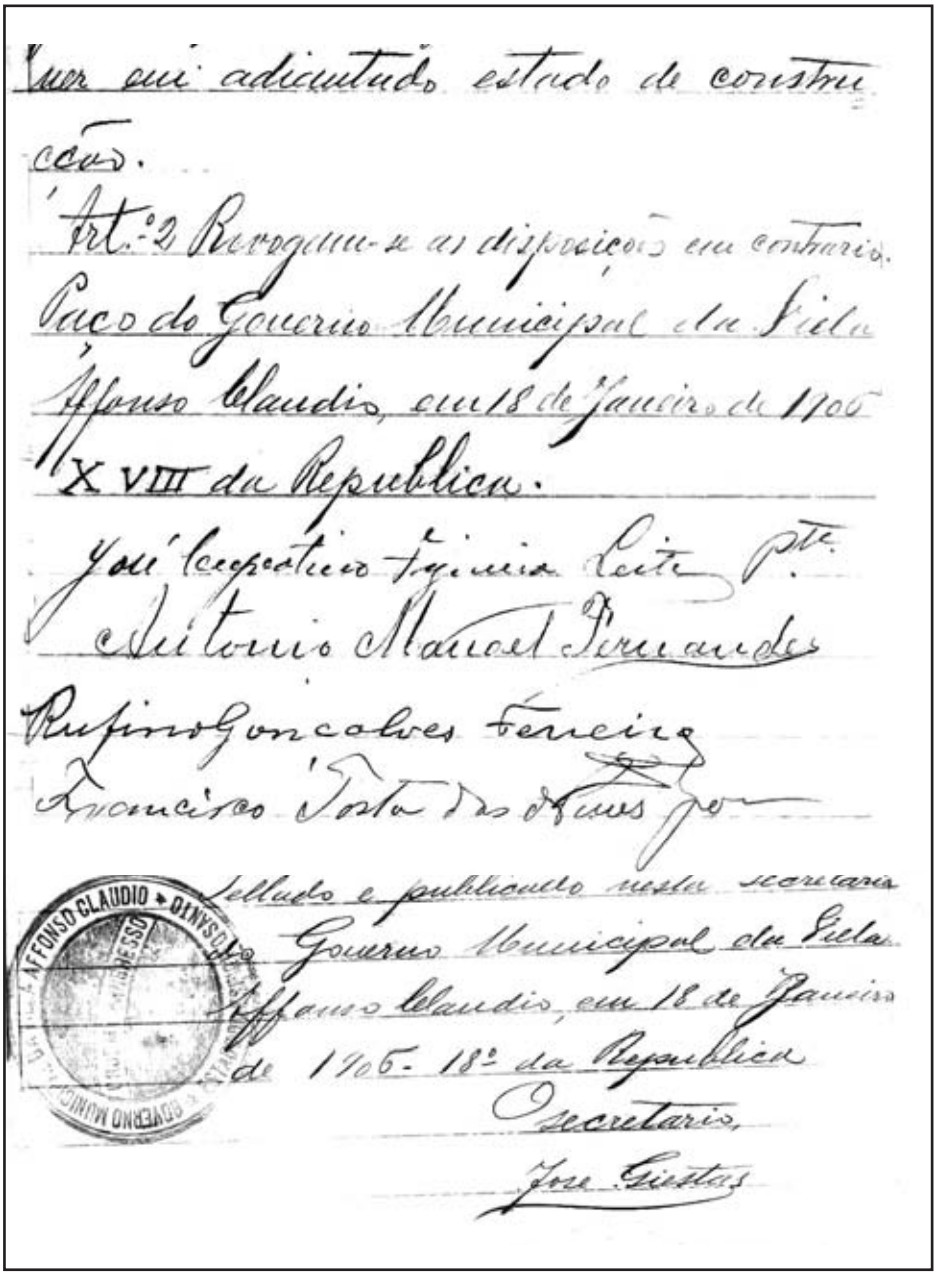
Concede o auxilio de
quantia de Rs 1:000$000 pa
ra a construcção da nova
Matriz desta Villa

O povo do municipio da Villa Affonso
Claudio, por seus representantes

Decreta:

Art.º 1 Fica o Presidente do Governo Mu
nicipal authorisado a auxiliar a cons
trucção da Egreja desta Villa com a
quantia de um conto de reis.

§ Unico Este auxilio será pago em duas
prestações iguaes, sendo que só poderá ser
feita a primeira quando a obra esti



Quer em adiantado estado de construcção.

Art.º 2 Revogam-se as disposições em contrario.

Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 18 de Janeiro de 1906 XVIII da Republica.

José Cupertino Figueira Leite Pte.

Antonio Manoel Fernandes

Rufino Gonçalves Ferreira

Francisco Costa das Neves Jor

Sellado e publicado nesta secretaria do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 18 de Janeiro de 1906 - 18º da Republica

O secretario,

Jose Giestas

ILUSTRAÇÃO Nº 90 - Decreto Nº 117, de 18/01/1906 – Concedendo Auxílio para a Construção da Matriz.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

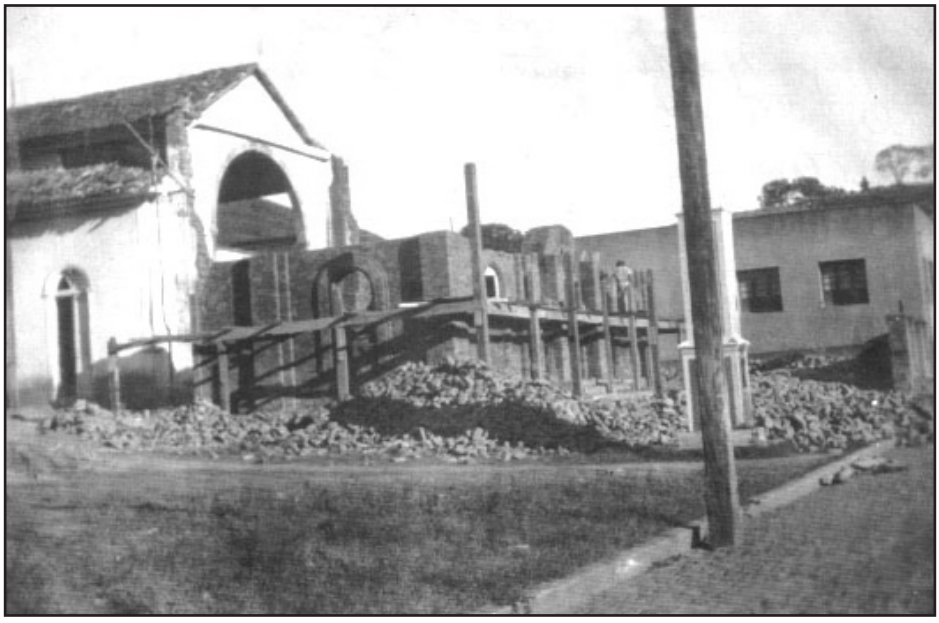


FOTO Nº. 139 – Ampliação da Igreja - 1906.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

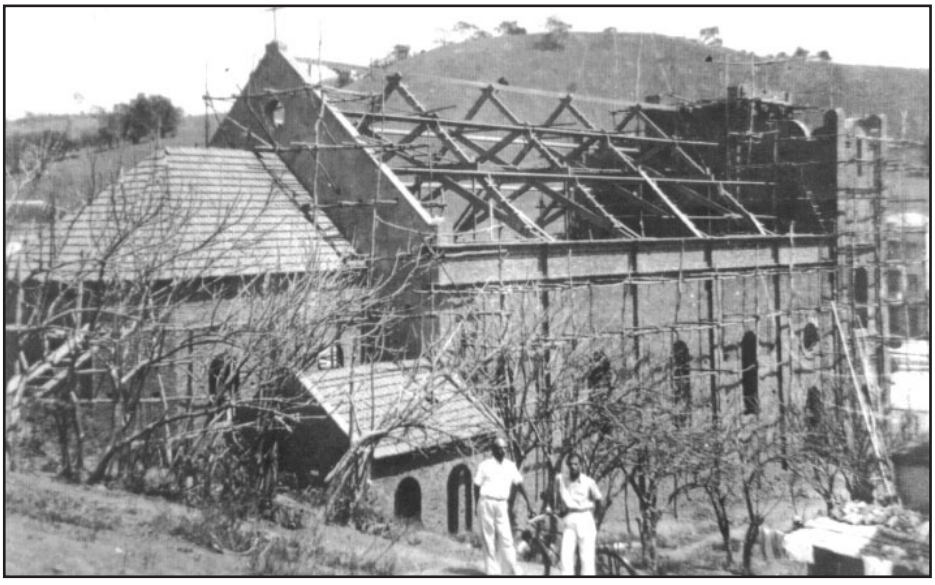


FOTO Nº. 140 – Outra Fase da Ampliação da Igreja - 1906.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

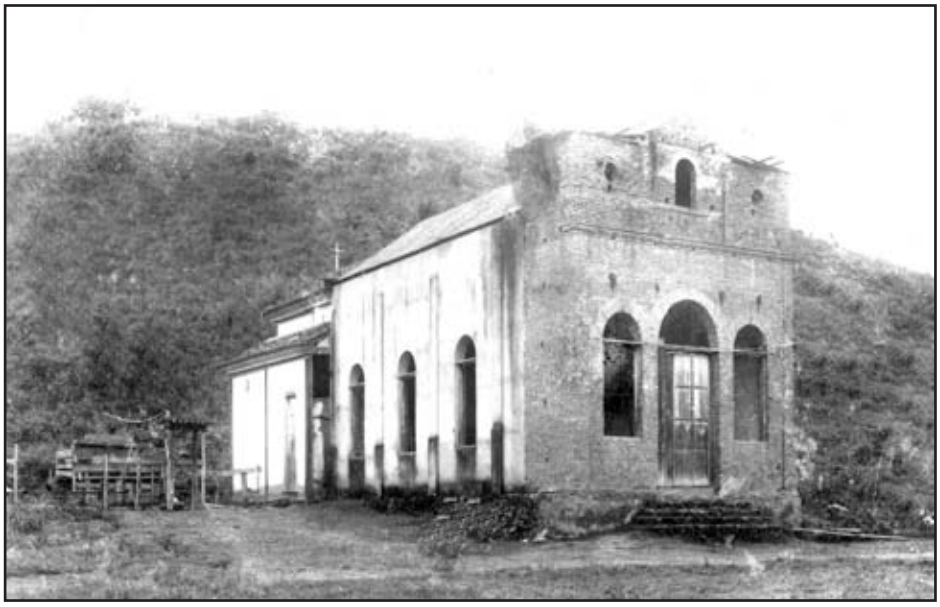


FOTO Nº. 141 - Igreja em Fase Final de Ampliação - 1906.
(Acervo: Familiares de Miguel Gomes / Lena Mara Leite Gomes)

Junto com o crescimento da comunidade católica, crescia também a olhos vistos o município. Assim é que, por essa ocasião, o distrito de Bom Jesus (hoje Sobreiro) recebia em "19 de abril de 1915, a doação de seis alqueires de terras, para a construção de uma capela, um cemitério e instalação do patrimônio, feitos por João Moreira da Costa e sua esposa D. Rosa Teixeira de Siqueira".

Criou-se, na data de 24 de julho de 1915, a Freguesia de N. S. Auxiliadora de Figueira (hoje Itarana), cuja doação das terras foi para o patrimônio de São José do Taquaral.

Segundo a mesma fonte[35], no dia "4 de setembro de 1916, d. Querubina de Souza[LXXIII], transfere por doação, à Igreja de uma quanta[LXXIV] geométrica de terras em Taquaral (hoje Joatuba) para a construção da capela sob invocação de S. José".

"O AFFONSO CLÁUDIO", nas edições de 23 de janeiro de 1916, de 02 de fevereiro de 1919, de 03 de agosto de 1919 e de 29 de agosto do mesmo ano, registra a passagem histórica da construção da Matriz, afirmando que independentemente de vínculos religiosos, cabia àquele periódico alertar as autoridades

[LXXIII]D. Querubina foi casada com Manoel Basílio de Souza, irmão de Francisca Maria de Jesus, casada com Antônio Rodrigues da Cruz, portanto, mãe e pai de minha bisavó Valentina Maria da Cruz, casada que fora com José Marcelino Vieira, pai do vovô José Silvestre Vieira.

[LXXIV]QUANTA s.m.pl. Quantidades elementares [...].

eclesiásticas da necessidade da ampliação da capela, uma vez que a maioria da população da sede e município de Afonso Cláudio confessava o catolicismo.

Em fevereiro de 1919 já era anunciado o início da reconstrução das obras da Igreja Matriz da cidade, obra decantada há algum tempo. Para tanto, contou o clero católico com a colaboração do Cel. José Cupertino Figueira Leite, que tomou a frente da iniciativa com vista a criar os meios financeiros para tal empreendimento.

Decorria o mês de janeiro daquele ano, quando fora colocada à extração de uma pequena loteria, que rendeu ao projeto a importância de rs. 315$000 (trezentos e quinze mil réis). Também foram confeccionados cartões de "cinco e dous mil réis cada um, no valor total de rs.3:000$000(três contos de réis).

O projeto teve uma pequena paralisação naquela ocasião, tendo em vista o surgimento de uma epidemia no município, mas tão logo houve o seu controle, eram reiniciadas as "kermeses aos domingos".

A data de 8 de agosto de 1919 é histórica para a comunidade católica de Afonso Cláudio, pois foi quando foram reiniciados os serviços de reconstrução da Matriz, visando à sua conclusão.

Ainda naquele mês de agosto, a imprensa informava que "prosseguem com intensidade, e sob a direção do nosso prezado diretor cel. José Cupertino, os trabalhos de remodelamento da nossa matriz".

Nesta árdua tarefa, incorporaram-se os Srs. Epaminondas de Barros, Clotário Passos e Alcides Soares, que se entregaram a construção do Altar Mór. "Trabalhando incessantemente, dia e noite, aquelles officiaes empregaram o mais ingente esforço por concluírem o Altar, e concluíram".

Precisando de reparos, a Igreja de São Sebastião, com aprovação da Cúria, designou no dia 15 de fevereiro de 1921 uma comissão para recuperá-la composta dos seguintes Senhores:

- ✓ Fabriqueiro[LXXV]: José Marcelino Vieira (meu bisavô paterno)
- ✓ Secretário: Antônio Olympio da Fonseca Cruz
- ✓ Outros Membros: Galdino Leite Ribeiro
  Cel. José Cupertino Figueira Leite
  Idolindo da Fonseca Lamas
  Paulo Pedro Saleme
  José Antônio Silveira da Silva
  Pedro Ribeiro Soares e,
  José Pofsmozer

[LXXV]FABRIQUEIRO, adj. e sm. Administrador de uma fábrica, acepção 5.

Copia. Acta da primeira reunião do Conselho da "Fabrica" da Freguezia de S. Sebastião do Alto Guandú.

Aos seis dias do mez de Fevereiro do anno de mil nove centos e vinte e um, de nosso Senhor Jesus-Christo, em Casa de residencia do Revmo Sr Vigario Pe Jorge Steinbacher, ahi presentes os Snrs Cel José Cupertino Figueira Leite, Galdino Leite Ribeiro, José Marcelino Vieira, Idolindo da Fonseca Lamas, Pedro Ribeiro Soares, José Possmoser, José Antonio Silverio da Silva, Paulo Pedro Salense e Antonio Olympio da Fonseca Cruz, a convite do Sr Vigario, para a eleição do Conselho da Fabrica. Pelo Revmo Sr Vigario, foi lido o Regulamento da Fabrica, constante da Pastoral Collectiva.
Em seguida, procedeu-se à eleição dos membros, que ficou assim constituida:

Presidente: Galdino Leite Ribeiro
Fabriqueiro: José Marcelino Vieira
Secretario: Antonio Olympio da Fonseca Cruz

Pelo Sr Vigario, presidente d'esta reunião, foi lembrada a conveniencia de serem as sessões do Conselho, feitos em todos os segundos Domingos de cada mez, bem como, convidou ao Thesoureiro da Igreja, Sr Idolindo da Fonseca Lamas, para prestar as suas contas ao Fabriqueiro ora nomeado.
Nada mais havendo a tratar, deu-se por finda a presente reunião, tendo o Sr Vigario agradecido aos presentes e mandou, que a presente Acta, fosse

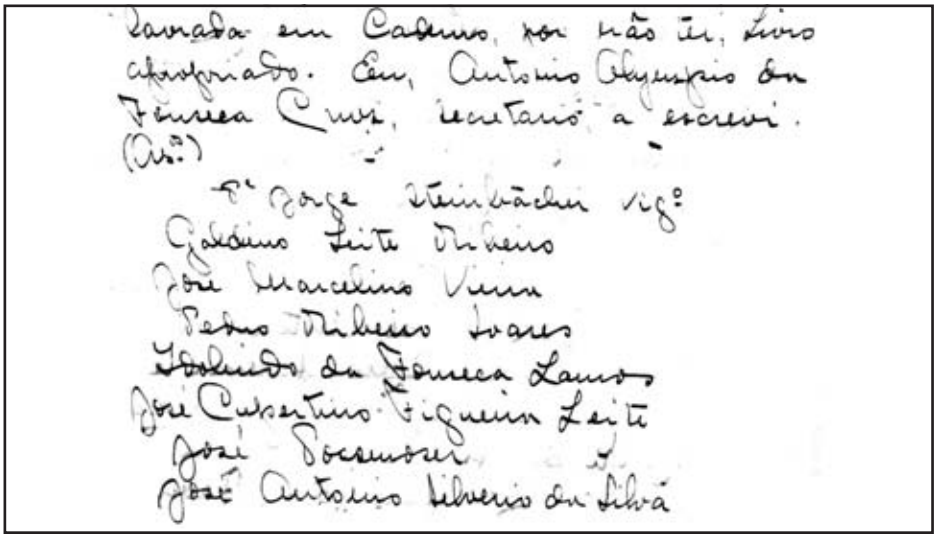

Lavrada em Caderno, por não ter, livro
apropriado. Eu, Antonio Olympio da
Fonseca Cruz, secretario a escrevi.
(Ass.)
P.e Jorge Steinbacher vig.o
Galdino Leite Ribeiro
José Marcelino Vieira
Pedro Ribeiro Soares
Idolindo da Fonseca Lamos
José Cupertino Figueira Leite
José Possenoser
José Antonio Silverio da Silva

ILUSTRAÇÃO Nº 91 - Nomeação do Conselho da Fábrica da Matriz de São Sebastião de Alto Guandu – 15/02/1921.
(Acervo: Paróquia São Sebastião do Alto Guandú)

"Essa Comissão, graças principalmente a diligência do coronel José Cupertino, desincumbiu-se da missão no prazo apenas de três meses, entregando concluída a obra".

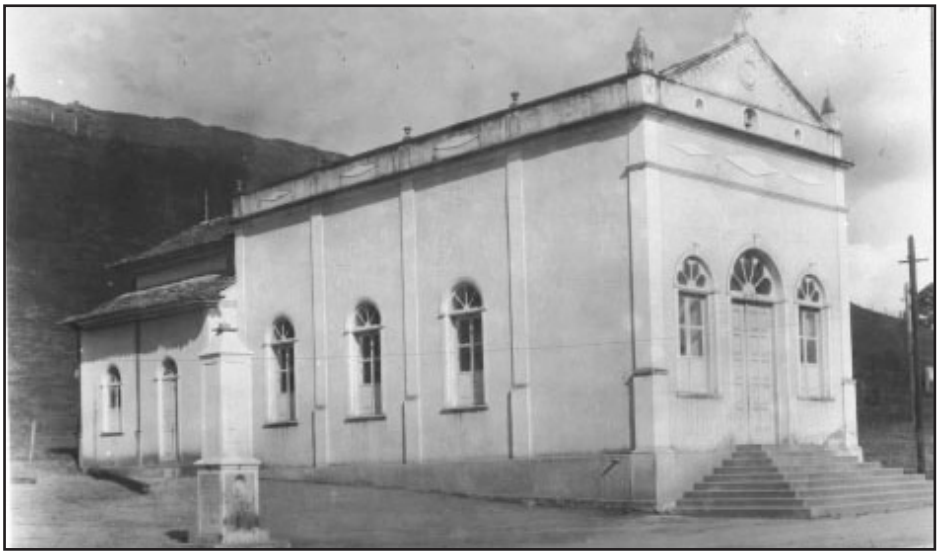


FOTO Nº. 142 – Igreja de São Sebastião Após Reforma - Maio de 1921.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

Posteriormente, em 19 de janeiro de 1922, o Sr. José Jorge Haddad foi escolhido como Conselheiro da fábrica da Matriz e mais tarde fabriqueiro. O Sr. José Marcellino Vieira viera falecer vitimado por uma febre tifóide, em 04/07/1922.
Por essa ocasião, foi "nomeado capelão da Matriz de São Sebastião o padre dr. Estevão Steinbacher", que ficou pouco tempo na paróquia. Também, teve início a publicação do "Boletim Paroquial", jornal de caráter essencialmente religioso. A aprovação para sua publicação, foi autorizada pelo Clero na data de 16 de março de 1923.
Novamente buscando o auxílio de GIESTAS[113]: "A casa canônica deixada pelo padre Leduc era velha e, logo depois de sua morte, ficou em condições de não poder ser habitada. O padre Jorge (Jorge Steinbacher), ao chegar, teve de morar em casa alugada, o que não condizia com os anseios dos católicos da freguesia. Essa situação permaneceu por alguns anos, até que em 1928" foi organizada uma comissão para elaborar o projeto de construção da nova casa paroquial.
A reunião para a escolha dos membros da comissão foi realizada na Câmara Municipal, no dia 14 de outubro de 1928, conforme consta do relato feito pelo "O AFFONSO CLÁUDIO[114]" e tendo sido composta pelos seguintes conselheiros:

- ✓ Dr. Lourival de Almeida
- ✓ Dr. Antônio Olympio da Fonseca Cruz
- ✓ Cel. José Jorge Haddad
- ✓ Antônio Salles
- ✓ Cel. João Duarte Manso e
- ✓ José Silvestre Vieira (meu avô paterno)

Coube ao Dr. Lourival a presidência da reunião, ocasião em que tomou-se diversas deliberações, "entre as quaes as de serem nomeadas subcomissões nos districtos do Município e de se promoverem leilões, kermesses aos sabbados e domingos". Já naquela reunião, foram angariados os seguintes donativos:

✓ José Giestas	50 sacos de cal
✓ José Jorge Haddad	100 arrobas de cimento
✓ Elias Gastim	2 mil tijolos queimados
✓ Aristides Figueira Lessa	100$000 (cem mil réis)
✓ Álvaro Castello	5 mil tijolos queimados
✓ Francisco Lessa	rs 100$000 (cem mil réis)
✓ Lourival de Almeida	rs 200$000 (duzentos mil réis)

[114]O AFFONSO CLÁUDIO. "Casa Parochial". Afonso Cláudio (ES), Anno XV, de 20/10/1928. 4p.

✓ Paulo Pedro Saleme	rs 100$000 (cem mil réis)
✓ Manoel Neves	1 dúzia de táboas
✓ Antônio O. F. Cruz	rs 100$000 (cem mil réis)
✓ Clótário Passos	serviços
✓ Jair e Hottir Giestas	rs 100$000 (cem mil réis)
✓ Constantino Sá	rs 100$000 (cem mil réis)
✓ Galdino Leite	8 peças de madeira
✓ João Batista do Valle	rs 20$000 (vinte mil réis)
✓ Antônio Manoel Fernandes	rs 100$000 (cem mil réis)
✓ Antenor Cândido da Silva	rs 50$000 (cinqüenta mil réis)
✓ Dr. Acrízio Pires Domingues	rs 50$000 (cinqüenta mil réis)
✓ Carlixto de Azevedo	rs 50$000 (cinqüenta mil réis)
✓ Joaquim Peregrino dos Santos	rs 20$000 (vinte mil réis)
✓ Antônio Salles	os varões para os andaimes
✓ Anízio de Souza Passos	rs 20$000 (vinte mil réis)
✓ Francisco Valentim das Neves	rs 10$000 (dez mil réis)
✓ Evaristo Argeu Gomes	rs 50$000 (cinqüenta mil réis)
✓ João Manoel Fernandes	rs 100$000 (cem mil réis)
✓ Augusto Lemos	10 sacos de cal
✓ Elias Pádua	10 sacos de cal

O Cel. José Giestas ficou de transmitir à Câmara Municipal o apelo que a comissão lhe fizera, visando participação da municipalidade no empreendimento.
Em maio de 1929 era anunciado o início das obras, assim como, em março foi colocada à venda a casa paroquial antiga, situada à Praça Jerônimo Monteiro, de propriedade da Igreja. Os interessados teriam que dirigir as suas propostas ao tesoureiro da comissão, o Senhor Antônio Olympio da Fonseca Cruz, em carta fechada e lacrada, contendo:

“a)- Nome e idoneidade do proponente;
b)- Preço e condições de pagamento;
c)- A Commissão mandará publicar semanalmente as propostas recebidas pelo jornal “O AFFONSO CLÁUDIO” podendo os concurrentes fazer proposta uma ou mais vezes;

d)- A Commissão reserva-se o direito de não publicar as propostas que não offererem as garantias necessarias;
e)- A Escriptura respectiva será assignada quando a commissão julgar conveniente aos seus interesses.

Affonso Cláudio em 27 de Março de 1929.
A Commissão:
Dr. Lourival de Almeida
José Jorge Haddad
Antônio Olympio da Fonseca Cruz
Antônio Salles"

Em 18 de maio daquele ano, a "Commissão" recebeu do Sr. José Jorge Haddad uma proposta para compra da casa pertencente ao Bispado pela importancia de seis contos de réis, sendo o pagamento effectuado no acto da escriptura". O término para apresentação das propostas estava programado para o dia 18 de julho de 1929.

Ainda em março de 1929 era feita a "Concurrência Publica" para a construção da casa paroquial, conforme as condições abaixo:

"As propostas que deverão ser enviadas ao Presidente da Commissão Dr. Lourival de Almeida em carta fechada e lacrada deverão conter:

a)- Nome e idoneidade do concurrente, orçamento e preço para a execução da Obra de accordo com a respectiva Planta que se acha em poder do membro da commisão José Jorge Haddad que dará as necessarias instrucções;
b)- Prazo para início e terminação da construcção;
c)- Condições de pagamento;
d)- O concurrente terá que adquirir da commissão os materiaes doados á mesma para a referida construcção pelo preço corrente na Praça assim como os serviços offerecidos;
e)- A concurrencia será encerrada no dia 30 de Abril proximo, devendo as propostas serem apresentadas até esse dia;
f)- A Commissão reserva-se ao direito de aceitar a proposta que mais vantagens offerecer, dando publicidade a sua resolução oito dias após o encerramento da concurrencia;
g)- A proposta aceita deverá ser assignado oito dias após a sua publicação pela Commissão.

Affonso Cláudio em 27 de Março de 1929
A Commissão:
Dr. Lourival de Almeida
José Jorge Haddad

Antônio Olympio da Fonseca Cruz
Antônio Salles”

Em julho de 1930 os padres redentoristas Leão Pannis e Francisco Ferreira chegaram à paróquia, em visita missionária, ocasião em que incentivaram a população católica, tanto do interior como da sede do município a erguer um novo cruzeiro. “O da cidade foi levantado na colina fronteira da Matriz, fato ocorrido no dia 12 de junho de 1930”. Era de madeira, em 30 (trinta) metros de comprimento. Foi “iluminado durante alguns anos, mas, por insuficiência de energia, foi isolada a iluminação”. Algum tempo depois, uma tempestade o derrubou.

FOTO Nº. 143 – Implantação do Cruzeiro – 1930.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

Durante aquela visita dos missionários foi fundada a Liga Católica “Jesus, Maria, José”, onde, de imediato, inscreveram-se aproximadamente 1000 (mil) adeptos. Foi de duração efêmera.

FOTO Nº. 144 – Liga Católica “Jesus, Maria e José” - 1934.
Da Esquerda Para a Direita (Sentados): **1-** Idolino da Fonseca Lamas **3-** Pe. Pedro Cottone. (Em Pé): **2-** Maria e **4-** Jairo. Os Outros Não Foram Identificados.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de A. Cláudio)

Decorria o mês de janeiro de 1933 quando o Bispo Dom Luiz Scortegagna (1933-1951) visitou o município.

Em março de 1933, deixava o município o Padre Jorge Steinbacher (1921-1933), por motivo de doença. Para preencher a sua vaga na paróquia, foi nomeado o Padre Henrique Vieira, que ficou pouco tempo. Durante a ausência do Padre na paróquia, visitava-a alternadamente o Cônego Barros e o Monsenhor Luiz Cláudio, situação que permaneceu até 1934.

GIESTAS[35] afirma que: "Em decorrência da falta de eficiente conservação, a essa altura a Igreja começa a arruinar-se. A situação agravou-se, quando é decidido a promoverem a sua demolição para em seguida, ser iniciada a construção da nova Matriz". Decorria o ano de 1933.

Novo vigário é nomeado para a paróquia, no dia 24 de fevereiro de 1934, trata-se de Padre Pedro Cottone, de nacionalidade italiana.

Em 1935 é indicada pela Cúria Diocesana a comissão para a fábrica da nova Matriz:

- ✓ Fabriqueiro: José Jorge Haddad
- ✓ Secretário: João Duarte Manso
- ✓ Tesoureiro: Antônio Olympio da Fonseca Cruz
- ✓ Conselheiros: Tanus Elias Gastin e
  José Silvestre Vieira (meu avô paterno)

Dom Luiz Scortegagna visitava a paróquia novamente em 1936, quando em setembro, eram entregues as chaves da nova Casa Paroquial, que o "povo católico do município oferecia a Mitra Diocesana".

Na década de 1940, 02 (dois) acontecimentos tocavam os sentimentos de ternura dos paroquianos de Afonso Cláudio, segundo GIESTAS[35]:

1- O afastamento por motivo de saúde do Padre Pedro Cottone (recolhera-se num sanatório de Belo Horizonte – MG) e a sua morte no dia 04 de janeiro de 1943, e;

2- Também, o falecimento do Padre Jorge Steinbacher, em Vitória.

Chega a Afonso Cláudio em 14 de janeiro de 1942, pela 03ª (terceira) vez, o Bispo Dom Luiz Scortegagna, para dar posse ao novo Padre, Sr. Paulo de Tarso Rautenstrauch, pessoa de sua particular amizade. Quando desta última visita, D. Luiz prometera retornar pela 4ª vez ao Município, o que aconteceu em 13 de junho do mesmo ano.

Como a igreja havia sido demolida em 1933, e as obras da construção da nova Matriz encontravam-se paralisadas, com as paredes cerca de 2m acima dos alicerces, as celebrações dos atos litúrgicos passaram a ser efetuadas no salão

paroquial e/ou outros lugares.
Decorridos os primeiros meses da chegada do Pe. Paulo, a sua gestão ficou focada em: “reavivar a chama da fé cristã no coração dos paroquianos” e dar o prosseguimento das obras da Matriz. Essa segunda tarefa foi a mais espinhosa, pois, àquela ocasião, houve uma grande depressão financeira no mundo, a partir de 1929, com reflexos no Brasil e conseqüentemente em Afonso Cláudio, e que se prolongaria ainda por alguns anos, agravada com a eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial. (1939/1945)
Mesmo com essas crises, a Matriz foi construída, conforme consta da obra Fragmentos Históricos do Município (GIESTAS[35]), “dentro de prazo relativamente curto e em disposição arquitetônica digna de seu esforço através do dinamismo do Pe. Paulo de Tarso”.
O Padre incitou o povo a comparecer mais assiduamente aos cultos católicos, assim como as associações religiosas já criadas e que foram fundadas neste período: Associação de Senhoras do Apostolado da Oração, Cruzada Eucarística Infantil, Congregados Marianos e a Pia União dos Filhos de Maria.
Outra forma de sensibilizar a comunidade católica com o objetivo de “angariar donativos para a construção” foi fazer a peregrinação, por todas as capelas da Paróquia, da imagem de São Sebastião, o que propiciou uma receita de CR$ 40.400,10 (quarenta mil, quatrocentos cruzeiros e dez centavos). Decorria o ano de 1945.
O início dos trabalhos teve como marco a data de 11 de outubro de 1945, quando o mestre de obras, Senhor Alfredo do Espírito Santo, prosseguia com a construção. Até o final da obra, não faltaram recursos financeiros para sua execução. Já se fazia campanha dos vitrais, do sino e do relógio. A Cia. Vale do Rio Doce que naquela ocasião mantinha um serviço rodoviário no município, “fez gratuitamente o transporte das telhas de Baixo Guandu” até o local da construção da nova Matriz.
A obra avançava, e em 1946 já estava bastante adiantada, quando o Pe. Paulo precisou se ausentar da Paróquia, pelo prazo de 03 (três) meses, para recuperar as energias físicas do corpo, “sendo substituído, nessa ocasião, pelos Padres Venâncio Toller e Ângelo Toller, até março de 1947”, o que não provocou nenhum atraso no cronograma físico da construção.
Pela 5ª (quinta) vez, retornava à Afonso Cláudio, D. Luiz Scortegagna, que aqui chegou em 03 de julho de 1947, em visita episcopal.
Quando da 6ª (sexta) visita de D. Luiz, foi fundada, novamente, a Sociedade da Liga Católica “Jesus – Maria – José”.

FOTO Nº. 145 – Liga Católica “Jesus, Maria e José” - 1947.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

Por essa ocasião o Padre Paulo convocou o seu compadre Cezário Saiter “a fazer um mutirão para retirada de ripas de palmito no lugar denominado Empoçadinho para fazer o forro da Igreja. Naquele lugar, este tipo de palmeira era abundante. Centenas destas ripas foram retiradas e transportadas em lombos de animais (burros) até o Empoçado e com carro de bois, até a cidade.” Outro fato importante da construção dessa igreja foi que o Cesário, um marceneiro de primeira qualidade, mais uma vez fora convocado por seu compadre Padre Paulo para construir os bancos da Igreja.

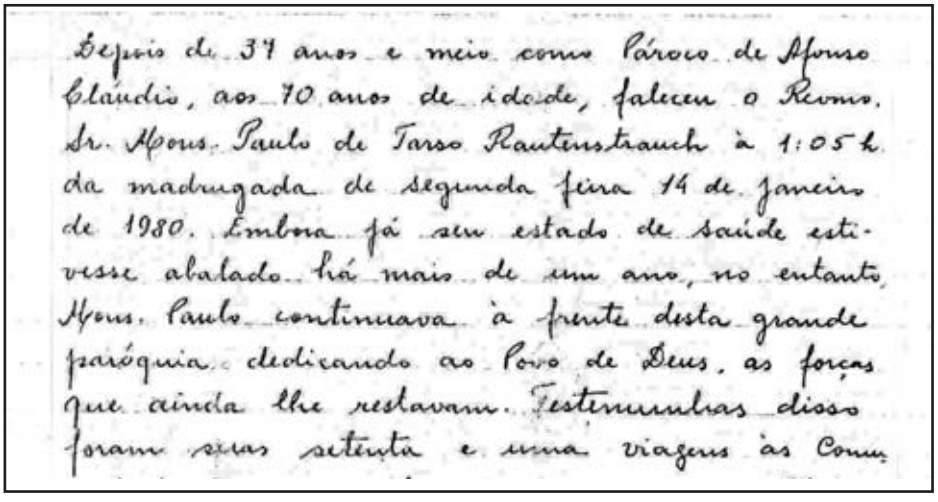
As árvores de peroba foram retiradas na localidade conhecida como Graminha (Arrependido) e trazidas até sua serraria com muita dificuldade. São esses bancos que até hoje todos se acomodam neles. Outro dado importante desta história é que existe nos bancos um pedacinho de madeira onde encostamos o braço. Este pedacinho de madeira, que fora idealizado pelo detalhista Padre Paulo, seria confeccionado por um artesão de Petrópolis (RJ). Entretanto, decorrido algum tempo, Cesário faz uma surpresa ao seu compadre e levava todos os pedacinhos já confeccionados por um artesão afonsoclaudense de nome Coletário. Outros trabalhos realizados por Cesário foram as portas internas da igreja, um móvel dentro da sacristia e toda estrutura de madeira que dá sustentação aos sinos”. É de bom alvitre salientar que, a oferta do relógio que foi colocado na torre da Igreja, foi do Dr. João Eutrópio, “encomendado com dimensões exatas, da Suíça, por intermédio da Japércia, cuja peça só chegou à Afonso Cláudio em 1952. O relógio foi colocado na torre no dia 26 de outubro daquele ano.

Setembro de 1949! Uma grande data para a comunidade católica de Afonso Cláudio, ocasião em que era inaugurada a majestosa Matriz de São Sebastião, sem a presença do Bispo, D. Luiz, que por motivos de saúde não pode viajar até o município e foi representado por outros religiosos.

"No dia 07 de setembro eram iniciadas as festividades, com a alvorada "saudada com a simbólica salva de vinte e um tiros, precedida de ensurdecedora foguetaria" [...] Ainda pela manhã às 10:00 missa para cerca de cinco mil pessoas, segundo GIESTAS[35], e cujas festividades duraram 03 (três) dias.

FOTO Nº. 146 – Inauguração da Nova Matriz de São Sebastião - 07/09/1949.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

No dia 14 de janeiro de 1980, com problemas cardíacos, falecia em Vitória, para onde havia sido transferido, o Pe. Paulo de Tarso, aos 70 (setenta) anos de idade.


Depois de 37 anos e meio como Pároco de Afonso Cláudio, aos 70 anos de idade, faleceu o Revmo. Sr. Mons. Paulo de Tarso Rautenstrauch à 1:05 h. da madrugada de segunda feira 14 de janeiro de 1980. Embora já seu estado de saúde estivesse abalado há mais de um ano, no entanto, Mons. Paulo continuava à frente desta grande paróquia dedicando ao Povo de Deus, as forças que ainda lhe restavam. Testemunhas disso foram suas setenta e uma viagens às Comu

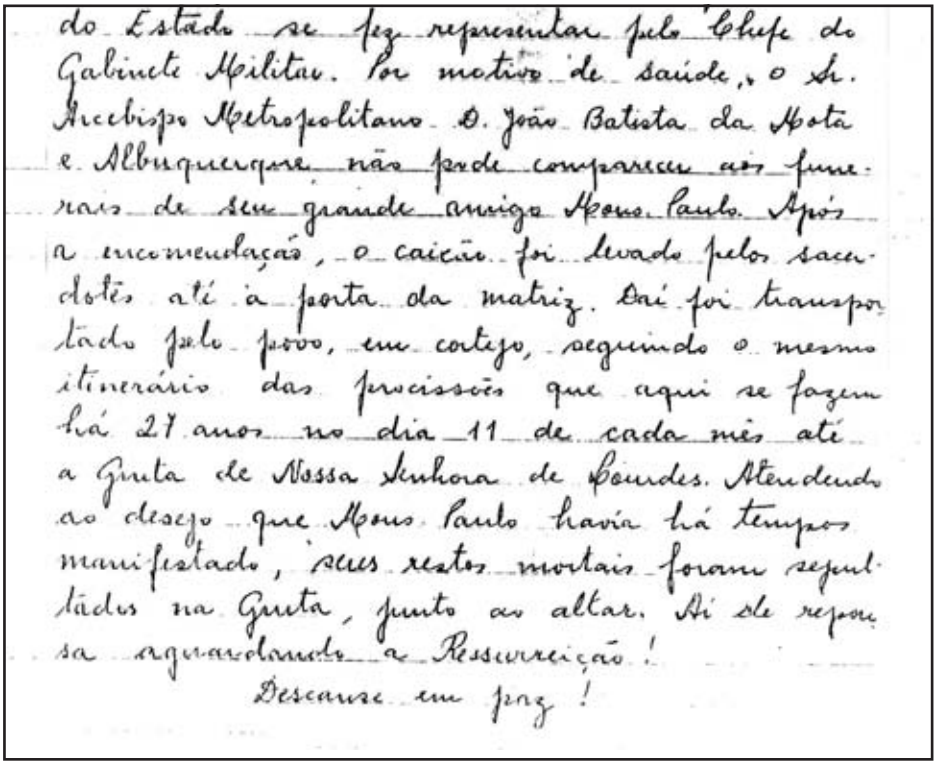
nidades rurais realizadas no ano de 1979, aliás, muito sacrificado pelas fortes chuvas dos primeiros meses. Aos 11 de janeiro do corrente ano, primeiro dia da Novena de São Sebastião, por volta das 13,30 h soou a campainha instalada em seus aposentos para que chamasse caso tivesse alguma necessidade. Atendido imediatamente, foi encontrado no quarto, caído no chão e já sem sentidos. Socorrido logo no Hospital local, foi imediatamente transferido para Vitória tendo sido hospitalizado no SOCOR na Praia Santa Helena. Foi-lhe logo ministrado o Sacramento dos Enfermos pelo Sr. Pe. Arnóbio Passos Cruz. Não faltaram recursos e cuidados médicos. Mas, o estado de saúde de Mons. Paulo se agravava sempre mais. Por volta da 1:00 h. da madrugada do dia 14, os que o acompanhavam percebiam que sua vida já chegava ao fim.

Pe. Adwalter Antônio Carnielli que se encontrava no local deu-lhe a última absolvição sacramental e em suas mãos foi colocada a vela da Ordenação Sacerdotal por ele guardada, com muito carinho, para esse momento. Às 1:05 h. Mons. Paulo de Tarso dava seu último suspiro e entregava definitivamente sua vida ao Pai. Foi dada como causa de sua morte, acidente vascular cerebral, hipertensão arterial sistêmica. Logo foram tomadas as devidas providências para que seu corpo fosse trasladado para Afonso Cláudio. Às 8:00 h. da manhã do mesmo dia, enquanto dobravam os sinos da Matriz de São Sebastião,

chegavam os restos mortais do Pastor que tanto amou essa terra e sua gente. Muitas pessoas já o aguardavam no pátio da igreja. Seu corpo foi colocado junto à grade do presbitério. As flores, em grande quantidade, revelavam a veneração e estima do povo. Grande foi a presença do povo na Matriz durante o dia e a noite em que foi velado o corpo de Mons. Paulo. Durante toda a noite de hora em hora, revesavam-se aqueles que dirigiam os fiéis em sua oração. As 16:00 h. o Sr. Bispo Auxiliar D. Luís Gonzaga Fernandes presidiu a concelebração Eucarística. A Matriz estava totalmente ocupada pela multidão que se comprimia, mas, ao mesmo tempo se conservava numa bela atitude de fervor e recolhimento. Vinte e cinco sacerdotes da Arquidiocese estavam presentes. O Sr. Prefeito Municipal decretou luto oficial por três dias no município de Afonso Cláudio.

O comércio local fechou suas portas que só se reabriram no dia seguinte após o sepultamento. As 22:00 h. seu corpo foi devidamente preparado pelo médico e seu caixão lacrado para que assim se pudesse fazer o sepultamento depois de decorridas as 24 horas após o falecimento.

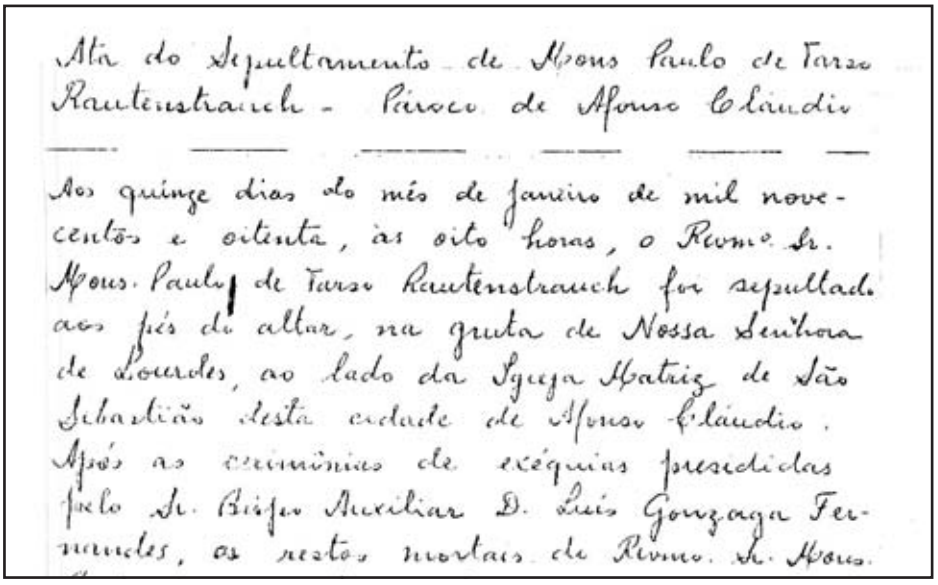
As 8:00 h do dia 15, o Sr. Bispo Auxiliar, acompanhado de dez sacerdotes, presidiu a celebração de exéquias e encomendação. Não obstante a chuva que já há dias caia abundante, grande era a multidão que vinha prestar sua última homenagem ao zeloso Pároco de Afonso Cláudio. O Exmo. Sr. Governador



do Estado se fez representar pelo Chefe do Gabinete Militar. Por motivo de saúde, o Sr. Arcebispo Metropolitano D. João Batista da Mota e Albuquerque não pode comparecer aos funerais de seu grande amigo Mons. Paulo. Após a encomendação, o caixão foi levado pelos sacerdotes até à porta da matriz. Daí foi transportado pelo povo, em cortejo, seguindo o mesmo itinerário das procissões que aqui se fazem há 27 anos no dia 11 de cada mês até a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes. Atendendo ao desejo que Mons Paulo havia há tempos manifestado, seus restos mortais foram sepultados na Gruta, junto ao altar. Aí ele repousa aguardando a Ressurreição!

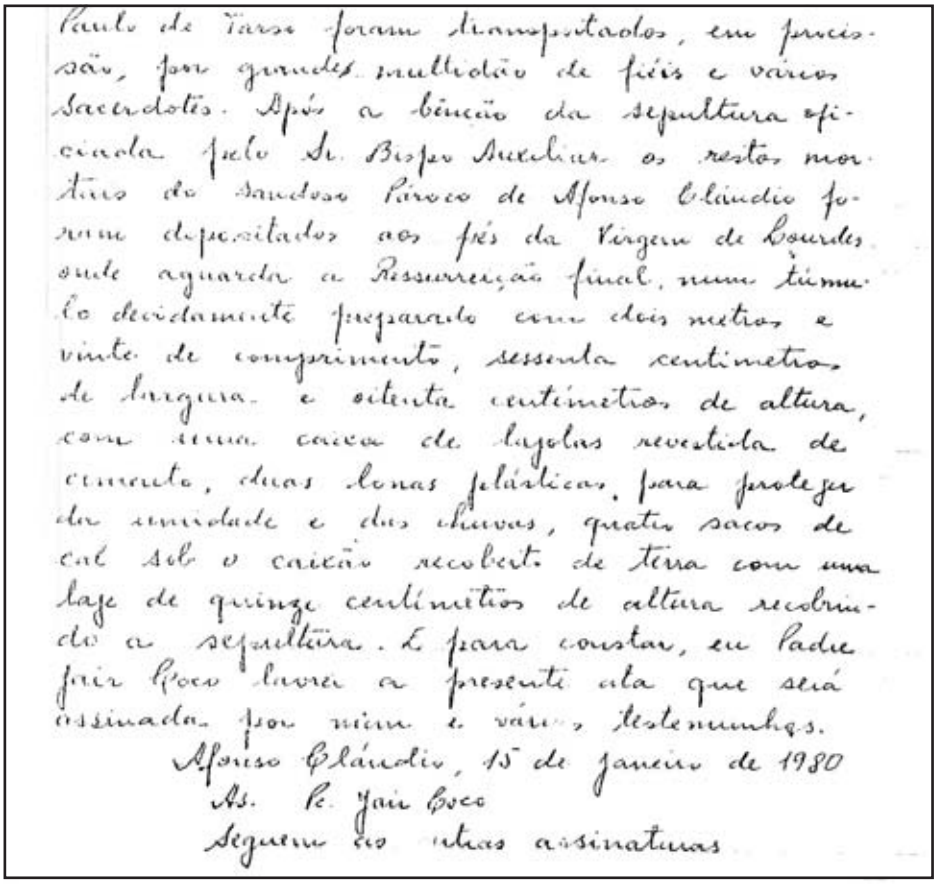
Descanse em paz!

ILUSTRAÇÃO Nº 92 - Cronologia da Doença do Pe. Paulo de Tarso - 1980.
(Acervo: Paróquia de São Sebastião do Alto Guandú)



Ata do Sepultamento de Mons Paulo de Tarso Rautenstrauch - Pároco de Afonso Cláudio

Aos quinze dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta, às oito horas, o Revmo. Sr. Mons. Paulo de Tarso Rautenstrauch foi sepultado aos pés do altar, na gruta de Nossa Senhora de Lourdes, ao lado da Igreja Matriz de São Sebastião desta cidade de Afonso Cláudio. Após as cerimônias de exéquias presididas pelo Sr. Bispo Auxiliar D. Luís Gonzaga Fernandes, os restos mortais do Revmo. Sr. Mons.



Paulo de Tarso foram transportados, em procissão, por grande multidão de fiéis e vários Sacerdotes. Após a bênção da sepultura oficiada pelo Sr. Bispo Auxiliar os restos mortais do saudoso Pároco de Afonso Cláudio foram depositados aos pés da Virgem de Lourdes onde aguarda a Ressurreição final, num túmulo devidamente preparado com dois metros e vinte de comprimento, sessenta centímetros de largura e oitenta centímetros de altura, com uma caixa de tijolos revestida de cimento, duas lonas plásticas, para proteger da umidade e das chuvas, quatro sacos de cal sob o caixão recoberto de terra com uma laje de quinze centímetros de altura recobrindo a sepultura. E para constar, eu Padre frei Boco lavrei a presente ata que será assinada por mim e várias testemunhas.

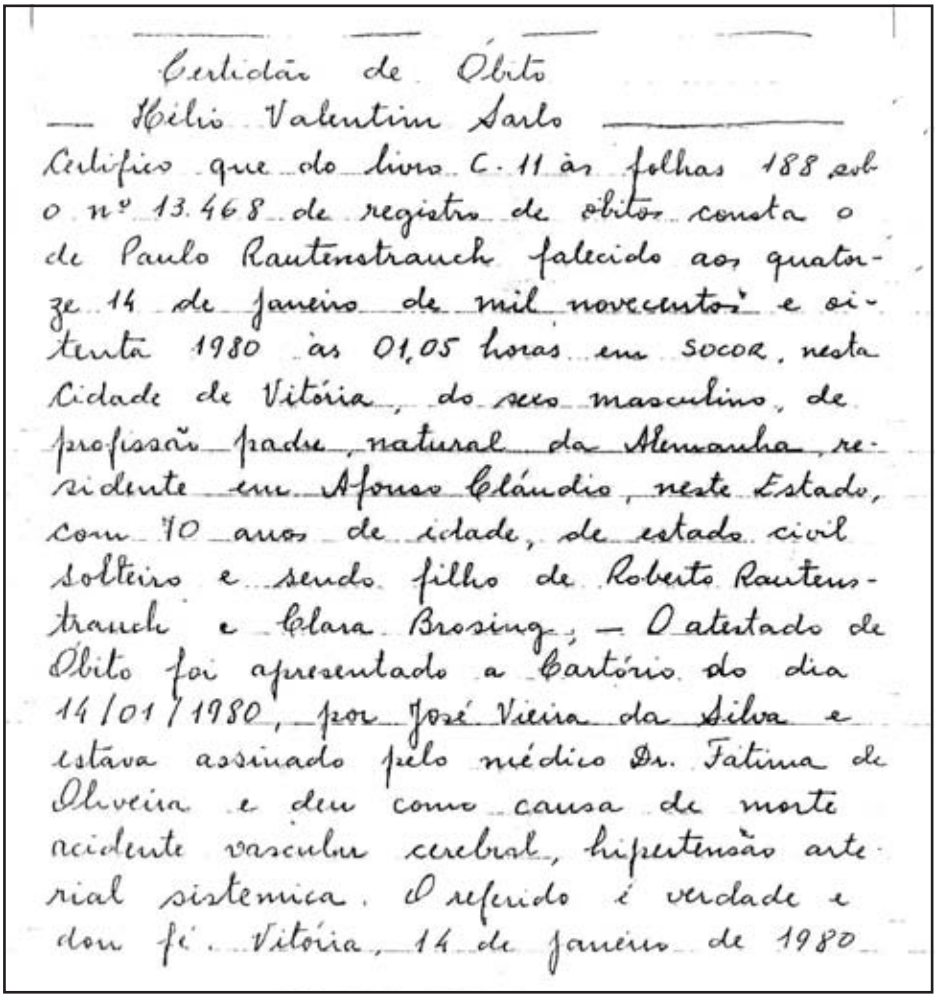
Afonso Cláudio, 15 de janeiro de 1980

As. Pe. Jair Boco

Seguem as outras assinaturas

ILUSTRAÇÃO Nº 93 - Sucessão dos Acontecimentos Que Antecederam ao Sepultamento do Pe. Paulo de Tarso - 1980.
(Acervo: Paróquia de São Sebastião do Alto Guandú)

FOTO Nº 147 - Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Onde Repousa os Restos Mortais do Pe. Paulo de Tarso. - 1980.
(Acervo: Paróquia de São Sebastião do Alto Guandú)



Certidão de Óbito

— Hélio Valentim Sarlo —

Certifico que do livro C-11 às folhas 188 sob o nº 13.468 de registro de óbitos consta o de Paulo Rautenstrauch falecido aos quatorze 14 de janeiro de mil novecentos e oitenta 1980 às 01,05 horas em SOCOR, nesta Cidade de Vitória, do sexo masculino, de profissão padre, natural da Alemanha, residente em Afonso Cláudio, neste Estado, com 70 anos de idade, de estado civil solteiro e sendo filho de Roberto Rautenstrauch e Clara Brosing; — O atestado de Óbito foi apresentado a Cartório do dia 14/01/1980, por José Vieira da Silva e estava assinado pelo médico Dr. Fatima de Oliveira e deu como causa de morte acidente vascular cerebral, hipertensão arterial sistemica. O referido é verdade e dou fé. Vitória, 14 de janeiro de 1980

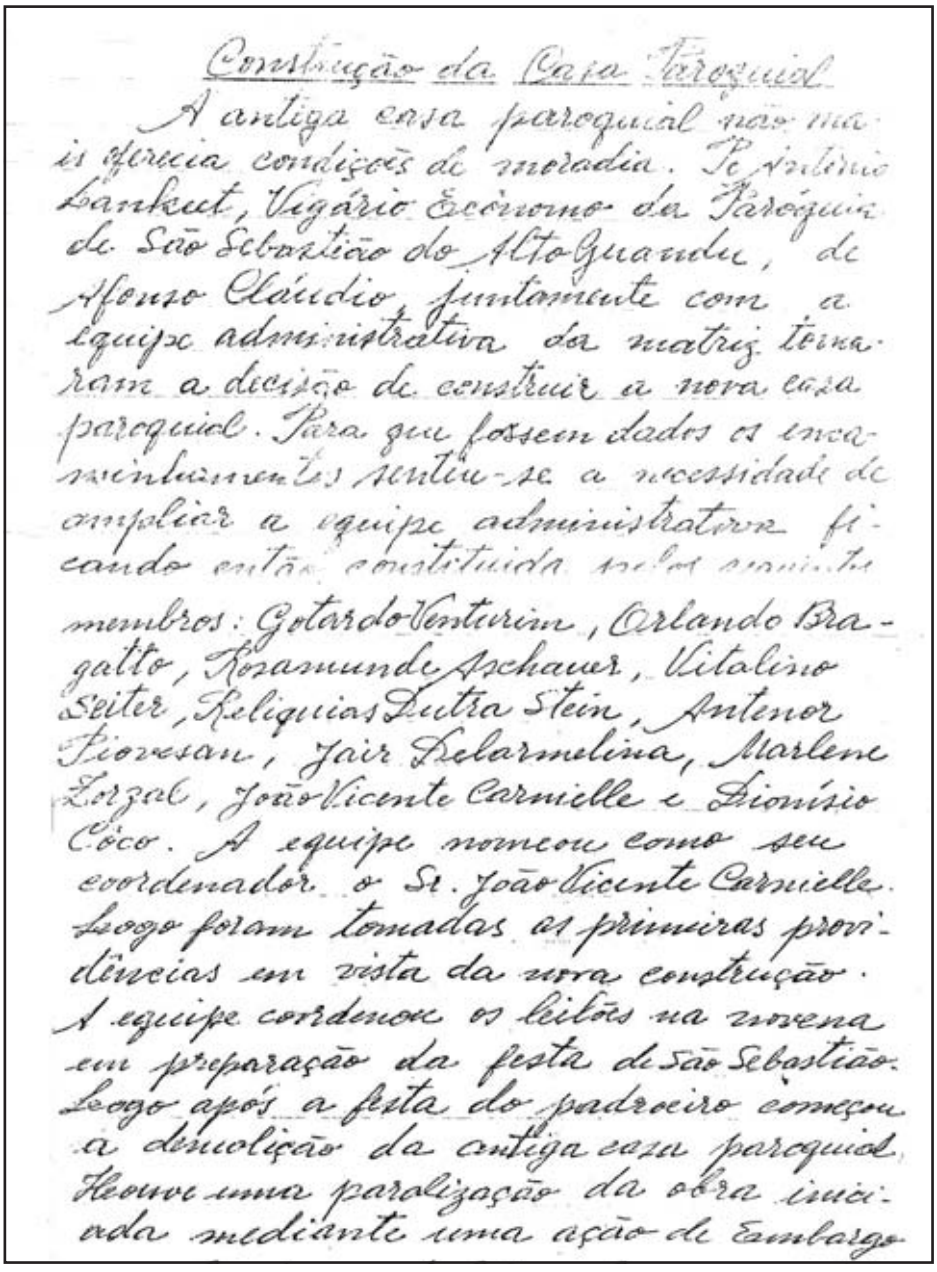
ILUSTRAÇÃO Nº 94 - Certidão de Óbito de Pe. Paulo de Tarso - 1980.
(Acervo: Paróquia de São Sebastião do Alto Guandú)

Em 19 de julho de 1950 era lançada a pedra fundamental da Capela de São Vicente de Paulo, no bairro São Vicente.

Como a Casa Paroquial construída em 1936 “já não oferecia condições de moradia decente e confortável”, resolveu-se por construir uma “nova residência para os vigários da paróquia”. Decorria o ano de 1983. Foram membros da equipe de administração da obra, os seguintes senhores:

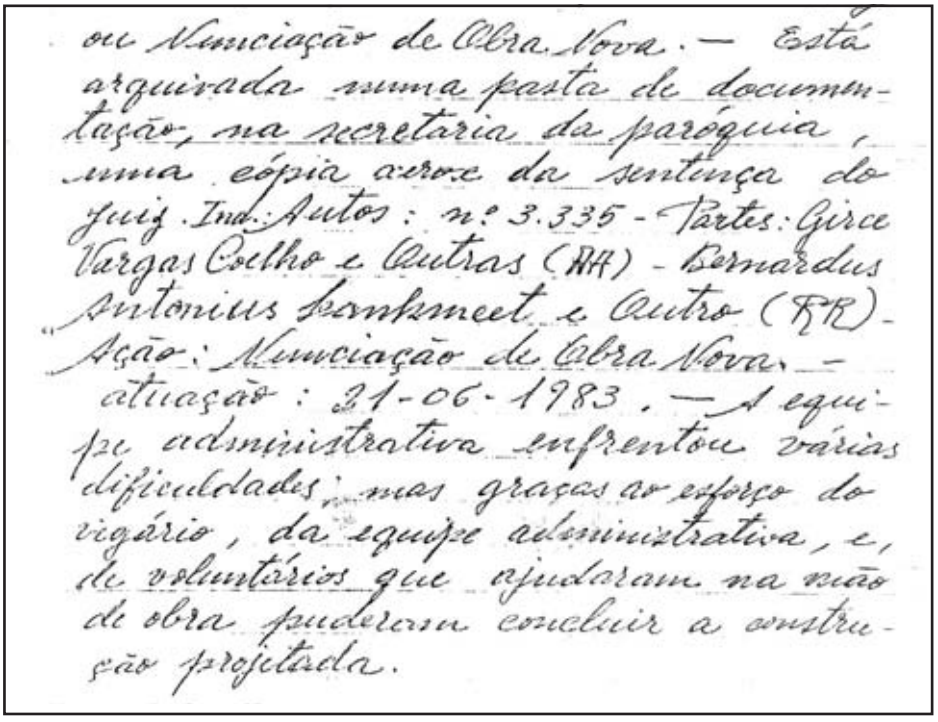
- ✓ Gotardo Venturim
- ✓ Orlando Bragatto
- ✓ Rosamunde Aschauer
- ✓ Vitalino Saiter

- ✓ Relequias Dutra Stein
- ✓ Antenor Piovisan
- ✓ Jair Delarmelina
- ✓ Marlene Zorzal
- ✓ João Vicente Carnielli (Coordenador da Equipe) e,
- ✓ Dionízio Côco



Construção da Casa Paroquial

A antiga casa paroquial não mais oferecia condições de moradia. Pe Antônio Lankuet, Vigário Encomendo da Paróquia de São Sebastião do Alto Guandu, de Afonso Cláudio, juntamente com a equipe administrativa da matriz tomaram a decisão de construir a nova casa paroquial. Para que fossem dados os encaminhamentos sentiu-se a necessidade de ampliar a equipe administrativa ficando então constituida pelos seguintes membros: Gotardo Venturim, Orlando Bragatto, Rosamunde Aschauer, Vitalino Seiter, Relquias Dutra Stein, Antenor Piovesan, Jair Delarmelina, Marlene Zorzal, João Vicente Carnielle e Dionísio Côco. A equipe nomeou como seu coordenador o Sr. João Vicente Carnielle. Logo foram tomadas as primeiras providências em vista da nova construção. A equipe cordenou os leilões na novena em preparação da festa de São Sebastião. Logo após a festa do padroeiro começou a demolição da antiga casa paroquial. Houve uma paralização da obra iniciada mediante uma ação de Embargo



ou Nunciação de Obra Nova. — Está arquivada numa pasta de documentação, na secretaria da paróquia, uma cópia acerca da sentença do Juiz. Ind. Autos: nº 3.335 - Partes: Circe Vargas Coelho e Outras (RH) - Bernardus Antonius Leenhmeet e Outro (RR) - Ação: Nunciação de Obra Nova. - atuação: 21-06-1983. — A equipe administrativa enfrentou várias dificuldades, mas graças ao esforço do vigário, da equipe administrativa, e, de voluntários que ajudaram na mão de obra puderam concluir a construção projetada.

ILUSTRAÇÃO Nº 95 - Ata da Construção da Nova Casa Paroquial – 21/06/1983.
(Acervo: Paróquia de São Sebastião do Alto Guandú)

Um incidente em janeiro de 1985, na abóboda da Matriz, fez com que houvesse a necessidade de reformá-la. A comissão responsável pela obra ficou constituída dos seguintes membros:

- ✓ Presidente: Hilton Lopes Vieira – “Tim” (meu tio paterno)
- ✓ Vice-Presidente: Methódio José da Rocha
- ✓ 1º Tesoureiro: Francisco Anselmo Deorce – “Chico”
- ✓ 2º Tesoureiro: Arlindo Wilke
- ✓ 1ª Secretária: Odila Delarmelina
- ✓ 2ª Secretária: Abigail Satlher da Rocha

Os serviços foram concluídos no final do ano de 1986 e entregues à comunidade religiosa no dia 20 de janeiro de 1987, contando com a presença do Senhor Arcebispo D. Silvestre Luiz Scandian.

Reabertura da Igreja Matriz na Festa do Padroeiro São Sebastião

No dia 20 de janeiro de 1987 a paróquia festejou seu Padroeiro com a reabertura da igreja matriz. A festa foi precedida pela novena em louvor a São Sebastião. A celebração e leitões de cada dia foram coordenados pelas equipes de serviço da matriz. A equipe de liturgia e cantos preparou com mimo a celebração do dia da festa. A solenidade teve início às 9 horas com a Santa Missa, presidida pelo Excmo e Revmo Arcebispo da Arquidiocese de Vitória, D. Silvestre Luis Scandian que concelebrou com Pe. Arthur Francisco Juliatti dos Santos, Pe Hugo Scheer, e Pe Adivalter Carnielli. Foi feita a procissão de entrada e a seguir dirigida uma palavra de acolhida a D. Silvestre, às autoridades e a todos os presentes. Na homilia D. Silvestre manifestou sua satisfação de celebrar esta festividade com o povo de Afonso Cláudio e dirigiu sua palavra de Pastor chamando-nos ao compromisso cristão: "esta igreja está toda restaurada. É preciso restaurar igualmente as nossas consciências para sermos as pedras vivas do Templo que é a Igreja. e construir um mundo mais fraterno e justo." No final da celebração houve palavras de homenagem e gratidão. Seguiu-se com a solene

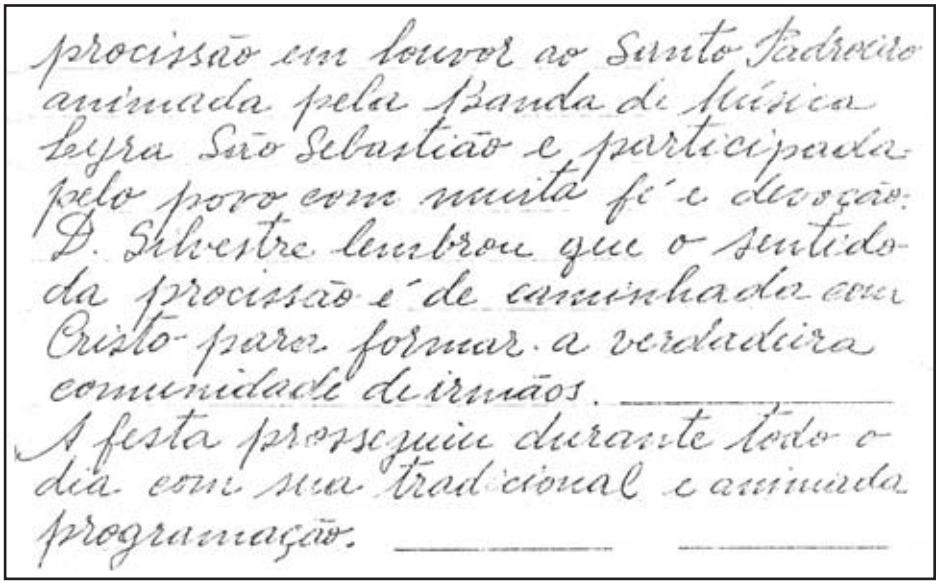

procissão em louvor ao Santo Padroeiro animada pela Banda de Música Lyra São Sebastião e participada pelo povo com muita fé e devoção. D. Silvestre lembrou que o sentido da procissão é de caminhada com Cristo para formar a verdadeira comunidade de irmãos. _____ A festa prosseguiu durante todo o dia com sua tradicional e animada programação. _____ _____

ILUSTRAÇÃO Nº 96 - Ata da Reabertura da Igreja Matriz – 20/01/1987.
(Acervo: Paroquia de São Sebastião do Alto Guandú)

Em 05 de novembro de 1989 era "lançada a pedra fundamental da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, no Bairro da Grama".
O bairro "João Valin", mais conhecido como "Campo Vinte e Um", também ganhava a sua igreja, com um nome de Padroeira Nossa Senhora dos Anjos, isto em 07 de janeiro (não se conseguiu o ano).
Em 25 de fevereiro de 1992 era criada a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, de Brejetuba.
Padres que prestaram seus serviços à comunidade católica de Afonso Cláudio:

- ✓ 1º Pe. Carlos José Ernesto Leduc (1899-1920)
- ✓ 2º Pe. Jorge Steinbacher (1921-1933)
- ✓ 3º Pe. Henrique Vieira (1933)
- ✓ 4º Pe. Pedro Cottone (1934-1942)
- ✓ 5º Pe. João Bauer (coadjutor)
- ✓ 6º Pe. José Lopes Coelho (1940-coadjutor)
- ✓ 7º Pe. Paulo de Tarso Rautenstrauch (1942-1980)
- ✓ 8º Pe. Joaquim Boina da Costa (coadjutor)
- ✓ 9º Pe. Venâncio Toller e Pe. Ângelo Toller (Jan/Mar 1947)

- ✓ 10º Pe. Jair Côco (1980)
- ✓ 11º Pe. Benito Falqueto (1980-1988)
- ✓ 12º Pe. Bernardo Antônio Lankheet (1981-1988)
- ✓ 13º Pe. Arlindo Moura de Mello (1988 -1992)
- ✓ 14º Pe. Josimar Antônio Basoni (1993-1997)
- ✓ 15º Pe. Humberto Wuyts (1997)
- ✓ 16º Pe. Luis Antônio Oggioni (1998-coadjutor) até 2008

Algumas fotos de Igrejas católicas do interior de Afonso Cláudio:

FOTO Nº 148- Igreja Católica e Casa Canônica do Alto Rio da Cobra (N. Sª do Carmo) – (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 149 - Igreja de Barra Alegre (Sagrada Família) – (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 150 - Igreja da Boa Vista (N. Sª da Penha) – (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 151 - Igreja de Bom Jesus – (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 152 - Igreja da Barra do Rio da Cobra (Santa Lúcia) - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 153 - Igreja de São Domingos - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 154 Igreja de São Domingos (Anjo da Guarda) - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 155 - Igreja de São Domingos (São Jorge) - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 156- Igreja de S. Domingos - Pat. dos Gonçalves - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 157 - Igreja do Empoçado (São Benedito) - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 158 - Igreja da Fazenda Guandu (Santo Antônio de Pádua) - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 159 - Igreja da Fazenda Matutina do Sr. Genolo Adamis – Esperando a Hora da Missa – (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 160 - Igreja do Rib. do Costa (S. Antº de Pádua) - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 161 - Igreja Serra do Boi (N. Senhora da Penha) - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 162 - Igreja Cinco Pontões (N. Senhora Aparecida) - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 163 - Igreja do Taquaral (São José) - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 164 - Igreja do Taquaral - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO N° 165 - Igreja de Vista Alegre (N. Senhora da Saúde) – (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO Nº 166 - Igreja Zambom – (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO N° 167 - Igreja Sem Identificação - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO N° 168 - Igreja Sem Identificação - (1934/42)
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO N° 169 - Igreja Sem Identificação - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO N° 170 - Igreja Sem Identificação - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

FOTO N° 171 - Igreja Sem Identificação - (1934/42).
(Acervo: Sebastião Fafá)

4.4 – SERVIÇOS

4.4.1 – Água e Esgoto

Quando da aprovação e sanção dos primeiros atos administrativos que norteariam a gestão municipal a partir da sua emancipação política (1891), nada foi encontrado que retratasse o serviço de água e esgoto da cidade.
Os primeiros registros foram encontrados em 1931, quando o "CORREIO DO CENTRO[115]" publicou, na íntegra, a legislação municipal, criando o serviço de abastecimento d'água da cidade.

"SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO D'AGUA DA CIDADE DE AFFONSO CLAUDIO.

Ficará creado na Prefeitura de Affonso Cláudio uma secção de serviços sob o título:

ABASTECIMENTO D'AGUA

Art. 1º - O Serviço de abstecimento d'agua, será feito para todo o predio ou domicilio situado dentro do perimetro da actual rede distribuidora e suas estensões no futuro.
$ - unico – Os predios situados fóra do perímetro da rede distribuidora, poderão ser abastecidos mediante requerimento dos proprietarios a juízo da Prefeitura de accordo com as condições regulamentares.

DAS QUOTAS E TAXAS D'AGUA

Art. 2º - Todo e qualquer consumidor ficará sujeito as quotas e taxas respectivas de accordo com a tabella abaixo, com os arts. seguintes e seus paragraphos.
Art. 3º - As quotas de consumo de agua e as taxas correspondentes serão calculadas sobre os valores locativos mensaes das propriedades, as quaes, para este effeito ficam divididas em 5 classes.
Art. 4º - Ficarão sujeitas as taxas do consumo d'agua todas as casas que se encontrem dentro do perimetro urbano.
Art. 5º - 1ª classe – As propriedades de valor locativo mensal até 50$000, pagarão a quota mensal de RS 5$000.
- 2ª classe – as propriedades de valor locativo mensal de mais de 50 até 100$000, pagarão a quota mensal de 7$000.
- 3ª classe – as propriedades de mais de 100 até 150$000, pagarão a quota mensal de 9$000.
- 4ª classe – as propriedades de mais de 150 até 200$000 pagarão a quota mensal de 12$000.
- 5ª classe – as propriedades de valor locativo mensal além de 200$000, pagarão a quota mensal de 15$000.
$ unico – No caso da

[115] CORREIO DO CENTRO. "Serviços de Abastecimento D'Agua da Cidade de Affonso Cláudio". Afonso Cláudio (ES). Anno II, de 16 de maio de 1931. 4p.

omissão do valor locativo da propriedade a quota mensal ficará a criterio da fiscalização da Prefeitura.

DAS LIGAÇÕES

Art. 6º - O serviço de ligação ou suprimento d'agua as propriedades, será feito por conta da Prefeitura, somente o trecho externo até o registro no alinhamento municipal desde que não exceda de 10 metros.

Art. 7º - O encanamento de derivação terá um registro de passagem ou fecho situado sobre o passeio da rua, proximo ao alinhamento municipal; este registro fecho só poderá ser aberto ou fechado pelo pessoal encarregado dos serviços d'agua, incorrendo na multa de 50$000 o infractor.

Art. 8º - Nenhuma derivação d'agua será feita, sem que o proprietario assigne, na repartição competente o livro de concessão e responsabilidade e pague a taxa de ligação que será de rs. 25$000.

$ único – a instalação do serviço de agua só pode ser concedida ao proprietario e nunca ao inquelino ou arrendatario.

Art. 9º - O serviço de instalação ou distribuição domiciliaria, isto é, o trecho interno da derivação, a partir da caixa do registro, será executado a custa do proprietario.

$ 1º - as torneiras e registros serão de bronze e taes que mantenham vedação permanente, quando fechadas para evitar desperdício d'agua.

$ 2º - as obras para distribuição d'agua nas caixas serão feitas por conta dos proprietarios, mantendo a Prefeitura um artista habilitado para tal, podendo entretanto ser feita particularmente, ficando os serviços sujeitos a fiscalização.

PAGAMENTO DAS TAXAS D'AGUA

Art. 10º - a contribuição do serviço de agua será feito sempre integralmente até o dia 15 de cada mez; excedendo este dia será acrescida da mora de 10% importando no corte da agua 30 dias de atrazo no pagamento.

Art. 11º - Uma vez cortada a agua pela falta de cumprimento do artigo 10 só será novamente ligada mediante requerimento da parte e liquidação do debito acrescida de multa de 10$000 pelos serviços.

Affonso Claudio
30/04/31.
Adherbal Galvao
Prefeito"

Os serviços foram entregues em 30 de maio de 1931 e custaram Rs. 81:532$497 (oitenta e hum contos, quinhentos e trinta e dois mil réis, quatrocentos e noventa e sete centavos).

A inauguração do serviço de abastecimento de água ocorreu no dia 20 de junho de 1931 e revestiu-se de grande simplicidade.

O engenheiro responsável pela obra foi o Sr. José Cypreste, contratado pelo governo estadual.

Ao ato solene, representou o Sr. Interventor Estadual João Punaro Bley, o seu Secretário de Agricultura, acompanhado do Sr. José Braga, diretor da repartição de água e esgotos da capital.
Naquela oportunidade, inaugurou-se também um belo chafariz, ricamente iluminado, junto ao prédio da Prefeitura Municipal.
Usaram da palavra durante o evento, o Dr. José Cypreste, em nome do governo estadual, e o Sr. Coelho Junior, em nome da administração municipal.
Às 19 horas foi servido, na residência do Sr. Prefeito Municipal Adherbal Galvão, "um opíparo[LXXVI] banquete, em que tomaram parte todos os nossos visitantes, sendo-lhes ainda, offerecido um baile que se prolongou até madrugada".
Decorridos 25 (vinte e cinco) anos da inauguração deste serviço, nenhum melhoramento ou expansão havia sido realizado, daí tornando-se deficiente.
Em 1954 a municipalidade passou a exploração dos serviços de água e esgoto para o Governo do Estado, ocasião em que no início daquele ano, iníciou-se as obras de expansão e melhoria do sistema até então, continuava a água para beber, sendo retirada nas minas próximas da cidade e para outras atividades no rio Guandu.
Nos primeiros meses do ano de 1957, não havia sido concluído o serviço, sendo que no mês de março, "pouco faltava para ser inaugurado, uma vez que já estava, sendo colocados, como última etapa, os canos da rede geral, nas ruas mais próximas do serviço".

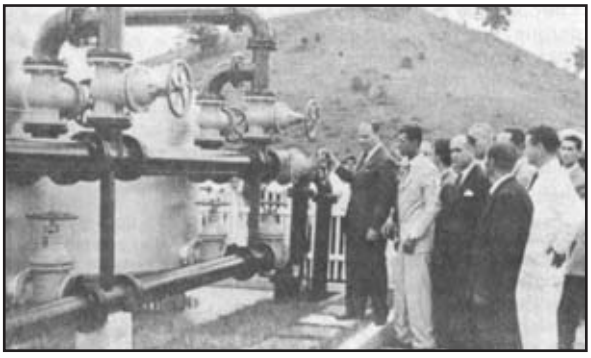


FOTO Nº 172 - Inauguração do "Serviço de Água da UDN" - União Democrática Nacional de Afonso Cláudio - 1957.
Da Esquerda Para a Direita: Governador Francisco Lacerda de Aguiar - Chiquinho, Eng. Valter Evaldi, Dep. Estadual Sebastião Cypriano do Nascimento - "Totó" e Emílio Zanotti (Itaguaçu).
(Acervo: Familiares de Sebastião Cypriano do Nascimento - "Totó")

[LXXVI]OPÍPARO, adj. 1. Faustoso, aparatoso, magníficiente. 2. Lauto abundante.

Ainda compareceram à solenidade os Srs. Evaristo Carvalho, Miguel Gomes, João Soares de Azevedo, Manoel Moreira Camargo (Secretário Estadual da Educação) e o Dr. Henrique, além de populares.

A inauguração ocorreu no dia 10 de novembro de 1957, e o serviço esperado, uma aspiração justa e merecida, "lastimavelmente, não veio corresponder as suas finalidades sob o ponto de vista de sua execução e funcionamento". (O AFONSO CLÁUDIO[116]).

Por essa razão, o Executivo Municipal não recebeu os serviços, e por reiteradas vezes levou ao conhecimento do Executivo Estadual as falhas ocorridas na execução da obra, solicitando o reparo das mesmas. Além das deficiências dos serviços, a empresa responsável não fez a reposição do calçamento da cidade.

Decorria o ano de 1970, portanto, 79 (setenta e nove) anos após a emancipação, a água que abastecia a cidade continuava a ser captada no rio Guandu, a jusante do bairro Campo Vinte, que vinha poluída pelo esgoto sanitário desse bairro. A captação era feita através de bomba. "A água era decantada e canalizada até o reservatório de distribuição, passando por um tanque subterrâneo onde era feito o tratamento em cloro e sulfato de alumínio".

"A água distribuída na cidade chegava às torneiras num estado de completa turbidez[LXXVII], devido a falta de tratamento adequado".

FOTO Nº 173 - Cachoeira do Rio do Peixe - Represa D'Água Para Abastecimento da Cidade de Afonso Cláudio - 1931.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual - Revista "Vida Capichaba")

[116]O AFONSO CLÁUDIO. "Em 10 de abril de 1958 – Ofício Núm. 14-58". Afonso Cláudio(ES). Jornal nº 102, Ano XXII, de 30 de junho de 1958. 4p.

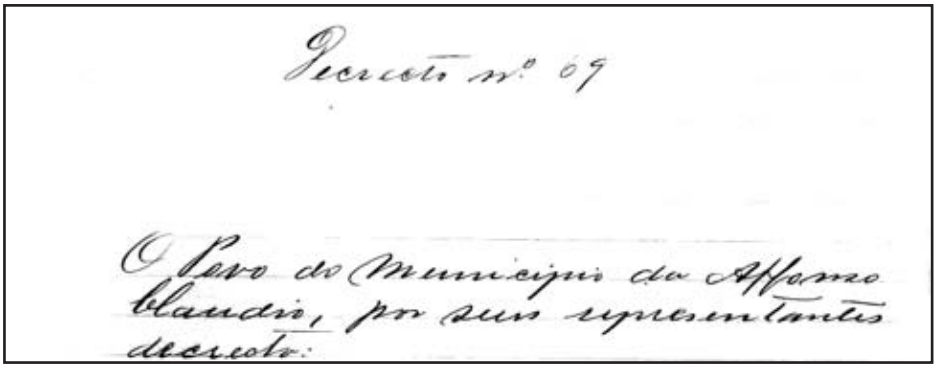
[LXXVII]TURBIDEZ (TURBIDO) adj 1 Que perturba. 2 Turvo, escuro.

As casas que se localizavam à margem do rio Guandu lançavam o esgoto diretamente no rio, tornando a poluíção das águas ainda maior. “Não existia até então, tratamento de esgoto coletado pela rede, o qual era também canalizado para o rio Guandu”.
Em 14 de janeiro de 1971, por autorização legislativa municipal, a CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento passou a operar e explorar, industrialmente, os serviços de abastecimento de água na sede do município. Neste contrato, ficaram transferidos todos os bens relativos ao sistema de abastecimento para aquela empresa. O contrato possuía 21 (vinte e uma) cláusulas e estabeleceu o prazo de 25 (vinte e cinco) anos para a sua vigência (1996).
No dia 09 de fevereiro de 1993, novo contrato era assinado, agora para autorizar a exploração industrial dos serviços de coleta e disposição de esgoto sanitário na sede do município.

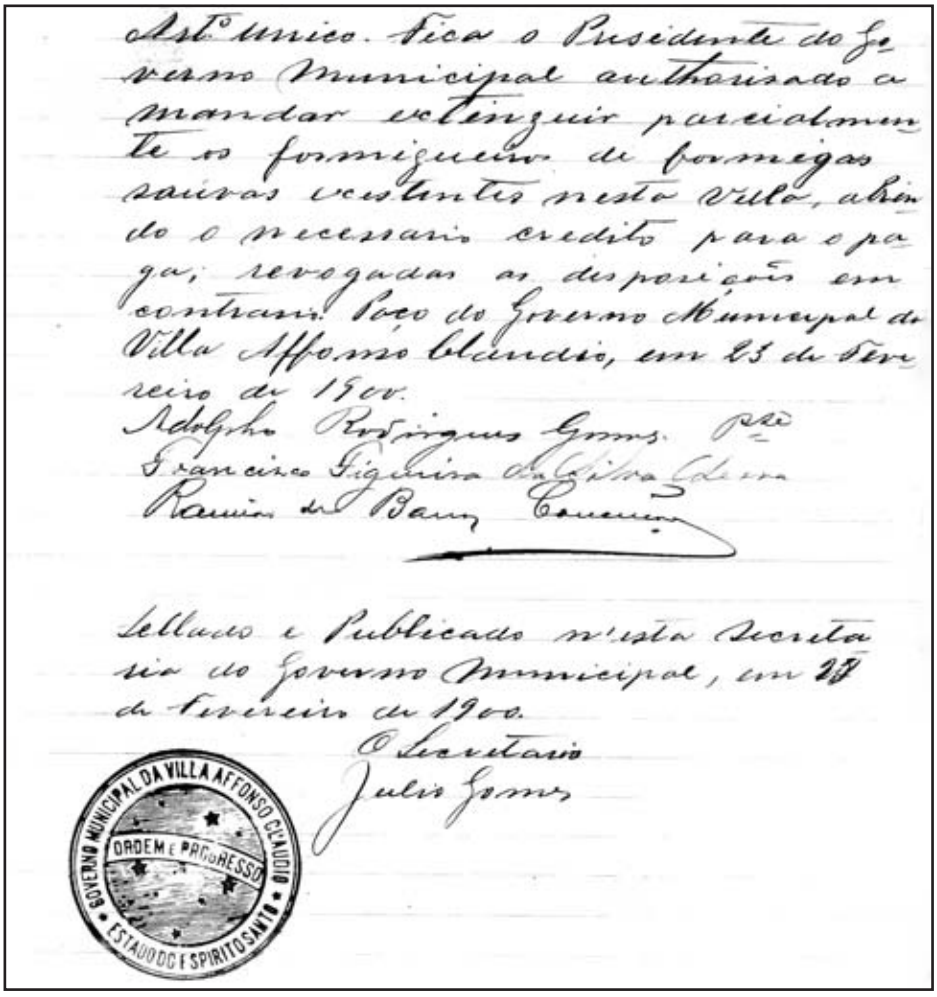
4.4.2 – Agricultura

a) De Caráter Geral

Desde a fundação do município que a agricultura teve um papel preponderante na sua economia, onde o destaque era a produção do café, fumo e cana-de-açúcar, aproveitando-se a excelente fertilidade do solo. A pecuária também teve o seu destaque.
A produção de café era quase toda exportada e suas propriedades classificadas como de pequenas lavouras. Os anos se passaram e a atividade agropecuária continuou a ser base da economia.
Decorria o ano de 1900 quando o município também se via envolvido com a grande incidência da formiga saúva, levando-o a se engajar no programa nacional, para parcial eliminação, conforme Decreto nº 69.


Decreto nº 69

O Povo do Municipio de Affonso
Claudio, por seus representantes
decreta:



Art.º unico. Fica o Presidente do Governo Municipal authorisado a mandar extinguir parcialmente os formigueiros de formigas sauvas existentes nesta Villa, abrindo o necessario credito para o pagar; revogadas as disposições em contrario. Paço do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio, em 23 de Fevereiro de 1900.

Adolpho Rodrigues Gomes. P.te
Francisco Figueira da Silva Lima
Ramiro de Barros Conceição

Sellado e Publicado n'esta Secretaria do Governo Municipal, em 27 de Fevereiro de 1900.

O Secretario
Julio Gomes

GOVERNO MUNICIPAL DA VILLA AFFONSO CLAUDIO
ORDEM E PROGRESSO
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ILUSTRAÇÃO Nº 97 - Decreto Nº 69 – Extingue Parcialmente a Formiga Saúva – 23/02/1900.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

Os anos se passaram e, por volta de 1955, Afonso Cláudio, segundo MENDONÇA[LXXVIII] "já era um município de grande produção agrícola, principalmente de café, milho, feijão, mandioca, pecuária de corte, aves e suínos. Já se encontravam bons comerciantes, compradores das produções agrícolas e a grande firma de exportação de café de José Ribeiro Tristão e de seu filho Jônice Tristão, representada no local pela firma Casas Misael.

[LXXVIII]MENDONÇA, Ruy. Entrevista concedida ao autor em agosto de 2008.

Afonso Cláudio contava então com uma grande área de 9 (nove) distritos e com uma população de descendência italiana, alemã, pomerana e do elemento nacional oriundo de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

As vias de transportes eram bem precárias, onde todas as estradas eram de terra, poucos tinham caminhões e, para os passageiros, o valente "jeep" é que resolvia na lama e nos atoleiros.

Nessa época é que teve início um trabalho, por todos, de organização e conscientização das diversas explorações agrícolas com as suas diferentes fases: escolha do local, preparo do solo, escolha e seleção de sementes, adubação, plantio, tratos culturais, colheita, armazenamento, vacinas, melhoramento de raças e comercialização."

Decorria o mês de julho de 1960 quando era oficiado ao município que a Junta Governativa da ACARES - Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo havia aprovado a abertura de um escritório na cidade.

Em setembro do mesmo ano houve a instalação do escritório local, hoje INCAPER, quando foi iniciado um trabalho de extensão rural com assistência técnica aos produtores e suas famílias. Ideologia que trazia o lema: "Ajudar o agricultor é ajudar a si próprio". Os trabalhos tiveram início em outubro daquele ano, com várias técnicas sendo então introduzidas e usadas pelos agricultores mais avançados: uso de pequenas máquinas agrícolas, tais como arados, grades, adubadeiras, capinadeiras e pulverizadores; plantios com espaçamento correto e em curvas de nível; sementes selecionadas, tais como milho híbrido da AGROCERES e café mundo novo; adubação com formulados NPK e micro elementos e uso de agrotóxicos inseticidas e fungicidas para o combate de pragas (broca do café e bicho mineiro) e controle de doenças.

Teve também início um programa de Crédito Rural Orientado, direcionado para a cultura do café, através do BCAES – Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, hoje BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo. Esse crédito visava à melhoria do café, quanto ao tipo e qualidade da bebida. Eram financiados: a formação de lavouras técnicas, tratos culturais, adubação, combate as pragas e doenças, construção de instalações para o despolpamento do café, tulhas, terreiros e secadores à lenha, e o financiamento de máquinas: despolpadores, lavadores, secadores e beneficiadoras.

Os primeiros técnicos da extensão rural no município foram os engenheiros agrônomos Hélio Santos (o responsável pelo escritório), Ruy de Mendonça e Guido Silvino Ferreira; os técnicos agrícolas: Vanir Tschaen e Sérgio Moraes Barbosa, e as economistas domésticas Irene Cock Fontanela (supervisora doméstica), Adilma Müller, Leida Lessa e Darlene Batalha.

Em 1963, com o aumento do número de usinas de despolpamento, da capacitação dos cafeicultores já próximos de 130 (cento e trinta) e da produção média do café despolpado de 10.000 (dez mil) sacos beneficiados, não foi difícil nem demorada a idéia da imediata fundação da CACAC – Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Afonso Cláudio, que, filiada à Central das Cooperativas em Vitória, passou a exportar e a comercializar o café com melhores preços. A primeira exportação de café despolpado para a Europa aconteceu em Afonso Cláudio no ano de 1966.

FOTO Nº 174 - Embarque da Primeira Exportação de Café Despolpado para a Europa – Afonso Cláudio – 1966.
Da Esquerda para a Direita: **1-** Não Identificado, **2-** Sebastião Badaró (Brejetuba), **3-** Não Identificado, **4-** Não Identificado, **5-** Dr. Ruy Mendonça, **6-** João Batista Cogo, **7-** João Valim (Prefeito), **8-** Não Identificado, **9-**Manoel Gomes Valim, **10-** Darcy Costa e **11-** Não Identificado.
(Acervo: INCAPER –Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural)

Os três distritos do norte do município, Sobreiro, Laranja da Terra e Joatuba (hoje município de Laranja da Terra), de predominância alemã, já eram grandes produtores de milho, feijão, bovinos, aves e suínos, e com menor produção de café devido o clima quente. O café comum (não despolpado) era lavado e seco em terreiros de terra e beneficiado em máquinas volantes de baixo rendimento. Encontramos, nesta região, entre outros, os grandes produtores: Emílio Jarske,

Henrique Saibel, Carlos e Guilherme Tesch, Alberto Stabenow e Dôrico Kefler.
Nos distritos de Ibicaba, Sede e Serra Pelada (antiga Lagoa) destacavam-se os produtores de café despolpado: os irmãos Vitalino, Antônio e José Saiter, Carlos Hartwig, Augusto Krause, Nestor Costa, Guilhermino e David Alves, Florenço Plaster, entre outros. Aí, podemos citar, também, os produtores de café comum, milho, feijão, bovinos, aves e suínos – Antônio Carnielli, Dr. João Eutrópio, Adão Jacob e Paulo Zandonadi, Sebastião Alves de Lima, João Petronetto, Antônio Belphi de Almeida e outros. Foram também importantes os produtores e compradores de cana-de-açúcar para a fabricação de aguardente: José Silvestre Vieira, fabricante da cachaça Guarani; Nério Dias, cachaça Thimotina, e Hélio Ribeiro, cachaça São Jorge;
Nos distritos do sul, Brejetuba (hoje município), Piracema e Pontões com maior descendência de italianos e com maior área da cultura, registravam um maior trabalho da melhoria do café. Nessa região é que encontramos um dos maiores cafeicultores do Estado, Geraldo Severiano de Souza, e também outros cafeicultores de influência e liderança na agricultura do município: Manoel Gomes Valim, Argenário Theodoro dos Santos, João Olinto Badaró, Sebastião Badaró, Avides Cassiano da Rocha, Sílvio Côco, Ângelo Zambon, Manoel e Mirtes Dias.
Da mesma forma que ocorrera em 1955, quando o município foi considerado a "Capital Federal do Milho", por ter produzido, proporcionalmente, a maior quantidade do produto na safra de 1973/74, "o município apresentou novamente, recorde" da produção de milho, "chegando a ser considerado um dos primeiros do Brasil neste particular". (CEPA – ES[117]).
Nessa mesma ocasião, a capacidade dos armazéns da CASES – Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo e da CIBRAZÉM – Companhia Brasileira de Armazenamento "foi totalmente utilizada, havendo necessidade de se alugar o armazém da cooperativa local, bem como transferir parte da produção de milho para Vitória. Foi necessário, também, celebrar um contrato com o IBC – Instituto Brasileiro do Café em Vitória, para utilização de seus armazéns, localizados em Camburi, para absorver parte da produção de milho de Afonso Cláudio. (MAGALHÃES e VIEIRA[118])". Ainda assim, a capacidade de armazenamento não foi suficiente, fazendo com que a CIBRAZÉM tivesse que trazer para o município 2

[117]CEPA – ES. "Município de Afonso Cláudio – Situação Sócio-Econômica." Vitória (ES). 1978. 46p. Série Monográfica dos Municípios.
[118]MAGALHÃES, Carlos Augusto e VIEIRA, José Eugênio." Estudo e Diagnóstico da Economia Agropecuária do Estado do Espírito Santo."Governo do Estado do Espírito Santo – Secretaria de Agricultura - Assessoria de Planejamento e Coordenação e Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. Vitória (ES). 1974.179p.

(dois) armazéns infláveis, com capacidade para 73.000 (setenta e três mil) sacas de 60 kg.

A SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura já havia alertado à CFP – Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Agricultura, que deveria ampliar a capacidade de armazenamento no município, pois as projeções de "Previsão de Safras" é de que naquele ano agrícola ocorreria uma super - safra de milho, conseqüentemente com um acentuado "déficit" no setor de armazenamento local. "Com o advento da safra as providências adotadas não foram suficientes, razão pela qual tornou-se necessário ainda, a utilização de espaços na agência do Banco do Brasil, na Igreja Católica e até em algumas residências que, além da disponibilidade, apresentassem as condições exigidas pela atividade de armazenamento".

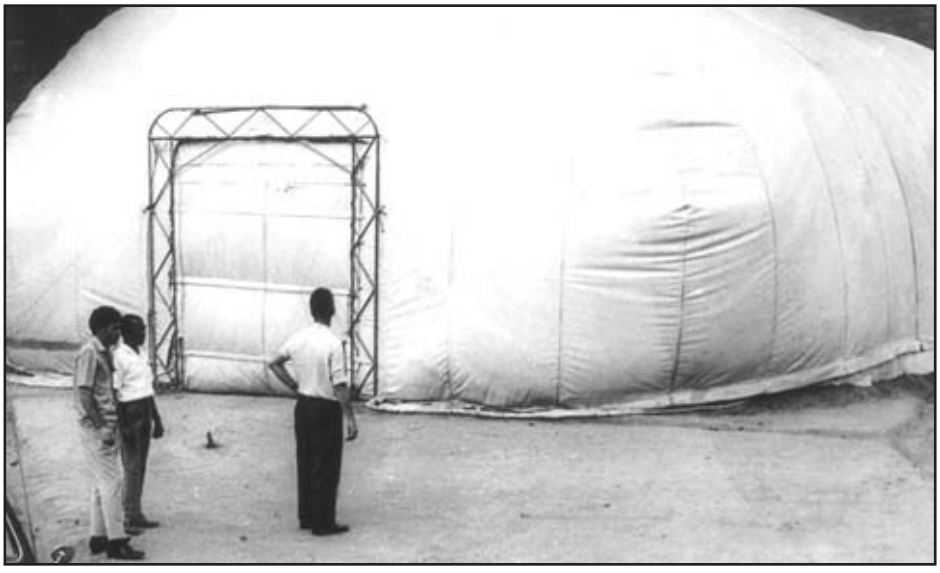


FOTO Nº 175 - Primeiro Armazém Inflável Montado pela Cibrazém em Afonso Cláudio – 1973.
(Acervo: INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural)

b) Associação Rural de Afonso Cláudio

Em 26 de junho de 1951, alguns produtores rurais do município, reunidos no salão nobre da Prefeitura, decidiram por criar esta Associação. A 1ª Diretoria ficou assim constituída:

- Presidente: Sebastião Cypriano do Nascimento
- Vice-Presidente: Jadyr de Vargas Fernandes

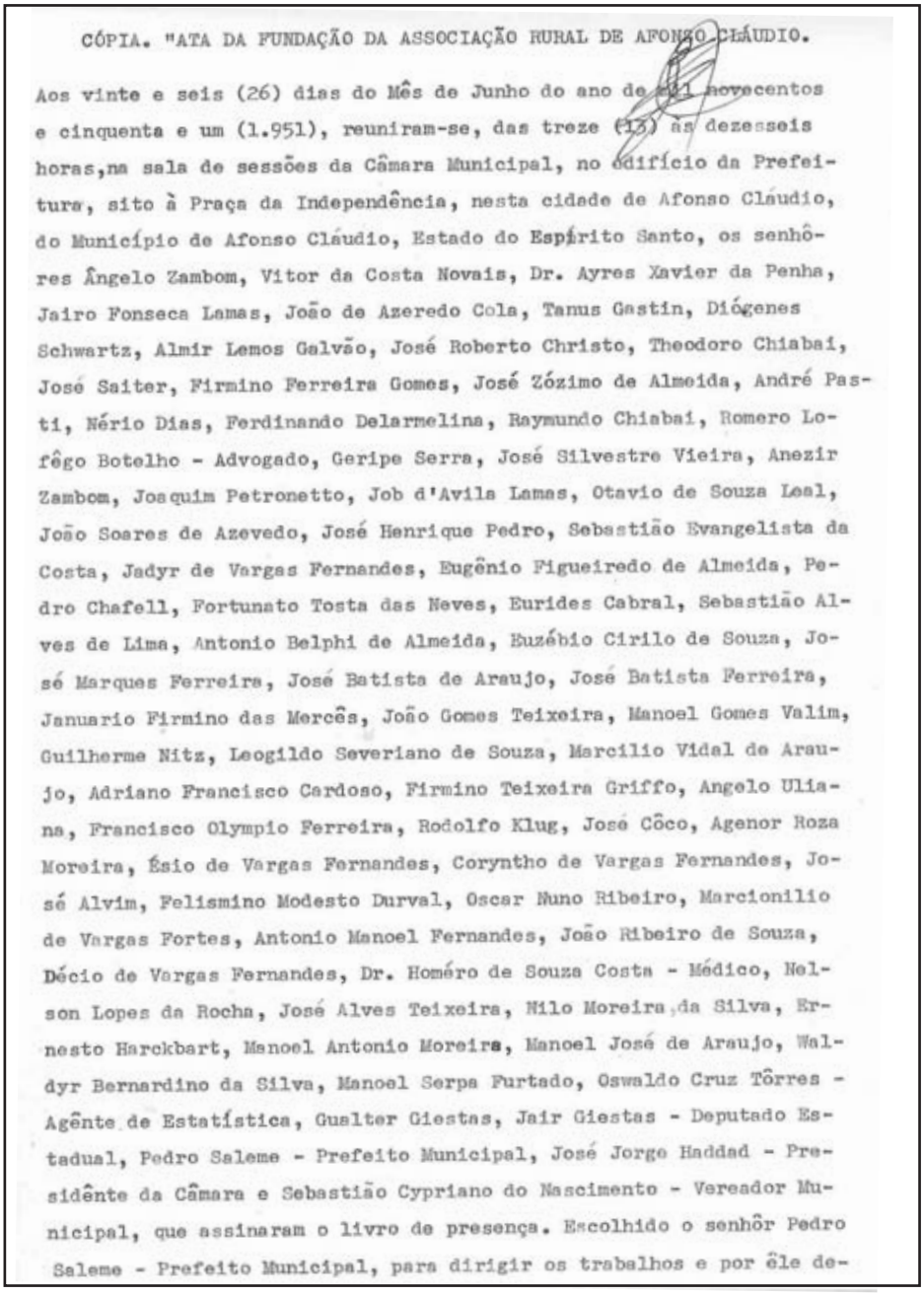
- 1º Secretário: Almyr Lemos Galvão
- 2º Secretário: João Soares de Azevedo
- 1º Tesoureiro: Diógenes Schuwartz
- 2º Tesoureiro: Nério Dias
- Comissão Fiscal: João Gomes Teixeira (efetivo)
  André Pasti (efetivo)
  José Roberto Cristo (efetivo)
  Ernesto Harckbart (suplente)
  José Agner (suplente)
  Leogildo Severiano de Souza (suplente)

Foi registrada no Cartório de Registro Geral de Imóveis e Títulos, Documentos e Protestos do 1º Ofício, sob nº 473, de 28 de setembro de 1951, às páginas 169,170 e 171.

Era constituída por profissionais da agricultura e teve como objetivo congregar estes profissionais em atividades afins, formando o espírito associativista e mantendo relações com os congêneres, organizando um centro de informações sobre a vida econômica do município e instalando e mantendo a Casa Rural de Afonso Cláudio, tinha também como objetivo criar serviços de assistência técnica, econômica e social em benefício de seus associados, sustentar e defender perante a federação respectiva os interesses dos sócios, organizar museus e exposições de produtos locais, promover o ensino profissional, estimular a economia dos sócios e fornecer a aquisição da propriedade rural.

Foram seus sócios-fundadores: Ângelo Zambon, Vitor da Costa Novaes, Jairo da Fonseca Lanes, João de Azevedo Cola, Diógenes Schwartz, Almyr Lemos Galvão, José Alberto Cristo, Marcionilio de Vargas Fontes, Theodoro Chiabai, Firmino Ferreira Gomes, José Zózimo de Almeida, André Pasti, Nério Dias, Ferdinando Delarmelina, Raymundo Chiabai, José Silvestre Vieira (meu avô paterno), Anezir Zambon, Joaquim Petronetto, Job d'Ávila Lamas, Otávio de Souza Leal, João Soares de Azevedo, José Henrique Pedro, Sebastião Evangelista da Costa, Jadir de Vargas Fernandes, Eugênio Figueiredo de Almeida, Pedro Schafell, Fortunato da Costa Neves, Eurides Cabral, Sebastião Alves de Lima, Antonio Belfi de Almeida, Euzébio Cirilo de Souza, José Marques Ferreira, José Batista de Araújo, José Batista Ferreira, Januário Firmino das Mercês, João Gomes Teixeira, Manoel Gomes Valino, Guilherme Nitz, Leogildo Severiano de Souza, Marcílio Vidal de Araújo, Adriano Francisco Cardoso, Firmino Teixeira Grilo, Ângelo Uliana, Francisco Olimpio Ferreira, Rodolfo Klug, José Côco, Agenor Rosa Moreira, Ézio de Vargas Fernandes, Corinto de Vargas Fernandes, José Alvino, Felismino Modesto Durval, Oscar Nunes Ribeiro, Antonio Manoel

Fernandes, José Ribeiro de Souza, Décio de Vargas Fernandes, Dr. Homero de Souza Costa, Nelson Lopes Rocha, José Alves Teixeira, Ernesto Harckbart, Manoel Antonio Moreira, Manoel José de Araújo, Valdir Bernardino da Silva, Manoel Serpa Furtado e Sebastião Alves do Nascimento.



CÓPIA. "ATA DA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE AFONSO CLÁUDIO.

Aos vinte e seis (26) dias do Mês de Junho do ano de mil novecentos e cinquenta e um (1.951), reuniram-se, das treze (13) às dezesseis horas,na sala de sessões da Câmara Municipal, no edifício da Prefeitura, sito à Praça da Independência, nesta cidade de Afonso Cláudio, do Município de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, os senhôres Ângelo Zambom, Vitor da Costa Novais, Dr. Ayres Xavier da Penha, Jairo Fonseca Lamas, João de Azeredo Cola, Tanus Gastin, Diógenes Schwartz, Almir Lemos Galvão, José Roberto Christo, Theodoro Chiabai, José Saiter, Firmino Ferreira Gomes, José Zózimo de Almeida, André Pasti, Nério Dias, Ferdinando Delarmelina, Raymundo Chiabai, Romero Lofêgo Botelho - Advogado, Geripe Serra, José Silvestre Vieira, Anezir Zambom, Joaquim Petronetto, Job d'Avila Lamas, Otavio de Souza Leal, João Soares de Azevedo, José Henrique Pedro, Sebastião Evangelista da Costa, Jadyr de Vargas Fernandes, Eugênio Figueiredo de Almeida, Pedro Chafell, Fortunato Tosta das Neves, Eurides Cabral, Sebastião Alves de Lima, Antonio Belphi de Almeida, Euzébio Cirilo de Souza, José Marques Ferreira, José Batista de Araujo, José Batista Ferreira, Januario Firmino das Mercês, João Gomes Teixeira, Manoel Gomes Valim, Guilherme Nitz, Leogildo Severiano de Souza, Marcilio Vidal de Araujo, Adriano Francisco Cardoso, Firmino Teixeira Griffo, Angelo Uliana, Francisco Olympio Ferreira, Rodolfo Klug, José Côco, Agenor Roza Moreira, Ésio de Vargas Fernandes, Coryntho de Vargas Fernandes, José Alvim, Felismino Modesto Durval, Oscar Nuno Ribeiro, Marcionilio de Vargas Fortes, Antonio Manoel Fernandes, João Ribeiro de Souza, Décio de Vargas Fernandes, Dr. Homéro de Souza Costa - Médico, Nelson Lopes da Rocha, José Alves Teixeira, Nilo Moreira da Silva, Ernesto Harckbart, Manoel Antonio Moreira, Manoel José de Araujo, Waldyr Bernardino da Silva, Manoel Serpa Furtado, Oswaldo Cruz Tôrres - Agênte de Estatística, Gualter Giestas, Jair Giestas - Deputado Estadual, Pedro Saleme - Prefeito Municipal, José Jorge Haddad - Presidênte da Câmara e Sebastião Cypriano do Nascimento - Vereador Municipal, que assinaram o livro de presença. Escolhido o senhôr Pedro Saleme - Prefeito Municipal, para dirigir os trabalhos e por êle de-

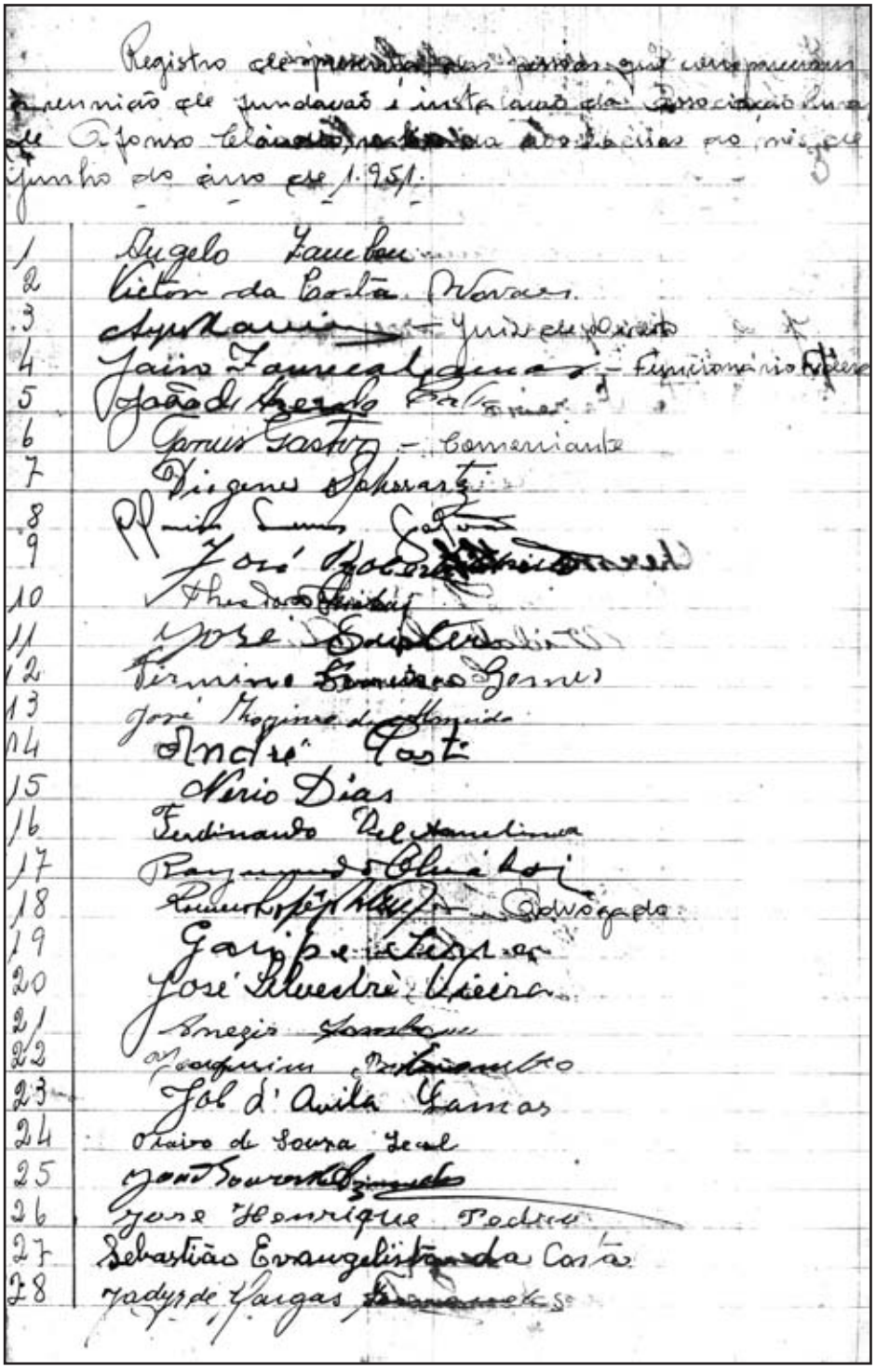
signados os senhôres Nelson Corrêa e Almir Lemos Galvão, secretários da mêsa. Para tomarem assento à mêsa convidou os senhôres Dr. Ayres Xavier da Penha - Juiz de Direito da Comarca, Jair Giestas - Deputado Estadual, José Jorge Haddad- Presidênte da Câmara Municipal e Luiz M. Carneiro de Mendonça, Chefe do Serviço de Economia Rural, representando também o senhôr Arruda Câmara, Diretor do mesmo Serviço. Após a constituição da Mêsa o senhôr Presidênte concedeu a palavra ao representante do Serviço de Economia Rural, o qual fêz uma larga exposição sôbre a Organização da Vida Rural Brasileira no sistema elaborado e óra pôsto em prática pelo Govêrno Federal, atravéz do Ministério da Agricultura, bem como quanto aos objetivos das instituições que integram o referido sistema. Prosseguindo, disse do interêsse que tem o Governador do Estado na execução do mesmo plano pelo relevante alcance que compreende essa medida para a economia local. Após esclarecimentos e debates, foi deliberado por unanimidade de votos dos interessados presentes, a fundação, com sede e fôro nesta cidade, Comarca do mesmo nome, da Associação Rural de Afonso Cláudio e, bem assim, que de acôrdo com as disposições legais em vigôr sôbre a organização da vida rural, deverá ser pleiteado seu reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, para que possa gozar vantagens e prerrogativas correspondêntes. Declarada fundada a"Associação" e que ela será regida pelos Estatutos, aprovados, leis e regulamentos aplicaveis, são eleitas e, logo após, empossadas a primeira Diretoria e Comissão Fiscal, que ficaram assim constituidas: Diretoria:- Presidênte Sebastião Cypriano do Nascimento, Pecuarista; Vice-Presidênte Jadyr de Vargas Fernandes, agricultor; 1º Secretário Almir Lemos Galvão, pecuarista; 2º Secretário João Soares de Azevedo, agricultor; 1º Tesoureiro Diógenes Schwartz, agricultor; 2º Tesoureiro Nério Dias, agricultor; Comissão Fiscal: - João Gomes Teixeira, agricultor; André Pasti, agricultor e José Roberto Christo, agricultor, para membros efetivos, e suplentes os senhôres:- Ernesto Harckbart, agricultor; José Agner, agricultor e Leogildo Severiano de Souza, agricultor. A seguir o senhôr Presidênte concedeu a palavra a quem dela quizesse fazer uso, tendo o senhôr Meretíssimo Juiz de Direito Dr. Ayres Xavier da Penha, usado dessa faculdade, proferindo uma brilhante exor-

tação aos profissionais da agricultura em favôr do congraçamento da classe, no que foi entusiàsticamente aplaudido. Exaltou ainda a dinâmica e imparcial atuação na campanha desenvolvida em favôr desta reunião e também quanto a orientação do trabalho, congratulando-se com os lavradores de Afonso Cláudio, por parte do senhôr Prefeito Municipal. A seguir o senhôr Presidênte antes de encerrar os trabalhos proferiu palavras de agradecimentos à grande afluência verificada da parte dos senhôres agricultores e de concitação a que trabalhassem pelo desenvolvimento da instituição óra criada. Agradeceu, ainda o comparecimento das autoridades presentes e a magnífica atuação trazida pelo senhôr Luiz M. Carneiro de Mendonça, dignissimo representante do Ministério da Agricultura para o êxito da fundação da Associação Rural dêste Município, que tão grandes serviços irá prestar à classe. Em virtude de indicação aprovada, ficaram os membros da mêza com autorização especial para assinarem a presente ata, inclusive o senhôr Sebastião Cypriano do Nascimento, Presidênte eleito, que eu Nelson Corrêa, lavrei e, depois de lida e achada conforme, assino com as pessôas expressamente indicadas. Afonso Cláudio, em 26 de Junho de 1.951. (aa) Pedro Saleme, Almir Lemos Galvão -1º Secretário eleito, Sebastião Cypriano do Nascimento - Presidênte eleito, José Jorge Haddad, Ayres Xavier da Penha, Jair Giestas, Nelson Corrêa.

Confere com o original a que me reporto, que se encontra lavrada às fôlhas ns. 1 a 2 verso, do livro próprio nº 1. Eu _____, 1º Secretário eleito que a datilografei e subscrevo.

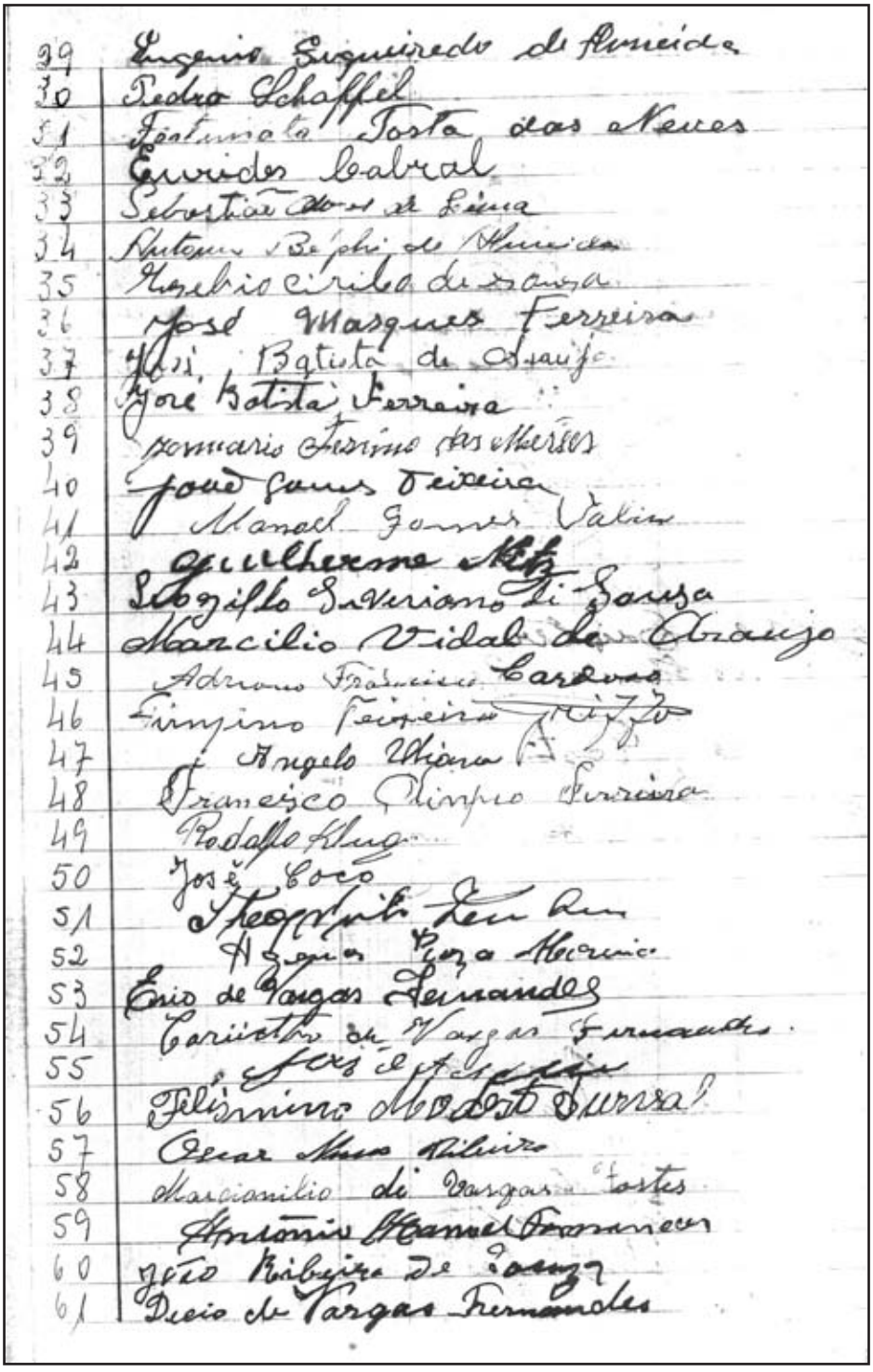
_____
1º Secretário

Visto:
_____
Presidênte



Registro de presença das pessoas que compareceram à reunião de fundação e instalação da Associação Rural de Afonso Cláudio, realizada aos 24 dias do mês de junho do ano de 1.951.

1 Angelo Zambon
2 Victor da Costa Novaes
3 [illegible] — Juiz de Direito
4 Jairo Fonseca Lemos — Funcionário Federal
5 João de Azevedo [illegible]
6 Garcia Gastos — Comerciante
7 Diogenes Schwartz
8 [illegible]
9 José [illegible]
10 [illegible]
11 José [illegible]
12 Firmino [illegible] Gomes
13 José Moreira de Almeida
14 André Costa
15 Nerio Dias
16 Ferdinando Del Amelina
17 Raymundo Chiabai
18 [illegible] — Advogado
19 Garipe [illegible]
20 José Silvestre Vieira
21 Anezio [illegible]
22 [illegible]
23 Job d'Avila Lamas
24 Otavio de Souza Leal
25 [illegible]
26 José Henrique Pedro
27 Sebastião Evangelista da Costa
28 Jadyr de Vargas [illegible]



29 Eugenio Siqueiredo de Almeida
30 Pedro Schaffel
31 Fortunato Costa das Neves
32 Eurides Cabral
33 Sebastião Alves de Lima
34 Antonio Belphi de Almeida
35 Eusebio Cirilo de Souza
36 José Marques Ferreira
37 José Batista de Araujo
38 José Batista Ferreira
39 Januario Firmino das Mercês
40 José Gomes Teixeira
41 Manoel Gomes Valim
42 Guilherme Metz
43 Sebastião Severiano de Souza
44 Marcilio Vidal de Araujo
45 Adriano Francisco Cardoso
46 Firmino Teixeira Rizzo
47 Angelo Uliana
48 Francisco Olimpio Ferreira
49 Rodolfo Klug
50 José Coco
51 Theophilo Leu Lim
52 Agenor Pinza Moreira
53 Enio de Vargas Fernandes
54 Cariúcho de Vargas Fernandes
55 [illegible]
56 Felismino Modesto Surreal
57 Oscar Nunes Ribeiro
58 Marcianilio de Vargas Fortes
59 Antonio Manoel Francisco
60 João Ribeiro de Souza
61 Decio de Vargas Fernandes

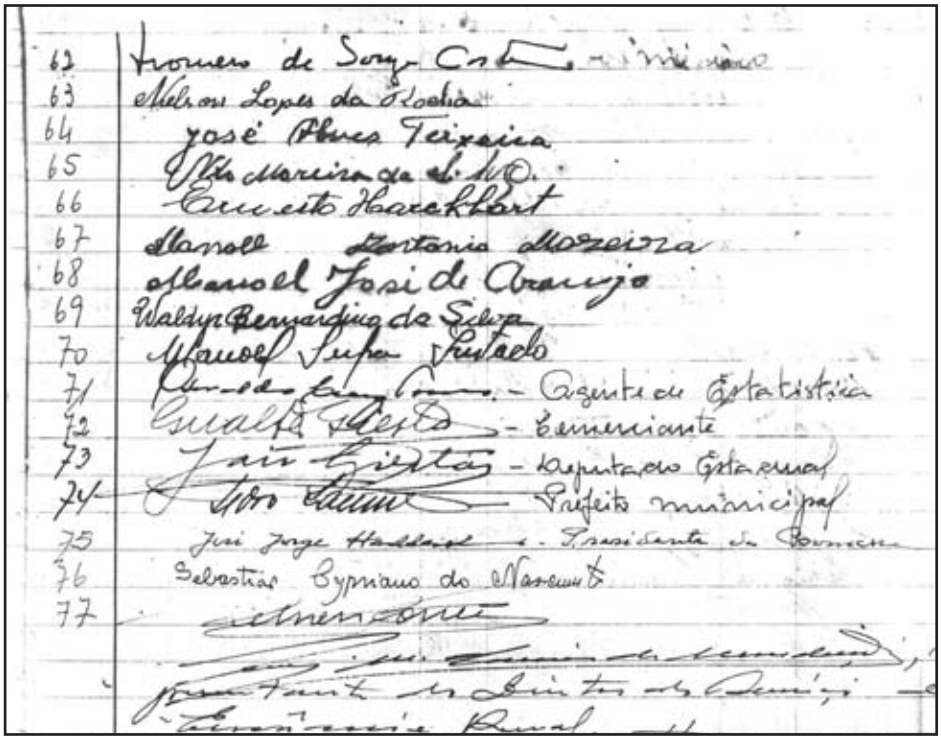


ILUSTRAÇÃO Nº 98 - Ata da Fundação e Instalação da Associação Rural – 1951.
(Acervo: Associação Rural de Afonso Cláudio)

Seus presidentes, no período de 1951 a 1966, foram:

- Sebastião Cipriano do Nascimento "Totó" – 1951/1956
- Almir Lemos Galvão – 1956/1959
- Mário Roncetti – 1959/1961
- Orly José do Valle – 1961
- Mário Roncetti – 1961/1963
- Vitalino Saiter – 1963/1966

Na data de 21 de novembro de 1963, com as presenças do Deputado Federal Napoleão Fontenelle, Sr. Francisco Schwartz e Secretário Estadual da Agricultura, Dr. Guilherme Pimentel, foi discutida com os associados a proposta de transformação da Associação em Sindicato. Em 23 de janeiro de 1966 era realizada a última reunião da Associação e, em 03 de setembro do mesmo ano, publicado o edital com o Estatuto do Sindicato Rural Patronal de Afonso Cláudio. O Estatuto foi registrado no Cartório Corrêa Netto, em 09 de fevereiro de 1967, do Livro

Nº A – 1, Fls. 12v, sob nº 635, e p.387 a 393 e a ata da Assembléia Geral que aprovou o referido Estatuto.
Durante o período de 1966 a 2008, foram seu presidentes:

- Vitalino Saiter – 02/03/1966 a 06/08/1966
- Dério José Fernandes – 03/09/1966 a 03/07/1967
- Hilton Lopes Vieira (Meu Tio Paterno) – 03/07/1967 a 14/07/1973
- José Gomes de Oliveira – 14/07/1973 a 14/07/1976
- Otávio Saiter – 1976 a 1980
- Júlio Littig – 1980
- José Gomes de Oliveira – 1980 a 1987
- David Araújo Valim – 1982 a 1988
- José Newton Rebuli – 1988 a 2000
- José Pedro da Silva – 2000 a 2006
- David Augusto Alves – 2006 a 22/02/2007
- Francisco Tristão Neto "Chiquinho" - 27/02/2009 até presente data

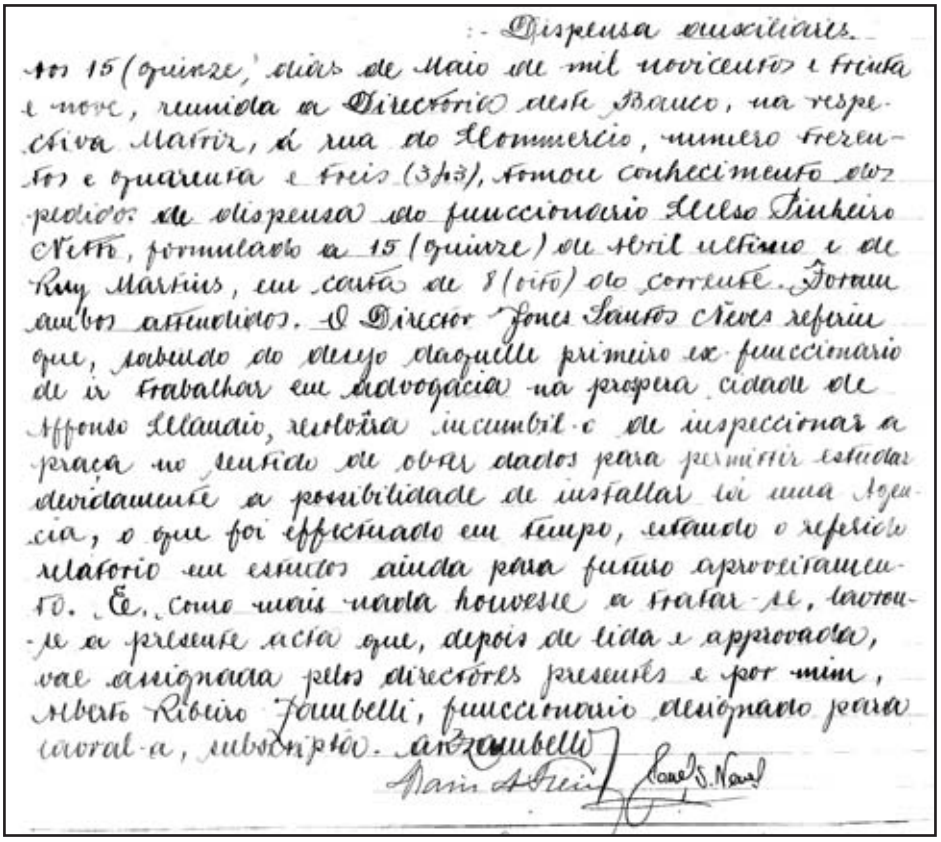
4.4.3 – Bancos

Mesmo tendo sido um dos mais antigos municípios criados no Estado (1891), somente na década de 1940 é que surgiu em Afonso Cláudio a primeira instituição bancária propriamente dita.
Até essa data haviam os correspondentes bancários, ou aqueles empresários que emprestavam dinheiro e também alguns pequenos agiotas.
A agência bancária mais próxima ficava em Santa Leopoldina, que já possuía o Banco do Brasil desde 26.11.1884.
Na década de 20, foram criados pequenos bancos municipais, incentivados que foram pelo Governo Nestor Gomes (Presidente de Estado), assim como algumas casas bancárias. Em Afonso Cláudio, José Ribeiro Tristão foi uma delas.
Ainda na década de 20, segundo MORAES[119], o Banco do Espírito Santo processava entendimento com Capitalistas de Afonso Cláudio para a fundação do Banco Mercantil de Affonso Claudio.
Em 1930, o Banco do Espírito Santo tinha como correspondente a firma "A Victoriosa", de José Haddad.
Já em 1938, o Banco Indústria e Comércio de Minas Gerais era representado pela viúva Giestas e filho, e ficava à Praça Independência, nº 3. A firma G. Gies-

[119] MORAES, Ormando. "História dos Bancos No Espírito Santo". Vitória (ES). Instituto Histórico e Gográfico do Espírito Santo. 1992. 156p. :il.

tas representava o Banco do Brasil.

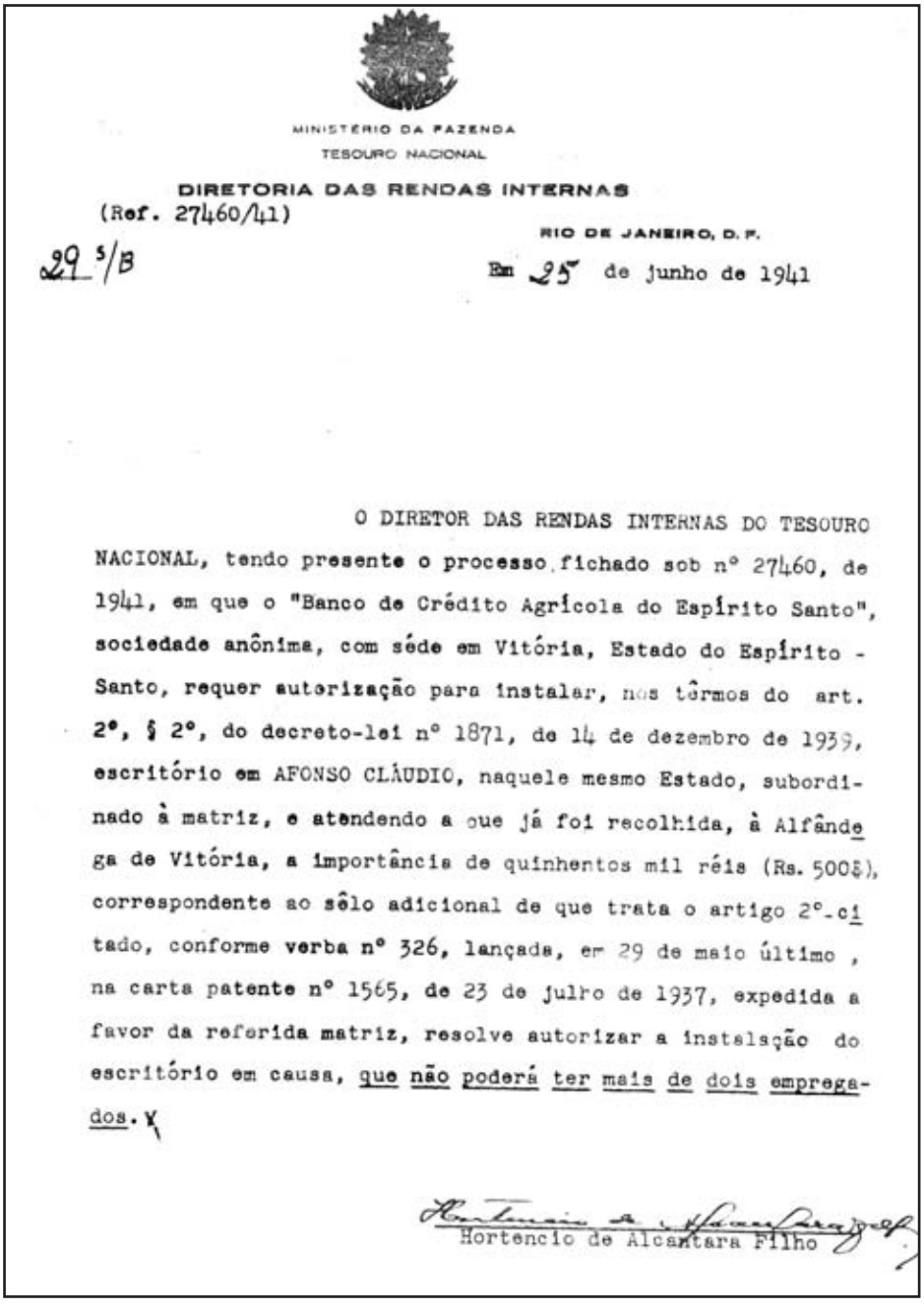
Por volta de 1939, a Diretoria do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A autorizava a dispensa de auxiliares, e sabedores de que um deles, o Sr. Celso Pinheiro Netto, com essa decisão iria trabalhar na praça de Afonso Cláudio, como advogado, resolveu "encumbil-o de inspeccionar a praça no sentido de obter dados para permittir estudar devidamente a possibilidade de installar lá uma Agência, o que foi effectuado em tempo, estando o referido relatório em estudos ainda para futuro aproveitamento".



:- Dispensa auxiliares.
Aos 15 (quinze) dias de Maio de mil novecentos e trinta e nove, reunida a Directorio deste Banco, na respectiva Matriz, á rua do Commercio, numero trezentos e quarenta e tres (343), tomou conhecimento dos pedidos de dispensa do funccionario Celso Pinheiro Netto, formulado a 15 (quinze) de Abril ultimo e de Ruy Martins, em carta de 8 (oito) do corrente. Foram ambos attendidos. O Director Jones Santos Neves referiu que, sabendo do desejo daquelle primeiro ex-funccionario de ir trabalhar em advogacia na propria cidade de Affonso Claudio, resolvera incumbil-o de inspeccionar a praça no sentido de obter dados para permittir estudar devidamente a possibilidade de installar lá uma Agencia, o que foi effectuado em tempo, estando o referido relatorio em estudos ainda para futuro aproveitamento. E, como mais nada houvesse a tratar-se, lavrou-se a presente acta que, depois de lida e approvada, vae assignada pelos directores presentes e por mim, Alberto Ribeiro Tombelli, funccionario designado para lavral-a, subscripto. Tombelli

ILUSTRAÇÃO Nº 99 - Ata de 15/05/1939 – Estudos para Instalação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A.

Em 25 de junho de 1941 foi autorizada a instalação do Escritório de Afonso Cláudio, não podendo ter mais de 02 (dois) empregados, conforme correspondência da Diretoria das Rendas Internas do Ministério da Fazenda – Tesouro Nacional.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TESOURO NACIONAL

DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS

(Ref. 27460/41)

RIO DE JANEIRO, D. F.

29 5/B

Em 25 de junho de 1941

O DIRETOR DAS RENDAS INTERNAS DO TESOURO NACIONAL, tendo presente o processo fichado sob nº 27460, de 1941, em que o "Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo", sociedade anônima, com séde em Vitória, Estado do Espírito - Santo, requer autorização para instalar, nos têrmos do art. 2º, § 2º, do decreto-lei nº 1871, de 14 de dezembro de 1939, escritório em AFONSO CLÁUDIO, naquele mesmo Estado, subordinado à matriz, e atendendo a que já foi recolhida, à Alfândega de Vitória, a importância de quinhentos mil réis (Rs. 500$), correspondente ao sêlo adicional de que trata o artigo 2º-citado, conforme verba nº 326, lançada, em 29 de maio último, na carta patente nº 1565, de 23 de julho de 1937, expedida a favor da referida matriz, resolve autorizar a instalação do escritório em causa, que não poderá ter mais de dois empregados.

Hortencio de Alcantara Filho

ILUSTRAÇÃO Nº 100 - Autorização do Ministério da Fazenda – Tesouro Nacional, Para Instalação do Escritório do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo – 25/06/1941.

Na data de 01 de setembro de 1941 eram iniciadas as atividades do escritório. Em 09 de outubro de 1943, o escritório era transformado em agência que ficava em frente ao prédio da Prefeitura, alugado à firma G. Giestas e Irmão. No mesmo ano, a Diretoria do Banco discutia a possibilidade da construção da sede do escritório de Afonso Cláudio, sendo que, nessa reunião, deliberaram por "aguardar melhor oportunidade para essa realização, dado o elevado preço de materiais nesta época".

Pela Carta Patente nº 248, expedida pela Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, em 14 de setembro de 1945, e registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, em 22 de dezembro de 1960, sob o nº 12.394, era validada a autorização para manter a agência no município. A gerência foi confiada ao Sr. Alcy Giestas.

Decorridos 14 (quatorze) anos do início das atividades do Banco no município, outrora situado em dependência inadequada, era em 7 de agosto de 1955 inaugurado o edifício próprio da instituição.

Naquela ocasião foi um dos grandes acontecimentos registrados na cidade, pois além de inaugurar um novo edifício, pessoas ligadas ao Banco em Vitória(ES), população da cidade e de municípios vizinhos aglomeraram-se à frente do imóvel para prestigiar aquele momento. Vieram de Vitória o Sr. Presidente do Banco, Alcides Viana (1955 a 1961) e o Diretor Comercial, Sr. José Ferrari Valls. Compareceram ao evento ainda: Dr. João Eutrópio (Prefeito Municipal), Pedro Saleme (Deputado Estadual), Dr. Vicente Vasconcelos (Juíz de Direito), Dr. Jarbas Ataíde (Promotor de Justiça), Dr. Antônio Tápias de Vasconcelos (Advogado), José Corrêa Neto (Presidente da Câmara), Oswaldo Zanelo (Secretário de Agricultura Estadual), Cônego Paulo de Tarso e outras autoridades.

O laço de fita que cingia o portão metálico foi desfeito pelo Presidente Sr. Alcides Viana. O Cônego Paulo de Tarso fez o cerimonial da benção do local. Sucessivamente, usaram da palavra o Sr. Presidente Alcides Viana, Dr. João Eutrópio, Dr. Vicente de Vasconcelos, Jarbas Ataídes, José Ferrari Valls e o Deputado Estadual Hilário Toniato, agradecendo em nome dos clientes de Itaguaçú.

Serviu-se aos presentes "champanhe, uísque, cervejas, guaranás e salgadinhos em profusão".

Alguns convidados e a comitiva do Sr. Presidente do Banco, logo a seguir, dirigiram-se às dependências do Hotel Custódio, "onde foi oferecido aos visitantes, pelo comércio local, um magnífico almoço-banquete, de 120 talheres". Nessa ocasião, novos discursos se fez ouvir pela ordem: Pedro Antonio Pádua, ex deputado Jair Giestas, Alcides Viana, José Ferrari Valls, Dr. Jarbas Ataíde e Geraldo Blum.

À noite, a "comissão organizadora da festa brindou, ainda aos visitantes com uma bonita soireé[LXXIX] dançante, realizada nos salões do elegante Trianon Clube [...]". Quando da inauguração, a gerência do Banco estava entregue ao Sr. Orly José do Vale. Atualmente, o BANESTES está localizado à rua Marechal Deodoro, nº 68, Centro.

FOTO Nº 176 - Agência do Banestes em Afonso Cláudio - 2008.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

A primeria agência da Caixa Econômica Federal foi instalada em 05 de agosto de 1962.

FOTO Nº 177 - Agência da Caixa Econômica Federal - 2008.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

[LXXIX]SOIREÉ (ÇOORÊ) s.f. Noite; sarau, baile, reunião; serão.

A agência do Banco do Brasil S/A foi inaugurada em 11 de abril de 1972 e foram seus gerentes:

- ✓ Manoel Lima Brandão
- ✓ José Carlos Magalhães
- ✓ Paulo Lemos Barbosa
- ✓ Walter Simões Bezerra
- ✓ Noel José Ornelas
- ✓ Célio Lazarine
- ✓ Luiz Álvaro Barros Faria

FOTO Nº 178 - Agência do Banco do Brasil S/A - 2008.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

Em 1979, o BRADESCO iniciava suas atividades no município e em 1997, o SICOOB – Sistema de Cooperativa Bancária.

FOTO Nº 179 - Agência do Bradesco - 2008.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 180 - Agência do Sicoob - 2008.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

4.4.4 – Cadeia Pública

A primeira referência encontrada sobre a cadeia pública de Afonso Cláudio, é datada de 1898, quando o governador do Estado era o Dr. José Marcelino Pessoa de Vasconcellos (1898-1900). O local da cadeia era em um prédio próprio da Prefeitura Municipal, cujo delegado o Cel. Ramiro de Barros Conceição.
Em 1908, então no Governo do Dr. Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912), o delegado era o Sr. Manoel Rodrigues Furtado, tendo como suplentes, respectivamente, Antônio de Souza Passos, (1º), José Domingos dos Santos (2º) e João Francisco D'Ávila (3º). O carcereiro era o Sr. Camillo Gonzaga de Carvalho, que fora nomeado em 15 de agosto de 1906.
Em 1914, a Prefeitura assinou contrato com o Sr. Leonardo Paulino Dias para fazer diversos serviços no prédio, agora do Estado, localizado onde hoje é o Correios e Telégrafos, pois o prédio era velho e estava "caindo aos pedaços". O período do contrato foi de 30 (trinta) dias, no valor de Rs. 150$000 (cento e cinqüenta mil réis).
Encontramos também no relatório de gestão do Prefeito Cel. José Giestas (1914 e 1915), a informação de terem sido realizados por parte do município, obras de "adaptação do prédio estadual que serve de cadêa e quartel", no valor de Rs. 2:740$500 (dois contos, setecentos e quarenta mil reis e quinhentos vinténs). O prédio ficava à Av. Marcondes de Souza, esquina da Praça Eugênio Silva, cujo contrato de aluguel foi assinado com o Sr. Antonio Salles, pela quantia de Rs.

200$000 (duzentos mil réis).
Em 1924, aparece no relatório de prestação de contas do ex-deputado estadual José Cupertino, a construção do novo prédio da cadeia pública, que àquela ocasião (23/05/24), encontrava-se em fase de acabamento.
Segundo FAFÁ[XXXVI], essa cadeia foi construída em cima da pedra, ao lado do rio Guandu. Não havia banheiros e os dejetos eram jogados no próprio rio. Era uma construção muito bem feita, de ferro e cimento. Nunca fugiu algum preso. Possuia 5 (cinco) a 6 (seis) cubículos.
Em 1940, na gestão do Prefeito Adherbal Galvão (1930 a 1944), também constante de relatório encaminhado ao Exmº Sr. Interventor Federal do Estado, aparecem diversos pagamentos efetuados a terceiros, concernentes à construção de nova cadeia.
O valor dessa construção foi de Rs. 4:834$900 (quatro contos, oitocentos e trinta e quatro mil réis e novecentos vinténs).
Posteriormente, segundo D. Zilka, foi transferido o presídio para uma residência onde hoje é a Telemar.
No final do ano de 1969 e início de 1970, construiu-se a última cadeia, no bairro João Soares, constando com dependências bem apropriadas ao seu funcionamento, onde encontra-se até os dias atuais. O prédio construído era para funcionar o Hospital Municipal Rural.

FOTO Nº 181 - Cadeia Pública de Afonso Cláudio - 1970.
(Acervo: Professora Zilka Fernandes)

Ao longo dos anos, estes foram os Delegados de Polícia do Município, que conseguimos encontrar nos registros oficiais na Chefia de Polícia Estadual, que só possui dados a partir de 1924.

DELEGADOS

1894 – Thadeu Esquetim Guimarães
Capitão Joaquim Justino de Barros Conceição
1898 – Cel. Ramiro de Barros Conceição
1908 – Manoel Rodrigues Furtado
1917 – Tenente Mariano de Oliveira
1919 – Capitão Júlio Gomes
Capitão Plínio Escopelli Gomes
1923 – João Soares de Azevedo
1924 – José Silvestre Vieira (meu avô paterno)
1927 – Carlos Ferreira Laquine Lima
1928 – Francisco Acrísio Pires Domingos
Paulo Santos Faria
1928 – Dr. Acrísio Luis Domingues
1930 – Clotário Passos
1931 – Antônio Jerônymo da Silva
1930 – Augusto Lemos
1935 a 1938 – Marcellino Domingos Fernandes
1931 – Capitão Hermínio Silveira
Clotário Passos
1932 – Newton dos Santos Neto
1935 – Amâncio Nery Pimenta
1935 a 1937 – Getúlio Florentino dos Santos
1936 e 1937– Edmundo Carvalho Cavalcanti
1937 – Julio Malta Barreto
1937 – 2º Tenente Pedro Borges de Araújo
Amâncio Nery Pimenta
1937 e 1938 – Epaminondas de Barros Conceição
1937 e 1938 - Júlio Malta Barreto
1938 – José Herculano Monteiro
1938 e 1939 – Antônio César Mucio
1939 – Álvaro Moraes
1939 – Gladton Fernandes Coelho

Sebastião Fafá
José da Cruz Miranda
1939 a 1941 – Sebastião Fafá
1940 – 2º Tenente Crispiniano Veiga dos Santos
1940 – 2º Tenente Idílio Dessaune Coelho
1940 – 2º Tenente Amado Ribeiro dos Santos
1941 – Oscar Paula da Silva
1941 – Manoel Ursulino das Chagas
1941 – Dr. Pio Francisco Pereira Barros
1941 – 2º Tenente Crispiniano Veiga dos Santos
1942 e 1943 – 2º Tenente Emilio Bernardes dos Santos
1943 – Capitão Raymundo Francisco de Araújo
2º Tenente Antônio Fernandes Filho
2º Tenente Amado Ribeiro dos Santos
1947 – 2º Tenente Luiz Soares Ferreira
1948 – Loudegard Pereira
1948 – Sub-tenente Misael Alves de Lacerda
1948 – 1º Tenente Hildo Fraga Barbosa
1948 – Loudegard Pereira
1948 – 2º Tenente Lauro Faria
1948 – Laudio Domingos Chiabai
1944 – 2º Tenente Francisco Pereira da Silva
1945 – 2º Tenente Alfredo Pacheco Barrocas
1945 – Capitão Raymundo Francisco de Araújo
1947 – 2º Tenente José Barbosa Lima
1947 – Loudegard Pereira
1946 – Aniceto Lopes da Costa
1947 – Capitão Raymundo Francisco de Araújo
1948 – Laudio Domingos Chiabai
1948 – Silvio Farias Chagas
1949 – Laudio Domingos Chiabai
1949 – Silvio Farias Chagas
1949 – 2º Tenente Pedro Leal
1950 – Capitão Hidilio Dessaune Coelho
1950 – 1º Tenente Argeu Furtado de Oliveira
1950 – 2º Tenente Antenor Olívio Plotteger
1950 – 2º Tenente Aristides Pereira Martins
1950 – Capitão João José do Nascimento

1951- 2º Tenente Décio Nascimento
1951 – 2º Tenente José Ribeiro Sobrinho
1951 – 1º Tenente Hildo Fraga Barbosa
1951 – 2º Tenente Décio Nascimento
1952 – Sub-tenente Antônio Francisco da Silva
1955 – Tenente Joubert Costa
1956 – Sargento Manoel Rodrigue da Rocha
1956 a 1958 – Tenente Joubert Costa
1958 – Tenente Paulo Thompson Pimentel
1958 – Sub-tenente Henrique Mathias Hilário
1958 – Tenente Luiz Carlos de Oliveira
1958 – Tenente Vitorino Dalmázio
1958 - Major Lauro Faria
1958 – Tenente Eraldo Alves
1959 – 1º Tenente Orlando Cavalcanti da Silva
1958 – 1º Tenente Orlando Cavalcanti da Silva
1962 – Gladstone Fernanades Coelho
1965 – Namir Ângelo Gonçalves
1965 - Tenente Altivo Corrêa
1966 – Major Gaudioso Alves Cabral
1967 – Tenente Jorge Calazans
1967 – Tenente Luiz dos Santos
1970 a 1972– Tenente Eustrasibal Gomes de Aguiar
1973 – 2º Tenente Francisco Costa
1975 – 2º Tenente Jurandyr Pimentel Loureiro
1975 – 2º Tenente Francisco Costa
1975 – Capitão Silvestre Ezequiel Celante
1975 – 2º Tenente Orladir Rocha
1976 – 2º Sargento Adão da Silva
1976 – 2º Tenente Eugênio Alves da Costa
1976 – Sargento Agenor Lopes
1976 – 2º Eugênio Alves da Costa
1977 a 1982 – 2º Tenente José Carlos Fiorido
1982 e 1983 – 1º Tenente Jessé Ferreira
1983 e 1984 – Capitão Alberto Lucarelli Neto
1984 – Major Marcos de Macedo Paiva
1984 – 2º Sargento Joaquim Cândido Silva Netto
1985 – 2 º Tenente Francisco Costa

1987 – Dora Maria Haddad Fafá
1988 – Heitor Gomes de Oliveira
1989 a 1992 – Cleusa Zanoli Cassiano
1991 – Doutor Jorge Paulo Meyer
1992 - Milton de Oliveira Lyra
1992 a 1994– Edílson Caetano Vitorino
1994 e 1995 – José Augusto
1995 e 1996 – Marco Antônio Lourenço
1996 e 1997 – Aeliston Santos de Azevedo
1997 – Maria Elisabete Zanoli
1997 a 1998 – Mário Brocco Fillho
1998 – Maria Elisabete Zanoli
1998 – Ludogério Rauff da Costa
1999 a 2001– Marcelo Nolasco de Abreu
2001 – Lodogério Rauff da Costa
2001 a 2003– Altair Ferreira da Silva
2003 – Joaquim Gomes Neto
2003 e 2004 – Robson Alves Damasceno
2004 a 2007 – João Marcos Genn de Souza
2007 - 2008 – Rafael da Rocha Correia
2008 - 2009 - Jeremias dos Santos

1º SUPLENTE

1931 – Antônio Jerônymo da Silva
Augusto Lemos
Francisco Xavier da Costa
1932 – Francisco Xavier da Costa
1945 – Aristides Lyrio Lamas
1947 – Loudegard Pereira
1948 e 1949 – Sylvio Farias Chagas

2º SUPLENTE

1917 - Idolino da Fonseca Lamas
1924 – Clotário Passos
1931 – Clotário Passos
1945 – Antônio Schwartz
Antônio Carlos da Silva

3º SUPLENTE

1917 – Plínio Escopelli Gomes
1928 – José Marcellino Mello
1931 – Marcellino Domingos Fernandes
1945 – Vitor da Costa Novaes

SUBDELEGADO

1979 – João Estevão da Penha
1981 – Jomar de Oliveira
1982 – 2º Sargento José Carlos Sabino

FOTO Nº 182 - Atual Delegacia de Polícia de Afonso Cláudio - 2008.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 183 - Atual Quartel da Polícia Militar de Afonso Cláudio - 2008.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

4.4.5.- Casas de Caridade (Saúde Hospitalar)

O Cel. José Cupertino Figueira Leite, em janeiro de 1916, iniciava uma campanha visando angariar recursos financeiros para a "construção de uma modesta casa para receber os enfermos indigentes"[...]. Fora nomeado tesoureiro da campanha, o Sr. Idolino Lamas, e procuradoras as senhoras Razolina Gomes, Eliza V. Gomes, Octávia Dias e Etelvina Manso.

As doações foram feitas por meio de subscrição popular, e várias listas circularam pelos diversos distritos do município.

Os donativos em dinheiro eram encaminhados ao tesoureiro e as "prendas", às procuradoras, para serem vendidas e/ou leiloadas nas "kermeses", que elas mesmas organizavam. Quem circulava com as listas era o Sr. Agenor Ferreira.

Com o sucesso da adesão popular, a meta para início da construção já estava sendo projetada, para meados de fevereiro de 1916. Outra meta definida era a de que logo que a construção tivesse o seu término envidar-se-iam esforços para entregá-la a uma associação beneficente de caridade.

Entretanto, em julho de 1917 não havia sido ainda possível iniciar a obra. Novamente, entra no caso, o infatigável Cel. José Cupertino, solicitando do Governo do Estado uma ajuda de Rs. 2:000$000 (dois contos de réis) para o fim proposto.

Outra presença marcante nesse projeto foi a do Dr. Carlos de Freitas, médico que "tomou sobre os ombros a tarefa espinhosa de levar a efeito a construção da referida casa de caridade." A área do terreno foi cedida, gratuitamente, pelo Sr. José Cláudio de Almeida.

Em 25 de julho de 1917, o Sr. Diretor de Finanças do Governo Estadual, Cel. Nestor Gomes, comunicava ao Cel. José Cupertino que o Governo contribuiria com Rs.2:000$000 (dois contos de réis), a serem pagos por parcelas, sendo Rs1:000$000 (hum conto de réis) quando o serviço estivesse no meio, e o restante, quando concluída a obra.

Decorria o mês de novembro de 1917, quando o Dr. Carlos de Freitas comunicava a sua "retirada" da cidade e entrega de Rs.202$000 (duzentos e dois mil réis), referentes ao restante do que havia arrecadado, além de ter deixado pagos 10.000 (dez mil) tijolos e 4.000 (quatro mil) telhas. O local para a construção já estava preparado, com o desaterro da área, além de iniciado o preparo das madeiras e pedras. A área indicada para a construção ficava próxima onde está o Ginásio Estadual "Afonso Cláudio".

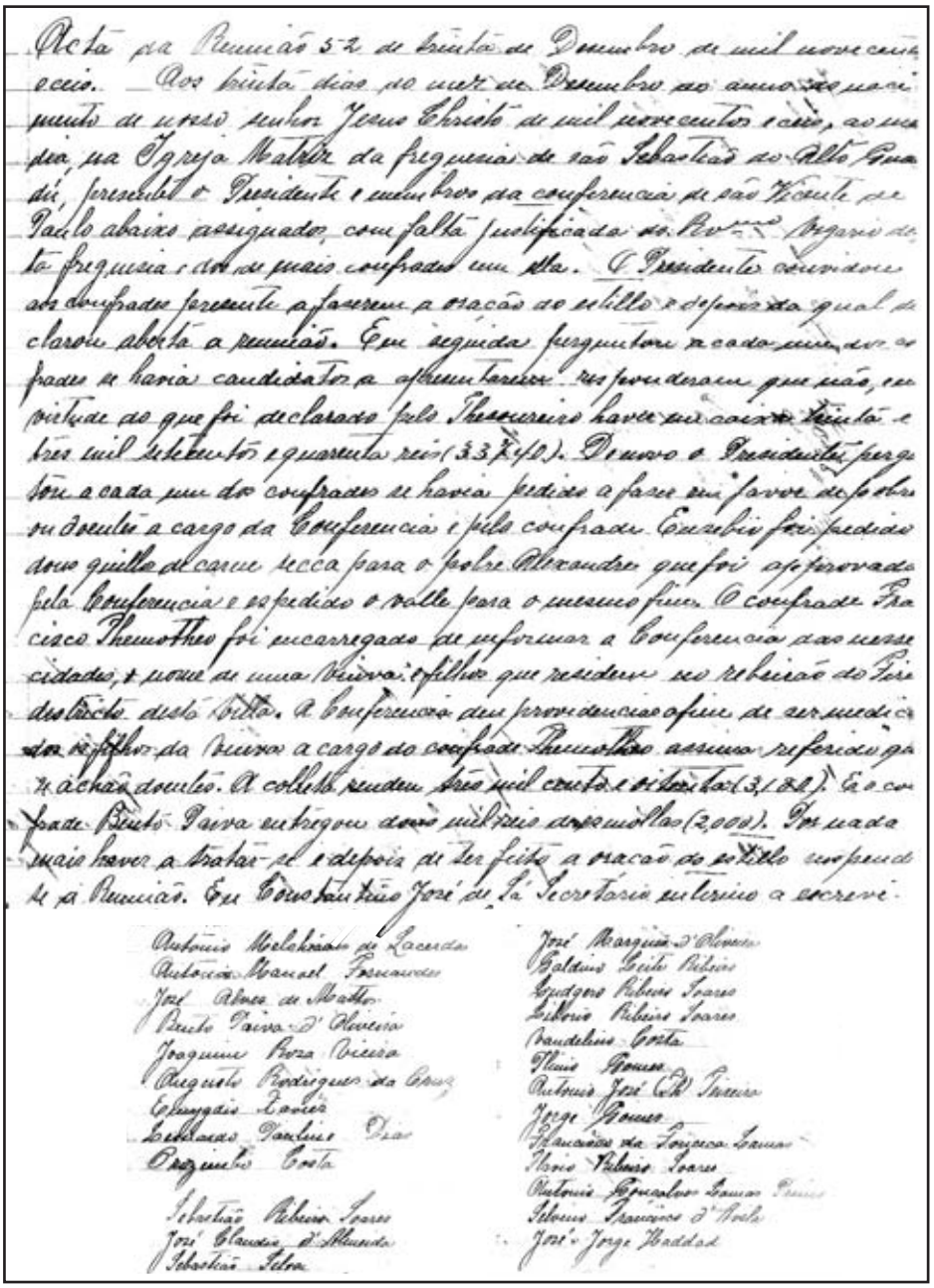
Nada se conseguiu saber sobre o destino dos recursos financeiros e materiais e somente após 1932 é que foram encontrados novos registros sobre a área da

saúde.
O posto de saúde pública foi instalado no ano de 1932, pelo Dr. Batinga e pelo Dr. Pedro Autran. Era uma unidade sanitária especializada em higiene pré-natal infantil e pré-escolar. Funcionou também o FUNRURAL, pertencente ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, no caso específico, atendendo à população sindicalizada.
Possuía também assistência odontológica e um laboratório de análises clínicas e parasitológicas.
Em 1936, era criada a Casa de Saúde "Charitas", pelo Dr. Alexandre Amorelli (clínico geral), tendo sido alugado o palacete de propriedade de José Haddad, cujo local foi adaptado para tal finalidade. Veio para Afonso Cláudio para incorporar-se ao corpo clínico, o Dr. Amarante Filho, cirurgião geral.
O novo Posto de Saúde passou a funcionar posteriormente no local onde era o Asilo para Menores. Não se encontrou a data certa.

FOTO Nº 184 - Posto de Saúde - Antigo Asilo Para Menores - 1936.
(Acervo: Professora Zilka Fernandes)

A sociedade afonsoclaudense passou a contar, também, a partir de 1951, com um "hospital modesto que atendia às necessidades da época."
Esse hospital era administrado pela Conferência de São Vicente de Paulo, fundada em 3 de dezembro de 1903 e agregada em 1907.
A história da Conferência e do hospital é um dos raros acervos da cultura de Afonso Cláudio, que seus administradores guardam com muito zelo, e que nos 100 (cem) anos de existência acumula 19 (dezenove) livros de atas e 3009 (três mil e nove) registros de reuniões. O 1º (primeiro) livro (nº 01) só passou a registrar os acontecimentos em ata a partir da reunião de nº 52, isto porque, até então, os membros da sociedade não possuíam o hábito de "registrar os fatos

ocorridos [...]" até então.



Acta da Reunião 52 de trinta de Dezembro de mil novecentos e seis. — Aos trinta dias do mez de Dezembro do anno do nascimento de nosso senhor Jesus Christo de mil novecentos e seis, ao meio dia na Igreja Matriz da freguezia de são Sebastião do Alto Guaxupé, presentes o Presidente e membros da conferencia de são Vicente de Paulo abaixo assignados, com falta justificada do Revm.º Vigario desta freguezia e dos mais confrades em 1.º lugar. O Presidente convidou aos confrades presentes a fazerem a oração do estilo e depois da qual declarou aberta a reunião. Em seguida perguntou a cada um dos confrades se havia candidatos a soccorrer. Responderam que não, em virtude do que foi declarado pelo Thesoureiro haver em caixa trinta e tres mil setecentos e quarenta reis (33$740). Depois o Presidente perguntou a cada um dos confrades se havia pedidos a fazer em favor de pobres ou doentes a cargo da Conferencia e pelo confrade Eusebio foi pedido dous kilos de carne secca para o pobre Alexandre que foi approvado pela Conferencia e despedido o vale para o mesmo fim. O confrade Francisco Themotheo foi encarregado de informar a Conferencia das necessidades, e moral da viuva e filho que residem no ribeirão do Pires distincto deste logar. A Conferencia deu providencias afim de ser medicado o filho da viuva a cargo do confrade Themotheo assim referido ao cima. A collecta rendeu trez mil cento e oitenta reis (3$180). E o confrade Bento Paiva entregou dous mil reis (2$000). Por nada mais haver a tratar-se e depois de ter feito a oração do estilo suspendeu-se a Reunião. Eu Constantino José de Sá Secretario interino a escrevi.

Antonio Mendes de Lacerda
Antonio Manoel Fernandes
José Alves de Mattos
Bento Paiva d'Oliveira
Joaquim Rosa Oliveira
Augusto Rodrigues da Cruz
Olympio Xavier
Sebastião Pinto Dias
Benjamin Costa

Sebastião Ribeiro Soares
José Claudio d'Almeida
Sebastião Silva

José Marques d'Oliveira
Baldino Leite Ribeiro
Gudgero Ribeiro Soares
Silverio Ribeiro Soares
Candelario Costa
Flavio Gomes
Antonio José Dias Pereira
Jorge Gomes
Francisco da Fonseca Gomes
Flavio Ribeiro Soares
Antonio Gonçalves Gomes Pereira
Silverio Francisco d'Avila
José Jorge Haddad

ILUSTRAÇÃO N.º 101 - Cópia da "Acta da Reunião Nº 52 (1ª Registrada) – 30 de Dezembro de 1906. Afonso Cláudio.
(Acervo: Conferência de São Vicente de Paulo)

Buscando amparo na publicação elaborada pela direção da Conferência[120], vimos que "em 1903 um morador de Fortaleza, Zona Rural de Afonso Cláudio, conhecido por Antônio Melchiades de Lacerda - 'Antonio Padeiro', se deslocava de sua morada, movido por alto espírito humanitário, indo à Vila de Afonso Cláudio para angariar fundos para socorrer necessitados".

Prossegue a mesma fonte: "Diante dos apelos constantes daquele incansável benemérito e reconhecendo a realidade dos fatos, os moradores da Vila resolveram se unir, impulsionados pelo espírito de solidariedade, com o objetivo de organizar melhor o atendimento àquelas pessoas carentes. Formaram, então, uma sociedade beneficente a que deram o nome de Sociedade São Sebastião do Alto Guandu sob a orientação religiosa do vigário da paróquia, Pe. Carlos José Ernesto Leduc".

Essa sociedade foi oficializada em 3 de dezembro de 1905, por D. Fernando de Souza Monteiro (Bispo do Espírito Santo), com o nome de Conferência São Vicente de Paulo, sendo a 1ª (primeira) a ser fundada no Estado do Espírito Santo. A primeira diretoria, nomeada àquela ocasião, ficou constituída dos cidadãos:

- ✓ Presidente: Antonio Melquiades de Lacerda (Antonio Padeiro)
- ✓ Vice-Presidente: Galdino Leite Ribeiro e Augusto Gomes
- ✓ Secretário: Emygdio Xavier, Horácio E. Rabelo, Galdino Leite Ribeiro e Constantino José de Sá.
- ✓ Presidente de Honra: Pe. Carlos José Ernesto Leduc
- ✓ Tesoureiro: José Marcelino Vieira (meu bisavô paterno) e José Gonçalves Lamas

"As reuniões mensais da Conferência tinham por objetivo angariar fundos para socorrer os mais carentes." Em 1906, eram membros da Conferência:

- ✓ Antônio Melchiaddes de Lacerda (Antonio Padeiro)
- ✓ Antonio Manoel Fernandes
- ✓ José Alves de Mattos
- ✓ Bento Paiva de Oliveira
- ✓ Joaquim José Vieira (irmão do meu bisavô paterno)
- ✓ Augusto Rodrigues da Cruz (irmão de minha bisavó paterna)
- ✓ Emygio Xavier
- ✓ Leonardo Paulino Dias

[120]PAULO, Sociedade São Vicente "História da Conferência de São Vicente de Paulo em Afonso Cláudio – ES – 1905/2005" Afonso Cláudio (ES). sem data. 48 p. (pesquisa realizada por Stella Haddad de Souza).

- ✓ Orozimbo Costa Silveira
- ✓ Sebastião Ribeiro Soares
- ✓ José Cláudio de Almeida
- ✓ Sebastião Silva
- ✓ José Marques de Oliveira
- ✓ Galdino Leite Ribeiro
- ✓ Ludgero Ribeiro Soares
- ✓ Liborio Ribeiro Soares
- ✓ Vandelino da Costa
- ✓ Plínio E. Gomes
- ✓ Antonio José Teixeira
- ✓ Jorge Gomes
- ✓ Francisco da Fonseca Lamas
- ✓ Flávio Ribeiro Soares
- ✓ Antonio Gonçalves Lamas Primo
- ✓ Silvino Francisco d´Avila
- ✓ José Jorge Haddad
- ✓ Constantino José de Sá
- ✓ Antonio Rodrigues da Cruz (meu triavô paterno)
- ✓ Manoel Rodrigues Furtado
- ✓ Mizael João Fernandes
- ✓ Victor José de Sá
- ✓ Astolpho Antonio d'Ávila
- ✓ José Fernandes de Vargas
- ✓ Horácio E. Rabello
- ✓ José Paiva de Oliveira
- ✓ Manoel Fernandes de Vargas
- ✓ João Ribeiro Soares
- ✓ Januário Albino Alves
- ✓ Pedro Ribeiro Soares
- ✓ Luiz Machado Braga
- ✓ Paulino Martins Viana
- ✓ Euzébio José Teixeira
- ✓ Luiz Antonio Pereira
- ✓ José Marcelino Vieira (meu bisavô paterno)
- ✓ José Domingos dos Santos
- ✓ Adolpho Rodrigues Gomes
- ✓ Antonio José Adão
- ✓ Bernardo José de Araújo
- ✓ Mizael Fernandes de Vargas
- ✓ José Antônio Silvério da Silva
- ✓ Laurindo José da Fonseca Lamas
- ✓ Antônio José da Fonseca Lannes
- ✓ Leondir Lopes da Costa
- ✓ Silvério Antonio Vieira
- ✓ Manoel Domingos de Ávila
- ✓ Antonio Caetano
- ✓ Manoel Domingos de Ávila
- ✓ Antonio Pedro da Silva
- ✓ Sabino Epiphanio Pereira
- ✓ Clemente Dutra de Almeida
- ✓ Padre Carlos José Ernesto Leduc
- ✓ Augusto Escopelle Gomes
- ✓ Idolino da Fonseca Lamas
- ✓ Alvilino Francisco d'Avila
- ✓ José Gonçalves Lamas
- ✓ Máximo de Vargas Fernandes
- ✓ Tusíbio Ferreira da Silva
- ✓ José Lamas Moreira
- ✓ Joaquim Antonio Dias
- ✓ Luiz Coelho Leal Alvim

Outros membros foram se incorporando ao longo dos anos. Ainda por algum tempo, a sociedade passou a admitir aspirantes menores de idade: José Caetano (11 anos), José Clemêncio Gomes (12 anos), João Valter dos Santos (15 anos), Elicério Fonseca (8 anos), José de Carvalho (6 anos), Alfredo Pádua Haddad (8 anos), José Silvestre Vieira (12 anos - meu avô paterno), apresentado pelo seu pai José Marcelino Vieira, João Antonio Silvério (15 anos) e Rômulo de Barros Haddad (16 anos).

As espórtulas[LXXX], segundo a fonte[120] já citada, eram de valor irrisório: de Rs. $200 e Rs. $400 (duzentos e quatrocentos vinténs), que ajudaram ao projeto.

Com a falta de freqüência dos membros às reuniões, a Conferência passou por sérios obstáculos, quando, em 1922, Dr. Jorge Stein Zacher, entusiasta do projeto, conseguiu contagiar os membros para a continuação da obra tão benemérita.

"Entretanto, durante o período de 1924 a 1926 chegou a ser dissolvida, quando foram vendidos os instrumentos da Banda Vicentina, que renderam a importância de Rs. 50$500 (cinqüenta mil réis e quinhentos vinténs), que "foi revertida em benefício dos pobres assistidos pela Conferência."

" Em 1926, a sociedade foi reorganizada, cujas reuniões passaram a ser realizadas na residência do Sr. José Jorge Haddad. Antônio José Teixeira, ainda em vida, deixou a sua residência, situada à rua Jerônimo Monteiro, para funcionamento da Conferência onde foi instalada a Casa de Caridade, sendo o referido cidadão também conhecido como Teixeirinha, um dos usuários. Posteriormente a casa foi modificada.

Por essa ocasião, um voluntário de nome Oswaldo Barreto, "propôs-se a dar assistência àqueles necessitados internos", tais como, aplicar-lhes os remédios, dar-lhes banho e alimentação [...]

Senhoras e senhoritas da sociedade afonsoclaudense também participaram da Conferência, sendo a 1ª (primeira) nomeação já efetivada em 1909, quando na direção da Instituição estava o Sr. Antônio Melchiades de Lacerda. Posteriormente, as "senhoras Itália B. Ronceti, Helenita Barros, Amélia Gastim, Lucília Barros, Maria Gianórdoli, Adalgisa Simão, Elisa Gomes, Marieta Cláudio Corrêa e Marfisa Giestas" passaram a integrar o corpo da Conferência."

"Com a passar do tempo, a casa situada na rua Jerônimo Monteiro, já muito antiga e de construção frágil, não suportou a ação dos temporais constantes, ficando muito danificada. Era necessário construir uma nova casa [...]". A chegada de Pe. Paulo de Tarso Rautenstrach acelerou o prosseguimento da construção da nova casa.

[LXXX]ESPÓRTULAS s f. 1. Esmola, gratificação, gorjeta. 2. Gratificação em dinheiro dada aos sacerdotes quando no exercício de suas funções (casamento, batizado, etc.).

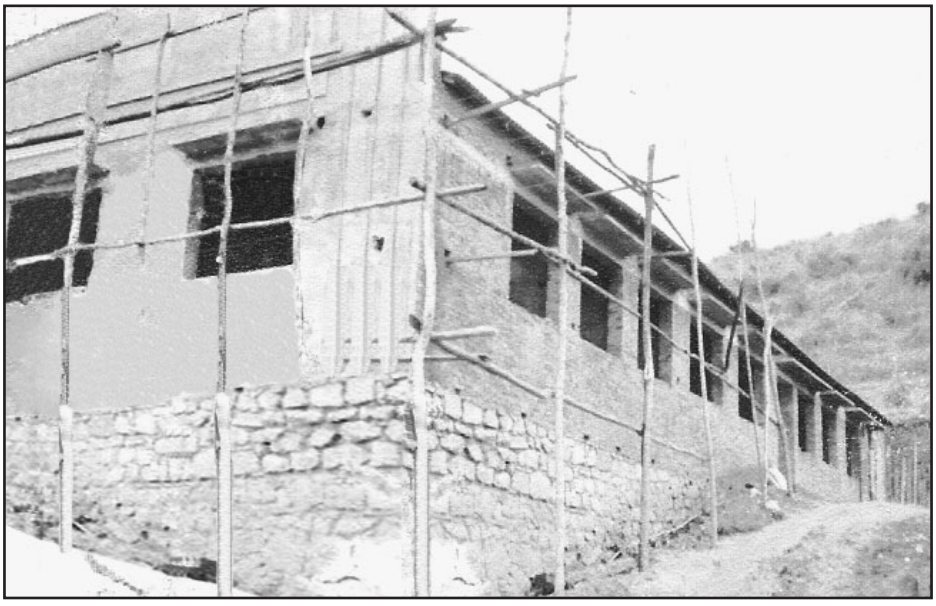


FOTO N.º 185 - Construção do Novo Prédio da Conferência. 1ª Construção – Data provável – 1942.
(Acervo: Conferência de São Vicente de Paulo)

No novo local passou a funcionar um hospital da Conferência, constando de toda infra-estrutura necessária. Os recursos financeiros para essa construção vieram da venda da antiga Casa de Caridade da rua Jerônimo Monteiro e de outra situada à rua José Giestas, quando foi "possível providenciar a compra de materiais para dar início à construção do Abrigo São Vicente de Paulo.

FOTO N.º 186 - Outra Fase da Construção do Abrigo/Hospital – Data Provável – 1942.
(Acervo: Conferência São Vicente de Paulo)

A pedra fundamental foi lançada em novembro de1941, com a presença do Meritíssimo Juiz de Direito Dr. Nilton Thevénard, do Prefeito Adherbal Galvão, do Promotor Público, dos confrades e outras autoridades.
O primeiro nome dado ao abrigo foi Casa de Assistência Social São Vicente de Paulo e, mais tarde, Hospital São Vicente de Paulo.

FOTO N.º 187 - Fachada Principal do Prédio do Hospital São Vicente de Paulo – 1942.
(Acervo: Conferência São Vicente de Paulo)

A história dessa construção foi exaustivamente narrada pela fonte[120], que apresentaremos na íntegra, onde o Sr. Presidente da Conferência, José Jorge Haddad, assim se manifestara:
"Há 10 anos, foi sugerida a idéia pelos confrades Corintho de Souza, Gualter Giestas, João Duarte Manso e por ele, presidente, para resolver o problema de assistência social no município. Tomamos a decisão, enfrentando toda sorte de dificuldade, lutando contra o pessimismo de uns e, ao mesmo tempo, recebendo apoio da maioria, que reconheceu o benefício que a obra traria para o progresso do lugar, com grande esforço e boa vontade, conseguimos".
Para regularizar a escrita da Conferência, foi designado o confrade José Wenceslau de Souza, escrivão do Cartório de 2º Ofício. Passado algum tempo, já se podia notar o desenvolvimento da construção, mas as obras não podiam parar. Com o auxílio dos Ministérios da Educação e Cultura e da Saúde, adquiriu-se parte do equipamento necessário para seu funcionamento, a título precário, até que fossem conseguidas verbas para sua conclusão e inauguração oficial.

José Haddad dirigiu-se, então, pela segunda vez, ao médico Dr. João Eutrópio, a fim de solicitar um empréstimo para solucionar alguns problemas decorrentes da falta de aparelhagem de uso hospitalar mais urgente. Diante do pedido de ajuda, Dr. Eutrópio, ainda relutante, cedeu um financiamento necessário para pôr o hospital em funcionamento mais adequado. Adquiriu aparelhagem moderna que proporcionou melhor atendimento. A Conferência, no entanto, assumiria o compromisso de restituir o empréstimo, tão logo adquirisse os meios possíveis, tendo sido o mesmo quitado no tempo oportuno.

Ansioso por proporcionar um bem maior ao povo, Haddad sonhava aflito em ver concretizado aquele desejo de tanto tempo. Em meio a tantas expectativas, depois de ter enviado para o Ministério da Saúde vários ofícios, relatórios e fotos comprovando a existência daquele trabalho vivificante, José Jorge Haddad recebeu, com grande alegria, uma remessa de camas hospitalares com os respectivos complementos. Foi uma dádiva, não tão surpreendente porque seu espírito altivo e corajoso o mantinha na esperança de que tudo daria certo. Porém, fora tomado de imenso contentamento, que o incentivou a continuar trabalhando pela mesma causa. Começava, assim, a vislumbrar o resultado compensador de tantos esforços.

Como a Sociedade não possuía recurso suficiente para contratar enfermeiros especializados, necessários, Dr. Eutrópio teve o cuidado e o desprendimento de instruir e treinar sua esposa, D. Marfísa (Fisinha), que, com sua inteligência aguçada, dominou os ensinamentos recebidos, aplicando-os nas horas precisas. Na falta do médico, ela teve oportunidade de fazer curativos, partos e aplicar injeções de toda natureza. Passava grande parte da noite ao lado do marido, ajudando-o em cirurgias e em outras ocorrências. Além disso, supervisionava a cozinha e todo o trabalho aplicado na assepsia dos doentes e do hospital.

Durante o tempo de construção, a Sociedade São Vicente de Paulo recebeu proposta da Legião Brasileira de Assistência para esta custear o acabamento do Abrigo. Em contrapartida, a Sociedade concordaria – desde que não houvesse transigência de seu direito de legítima proprietária do prédio, de acordo com seus estatutos – que a Conferência cedesse uma ala em construção, enquanto a Legião permanecesse funcionando na cidade revertendo, porém, seus bens em favor da Conferência, uma vez cessadas suas atividades por mais de um ano. De acordo com o presidente de honra e vigário da paróquia, a Conferência deveria aceitar a proposta, desde que isso não acarretasse encargos que futuramente não pudesse cumprir.

Pelos relatórios e balanços estatísticos e fotos enviados anualmente, “as referidas Divisões ficavam sempre orientadas e sabedoras da situação hospitalar,

podendo tomar conhecimento das necessidades e suprir as faltas, certas de que prestariam relevante auxílio ao povo do interior do Estado, que se achava distanciado de toda assistência social", conforme palavras do presidente em relatórios enviados comumente ao Ministério da Saúde, razão pela qual a Conferência foi anteriormente atendida com muita freqüência, recebendo verbas que garantiriam a sua sobrevivência.

Em vista da prestação de contas anual, a Conferência passou a receber ajuda monetária de diversos órgãos, municipal, estadual e federal. A comissão encarregada do andamento das obras obteve serviços gratuitos de transportes de materiais cedidos pela Vale do Rio Doce e por alguns empresários. Por muitos anos, recebeu auxílio do ex-confrade Dr. Álvaro Castello, que não mediu esforço para remeter verbas conseguidas do Governo Federal durante sua gestão naquela Câmara. O trabalho braçal teve também especial atenção dos operários, que cediam um dia de serviço semanalmente.

Não havendo uma serraria que atendesse à demanda de encomendas, foi necessário recorrer às carpintarias de Itarana, no Limoeiro, cujas esquadrias foram confeccionadas aos poucos, atrasando os trabalhos da construção, devido à distância e às condições péssimas das estradas. As telhas também foram encomendadas de Baixo Guandu, onde havia a olaria mais próxima. Todas essas dificuldades contribuíram para o andamento paulatino das obras do Hospital.

Verbas e subvenções foram destinadas à construção do Abrigo e, posteriormente, à ampliação e à manutenção do Hospital e da Maternidade e Berçário, com os devidos equipamentos. Inúmeras outras verbas foram ainda recebidas do Governo Federal, muitas vezes por intermédio dos representantes do município como o Dr. Álvaro Castello, incansável vicentino; Pedro Saleme, deputado estadual; representantes estaduais no Senado, como o Dr. Carlos Monteiro Lindenberg; Dr. Lourival de Almeida, ex-presidente da Conferência; Dr. Napoleão Fontenele; Sra. Judith Freitas de Almeida Melo, filha do Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa; o ministro da Saúde, Dr. Mario Pinotti; o governador Jones dos Santos Neves; Dr. João Eutrópio; dos Ministérios da Saúde, Agricultura, Justiça, Educação e Cultura e Trabalho.

A partir do ano de 1967, a Associação do Funrural firmou convênio com a Conferência com relação ao patrimônio do Hospital, tendo contribuído normalmente com equipamentos e verbas destinadas aos gastos com sócios beneficiados internos. Somente mais tarde foram construídos pronto-socorro, laboratório, consultórios, enfermarias, lavanderia, cozinha ampla, quartos, rampas de acesso e sala para reuniões. Uma Maternidade mais moderna foi possível com verba do Reforsus, projeto do Ministério da Saúde para melhorar as Unidades do SUS,

além de muitos outros melhoramentos exigidos por um hospital digno de acolher qualquer cidadão. Os equipamentos para complementar a Maternidade foram adquiridos com verba proveniente de emenda parlamentar da deputada federal Rita Camata.

Nas últimas décadas, notadamente a partir de 1970, mesmo desenvolvendo seu trabalho assistencial com distribuição de vales e cobertores aos pobres, a Conferência intensificou as obras de construção no Hospital São Vicente de Paulo, procurando sempre adaptar o prédio já construído às necessidades de melhorar as instalações, adaptando-as ás normas técnicas preconizadas pelo Ministério da Saúde, através da Vigilância Sanitária, visando maior segurança para pacientes e profissionais.

Assim, foram construídos Centro Cirúrgico, Centro Obstétrico com Berçário, Lavanderia, Centro de Nutrição e Dietética, Auditório, Maternidade e Enfermarias de Clínica Médica. De acordo com os registros feitos pela entidade, toda ampliação do Hospital foi feita em etapas, com dificuldades financeiras, mas a determinação, a participação e a dedicação de todos os vicentinos foi fundamental para a conclusão das obras.

Essas obras passaram pela Presidência de vários confrades, ou seja, Nancy Roncete, Vitalino Saiter, Argenário Theodoro dos Santos, José Omero Saiter e atualmente João D'Ávila Saiter, todos sempre trabalhando com o objetivo de congregar todos os membros da Conferência a um único propósito, mantendo a entidade atuante na assistência à população carente, seguindo o exemplo dos primeiros vicentinos que atuaram no município de Afonso Cláudio.

Atualmente, os apartamentos, quartos e enfermarias foram remodelados, sob orientação da arquiteta Dr.ª Lúcia Paola Botti, cujo projeto se estende à parte interna inferior do hospital, constando de uma capela que completa os planos dos idealistas precursores da construção.

A Conferência mantém o Hospital São Vicente de Paulo, que hoje conta com uma equipe multi-profissional composta por 14 médicos, disponibilizando plantão 24 horas, sendo responsável também pela geração de 72 empregos, distribuídos nos setores de Enfermagem, Manutenção, Recepção, Laboratório, Lavanderia, Nutrição e Dietética, Raios X e Administração. Sendo que ultimamente, também serve de campo de estágio para estudantes dos Cursos de Técnicos de Enfermagem do Município".

Ainda durante muitos anos, manteve funcionando um ambulatório.

Presidentes da Conferência – 1905 a 2008.

- ✓ 1905 a 1915 – Antonio Melchiades de Lacerda (Antônio Padeiro)
- ✓ 1916 a 1920 – Galdino Leite Ribeiro

- ✓ 1922 a 1925 – Lourival de Almeida
- ✓ 1926 a 1934 – Galdino Leite Ribeiro
- ✓ 1935 a 1968 – José Jorge Haddad
- ✓ 1969 a 1977 – Nancy Roncetti
- ✓ 1978 a 1989 – Vitalino Saiter
- ✓ 1990 a 1993 – Argenário Theodoro dos Santos
- ✓ 1994 a 2001 – José Omero Saiter
- ✓ 2002 a 2008 – João D'Ávila Saiter

FOTO Nº 188 - Fachada Atual do Hospital da Conferência São Vicente de Paulo - 2007.
(Acervo: Conferência São Vicente de Paulo)

FOTO N.º 189 - Alguns Membros da Conferência. Sem data. Da Esquerda para a Direita: Não Identificado, José Silvestre Vieira (Meu avô Paterno) Vitalino Saiter, Não Identificado, Não Identificado - Sem Data.
(Acervo: Conferência São Vicente de Paulo)

Com a colaboração de SOUZA[51], já citada, do Dr. Jecomias Dias de Carvalho e de pesquisas em jornais foi possível identificar a maioria dos médicos que vieram para cá prestar seus relevantes serviços:

- ✓ 1894 – Dr. Antônio Lourenço de Araújo.
- ✓ 1916 – Dr. Abelardo de Oliveira.
- ✓ 1917 – Dr. Carlos Freitas.
- ✓ 1922 – Dr. Jorge Stein Zacher
- ✓ 1926 – Dr. Carlos Doppler.
  - Dr. Manoel Rodrigues Sette e
  - Dr. Galdino de Abranches
- ✓ 1932 – Dr. Batinga
- ✓ 1936 – Dr. Pedro Autran e
  - Dr. Amarante Filho
- ✓ 1938 – Dr. Alexandre Amorelli.
  (Seu consultório ficava à rua Pinheiro Machado, nº 12)

• Década de 40

- ✓ Dr. Francisco da Rocha de Figueiredo Montes
- ✓ Dr. Dermival Mirabeau da Fonseca
  Foi Chefe de Unidade Sanitária de Afonso Cláudio por longo tempo, tendo sido encontrado morto em sua residência. Seu consultório ficava à rua Cel. Marcondes nº 4.
- ✓ Dr. Celso Francisco Borges
  Assumiu a Direção da Unidade Sanitária, após a morte do Dr. Dermerval. É falecido.
- ✓ Dr. Antônio Costa
  Assumiu também a Direção da Unidade Sanitária de Afonso Cláudio, cargo que exerceu durante vários anos, encerrando sua carreira como chefe do Serviço de Entorpecentes na Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo. Foi admirável pela sua humildade e seu alto espírito humanitário. (falecido)
- ✓ Dr. João Eutrópio
  Chegou em Afonso Cláudio em 1938. Abnegado profissional, desbravador, cavalgava em todo o município para atender em qualquer local, a qualquer hora do dia ou da noite, fosse o cliente pobre ou rico, no tempo em que Afonso Cláudio abrangia, também, as áreas dos atuais municípios de Laranja da Terra e Brejetuba, que em época bem recente se emanciparam. Foi prefeito da cidade e se tornou um mito no município, onde exerceu a profissão durante mais de 50 anos, falecendo no final do século. Foi também Diretor Clínico do

Hospital São Vicente de Paulo durante longos anos.

• Década de 50

✓ Dr. Homero de Souza Costa
Foi também Chefe da Unidade Sanitária de Afonso Cláudio, durante alguns anos, indo depois para Vitória (falecido)

✓ Dr. Lourival Alcântara Veloso
Sua especialidade era Raio X

✓ Dr. Homero Santos
Oftalmologista e otorrinolaringologista

✓ Dr. Osvaldo Siqueira Lyra
Chegou em Afonso Cláudio nesta década, assumiu a Chefia da Unidade Sanitária, permanecendo no município durante vários anos. Aqui constituiu família e residiu até o ano de 1964, quando foi para São Paulo, onde reside até hoje, na cidade de Auriflama.

✓ Dr. José Carlos Pereira do Valle
Chegou em Afonso Cláudio em 1952, assumindo a responsabilidade pela área de Helmintose e Combate à Esquistosomose que assolava o Município. Em 1953 foi para Vitória, onde permanece até hoje.

✓ Dr. Abel Calazans
Veio para Afonso Cláudio também nesta década, permanecendo por curto período no município e retornando logo após para Belo Horizonte.

✓ Dr. Osias Mendes de Andrade
Aqui chegou na mesma década, onde instalou uma Clínica, permanecendo, também, por pouco tempo no Município.

• Década de 60

✓ Dr. Anis Nassen
Chegou em Afonso Cláudio após a saída do Dr. Osvaldo Siqueira Lyra. Renomado cirurgião, permaneceu por pouco tempo no município, indo para Itapemirim, onde veio a falecer num acidente automobilístico.

• Década de 70

✓ Dr. Valter Antônio Valdetaro
Veio para Afonso Cláudio em 1970, contratado para a Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a chefia da Unidade Sanitária, posto que exerceu durante vários anos. Em 1973, prestou concurso público, sendo aprovado, no-

meado em 27 de abril do mesmo ano, e efetivado no cargo de médico, onde se encontra até hoje. Foi também Diretor Clínico do Hospital São Vicente de Paulo durante vários anos. Ainda permanece na cidade.

✓ Dr. Manoel Gomes

Aqui chegou juntamente com Dr. Valter, permanecendo no Município até 1972, quando foi para o Mato Grosso, onde ainda permanece.

✓ Dr. Jeconias Dias de Carvalho

Filho da terra, chegou como médico em Afonso Cláudio no dia 02 de janeiro de 1973, iniciando suas atividades profissionais. Foi o fundador, ao lado do então empreendedor Prefeito Municipal de Afonso Cláudio, Sr. Sebastião Fafá, do Primeiro Serviço Médico da Prefeitura, hoje Secretaria Municipal de Saúde.

Em seguida, prestou concurso público para o cargo de médico da Secretaria de Estado de Saúde, sendo aprovado e nomeado no dia 27 de abril de 1973. Permanecendo no cargo até o dia 29 de maio de 2005, data em que foi aposentado. Foi, também, Diretor Clínico do Hospital São Vicente de Paulo. (ainda permanece na cidade).

✓ Dr. José de Oliveira Raft

Em meados da década de 1970, chegou à cidade assumindo o Hospital São Vicente de Paulo. Foi embora da cidade, ainda na mesma década, para São José do Calçado, onde elegeu-se Prefeito Municipal. Hoje, exerce a profissão na cidade de Vitória.

✓ Dr. Luiz Timóteo Dias Vieira

Filho da terra, chegou como médico em Afonso Cláudio em julho de 1977, assumindo a Direção Clínica do Hospital São Vicente de Paulo em 1978, onde permaneceu bom tempo. Em 1981 fundou, ao lado do Dr. Jorge Vaccari Garayp, a Policlínica Nossa Senhora de Lourdes, que funcionou até 2005 hoje, dá lugar às instalações da UFES- Universidade Federal do Espírito Santo - em Afonso Cláudio. Foi eleito Deputado Estadual, com mandato no período de 1990 a 1994.

Em seguida, fundou a CLIMESP, onde está até hoje. Desde sua chegada em Afonso Cláudio, foi médico da Unidade Sanitária, onde permanece também até esta data.

• Década de 80

✓ Dr. Jorge Vaccari Garayp

A cidade de Afonso Cláudio o recebeu em 06 de janeiro de 1981, quando

ao lado do Dr. Luiz Timóteo Dias Vieira foi também o fundador da Policlínica Nossa Senhora de Lourdes. Foi pediatra do Hospital São Vicente de Paulo até o final de 1981, quando associou-se ao Dr. Luiz Timóteo para a fundação da Policlínica. Em 1996, fundou a Clínica São Sebastião, onde permanece.

- ✓ Dr. Edgar Zambrana Morales
  Chegou em Afonso Cláudio em 1982, assumindo imediatamente a Direção Clínica do Hospital São Vicente de Paulo, cargo em que permaneceu durante longo tempo. Atualmente continua no Hospital, prestando serviço ambulatorial e cirurgia pela Prefeitura, sendo a parte ambulatorial no Hospital e na Unidade Sanitária.

- ✓ Dr.ª Vanda Sueli Fontes Vieira da Silva
  Chegou em Afonso Cláudio em 1986, assumindo o serviço de Pediatria do Hospital São Vicente de Paulo, onde ainda permanece. Prestou concurso público para a Secretaria de Estado da Saúde, sendo aprovada e nomeada para a Unidade Sanitária de Afonso Cláudio. Atualmente é responsável pelos serviços de Tuberculose e Hanseníase.

- ✓ Dr. Frederico Augusto Nogueira
  Aqui chegou em agosto de 1986, tendo ingressado no Corpo Clínico do Hospital São Vicente de Paulo e na Unidade Sanitária de Afonso Cláudio, onde permanece até hoje. Fundou a Clínica "CEMAC" que funciona com várias especialidades.

- ✓ Dr. Jorge Oliveira Rocha
  Também filho da terra, chegou como médico em Afonso Cláudio em maio de 1987, ingressando no Corpo Clínico do Hospital São Vicente de Paulo e no quadro da Secretaria de Estado da Saúde.
  Estudou por conta própria a especialidade de Cardiologia, freqüentando Congressos de Cardiologia e segundo relato dele próprio, prestou a prova da Sociedade Brasileira de Cardiologia, adquirindo o título de Cardiologista, especialidade que ainda exerce no município, inclusive como credenciado pela UNIMED Sul.

- ✓ Dr. Gilberto Erlacher
  Chegou na cidade em agosto de 1987. Ingressou no Corpo Clínico do Hospital São Vicente de Paulo e no Ambulatório da Unidade Sanitária, onde trabalhou até o final de 2006.
  No início de 2007 ingressou no PSF – Programa da Saúde da Família - de Afonso Cláudio, onde permanece.

✓ Dr. Ricardo Enrique Alcântara Segura

Chegou em Afonso Cláudio nesta década, ingressando no Corpo Clínico da Policlínica Nossa Senhora de Lourdes. Cirurgião Geral, é hoje credenciado pela Prefeitura para realizar cirurgias pelo SUS – Sistema Único de Saúde no Hospital São Vicente de Paulo, ainda permanecendo na cidade.

• Década de 90

✓ Dr. Aluiz Carlos do Vale

Em março de 1992, chegava à Afonso Cláudio, ingressando no Corpo Clínico da Policlínica Nossa Senhora de Lourdes na especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, após terminar, com sucesso, sua residência. Com a extinção da Policlínica, ingressou na Clínica São Sebastião, fazendo parte, também, do Corpo Clínico do Hospital São Vicente de Paulo.

Atualmente é credenciado, há vários anos, pela Prefeitura de Afonso Cláudio na especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, no ambulatório da Unidade Sanitária de Afonso Cláudio. É também credenciado da UNIMED.

SÉCULO 21

• Década de 10

✓ Dr. José Antônio dos Reis Nogueira.

Chegou em Afonso Cláudio em dezembro de 2000, como especialista com residência em Anestesiologia. Foi contratado pela Prefeitura para assumir esta especialidade no Hospital São Vicente de Paulo e no ambulatório da Clínica Médica da Unidade Sanitária de Afonso Cláudio. Hoje é médico concursado e efetivo da Secretaria de Estado da Saúde.

✓ Dr. Ricardo Santos Saiter.

Chegou em Afonso Cláudio no final de 2006, sendo contratado pela Prefeitura para o PSF. É também plantonista do Hospital São Vicente de Paulo. (ainda permanece na cidade)

✓ Almir Guio (oftalmologista)

✓ Wellington Ribeiro Ferreira (anestesista)

✓ Venderlei M. Radich (ginecologista)

✓ Rogério Montenegro (cardiologista)

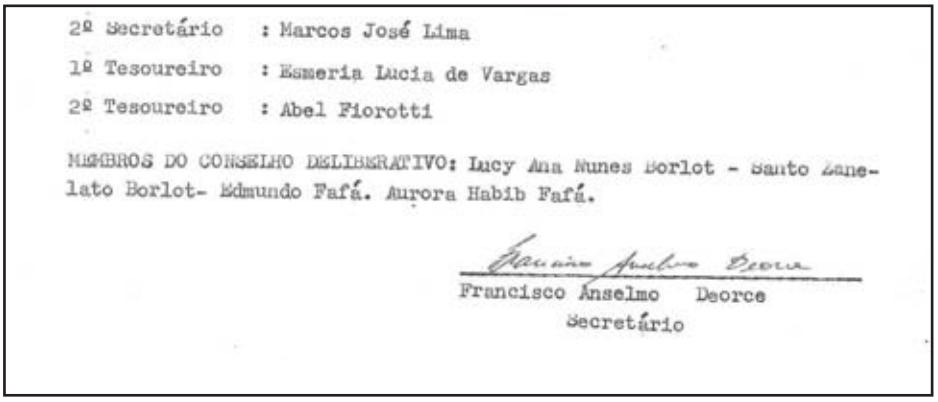
Afonso Cláudio ganharia ainda, em 1976, um Hospital Municipal Rural, cujo contrato de construção foi assinado no dia 07 de julho de 1975, entre a municipalidade, representada pelo ex-prefeito Sebastião Fafá, e a Construtora Guanduense Ltda. naquela ocasião representada pelo sócio José Alves do Espírito Santo Netto. Em julho de 1976, era entregue à população rural aquele nosocômio, que custou aos cofres públicos da municipalidade a importância de CR$ 597.347,35 (quinhentos e noventa e sete mil, trezentos e quarenta e sete cruzeiros e trinta e cinco centavos). Ficava faltando, portanto, adquirir os equipamentos e colocá-lo em funcionamento, fato que acabou não acontecendo quando da mudança de administração. Naquele espaço, passou a funcionar o quartel da Polícia Militar. O Estatuto do Hospital foi registrado no cartório do 2º Ofício, em 06 de fevereiro de 1976.

ATA DA REUNIÃO ESPECIAL PARA APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL E TRABALHADOR RURAL DE AFONSO CLÁUDIO - ES.

AOS trinta dias do mês de dezembro do ano de mil, novecentos e setenta e cinco (30/12/1975.), as dezessete horas (17,00h.), na Sala do Sindicato Rural Patronal de Afonso Cláudio- ES., sob a Presidência do Sr. Hilário Linhaus, reunidos os senhores: Gabriel Geraldino de Vargas - Vice Presidente, Francisco Anselmo Deorce - 1º Secretario; Marcos José Lima - 2º Secretário; Esméria Lúcia de Vargas- 1º Tesoureiro, Abel Fiorotti - 2º Tesoureiro; João Bissoli; Nilton Schartz de Carvalho; Edmundo Fafá; D. Aurora Habib Fafá; Egézio Delarmelina; Idolo Delarmelina; José Corrêa de Oliveira; e José Nilton Rébuli - Membros do Conselho Deliberativo. Pelo Sr. Presidente foi dito / que a finalidade da presente reunião era para aprovação dos Estatutos que deverão reger os destinos da Fundação Médico Assistencial do Servidor Municipal e Trabalhador Rural de Afonso Cláudio- ES., de acordo com o que preceitua o artigo 652 do Código do Processo Civil, Estatutos esses que estão Transcritos às Fls. 002, 003, 004 e versos deste/ livro de Atas. Em seguida o Senhor Presidente Determinou a leitura da Ata anterior, na qual estão transcritos os Estatutos da Fundação. Esclareceu o Sr. Presidente que a aprovação dos Estatutos poderiam ser/ feita, digo, poderá ser feita através de aclamação ou por escrutínio secreto; sendo escolhido por todos o sistema de aclamação; o que foi por todos aclamados e declarado por unanimidade a aprovação dos respectivos Estatutos. Determinou em seguida o Sr. Presidente, que fossem extraídas cópias desta Ata e dos Estatutos e encaminhados ao Órgão do Ministério Público para cumprimento do § 1º do artigo 65 do Código de Processo Civil e que se aprovados os Estatutos por aquela autoridade, fossem os mesmos levados ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Comarca. E como nada mais houvesse a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente reunião e determinou que se lavrasse esta Ata a qual depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada. Eu, Francisco Anselmo Deorce, Secretário que a lavrei e também a assino.

Presidente: Hilário Linhaus

Vice- Presidente: Gabriel Geraldino de Vargas



2º Secretário : Marcos José Lima

1º Tesoureiro : Esmeria Lucia de Vargas

2º Tesoureiro : Abel Fiorotti

MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO: Lucy Ana Nunes Borlot - Santo Zanelato Borlot- Edmundo Fafá. Aurora Habib Fafá.

Francisco Anselmo Deorce
Secretário

ILUSTRAÇÃO Nº 102 - Ata da Reunião Especial Para Aprovação do Estatudo da Fundação Médico Assistencial do Servidor Municipal e Trabalhador Rural de Afonso Cláudio - 30/12/1975.
(Acervo: Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio)

Por volta de 1982, ganhava o município mais um espaço para a saúde com a inauguração da Policlínica Nossa Senhora de Lourdes, de propriedade particular do médico Dr. Luiz Timóteo Dias Vieira. A clínica ficava à rua Quintino Bocaiúva, no centro da cidade. Começou suas atividades na data de 13 de abril de 1982, atendendo nas especialidades: cardiologia, clínica e cirurgia geral, pediatria, anestesia e ginecologia.

Em 11 de maio de 1985 era inaugurado o novo hospital, construído agora no alto do bairro Custódio Leite Ribeiro. Participaram da solenidade de inauguração, além do povo em geral, funcionários e equipe médica, o prefeito Sr. Sebastião Fafá, o Procurador Geral do Estado, Dr. José Cupertino Leite de Almeida, o ex-governador Dr. Élcio Álvares, o empresário Jônice Tristão, o Juiz de Direito Dr. Rômulo Tadei, os deputados estaduais Nider Barbosa de Menezes, Theodorico Ferraço, Luiz Borges, Jorge Devens de Oliveira e Edson Machado. Os ex-deputados José Luiz Cláudio Corrêa e Juarez Martins Leite também se fizeram presentes à ocasião.

4.4.6 – Cemitérios

O 1º (primeiro) cemitério que se tem notícias de ter sido construído na cidade foi na localidade de Arrependido, por volta de 1877, por Sabino Coimbra de Oliveira, onde também chegaram a construir uma capela. Verificando-se, porém, que o local não era o ideal para a implantação de um núcleo populacional, abandona-

ram-no, o que motivou, inclusive, a darem-lhe o nome de Arrependido. Não se conseguiu nenhum registro do nome do cemitério e suas dimensões.
O 2º (segundo) foi implantado no morro da Matriz, tendo sido interditado pela Lei nº 27, de 8 de setembro de 1915. Era conhecido com o nome de São Sebastião e ocupava uma área de 992 m² (novecentos e noventa e dois metros quadrados). É possível que a sua construção tenha sido feita por volta de 1880, logo após o lançamento dos fundamentos do arraial de São Sebastião do Alto Guandu, pelo mesmo Sabino Coimbra de Oliveira, além de Eugênio Pereira da Silva, Ezequiel Costa Silveira e José Gabry. O primeiro registro de óbito é datado de 1º de Abril de 1891, em nome de Manoel d' Abreu Rangel.

FOTO Nº 190 - Cemitério São Sebastião - 2º de Afonso Cláudio - 1915.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

O 3º (terceiro) começou a ser construído em 1914, na gestão do Prefeito Municipal José Giestas. Em seu relatório anual, encaminhado ao Governador do Estado, Dr. Marcondes Alves de Souza (1912-1916), assim foi justificada a necessidade da construção de outra necrópole: "Penso que justamente revoltados com o modo porque são tractados os mortos na necropole de São Sebastião é que resolvestes saptisfazer uma justissima aspiração dos povos, authorizando-me a mandar construir um cemitério nesta cidade".
"Mau grado meu, não é possível concluil-o no tempo que determinastes mas espero fazel-o até o fim de Março do anno vindouro".
"Já adquiri o terreno em local muito apropriado e estou adquirindo o material para dar começo a construcção. "A Lei autorizativa foi a de nº 08, de 13 de outubro de 1915. Não conseguimos a data do início da construção, cuja inauguração foi em

04 de setembro de 1915, numa área de 10.000m² (dez mil metros quadrados), e que recebeu o nome de “Cemitério São João Batista”. Era murado em blocos de cimento e portão de ferro no frontispício[LXXXI], e as laterais fechadas com cerca de arame. Custou aos cofres da municipalidade o valor de Rs. 1.365$000 (hum conto, trezentos e sessenta e cinco mil réis), incluindo o terreno.

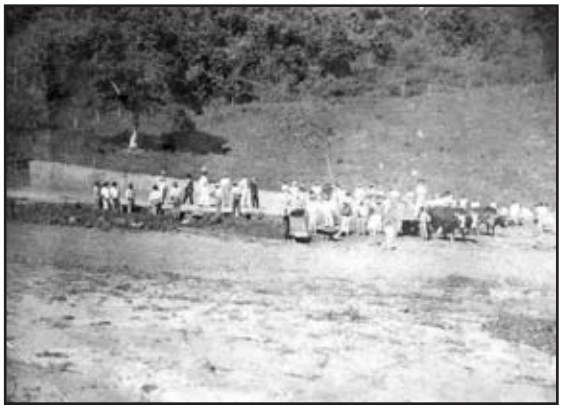


FOTO Nº 191 - Início da Construção do Cemitério São João Batista - 1915.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 192 - Vista Parcial da Cidade de Afonso Cláudio (ES) - Início do Século XIX – O Cemitério São João Batista, ao longe. Inaugurado em 1915.
(Acervo: José Coelho[121])

Na tabela a seguir, é apresentado o cadastro dos cemitérios do município, no período de 1865 a 1942.

[LXXXI]FRONTISPÍCIO, s.m. (b.l. frontispicium). 1- Fachada ou parte anterior de um edifício, frontaria [...]

[121]COELHO, José. “Obra de Propaganda Geral”. Vitória (ES). Data Provável: entre 1920 a 1922. 180p.

CADASTRO DOS CEMITÉRIOS DE AFONSO CLÁUDIO – 1865 A 1942

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	LOCAL	DATA DA INAU-GURAÇÃO	ÁREA OCUPADA (m²)	OBSERVAÇÕES
1	São João Batista	Sede	04/09/1915	10.000	-
2	São Vicente	Bom Destino do Firme	15/05/1934	6.400	-
3	São Benedito	Faz. Boa Vista	03/04/1923	500	Propriedade de Elpídio Gomes
4	São Francisco	São Francisco	/11/1904	2.000	Antiga Faz. Vargem Grande
5	São Miguel	Três Pontões	24/02/1914	399	Colônia de Wandelino Klippel
6	São Sebastião	Sede	-	992	Fechado em 1915 – Morro da Matriz
7	São Pedro	Rio do Peixe	15/07/1928	1,080	Vida Suburbana
8	Boa Vista	Rio do Peixe	02/08/1938	280	Colônia de Boa Vista
9	Vista Alegre	Rio do Peixe	24/08/1941	150	Vista Alegre de N.S. da Saúde
10	Santa Terezinha	Rio do Peixe	1918	625	Serra do Boi – Colônia
11	Santo Antonio do Ribeirão do Costa	Boa Sorte	1892	1.200	Ribeirão do Costa
12	N. S. da Penha	Boa Sorte	1898	1.050	Vila da Boa Sorte – Zona suburbana
13	Santo Antonio	Boa Sorte	1917	400	Fazenda Guandu
14	São Pedro	Boa Sorte	05/09/1922	1.600	Ribeirão do Costa
15	São Luiz da Boa Sorte	Boa Sorte	1912	891	São Luiz da Boa Sorte – Povoado
16	Protestante	Laranja da Terra	06/1917	277	São João – Reconstruído em 1927 e fechado em 1937
17	São José	Laranja da Terra	1865	440	Ribeirão Laranjinha da Terra
18	São Luiz de Miranda	Laranja da Terra	1925	130	Povoado de São Luiz de Miranda
19	São Bento	Laranja da Terra	1920	3.000	Beira Rio Guandu – Córrego das Flores
20	São João Batista	Laranja da Terra	10/02/1926	1.050	Vila de São João – Zona suburbana
21	São Pedro	Laranja da Terra	1923	100	Sant'Ana de Laranja da Terra
22	Santa Luzia	Laranja da Terra	30/08/1918	615	Timbúva – Igreja Luterana
23	São Manoel	Laranja da Terra	14/08/1911	450	Prop. de Cristiano Saiber
24	São.....	Laranja da Terra	20/09/1934	108	-
25	São Sebastião	Laranja da Terra	1862	373	Colônia de Germano Prochner
26	São Francisco	Laranja da Terra	06/1925	165	-

27	Lagoa	Serra Pelada	1862	373	Colônia de Valentin Perozine
28	Adventistas do 7º Dia de Lagoa	Serra Pelada	19/05/1922	625	Lagoa
29	Santa Cruz	Serra Pelada	06/01/1910	696	Colônia de Carlos Seick
30	Santa Maria	Serra Pelada	20/11/1920	400	Colônia de Germano Harchbartz
31	São Geraldo	Serra Pelada	1900	396	Vila de Lagoa – Zona urbana
32	Santo Antonio	Serra Pelada	1928	121	Alto Santa Joana – Zona rural – Capela Luterana
33	São Geraldo	Serra Pelada	1933	169	Alto Lagoa – Zona rural
34	São Bom Jesus	Bom Jesus	-	1911	Vila de Bom Jesus – Zona suburbana
35	Santo Antônio	Bom Jesus	1908	400	Ribeirão Crisciúma
36	Santa Fé	Bom Jesus	1921	256	-
37	Coração de Jesus	Bom Jesus	12/11/1911	676	Córrego da Manteiga - Adventista do 7º Dia
38	Santo Antônio	Bom Jesus	1913	400	Crisciúma
39	São Paulo	Bom Jesus	1927	400	Crisciúma – Faz. Carlos Fich
40	São José	Bom Jesus	07/1922	256	Sociedade Luterana
41	São José	São Domingos	10/03/1892	300	Faz. Boa Vista
42	São Sebastião	São Domingos	1901	500	Patrimônio dos Gonçalves
43	São Miguel	São Domingos	11/12/1928	484	-
44	São Roque	São Domingos	1928	400	Colônia José Eugênio de Souza
45	Anjo da Guarda	São Domingos	1928	137	-
46	São José	Taquaral	-	221	Próximo a Vila Taquaral
47	São João Batista	Taquaral	1910	304	Volta Grande
48	Espírito Santo	Taquaral	24/05/1924	1.600	Picadão
49	Santa Luzia	Taquaral	02/01/1924	120	-
50	N.S. do Rosário	Taquaral	13/12/1925	1.000	Barra do Taquaral
51	N.S. Aparecida	Taquaral	30/01/1926	400	Cinco Pontões –Povoado
52	Boa Morte	Taquaral	20/08/1919	1.600	Colônia de Júlio Jasck – Luteranos
53	São Carlos	Brejaúba	1925	300	Faz. São Sebastião de Leogildo Severiano de Souza
54	Sagrado Coração de Jesus	Brejaúba	1910	905	Vila de Brejaúba – Zona suburbana
55	São João Batista	Brejaúba	1933	80	-
56	Santa Rita	Brejaúba	14/09/1934	188	-
57	Dos Crentes	Brejaúba	1919	100	-

4.4.7 – Correios e Telégrafos

Com o auxílio do FIBGE[122] , encontramos a data de 1886 como a da instalação da agência postal. Com a intervenção do Barão do Bananal, que possuía, no lugar hoje denominado São Luiz do Miranda, vasta extensão de terras, foi possível sensibilizar o governo para a criação desta agência.

O 1º (primeiro) agente foi o Sr. Sabino Coimbra de Oliveira, então 1º (primeiro) negociante estabelecido na povoação.

No mês de agosto de 1893, era sugerido ao administrador geral dos correios de Vitória mudanças completas no itinerário dos estafetas, objetivando a melhoria da via postal para este centro.

A sugestão era de que a mala de Vitória deveria vir direto para a Vila Afonso Cláudio, contendo dentro dela as malas de Boa Família e Baixo Guandu e que o estafeta de Vitória deveria ser um só, passando pela estrada da companhia "Centro Industrial Nacional".

A estrada oferecia melhor vantagem para as viagens do correio de Vitória, por não impossibilitar o trânsito nem mesmo na estação chuvosa.

Em julho de 1894, o Cel. Ramiro de Barros Conceição encaminhava correspondência aos deputados e senadores federais, manifestando o desejo de ver em realidade a ligação da Villa Afonso Cláudio com o mundo por meio do telégrafo, cuja construção do ramal, a partir da cidade do Porto de Cachoeira, estava autorizado por lei do Estado. No mesmo expediente, pedia a melhoria do serviço do correio de Vitória para a "Villa". Em 1904, o agente era o Sr. José Jorge Haddad.

Em 1915, a agência funcionava ao lado do prédio do atual Correio, onde posteriormente passou a ser a cadeia, depois, uma casa de meretrício, segundo FAFA[XXXVI]. Pela lei nº 17, de 20 de maio de 1930, a Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio ficava autorizada a conceder mensalmente aos Sr. Antenor Cândido da Silva, condutor de malas postais da cidade à Figueira, o correspondente ao acréscimo de 3 viagens por mês. A 2ª (segunda) agente foi a D. Maria Honorato de Sá Fafá.

A nova mudança de endereço foi para onde hoje é a casa do Dr. Antônio Ribeiro, situada na travessia Francisco Salles. O agente nesta ocasião era a D. Lidia Ribeiro, tia do Dr. Antonio.

Pela 3ª (terceira) oportunidade, agora em 1953, ocorria mudança de endereço

---

[122]FIBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros". Rio de Janeiro (RJ). XXII Volume (Biblioteca da UFES – Universidade Federal do Espírito Santo – Reg. Nº 088100). p. 19 a 23.

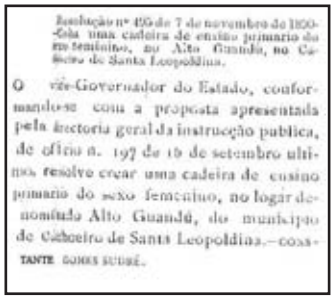
do Correio, situada à Avenida Getúlio Vargas, onde hoje é a residência do Dr. Jorge de Oliveira Rocha. Sr. Antenor Cândido da Costa era o estafeta e o agente, a D. Yesde de Vargas, esposa do Orly do Valle.
O novo agente, depois, foi a D. Juntlandia Salles, cuja sede continuava no novo endereço. A agência de Piracema foi inaugurada no dia 10 de julho de 1960. Em 22 de outubro de 1983 era a vez da Vila Pontões.

FOTO Nº 193 - Atual Prédio da Agência de Correios e Telégrafos - 2008.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

4.4.8 – Educação

Somente após 40 (quarenta) anos de emancipação política e administrativa é que Afonso Cláudio recebeu o seu 1º (primeiro) Grupo Escolar (Ensino Primário), mesmo tendo sido feitas várias tentativas para tal junto ao Governo Estadual, onde a presença do Cel. José Cupertino foi de fundamental importância. Àqueles alunos cujas famílias tivessem renda que pudessem manter seus filhos em outros municípios, tais como: Castelo, Muqui, Vitória, Colatina e até o Rio Janeiro, era a única opção. A exceção ficava por conta das escolas de caráter particular.
A cronologia educacional do município poderá ser visualisada a seguir, onde foram muitos os obstáculos até chegar a criação do ensino secundário.
Pela Resolução nº 495, de 7 de novembro de 1890, era criada uma cadeira de ensino primário de sexo feminino, no Alto Guandu, conforme publicação no Diário Oficial de 8 de novembro de 1890, nº 136, ano I. Não conseguimos identi-

ficar qual foi o regente desta escola, entretanto, GOMES[7] afirma que o primeiro regente de escola do município, foi o Prof. Manoel Muniz.



Resolução nº 495 de 7 de novembro de 1890.
Crêa uma cadeira de ensino primario do sexo feminino, no Alto Guandú, no Cachoeiro de Santa Leopoldina.

O vice-Governador do Estado, conformando-se com a proposta apresentada pela directoria geral da instrucção publica, de officio n. 197 de 16 de setembro ultimo resolve crear uma cadeira de ensino primario do sexo feminino, no logar denominado Alto Guandú, do municipio de Cachoeiro de Santa Leopoldina.—CONSTANTE GOMES SURIÉ.

ILUSTRAÇÃO Nº 103 - Resolução Nº 495 – 7/11/1890.
(Acervo: DIO – Diário Oficial do Estado do Espírito Santo)

PÁDUA[123] afirma que o "ensino oficial, primário, teve início em 1896 e que a primeira professora primária do município foi o D. Elvira de Barros, cuja escola funcionava em sua própria residência. Trazia jovens do interior, e para educar fazia da sua casa, um pensionato".

De posse de um boletim informativo intitulado "Ligeiros Dados Sobre Afonso Cláudio", sem autor e data de elaboração, encontramos a afirmativa de que a 1ª (primeira) escola primária criada em Afonso Cláudio, é datada de 1896, cujo 1º (primeiro) regente, fora o Professor Manoel José Nunes. TRISTÃO[67], afirma que o "1º professor a reger uma Escola Primária", foi o Frei José Manoel Nunes.

O ALTO GUANDU[124] registrou em 1893, que Maria Apolinária Vieira fora removida da Escola de Benevente (Anchieta) para esta Vila, cuja posse ocorrera em 11/09/1893. Portanto, pela data, esta teria sido a 1ª (primeira) professora que se encontrou registros.

"Professora Pública
Foi removida de Benevente para esta Villa a
exma. Sra. D. Maria Appolinaria Vieira para
reger a escola mixta desta villa.
Foi este um acto correctissimo do exm.dr.
Presidente do Estado.
Faltam ainda serem providas as cadeiras de
Boa Família e Figueira, deste Município".

[123]PÁDUA, Newton. "Recordações da Vila de São Sebastião do Alto Guandu". Rio de Janeiro (RJ). 1991. 110p.

[124]O ALTO GUANDU. "Professora Pública". Afonso Cláudio (ES). 13/08/1893. 4p.

Por essa ocasião, a escola possuía 64 (sessenta e quatro) alunos, sendo 33 (trinta e três) do sexo masculino e 31 (trinta e um), do feminino.
O Jornal "O ALTO GUANDU[125]" trouxe a seguinte matéria sobre a professora Maria Appolinária:

"POSSE

No dia 11 do mez andante, na casa do Governo Municipal desta Villa perante o muito digno Fiscal Escholar Ttº Adolpho Gomes, tomou posse do cargo de Professôra publica a Exma. Snra. D. Maria Apollinaria Vieira.

Assistirão ao acto muitos cavalheiros, senhoras e um numero superior à vinte menores de ambos os sexos.

A instrucção é a base do progresso, a base da moral e o que traz respeito a sociedade: Um chefe ou mãe de família, sem certos conhecimentos intellectuaes, não podem incutir na educação doméstica de seus filhos, a moral e o dever social, fasendo-os comprehender que, devemos amar a nosso próximo como nos mesmos, seguindo o máxima "não faças a outrem o que não queres para si. A Exma. Snrª D. Maria Apollinaria Vieira, nos poucos dias que está entre nós tem angariado muita sympathia pelas suas maneiras doceis, assim como também seu digno esposo.

Considerando-nos felizes com a escolha do nosso muito digno Presidente do Estado por tão acertada nomeação!

Confessamos sunimamente gratos pelo melhoramento que nos vem trazer, é bastante conhecido que a maior parte dos habitantes desta Villa e seu circuito não dispõe de recursos necessarios para educar seus filhos em um collegio distante e ao passo que sendo um colegio publico, todos podem utilizar-se dos favores do Governo, pois na Villa e seu districto talvez tenha um numero superior a tresentas crianças de ambos os sexos que precizam frequentar as primeiras lettras. A Exma. Snra. Professora desejamos muitas felicidades".

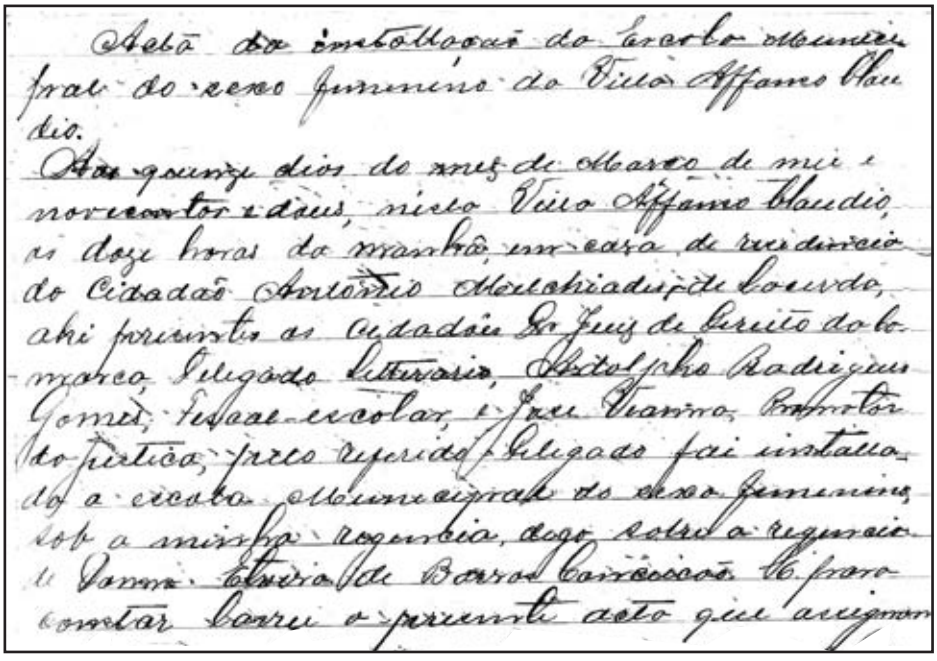
[125]O ALTO GUANDU. "Posse". Afonso Claudio (ES). Jornal de 17 de setembro de 1893, nº 26. 4p.

Em notas esparças publicada no Jornal " O ALTO GUANDU[126]", datado de agosto de 1894 aparece que: "Pelo governo municipal foi creada uma escola municipal nesta Villa, sendo nomeado para regel-a o cidadão Custódio José Vieira". O professor Custódio era Promotor de Justiça. A mesma fonte afirmava que: "Installou-se no dia 1º deste a escola municipal desta villa, sendo o acto honrado com a presença do dr. Juiz de Direito da comarca e achando-se presente 26 alunnos, dos quaes 16 se matricularao na dita escola". O professor Custódio era casado com a professora Maria Apollinária Vieira.

Em outra matéria datada de 1º/04/1894[127], o Sr. "dr. Director da Instrução chama concurrentes para o fornecimento de moveis para a escola desta Villa, assim como das demais escolas".

No dia 22/07/1894, era anunciada a criação de uma Escola para o sexo masculino.

FAFÁ[128] afirma que "a primeira escola particular do povoado" foi criada pela professora Elvira Barros, que "funcionava em sua própria residência, constituindo em pequeno pensionato"[...].


Acta da installação da Escola Municipal do sexo feminino da Villa Affonso Claudio.
Aos quinze dias do mez de Março de mil e novecentos e dous, nesta Villa Affonso Claudio, as doze horas da manhã, em casa de residencia do Cidadão Antonio Melchiades de Lacerda, ahi presentes os cidadãos Dr. Juiz de Direito da Comarca, Delegado Litterario, Adolpho Rodrigues Gomes, Fiscal escolar, e José Vianna, Promotor da Justiça, pelo referido Delegado foi installada a escola Municipal do sexo feminino, sob a minha regencia, digo sobre a regencia de Donna Elvira de Barros Conceição. E para constar lavrei o presente acto que assignam

[126]O ALTO GUANDU. "Criação de Escola Municipal". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 31, de 05/08/1894. 4p.

[127]O ALTO GUANDU. Compra de Material Para Escola". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 13, de 1º/04/1894. 4p.

[128]FAFÁ, Maria Zuleika Haddad. "Afonso Cláudio – Cem Anos de História". Afonso Cláudio (ES). S/ Data. S/nº de p.

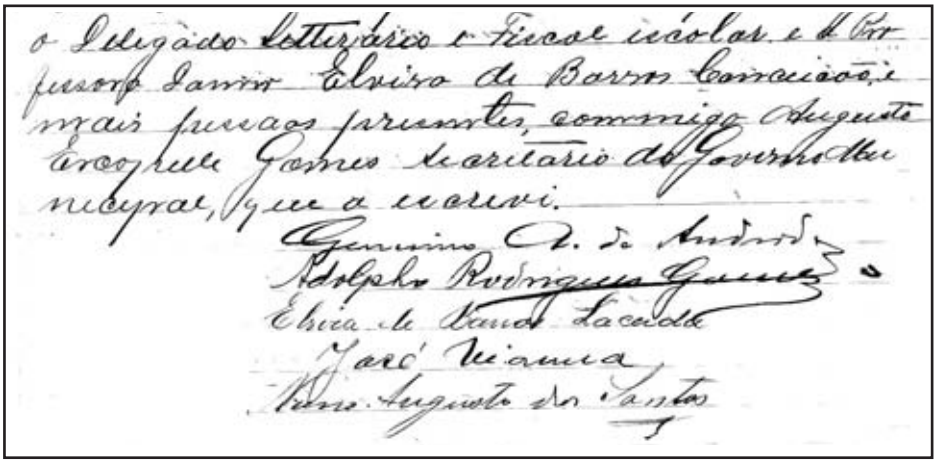
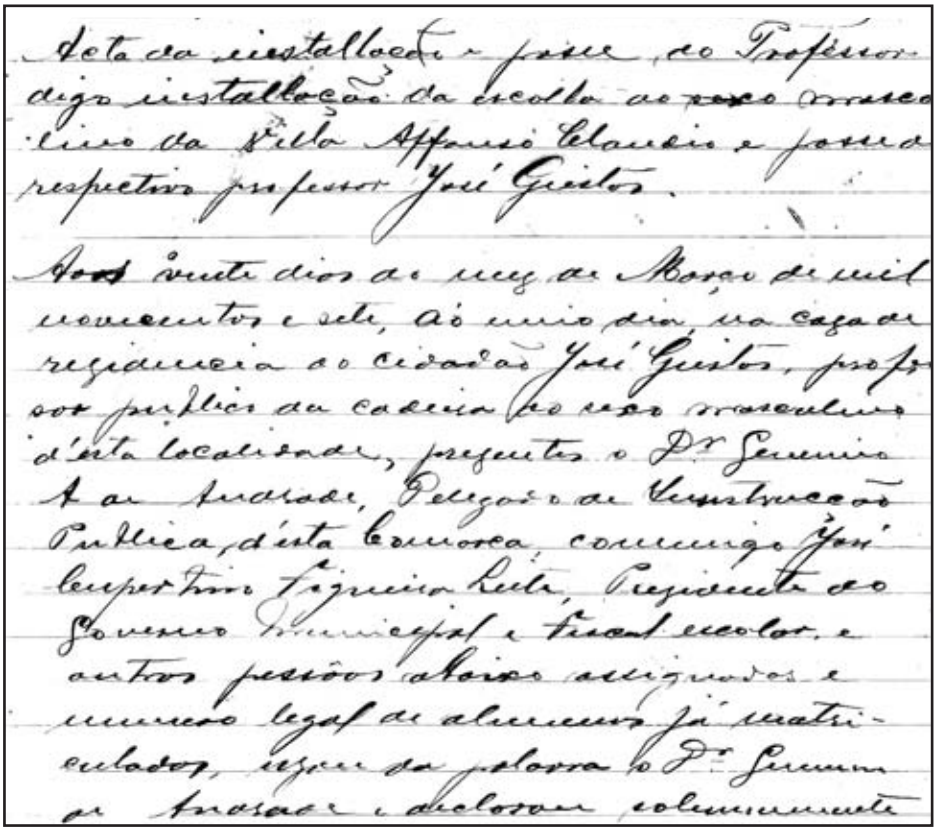


ILUSTRAÇÃO Nº 104 - Instalação da Primeira Escola Municipal do Sexo Feminino da Vila Afonso Cláudio - 1902.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)



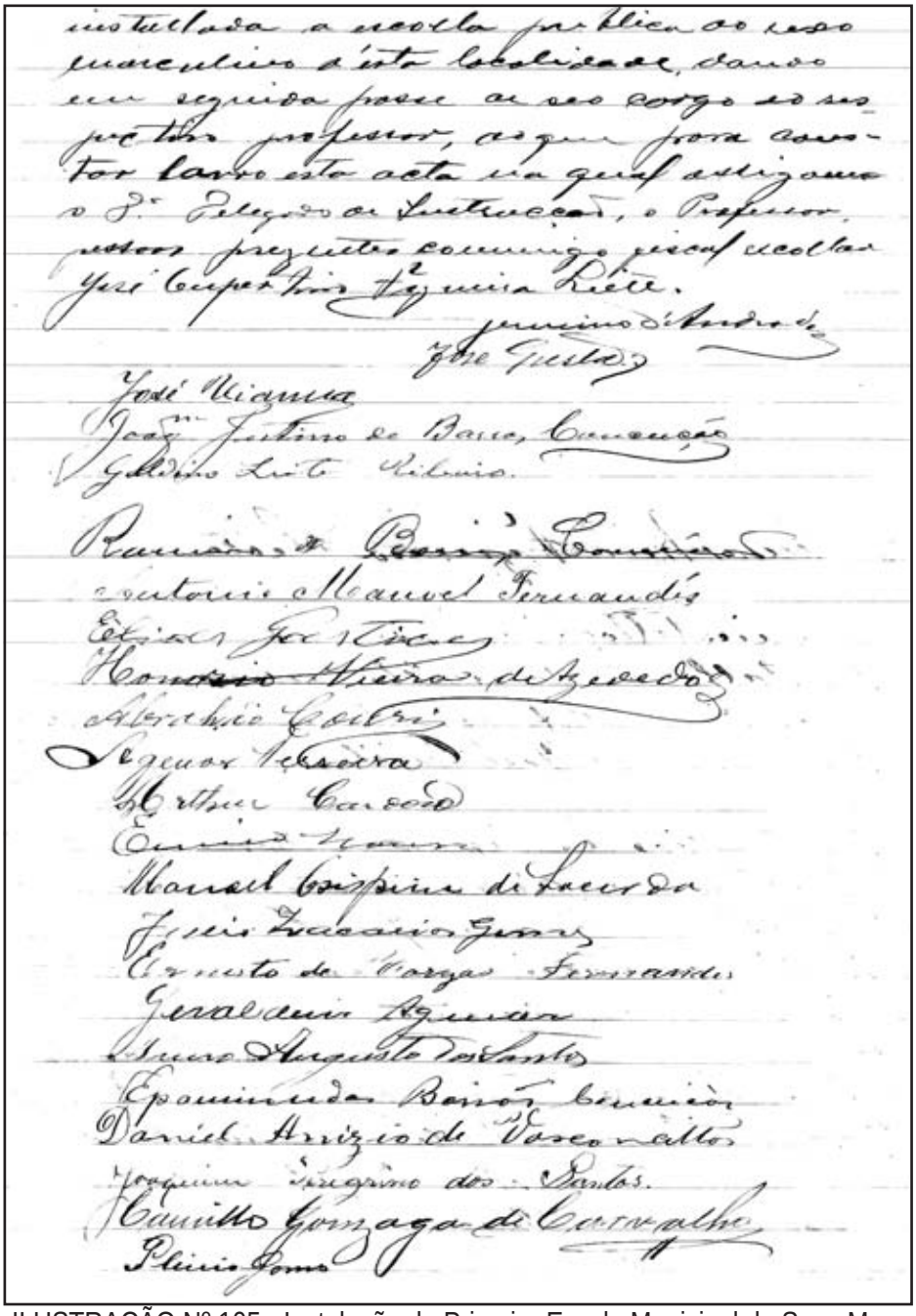


ILUSTRAÇÃO Nº 105 - Instalação da Primeira Escola Municipal do Sexo Masculino da Vila Afonso Cláudio - 1902.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

No mesmo ano, pela Resolução Nº 55 é executada a cobrança da taxa escolar. Novos dados somente foram encontrados depois de 9 (nove) anos do 1º (primeiro) registro (1893).

- ✓ 15/03/1902 – Escola do sexo feminino – Profa. Elvira de Barros Conceição
- ✓ 26/11/1902 – Escola do sexo masculino – Prof. Theodorico Ferreira das Neves.
- ✓ 10/01/1903 – Escola de ensino primário – Prof. Horacio Ernesto Rabello.
- ✓ 05/10/1903 – Escola do sexo feminino – Profa. Alipia Maria dos Reis Fraga.
- ✓ 24/07/1905 – Profa. Maria Abreu da Motta e Silva
- ✓ 12/03/1907 – Escola do sexo masculino – Prof. José Giestas.

Em 1916, encontramos registros sobre a Escola Masculina, no Jornal O AFFONSO CLÁUDIO[129].

> "Escola Publica
> O professor da escola masculina desta Cidade, avisa a todos os paes de familias e mais interessados que do dia 25 a 31 do corrente mez estarão abertas as matriculas, portanto pede as pessoas interessadas que compareçam naquelles dias uteis, das 12 as 14 horas, na casa onde funciona a mesma escola.
> Affonso Claudio, 15 de janeiro de 1916.
> Gumercindo Lacerda"

a) Escola Litteraria Educativa Guanduense

Ainda em 1916, foi criada a Escola Noturna, onde eram ministradas aulas para a mocidade, à noite. O projeto foi idealizado pelo Dr. Abelardo de Oliveira e seus auxiliares, Antonio Salles, João Manoel, Emygdio Xavier e Manoel Fernandes Serpa.

[129]O AFFONSO CLÁUDIO. "Escola Publica". Afonso Claudio (ES). Nº 124, de 16/01/1916. 4p.

b) Collegio 15 de Novembro.

Encontramos, em 1915[130], a publicação da Lei nº 23, de 30/09/1915, em que a Câmara Municipal autorizou a Prefeitura a pagar ao Sr. Jorge Pharon a Subvenção anual de Rs. 300$000 (trezentos mil réis), à sua escola particular, situada no lugar Bom Sucesso, do distrito da cidade.

Há registro na imprensa (O AFFONSO CLÁUDIO[131]), na seção paga, de um aviso aos alunos e ao público sobre o Colégio 15 de Novembro, comunicando aos "srs. alunnos, paes de família e ao publico em geral, que todos os domingos das 12 as 13 horas haverá prelecções de Educação Moral e Civica sendo a freqüência obrigatória para os srs. alunnos, de todos os cursos, e franca ao público".

"Convida, pois, a todos a assistirem as referidas aulas.

George Pharon – Director".

Este era um colégio particular, dirigido ao ensino primário e secundário, com internato para o sexo masculino. Ministrava a educação moral, cívica e militar. Os custos para freqüentar o colégio eram:

a) Internato (por ano) ..... RS. 450$000
b) Externato:
   1 – Curso Primário (por mês) ..... R$. 5$000
   2 – Curso Secundário e especiais:
      1 disciplina ..... R$. 8$000
      2 disciplinas ..... R$. 14$000
      3 disciplinas ..... R$. 18$000
      4 disciplinas ..... R$ 20$000

Iniciou as suas atividades no ano de 1921 e estava sobre a orientação do Jornalista Rozendo Serapião.

[130]O AFFONSO CLÁUDIO. "Lei nº 23- Afonso Claudio (ES). Nº 119, de 19/12/1915. 4p.
[131]O AFFONSO CLÁUDIO. "Collegio 15 de Novembro". Afonso Claudio (ES). Nº 22, de 20 de setembro de 1921. 4p.

c) Grupo Escolar “Jose Cupertino”.

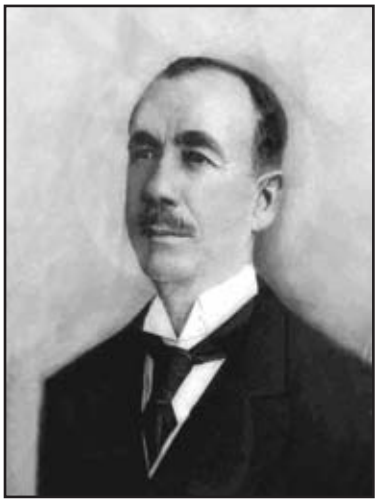


FOTO Nº 194 - José Cupertino Figueira Leite - Sem Data.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

Utilizando-se do relatório da Escola de Ensino Fundamental “José Cupertino, de 1999[132], encontramos que “na década de 20, o deputado estadual pelo município de Afonso Claudio, José Cupertino Figueira Leite influente na história do Espírito Santo, conseguiu incluir no orçamento do Estado, a construção de um grupo escolar. Pôs em prática seu intento por intermédio do cidadão José Jorge Haddad responsável pelas obras estaduais na cidade naquela época”.

Prossegue, ainda a mesma fonte: “As paredes já se levantavam quando o Estado passou por uma forte crise financeira e por força das circunstâncias, a obra foi interrompida, permanecendo o prédio inacabado por um longo período”.

“Em 1924, faleceu José Cupertino sem ter podido interferir para que isso acontecesse”.

Somente na gestão do Interventor do Estado, João Punaro Bley (1930/1943), e do Prefeito Municipal, Sr. Adherbal Galvão, é que a construção foi concluída. O período de construção foi de 1924 a 1930, pelo Sr. Plínio Gomes.

Em 1932, por iniciativa do Inspector Escolar Alfredo Lemos (hoje nome de escola em Itaguaçu), e com apoio de grande parte da sociedade afonsoclaudense, foi no dia 15 de junho daquele ano, fundado o Círculo de Pais e Professores. O objetivo básico deste movimento não foi outro senão de avivar a atividade de cada um [...].

[132]ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “JOSÉ CUPERTINO”. “Histórico da Escola de 1º Grau “José Cupertino”. Afonso Cláudio (ES). 1999. 9p.

Ficara agendado previamente a data de 4 de setembro, às 14 horas, nas dependências do Grupo Escolar, para lavratura da ata definitiva da fundação, bem como para tratar de tudo que fosse de interêsse da sociedade.
Naquela ocasião, foi escolhida a 1ª Diretoria do Círculo de Pais e Professores:

- ✓ Presidente: Dr. Álvaro Castello
- ✓ Vice-Presidente: João Soares de Azevedo
- ✓ 1ª Secretária: Prof. Maria Ramalhete Corrêa
- ✓ 2ª Secretária: Prof. Augusta Gomes
- ✓ Tesoureiro: Constantino José de Sá
- ✓ Procurador: Augusto Lirio de Lemos
- ✓ Comissões permanentes :

  1ª Comissão – Antonio Manoel Fernandes e senhoras Izalda Barros Lemos e Maria Luiza Lamas, 2ª Comissão – João Manoel Fernandes, e senhoras Maria de Vargas Federici e Ana de Sousa Vale, 3ª Comissão – Evaristo Argeu Gomes e senhoras Arnobia Galvão e Enedina Lessa da Silva, 4ª Comissão – Manoel Fernandes Serpa e senhoras Jovita de Matos Ferreira e Dimpina de Vargas Coutinho, 5ª Comissão – João Duarte Manso e senhoras Jovita Lopes Vieira (minha avó paterna) e Anizia Leite Vieira, 6ª Comissão – Clotario Passos e senhoras Izaura de Barros Haddad e Maria Adalgisa Leite.

Ainda durante o mês de junho, do ano de 1932 a escola, sem grandes dificuldades criava também a Caixa Escolar "Elvira Barros", com a finalidade de ajudar as crianças mais carentes, principalmente na aquisição de uniformes. A contribuição era de Rs. 1$000 (hum mil réis). Com a finalidade de prestação de contas dos recursos amealhados, em 27 de setembro de 1933, o Sr. Diretor Gumercindo Lacerda, fez publicar a relação das crianças que foram contempladas com os uniformes;
Em 1936, segundo o CORREIO DO CENTRO[133], foi organizado o serviço dentário, com assistência dentária e noções de higiene bucal. Os serviços foram implantados pelo Governo do Estado e o odontólogo era o Dr. Antonio Teixeira.
Face a necessidade de ampliação da escola, iniciou-se a construção do novo prédio, que foi inaugurado em 11 de agosto de 1954, no Bairro Tarcíso, com o mesmo nome. O prédio antigo ficou a disposição da Prefeitura, por alguns anos, até que em 1961, foi reativado para funcionar naquele local a Escola de Aplica-

[133]CORREIO DO CENTRO. "Grupo Escolar José Cupertino". Afonso Cláudio (ES). Edição nº 162, de 30 de novembro de 1936. 4p.

ção “Augusta Lamas”.
Ao longo de sua existência, passou por diversas fases:

- ✓ Em 28/02/1974, com a denominação de Escola de Primeiro Grau (EPG) “José Cupertino”;
- ✓ Em 1998, sofreu a 1ª (primeira) grande reforma física, para funcionar ali também o Instituto Superior de Educação;
- ✓ Em 1999, foi municipalizada.

Galeria dos Diretores: 1931 a 2009.

- ✓ Jacinta Maria de Oliveira (04/09/1931 a 02/07/1932)
- ✓ Gumercindo Lacerda (04/07/1932 a 25/11/1935)
- ✓ Eduardo S. Roque (03/02/1936 a 28/11/1936)
- ✓ Augusta Lamas D’Avila (11/02/1937 a 23/02/1937)
- ✓ João B. M. Amaral (24/02/1937 a 19/11/1938)
- ✓ Ademar Mathias (01/02/1939 a 28/11/1940)
- ✓ Orly Dessaune e Durval Araujo (03/02/1941 a 29/06/1942)
- ✓ Edith Miranda Amaral (30/06/1946 a 20/05/1944)
- ✓ Marfisa Gianordoli Giestas (22/05/1951 a 28/08/1951)

No Prédio Novo

- ✓ Elsa Fernandes Gastim (28/08/1951 a 26/12/1955) e (25/09/1959 a 19/08/1960)
- ✓ Ute Amélia Gastin Pádua (24/02/1955 a 06/01/1956)
- ✓ Vitória Pádua Federici (03/01/1956 a 28/12/1957)
- ✓ Zuleika Cobe Ferrari (07/05/1958 a 20/02/1959)
- ✓ Zilka Fernandes (02/08/1961 a 25/02/1964)
- ✓ Zumira Barbosa Ferreira (26/02/1964 a 16/04/1964)
- ✓ Maria José Fernandes Mineiro(17/04/1964 a 14/06/1965)
- ✓ Diana Gomes (15/06/1965 a 05/06/1966) - Substituta
- ✓ Clarisminda Cypriano do Nascimento (06/06/1966 a 05/11/1966)
- ✓ Lúcia Helena Deorce da Silva (02/09/1968 a 15/07/1969)
- ✓ Nilza Gomes Petronetto (16/07/1969 a 09/04/1970)
- ✓ Marildes Dumer Meira (25/04/1970 a 05/11/1970)

- ✓ Rosalina Zélia Gomes Petronetto (10/04/1970 a 24/07/1970) e (16/07/1973 a 09/11/1973) - Substituta
- ✓ Berenice de Vargas Comarella (06/11/1970 a 14/03/1972)
- ✓ Elizete Maria Bissoli (06/03/1972 a 08/06/1972)
- ✓ Valéria Paviotti Ambrozim (09/06/1972 a 28/12/1972 e (01/02/1973 a 28/12/1973) e (14/11/1974 a 12/09/1975)
- ✓ Sirleny da Penha Freitas Anunciação (16/03/1976 a 31/12/1976)
- ✓ Maria Inácia Gomes de Oliveira (15/02/1977 a 13/09/1990)
- ✓ Marilza de Fátima Zanelato Freislebem (02/01/1990 a 02/07/1992) e (04/10/1992 a 31/12/1992) e (01/06/1998 a 2008) – Eleição Direta.
- ✓ Edina Dias da Rocha (02/07/1992 a 03/10/1992) - Substituta
- ✓ Maria Aparecida Machado Pagotto (01/01/1992 a 01/12/1993) – Eleição Direta
- ✓ Lucymar Gonçalves de Freitas (01/02/1994 a 21/02/1994)
- ✓ Valéria Paviotti Ambrozim (01/01/1994 a 31/12/1995)
- ✓ Maria da Glória Silva Lamas (01/01/1996 a 29/04/1998)
- ✓ Fernanda Ahnert Kuster (05/02/2002 a 10/03/2003)
- ✓ Vanda Berger Petronetto (11/03/2003 a 2009)

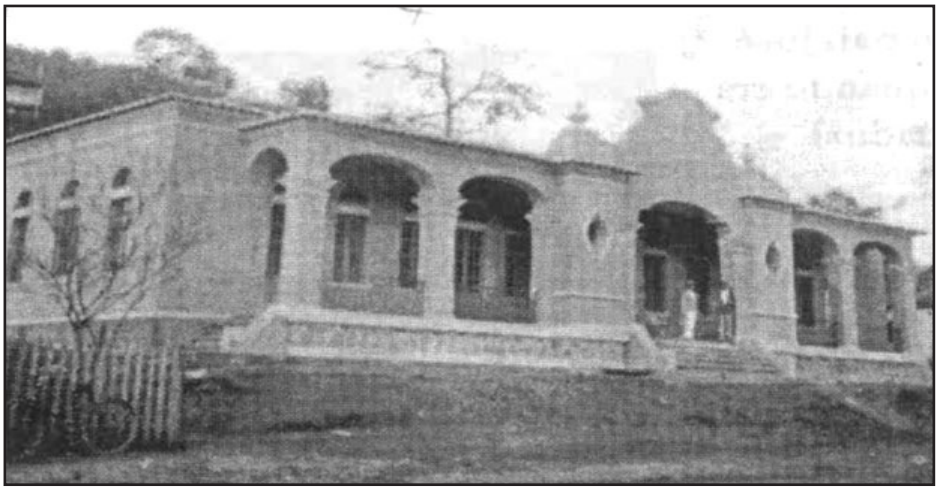


FOTO Nº 195 - Grupo Escolar “José Cupertino” - 1931.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual)

FOTO Nº 196 - Turma da Profª. Zilka Fernandes – 1945.
(Acervo: Escola Municipal de Ensino Fundamental “José Cupertino”)

FOTO Nº 197 - Turma da Profª. Stella Haddad de Souza – 1945.
(Acervo: Escola Municipal de Ensino Fundamental “José Cupertino”)

FOTO Nº 198 - Escola Municipal de Ensino Fundamental “José Cupertino” – Década de 50.
(Acervo: Biblioteca Pública Estadual)

Galeria dos Diretores: 1931 a 2009.

Jacinta Maria de Oliveira
(04/09/1931 a 02/07/1932)

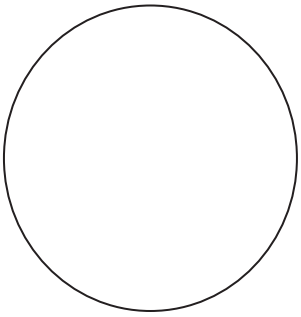
Gumercindo Lacerda
(04/07/1932 a 25/11/1935)

Eduardo S. Roque
(03/02/1936 a 28/11/1936)

Augusta Lamas D'Avila
(11/02/1937 a 23/02/1937)

João B. M. Amaral
(24/02/1937 a 19/11/1938)

Ademar Mathias
(01/02/1939 a 28/11/1940)



Orly Dessaune
(03/02/1941 a 29/06/1942)

Durval Araujo
(03/02/1941 a 29/06/1942

Edith Miranda Amaral
(30/06/1943 a 20/05/1944)

Marfisa Gianordoli Giestas
(22/05/1951 a 28/08/1951)

Elsa Fernandes Gastim
(28/08/1951 a 26/12/1955)
(25/09/1959 a 19/08/1960)

Ute Amélia Gastin Pádua
(24/02/1955 a 06/01/1956)

Vitória Pádua Federici
(03/01/1956 a 28/12/1957)

Zuleika Cobe Ferrari
(07/05/1958 a 20/02/1959)

Zilka Fernandes
(02/08/1961 a 25/02/1964)

Zumira Barbosa Ferreira
(26/02/1964 a 16/04/1964)

Maria José Fernandes Mineiro
(17/04/1964 a 14/06/1965)

Diana Gomes
(15/06/1965 a 05/06/1966)
(Substituta)

Clarisminda C. do Nascimento - “Minta”
(06/06/1966 a 05/11/1966)

Lúcia Helena Deorce da Silva
(02/09/1968 a 15/07/1969)

Nilza Gomes Petronetto
(16/07/1969 a 09/04/1970)

Marildes Dumer Meira
(25/04/1970 a 05/11/1970)

Rosalina Zélia Gomes Petronetto
(10/04/1970 a 24/07/1970)
(16/07/1973 a 09/11/1973)
(Substituta)

Berenice de Vargas Comarella
(06/11/1970 a 14/03/1972)

Elizete Maria Bissoli
(06/03/1972 a 08/06/1972)

Valéria Paviotti Ambrozim
(09/06/1972 a 28/12/1972)
(01/02/1973 a 28/12/1973)
(14/11/1974 a 12/09/1975)
(01/01/1994 a 31/12/1995)

Sirleny da Penha Freitas Anunciação
(16/03/1976 a 31/12/1976)

Maria Inácia Gomes de Oliveira
(15/02/1977 a 13/09/1990)

Marilza de Fátima Zanelato Freislebem
(02/01/1990 a 02/07/1992) e
(04/10/1992 a 31/12/1992)
(01/06/1998 a 2002)

Edina Dias da Rocha
(02/07/1992 a 03/10/1992)
(Substituta)

Maria Aparecida Machado Pagotto
(01/01/1992 a 01/12/1993)

Lucymar Gonçalves de Freitas
(01/02/1994 a 21/02/1994)

Maria da Glória Silva Lamas
(01/01/1996 a 29/04/1998)

Fernanda Ahnert Kuster
(05/02/2002 a 10/03/2003)

Vanda Berger Petronetto
(11/03/2003 a 2009)

FOTO Nº 199 - Galeria dos Diretores: 1931 a 2009.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

d) Aula de Música

Encontramos, na edição nº 93, de 04 de março de 1933, no Jornal "Correio do Centro", um aviso sobre aulas de música.

> "Zeno Matlos"
> "Professor de Musica.
> Leciona Qualquer Instrumento
> Três Lições por Semana a
> 20$000 por Mez.
> Tratar no Hotel Guanduense
> Afonso Claudio – E. Santo".

e) Externato José de Alencar

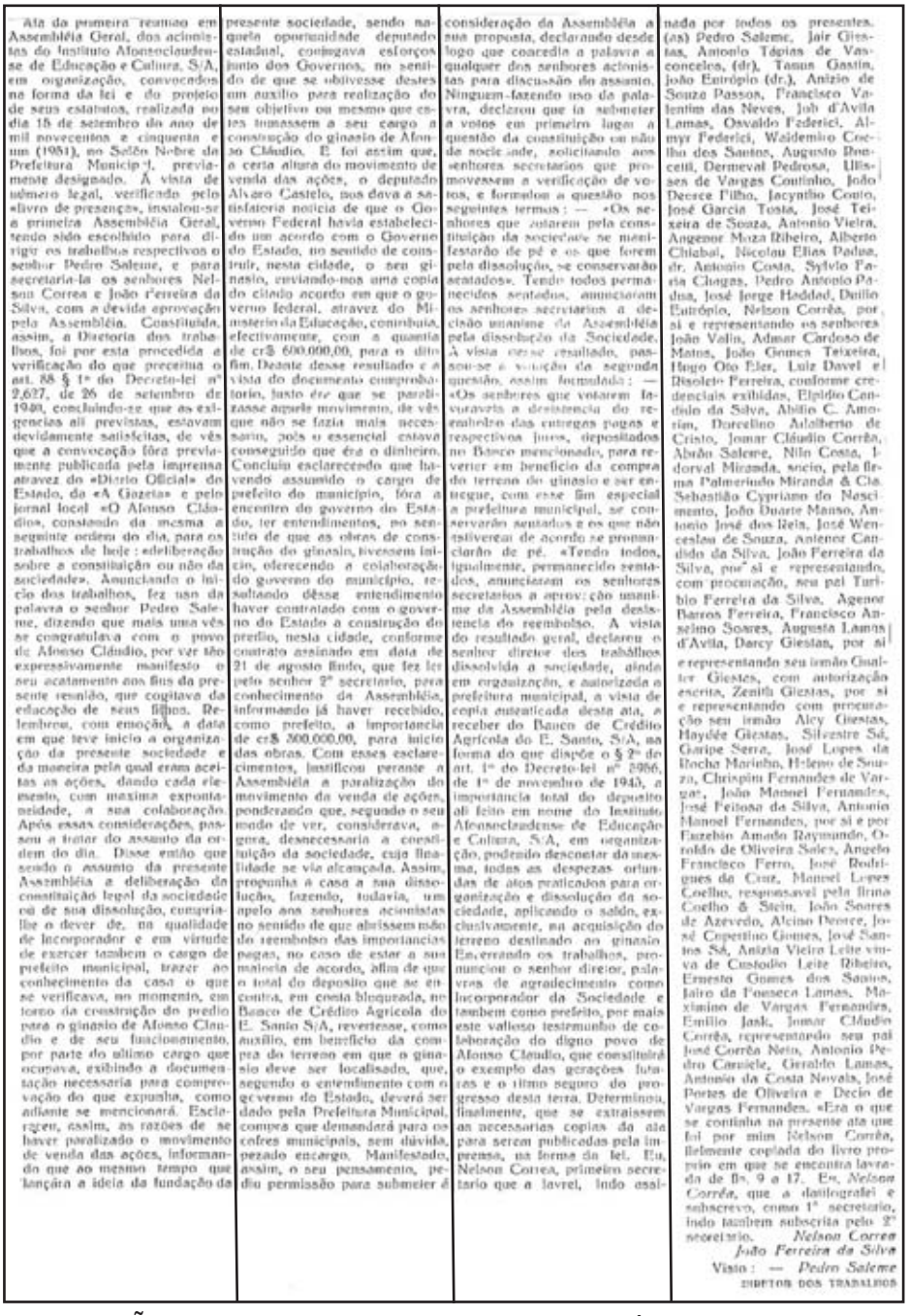
Em 1934, aparece na imprensa afonsoclaudense o anúncio do fechamento do Externato José de Alencar, coordenado pelo Prof. Aluísio Epitácio. A razão do fechamento foi pelo fato de possuir poucos alunos e de não ter conseguido apoio oficial.

f) Instituto Graça Aranha

Foi mais um curso particular noturno, criado no dia 15 de novembro de 1936, e que funcionou provisoriamente numa das salas do Grupo Escolar "José Cupertino". Chegou a contar no início de sua criação com 33 (trinta e três) alunos de ambos os sexos.
Os seus fundadores foram: Prof. Edmundo Roque, Dr. Wady Nagem e Dr. Mário Pimentel.

g) Instituto Afonsoclaudense de Educação e Cultura S/A

Constituído para angariar recursos financeiros junto à sociedade, com o objetivo de se construir um prédio para o funcionamento do ginásio municipal. A Assembléia Geral de constituição foi realizada no dia 15 de setembro de 1951 e extinta no mesmo ano, tendo em vista o acordo celebrado entre a municipalidade e o Governo Estadual, para tal finalidade.



Ata da primeira reunião em Assembléia Geral, dos acionistas do Instituto Afonsoclaudense de Educação e Cultura, S/A, em organização, convocados na forma da lei e do projeto de seus estatutos, realizada no dia 15 de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e um (1951), no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, previamente designado. À vista de número legal, verificado pelo «livro de presença», instalou-se a primeira Assembléia Geral, tendo sido escolhido para dirigir os trabalhos respectivos o senhor Pedro Salome, e para secretaria-la os senhores Nelson Correa e João Ferreira da Silva, com a devida aprovação pela Assembléia. Constituida, assim, a Diretoria dos trabalhos, foi por esta procedida a verificação do que preceitua o art. 88 § 1º do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, concluindo-se que as exigencias ali previstas, estavam devidamente satisfeitas, de vês que a convocação fôra previamente publicada pela imprensa atravez do «Diario Oficial» do Estado, da «A Gazeta» e pelo jornal local «O Afonso Cláudio», constando da mesma a seguinte ordem do dia, para os trabalhos de hoje: «deliberação sobre a constituição ou não da sociedade». Anunciando o início dos trabalhos, fez uso da palavra o senhor Pedro Salome, dizendo que mais uma vês se congratulava com o povo de Afonso Cláudio, por ver tão expressivamente manifesto o seu acatamento aos fins da presente reunião, que cogitava da educação de seus filhos. Relembrou, com emoção, a data em que teve inicio a organização da presente sociedade e da maneira pela qual eram aceitas as ações, dando cada elemento, com maxima espontaneidade, a sua colaboração. Após essas considerações, passou a tratar do assunto da ordem do dia. Disse então que sendo o assunto da presente Assembléia a deliberação da constituição legal da sociedade ou de sua dissolução, competia-lhe o dever de, na qualidade de incorporador e em virtude de exercer tambem o cargo de prefeito municipal, trazer ao conhecimento da casa o que se verificava, no momento, em torno da construção do predio para o ginasio de Afonso Cláudio e de seu funcionamento, por parte do ultimo cargo que ocupava, exibindo a documentação necessaria para comprovação do que expunha, como adiante se mencionará. Esclareceu, assim, as razões de se haver paralizado o movimento de venda das ações, informando que ao mesmo tempo que lançára a ideia da fundação da presente sociedade, sendo naquela oportunidade deputado estadual, conjugava esforços junto dos Governos, no sentido de que se obtivesse destes um auxilio para realização do seu objetivo ou mesmo que estes tomassem a seu cargo a construção do ginasio de Afonso Cláudio. E foi assim que, a certa altura do movimento de venda das ações, o deputado Alvaro Castelo, nos dava a satisfatoria noticia de que o Governo Federal havia estabelecido um acordo com o Governo do Estado, no sentido de construir, nesta cidade, o seu ginasio, enviando-nos uma copia do citado acordo em que o governo federal, atravez do Ministerio da Educação, concorreria, efectivamente, com a quantia de cr$ 600.000,00, para o dito fim. Deante desse resultado e a vista do documento comprobatorio, justo êra que se paralizasse aquele movimento, de vês que não se fazia mais necessario, pois o essencial estava conseguido que êra o dinheiro. Concluiu esclarecendo que havendo assumido o cargo de prefeito do municipio, fôra a encontro do governo do Estado, ter entendimentos, no sentido de que as obras de construção do ginasio, tivessem inicio, oferecendo a colaboração do governo do municipio, resaltando dêsse entendimento haver contratado com o governo do Estado a construção do predio, nesta cidade, conforme contrato assinado em data de 21 de agosto findo, que fez ler pelo senhor 2º secretario, para conhecimento da Assembléia, informando já haver recebido, como prefeito, a importancia de cr$ 300.000,00, para inicio das obras. Com esses esclarecimentos, justificou perante a Assembléia a paralização do movimento da venda de ações, ponderando que, segundo o seu modo de ver, considerava, agora, desnecessaria a constituição da sociedade, cuja finalidade se via alcançada. Assim, propunha a casa a sua dissolução, fazendo, todavia, um apelo aos senhores acionistas no sentido de que abrissem mão do reembolso das importancias pagas, no caso de estar a sua maioria de acordo, afim de que o total do deposito que se encontra, em conta bloqueada, no Banco de Crédito Agricola do E. Santo S/A, revertesse, como auxilio, em beneficio da compra do terreno em que o ginasio deve ser localisado, que, segundo o entendimento com o governo do Estado, deverá ser dado pela Prefeitura Municipal, compra que demandará para os cofres municipais, sem dúvida, pesado encargo. Manifestado, assim, o seu pensamento, pedeu permissão para submeter á consideração da Assembléia a sua proposta, declarando desde logo que concedia a palavra a qualquer dos senhores acionistas para discussão do assunto. Ninguem fazendo uso da palavra, declarou que ia submeter a votos em primeiro lugar a questão da constituição ou não da sociedade, solicitando aos senhores secretarios que promovessem a verificação de votos, e formulou a questão nos seguintes termos: — «Os senhores que votarem pela constituição da sociedade se manifestarão de pé e os que forem pela dissolução, se conservarão sentados». Tendo todos permanecidos sentados, anunciaram os senhores secretarios a decisão unanime da Assembléia pela dissolução da Sociedade. À vista desse resultado, passou-se á votação da segunda questão, assim formulada: — «Os senhores que votarem favoravelmente a desistencia do reembolso das entregas pagas e respectivos juros, depositados no Banco mencionado, para reverter em beneficio da compra do terreno do ginasio e ser entregue, com esse fim especial a prefeitura municipal, se conservarão sentados e os que não estiverem de acordo se pronunciarão de pé». «Tendo todos, igualmente, permanecido sentados, anunciaram os senhores secretarios a aprovação unanime da Assembléia pela desistencia do reembolso. A vista do resultado geral, declarou o senhor diretor dos trabalhos dissolvida a sociedade, ainda em organização, e autorizada a prefeitura municipal, a vista de copia autenticada desta ata, a receber do Banco de Crédito Agricola do E. Santo, S/A, na forma do que dispõe o § 2º do art. 1º do Decreto-lei nº 2066, de 1º de novembro de 1945, a importancia total do deposito ali feito em nome do Instituto Afonsoclaudense de Educação e Cultura, S/A, em organização, podendo descontar da mesma, todas as despezas ocorridas de atos praticados para organização e dissolução da sociedade, aplicando o saldo, exclusivamente, na acquisição do terreno destinado ao ginasio. Encerrando os trabalhos, pronunciou o senhor diretor, palavras de agradecimento como incorporador da Sociedade e tambem como prefeito, por mais este valioso testemunho de colaboração do digno povo de Afonso Cláudio, que constituirá o exemplo das gerações futuras e o ultimo seguro do progresso desta terra. Determinou, finalmente, que se extraissem as necessarias copias da ata para serem publicadas pela imprensa, na forma da lei. Eu, Nelson Correa, primeiro secretario que a lavrei, lido assinado por todos os presentes. (as) Pedro Salome, Jair Giestas, Antonio Tápias de Vasconcelos, (dr), Tasus Gastin, João Estrópio (dr.), Anizio de Souza Passos, Francisco Valentim das Neves, Job d'Avila Lamas, Osvaldo Federici, Almyr Federici, Waldemiro Crecilho dos Santos, Augusto Brocetti, Dermeval Pedrosa, Ulisses de Vargas Coutinho, João Decree Filho, Jacynthe Couto, José Garcia Tosta, José Teixeira de Souza, Antonio Vieira, Angenor Moza Ribeiro, Alberto Chiabai, Nicolau Elias Padua, dr. Antonio Costa, Sylvio Faria Chagas, Pedro Antonio Padua, José Jorge Haddad, Duilio Estrópio, Nelson Corrêa, por si e representando os senhores João Valin, Admar Cardoso de Matos, João Gomes Teixeira, Hugo Otto Eler, Luiz Davel e Disoleto Ferreira, conforme credenciais exibidas, Elpidio Candido da Silva, Abilio C. Amorim, Durcelino Adalberto de Cristo, Jomar Cláudio Corrêa, Abrão Saleme, Nilo Costa, Idorval Miranda, socio, pela firma Palmeriudo Miranda & Cia. Sebastião Cyprriano do Nascimento, João Duarte Manso, Antonio José dos Reis, José Wenceslau de Souza, Antenor Candido da Silva, João Ferreira da Silva, por si e representando, com procuração, seu pai Turibio Ferreira da Silva, Agenor Barros Ferreira, Francisco Anselmo Soares, Augusta Lamas d'Avila, Darcy Giestas, por si e representando seu irmão Cualter Giestes, com autorização escrita, Zenith Giestas, por si e representando com procuração seu irmão Alcy Giestas, Haydée Giestas, Silvestre Sá, Garipe Serra, José Lopes da Rocha Marinho, Heleno de Souza, Chrispim Fernandes de Vargas, João Manoel Fernandes, José Feitosa da Silva, Antonio Manoel Fernandes, por si e por Euzebio Amado Raymundo, Osvaldo de Oliveira Soles, Angelo Francisco Ferro, José Rodrigues da Cruz, Manoel Lopes Coelho, responsavel pela firma Coelho & Stein, João Soares de Azevedo, Alcino Decree, José Copestino Gomes, José Santos Sá, Anizia Vieira Leite viuva de Custodio Leite Ribeiro, Ernesto Gomes dos Santos, Jairo da Fonseca Lamas, Maximino de Vargas Fernandes, Emilio Jank, Jomar Cláudio Corrêa, representando seu pai José Corrêa Neto, Antonio Pedro Carvicle, Geraldo Lamas, Antonio da Costa Novais, José Pontes de Oliveira e Decio de Vargas Fernandes. «Era o que se continha na presente ata que foi por mim Nelson Corrêa, fielmente copiada do livro proprio em que se encontra lavrada de fls. 9 a 17. Eu, *Nelson Corrêa*, que a datilografei e subscrevo, como 1º secretario, tendo tambem subscrita pelo 2º secretario. *Nelson Correa*

João Ferreira da Silva

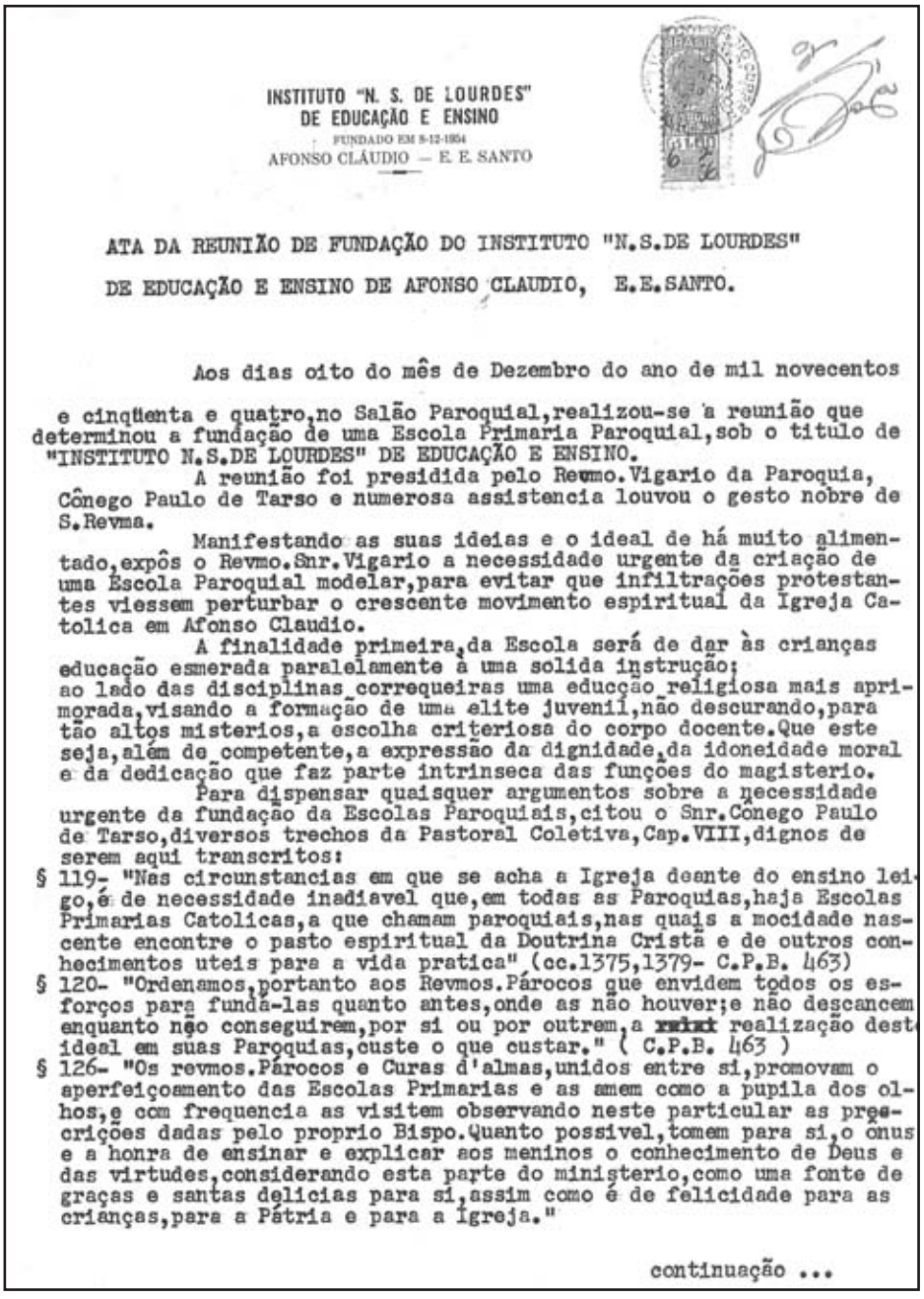
Visto: — *Pedro Salome*

DIRETOR DOS TRABALHOS

ILUSTRAÇÃO Nº 106 - Ata da 1ª Reunião da Asssembléia Geral dos Acionistas do Instituto Afonsoclaudense de Educação e Cultura S/A – 15/09/1951.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio.)

h) Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Educação e Ensino.

Vinculado à Igreja Católica, foi criado em 08 de dezembro de 1954, quando o pároco do município era o Padre Paulo de Tasso Rautenstrauch, conforme ata ilustrativa.



INSTITUTO "N. S. DE LOURDES"
DE EDUCAÇÃO E ENSINO
FUNDADO EM 8-12-1954
AFONSO CLÁUDIO — E. E. SANTO

ATA DA REUNIÃO DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO "N.S.DE LOURDES"
DE EDUCAÇÃO E ENSINO DE AFONSO CLAUDIO, E.E.SANTO.

Aos dias oito do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e cinqüenta e quatro,no Salão Paroquial,realizou-se a reunião que determinou a fundação de uma Escola Primaria Paroquial,sob o titulo de "INSTITUTO N.S.DE LOURDES" DE EDUCAÇÃO E ENSINO.

A reunião foi presidida pelo Revmo.Vigario da Paroquia, Cônego Paulo de Tarso e numerosa assistencia louvou o gesto nobre de S.Revma.

Manifestando as suas ideias e o ideal de há muito alimentado,expôs o Revmo.Snr.Vigario a necessidade urgente da criação de uma Escola Paroquial modelar,para evitar que infiltrações protestantes viessem perturbar o crescente movimento espiritual da Igreja Catolica em Afonso Claudio.

A finalidade primeira,da Escola será de dar às crianças educação esmerada paralelamente à uma solida instrução; ao lado das disciplinas correqueiras uma educção religiosa mais aprimorada,visando a formação de uma elite juvenil,não descurando,para tão altos misterios,a escolha criteriosa do corpo docente.Que este seja,além de competente,a expressão da dignidade,da idoneidade moral e da dedicação que faz parte intrinseca das funções do magisterio.

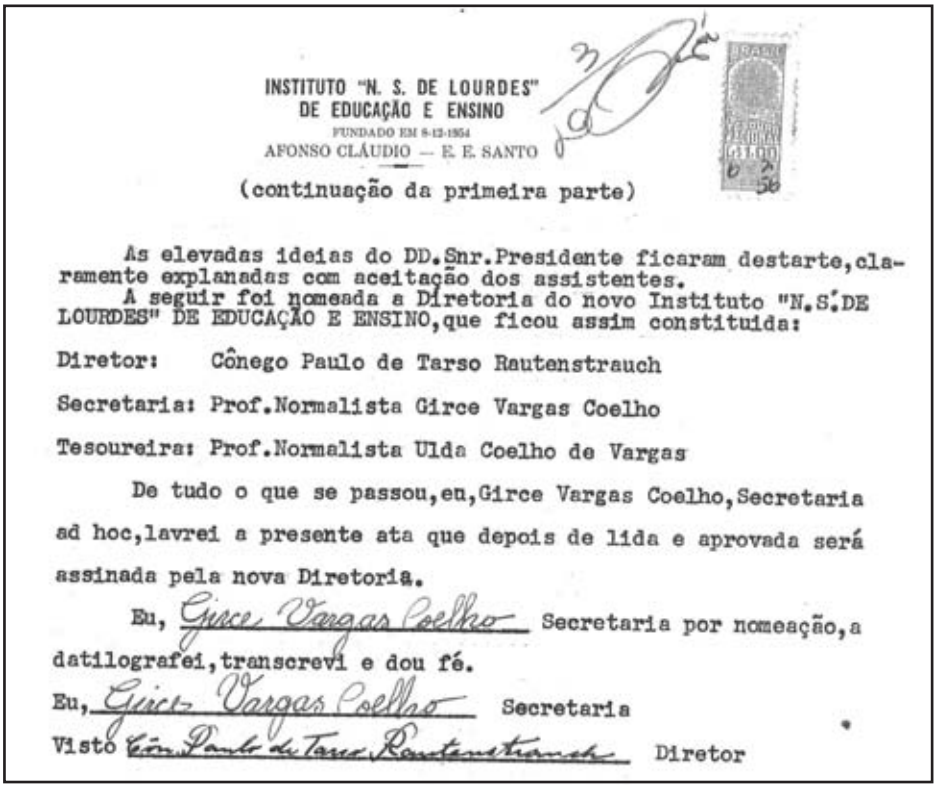
Para dispensar quaisquer argumentos sobre a necessidade urgente da fundação da Escolas Paroquiais,citou o Snr.Cônego Paulo de Tarso,diversos trechos da Pastoral Coletiva,Cap.VIII,dignos de serem aqui transcritos:

§ 119- "Nas circunstancias em que se acha a Igreja doente do ensino leigo,é de necessidade inadiavel que,em todas as Paroquias,haja Escolas Primarias Catolicas,a que chamam paroquiais,nas quais a mocidade nascente encontre o pasto espiritual da Doutrina Cristã e de outros conhecimentos uteis para a vida pratica" (cc.1375,1379- C.P.B. 463)

§ 120- "Ordenamos,portanto aos Revmos.Párocos que envidem todos os esforços para funda-las quanto antes,onde as não houver;e não descancem enquanto não conseguirem,por si ou por outrem,a realização dest ideal em suas Paroquias,custe o que custar." (C.P.B. 463)

§ 126- "Os revmos.Párocos e Curas d'almas,unidos entre si,promovam o aperfeiçoamento das Escolas Primarias e as amem como a pupila dos olhos,e com frequencia as visitem observando neste particular as prescrições dadas pelo proprio Bispo.Quanto possivel,tomem para si,o onus e a honra de ensinar e explicar aos meninos o conhecimento de Deus e das virtudes,considerando esta parte do ministerio,como uma fonte de graças e santas delicias para si,assim como é de felicidade para as crianças,para a Pátria e para a Igreja."

continuação ...



INSTITUTO "N. S. DE LOURDES"
DE EDUCAÇÃO E ENSINO
FUNDADO EM 8-12-1954
AFONSO CLÁUDIO — E. E. SANTO

(continuação da primeira parte)

As elevadas ideias do DD. Snr. Presidente ficaram destarte, claramente explanadas com aceitação dos assistentes.
A seguir foi nomeada a Diretoria do novo Instituto "N.S. DE LOURDES" DE EDUCAÇÃO E ENSINO, que ficou assim constituida:

Diretor: Cônego Paulo de Tarso Rautenstrauch

Secretaria: Prof.Normalista Girce Vargas Coelho

Tesoureira: Prof.Normalista Ulda Coelho de Vargas

De tudo o que se passou, eu, Girce Vargas Coelho, Secretaria ad hoc, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela nova Diretoria.

Eu, Girce Vargas Coelho Secretaria por nomeação, a datilografei, transcrevi e dou fé.

Eu, Girce Vargas Coelho Secretaria

Visto Cônego Paulo de Tarso Rautenstrauch Diretor

ILUSTRAÇÃO Nº 107 - Ata da Reunião de Fundação do Instituto "N.S. de Lourdes" de Educação e Ensino Afonso Cláudio – 8/12/1954. Registrada no livro B 3, fls. 203 e V, sob nº 508.
(Acervo: Cartório de Tabelionato e Registro Geral – José Corrêa Neto).

Iniciou as suas atividades "em local adaptado no salão paroquial, recém construído" (FAFÁ[3]). Posteriormente, construiu-se novas salas de aulas, ao lado da paróquia, com "dependências para biblioteca, clube de leitura, salão de festas, canto e música, teatro".

Ministrava-se aulas do pré até a 5ª série do Ensino Fundamental. Em 1960, chegou a criar o "Curso Supletivo, num segundo turno, para crianças marginalizadas e carentes".

Foi uma organização modelar, destinada a dar às crianças, desde o Jardim da Infância ao Curso de Admissão, uma educação aprimorada, baseada nos sadios princípios do Cristianismo e nas mais recentes conquistas pedagógicas.

Funcionou até o mês de março de 1973, quando fechou as portas por motivos financeiros. Serviu à sociedade afonsoclaudense por 19 (dezenove) anos consecutivos.

FOTO Nº 200 - Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Educação e Ensino - Sem Data.
(Acervo: Ilka Fernandes)

i) Ginásio Municipal de Afonso Cláudio (Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Afonso Cláudio”).

FOTO Nº 201 - Afonso Cláudio - 1928.
(Acervo: Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo)

O Afonso Cláudio de julho de 1951 trazia um artigo endereçado aos munícipes, “que, segundo informação fidedigna, o nosso Ginásio será uma realidade, cuja construção terá início dentro de breve tempo, nesta cidade, concretizando assim

velha e justa aspiração do povo laborioso e ordeiro dêste município que bem merece o seu Educandário". Quem realizava esforços para este fim era o representante Federal, Dr. Álvaro Castello, junto ao Governo Federal, com o apoio do então prefeito Municipal, Pedro Saleme.

Em 14 de junho do mesmo ano, a Câmara Municipal, pela Resolução Nº 22, autorizava o município a contratar, com o Governo do Estado, a construção do Ginásio, conforme pactuado no acordo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o referido Estado do Espírito Santo, na data de 20 de dezembro de 1949.

No dia 20 de agosto, foi assinado o contrato entre o Governo do Estado, no ato representado pelo Governador Jones dos Santos Neves, e a Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Pedro Saleme, para no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias executar as obras de construção do ginásio.

No mês de setembro, a municipalidade já havia recebido a importância de Cr$ 300.00,00 (trezentos mil cruzeiros) do valor global do Estado de Cr$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros).

A sociedade afonsoclaudense havia constituído um Instituto de Educação e Cultura no dia 15 de setembro de 1951, para angariar recursos financeiros com a finalidade de construir o prédio para o ginásio, na forma de subscrição de ações. Face ao acordo celebrado com o Governo Estadual, convocou-se os acionistas para deliberar sobre a paralização do movimento da venda de ações, dissolução da sociedade e desistência do reembolso das entregas pagas e respectivos juros, depositados em conta específica no Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S.A., que serviria para a Prefeitura adquirir o terreno necessário à construção do imóvel.

Buscando parceria com a atual direção da Escola, foi elaborado um pequeno histórico das origens da criação do ginásio municipal que, segundo informações existentes, "a Prefeitura da cidade de Afonso Cláudio adquirira um terreno legítimo situado a margem esquerda do rio Guandu, pertencente ao Sr. José Cláudio de Almeida. De acordo com o Jornal "O Afonso Cláudio", de 1º de setembro de 1951, a área foi desapropriada e considerada de utilidade pública pelo Poder Executivo Municipal, confrontando-se com terrenos do Patrimônio Municipal. Parte dessa área seria destinada a construção do Ginásio. "O Afonso Cláudio" de setembro de 1951 trouxe a notícia da terraplanagem do terreno que era bastante acidentado".

Em 1954, o prédio destinado ao ginásio já se achava construído. Passaria às mãos dos Reverendos Irmãos Maristas, conforme o acordo planejado, tão logo construído, o que não aconteceu, ficando o prédio acéfalo por algum tempo.

FOTO Nº 202 - Estágio da Construção - 1954.
Acervo: (Biblioteca Pública Estadual)

FOTO Nº 203 - Construção Final - 1959.
Acervo: (Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Afonso Cláudio”)

No ano de 1955, Dr. Luiz Cláudio Correa, recém-formado em advocacia, tendo se transferido como solicitador para Afonso Cláudio, promoveu, em dezembro daquele ano, um movimento para criação de um ginásio, que deveria funcionar no prédio construído pelo INEP (Ministério da Educação e Cultura) por solicitação do então Deputado Federal por Afonso Cláudio Dr. Álvaro Castello. Esse prédio, construído desde 1954, permaneceu até 1955 sem utilização. Dr. José Luiz reuniu um grupo de pessoas, envolvendo políticos locais, comunidade e

Governo do Estado, e aglutinou forças para tornar realidade o sonho de ter um colégio para atender toda juventude do município. Graças ao seu entusiasmo, começou em 1956 a funcionar com os professores que aceitaram lecionar sem remuneração, a título de colaboração, realizando então o 1º exame de admissão e contando com a grande contribuição do Dr. Mozart de Barros Haddad, único credenciado pelo MEC, que era advogado, professor de português e latim, que, estando em férias do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, emprestou seu nome como diretor, para possibilitar a legalização perante o Ministério da Educação. Os professores que se dispuseram a lecionar sem remuneração foram os seguintes: Dr. José Luiz Cláudio Correa, Yara Vello Correa, Marfisa Gianordoli Giestas, Ithamar Gianordoli Giestas, Joel de Vargas Coelho, Carlos Corteleti, Nelise Amigo Rodrigues, Maria Helena de Barros Nascimento e José Saleme, como secretário e Gervásio Araujo e Jairo Martins como contínuos. Em novembro de 1956, o Governo do Estado, pelo seu Governador Dr. Francisco Lacerda de Aguiar, assinou o decreto criando o Ginásio e nomeando todos os professores e funcionários, oficializando, portanto, o estabelecimento, que passou a denominar-se Ginásio Estadual "Afonso Cláudio". Em 1959, aconteceu a formatura da 1ª turma ginasial que funcionou em turno noturno, por ser freqüentada por adultos. Em 1960, Dr. José Luiz conseguiu junto ao Governo a criação de uma Escola Normal para funcionar anexa ao ginásio, passando o estabelecimento a denominar-se Ginásio Estadual e Escola Normal "Afonso Claudio".

FOTO Nº 204 - Primeira Turma de Formandos - 1959.
(Acervo: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Afonso Cláudio")

CONCLUDENTES DO ANO DE 1956 (PRIMEIRA TURMA)
GINÁSIO ESTADUAL "AFONSO CLÁUDIO"

PATRONO

Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa

HOMENAGEADOS

1ª Fila: (Da esquerda para a direita no quadro)

Diretor: Dr. José Luiz C. Corrêa

Paraninfo: Governador Carlos Lindenberg

Secretário de Educação: Dr. Bolívar M. P. de Abreu Silva

Prefeito: Pedro Saleme

Professor: Dr. Oswald H. Aguirre

Professor: Carlos Corteletti

2ª Fila:

Professor: Dr. Joel Y. Coelho

Professor: Dr. Waldyr G. Cheirichetti

Professor: Drª. Itamar G. Giestas

Professor: Yara Vello Corrêa

3ª Fila :

Professor: Maria J. Dias

Professor: Maria Helena de B. Nascimento

Professor: Nelise A. Rodrigues

Professor: Marfisa G. Giestas

4ª Fila:

Professor: Dr. Sebastião T. Soares

Professor: Jarbas C. Netto

Professor: José Saleme

CONCLUDENTES

Oradora: Maria Áurea Serra

Adelina Aschauer

Ami Guimarães

Ana Maria Vargas

Antônio Gomes Filho

2ª Fila:

Delmir Lessa Fernandes

Duarte L. Manto de Sá

Elza de M. Ferreira

Enedina da Silva Vargas

Enildes L. Fernandes

3ª Fila:

Eunice Santos

Eurandina C. Novaes

Ivanilde R. de Souza

Jairo F. Lamas

Joana Barboza

José Humberto Deorce

4ª Fila:

José W. de Souza

Jurandi D. Gomes

Lastir Pires

Luiz F. da Silva

Luzia de M. Ferreira

Maria T. de Almeida

5ª Fila:

Maria da Glória V. da Silva

Maria Z. Haddad Fafá

Marildes Dumer

Olímpio P. Saiter

Sarah Fafá

De 1959 até 2009, estes foram os Diretores do Ginásio:

- ✓ Mozart de Barros Haddad – 1956
- ✓ José Luiz Cláudio Corrêa – 1957 a 1962
- ✓ Sebastião Tavares Soares – 1962 a 1964
- ✓ Valdomiro Altoé – 1964 a 1967
- ✓ José Saleme – 1967 a 1969
- ✓ Ronald de Souza – 1969 a 1970
- ✓ José Saleme – 1970 e 1971
- ✓ Maria Zuleika Haddad Fafá – 1972 a 1977
- ✓ Dalza Afonso Barbosa – 1977 e 1978
- ✓ Maria Gomes Valim Santos – 1978 a 1983
- ✓ Maria da Penha Fraislebem Rocha – 1983 a 1986
- ✓ Arildo Lanes Lopes – 1986 a 1989
- ✓ Elizete Maria Bissoli Sather – 1989 a 1991
- ✓ José Bras Radaelli – 1991 a 1992
- ✓ Paulo Schultz – 1992 a 1994
- ✓ Diana Gomes Weirieli – 1994 e 1995
- ✓ Cléia Novais Dorneles – 1995
- ✓ José Bras Radaelli – 1996 a 1998
- ✓ Tarcizio Fraislebem – 1998 a 2009

Mozart de Barros Haddad – 1956

José Luiz Cláudio Corrêa – 1957 a 1962

Sebastião Tavares Soares – 1962 a 1964

Valdomiro Altoé – 1964 a 1967

José Saleme – 1967 a 1969
1970 e 1971

Ronald de Souza – 1969 e 1970

Maria Zuleika Haddad Fafá
1972 a 1977

Dalza Afonso Barbosa – 1977 e 1978

Maria Gomes Valim Santos
1978 a 1983

Maria da Penha Fraislebem
Rocha – 1983 a 1986

Arildo Lanes Lopes – 1986 a 1989

Elizete Maria Bissoli Sather
1989 a 1991

José Bras Radaelli – 1991 a 1992
1996 a 1998

Paulo Schultz – 1992 a 1994

Diana Gomes Weirieli – 1994 e 1995

Cléia Novais Dorneles – 1995

Tarcizio Fraislebem – 1998 a 2009

FOTO Nº 205 - Galeria dos Diretores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Afonso Cláudio” – 1956 a 2009.
(Acervo: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Afonso Cláudio”)

No dia 21 de abril de 1960 era criado, no Ginásio Estadual e Escola Normal “Afonso Cláudio”, o Grêmio Litero Esportivo “Ramiro de Barros”, cuja 1ª (primeira) Diretoria foi eleita, após a apresentação de 02 (duas) chapas, sendo uma encabeçada pela aluna Jurandi Deorce Gomes, denominada “União”, e a outra por José Wescelau de Souza, denominada de “Progresso”. A chapa vencedora foi a da União, cujos membros foram:

- ✓ Presidente: Jurandi Deorce Gomes
- ✓ Vice Presidente: José Deorce Batista
- ✓ 1º Secretário: José Lessa Fernandes
- ✓ 2º Secretário: Maria da Glória Vieira da Silva – “Glorinha”
- ✓ 1º Tesoureiro: Sebastião Vieira da Silva
- ✓ 2º Tesoureiro: Genésio Zorzal

A Diretoria foi empossada, no dia 08 de maio, em solenidade realizada no Club Trianon.

j) Escola de Aplicação “Augusta Lamas D’Ávila” – (Escola Municipal de Ensino Fundamental “Augusta Lamas D’Ávila”)

FOTO Nº 206 - Profª Augusta Lamas D’Ávila – Sem Data.
(Acervo: Francisco de Paulo Neto - “Chiquinho Capitão”)

Iniciou suas atividades como anexo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Afonso Cláudio”, e foi com “grande esforço e dedicação do Profº José Aquino de Oliveira” que a escola passou a funcionar no antigo espaço do Grupo Escolar “José Cupertino”, que se encontrava desativado, sendo usado pela Prefeitura Municipal, e também, como Cartório Eleitoral.
A data foi 1961 e o nome foi em homenagem à “influente e dedicada educadora Augusta Lamas D’Ávila”.
Galeria dos Professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Augusta Lamas D’Avila”:

- ✓ José Aguino de Oliveira (13/03/1961 a 20/12/1961)
- ✓ Nelise Amigo Rodrigues (24/02/1962 a 15/12/1962)
- ✓ Stella Haddad de Souza (19/02/1963 a 25/11/1963)
- ✓ Jussara Thereza Vieira Teixeira (26/11/1963 a 25/07/1964)
- ✓ Eurandina da Costa Novaes (03/08/1964 a 23/11/1964)
- ✓ Jussara Thereza Vieira Teixeira (25/11/1964 a 04/03/1967)
- ✓ Stella Haddad de Souza (08/03/1967 a 14/04/1967)
- ✓ Maria Helena Gastin Deps (10/05/1967 a 18/12/1968)
- ✓ Maria Valentina Saleme de Sá (01/04/1969 a 22/05/1969)
- ✓ Vera Maria Soares Gomes (29/05/1969 a 20/12/1969)

- ✓ Nadir Maria da Costa (04/03/1970 a 21/03/1970)
- ✓ Jacinéia de Jesus Mattos Mota (23/03/1970 a 21/07/1972)
- ✓ Luzia de Matos Ferreira (31/07/1972 a 19/12/1972)
- ✓ Zuleica Barros Pagotto (08/03/973 a 04/03/1974)
- ✓ Elza Gomes da Silva (06/03/1975 a 08/03/1976)
- ✓ Esmelinda Boecker Hollunder (05/03/1979 a 29/06/1979)
- ✓ Elza Gomes da Silva (02/07/1979 a 07/07/1979)
- ✓ Esmelinda Boecker Hollunder (18/07/1979 a16/08/1979)
- ✓ Elza Silva Zorzal (15/07/1981 a 10/02/1984)
- ✓ Maria Sirlene da Vitória (13/02/1984 a 31/12/1984)
- ✓ Maria Helena Gastin Deps (21/02/1985 a 19/5/1987)
- ✓ Esmelinda Boecker Hollunder(20/05/1987 a 21/08/1987)
- ✓ Maria da Rocha Stein (24/08/1987 a 28/12/1989)
- ✓ Eliana Borlot da Rocha (07/05/1990 a 31/12/1992)
- ✓ Jurildes Soares Simão (01/02/1993 a 03/08/1994 ou 12/05/1994)
- ✓ Lúcia Helena Saiter Hortelan (12/08/1994 a 12/05/2004)
- ✓ Edilamar Corrêa Caliman (13/05/2004 a 23/07/2005)
- ✓ Cláudia Lopes de Vargas (01/08/2005 a 2009)

José Aguino de Oliveira
(13/03/1961 a 20/12/1961)

Nelise Amigo Rodrigues
(24/02/1962 a 15/12/1962)

Stella Haddad de Souza
(19/02/1963 a 25/11/1963)
(08/03/1967 a 14/04/1967)

Jussara Thereza Vieira Teixeira
(26/11/1963 a 25/07/1964)
(25/11/1964 a 04/03/1967)

Eurandina da Costa Novaes
(03/08/1964 a 23/11/1964)

Maria Helena Gastin Deps
(10/05/1967 a 18/12/1968)
(21/02/1985 a 19/5/1987)

Maria Valentina Saleme de Sá
(01/04/1969 a 22/05/1969)

Vera Maria Soares Gomes
(29/05/1969 a 20/12/1969)

Nadir Maria da Costa
(04/03/1970 a 21/03/1970)

Jacinéia de Jesus Mattos Mota
(23/03/1970 a 21/07/1972)

Luzia de Matos Ferreira
(31/07/1972 a 19/12/1972)

Zuleica Barros Pagotto
(08/03/973 a 04/03/1974)

Elza Gomes da Silva
(06/03/1975 a 08/03/1976)
(02/07/1979 a 07/07/1979)

Esmelinda Boecker Hollunder
(05/03/1979 a 29/06/1979)
(18/07/1979 a16/08/1979)
(20/05/1987 a 21/08/1987)

Elza Silva Zorzal
(15/07/1981 a 10/02/1984)

Maria Sirlene da Vitória
(13/02/1984 a 31/12/1984)

Marina da Rocha Stein
(24/08/1987 a 28/12/1989)

Eliana Borlot da Rocha
(07/05/1990 a 31/12/1992)

Jurildes Soares Simão
(01/02/1993 a 03/08/1994)

Lúcia Helena Saiter Hortelã
(12/08/1994 a 12/05/2004)

Edilamar Corrêa Caliman
(13/05/2004 a 23/07/2005)

Cláudia Lopes de Vargas
(01/08/2005 a 2009)

FOTO Nº 207 - Galeria De Diretores Da Escola Augusta Lamas D'Avila - 1961 / 2009.
(Acervo: Própria Escola e Superintendência Regional de Educação de Afonso Clúadio)

FOTO Nº 208 - Escola Municipal “Augusta Lamas D’Ávila – Reformada – Sem Data.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

k) Centro Municipal de Educação Infantil “Jair Giestas”.

FOTO Nº 209 - Jair Giestas - Sem Data.
Acervo: (Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

Foi criado pelo Decreto Estadual nº 2552, de 31 de julho de 1967. Inicialmente, funcionou em uma casa cedida por Dr. João Eutrópio, no centro da cidade.
Posteriormente, construiu-se o prédio próprio situado na Ladeira Ute Amélia Gastim Pádua, nº 113, no bairro São Tarcísio.
Sua inauguração ocorreu em 1971, tendo recebidoe o nome de Jardim da Infância "Jair Giestas".
Os diretores da escola ao longo destes 40 (quarenta) anos, foram:

- ✓ Maria das Graças Dias Amim
- ✓ Maria das Graças Becali Demoner
- ✓ Neuzir Fonseca
- ✓ Maria Salazar Garcia Simões
- ✓ Elcy Maria Hackbart de Carvalho
- ✓ Derli Oliveira Silva
- ✓ Eurandina Novaes e Silva – 16/07/1976 a 09/09/1994
- ✓ Dulcelena Deorce Benedito
- ✓ Maria do Rosário Vieira Petronetto
- ✓ Mônica Pagotto Pádua
- ✓ Maria Garcia Piovezan
- ✓ Wanja Verônica Dias Fernandes (atual) 14/09/1999 a 2009.

A diretora que mais tempo permaneceu na função foi a Professora Eurandina Novaes e Silva, por 18 (dezoito) anos.

FOTO Nº 210 - Atual CEMEI "Jair Giestas" - 2009.
(Acervo: Zilka Fernandes)

Maria das Graças Dias Amim

Maria das Graças Becali Demoner

Neuzir Fonseca

Maria Salazar Garcia Simões

Elcy Maria Hackbart de Carvalho

Derli Oliveira Silva

Eurandina Novaes e Silva
16/07/1976 a 09/09/1994

Dulcelena Deorce Benedito

Maria do Rosário Vieira Petronetto

Mônica Pagotto Pádua

Maria Garcia Piovezan

Wanja Verônica Dias Fernandes
14/09/1999 a 2009

FOTO Nº 211 - Galeria de Diretores Do CMEI "José Giestas" - 1971 / 2009.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

l) APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Afonso Cláudio.

Foi fundada em 30 de setembro de 1978, cujo local da reunião de fundação foi no Centro Social Jomar Cláudio Corrêa. É uma entidade filantrópica criada com o objetivo de prestar "atendimento á pessoa com deficiência, bem como assistir e acompanhar os familiares, através de orientações e trabalhos definidos".
A escola recebeu o nome de "Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Miguel Gomes", atendendo aproximadamente 130 (cento e trinta) alunos. "Paralelo ao atendimento escolar, a APAE oferece atendimento clínico especializado a mais de 80 (oitenta) crianças".
A primeira diretoria foi composta dos seguintes cidadãos:

- ✓ Presidente: Elias Costa
- ✓ Vice Presidente: Jair da Luz
- ✓ 1º Tesoureiro: Duarte Lourenço Manso de Sá
- ✓ 2º Tesoureiro: Cinésia Serpa Fernandes
- ✓ 1º Secretário: Joaquim Gomes Mineiro
- ✓ 2º Secretário: Maria Alves de Lima Araújo

Por alguns anos, ficou desativada, tendo voltado a funcionar a partir de 24 de outubro de 1987, pois o Presidente eleito quando da sua fundação havia se afastado por motivo de mudança e o Sr. Duarte Lourenço Manso de Sá, vinha respondendo interinamente desde 1982. Foram estes os seus presidentes:

- ✓ Elias Costa (1978 a 1982)
- ✓ Duarte Lourenço Manso de Sá (interino de 1982 a 1987)
- ✓ Lucimar Freislebem (1990 a 1993)
- ✓ Therezinha Vidal Zambom (1993 a 1995)
- ✓ Therezinha Vidal Zambom (1995 a 1998)
- ✓ José Pedro Coimbra de Oliveira (1998 a 2000)
- ✓ Paulo Cezar Lacerda Fafá (2000 a 2002)
- ✓ Paulo Cezar Lacerda Fafá (2002 a 2004)
- ✓ Waltair Alves Guimarães (2004 a 2009)

O estatuto da entidade foi registrado no Cartório do 1º Ofício, no dia 12 de janeiro de 1979, no livro A-1, fls. 68 a 70, sob nº 13, cuja ata de aprovação está ilustrada a seguir:

Ata da Sessão de Fundação da APAE em Afonso Claudio.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e oito, às 11,00 horas, no salão do Centro Social Municipal "Jornal Claudio Corrêa", nesta cidade de Afonso Claudio, Estado do Espírito Santo, onde se encontravam presentes o Sr. Leni Alves de Lima, Prefeito Municipal e vários membros desta comunidade, comigo, secretário designado para este ato, assumindo a direção da reunião, o Sr. Leni, considerou aberta a mesma, dizendo inicialmente que em virtude do atrazo do início desta sessão, resolveu iniciá-la sem a presença de seus convidados de Colatina, dado o adiantado da hora. Falou em princípio da finalidade da reunião, que era a fundação em nosso município da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em seguida passou a palavra a professora Olga Pesgala, para que ela falasse o que é a APAE. Com a palavra, a professora com muita propriedade e demonstrando grande conhecimento no assunto, discorreu para os presentes o que é uma APAE, seus objetivos e sua existência, dizendo que, principalmente, uma APAE só poderá existir se houver muito amor. Após o término de sua fala a professora Olga colocou-se a disposição dos presentes para responder a perguntas. Foram então feitas algumas perguntas sobre o assunto e respondidas pela professora. Quando a professora encerrou sua participação, foi anunciada a chegada do comitiva de Colatina. A seguir o Sr. Leni, apresentou o Sr. Hercílio Machado Leias, Presidente da APAE de Colatina, a quem passou a palavra. Com a palavra o Sr. Hercílio, em princípio justificou o atrazo, dizendo que erraram a estrada. A seguir apre

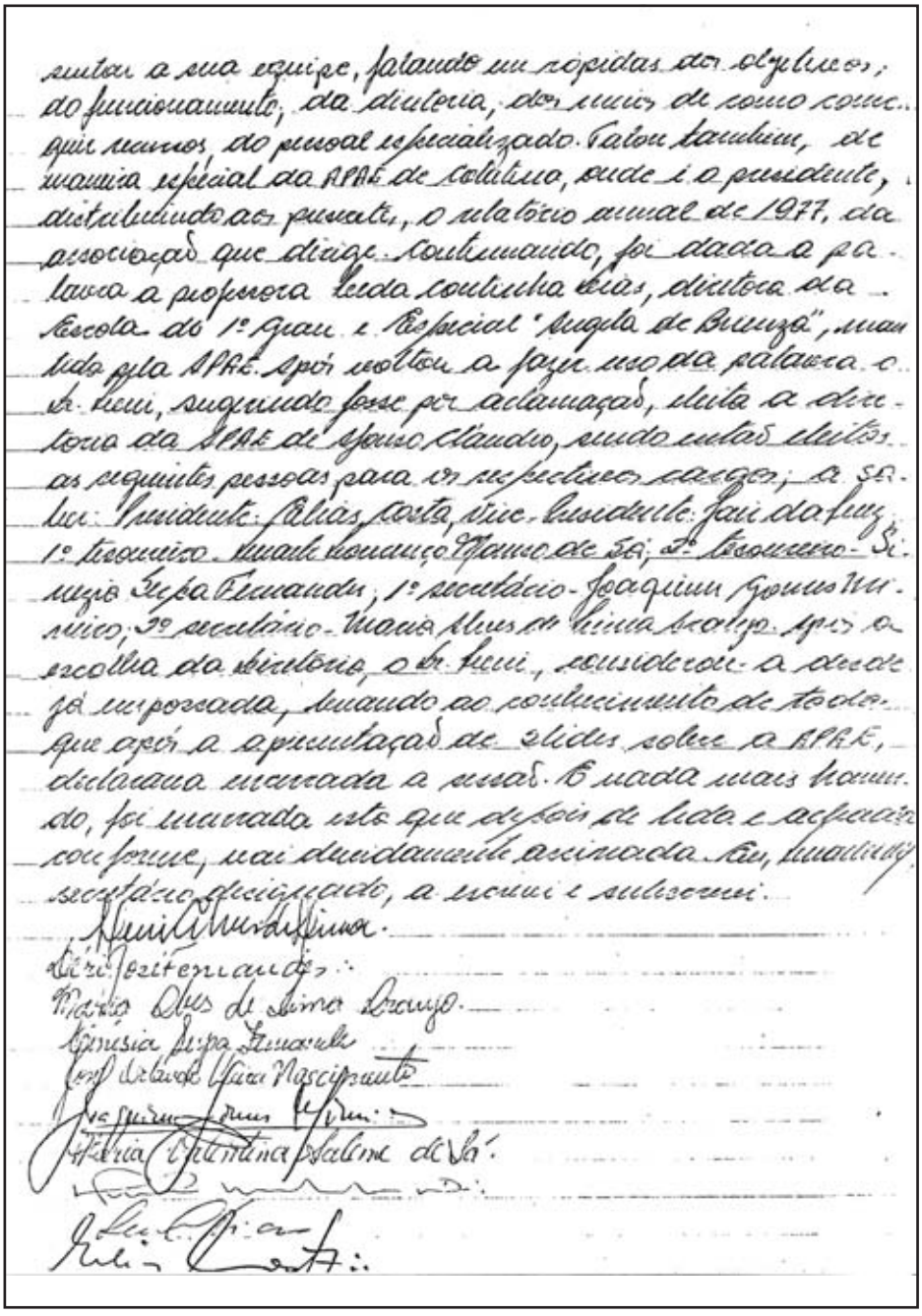


ILUSTRAÇÃO Nº 108 - Ata da Sessão de Fundação da APAE – 30/09/1978.
(Acervo: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Afonso Cláudio)

Ilmo.Snr.Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Comarca de Afonso Cláudio-Estado do Espirito Santo.

APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Sociedade Civil,registrada neste cartório ,vem através do presente / pelo seu presidente abaixo assinado,solicitar e afinal requerer a V.Sª.se digne ordenar que seja feito o registro da ATA que axexamos ao presente,e que da mesma seja extraido uma certidão com as devidas alteraçoẽs que faz necessario no seu ESTATUTO da seguinte maneira: NO ARTIGO 1º DO ESTATUTO= Acrescentar o paragrafo 3º (terceiro) que diz o seguinte:A APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS,tera prazo indefinido para a sua duração.NO ARTIGO 7º- ACRESCENTAR o PARAGRAFO 1º = A DIRETORIA DA APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS,fica responsavel pela má aplicação dos recursos financeiros,e pelos desvios dos objetos da entidade. No artigo 21º crescentar o PARAGRAFO 1º(Primeiro) dizendo que os membros da Diretoria e seus associados terão total desvinculação dos bens pátrimoniais da entidade,enquanto durar a sociedade.

Nestes Termos

P.Deferimento.

Afonso Cláudio,23 de agosto de 1979

ILUSTRAÇÃO Nº 109 - Ata de Aprovação dos Estatutos da APAE – 02/12/1978.
(Acervo: Cartório Corrêa Netto do 1º Ofício)

Atualmente, possui sede própria no bairro Campo Vinte e Um.

FOTO Nº 212 - Sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Afonso Cláudio - 2008.
Acervo (Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

m) Escola São José – Escola de Ensino Médio e Educação Profissional São José.

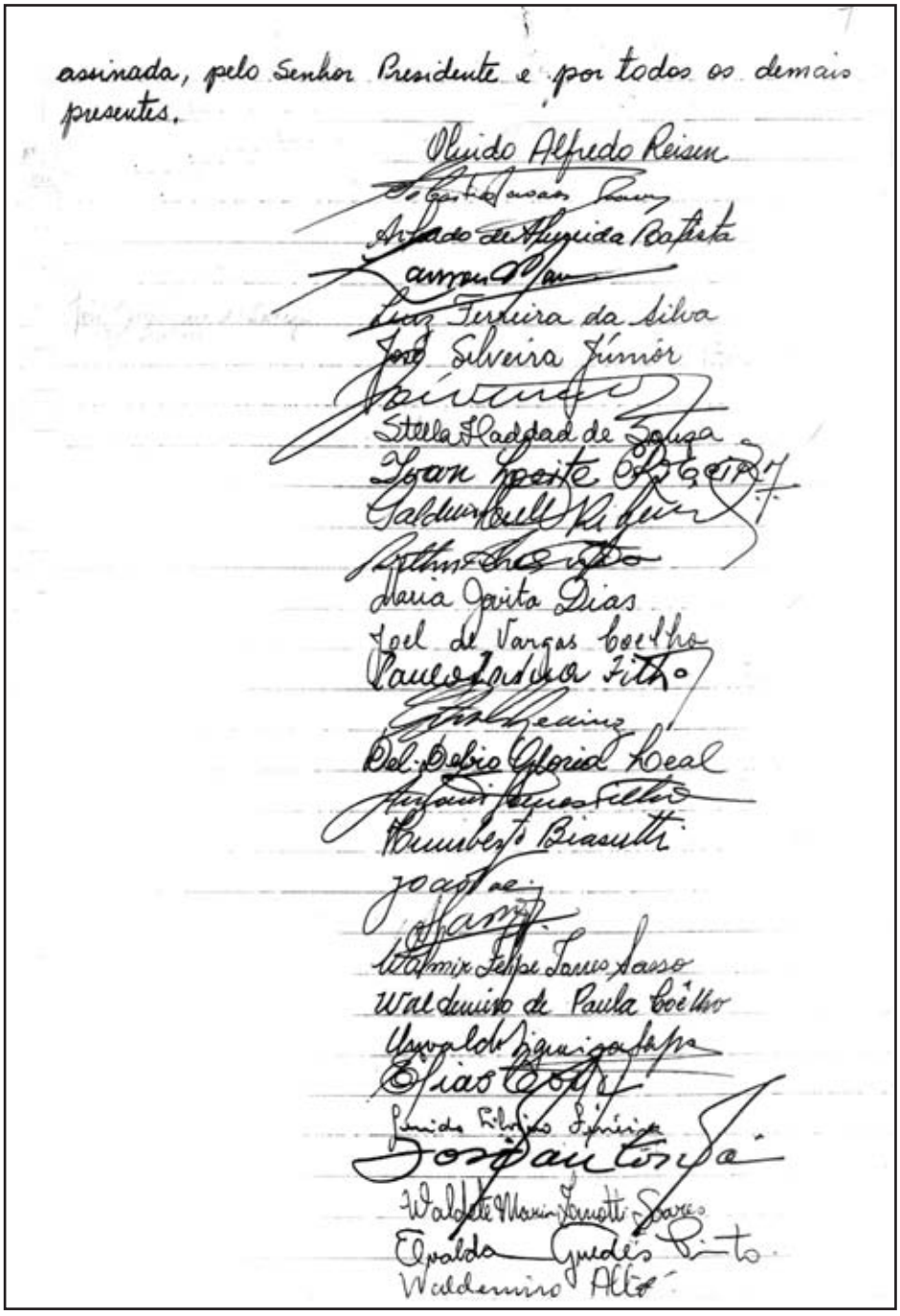
Foi criada no dia 19 de março de 1962, iniciando as suas atividades com o curso Técnico de Contabilidade e funcionando nas dependências da atual EEFM "Afonso Cláudio". Ainda sem sede própria, passou para as dependências da Escola de 1º Grau "José Cupertino".
Com a decisão de não poder mais funcionar naquelas dependências, alunos e comunidade iniciaram uma campanha para construção da sua sede própria.
Em outubro de 1973, a escola funcionava em suas próprias dependências, à rua Eliezér Lacerda Fafá, Nº 20, Bairro São Tarcísio.
Foram seus Diretores:

- Dr. Luiz Ferreira da Silva (1962 a 1973)
- Dalza Affonso Barbosa (1974 a 1993)
- Eurandina Novaes e Silva (1993 a 2004)
- Luzinete Maria de Azevedo Costa (2004 a 2006)
- Kênnia Mara Zorzal Guisso Gomes (2006 a 2009)

Ata da Reunião de Fundação de uma sociedade Civil, para a Criação e Manutenção de um curso de ensino de Grau médio, na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo.

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano mil novecentos e sessenta e dois, as 20 (vinte) horas, na sala do Ginásio Estadual e Escola normal "Afonso Cláudio", presentes os senhores, Sebastião Tavares Soares, Laurson Mauro, Olindo Alfredo Reisen, Dr. Osvaldo Siqueira Lyra, João Valim, Waldemiro Altoé, Dr. Orlindo Sasso, Florêncio C. A. Redinz, Antonio Gomes Filho, José Wenceslau de Souza, Luiz Ferreira da Silva, Evalda Guedes Pinto, Waldete Maria Zanotti Soares, Maria Jovita Dias, Artur Alves Dutra, Del Debio Gloria Leal, José Siqueira Junior, Orlindo Batista de Araujo, Joel de Vargas Coelho, Humberto Biasutti, Galdino Leite Ribeiro, Ivan Leite Ribeiro, Elias Costa, Sebastião Alves de Lima, Waldemiro de Paula Coelho, Paulo Padua Filho, Stella Haddad Souza, Walmir Felipe Torres Sasso, Guido Sibrino Ferreira e José Santos Sá, reunidos, com a finalidade precipua de organizar uma Sociedade Civil que tratará da construção e manutenção de estabelecimento de ensino de grau midio, nesta cidade de Afonso Cláudio. Por unanimidade de aclamação foi escolhido o Doutor Sebastião Tavares Soares para dirigir os trabalhos. Aceitando a escolha o Dr. Sebastião Tavares Soares assume a direção da reunião e convida para secretariar os trabalhos o Sr. Olindo Alfredo Reisen. A seguir o Sr. Presidente em longa e minuciosa esplanação, diz da urgente e imperiosa necessidade dos homens de responsabilidade que compõem a comuna de Afonso Cláudio, fundarem uma sociedade-

de, cuja finalidade será a construção e manutenção de um estabelecimento de ensino de grau médio, na cidade de Afonso Cláudio com o que irá preencher a grande lacuna e, ao mesmo tempo oferecer à mocidade da localidade a possibilidade de adquirir mais vastos e melhores conhecimentos, preparando-a assim para que no futuro venha bem desempenhar o papel que lhe está reservada. O Senhor João Valim, eleito Prefeito do Município, a seguir fez uso da palavra, hipotecando irrestrita solidariedade pessoal e pública à arrojada iniciativa, afirmando ainda, vir de encontro aos anseios da municipalidade. Prosseguindo o Doutor Osvaldo Siqueira Lyra, com entusiasmo pronunciou-se no sentido da concretização imediata da iniciativa, propondo ao plenário a formação de uma comissão integrada pelos senhores Laerson Mauro, Waldemiro Altoé e Dr. Orlindo Sasso, que elaborará o ante-projeto dos estatutos da Sociedade para posterior discussão e aprovação em plenário. A referida proposta foi aprovada por unanimidade, ficando assim constituída a comissão de redação do ante-projeto dos estatutos. A Comissão através da palavra do sr. Laerson Mauro, agradeceu a honrosa escolha e solicitou um prazo de dois (2) dias para a apresentação do já referido ante-projeto. Atendida a pretensão da Comissão o Sr. Presidente marcou nova reunião para o dia vinte e um (21) deste, ocasião na qual o plenário irá discutir para aprovar os estatutos da sociedade que ora se funda. A Seguir O Senhor Presidente agradece a presença de todos, convocando-os para a próxima reunião no mesmo local e a mesma hora da presente. Nada mais tendo a tratar, a reunião foi encerrada e, para constar, eu, Olindo Alfredo Reisin, lavrei a presente ata que vai por mim



assinada, pelo Senhor Presidente e por todos os demais presentes.

Olvido Alfredo Reisen

Arlado de Almeida Batista

Luiz Ferreira da Silva

José Silveira Júnior

Stella Haddad de Souza

Ivan Loeite

Maria Jovita Dias

Joel de Vargas Coelho

Paulo Ladeira Filho

Del Debio Gloria Leal

Humberto Biasutti

Walmir Felipe Torres Sasso

Waldemiro de Paula Coêlho

Elias Coelho

Waldete Maria Zanotti Soares

Elvalda Guedes Pinto

Waldemiro Alto

ILUSTRAÇÃO Nº 110 - Ata de Constituição da Escola - 1962.
(Acervo: Escola São José)

FOTO Nº 213 -Atual Prédio da Escola – 2007.
Acervo: (Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio).

Dr. Luiz Ferreira da Silva
1962 a 1973

Dalza Affonso Barbosa
1974 a 1993

Luzinete M. A. Costa
2004 a 2006

Eurandina Novaes e Silva
1993 a 2004

Kênnia M. Zorzal G. Gomes
2006 a 2009

FOTO Nº 214 - Galeria dos Diretores da Escola São José - 1962 a 2009.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

n) Jardim de Infância “São Vicente de Paulo” – Bairro São Vicente”. (Rosinelma Batista Moreira)

Como anexo da Escola de 1º Grau “São Vicente de Paulo”, (hoje Escola de Ensino Fundamental), foi fundado em agosto de 1967 e inaugurado no dia 12 de maio de 1969 este novo espaço educacional, também localizado no Bairro São Vicente.

A construção da obra foi executada através de convênio entre a Prefeitura Municipal de Afonso Claudio e as Secretarias de Estado do Bem-Estar Social e Educação. O seu custo ficou estimado em Cr$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros). O proprietário que cedeu o terreno para a construção foi o Sr. Cirilo de Souza Braulino.

Quando da inauguração, contou-se com expressiva participação das lideranças municipais e de vários diretores e professores das escolas de Afonso Cláudio.

A comunidade do Bairro São Vicente também deu a sua contribuição, tendo construído, às suas expensas, a cerca de madeira ao redor da escola, que foi pintada de branco.

Durante a solenidade, o pronunciamento do Sr. Prefeito Leni Alves de Lima deu destaque à importância da obra “para o desenvolvimento da educação do município[...]”.

As professoras pioneiras foram Dalza Afonso Barbosa e Marlene Brandão da Silva. No ano de 1978, passou a primeiro grau (12/05/78 - DO de 17/06/78).

FOTO Nº 215 - Escola São Vicente – 2008.
Acervo: (Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio).

Diretoras que Atuaram na Escola no Período de 1978 a 2009:

- ✓ Laíze Dummer Coutinho - 1978
- ✓ Adelina Aschauer - 1979
- ✓ Maria Helena Gastim Deps - 1982
- ✓ Neuza Maria de Araújo Rocha - 1983
- ✓ Maria Garcia Piovezan - 1985
- ✓ Normi Keffler Fitarone - 1986
- ✓ Maria Natalina Alves - 1989
- ✓ Erli da Silva Alves - 1991
- ✓ Marina Bessert de Abreu - 1996
- ✓ Maria da Penha de Sá Mattos - 2005 a 2009

Laíze Dummer Coutinho
1978

Adelina Aschauer
1979

Maria Helena Gastim Deps
1982

Neuza Maria de Araújo Rocha
1983

Maria Garcia Piovezan
1985

Normi Keffler Fitarone
1986

Maria Natalina Alves
1989

Erli da Silva Alves
1991

Marina Bessert de Abreu
1996

Maria da Penha de Sá Mattos
2005 a 2009

FOTO Nº 216 - Galeria De Diretores da Escola Municipal de Ensino Fundamental “São Vicente de Paulo” - 1978 / 2009.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

o) Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Elvira Barros”

FOTO Nº 217 - Elvira Barros. Sem Data.
(Acervo: Stella Haddad de Souza)

Está localizada à Avenida Levy Dias de Carvalho, nº 200, no Centro de Serra Pelada. Com base em depoimentos prestados pela Diretora, ficou-se sabendo que a Escola começou a funcionar em uma das casas dos moradores de Serra Pelada com o nome de Grupo Escolar “Elvira Barros”. Recebeu esse nome em homenagem a uma professora que veio de Cachoeiro de Itapemirim e que muito se dedicou não só ao vilarejo, como também a cidade à cidade Afonso Cláudio. O primeiro professor foi o Sr. Nestor Pinto de Aguiar.

Logo após vieram mais pessoas interessadas na área da educação e outra sala foi formada. Com o crescimento de Serra Pelada, novos professores ajudaram a construir a história da escola, como o professor Albérico e Dona Laura Dias Chiabai. Pela influência que a familia Chiabai e Dias exerciam na pequena vila perante os políticos, no governo do Dr. Carlos Lindenberg, teve início a construção de um prédio próprio para o seu funcionamento.

Dona Laura Dias Chiabai foi a primeira Diretora da Escola. No dia 03 de maio de 1950, foi inaugurada ainda com o nome de Grupo Escolar “Elvira Barros”. Para melhor funcionamento e pelo crescimento da população, foi necessário que viessem professores de Vitória para ministrar aulas, porque não havia profissionais habilitados na região.

Pela Portaria Nº 1026-E, de 10/11/1978, foi transformada em escola de 1º Grau

funcionando de 1ª a 4ª séries, e em 1981, passou a oferecer as séries finais do ensino fundamental.
Com a criação do curso de administração (2º Grau) em 1982, foi transformada em Escola de 1º e 2º Graus "Elvira Barros". Após a conclusão da turma, o curso foi desativado por falta de alunos. Mais tarde passou a oferecer novamente o ensino médio.
A escola está situada no centro do distrito, distante 16 km da sede do município de Afonso Cláudio, e foi fundada no final da década de 1930. A comunidade escolar é composta por descendentes de negros e brancos (italianos e alemães).

FOTO Nº 218 - Grupo Escolar "Elvira Barros" - 1950.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

Diretores da Escola no Período de 1950 a 2009:

- ✓ Laura Dias Chiabai - 1950;
- ✓ Elcy Maria H. Carvalho - 1959-1960;
- ✓ Florentina Chiabai - 1969;
- ✓ Ercina Hackbart Petroneto - 16/02/1977 a 1982;
- ✓ Tibiriçá Ralil Borges - 19/10/1982 a 1983;
- ✓ Aurora Alberti Scárdua - 26/08/1983 a 05/12/1983;
  30/12/1983 a 19/02/1986;
  20/02/1986 a 01/05/1989;
- ✓ Érica Holz - 17/05/1989;

- ✓ Nilza Novaes - 30/07/1990;
- ✓ Nelcy de Almeida Vieira - 01/01/1993 a 24/02/1994;
- ✓ Marcina Hackbart - 17/03/1994 a 31/03/1995;
- ✓ Aurora Alberti Scárdua - 25/04/1995 a 26/06/2008;
- ✓ Maria José Alves Freislebem - 14/11/2009.

Laura Dias Chiabai
1950

Elcy Maria H. Carvalho
1959-1960

Florentina Chiabai
1969

Ercina Hackbart Petroneto
16/02/1977 a 1982

Tibiriçá Ralil Borges
19/10/1982 a 1983

Aurora Alberti Scárdua
26/08/1983 a 05/12/1983
30/12/1983 a 19/02/1986
20/02/1986 a 01/05/1989

Érica Holz
17/05/1989

Nilza Novaes
30/07/1990

Nelcy de Almeida Vieira
01/01/1993 a 24/02/1994

Marcina Hackbart
17/03/1994 a 31/03/1995

Aurora Alberti Scárdua
25/04/1995 a 26/06/2008

Maria José Alves Freislebem
14/11/2009

FOTO Nº 219 - Galeria dos Diretores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Elvira Barros” - Serra Pelada - 1950 a 2009.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 220 - Escola de 1º Grau "Elvira Barros". 2008.
(Acervo: Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio)

p) CNEC – Campanha Nacional de Escola da Comunidade.

Na década de 60, foram criados nos distritos os ginásios da CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, instalados em Laranja da Terra (Ginásio União Laranjense), Pontões (Ginásio Manoel Gomes), Sobreiro (Ginásio Dr. José Farah) e Serra Pelada (Ginásio Joaquim José Vieira). Além desses, ainda passou a funcionar o ginásio Diácomo Luterano, também particular, em Serra Pelada nesse caso específico, mantido com a ajuda financeira do governo federal e comunidade luterana.
Os CNEC'S tinham contribuições do Governo Federal e Estadual e cada aluno contribuía também com uma pequena mensalidade.

4.4.9 – Iluminação Pública

Assim que o município de Afonso Cláudio foi emancipado e instalado, logo a partir de 1893, no decorrer do mês de abril, era promulgada a lei que estabelecia os serviços de iluminação pública da Vila. Pelo Decreto nº 3 ficava criada a forma de implantação do sistema de iluminação, que funcionaria a base de querosene. Os munícipes de Afonso Cláudio, chegaram, portanto, a sentir a tortura fúnebre

da luz dos lampiões a querosene.
O jornal "O Alto Guandu", datado de 30 de junho de 1893, noticiava: "O governo Municipal contrata com quem pretender e melhor vantagens oferecer a derribada das matas e roçadas das capoeiras no perímetro da Vila, cujo serviço deverá ser feito dentro do mez de agosto". Prossegue a mesma fonte: "Contrata também a tiragem de postes para colocação dos lampiões da iluminação pública da vila".
O Sr. Teófilo Mendonça foi contratado em 29 de setembro de 1893 para zelador dos lampiões.
A inauguração dos serviços se deu na data de 29 de dezembro de 1893, constando de 16 (dezeseis) lampiões. Houve grande festa na Vila por aquela ocasião, com a participação da Banda de Música Euterpe Guanduense e muito foguetório.
Em 1º de abril de 1894, o Presidente do Governo Municipal, Sr. Ramiro de Barros Conceição, abria "concurrencia para fornecimento de kerozene para a illuminação publica desta Villa". Nas propostas ter-se-há por base o preço de cada caixa de kerozene ficando o contratante obrigado a fornecer duas caixas por mez. "O jornal "O ALTO GUANDU[134]" publicou em agosto do mesmo ano, o seguinte edital.
"O cidadão Ramiro de Barros Conceição, presidente do Governo Municipal da Villa Affonso Claudio.
Faço saber que são chamadas concorrentes para o serviço da illuminação publica desta Villa, sendo as propostas acceitas em carta feichada, e dirijidas á Secretaria deste governo até o dia 31 de corrente mez, acceitando-se aquella que maior vantagem offerecer.
O dito fornecimento será de kerozene, vidros para os lampeões e torcidas, incumbindo-se o proponente do trabalho de accender e apagar os lampeões.
O fornecimento de kerozene é calculado em duas caixas por mez e as dos vidros para os lampeões em 50 por mez.
E para que a noticia interesse a todos manda publicar o presente pela imprensa.
Paço do governo municipal da Villa Affonso Claudio, em 16 de agosto de 1894.

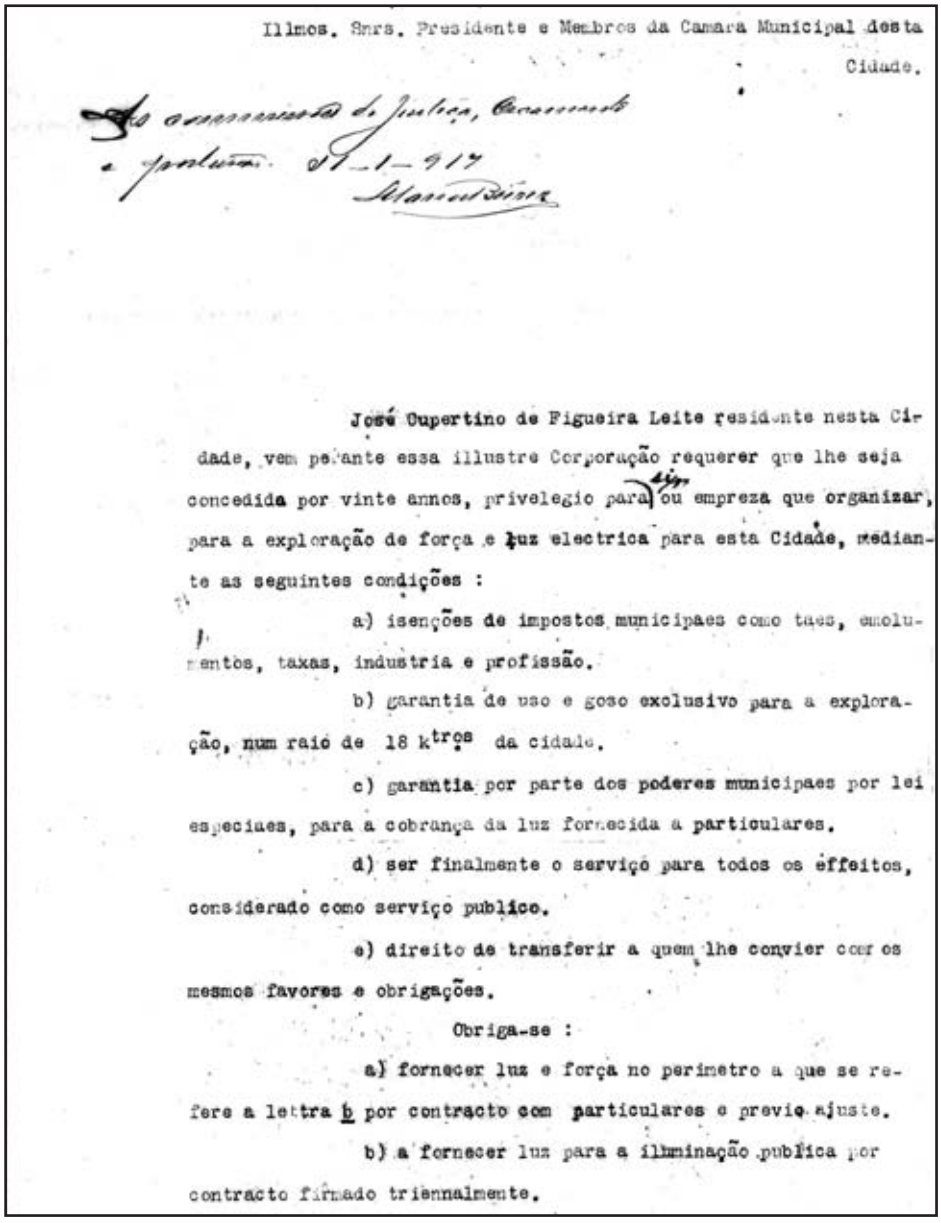
Ramiro de Barros Conceição".

Em 1º de janeiro de 1908 foi reinaugurada a iluminação à luz de querozene, com melhores lampiões, da marca "Belga". O Prefeito naquela solenidade foi o Sr.

[134]O ALTO GUANDU. "Edital". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 34, Ano II, de 26 de agosto de 1894. 4p.

Antônio Manoel Fernandes.

Este modelo persistiu por mais de 25 (vinte e cinco) anos. Em 31 de janeiro de 1917, o Sr. José Cupertino Figueira Leite requeria ao Sr. Presidente e Membros da Câmara Municipal, para que lhe fosse concedido, por 20 (vinte) anos, o privilégio para que ele ou sua empresa que viesse a organizar, pudesse explorar os serviços de força e luz elétrica para a cidade, conforme ilustração.



Illmos. Snrs. Presidente e Membros da Camara Municipal desta Cidade.

Ao conhecimento da Justiça, Camara e policia. 31-1-917

José Cupertino de Figueira Leite residente nesta Cidade, vem perante essa illustre Corporação requerer que lhe seja concedida por vinte annos, privelegio para si ou empreza que organizar, para a exploração de força e luz electrica para esta Cidade, mediante as seguintes condições :

a) isenções de impostos municipaes como taes, emolumentos, taxas, industria e profissão.

b) garantia de uso e goso exclusivo para a exploração, num raio de 18 k^tros da cidade.

c) garantia por parte dos poderes municipaes por lei especiaes, para a cobrança da luz fornecida a particulares.

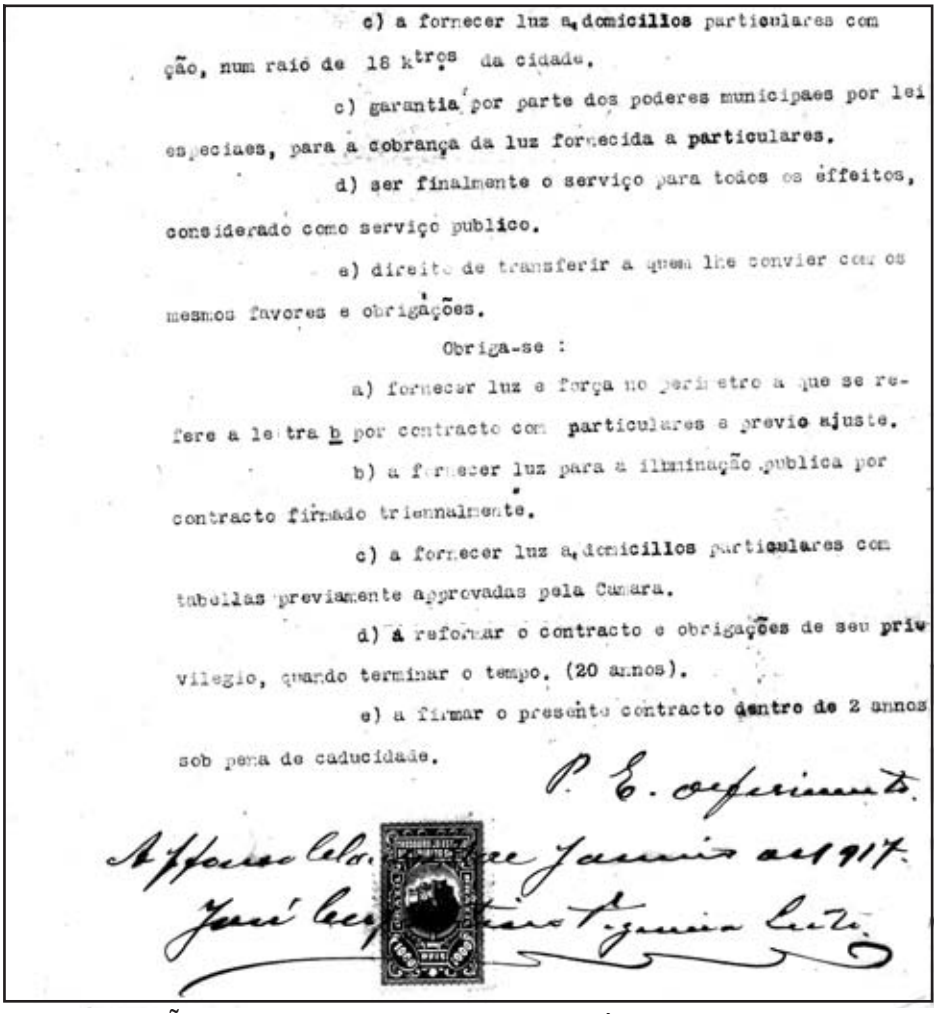
d) ser finalmente o serviço para todos os effeitos, considerado como serviço publico.

e) direito de transferir a quem lhe convier com os mesmos favores e obrigações.

Obriga-se :

a) fornecer luz e força no perimetro a que se refere a lettra b por contracto com particulares e previo ajuste.

b) a fornecer luz para a illuminação publica por contracto firmado triennalmente.



c) a fornecer luz a domicilios particulares com
ção, num raio de 18 ktros da cidade.
c) garantia por parte dos poderes municipaes por lei
especiaes, para a cobrança da luz fornecida a particulares.
d) ser finalmente o serviço para todos os effeitos,
considerado como serviço publico.
e) direito de transferir a quem lhe convier com os
mesmos favores e obrigações.
Obriga-se :
a) fornecer luz e força no perimetro a que se re-
fere a letra b por contracto com particulares e previo ajuste.
b) a fornecer luz para a illuminação publica por
contracto firmado triennalmente.
c) a fornecer luz a domicilios particulares com
tabellas previamente approvadas pela Camara.
d) a reformar o contracto e obrigações de seu priv
vilegio, quando terminar o tempo. (20 annos).
e) a firmar o presente contracto dentro de 2 annos
sob pena de caducidade.

P. E. deferimento.

ILUSTRAÇÃO Nº 111 - Requerimento do Sr. José Cupertino Figueira Leite Privilégio Para Exploração dos Serviços de Energia Elétrica – 31/01/1917.

Na data de 15 de fevereiro do mesmo ano (1917), a Câmara Municipal aprovava esta concessão, após parecer emitido pelos Vereadores José Jorge Haddad e Joaquim Gonçalves Serpa.

A lei autorizativa para exploração do serviço de luz e força da cidade e adjacências foi a de nº 54, de 11 de julho de 1917. SOUZA[51], já citada, afirma que a "licença coube ao Cel. José Cupertino, que havia tentado criar uma sociedade para tal, mas que não obtivera êxito".

"Assim, tomou ele a iniciativa de desviar as águas do Rio do Peixe, construindo um canal para esse fim em sua propriedade, perto do Campo Vinte".

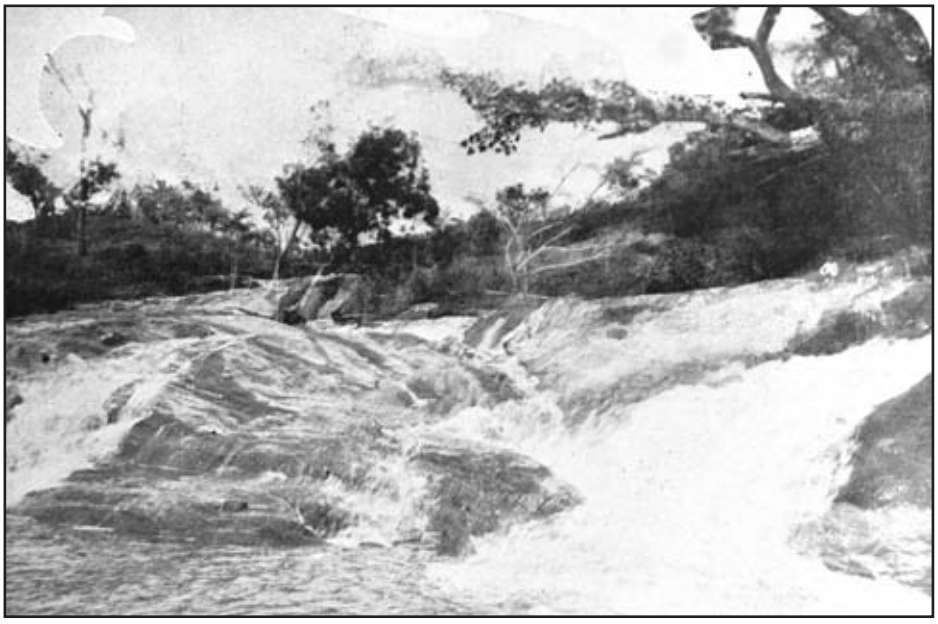


FOTO Nº 221 - Cachoeira Que Fazia Movimentar a Usina Elétrica Para a Iluminação da Cidade de Afonso Cláudio - 1931.
(Acervo: Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo)

Em 1919, GIESTAS[135], em sua mensagem apresentada à Camara Municipal, em sessão de 23 de maio, registrou o seguinte depoimento sobre a iluminação pública da cidade: "A espera da installação eletrica, cujo privilegio foi concedido ao coronel José Cupertino Figueira Leite, continuamos com a illuminação a kerozene, muito defficiente como ja tive occasião de vos dizer em minhas mensagens anteriores. É indispensavel e inadiavel o melhoramento deste serviço tão necessario para commodidade publica".

Posteriormente, em 20 de novembro de 1919, o Sr. José Cupertino encaminhava novamente, ao Sr. Presidente e Membros da Câmara Municipal, minuta da base do contrato da Companhia Força e Luz Ltda de Afonso Cláudio, para conhecimento e exame, assim como comunicava que fora eleito gerente da dita companhia.

Em dezembro de 1919, o "Cel. José Cupertino, gerente da Cia, comunicava à população haver sido redespachado de Vitória para Cachoeiro e Natividade, naquela semana, o material para instalação da luz elétrica na cidade". (O AFFON-

[135]GIESTAS, José. "Mensagem Apresentada à Camara Municipal em 23 de maio de 1919". O Affonso Claudio, nº 250, de 08/06/1919. Afonso Cláudio (ES). 4p.

SO CLAUDIO[136]).

Em nova matéria do AFFONSO CLAUDIO[137], edição de 14 de março de 1920, este afirmava que a cidade acabava de receber com entusiasmo e muita expectativa, "a grata notícia de que em poucos dias a illuminação electrica seria uma realidade".

O 1º (primeiro) translado da escritura de contrato que fez a Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio com a Companhia Força e Luz Ltda de Afonso Cláudio foi realizado em 9 de abril de 1920, e assinado no dia 12 de maio do mesmo ano, constando de 15 (quinze) cláusulas. Assinaram a escritura os Senhores: Constantino José de Sá (tabelião interino), José Giestas, José Cupertino Figueira Leite, Calixto de Azevedo e Lafayete Padilha (Anexo nº 4.8.3).

A inauguração dos serviços de iluminação aconteceu no dia 21 de abril de 1920, à tarde, onde uma multidão aglomerou-se em frente ao escritório da Companhia Força e Luz, para presenciar o "momento de ver realizado o melhoramento por que há tanto sonhara: a illuminação da urbs a electricidade".

A energia era "gerada por uma roda d'água que se localizava na atual fazenda da família Aschaner".

"O AFFONSO CLAUDIO[138]", registrou este momento com a seguinte matéria jornalística:

> "Tendo ingresso no escriptorio da Companhia o cel. José Giestas, digno Prefeito do município,acompanhado dos seus directores, ahi, em bella e rápida allocução, se congratulou com o povo do município, cujo elogio fez, por tão auspicioso acontecimento, que declarava inaugurado, e, ao magico Fiat lux! Foi a cidade innundada de uma onda de luz!
>
> Usou então da palavra o deputado cel. José Cupertino F. Leite, director-gerente e alma da Empresa, que eloquente como sempre, arrebatou o numeroso auditorio, estimulando ao mesmo tempo, para que novos e melhores emprehendimentos levasse avante o energico e altivo povo de Affonso Claudio. Seguiu-se-lhe com a palavra o distincto pharmaceutico snr. Joaquim Olympio da Fonseca Cruz, que, em nome do visinho município de Boa Familia, saudou a "Cellula Mater" – o município de Affonso Claudio, que tão bem tem sabido manter-se na vanguarda dos municípios que luctavam a todo o

[136]O AFFONSO CLAUDIO. "Luz Electrica". Affonso Claudio (ES). Anno VII, Nº 252, de 28/12/1919. 4p.

[137]O AFFONSO CLAUDIO. "A Empresa de Força e Luz e Seus Adversários". Afonso Cláudio (ES), Anno VII, nº 267, de 14 de março de 1920. 4p.

[138]O AFFONSO CLAUDIO. "21 de Abril – Inauguração da Força e Luz e a Festa do Tiro de Guerra 626". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 268, Anno VII, de 25/04/1920. 4p.

transe pelo seu progresso.
Fez-se igualmente representar, pelo seu illustre ex-redactor dr. Rozendo Serapião, o nosso confrade de Boa Familia, “O Progresso”.
Desfilando finalmente a multidão para a ponte central da cidade, onde se inauguraria um arco allegorico em homenagem aos poderes municipaes, alli representados, falou, em nome do povo, o advogado dr. Carlos Amarante, que, agradecendo os altos conceitos expressos pelo honrado Prefeito Municipal em louvor do mesmo povo, fez ver que todos aquelles elogios, si merecidos eram, recahiam directamente sobre os membros do governo municipal, por isso que “tendo cada povo o governo que merece” o povo digno deste município, não podia deixar de escolher um governo digno, como o era o actual.
Prorrompeu então, o povo em vivas! freneticos, e assim debandou, alegre e radiante, rumo ao “Theatro Coelho Netto” onde um escolhido programma ainda o ia deleitar. Encerrou-se a festa com um luxuoso baile offerecido pela municipalidade, prolongando-se elle até alta madrugada. Representou-nos em todos os actos o nosso estimado collaborador dr. Carlos Amarante.
E assim passou-se, no mais intenso jubilo, a data gloriosa em que melhor foi adubada, com o sangue heróico de Tiradentes, a arvore medusiana da Liberdade”.

FOTO Nº 222 - Nova Iluminação Pública da Cidade com Posteação Central e Luminárias de Arandélas - 21/04/1920.
(Acervo: Familiares de Miguel Gomes / Lena Mara Leite Gomes)

Buscando auxílio de SOUZA[51], sobre o assunto, à página 37, afirma: “A primeira luz elétrica que iluminou nossa cidade vinha de um gerador movido por uma grande roda acionada por queda d’água, na propriedade de José Cupertino”. Informa também que “os postes que sustentavam os fios condutores da eletricidade eram de madeira escura ou pintados de preto. As lâmpadas eram comuns, protegidas por arandelas de ferro esmaltado branco. Que essa roda e acessórios vieram também em carro de bois desde a cidade de Aimorés (MG)[...]”. Os transportadores foram o velho Felício e o fazendeiro Sebastião Jogador.

O Decreto nº 116, de 30 de junho de 1921, definiu os valores das taxas de consumo de luz elétrica. Pelo Decreto nº 137, de 21 de setembro de 1923, era feita a 1ª (primeira) alteração das taxas, com um percentual de 20% (vinte por cento). O Prefeito nesta ocasião era o Dr. Lourival de Almeida. Entretanto, o decreto só foi aprovado pela Câmara Municipal na data de 20 de fevereiro de 1924, conforme parecer assinado pelos vereadores José Jorge Haddad, João Rodrigues Pimenta e José Henrique.

Decorridos alguns anos da implantação dos serviços da iluminação pública da cidade, o modelo já não mais atendia às necessidades da municipalidade. O Jornal “O AFFONSO CLAUDIO”, de 16 de março de 1929, publicava a Lei nº 1, de 7 de março daquele ano, que autorizava providências sobre a iluminação pública, conforme ilustração.

“Prefeitura Municipal de Affonso Claudio

Lei N. 1

Authoriza providencias sobre illuminação publica.

O Prefeito Municipal de Affonso Claudio, cumprindo o que determina o art. 62 nº 1da lei nº 1703, de 15 de Janeiro do corrente anno, manda que tenha execução a presente lei da Camara Municipal.

Art. 1º. Fica o poder executivo authorizado a entrar em negociações com a proprietaria da Uzina Electrica, dettentora do privilegio para fornecimento de luz, no sentido de normalizar a situação existente, no mais curto prazo possível.

Art. 2º. Fica igualmente authorizado o poder executivo a rescindir o actual contracto, pondo termo ao privilegio, e lavrando outro que melhor corresponda ás actuaes necessidades do município e acautelle seus interesses e os da população, dando preferencia, em igualdade de condições, a

actual proprietaria da Uzina Electrica, submetendo-o previamente, á approvação da Camara Municipal.

Art. 3º. Abrem-se os créditos necessários a execução desta lei e revogam-se as disposições em contrario.

Manda portanto a todos a que tomem conhecimento e execução da presente lei pertencer que a cumpram e a faça cumprir como nella se contem.

O Secretario da Prefeitura Municipal faça publical-a, imprimir e cumprir.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Affonso Claudio, em 7 de março de 1929.

Emygdio Xavier
Pedro Saleme

Segundo GOMES[7], D. Marfisa, viúva do Sr. José Cupertino Figueira Leite "requereu 20 contos para reformar a Usina de Luz. O Presidente da Câmara não aceitou. Se votasse, ele vetava [...]. "D. Marfisa, não conseguindo este encampamento de luz, se achou na contingência de entregar sua casa, uma chácara, a Antonio Português, em pagamento do empréstimo, feito anterior. Não ficou desamparada, porque um genro generoso e bondoso, amigo sincero, amparou toda a sua família".

No relatório do governo municipal de GALVÃO[139] encaminhado em 1932 ao Sr. Interventor Federal, Capitão João Punaro Bley (1930-1943), é apresentada uma avaliação bastante sombria sobre o sistema de iluminação pública.

Assim se manifestara: "Acionado por uma velha "roda d'água" o gerador já deficiente não produzia voltagem necessária, dahi a luz pessima, fraca, tornando a cidade a noite sem vida, n'um aspecto lugubre como se illuminada a candieiros de kerosene".

Decorria o ano de 1932, e a cidade ainda rescentia da falta de iluminação, pois nenhuma providência havia sido tomada pela empresa concessionária para melhorar os serviços.

Por muitas e muitas noites, a cidade ficou às escuras, daí ter o Governo Municipal tomado medidas enérgicas buscando melhorar a situação.

O contrato, por si só, já era motivo para rescindi-lo por falta de cumprimento de suas principais cláusulas. Face a esta situação, em 28 de março de 1933, pelo

[139]GALVÃO. Adherbal. "Relatório Apresentado a Câmara Municipal de Affonso Cláudio". Afonso Cláudio (ES). 1936. Sessão Realizada a 20 de Março de 1936. 31p.

Decreto Nº 57/33, foi definitivamente rescindido o contrato, não sem antes a municipalidade ter solicitado parecer técnico e jurídico do Dr. Consultor Jurídico do Estado.

Em 15 de abril de 1933, o Sr. Joaquim da Silva Gama encaminhava proposta para o fornecimento de luz e força à cidade de Afonso Claudio, seus subúrbios e adjacências, segundo Edital de Concorrência Pública constante dos nºs 97, 98 e 99 do Orgão Oficial do Município, publicados na data de 1º de abril do mesmo ano, face à rescisão do contrato com a antiga Empresa.

Este novo contrato foi elaborado pelo Governo Municipal, com a participação ativa do Sr. Joaquim da Silva Gama e do Dr. Mayr de Bivar Câmara, então promotor público desta comarca, e advogado ex-vi da Prefeitura.

Em seguida, foi o mesmo remetido à Inspetoria dos Municípios para a devida aprovação, assim como ao Dr. Consultor Jurídico do Estado, Gilberto S. Barcellos, que procedeu às modificações necessárias, para finalmente, chegar até ao Sr. Interventor Estadual, Cap. João Punaro Bley.

Em 4 de dezembro de 1933, novo contrato era assinado, agora com o cidadão Joaquim da Silva Gama, para exploração dos serviços de eletricidade, cuja escritura pública de contrato foi lavrada no Cartório da cidade, assinado pelo tabelião Evaristo Argeu Gomes, Adherbal Galvão, Joaquim da Silva Gama e pelas testemunhas, João Batista do Vale e Angelo Federici. O contrato era composto de 32 (trinta e duas) cláusulas, onde na 2ª (segunda), uma das mais importantes, obrigava o concessionário a:

"a) produzir desde já 50 HP, no mínimo, para exploração dos serviços ora contratados;

b) inaugurar os serviços de iluminação publica e particular, com fornecimento regular de energia e luz, dentro de 70 dias da data desta escritura, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, plenamente comprovado, sob pena de multa de 100$000 por dia que exceder ao prazo aqui estipulado;

c) fornecer energia de corrente trifásica, alternada, de 220 volts 50 ciclos, sendo: 220 volts para força motriz e iluminação publica e 110 volts para iluminação particular, ficando, desde já, entendido que o fornecimento de energia motriz será permanente.

d) empregar nos serviços de força e luz material completamente novo, de primeira qualidade, podendo ser previamente examinado por profissional competente, indicado pelo município. Quanto á posteação será de braúna, ipêperoba ou outra madeira de igual resistência e durabilidade oitavada, altura comum da superfície do solo, e pintado a pixe, com braço de ferro e abajour de porcelana ou de ferro esmaltado;

e) se a prefeitura tiver interesse em ter posteação especial nas praças da cidade, fica obrigada ao pagamento da diferença de preço entre os postes e material comuns e os especiais exigidos, isso antes de ser feita posteação. Depois de inaugurado o serviço de luz publica, a modificação de posteação no interesse do Município, em ruas e praças correrá por conta do mesmo Município."

Decorria o dia 18 de março de 1934 quando a cidade era novamente iluminada. A nova empresa era conhecida como Uzinas Reunidas. A avenida 20 de Janeiro recebera posteação no centro, dando um aspecto alegre e admirável à cidade.

O dia 28 de março de 1936 ficou marcado para os moradores de Lagoa (distrito de Serra Pelada), pois nesta data era inaugurada a luz elétrica. A proprietária dos serviços era a firma Scárdua e Barros. À noite, foi oferecido um lauto jantar aos visitantes na residência do Sr. Clóvis de Barros. A luz era ofertada por locomóvel acionada à lenha ou palha de café.

Pelo Decreto nº 117, de 17 de junho de 1936, a Prefeitura encampava os serviços de iluminação da cidade.

Ainda no decorrer do ano de 1937, a municipalidade fazia publicar o Decreto nº 140, de 27 de maio de 1937, tornando de utilidade pública a área de terreno e respectiva queda d'água, encravada na propriedade denominada Gama, de Idolino da Fonseca Lamas e sua esposa, onde se achava instalada a usina hidroelétrica que fornecia iluminação pública e particular à cidade. Nesta desapropriação estavam incluídas a barragem, o canal, a linha transmissora e os demais serviços correlatos. Esta ação tornou-se necessária tendo em vista que o antigo concessionário havia celebrado um contrato de locação com o Sr. Idolino, conforme registro no Cartório de Notas do Sr. Antonio Dutra Nicário Tiradentes, respectivamente, em 16 de maio e 30 de dezembro de 1932.

Pelo Decreto nº 10, de 10 de janeiro de 1939, era regulamentado os serviços de Luz e Força, com 14 (quatorze) artigos, cujo objetivo era disciplinar a "fiscalização geral dos serviços de abastecimento de luz e força, gerados pela Uzina Hidro-elétrica do município".

Em 25 de maio de 1939, o Sr. Prefeito Municipal Adherbal Galvão abria o crédito suplementar de Rs. 59:000$000 (cinqüenta e nove mil contos de réis) para mudança da Uzina Hidroelétrica "do município para logar proprio, onde a quantidade d'água produza força e luz que o progresso de Affonso Claudio já exige". Sairia do Córrego Arrependido para a nova barragem especialmente construída no Rio Guandu, localizada em terrenos adquiridos com a D. Francisca Vitoriana de Jesús. Ainda neste ano, os serviços já haviam sido iniciados e estavam sendo "tocados" com rapidez, a fim de aproveitar-se do período de secagem.

A barragem já estava pronta e grande parte do canal construído, assim como o local para assentamento da casa das máquinas. Foi adquirida nova turbina, de maior potência, na Casa Herme Stoltz e Cia, no Rio de Janeiro. Em abril de 1940, este melhoramento foi quase todo destruído pelas enchentes, assim como a represa que ruiu, retardando bastante o início da operação do novo sistema de abastecimento de energia elétrica.
Na década de 60 (07 de janeiro de 1962), a ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas S.A já era a fornecedora de energia elétrica e que era distribuída pela Prefeitura Municipal. A subestação transformadora ficava localizada no município de Itarana, onde além de distribuir energia para aquela localidade, distribuía também para Afonso Cláudio, Itaguaçú e para o Frigorífico Toniato (Itarana), em funcionamento naquela ocasião.
A ESCELSA passou também a fornecer energia elétrica para os distritos de Joatuba, Laranja da Terra, Sobreiro, Serra Pelada e Pontões. Nos distritos de Piracema e Brejetuba, a energia era fornecida por particulares. Ibicaba era o único distrito que não possuía energia elétrica naquela ocasião.

4.4.10 – Telefone Público

No governo do Sr. Bernardino de Souza Monteiro (1916-1920), utilizando-se da autorização expressa na Lei nº 1.143, de 13 de dezembro de 1917, dispendeu o governo estadual a importância de Rs. 15:000$000 (quinze contos) com a aquisição de material telefônico para a primeira linha ligando Santa Leopoldina, Santa Tereza, Boa Família, Figueira e Afonso Cláudio.
Na mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa, na 3ª sessão ordinária da 9ª Legislatura, à pagina 84, assim se manifestara: “Encarregaram-se os comerciantes dessas localidades, em louvável harmonia com as respectivas prefeituras, das despesas de posteação e assentamento das linhas. Assim agindo, ligar-se-iam imediatamente as duas primeiras localidades e dentro de seis meses Afonso Claudio poderá corresponder rapidamente com a capital”.
Entretanto, somente em 1919 foram iniciados os serviços de construção da linha telefônica, cujo intercâmbio era Santa Teresa. O seu funcionamento ocorreu em 1921, quando, finalmente, implantou-se este serviço na cidade, que embora precário representou um grande melhoramento. A 1ª (primeira) telefonista foi a Sra. Altair Barros. O aparelho telefônico era movido a manivela. Para se conseguir alguma ligação, levava-se horas e até dias, martirizando a paciência do cidadão afonsoclaudense.
Nessas ocasiões, contava-se sempre com a “boa vontade e a solicitude do Rei-

naldo Nogueira, em Figueira, do Quintiliano Lima, em Caldeirão e nessa peregrinação pelo fio", a voz do afonsoclaudense "ia indo até chegar á Santa Tereza, ponto final" das comunicações. (O AFONSO CLÁUDIO[140]). Esta conquista se deveu ao empenho do Secretario Estadual da Agricultura, Sr. Cel. Vicente Peixoto de Mello, a quem fora confiada a direção do empreendimento.

No ano de 1924, o serviço foi todo remodelado, com prolongamento até Vitória, passando as comunicações, daí por diante, a serem eficientes e rápidas, segundo a mesma fonte citada.

Ainda por volta de 1924, o ex-deputado estadual José Cupertino havia conseguido que fosse construída a linha telefônica da sede à Conceição de Castello, Estação de Castelo àquela ocasião, dependendo de acabamentos e já com posteação apropriada inclusive para receber a linha telegráfica da União. Com a demora na implantação, todo o serviço foi perdido, com a posteação caindo, etc.

Este modelo permaneceu assim até o ano de 1930, quando o equipamento entrou em fase de abandono. A mesma fonte assevera que, "[...] o pessoal de serviço, por injunções políticas, foi todo, ou quase todo substituído por elementos novos cujo desejo era destruir o que os governos anteriores haviam construído [...]".

No mês de junho de 1937, o Governo Estadual remodelava o serviço junto à estação central, com novas instalações, de aparelhamento mais simples e modernos.

Decorria o ano de 1952, e o serviço era o mesmo, não correspondendo mais à necessidade pública. Ainda na década de 60, o município continuava tão-somente com o posto público, não existindo, portanto, o telefone urbano, o que dificultava sobremaneira a comercialização dos produtos do município. Ficava à Av. Presidente Vargas, no centro da Cidade.

"O único ramal direto era o de Colatina, do qual dependiam todas as ligações interrurbanas". Já as ligações interestaduais eram feitas também através de Colatina e Vitória. Àquela ocasião, a média de chamadas diárias era de 25 (vinte e cinco), segundo a fonte SERPHAU[74]. O posto telefônico funcionou durante muitos anos, no mesmo prédio da Biblioteca Pública.

Em agosto de 1981, a TELEST – Cia Telefônica do Espírito Santo iniciava os serviços de expansão dos terminais telefônicos, que àquela ocasião eram de 83 (oitenta e três) terminais magnetos, passando para 483 (quatrocentos e oitenta e três) automáticos, portanto, com um acréscimo de 400 (quatrocentos) terminais.

[140]O AFONSO CLÁUDIO. "Nosso Telefone". Afonso Cláudio (ES). Jornal Nº 27, Ano XII, de 15 de outubro de 1952. 4p.

Para tanto, construiu-se um prédio próprio, ao custo de CR$ 101.977.000,00 (cento e um milhões, novecentos e setenta e sete mil cruzeiros). Com o novo sistema, ficava Afonso Cláudio interligado ao sistema DDD – Discagem Direta a Distância e DDI – Discagem Direta Internacional.
O custo final da obra com os equipamentos foi de Cr$ 186 milhões. Quando da inauguração dos serviços, contou-se com a presença do ex-governador Dr. Eurico Vieira de Rezende e do ex-prefeito Leni Alves de Lima, além de diretores e técnicos da TELEST e de muitas autoridades.
Em 17 de novembro de 1985 a telefonia chegava aos distritos de Sobreiro e São João de Laranja da Terra.

4.5 – OUTROS

4.5.1 - Horário Para o Comércio

Quando as povoações crescem, transformam-se em vilas, até chegar à emancipação política e administrativa, consequentemente, recebendo o "status" de cidades, há necessidade que a cultura reinante, nos diversos segmentos da sociedade, acompanhe a evolução dos modos e procedimentos e modernidade.
Assim é que, mesmo o município de Afonso Cláudio não tendo no início de sua emancipação "vida independente-industrial, pois o seu comércio" gravitava em torno da produção agrícola, o que acontece até os dias atuais, teve que se render às normas e procedimentos da época.
Isso com certeza, levou a protestos da sociedade quando das tentativas e obrigatoriedade de adptação à legislação pertinente da ocasião.
Esse "protesto" era pelo fato de que tradicionamente os horários eram estabelecidos de modo a atender ao produtor rural.
Teve-se conhecimento da Lei nº 15, de 20 de Maio de 1930, que foi criada no âmbito municipal, para atender o que determinava o art. 62, nº 1, da Lei nº 1703, de 15 de janeiro de 1929, do Governo Estadual, onde ficara estabelecido o horário para funcionamento do comércio do municipio. Quando da intervenção federal de 1932, novo Decreto (nº 2738, de 26 de julho de 1932) determinava aos municípios que se adequassem àquela norma. Naquela ocasião, houve apelo generalizado dos comerciantes do Estado para que o comércio nas sedes dos municípios fechasse às 17 horas tendo em vista a economia de eletricidade, pois já havia sido estabelecido o horário de verão decretado pelo Governo Federal.
Em 1933, nova norma era determinada pela interventoria Federal, conforme De-

creto nº 21.186, de 26 de julho de 1932. E assim, sucessivamente, até os dias atuais, com a implantação da chamada "Semana Inglesa", aos sábados.

4.5.2 - A Grande Catástrofe de 1940

✓ Antecedentes

Os dias 4, 5 e 6 de abril de 1940 ficaram marcados para sempre na memória dos afonsoclaudenses.
As enchentes extraordinárias, ocorridas todos os anos, até então nunca haviam excedido em grandeza suficiente a ponto de demolirem as construções marginais do rio Guandu, nem mesmo no território do distrito de Laranja da Terra, onde o mesmo começa a receber todos os seus afluentes. As enchentes tinham, quase sempre, datas determinadas, normalmente, entre 16 a 19 de março de cada ano.
Para se ter uma idéia desta enchente, todas as pontes mais antigas e que há mais de 30 (trinta) anos vinham resistindo a toda sorte de intempéries, especialmente nos seus pilares, não suportaram o "caudal formidável do rio assoberbado, arrastando, na sua voragem excepcional, casas, madeiras, árvores, animais, estendendo as suas águas e elevando-as ao mesmo tempo assustadoramente".
Prossegue o relatório da Agência Municipal de Estatística de Afonso Cláudio: "Como base para um cálculo da elevação do nível, basta ter em conta a casa de máquinas da nova usina em construção, onde as águas subiram ultrapassando o limite máximo calculado, dois metros e cinqüenta centímetros. Esta enchente, apesar de tanta elevação, e verificada na manhã do dia 4, causou surpresa, não só pelo crescimento considerável, como pela quantidade de chuva aparentemente inferior às chuvas normais de março".

✓ As Primeiras Notícias

Persiste o relatório: "A população da cidade, para contemplar o quadro inédito, durante o dia ficou postada em vários pontos. As águas, arrastando grossos troncos de madeira que vinham violentamente abalar a ponte que liga os dois trechos da cidade, turvas, espumantes, deixavam de quando em vez, mostrar à tona animais mortos, despejos de casas arrastadas, árvores frutíferas, anunciando assim a obra devastadora que o rio vinha fazendo na sua passagem. As águas, porém, não cresceram no rio Guandu apenas; em todos os seus afluen-

tes ou não, elas subiram, causando danos em todas as paragens. As primeiras notícias eram desencontradas. Os habitantes de pontos não podiam transpor os rios alagadiços. As pontes, as mais antigas e resistentes flutuavam arrancadas, soltas ou partiam-se fragorosamente. A cidade, à noite sob impressão das notícias e na ância de informes mais positivos, transformou-se em silêncio e trevas sem água e sem luz".

✓ A Madrugada do Dia Cinco

Embora as águas do rio Guandu houvessem baixado sensivelmente, a madrugada do dia cinco foi de mais chuvas e trovoadas, ficando a Av. Presidente Vargas, na sua parte sul, invadida pelo córrego Cobi, que, apesar de causar pequenos danos, deu preocupação e trabalho aos vizinhos via aplicação de meios que evitassem a destruição dos prédios próximos.

✓ O Dia Seis

"Se os dois dias anteriores foram de sobressaltos e pequenas surpresas, o dia seis marcou na história de Afonso Cláudio a maior tragédia de toda a sua existência!" Persevera o agente estatístico: "Não era mais o rio tenebroso invadindo lares, destruindo lavouras, arrastando animais, mas permitindo tempo à evasão, era o desabamento dos morros, erosões formidáveis, vitimando dezenas de pessoas, quando ainda na paz de seus lares, no descanço da luta pela vida, tendo ao seio os filhinhos ainda adormecidos, a morte sinistra, dentro da noite, que chegou fazendo a sua ronda maldita, através da força mecânica da natureza, e voltada, a ceifar, colhendo de surpresa, dezenas de vidas úteis. Quadro dantesco! A mata, as pedras, a terra desagregada e transformada em lama, tudo, rolando velozmente, alucinadoramente, em catadupas[LXXXII], vinham colher no sopé dos morros as casas dos lavradores que desapareciam na voragem[LXXXIII] com os seus habitantes na confusão do desespero da água crescendo e subindo num rouco cavernoso[LXXXIV] – arrastando, ferindo, trucidando ao choque das pedras e de paus enormes rolando retorcido, dezenas de vitimas que gemiam e gritavam em vão, umas soterradas, outras golpeadas, outras esmagadas, algumas já nuas, abrindo os braços exaustas à procura de salvação. Quem visitou os

[LXXXII]CATADUPA. sf. 1. Queda d'água, jorro. 2. Grande porção.
[LXXXIII]VORAGEM. sf. 1. Aquilo que sorve ou devora. [...]
[LXXXIV]CAVERNOSO. Adj. Diz se do som rouco e profundo.

vários pontos atingidos pela catástrofe, deve ter ficado pasmado diante da obra da natureza; o aspecto das regiões devastadas, dava a impressão de que forças formidáveis, travando luta contra a imobilidade, venceram a resistência desta."

✓ Um Quadro

"Poucos, os mais fortes, alguns até por dever, foram assistir, no Cemitério São João Batista, a chegada de alguns cadáveres. Coberta de lama e de sangue, mutilada, uma família composta de 8 (oito) pessoas, da qual só se salvaram duas, uma mulher e uma criança de 4 (quatro) anos, ali estava toda morta. O chefe, com ambas as pernas quebradas, cheias de grandes manchas roxas e em semelhantes condições de trucidamento, duas criancinhas, um rapaz e duas meninas. Em idênticas condições, muitas outras famílias sucumbiram, não há mais de 35 (trinta e cinco) pessoas e entre mortos e feridos há mais de 45 (quarenta e cinco) pessoas", das quais apenas 25 (vinte e cinco) foram encontradas, até então."
"Falando-se sobre as vítimas, tendo em consideração a extensão territorial do município e a falta de comunicação estabelecida", ainda não havia àquela ocasião relação exata sobre o ocorrido.
Na data de 20 (vinte) de março, 15 (quinze) dias após o flagelo, não se sabia, ao certo, de muitos pontos afastados, o valor da destruição.
O prejuízo calculado àquela data chegava à casa de Rs. 1:000$000 (mil contos de réis) aproximadamente. Quase tudo havia sido danificado: a construção da nova cadeia, a usina de luz elétrica, (ruiu a represa), a linha telefônica (caíram mais de 100 postes), pontes, etc.

✓ Locais Mais Atingidos

GIESTAS[141] afirmava que "alguns pontos da cidade foram atingidos pelas águas, principalmente o extremo norte onde a Praça da Bandeira ficou toda inundada". Outras regiões atingidas, segundo GIESTAS: Floresta, Córregos, Legumes, Alegoria, Firme, Puaia, Santa Ignez e Pouzo Alto. Foram as mais devastadas.
VIEIRA[20], já citado, às fls. 134, assim se manifestara: "Em 06 de março de 1940, houve uma grande tromba d'água na Fazenda Floresta, matando muitas pessoas e destruindo várias casas. Luiza, a 2ª (segunda) irmã da Vovó Titina, estava

[141]GIESTAS, Jair . "Fragmentos Históricos do Município – A Catástrofe de 6 de março de 1940". Afonso Cláudio (ES). Jornal "O Afonso Cláudio". Nº 119, Ano XXIII, de 15 de outubro de 1959. 4p.

na casa de seu filho Pedro Samuel, que perdeu uma filha de nome Irene, com 09 (nove) anos e um irmão solteiro, chamado Manoel (Neca) Alves de Menezes".
"O Manoel foi encontrado morto dentro de um caixote, onde eram armazenados o feijão colhido e que ficava no porão da casa. Já a Luiza, fora arrastada por mais de 100 (cem) metros de onde ficava a casa e estava agarrada a uma máquina de costura manual, sem ter sofrido graves sequelas, exceto arranhões pelo corpo"

✓ Os Mortos

O Jornal CORREIO DO CENTRO[142], utilizando-se de informações fornecidas pela Delegacia de Polícia, através do Sr. Delegado Ten. Cryspiniano da Veiga, relacionou os mortos e feridos da catástrofe.

a) "No Corrégo Puáia, morreram as seguintes pessôas: - Marinho Godofredo, Paulina, Maria, Cecilha e Ricardo Wagmoger, e ficaram feridos em conseguencia Maria e Fernando Wagmoger, com 44, 16, 11, 9, 6, 2, 43, e 3, ânos de idade respectivamente: (os seis mortos foram sepultados no cemitério desta Cidade e os dois feridos ficaram sob os cuidados do Dr. João Eutrópio).
b) No córrego do Legume – Firme – Morreram as seguintes pessôas: Manoel Alves de Menezes, - 43 anos de idade – Arminda Carneiro Alves, - 40 anos de idade – Irene Alves de Menezes, - nove anos de idade-, e ficaram feridos em conseguencia, Pedro Alves de Menezes, 32 anos de idade-, Juditi Alves de Menezes, - 33 anos de idade - Samuél Alves de Menezes- 8 anos de idade-Luiza Maria da Conceição - 69 anos de idade, Maria Alves de Menezes - 4 anos de idade- Manoel Mateus Alves - 40 anos, Senhorinha Alves Cordeiro, 19 anos, e Selestino Alves Cordeiro, - 5 anos. (os tres mortos foram sepultados no cemitério désta cidade e os 8 feridos ficaram sob cuidados medicos.
c) No Corrego Pouso Alegre – Morreram as seguintes pêssoas: - Antonio Anastacio do Nascimento – 51 anos, - Anardina Isabel do Nascimento, 30 anos – Sebastião Antonio Anastacio do Nascimento, 21 anos - Antônio Anastácio do Nascimento, 19 anos - José Anastácio do Nascimento, 13 anos - Maria Anastacio do Nascimento, 17 anos - Geraldina Anastacio do Nascimento, 13 anos - Francisco Anastacio do Nascimento, 5 anos - Pe-

[142]CORREIO DO CENTRO. "Verdadeira Catástrofe Assolou Várias Regiões Deste Município – Enchentes Enormes – Erosões Formidáveis – Destruição – Morte - Angústia". Afonso Cláudio (ES). Nº 206, de 6/04/1940. 4p.

dro Anastacio do Nascimento, - 3 anos, - João Anastácio do Nascimento, 15 anos, Manoel Anastacio do Nascimento, 7 anos, Sebastiana Eugênia Ferreira, 25 anos, e Fermino José da Silva 65 anos de idade (dos treze mortos apenas dez foram encontrados e sepultados, sendo que se acham ainda desaparecidos: Antonio Anastacio do Nacimento, Manoel Anastácio do Nascimento e Germino Jose da Silva).

d) No Corrego Sabão – Morreram as seguintes pêssoas: - João Donato Cardoso, 50 anos, Rita Lima, 55 anos, Leotina Rosa de Lima, 11 anos, Geraldo Anastacio Cardoso, 17 anos e João Batista Cardoso com 7 anos, e ficaram feridos em consequencia Adélia Rosa de Lima, 4 anos e João Batista Cardoso, que morreu dias depois, nésta Cidade. (Os cinco mortos foram sepultados e os feridos ficaram aos cuidados do Dr. Eutropio).

e) No Ribeirão Firme Pequeno – Morreram as seguintes pessôas: Antonio Lamas Moreira, 25 anos, Delfina Mendes Moreira, com 21 anos e Henriqueta Mateus dos Santos, com 48 anos de idade. (Dos três mortos apenas os dois primeiros foram encontrados e sepultados e Henriqueta ainda se acha desaparecida.

Não se acham incluídos nésta informação os déz mortos de Santa Joana, em virtude de constar que os mesmos pertenciam ao Município de Itaguassú".

Recorrendo novamente a GIESTAS[141], em seu artigo, sobre a catástrofe, assim se manifestara:

"A maior parte dos corpos foram encontrados e ai enterrados, por se acharem em adeantado estado de decomposição, muito distante do local do desastre.

Por ironia do acaso, os documentos de terra de Anastácio Antônio do Nascimento, carregados pela torrente, foram achados intáctos dentro do "canudo" onde eram guardados, oito dias depois, nas margens do rio em Baixo Guandu. Não se soube nada dos demais desaparecidos".

✓ Apoio da Sociedade

"O povo procurou minorar tanto quanto possível os sofrimentos dos infelicitados no desastre.

D. Augusta Lamas d'Avila hospedou e proporcionou tratamento aos dois sobreviventes da família Wagmoger enquanto se trataram dos ferimentos recebidos e da neurose decorrente do impacto emocional que receberam."

✓ Apoio Público

"Os Poderes Públicos não prestaram nenhum socorro às vitimas, quer no enterramento dos defuntos, quer no tratamento de doentes ou no amparo aos desabrigados." O depoimento de GIESTAS sobre a participação do Poder Público Estadual foi transcrito na sua totalidade.

[...] "Os acontecimentos desastrosos foram logo comunicados a Vitória, mas as autoridades não tomaram nenhum conhecimento.

Por estranho que pareça, a primeira publicação da catástrofe foi feita pela BBC de Londres, três dias depois. No dia seguinte então é que a Rádio Nacional do Rio de Janeiro retransmitiu a notícia divulgada pela BBC, três dias depois os jornais de Vitória, publicaram sôbre o caso uma nota da Chefatura de Polícia.

O então interventor João Punaro Bley, dias depois, veio a Afonso Cláudio. Nessa ocasião o povo teve a oportunidade de ver nele o homem mais frio que se possa imaginar; o homem cujo coração fechado não abrigou sequer menor partícula de sentimento de solidariedade humana com os desamparados da catástrofe de Afonso Cláudio. O povo jamais esquecerá essa passagem negra de sua história.

O interventor zombou da desgraça alheia em Afonso Cláudio. Chegando a cidade, recebeu um ramalhete de flôres naturais, no Hotel Gastin, onde saltou do automóvel. Poz as mãos para traz, e mimoseando a região glútea com o ramalhete, pecorreu a cidade com o Prefeito e sua comitiva. Voltando ao hotel, tomou o automóvel e regressou a Vitória. Não quis ver sequer o que ocorrera nos lugares mais próximos – Puaia, a três quilometros e Floresta, dois. Silvio Barros, fotógrafo amador, organizou uma documentação fotográfica quase completa do nefasto acontecimento. Indo a quase todos os pontos atingidos pela tromba d'água, fotografou ruínas, exumação de cadáveres, condução destes em padiolas, sepultamentos em valas improvisadas por urgir o tempo, enfim, foi além do que poderia fazer um leigo na matéria. Vejamos agora o que aconteceu: Logo que o interventor Blei chegou, e soube das fotografias de Silvio Barros, mandou pedir-lhe tôda a documentação, inclusive as chapas. Sílvio não quís entregar, mas o capitão insistiu. Vendo infrutífera a sua insistência usou o seguinte ardiu: Viera em sua companhia o secretário da Agricultura Enrico Aurelio Rushi; o secretário tinha em Afonso Cláudio um funcionário da Secretaria muito seu amigo – Dr. Corintho Sousa, primo de Sílvio; por artes de berliques[LXXXV] e berloques[LXXXVI]

[LXXXV] BERLIQUES, s.m.pl.1. Escamoteação. 2. Arte ou habilidade misteriosa. 3. Embuste, intrujice.

[LXXXVI] BERLOQUES, s.m.(fr.berloque). Enfeite que se trás pendente da cadeia do relógio ou da pulseira. S.m.pl.Pop. 1. Peloticas. 2. Curiosidades de pouco valor.

obteve as chapas fotográficas emprestadas.
Decorridos algum tempo, como não foram devolvidas conforme prometido, Silvio recoreu ao secretário Ruschi por intermédio de seu primo Corinto Sousa. Qual não foi a sua decepção quando recebeu o recado do secretário Ruschi por intermédio do dr. Corintho Sousa, dizendo que quando o interventor Blei pediu as chapas foi para destruí-las, não queria absolutamente que existisse documentação do desastre de Afonso Cláudio.
O que o capitão Punaro Blei se esqueceu de destruir foi a memória do povo, evitando assim que o fato fosse registrado nos anais da história mais tarde".

✓ Epílogo

Aqueles que porventura estão vivos ou familiares dos que foram atingidos pela catástrofe ainda devem sentir, ecoar aos seus ouvidos, os gritos de angústia das vítimas daquela fatídica madrugada do dia seis de março de 1940. Famílias inteiras, devorados pela força da natureza, que avançou incontida "criando obstáculos que ela mesma destruiu, como, se o prazer intimo em revolta, fosse destruir e construir, elevar para nivelar, em perseguição ao homem, que se viu cercado por todos os lados, desorientado, para sucumbir sem defesa, porque a defesa só poderia existir, no momento, por um contraste da própria luta".

FOTO Nº 223 - Um dos Cenários da Catástrofe de 1940 - Alto Santa Joana (Itarana).
(Acervo: Diana Coseti Port e Ido Port. Livro: "Alto Santa Joana - 100 Anos de História" - p. 159).

4.5.3. Tiro de Guerra – 626

Em 1917, o Cel. José Cupertino Figueira Leite fazia gestões junto ao Exército Nacional, visando à fundação de uma linha de tiro no município.
Através do ofício nº 43, de fevereiro de 1917, oficiava ao Presidente do Tiro Brasileiro Vitória, Sr. Antero Monteiro Lázaro, pedindo-lhe "circunstanciadas informações acerca da organização e fins dessa útil agremiação patriótica [...]". A resposta do Sr. Lázaro foi rápida, prestando as informações solicitadas, criando expectativas de dotar o município de uma linha de tiro.
Em 1918, já aparecia na imprensa afonsoclaudense, nº 219, ações do Tiro de Guerra, sob o comando do Sargento Manoel Antonio Moraes.
Ainda em 1918, surge o nome do Tenente Ignácio Pinto de Siqueira, e, em 1919, do Sargento João Plino Nascimento, como novos comandantes do Tiro de Guerra.
No ano de 1920, em 03 (três) ocasiões apareceram matérias alusivas ao Tiro de Guerra 626, nos números 264, 267 e 268, ocasião em que o comando agora era novamente do 2º Sargento Manoel Antonio de Moraes.
Na edição de "O AFONSO CLÁUDIO[143]", de 1920, nova matéria sobre o Tiro de Guerra 626 era retratada pela imprensa, ocasião em que se comemorava o 21 de abril, dia consagrado ao mártir-patriota Tiradentes e também inaugurado o serviço de força e luz da cidade. Em 21/08/1945, o Prefeito Municipal Dr. Álvaro Castello, convocava a população local, para recepcionar o Sargento Carlos Passos, que chegaria nesta data, da Itália, onde tornara-se um dos heróis da FEB – Força Expedicionária Brasileira. Carlos Passos é nascido em Afonso Cláudio, no dia 24 de abril de 1920.

FOTO N.º 224 - 2º Sargento Carlos Passos – Integrante da FEB – Teatro de Operações na Itália – 1945.
(Acervo: Família Passos – Carlos e Maria Amélia)

[143]O AFONSO CLÁUDIO, "O 21 de Abril – Inauguração de Força e Luz e a Festa do Tiro 626". Afonso Cláudio (ES). Edição nº 268, de 25 de abril de 1920. 4p.

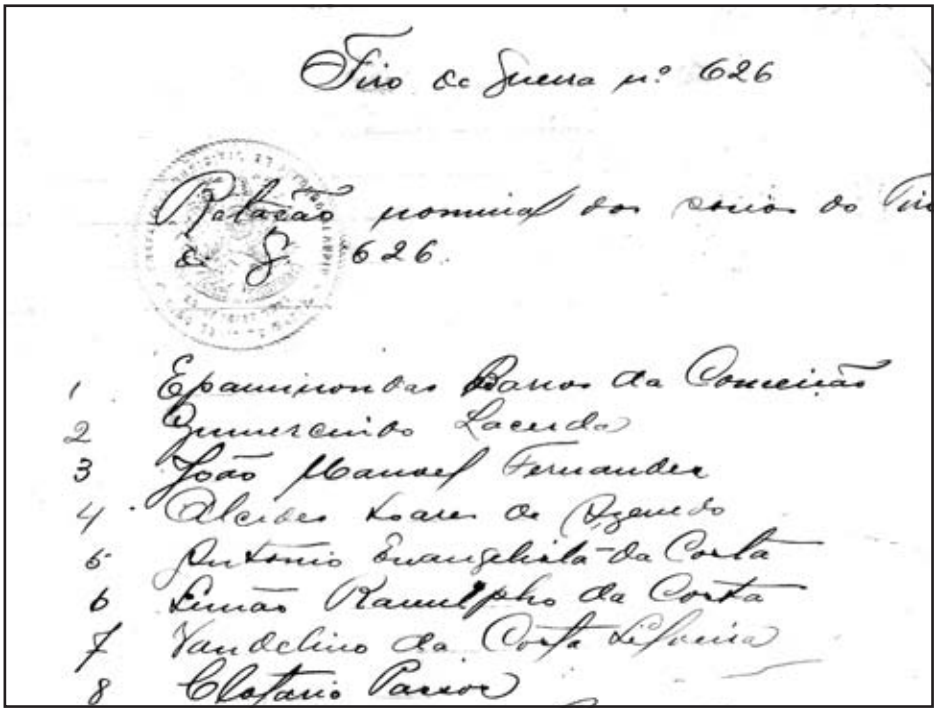
POVO DE AFONSO CLAUDIO !

Chegará hoje a ésta cidade, ás 16 horas, pelo auto-omnibus, o Jovem guanduense Sargento Carlos Passos, um dos gloriosos herois da F. E. B. Todos nós devemos, cheios de orgulho, recebe-lo festivamente. Apelamos para o comercio para que féche suas portas na hora da recepção. A partida do auto-omnibus, de Lagôa, será avisada por tiros de foguetes.

Afonso Claudio, 21/8/945

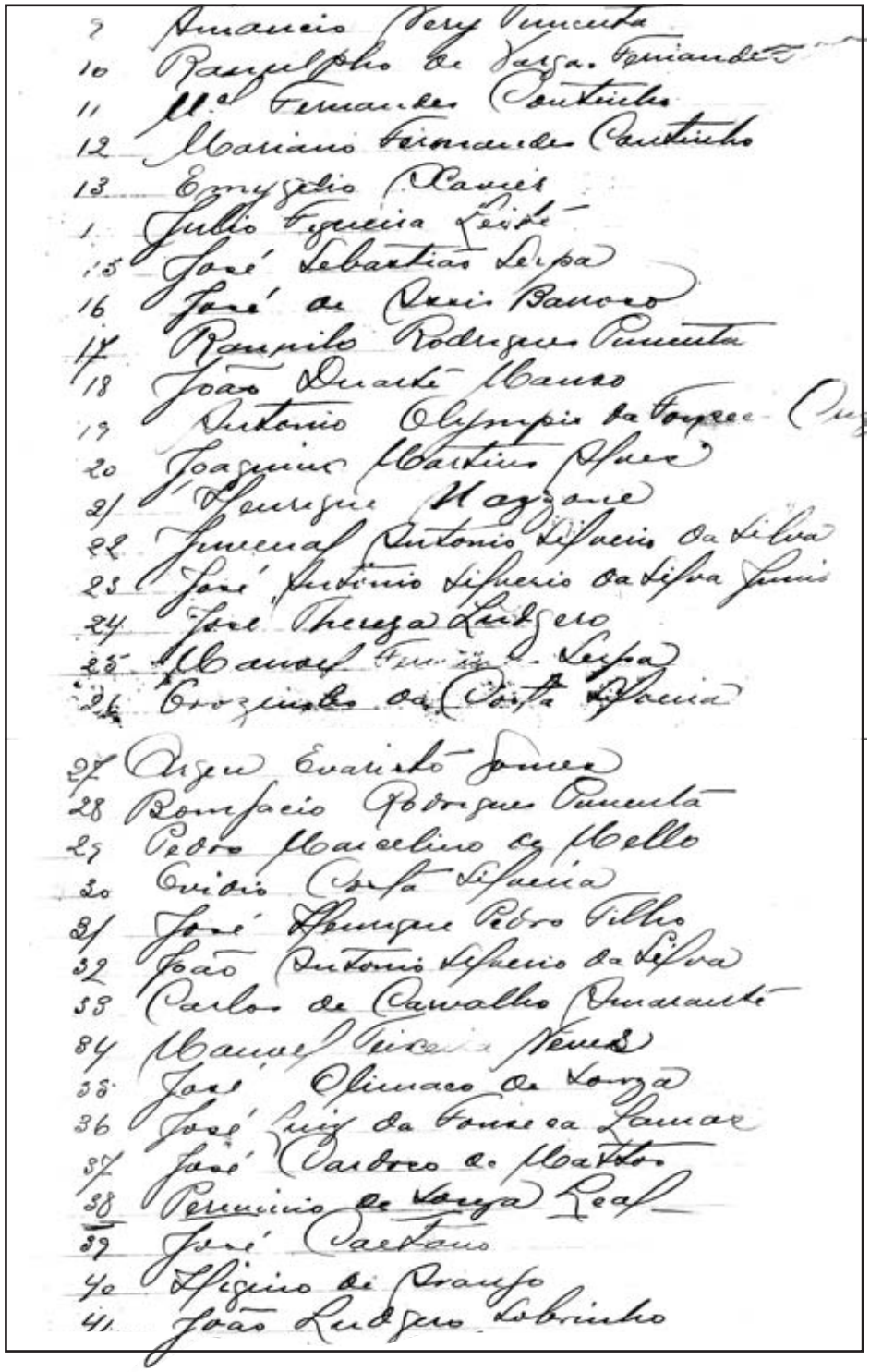
ALVARO CASTELO
Prefeito

ILUSTRAÇÃO N.º 112 - Convite ao Povo de Afonso Cláudio – Homenagem pelo Retorno do Sargento Carlos Passos da FEB - 21/08/1945.
(Acervo: Família Passos – Carlos e Maria Amélia)

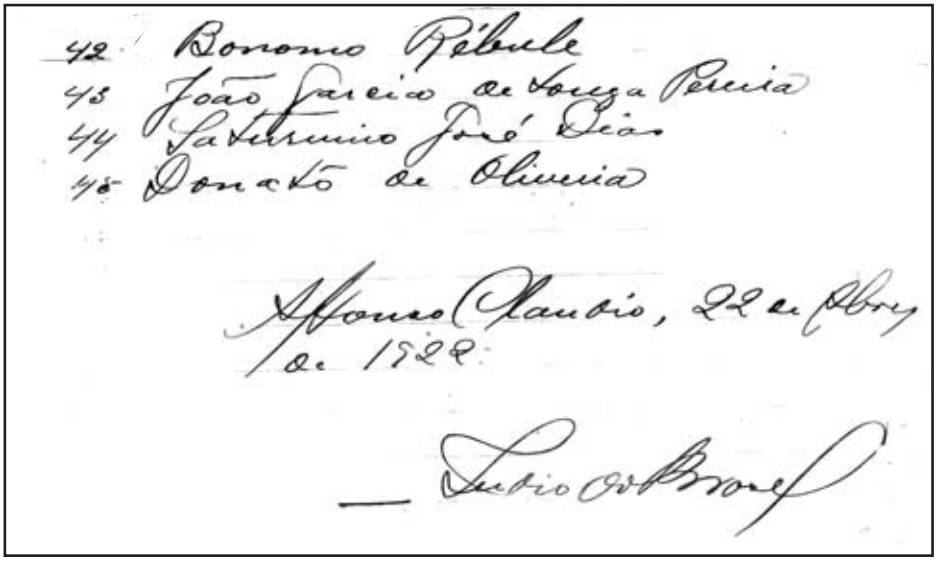

Fio de Seda nº 626

Relação nominal dos socios do Fio de S. 626.

1 Epaminondas Barros da Conceição
2 Innocencio Lacerda
3 João Manoel Fernandes
4 Alcides Lopes de Azevedo
6 Antonio Evangelista da Costa
6 Lucas Raimundo da Costa
7 Vandelino da Costa e Silva
8 Clotario Barros



9 Amancio Very Pimenta
10 Ranulpho de Vargas Fernandes
11 M.el Fernandes Coutinho
12 Mariano Fernandes Coutinho
13 Emygdio Xavier
1 Julio Figueira Leite
15 José Sebastião Serpa
16 José de Assis Barroso
17 Ranulo Rodrigues Pimenta
18 João Duarte Manso
19 Antonio Olympio da Fonseca Cruz
20 Joaquim Martins Alves
21 Henrique Mazzone
22 Juvenal Antonio Silverio da Silva
23 José Antonio Silverio da Silva Junio
24 José Thereza Ludgero
25 Manoel Fernandes Serpa
26 Crozinho da Costa Silveira
27 Argeu Evaristo Gomes
28 Bonifacio Rodrigues Pimenta
29 Pedro Marcelino de Mello
30 Ovidio Costa Silveira
31 José Henrique Pedro Filho
32 João Antonio Silverio da Silva
33 Carlos de Carvalho Amarante
34 Manoel Teixeira Neves
35 José Olimaco de Souza
36 José Luiz da Fonseca Lamas
37 José Cardoso de Mattos
38 Perminio de Souza Leal
39 José Caetano
40 Higino de Araujo
41 João Ludgero Sobrinho


42 Bonomo Rébule
43 João Garcia de Souza Pereira
44 Saturnino José Dias
45 Donato de Oliveira

Afonso Claudio, 22 de Abril de 1922.

— Ludio do Brasil

ILUSTRAÇÃO Nº 113 - Relação de Reservistas - Afonso Cláudio - 1922.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

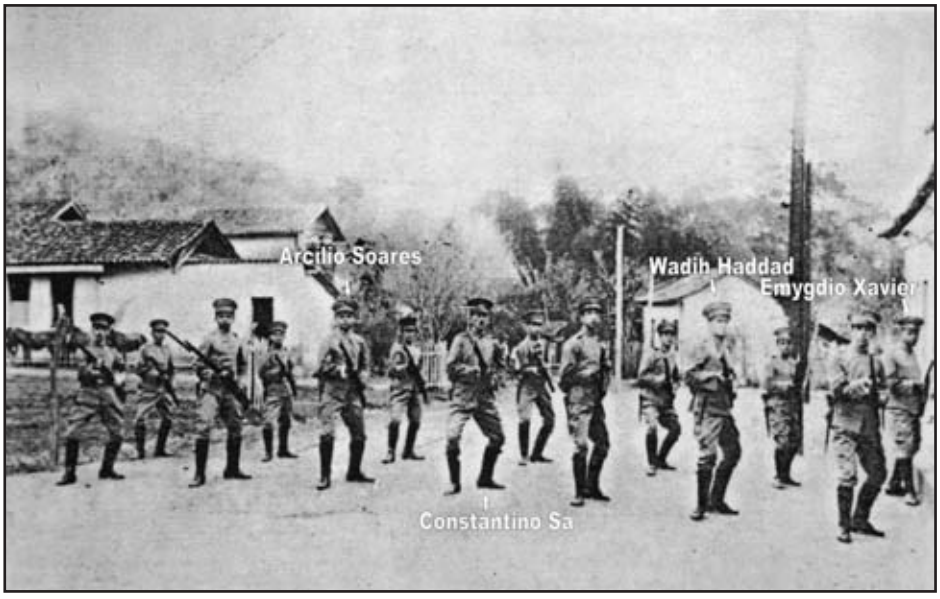
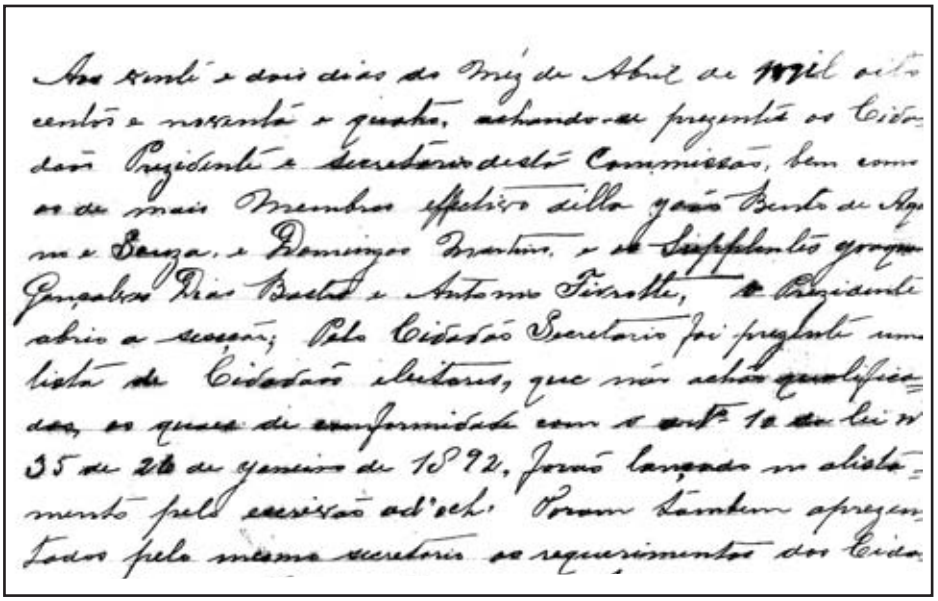


FOTO Nº 225 - Tiro de Guerra 626 – Alguns Praças – Afonso Cláudio - S/Data.
Soldados Identificados: Arcílio Soares, Constantino Sá, Wadith Haddad e Emygdio Xavier.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

Outros pracinhas representaram o município no conflito mundial: Jamir Sá, Filemon Tristão (Brejetuba) e Luiz (Filho de Samínia).
Carlos Passos redigiu um diário narrando os principais momentos vividos pelos pracinhas, e que denominiou de: “Diário de Um Expedicionário Brasileiro”, onde destacamos:

- ✓ Partida da tropa do Rio de Janeiro: 22/08/1944
- ✓ Chegada à Nápolis (Itália): 06/09/1944
- ✓ Chegada à Livorno (Itália): 11/09/1944
- ✓ Monte Assade (Itália): 06/11/1944
- ✓ Primeiro ataque dos alemães. Avião lança bomba de alto poder esplosivo. Muitos civis mortos (15) e dois (02) militares brasileiros: 10/12/1944
- ✓ Derrota infrigida do 3º e 11º, no Monte Castelo: 12/12/1944
- ✓ Conquista do Monte Castelo pelo 1º RJ: 21/02/1945
- ✓ Fim da Guerra na Itália: 02/05/1945
- ✓ Fim da Guerra na Europa: 08/05/1945 e
- ✓ Regresso ao Brasil: 12/07/1945.

A primeira ata da comissão encarregada pelo alistamento militar de Afonso Cláudio foi registrada em 26/04/1894, conforme ilustração.


Aos vinte e dois dias do Mez de Abril de mil oito
centos e noventa e quatro, achando-se prezentes os Cida-
dãos Prezidente e Secretario desta Commissão, bem como
os de mais Membros effectivos della João Bento de Aga-
no e Souza, e Domingos Martins, e os Supplentes Joaquim
Gonçalves Dias Bastos e Antonio Tirrotte, o Prezidente
abrio a secção; Pelo Cidadão Secretario foi prezente uma
lista de Cidadãos eleitores, que não achão qualifica-
dos, os quaes de conformidade com o art.º 10 da lei n.º
35 de 26 de Janeiro de 1892, forão lançado no alista-
mento pelo escrivão ad'oc. Foram tambem aprezen-
tados pelo mesmo secretario os requerimentos dos Cida-

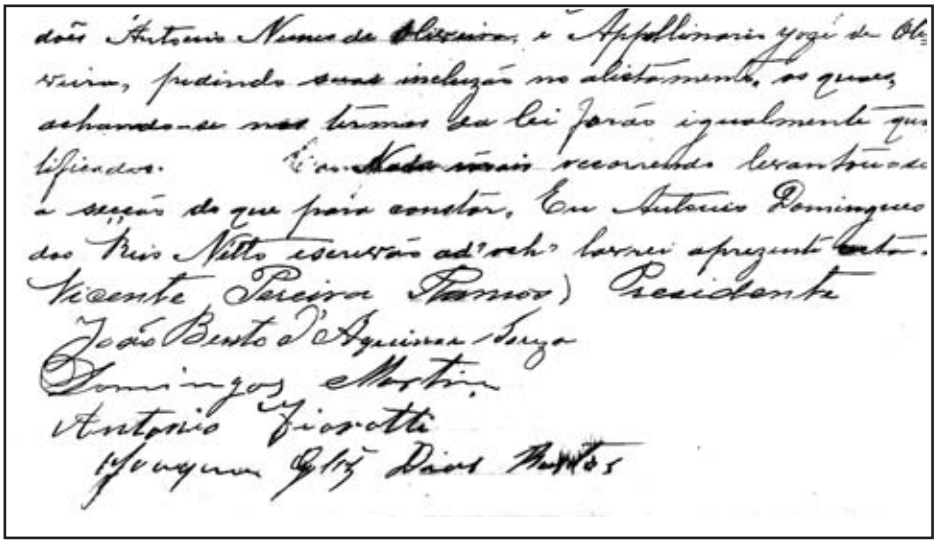


ILUSTRAÇÃO Nº 114 - “Acta da Commissão” Encarregada do Alistamento Militar - 22/04/1894.

(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

4.5.4. Diversos

✓ As Xipófagas

As xifópagas Rosalina e Maria Pinheiro Dável, filhas do casal João Dável e Rosalina da Silva Pinheiro, esta descendente pelo lado materno das famílias Vargas Correia e Ribeiro Fortes, nasceram em Pontões, Afonso Cláudio (ES), em 21/09/1893. Foram levadas para o Rio de Janeiro pelo Dr. José Gomes Pinheiro (Médico de Cachoeiro de Itapemirim), ficando internadas durante seis meses, na Casa de Saúde São Sebastião, para rigoroso tratamento pré-operatório.

As radiografias foram tiradas pelo Dr. Álvaro Alvim, constituindo no primeiro caso de trabalho radiográfico de xifópagas realizado no mundo, identificando através delas os órgãos comuns entre as duas irmãs, tendo o mesmo utilizado o primeiro aparelho de Raio-X do Rio de Janeiro (1897), por ele mesmo instalado. Dr. Álvaro Alvim é hoje nome de ruas e de hospitais no Rio de Janeiro e em Campos dos Goytacazes.

A operação das duas meninas foi realizada no Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 1900, pelo Dr. Eduardo Chapot Prevost, figura exponencial da medicina brasi-

leira, resultando no primeiro caso mundial de sucesso em cirurgia de separação de xifópagas.

FOTO Nº 226 - Eduardo Chapot Prevost - Sem Data.
(Acervo: José Fernando Destéfani)

Dr. Eduardo, hoje nome de rua na Praia do Canto, em Vitória (ES), era natural de Carmo do Cantagalo (RJ). Residiu com seus pais no centro da capital do Espírito Santo na Rua Dionísio Rozendo (ex-Rua das Flores), desde a infância à adolescência, tendo sido aluno do Ateneu Provincial. Seus pais, o cirurgião-dentista E. Chapot Prevost, e a senhora Louise Chapot Prevost, professora de francês em educandários de Vitória, gozavam a estima e o respeito da população da capital, onde residiram por mais de trinta anos [...].

Maria, a mais franzina das xipófagas, faleceu oito dias após a cirurgia. Rosalina, que sobreviveu, foi levada, logo após a operação, em 18 de julho do mesmo ano, pelo Dr. Chapot Prevost e sua esposa, Da. Laura, filha do cientista Joaquim Monteiro Caminhoá, à Europa. Da. Laura era tia-avó do falecido político Carlos Lacerda [...].

Rosalina, que foi adotada como filha pelo médico operador, estudou gratuitamente no Colégio Imaculada Conceição, no Rio de Janeiro, teve vida normal, casou-se, e na década de 1970 residia em Niterói, vindo a falecer, já idosa, no Rio de Janeiro.

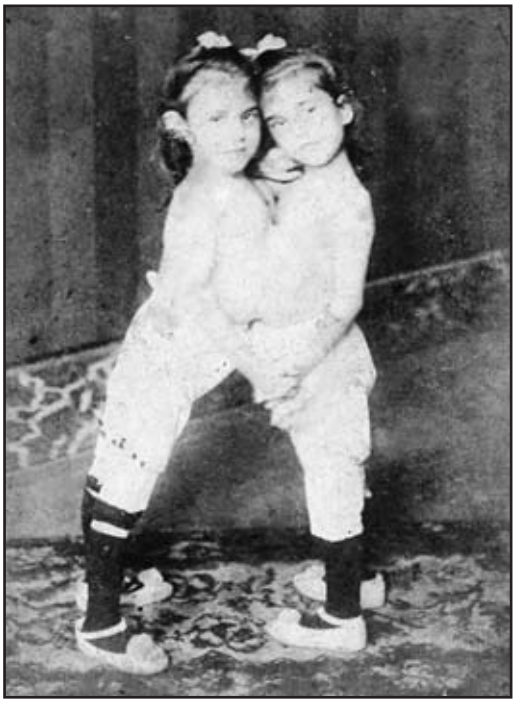


FOTO Nº 227 - Rosalina e Maria Pinheiro Dável - Foto de Marc Ferrez - Antes da Operação na Casa de Saúde São Sebastião do Rio de Janeiro - 1899.
(Acervo: Maria Dável de Freitas)

FOTO Nº 228 - Rosalina Pinheiro Dável e Familiares - Idade 70 anos - 1963.
(Acervo: Maria Dável de Freitas)

✓ Emissora de Rádio

O JREGIONAL[144], à p.5, estampava, na sua edição nº 6, que por ato da Presidência da República (Cel. João Figueiredo), assinado em 17 de setembro de 1981 e publicado no DOU de 21 do mesmo mês, através do Decreto nº 86.380, juntamente com o Ministro das Comunicações Haroldo Corrêa de Mattos, era outorgada concessão à Rádio Educadora de Afonso Cláudio Ltda, para "estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional na cidade".

O edital de concorrência pública nº 64/79 foi publicado em 19 de outubro de 1979. Já o contrato, assinado no início do mês de outubro, foi assinado pelo sócio-gerente José Côco Fontan, pelo Secretário Geral do Ministério das Comunicações, Sr. Rômulo Villar Furtado, Diretor-Geral Substituto do DENTEL Cel. José Foch de Lima e o Diretor da Divisão de Radiofusão, Eng. Roberto Blois Montes de Souza. Prestigiaram o ato da assinatura, o ex-deputado federal Walter de Prá e o Dr. Manoel Moraes Guedes, diretor de sua empresa de assessoria em telecomunicações do Distrito Federal.

A Rádio teria um alcance médio de aproximadamente 100 km em linha reta, quando iniciada em Afonso Cláudio. A sua área de abrangência iria até os municípios de Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana, Santa Tereza, Santa Leopoldina, Conceição do Castelo e Domingos Martins. O alcance e penetração da rádio estavam programados para atingir outras áreas: Iúna, Muniz Freire, parte de Cachoeiro de Itapemirim, Castelo e de Colatina, além dos municípios mineiros de Mutum, Lajinha, Chalé, Ipanema e Aimorés.

Outros sócios do empreendimento: José Pedro da Silva (procurador), Dério José Fernandes, Adolfo Osvaldo Bravin, Francisco Tristão Netto e Euredite Maria Garcia de Lima.

✓ Concurso de Beleza

No passado eram comuns os concursos de beleza, quer nos clubes sociais, nas escolas e na imprensa local. Época em que estes valores "mexiam" com a sociedade e as moças era mais recatadas.

Decorria o ano de 1932 quando o "CORREIO DO CENTRO[145]" promovia um

[144]JREGIONAL. "Rádio: Um Ideal Concretizado". Venda Nova (ES). Edição N.º 6, de 08 de novembro de 1981. 6p.

[145]CORREIO DO CENTRO. "Concurso de Beleza" – Qual a Mais Bela Criatura". Afonso Cláudio (ES). Jornal nº 36, de 2 de janeiro de 1932. 4p.

concurso de beleza com a finalidade de se "averiguar, pelo voto, qual a mais bela moça do município". A forma de votação era através do recorte dos cupons que vinham impressos no jornal. As mais votadas seriam premiados em:

a) Vencedora: Um lindo corte de crepe marroquim, um vidro de perfume estrangeiro, uma rica sombrinha de seda. Todos os prêmios foram oferecidos pelo comércio local.
b) A 2º e 3º colocadas: Um corte de seda francesa, um lindo bibêlo e uma bolsa de couro de cobra ou pelica, última novidade, para cada uma, também ofertados pelo comércio local.

Em janeiro de 1932, estas eram as mais votadas:

- Dalza Xavier.....6 votos
- Alcy Jeronymo da Silva.....6 votos
- Angélica Pádua .....5 votos
- Virgínia D'Ávila.....2 votos
- Luiza Saleme .....2 votos
- Amália Pádua.....1 voto
- Perciliana Lopes Vieira .....1 voto

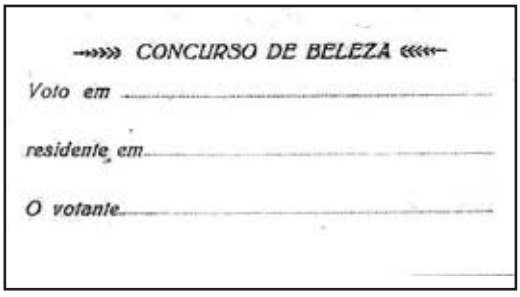


ILUSTRAÇÃO Nº 115 - Cupom de Votação da Mais Bela Moça Afonso-claudense – 1932.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

Os votos não assinados, ou seja, colocados por pseudônimos, não eram considerados válidos. A vencedora do concurso foi a Senhorita Luiza Saleme, quando contava com 27 anos.

✓ Sociedade Prêmio Agrícola Guanduense

Fundado em 5 de dezembro de 1908, elegeu a sua 1ª (primeira) diretoria composta dos seguintes cidadãos: Pe. Carlos José Leduc, Eraldo Campos, Adolpho Gomes e José Vianna. Seu objetivo era reunir esforços a favor da agricultura municipal, acompanhando todos os assuntos que pudessem concorrer para o progresso agrícola do município.

✓ Agência Estatística Municipal

Pelo Decreto nº 150, de 18/02/1938, publicado na edição do jornal "CORREIO DO CENTRO", de 26/02/1938, foi criada a agência municipal de estatística de Afonso Cláudio.
Era filiada ao Instituto Nacional de Estatística e diretamente articulada com o Departamento de Estatística Geral do Estado.
A agência era um serviço autônomo da Prefeitura Municipal, subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito e, necessariamente, teria que ser ocupado por funcionários do quadro de servidores do município.
Dentre os seus objetivos, há que se destacar a coleta crítica das informações requisitadas pelo Instituto Nacional.
O 1º (primeiro) agente foi o Sr. Sylvio Leite Xavier, nomeado pelo Dec. Nº 151, de 18 de fevereiro de 1938, assinado pelo Sr. Prefeito Adherball Galvão.

FOTO Nº 229 - Da Esquerda Para a Direita: Não Identificado, Osvaldo Federici, Sylvio Leite Xavier (Primeiro Agente de Estatística – 1938), Nelson Corrêa e Não Identificado.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

✓ Trânsito Público

Na edição do CORREIO DO CENTRO[146] de 1932, o Delegado de Polícia do município, Sr. Newton dos Santos Neto, fez publicar regras regulando o trânsito público da sede, em face da má interpretação da legislação e dos constantes abusos dos motoristas (chaufeurs) profissionais e amadores que circulavam na cidade em desacordo com as regras de trânsito - (Decreto nº 7.384, de 3 de fevereiro de 1926). Ficava, a partir de 17 de dezembro de 1932, estabelecido o seguinte:

"Nenhum veículo poderá fázer voltas nas travessas da Rua Geronimo Monteiro, na esquina da Pensão Central, na travessa Elias Gastin e na esquina da casa de Aristides Lemos, sómente podendo fazer, na praça do Quartel, João Pessoa, Eugenio Silva e na Independência

Os auto - onibus estacionarão na chegada, em frente á Farmarcia S. Sebastião, ao lado desta, e na saída, estacionarão na mesma frente, do lado oposto.

Os autos-transporte, de acordo com o artigo 11 do mesmo decreto, só poderão permanecer estacionados em frente as casas comerciaes ou armazens, durante o tempo necessário para carregarem e descarregarem.

Todo e qualquer veículo que esteja a espera de frétes, deverá permanecer estacionado, na Praça João Pessôa, do lado da casa do Snr. Francisco Xavier da Costa e na Rua 20 de Janeiro, em frente á casa de João Manoel Fernandes até ás imediações do Club Recreativo pelo lado direito.

Todo veículo encontrado estacionado fóra dos lugares determinados, sem que esteja recebendo ou deixando cargas será multado de acordo com a lei.

Na travessa da Casa Mascote, não poderá descer nem subir veículo de especie alguma. Os veiculos que tenham de passar na Rua José Giestas deverão fazer subindo pela praça Eugenio Silva ou pela João Pessôa, descendo pelas mesmas, conforme subiram.

Nas pontes desta cidade o veiculo que avistar primeiro o outro, deverá parar, para dar passagem ao mesmo, e nelas a marcha não poderá exceder a de um cavalo a passo.

Para os condutores de veículos que profissionam nesta cidade, chamo a atenção dos mesmos, para o disposto nos artigos 12, 13, 14, 15, 17, 20 e 24, do decreto já citado.

Para os condutores de veiculos nas estradas, chamo a atenção para satisfa-

[146]CORREIO DO CENTRO. "Trânsito Público". Afonso Cláudio (ES). Jornal Nº 83, de 17 de Dezembro de 1932. 4p.

zerem com cuidado as disposições do artigo 31 de 24 de julho de 1928 sob n. 18.323.
De ora em diante, os snrs condutores de veiculos que não atenderem á esta solicitação para a bôa marcha do transito publico, esta Delegacia os punirá de acordo com a lei e nas reinscidencias, serão punidos de acordo com os artigos 57 e 58 do regulamento de transito publico.
Delegacia de Policia em Comissão de Afonso Claudio, 8 de Dezembro de 1932.
Newton dos Santos Neto
Delegado de Policia em Comissão."

✓ Campanha Pró-Fundação Laureano

Os Drs. Ayres Xavier da Penha (Juiz de Direito), o Homero de Souza Costa e Pe. Paulo de Tarso, confiantes no espírito de colaboração do povo afonso-claudense, lançaram este movimento com o objetivo de angariar recursos financeiros ao projeto da Fundação Laureano, de combate ao câncer, na Vila de Serra Pelada. A manifestação foi recebida com simpatia e compreensão e despertou o mais vivo interesse na sociedade da cidade. O montante arrecadado, de cr$ 12.540,00 (doze mil e quinhentos e quarenta cruzeiros), foi remetido por cheque contra o Banco Boavista S/A, no Rio de Janeiro, à Sede da Fundação Laureano.

✓ Asilo para Menores

Em janeiro de 1937, era anunciado, pelo Governo do Estado, o início da construção de um asilo para menores. Era um belo edifício, amplo e confortável, e que ficava entre a Igreja Matriz e a travessa Elias Gastin, em frente à praça João Pessoa, hoje Adherbal Galvão. Com a extinção do Asilo, (não conseguimos a data) no local passou a funcionar o Posto de Saúde.

FOTO Nº 230 - Prédio Construído Para Abrigar Menores de Rua - 1937.
(Acervo: Normy Keffler Fitarone)

4.6 – PERSONAGENS MARCANTES NO DESENVOLVIMENTO DE AFONSO CLÁUDIO.

✓ **Adherbal Ferreira Galvão**

FOTO Nº 231 - Adherbal Ferreira Galvão - Sem Data.
(Acervo: Familiares de Dalva Saleme Galvão)

Foi casado com D. Arnóbia Lurdes Lamas, em 2ª (segunda) núpcia, nascido em Afonso Cláudio, em 06/01/1888. Casou-se quando tinha 26 (vinte e seis) anos, no dia 17 de janeiro de 1914.
Era filho de Joaquim Ferreira Galvão e Lindolpha da Silva Andrade. O seu filho único chamava-se Almir, que se casou com Dalva Saleme Galvão, filha de Pedro Saleme, "seu inimigo" político, e tiveram 8 filhos: Adherbal Saleme Galvão, Pedro, Amilcar, Martha, Almir, Maria Inês, Maria de Lurdes e Maria Aparecida.

FOTO Nº 232 - Adherbal Ferreira Galvão, Arnóbia e Almir (Filho) - Sem Data.
(Acervo: Familiares de Dalva Saleme Galvão)

Exerceu por alguns anos a atividade de dentista prático.

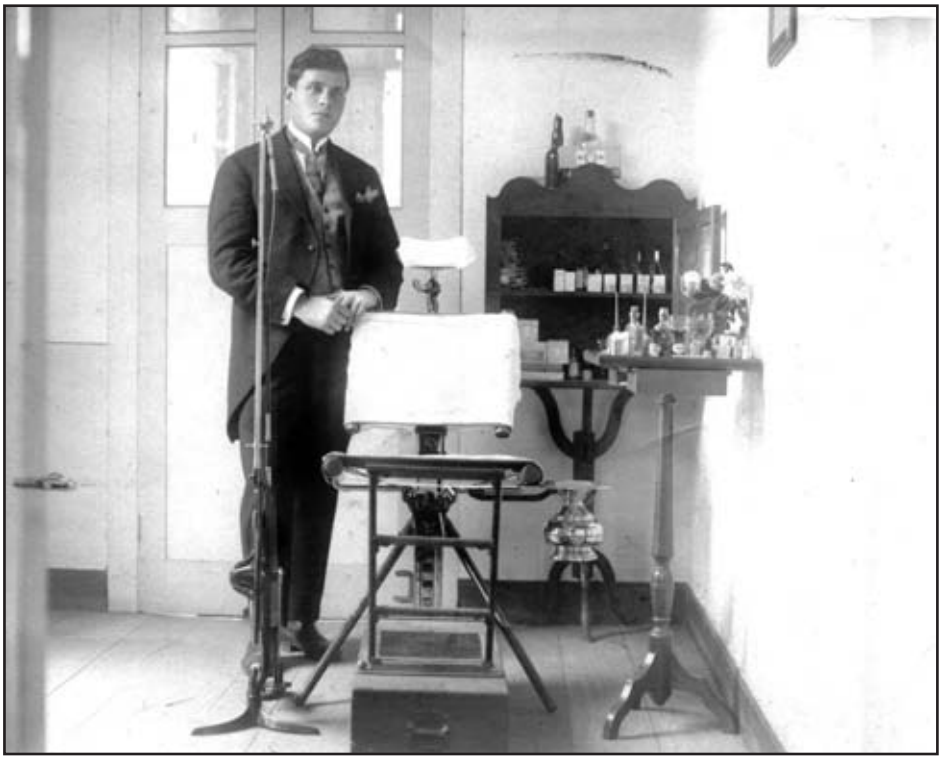


FOTO Nº 233 - Adherbal Ferreira Galvão - Consultório de Dentista Prático - 1920.
(Acervo: Familiares de Dalva Saleme Galvão)

Aos 41 (quarenta e um) anos, já participava da vida política afonsoclaudense e aos 42 (quarenta e dois) anos, em 1930, quando do advento da revolução de Getúlio Vargas, era "nomeado" temporariamente pelas forças Revolucionárias para administrar o município. Ainda naquele ano, fez parte da Junta Governativa, que ficou por poucos dias no comando da administração. Em dezembro de 1930, era oficializado como novo interventor do município, tendo ficado no cargo até 1944, e eleito em 1935.

Ajudou a fundar o PSD – Partido Social Democrático no município, em outubro de 1935.

Em 1929, fundou o Cine Avenida, que ficava à Av. 20 de Janeiro. Quando da fundação do clube de futebol "20 de Janeiro", foi um dos seus sócios fundadores (1924).

Em 1932, foi Secretário do Brasil Atlético Club, outro time de futebol criado na

cidade.
Foi sócio da Rádio Recreativo Club, tendo subscrito recursos financeiros para sua implantação, assim como foi um de seus diretores ao lado de Dr. Álvaro Castello.
Presidiu, em 1931, a Sociedade 24 de Outubro.
Durante a sua gestão, encontrou a cidade com muitos problemas: as praças eram verdadeiros capoeirões, as ruas: com verdejantes pastarias onde comodamente lotes de alimárias devoravam o capim e, as casas em ruínas, sem estética, sem muros, sem gradis, sem passeio e sem higiene.
Ainda durante o seu período de governo, foi instalado os serviços de água encanada e alguma rede de esgoto, construção da praça em frente à Matriz, calçamentos de ruas com paralelepípedos, inaugurado o Grupo Escolar "José Cupertino" e o Asilo de Menores "Cristiano de Andrade" (hoje no local, o 7º Distrito Sanitário).
A principal praça da cidade recebeu o seu nome: Praça Adherbal Galvão.
Faleceu em Vitória, no dia 05 de dezembro de 1947, tendo sido sepultado no Cemitério de Santo Antônio.

✓ Cel. Adolpho Rodrigues Gomes

FOTO Nº 234 - Cel. Adolpho Rodrigues Gomes.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

Era natural do Estado de Minas Gerais, filho de Caetano Rodrigues Gomes e Olympia de Carvalho Gomes, nascido em 1856 e falecido em Afonso Cláudio em

17 de abril de 1929, aos 64 (sessenta e quatro) anos. Foi casado com Rosalina Celestina Gomes. Tiveram os seguintes filhos: Maria Luiza, Miguel, Eupídio, Olívia, Cecília e Astolfo.
Exerceu as funções de Tabelião e Escrivão do Cartório do 1º Ofício desta Comarca (1901 a 1929).
Participou do grupo dos 18 (dezoito) homens, que chefiados por Antônio Rosa e Ramiro de Barros, seguiram em direção à Capital (Vitória) para prestigiar o republicano vitorioso Afonso Cláudio, ocasião em que, ao chegarem a Santa Joana (atual Itarana), foram recebidos por violenta fuzilaria, onde houve mortos e feridos, daí tê-los obrigado a retornar ao município.
Em 1891, participou da sessão da instalação da Vila de Afonso Cláudio, ocasião em que fez uso da palavra, que em breves frases recordou a origem do povoamento e aproveitou para saudar os ilustres republicanos, Afonso Cláudio, Constante Sodré, Henrique Coutinho e Cleto Nunes.
Fez parte do 1º (primeiro) Conselho Intendente nomeado pelo Interventor Estadual, Barão de Monjardim, em 18 de dezembro de 1890.
Em 22 de fevereiro de 1891, foi nomeado para o cargo de Secretário da Intendência, daí ter solicitado a sua exoneração do cargo de Membro do Conselho (1º Secretário).
Foi eleitor na 1ª (primeira) seção do distrito da Vila, logo após o recadastramento eleitoral de 1894.
Elegeu-se em 07 de dezembro de 1892 Juiz Distrital, com 52 (cinqüenta e dois) votos, sendo o mais votado.
Durante o período de 23 de maio de 1897 a 23 de maio de 1899, foi nomeado interventor do município de Afonso Cláudio (Prefeito), sendo o 10º intendente.
Era proprietário de uma casa de negócios na Vila, considerada de 3ª (terceira) classe. Trabalhava também com mascateação.
Fez parte da composição da Câmara Municipal de 1897, onde foi presidente e assinou o Decreto nº 48, de 24/03/1897, que autorizou o município a contratar um empréstimo para construção do edifício - sede da municipalidade e outras obras.
Quando da fundação do jornal “O Alto Guandu”, em 1º de janeiro de 1893, fez parte da direção, no cargo de Secretário.
Juntamente com o Cel. José Cupertino, ajudou a fundar a 1ª (primeira) banda de música do município, denominada “Euterpe Guanduense”.
Sua verve artística fez com que ao longo de sua vida estivesse sempre presente nesta atividade, pois, além de músico, foi, em 1893, Secretário do 1º

(primeiro) grupo de teatro amador de Afonso Cláudio, denominado de “Theatro Guanduense”.
Quando foi oficializada em 1905, a Conferência São Vicente de Paulo, fez parte como um de seus Membros. Possuiu uma fazenda no município.
O 1º (primeiro) piano a chegar à cidade foi adquirido por ele, que foi transportado por carro de bois. Segundo FILHO[31], já citado: “Seu Adolpho Gomes, o tabelião da cidade, homem inteligente e de bom nível cultural, gostava de música e queria fazer uma surpresa aos moradores locais [...]” comprando um piano. Deixou a sociedade incrédula, onde alguns acreditavam e outros não, no projeto.
Marcada a data e horário, compareceu à solenidade de recepção ao piano, a nata da sociedade afonsoclaudense: Pe. Jorge, o Juiz de Direito – Dr. Lourival de Almeida, o Cel. José Giestas – Prefeito, o maestro Emigdio Xavier e populares.
Eis que, de repente é anunciado que o Sr. Felício vinha trazendo o piano, um “simpático velhinho de barbas brancas” e conhecido de todos na cidade. Vindo na direção do Hotel Custódio, “tocando” um carro de bois todo enfeitado, “vinha adentrando a cidade com sua preciosa carga”. Foi nomeado Tenente Secretário do 6º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Santa Leopoldina (ES), pelo Vice-Presidente da República Floriano Peixoto, na data de 26 de

FOTO Nº 235 - 1º Piano Adquirido em Afonso Cláudio Pelo Cel. Adolpho Rodrigues Gomes - 1928.
(Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Revista "Capichaba")

Janeiro de 1893.

✓ **Álvaro Castello**

FOTO Nº 236 - Da Esquerda Para a Direita: Calixto de Azevedo, Dr. Álvaro Castello, Dr. Lourival Almeida e Dr. Manoel Sette. No Lugar Denominado "Refugio da Belleza" - Sem Data.
(Acervo: João Luiz Castello Lopes Ribeiro)

Nascido na cidade da Serra, em 12 de fevereiro de 1896, era filho de João Dalmácio Castello e Cora Salles Castello. O curso primário foi feito até o 3º ano na cidade da Serra, tendo completado o último ano no Grupo Escolar Gomes Cardin, na Capital. O ginasial também foi em 2 (dois) educandários: o 1º ano, no ginásio estadual, e o restante no ginásio São Vicente de Paulo, do qual foi aluno fundador.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (RJ), em 1922. Casou-se em Afonso Cláudio (ES), em 18 de junho de 1925, com Jacy Barros Leite, filha do grande político José Cupertino Figueira Leite e D. Marfisa de Barros Leite. Deste consórcio, tiveram 3 (três) filhos: Cupertino Dalmácio Castello, Álvaro Castello Filho e Cora Marfisa Castello.

Os cargos ocupados durante a sua vida pública: Telegrafista do Telégrafo Nacional, em Vitória (mediante concurso público), no período de 1920 a 1923; Promotor Público da Comarca de Afonso Cláudio (ES), durante os anos de 1923 a 1924; Advogado autônomo da mesma Comarca (1924 a 1935); e Deputado Estadual pelo Partido da Lavoura (oposição) de 1935 a 1937. Após, voltou a trabalhar como advogado autônomo, ainda em Afonso Cláudio (1937 a 1944). Foi Consultor Jurídico do Governo do Estado do Espírito Santo em 1944 e 1945,

quando foi nomeado pelo Sr. Interventor Estadual, Desembargador Otávio Lengruber, Prefeito de Afonso Cláudio, permanecendo no cargo no período de 30 de julho de 1945 a 12 de novembro do mesmo ano. Em 1946, foi eleito Deputado Federal pelo PSD – Partido Social Democrático (1946 a 1955 – reeleito). Encerrado o mandato, foi nomeado Presidente da CEF – Caixa Econômica Federal do Espírito Santo – (1955 e 1956 – 1957 a 1961).

Em 1958, tentou mais uma vez a deputação federal, não logrando êxito no seu projeto. Como ficara como 1º (primeiro) suplente, assumiu novamente de 1961 até 1963, em substituição ao Deputado Federal Napoleão Fontenelle, que assumira a Secretaria de Agricultura Estadual.

Foi professor de português, geografia e matemática do Ginásio São Vicente de Paulo, de 1920 a 1923. Dirigiu, juntamente com José Cupertino, o Jornal semanário "O Affonso Claudio". Fez também no município, o jornalzinho conhecido como "Evohe".

Por motivos de ordem política, não foi nomeado Juiz de Direito em 1930, quando fora aprovado por concurso público. Entretanto, por concurso público, mais tarde, foi nomeado Desembargador pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Chegou a atuar junto a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção ES, assim como, por diversas ocasiões, fez parte do Tribunal Regional Eleitoral (anos 1952). De 1955 a 1960 chegou a exercer a Presidência do Diretório Regional do PSD.

Em Afonso Cláudio, organizou o "Trianon Club", e foi um dos fundadores do Grupo Musical "Está Cruel".

Faleceu na cidade de Brasilia (DF), na data de 08 de julho de 1988.

Esses dados foram extraídos do documento produzido pela Academia de Letras e Artes da Serra[147], do ano de 2005.

✓ Emygdio Xavier

FOTO Nº 237 - Emygdio Xavier - Sem Data.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

[147]ACADEMIA DE LETRAS E ARTES DA SERRA. "Patronos". Serra (ES). 2005.151p.

Natural do Espírito Santo, nascido no ano de 1892, era filho de Venâncio Xavier e Antônia, conhecida como Mãe Antônia, que durante muitos anos interferiu no trabalho de trazer ao mundo gerações várias de guanduenses. Falava pouco, mas sorria com jovialidade. Atendia a qualquer hora da noite, fosse para quem fosse, sem um resmungo de contrariedade, ainda que chovesse a cântaros.

Durante muitos anos, residiu na cidade de Afonso Cláudio, onde teve participação efetiva nas atividades cultural, social, musical, administrativa e política do município.

Em 1909, foi oficial "ad-hoc" do Cartório de Registro Civil.

A partir de 1926 passou a ser redator-secretário do jornal "O AFFONSO CLAUDIO", e quando o jornal voltou a ser reeditado em 1951, foi o Diretor-Secretário.

Ainda em 1951, fez parte da fundação da Sociedade Musical "São Sebastião", onde exerceu a função de 1º Secretário. Além disso, foi também o maestro da banda, durante alguns anos.

Em 1923, foi também o maestro da Euterpe Guanduense, onde tocava qualquer instrumento de sopro. No ano de 1930, passou a ser o diretor-regente da Euterpe.

Também deixou a sua marca no teatro afonsoclaudense, tendo atuado no Teatro Grêmio Recreativo Guanduense, nos anos de 1916.

Nesta data, ainda, ajudou a implantar o projeto de criação da Escola Literária Educativa Guanduense, que era uma escola noturna e um dos auxiliares.

No período de 1929 a 1930, exerceu o cargo de Prefeito Municipal.

Decorria o ano de 1931 quando resolvera se alistar na Polícia Militar do Espírito Santo, como músico de 2ª classe, no cargo de 3º Sargento.

Naquela corporação, galgou os seguintes postos:

- 1933 – 2º Sargento Contra-Mestre
- 1936 – 2º Tenente
- 1940 – Secretário do Departamento de Instrução
- 1940 – Promovido a 1º Tenente
- 1941 – Passou a responder pelo Comando da Polícia Especial
- 1941 – Retorna ao posto de Secretário do Departamento de Instrução
- 1942 – Delegado de Polícia em Anchieta
- 1942 – Delegado de Polícia em Itaguaçu
- 1942 – Delegado de Polícia em Santa Cruz
- 1942 – Delegado de Polícia na Serra
- 1943 – Delegado de Polícia em Santa Teresa
- 1943 – Delegado Especial no Norte do Rio Doce

- 1943 – Delegado de Polícia em Guarapari e S. Domingos (Distrito de Colatina).
- 1943 – Delegado de Polícia em Cachoeiro de Itapemirim
- 1943 – Delegado de Polícia em Colatina
- 1943/1945 e 1946 – Delegado de Polícia em Santa Teresa
- 1945 – Passou a responder pelo Comando da 3ª Cia da Fuzilaria
- 1947 – Promovido a Capitão
- 1947 – Chefe da 1ª Seção da P.M.
- 1947 – Promovido a Major – P. M.

Quando passou para o Quadro da Reserva, retornou em 1952 para sua terra natal, onde ainda exerceu várias atividades: Secretário da Câmara, Secretário da Conferência de São Vicente de Paulo, Secretário da Prefeitura Municipal, Diretor Secretário do Órgão Oficial do Município.
Em 1959, desligou-se do município e transferiu residência para o Rio de Janeiro.
A casa onde reside José Saleme, em Vitória, em Vila Maria, foi adquirida dos herdeiros de Emygdio Xavier, perto do quartel da Polícia Militar.

✓ Cel. José Cupertino Figueira Leite

FOTO Nº 238 - José Cupertino Figueira Leite - Sem Data. (Acervo: Familiares de Dulce Leite Almeida)

Nascido em 18 de setembro de 1874, em Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, era filho de Galdino Leite Ribeiro e D. Julia Figueira Breves. Faleceu em Vitória, em 23 de agosto de 1924, sendo sepultado nessa cidade, no Cemitério de Santo Antônio.

Deixou sua terra natal transferindo-se para o Estado do Espírito Santo, mais precisamente em Afonso Cláudio, onde inicialmente se dedicou ao comércio, profissão que abandonou cedo porque não era aquele ramo que almejava para si.

Mais uma vez buscando auxílio de GIESTAS[148], este afirmava que José Cupertino foi comerciante, solicitador[LXXXVII], funcionário da Justiça Estadual e político.

Antes de vir para o Espírito Santo, quando tinha 17 (dezessete) anos, cursava o "Ateneu" de Cantagalo (RJ). Casou-se em 1893, em Afonso Cláudio com a D. Astroldina Guilhermina Gomes, "nascendo desse matrimônio os filhos, Júlio, Adalgiza e Irene, ocasião em que exerceu interinamente o cargo de Promotor de Justiça da Comarca do Guandu.

Iniciou-se na vida pública partidária em 1903, quando foi eleito vereador e Presidente da Câmara. Governou o município de 1903 a 1907. Durante o seu mandato, buscou a elevação da Vila de Afonso Cláudio à categoria de cidade, negado pelo Governo Estadual, tendo em vista não existir competência legal para tal.

Pela Lei Municipal nº 102, de junho de 1903, José Cupertino, como Presidente do Governo Municipal de Afonso Cláudio, autorizou a construção da primeira ponte, ligando a parte norte ao sul da cidade, pois até aquela época o Rio Guandu era transposto em rústicas pinguelas.

Decorria o ano de 1906 quando enviuvou-se. "Em 1907 contraiu novas núpcias com D. Marfisa de Barros, com quem teve os seguintes filhos: Dulce, Jacy, Hermes, Nice, Jurandy, Marfisa e Maria.

Explorou os serviços de luz e força da cidade e adjacências, autorizado que fora pela Lei nº 54, de 11 de julho de 1917.

Neste mesmo ano, foi eleito deputado estadual e, reeleito em 1920 e 1923.

"Foi Tabelião de Notas do Cartório do 2º Ofício da Comarca durante muitos anos". Cartório este que situava no local do Hotel Custódio.

José Cupertino aliava à sua aparência elegante o valor de seu espírito esclarecido e humanitário, sempre voltado para as ações que beneficiassem a comunidade. Adquiriu todo o instrumental da "Banda Euterpe Guanduense", bem como

---

[148]GIESTAS, Jair. "Fragmentos Históricos do Município – Cel. José Cupertino Figueira Leite (Neto do Visconde de Figueira).

[LXXXVII]SOLICITADOR (ô) adj 1. Que solicita. sm. 2. Indivíduo que ainda não se diplomou em advocacia, mas legalmente habilitado a exercer a profissão dentro de certas restrições legais.

os uniformes que valorizavam aquele conjunto musical.
José Cupertino inaugurou a luz elétrica em Afonso Cláudio, em 21 de abril de 1920. Época que não existiam ainda rodovias onde pudessem ser transportados os materiais da usina. O único recurso foi encaminhar todo o maquinário por estrada de ferro, até a cidade mineira de Aimorés, de onde foram transportados por carros de bois, tendo como condutor do comboio o não menos histórico Felício Parreira de Souza – chamado à época, carinhosamente de: Vovô Felício – que, para aquele trabalho recebeu o apoio do fazendeiro Sebastião Gonçalves do Nascimento. A usina de luz elétrica foi instalada próximo à residência do próprio José Cupertino, no bairro que hoje é conhecido por Bairro Campo Vinte, antes da primeira ponte. O local da instalação da usina passou a se chamar de "máquina".
Na grande casa de morada de José Cupertino eram hospedados os visitantes ilustres que se dirigiam à pequena cidade. Aquela grande casa era também ponto de encontro das famílias amigas e de autoridades locais, onde discutiam as notícias mais recentes, vindas das capitais Federal e Estadual. Desenvolviam ali leituras de bons livros e desfrutavam do privilégio de ouvir os últimos discos chegados de Vitória ou do Rio de Janeiro, na vitrola que pertencia a grande casa de morada de José Cupertino.
Colaborou efetivamente para a criação do Jornal "O Affonso Cláudio", do qual foi, mais tarde, o seu proprietário, jornal esse que hoje traz muitas saudades, uma vez que o mesmo deixou de ser editado.
Em 1921, conseguiu a ligação telefônica para Afonso Cláudio, via Itarana e Santa Tereza.
Assim foi sua trajetória de vida. Trajetória essa que o imortalizou na História do Espírito Santo e de Afonso Cláudio, realizando obras para o engrandecimento deste município, no campo da cultura, educação, comunicação, transporte, social e filantrópico.
José Cupertino, homem livre e de bons costumes, foi o fundador da Loja Maçônica "Aurora Guanduense", hoje transformada na loja simbólica "José Cupertino", nº 1846 – Oriente de Afonso Cláudio.

✓ Cel. José Giestas

Era português, nascido em Monção do Minho, a 27 de agosto de 1877, e falecido em Afonso Cláudio no dia 14 de março de 1935, filho de Helena Rosa Fernandes Giestas.

FOTO Nº 239 - Cel. José Giestas e Firmina de Vargas Fernandes - Sem Data.
(Acervo: Foto Oliveira)

Segundo GIESTAS[149], "aos treze anos de idade emigrou para o Brasil. No Rio de Janeiro, foi morar com sua mãe, que vivera anteriormente no Rio Comprido. Seu primeiro trabalho foi num bar, todavia não pode suportá-lo porque o horário de serviço era das seis as vinte e duas horas, sem nenhum descanso, de segunda feira a domingo".

Trocou de emprego e passou a trabalhar numa fábrica de calçados, cujo horário era quase o mesmo. Adoeceu de impaludismo, quando seus patrões também tinham decidido encaminhá-lo a uma fazenda de São Paulo. Entretanto, de "passagem pelo Rio, seu tio João Manoel Fernandes convidou-o para passar a fase de restabelecimento na sua fazenda, no Espírito Santo". Veio para a Fazenda Pindobas, em Castelo e não retornou mais para o Rio de Janeiro.

Em Castelo foi trabalhar na roça, passando depois para a área do comércio.

"Em 1895, atraído pela propaganda, resolveu conhecer o Alto Guandu (hoje Afonso Cláudio). Gostando da região, instalado por amigos, também vindos de Castelo, decidiu ficar temporariamente. No começo residiu na fazenda Vargem Grande, de Antônio Manoel Fernandes, posteriormente seu sogro".

Ali, foi professor de rapazes e meninos da fazenda. Quando conheceu o Cel. Ramiro de Barros, este o convidou para trabalhar na sede do município. Começou como auxiliar do comércio do Sr. Ramiro.

Posteriormente, ingressou no serviço público municipal. Nas horas vagas, complementava os salários, atuando no ramo de barbearia.

A mesma fonte[148] afirma que: "A 7 de setembro de 1901 casou-se com d. Firmina de Vargas Fernandes, na localidade de Pontões. Deste matrimônio, nasceram

[149]GIESTAS, Jair. "Fragmentos Históricos do Município – Cel. Giestas". Afonso Claudio (ES). Jornal nº 114, Ano XXII, de 15 de julho de 1959. 4p.

onze filhos: Izilda, Jair, Hotir, Gualter, Alcy, Darcy, Haydée, Elisa, Helena, Zeny e Jofir.

Na atividade pública municipal, começou como Procurador, passando depois para a Secretaria do mesmo Governo. Com a prática adquirida de guarda-livros, fazia também escritas comerciais.

"Em 1909, foi nomeado professor público municipal por concurso público. Ainda no mesmo ano, devido a falta de advogados, exerceu também o mandato procuratório em inventários e causas cíveis, em que não houvesse impedimento da lei".

Novamente deixava o magistério em 1912, por questões financeiras, e retornava ao ramo do comércio.

No dia 25 de março de 1914 era eleito como primeiro prefeito após a reforma constitucional de 13 de maio de 1913. "Reeleito em 1916 e 1918, exerceu o mandato por três biênios consecutivos".

No ano de 1920, afastou-se das lidas políticas, não sem antes ter marcado a sua passagem pela administração municipal com grandes realizações, sendo que a marca principal foi a construção do Palácio Municipal, numa época de grandes dificuldades financeiras.

Entretanto, em 1924 retornava à política, ocasião em que o prefeito José Cupertino havia falecido e "seus amigos foram tirá-lo do recesso para assumir a direção política do município".

Nesta nova fase política-administrativa deixou também a sua marca: "construiu a estrada de automóvel, embora precária, da cidade a divisa com Castelo [...]", promulgou o Código de Posturas do município (Lei nº 55, de 17/07/1917); Código Tributário (Lei Nº 42, de 1º/10/1928) e Organização Administrativa do Município. (Lei nº 13, de 29/04/1929).

Em 1930, deixava novamente a política, passando a dedicar-se unicamente às suas atividades particulares.

✓ José Jorge Haddad – "Zé Haddad"

Natural de Beirute (Líbano), era filho de Jorge Joaquim Haddad e Marian Nahas Haddad (filha de Ramiro de Barros Conceição e Ana Magalhães de Barros). Nasceu em 24 de janeiro de 1880 e faleceu na cidade de Afonso Cláudio, na data de 07 de outubro de 1974, aos 94 (noventa e quatro) anos de idade (Livro 146, fls. 134, nº 7241). Foi casado com Izaura de Barros Haddad, em 1913, cujo consórcio matrimonial gerou os seguintes filhos: Elvira, Rômulo, Mozart, Stella, Dalila, José (Zezito), Zuleika, Remus, Roberto e Helena.

FOTO Nº 240 - José Jorge Haddad e Isaura. 1931.
(Acervo: Revista “Vida Capichaba” - Biblioteca Pública Estadual)

Chegou ao Brasil em 1899, em companhia de seu pai e dos irmãos Joaquim e Pichara, e em Afonso Cláudio, em 1902, portanto, aos 22 (vinte e dois) anos. Antes de vir para Afonso Cláudio, chegou a residir em Salvador (BA) e depois em Vitória e Santa Tereza, no Espírito Santo.

Foi em Afonso Cláudio que concluiu o curso científico, hoje conhecido como Ensino Médio.

Em 1904, já era comerciante na cidade, tendo construído a sua própria loja com recursos financeiros proveniente da formação de poupança, conhecida como a “Victoriosa”, onde era vendido desde armarinhos, perfumes, calçados, papelaria, ferragens, louças, mantimentos, bebidas e ainda comprava-se café. O seu auxiliar era o Paulo José Saleme. Para início das atividades, arrematara o estoque de mercadorias do estabelecimento comercial do Sr. Sabino Coimbra, que fora a leilão.

Foi um comerciante rico e poderoso, mas que na década de 1930,com a desastrosa e inesperada baixa do café, fê-lo pobre e quase sem recursos. Conheceu, portanto, “e não por uma só vez, os altos e baixos da vida, mas sempre com a mesma fleuma, que lhe era peculiar [...]”.

Foi também um dos primeiros agentes dos Correios da cidade.

Quando da organização, em fevereiro de 1916, do diretório político do PRES – Partido Republicano do Espírito Santo, fez parte daquele diretório.

Exerceu a presidência do Teatro “Grêmio Recreativo Guanduense”, fundado em 1916.

Em 19 de janeiro de 1922 foi escolhido Conselheiro da Fábrica da Matriz e mais

tarde fabriqueiro. Novamente, em 1935, foi indicado pela Cúria Diocesana para compor a comissão da fábrica da nova Matriz, onde novamente foi o fabriqueiro.
Participou como membro atuante da Conferência São Vicente de Paulo, a partir de 1906, tendo inclusive cedido as dependências de sua residência, em 1926, para a realização das reuniões. Exerceu a função de presidente, no período de 1935 a 1968.
Decorria o ano de 1924 quando completou o mandato de interventor do município, até 31 de dezembro daquele ano, e também ajudou a fundar o clube de futebol "20 de Janeiro".
Em 1929 era eleito vereador à Câmara Municipal, sendo eleito seu Vice-Presidente (1º/01 a 31/12/1929).
Eleito pela 2ª (segunda) vez para o cargo de vereador em 1935, assumiu naquela oportunidade a presidência da Câmara.
Exerceu também "o cargo de correspondente do Banco do Estado do Espírito Santo". Fez parte, como sócio, da Rádio Recreativo Club, criado em 1931.
A Banda Musical São Sebastião foi criada em 15 de outubro de 1951 e naquela ocasião fez parte da sociedade.
Quando da reforma dos estatutos do Trianon Clube, em 1953, participou de sua aprovação.
Como se vê "José Jorge Haddad foi conivente de tudo que, nos tempos idos, se fez em Afonso Cláudio de bom, de significativo e honroso para todos os que aqui residem" e/ou residiram.

✓ José Ribeiro Tristão

FOTO Nº 241 - José Ribeiro Tristão e Eunice Ribeiro Tristão - Sem Data - Foto Tirada nos Jardins da Casa de Afonso Cláudio.
(Acervo: Arquivos das Empresas Tristão)

José Ribeiro Tristão, filho de Misael Tristão e Elfina Ribeiro Tristão, é mineiro de Ocidente, tendo nascido em 20 de junho de 1904. Em 1929, ao 25 (vinte e cinco) anos casou-se com Eunice Siqueira, nascida aos 05 de julho de 1910, também mineira, natural de Mutum. Deste relacionamento, nasceram os filhos Jônice (01 de fevereiro de 1930), Ecylda (30 de outubro de 1932), em Mutum – MG e Evaldo, nascido em Afonso Cláudio, onde faleceu e foi sepultado.

Foi com seu pai Misael Tristão, juntamente com outros irmãos, que adquiriu "experiência e intimidade com a prática dos negócios", que segundo arquivos das Empresas Tristão, "cumprira um rígido período de treinamento sucessório e familiar"

Quando sentiu que estava "pronto" para "saldar, com juros, as promissórias que seriam de sua responsabilidade, pelo período em que viesse a administrar a loja de São Manoel de Mutum", foi quando tudo começou, para este que seria um dos mais sólidos grupos da economia capixaba.

Ainda, segundo o que encontramos nos arquivos das Empresas Tristão, José Ribeiro e Eunice, naquele período de "permanência em São Manoel de Mutum, com muito trabalho e sacrifício, praticamente sozinhos, transformaram a loja num dos mais prósperos estabelecimentos comerciais da região. Sentiam, portanto, que estavam prontos, com seus dois filhos – Jônice e Ecilda – para buscarem seus próprios caminhos.

Numa conversa informal com um de seus amigos, experiente viajante, ficou sabendo, um pouco antes da devolução da loja de Mutum para seu pai Misael Tristão, que a cidade de Afonso Cláudio tinha absoluta necessidade de uma loja com as características de um médio empório comercial.

José Ribeiro Tristão, com entusiasmo, transferiu-se de imediato para Afonso Cláudio, com toda a família, registrando naquela cidade promissora, a sua própria firma comercial.

A loja cresceu rapidamente. Despontava como um verdadeiro bazar, comerciando de secos e molhados à imensa linha de artigos variados. Esta característica, o padrão de atendimento, a simpatia, a sociabilidade e seriedade de José e Eunice acabaram transformando a loja numa espécie de ponto de encontro de toda a comunidade, palco de alianças políticas e econômicas, do nascimento de idéias, de plenário de debates sobre as notícias de outros centros, além de local carinhosamente preferido como centro de distribuição de convites para casamentos, batizados, aniversários e festas oficiais e religiosas.

A loja foi aberta no dia 23 de fevereiro de 1935 e o nome escolhido foi "Casas Misael, o nome de seu pai". A Eunice foi a contadora da firma.

Com a tradição de sucesso nos negócios, José Ribeiro Tristão ampliou e intensificou a prática de utilizar o café como moeda corrente, aceitando-o em pagamento de compras em suas lojas, chegando inclusive, a implantar o crédito- safra, que permitia que os produtores , após sua colheitas, saldassem suas dívidas com o café colhido.

Foi com o sucesso da loja de Afonso Cláudio, sob a administração de José Ribeiro Tristão que, seguidamente, foi possível a criação das lojas de Itaguaçu e Santa Teresa, (década de 1940), Laranja da Terra, Pancas e outras cidades do interior que iriam justificar, com bagagem, respeito e credibilidade, a presença da firma na capital do Estado.

Este momento de visão, competência e coragem transformou José Ribeiro Tristão num dos mais conceituados comerciantes de café do Estado, viabilizando, sem dúvida, a decisão de seu filho Jônice, em 1960, a abrir a empresa de exportação de café na capital, sob a identificação de José Ribeiro Tristão e Filhos.

O crescimento da empresa foi rápido e produtivo, atingindo a partir da década de 70, a posição invejável de maior exportadora do Brasil, que manteve durante mais de 10 anos.

Completando este processo de afirmação, a Tristão tornou-se, com pioneirismo, a exportadora brasileira a instalar escritórios no exterior, escolhendo Londres e Nova York, como centros prioritários para a consolidação de seu projeto de internacionalização.

Na década de 70, ainda, com arrojo e visão, a Tristão abriu as portas das industrialização do solúvel, implantando a moderna fábrica da Realcafé Solúvel do Brasil na área metropolitana da capital, no município de Viana, partindo inicialmente para processar 100 mil sacas de conilon – produção total do Estado à época e emprestando significativo apoio à expansão da cultura do conilon, transformando-se, ainda, em marco da recuperação econômica do Estado.

Em 1954, o seu filho Jônice casara-se com Ilza Giestas, filha de uma das figuras políticas de maior expressão no município de Afonso Cláudio e da região, Sr. Jair Giestas que era casado com a Srª Marfisa Gianórdoli Giestas, também filha de outro grande político, José Cupertino Figueira Leite.

No ano de 1955, o casal Jônice e Ilza transferem residência para a cidade do Rio de Janeiro – RJ, onde o Jônice havia morado por 12 anos (desde1947) e também concluíra o curso de Direito. Com a crise do café, ainda em 1955, Jônice retorna a Afonso Cláudio cuja cronologia de criação e expansão do grupo, segue abaixo:

- 1929 – José Ribeiro assume a loja de seu pai Misael Tristão, onde permanece até 1935, quando transfere seu negócio para a cidade de Afonso Cláudio;
- 1935 – Em 23/02/1935, na cidade capixaba de Afonso Cláudio, nascia a CASA MISAEL, berço reconhecido das Empresas Tristão, hoje um dos maiores grupos internacionais do setor de café. A CASA MISAEL era bazar, que passou a aceitar café como moeda de troca na venda das suas mercadorias aos produtores da região. A loja recebeu o nome de Casa Misael, em homenagem ao seu pai e grande incentivador, Misael Tristão. O estabelecimento vendia desde alimentos e implementos agrícolas até tecidos e artigos de armarinho. O fundador foi José Ribeiro Tris-

tão, pai de Jônice Tristão, que contava com a colaboração da esposa Eunice, que era contadora;

- Década de 40 – Abertura de duas filiais das Casas Misael no interior capixaba, em Itaguaçu-ES e Santa Teresa – ES, trabalhando com "secos e molhados" e café. Mais tarde seria aberta a filial de Nova Venécia-ES;
- Década de 50 - O café passa a ser a principal atividade do Grupo;
- Década de 60 - O atual Presidente do Grupo, Jônice Tristão, assume o comando das empresas; A abertura das exportações: Em 1960 Jônice Tristão abre as exportações de café pelo Porto de Vitória: a Tristão realiza a sua primeira exportação do produto, com destino ao porto de Havre, norte da França. 250 sacas de café foram embarcadas;
- A partir de 1965 – a Tristão passa a ser o maior exportador de café pelo porto de Vitória;
- Década de 70 – Em 24/04/1971 Jônice Tristão inaugura a Realcafé Solúvel do Brasil, um empreendimento que movimenta a vida cafeeira do Espírito Santo e se torna um grande marco da recuperação econômica do Estado, que vinha de uma forte crise na década anterior;
- No final dos anos 70 – O Grupo Tristão se intercionaliza, abrindo subsidiárias em Londres e Nova York, tornando-se um dos primeiros grupos brasileiros com presença internacional pela performance das empresas. Seu líder, Jônice Tristão, recebeu em, 1978 o título de "One Million Dollars Per Day Man", da Câmara Americana de Comércio, pois o Grupo passara a exportar US$ 365 milhões anuais;
- Década de 80 – A Tristão consolida sua posição de maior exportador de café brasileiro, mantendo esta posição até o final da década;
- Em 1983 – É criada a Fundação Jônice Tristão, responsável por atividades culturais e ações sociais, a partir de Afonso Cláudio, onde tudo começou. A Fundação instalou e mantém uma biblioteca na principal rua da cidade, na casa onde o Sr. José morava com a família em 1955, bem como o Centro Cultural José Ribeiro Tristão;
- Em 1985 – É inaugurada a Pousada Pedra Azul, hotel na região montanhosa do Espírito Santo – um importante marco na formação de forte pólo turístico de montanhas do Estado;
- Final da década de 1980 – Jônice passa o comando das tradings de café para seus filhos, Ronaldo, Sérgio, Ricardo e Patrícia, permanecendo na presidência do Conselho de Administração do Grupo e na presidência da holding

Trispar – Tristão Participações;

- Século XXI – Em 2000, a Tristão iniciou um bem sucedido trabalho de estímulo e valorização dos cafés especiais das Montanhas Capixabas, hoje aprecidos no Japão, Europa e Estados Unidos;
- Em 2002 – A Tristão Brasil, sob controle de Sérgio Tristão, retoma o topo do ranking dos exportadores brasileiros de café, embarcando ao longo deste ano o volume recorde de 2,68 milhões de sacas;
- 2003 – Início da expansão da Realcafé Solúvel do Brasil – duplicação e modernização da fábrica;
- Março de 2005 – No ano em que as Empresas Tristão comemoram seu 70º aniversário, Jônice Tristão, mais uma vez representando o conjunto das empresas e seus colaboradores ao longo dos anos, recebe o título de "Personalidade do Ano", da Câmara Brasileira de Comércio no Reino Unido e no mesmo ano de 2005, sob a presidência de Sérgio Tristão, é concluída a duplicação da produção industrial da Realcafé Solúvel do Brasil, uma das mais importantes indústrias do setor no Brasil. O solúvel Realcafé é consumido em mais de 40 países.

Para orgulho dos afonsoclaudenses, o Sr. Jônice Tristão, foi também agraciado com as seguintes condecorações e atribuições:

1 – Em 1982, Ordem do Rio Branco pelo governo brasileiro, pela sua atuação como exportador;
2 - Ordem ao Mérito Jerônimo Monteiro (1979), mais alta honraria do Governo Capixaba, e com a Medalha de Honra da Inconfidência (1984) pelo governo de Minas Gerais;
3 – Medalha do Mérito Comercial (1979) concedido pela Federação do Comércio do Espírito Santo, Medalha do Mérito Industrial (1980) concedida pela Federação das Indústrias do Espírito Santo, Cidadão Honorário do Espírito Santo (1973) e dos municípios de Vitória, Afonso Cláudio, Santa Tereza, Barra de São Francisco e Viana;
4 – É um dos fundadores e mantenedores da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, que reúne grandes empresários brasileiros empenhados na conciliação do desenvolvimento econômico e social com o meio ambiente;
5 – Integrante da Associação dos Amigos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e Amigo da Academia, outorgado pela Academia Espírito-Santense de Letras (1985) e
6 – Prêmio Tendência (1980) conferido pela editora Bloch e Globo de Ouro Exportação (1982) pelo jornal O Globo do Rio de Janeiro.

O patriarca dos negócios no Espírito Santo, Sr. José Ribeiro Tristão, faleceu em Guarapari, no dia 15 de dezembro de 1988 e foi sepultado no cemitério de Santo Antônio, em Vitória.

✓ Dr. João Eutrópio

FOTO Nº 242 - Dr. João Eutrópio - Sem Data.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

Era natural do município de Muriaé, no distrito de Boa Família, distante 12 (doze) km da sede, no Estado de Minas Gerais, filho de Themístocles Eutrópio e Adélia Bellaniza Eutrópio. Nasceu no dia 12 de março de 1912 e faleceu aos 86 (oitenta e seis) anos de idade, em Afonso Cláudio, onde foi sepultado, na data de 16 de setembro de 1998. (Livro nº 18C, fls. 91, nº 3633).

Fez o curso primário em Boa Família e o ginásio e científico no Liceu de Cataquazes (MG). Em 8 de dezembro de 1936, aos 24 (vinte e quatro) anos de idade, diplomou-se em Medicina, cujo curso foi realizado na Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, da famosa Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

A prática hospitalar se deu em Gamboa e, posteriormente, na Pró-Matre, onde permaneceu até agosto de 1937, quando chegou à cidade de Afonso Cláudio.

Sua vinda para o município se deu pela influência do seu irmão mais velho, o Arthur, que no exercício de sua atividade transigia com comerciantes e proprietários de Afonso Cláudio e, nesses contatos, comentaram com ele sobre a necessidade de um médico para atender a população local, incubindo-o de convidar o irmão recém-formado para tal empreitada.

Transmitindo o convite, João Eutrópio aceitou o desafio, já que Afonso Cláudio era uma cidade completamente estranha a ele e da qual nem sequer havia ouvido o nome.

Foi assim que, em agosto de 1937, ele chegou a Afonso Cláudio, carregando apenas uma mala de roupas e objetos pessoais e algumas caixas contendo material cirúrgico e literatura médica.

A sua competência, seriedade e presteza cativaram, já nos primeiros momentos, a confiança, o respeito e a amizade da população.

Superando todas as dificuldades próprias da época, começou desde cedo a sentir na pele os efeitos da infra-estrutura precária do município. A cavalo, ia prestar aten-

dimento na zona rural e aproveitava a solidão das viagens para arquitetar, em sua mente, um elenco de projetos que, mais tarde, conseguiu concretizar e implantar nesta terra.

A vida seguia seu curso normal e João Eutrópio já se radicara definitivamente na cidade quando, em 10 de junho de 1945, aos 33 anos, casou-se com Marfisa Leite Eutrópio, filha do então falecido Coronel José Cupertino Figueira Leite e de Marfisa de Barros Leite.

Do casamento, nasceram três filhos: Anderson Cupertino Eutrópio, Dagmar Eutrópio Fernandes e Hamilton Cupertino Eutrópio, além de Silézia de Castro Cunha, filha adotada, com muito amor, pelo casal.

João Eutrópio adquiriu, antes mesmo de se casar, duas excelentes propriedades, eqüidistantes 5 km da sede, sendo uma ao norte e outra ao sul desta. À localizada ao sul, deu o nome de Fazenda Esmeralda, homenageando, assim, a pedra verde de seu anel de médico, a profissão a qual se dedicou sacerdotalmente. À segunda, localizada ao norte, no lugar denominado Arrependido, deu o nome de Fazenda Espírito Santo, em homenagem ao Estado que tão bem o acolheu.

Muito ligado aos concunhados Álvaro Castello e Pedro Saleme, que eram políticos atuantes, e sendo também militante do PSD, partido político da época, elegeu-se Prefeito Municipal, pela primeira vez, em 1954, cumprindo o mandato de 1955 a 1959. Foi conduzido uma segunda vez ao mesmo cargo para o mandato de 1967 a 1971.

Por iniciativa privada, concluiu e equipou o Hospital São Vicente, às próprias expensas, instalando nele o Centro Cirúrgico e o Raio X, assim como construiu, ainda, o prédio, ao lado do BANESTES, inaugurado em 17 de abril de 1956, onde funcionou o Trianon Social Club, no segundo piso, e o Cine Renascença, no térreo. Fez também a doação do relógio da torre da Igreja Matriz.

Profundo amante desta terra que adotou como sua, a ela dedicou toda a sua vida, tendo a população como seus filhos. Aliás, realizou nada menos que 31.700 (trinta e um mil e setecentos) partos (registrados), o que corresponde, praticamente, a atual população do município.

Em 1993, mudou-se para a cidade de Belo Horizonte, mas em 1997 voltou para Afonso Cláudio, sua terra de coração.

“Durante muitos anos, realizou mais que um verdadeiro sacerdócio: cumpriu sua missão de médico como ninguém, levando a quase todos os cidadãos do seu município e até dos municípios vizinhos a esperança da medicina, que buscavam nos seus serviços a certeza da cura dos males que somente o médico, com a sua presença e a sua abnegação são capazes de tornar possível.

Quantas noites indormidas passou pelas estradas, sentindo quem sabe o frio gelado da região, sem jamais arredar o pé dos propósitos de levar àqueles que o procuravam na esperança da solução dos seus males. Teve grande presença no desenvolvimento econômico, administrativo e cultural da cidade e do município”.

✓ Cônego Paulo de Tarso Raustenstrauch

FOTO Nº 243 - Cônego Paulo de Tarso Raustenstrauch - Sem Data.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

Nasceu em Frankenberg, arquidiocese de Breslan, província de Silésia, Alemanha, no dia 11 de agosto de 1909. Era filho de Roberto Raustenstrauch e Clara Brosig. Faleceu aos 71 (setenta e um) anos, na cidade de Vitória, no dia 14 de janeiro de 1980, tendo sido sepultado aos pés do altar, na gruta Nossa Senhora de Lourdes, ao lado da Igreja Matriz de São Sebastião de Afonso Cláudio.

Veio para a Diocese do Espírito Santo "ad perpectuun" sendo incardinado[LXXXVIII] no ano de 1934 e recebendo a tonsura[LXXXIX]. Os seus estudos eclesiásticos superiores foram realizados no Seminário Maior de Mariana – Minas Gerais.

Em 1935, recebeu as quatro ordens menores. Em 1936, o Sub-Diaconato. Em 1937, o Diaconato[XC]. No dia 05 de setembro de 1937, recebeu na Catedral de Vitória (ES) a ordem de Presbístero, pelas mãos do Arcebispo Diocesano Dom Luiz Scortegagna. No mesmo ano, foi designado Vice-Reitor do Pré-Seminário Nossa Senhora da Penha e Vigário Cooperador de Vila Velha (ES). Já em 1938, foi Vigário-Cooperador de Alegre (ES).

Decorria o ano de 1938, quando foi designado Pároco de Itarana e Itaguaçu (ES), onde permaneceu até 1942. Alí em Itaguaçú (ES) construiu a igreja local.

Em 1942, foi nomeado Pároco de Afonso Cláudio, onde permaneceu por 38 (trinta e oito) anos. Em 1953, foi nomeado Cônego Honorário. Em 1955, elevado a Vigário Farâneo. Em 1961, promovido a Cônego Catedrático por Decreto Pontificio de S. Santidade, o Papa João XXIII. Em 1963, promovido a Monsenhor Camareiro de S. Santidade, o Papa Paulo VI.

Ao chegar a Afonso Cláudio, em 1943, imediatamente reiniciou os trabalhos de construção da Matriz de São Sebastião, obra que se encontrava paralisada há

[LXXXVIII]INCARDINADO. (Incardinar). Admitir (clérico) numa diocese.

[LXXXIX]TONSURA. sf 1. Ato de tonsurar. 2. Coroa de clérico, que consiste em pequeno círculo raspado no alto da cabeça.

[XC]DIACONATO. Diácono. s.m. Clérico a que só falta a terceira ordem sacra, a ordem do presbítero.

alguns anos e, porconseguinte, trazendo “uma aura de descrença” que dominava a sociedade católica afonsoclaudense, pois poucos acreditavam que esta construção fosse retomada e concluída. Surpreendentemente, a obra foi concluída dentro de um prazo que ninguém esperava, incluindo-se a ornamentação, o mobiliário (40 bancos), a gruta Nossa Senhora de Lourdes, etc.
Possuía a cidadania brasileira (Proc. 41.502, reg. Fls. 180. D.I.J.), dando-lhe o direito de obtenção da carteira de identidade, CPF e título de eleitor. Recebeu, ainda em 1963, o título de cidadão afonsoclaudense, pelos relevantes serviços prestados ao município.
Fundou, em 1954, o Instituto “Nossa Senhora de Lourdes” de Educação e Ensino, atendendo a uma das normas de Igreja Católica.

✓ Pedro Saleme

FOTO Nº 244 - Pedro Saleme - Sem Data.
(Acervo: Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Afonso Cláudio)

Filho de Paulo Pedro Saleme e Catarina Verdim Saleme, era natural de Jequitibá (Santa Maria de Jetibá), nascido no dia 2 de março de 1907.
Aos 13 (treze) anos, em companhia de seus pais, mudou-se em 1920 para Afonso Cláudio, onde completou o 4º ano primário.
Em 1922, foi estudar na cidade de Juiz de Fora (MG), na Academia de Comércio “Lucindo Filho”. Alí chegou a fazer o curso de admissão para ingresso no curso comercial. Não concluiu o curso e após, o seu retorno para Afonso Cláudio, passou a dirigir o estabelecimento comercial de seu pai até 1925, ano em que deixou de funcionar.
Nesse mesmo ano, iniciou a sua carreira como servidor público, nomeado que fora para Secretário e, posteriormente, Oficial de Gabinete da Prefeitura. Em 25 de julho de 1925, casou-se com a filha do líder político José Cupertino Figueira Leite, Sra. Irene Leite.
Posteriormente, ascendeu aos cargos de Secretário da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Em 1929, foi prestar seus serviços no Exército (Serviço Militar), tendo antes exercido interinamente o cargo de Tabelião e Escrivão do Cartório do 2º Ofício, em substituição ao serventuário titular.
Quando do retorno, em 1930, voltou a ocupar os cargos de Secretário da Prefeitura e Câmara.
Ainda em 1930, foi convidado pela Junta Governativa para exercer o cargo de Oficial de Gabinete.
Em 1931, voltou à atividade comercial, em sociedade com seu pai, que durou menos de 1 ano. Em 1932, iniciou por conta própria sua vida comercial, à casa nº 11, situada na Praça Independência, onde ficou até 1937, transferindo o estabelecimento para à Av. Presidente Vargas, tendo construído uma casa para sua residência e comércio.
Decorria o ano de 1940 quando novamente retornava às atividades no setor público, nomeado que fora, para exercer o cargo de Escrevente Juramentado do Cartório do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca, cargo que exerceu até 31 de maio de 1941.
Mudou-se para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, em 1942, e retornou em 1943, para Afonso Cláudio, para a mesma casa de residência.
Em maio de 1944, foi nomeado 2º Suplente de Juiz Distrital da sede, cargo que ocupou por diversas ocasiões como titular.
Decorria o mês de março de 1943 quando o então Interventor Estadual Aristides Alexandre Campos, o nomeou para Prefeito do Município, tendo tomado posse em 31 de março daquele ano.
Ficou somente 9 (nove) meses e 10 (dez) dias no cargo, quando foram realizadas as eleições, face à reintegração do Regime Democrático. Naquela ocasião, em curto espaço de tempo, conseguiu concluir os serviços do telégrafo nacional e a ponte de cimento da Av. 20 de Janeiro, hoje Av. Presidente Vargas.
Eleito Deputado Estadual para o período de 1947 a 1951, chegou a ocupar a 2ª Secretaria da Mesa da Assembléia. Neste período, 1948, em 20 de janeiro, fundou o Instituto Afonso Claudense de Educação e Cultura S/A, com o objetivo de construir e instalar um Ginásio Estudantil na cidade. Esta meta só veio a se concretizar quando assumiu novamente os destinos da Prefeitura, para o período de 1951 a 1955.
Em 1956, agora novamente como Deputado Estadual, foi criado o ginásio, que recebeu o nome de Ginásio Estadual “Afonso Cláudio”.
No dia 28 de maio de 1951, fundou a Sociedade Banda Musical “São Sebastião”.
Novamente em 1959, era eleito Prefeito do município, ficando no cargo até 1963.

Em março de 1962, a sua família já havia transferido residência para Vitória visando poder oferecer ao seu filho José Cupertino a complementação de seus estudos: científico e nível superior.
No ano de 1962, candidatou-se a Deputado Estadual, tendo ficado como 2º suplente, e, em abril de 1963, era empossado no cargo, tendo em vista pedido de licença de um outro deputado.
Novamente em 1966, conseguia eleger-se Deputado Estadual, mesmo já estando residindo em Vitória. Ao término deste mandato, encerrou a carreira política. Depois, transferiu residência para Domingos Martins, onde chegou a exercer a função de Secretário, na Prefeitura Municipal. Faleceu nesse município em 2005.

✓ Plínio Escopelli Gomes

FOTO Nº 245 - Plínio Escopelli Gomes e Adélia - Sem Data.
(Acervo: Familiares de Plínio Gomes)

Era neto de Jorge Guilherme Gomes, um dos pioneiros no desbravamento do território guanduense. Jorge era natural de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, nascido em 1834. Foi casado com Maria Luiza Gomes, também natural daquele município, filha de Antônio Tomás Monteiro.

Vieram para Afonso Cláudio por volta de 1864, quando Jorge foi nomeado delegado da captura da mata, no Espírito Santo, por D. Pedro II.
O objetivo maior de sua vinda para Afonso Cláudio foi para "capturar recrutas para a Guerra do Paraguai, devido as dificuldades que o Imperador estava tendo para arrumar homens [...]" dispostos a enfrentar tal desafio.
Quando terminou a Guerra do Paraguai em 1867, retornou a Vassouras. Em 1877, vinha novamente para Afonso Cláudio juntamente com outros imigrantes do Estado do Rio de Janeiro, incluídos nesta lista, seu irmão Francisco Gomes e o Barão do Bananal.
Decorridos 3 (três) anos do retorno ao município, aos 46 (quarenta e seis) anos, era assassinado, segundo GOMES[7], "numa emboscada preparada pelos Fagundes e um tal Prudente, em 1880". Passados 32 (trinta e dois) dias do sepultamento, chegavam à cidade 35 (trinta e cinco) praças do Império, com a determinação de D. Pedro II para que fizessem a exumação do cadáver e que o levassem para ser sepultado na cidade de Vassouras (RJ). Foi a 1ª (primeira) exumação que se tem conhecimento realizada no Espírito Santo. Outra atribuição dos praças era de encontrar os assassinos.
A família do Jorge era muito grande e destacaremos 02 (dois) nomes que tiveram muita influência no desbravamento e crescimento do município: Seu filho Augusto Escopelli Gomes e o neto Plínio Escopelli Gomes.
Augusto Gomes casou-se com uma das filhas do Sr. Antônio Cândido de Almeida Rosa, no ano de 1855. Esse matrimônio gerou 12 (doze) filhos, sendo o mais velho o Sr. Plínio Escopelli Gomes.
O local onde está edificado o ginásio pertenceu ao Augusto.
Em 1889, já militava na vida política de Afonso Cláudio, tendo participado ativamente do movimento de Proclamação da República, ao lado do seu sogro Antônio Cândido, e de Adolpho Rodrigues Gomes, Ramiro de Barros da Conceição e Eugênio de Mattos.
Fez parte do grupo de 18 (dezoito) homens que se dirigiram em direção à capital do Estado para prestigiar a posse do Republicano Afonso Cláudio, ocasião em que, ao chegarem em Santa Joana (atual Itarana), foram recebidos por violenta fuzilaria, onde houve mortos e feridos.
Por este ato de bravura, em 19/03/1897 foi nomeado Tenente Coronel da Guarda Nacional juntamente com seu sogro.
No período de 1892 a 1894, a política local passou a ser coordenada por José Cupertino, Cel. Adolpho, Augusto Escopelli Gomes e o Pe. Leduc. Esse domínio durou até 1910, cujo período o Augusto, além de chefe político, foi guarda livros, promotor interino, advogado e, por último, Secretário da Câmara Municipal,

Agente dos Correios e Professor. Em 16 de novembro de 1910, faleceu.
Ficava o seu filho mais velho Plínio com a tarefa de ocupar os espaços do avô e pai, respectivamente, Jorge Guilherme e Augusto.
Plínio nasceu no dia 16 de novembro de 1885 e foi criado pelo seu avô Antonio Rosa.
Em 1902, foi sacristão do Pe. Leduc e durante os anos de 1903 e 1904, auxiliar de agrimensor.
A partir de 1908, junto com outros amigos (Antônio Salles, Laurentino e Custódio Dias) entrou no ramo de construções, fossem casas, pontes ou outros serviços.
Participou da construção do Palácio Municipal durante toda a execução da obras (1912 a 1917).
Em 1916, foi Delegado de Polícia. Em 1920, foi eleito vereador. No período de 1930 a 1945, foi alijado da área política.
Em 1954, construiu a ponte do ginásio, juntamente com seu irmão Álvaro Gomes e o seu filho João.
Teve 12 (doze) filhos do seu casamento com Adélia Maria Silva: Augusto, Asdrubal, Wilson, João, Aguilar, Gilberto, Nilson, Edith, Judith, Lilia, Mariinha e Maria Elizete. Faleceu em Afonso Cláudio, aos 83 anos, na data de 29/11/1978.

✓ Cel. Ramiro de Barros Conceição

FOTO Nº 246 - Cel. Ramiro de Barros Conceição e Ana Magalhães de Barros com os filhos Elvira, Alzira, Izaura e Ramiro - Sem Data.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

Nascido em 11 de dezembro de 1865, na cidade de Angustura, Estado de Minas Gerais, e falecido na cidade de Afonso Cláudio, em 11 de fevereiro de 1946, portanto, com 81 (oitenta e um) anos de idade. Foi sepultado no dia 12 de fevereiro no cemitério "São João Batista".

Era filho do capitão Joaquim Justino de Barros Conceição e D. Francisca de Barros, que "veio, ainda criança, em companhia de seus pais, para Castelo (ES). Completou os estudos comerciais a que se dedicara em Rezende, Estado do Rio de Janeiro".

Foi casado com D. Ana Magalhães de Barros, de cujo consórcio matrimonial nasceram: Elvira, Alzira, Izaura, Ramiro, Moacyr, Aurora e Lauro.

Segundo GIESTAS[150], foi um "político rigoroso e exerceu papel importante na Diretoria de Finanças do Estado".

Reportando novamente a GIESTAS, este afirmava que "em 1888, fixou residência no nascente arraial 'São Sebastião do Alto Guandu', hoje cidade de Afonso Cláudio", quando tinha 23 (vinte e três) anos de idade. Em Afonso Cláudio, instalou-se com "casa comercial no povoado e de residência na vizinha fazenda do 'Engenho' que adquirira".

Fundou, nos primeiros dias de junho de 1889, no município, o núcleo republicano "Saldanha da Gama", com alguns companheiros e que contou com a presença do "Dr. João Coelho Gonçalves Lisboa, João Loyola e do representante do eminente político Bernardo Horta de Araújo", todos de Vitória, (ES).

Na mesma oportunidade, foi designado para ocupar uma das duas "Guardas Rurais" então criadas no município, com a condecoração de capitão, que tinha como característica ser uma instituição revolucionária.

Durante o ano de 1890, fundou o "Progressista Clube", com "fins literários, pratióticos, recreativos e pedagógicos, do qual foi o respectivo presidente".

Foi um dos precursores do movimento da emancipação política e administrativa do município, tendo realizado intensa campanha junto aos Poderes Públicos Estaduais.

Em 1891, foi eleito Presidênte da Câmara e reconduzido periodicamente neste posto, até 1899.

Em 1892, por seu intermédio, foi criado os cartórios de Registro Civil e de Notas, e também criada a Comarca no município.

Lutou pelo restabelecimento da sede do município para Afonso Cláudio, por ocasião da transferência ocorrida em 1891, para Figueira (Dec. Nº 33, de 21/09/1891).

---

[150]GIESTAS. Jair. "Fragmentos Históricos do Município". Afonso Cláudio (ES). Jornal "O Afonso Cláudio". Nº 111, Ano XXIII, de 31 de maio de 1959. 4p.

Foi Deputado Estadual durante 03 (três) legislaturas consecutivas, de 1892 a 1912, tendo, em fins de outubro de 1909, transferido sua residência para a cidade de Vitória (ES). Foi membro do Congresso Constituinte, que decretou e promulgou a Constituição Política do Estado em 2 de maio de 1892.
Com a colaboração de Adolpho Rodrigues Gomes e Augusto Gomes, em 1893 fundou o Jornal "Alto Guandu", que viria suspender suas publicações por falta de recursos financeiros, em 11 de agosto de 1895.
Ainda segundo GIESTAS, "em 1889, candidatou-se a Presidente de Estado, em oposição ao Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire". Com o insucesso, recolheu-se na fazenda do "Engenho", abandonando a política.
Não demorou muito tempo, quando, em 1911, aceitava a "incumbência" de remodelar a contabilidade pública na Diretoria de Finanças do Estado", na gestão do Presidente de Estado, Dr. Jerônimo de Souza Monteiro. Em 1912, já era o seu Diretor e foi agraciado por decreto da Presidência da República com o título de Coronel da Guarda Nacional, com sede na Capital do Estado.
Em 1912, foi nomeado Chefe da Contabilidade do Estado.
Ainda na capital do Estado, em 1914 passou a acumular, em comissão, o cargo de Diretor de Agricultura, Terras e Obras.
Em 1916, viajou à França para tratar de interesses do Estado na área financeira, retornando tão-somente em 1918, onde continuou ainda por algum tempo na Diretoria de Finanças.

- ✓ **Sabino Coimbra de Oliveira**

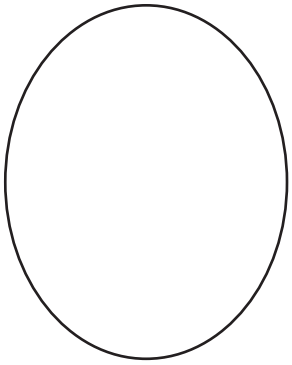


FOTO Nº 247 - Sabino Coimbra de Oliveira -

Nascido no ano de 1826, no distrito de Gotas Altas de Noruega, município de Quelux, no Estado de Minas Gerais, era filho de Constância Maria de Jesus.
Faleceu em Afonso Cláudio, aos 78 (setenta e oito) anos de idade, no dia 4 de maio de 1904, tendo sido sepultado no cemitério "São Sebastião". Quando do seu falecimento, era comerciante na cidade de Afonso Cláudio.
Sabino Coimbra chegou à Afonso Cláudio por volta de 1855, na companhia de outros desbravadores mineiros e fluminenses, onde ajudou a fundar o "extinto arraial de São Sebastião do Alto Guandu".
Junto com outras famílias, construiu também o local denominado "Arrependido". Neste novo local teve participação decisiva na construção da capela e do cemitério.
Era um perfeito carpiteiro, e com ajuda de seu genro, que era pedreiro, resolveram transferir residência para a sede do município.
Alí construíram uma casa de grande dimensão, com diversos compartimentos para servir de hospedagem, bem como uma grande loja comercial. Os seus genros construíram também sua casas de moradia.
O velho Coimbra possuía uma boa relação comercial com a cidade de Santa Leopoldina (Cachoeira de Santa Leopoldina), o que lhe facilitava no exercício da atividade comercial.
Quando da visita do bispo do Rio de Janeiro D. Pedro Maria de Lacerda, não encontrando no local uma capela, resolveu desafiar a comunidade para a construção da igreja, no que Coimbra mais uma vez teve atuação destacada, pois, para tudo que acontecia no povoado, a primeira pessoa que era lembrada era a dele. Assim é que ficara encarregado de confeccionar a cruz que foi cravada onde hoje está o "terço" da Igreja Católica de Afonso Cláudio.
Era em sua residência que se realizavam todas as reuniões, hospedavam os visitantes e também eram realizadas as refeições diárias.
Participou da sessão solene de instalação da Vila Afonso Cláudio e teve grande participação na vida política local. Participou ativamente do movimento da propaganda republicana em 1889, ao lado do Cel. Ramiro de Barros, Ignácio Gonçalves Lamas, Antonio Candido de Almeida Rosa, Adolpho Rodrigues Gomes, Eugênio Pereira da Silva, Guilherme Gomes e outros.
Foi eleitor na 1ª (primeira) Seção do Distrito da Vila, quando do recadastramento eleitoral realizado em 1894.
Foi eleito Juiz Distrital em 1892 e possuiu residência própria na Vila.

4.7 - ICONOGRAFIA

FOTO Nº 248 - Plínio Escopelli Gomes e Familiares - Década de 1900.
Da Esquerda Para a Direita: **1-** Plínio **2-** Saquita **3-** Vivia **4-** Eponina **5-** Augusto **6-** Emília.
(Acervo: Familiares Plínio Gomes)

FOTO Nº 249 - José Jorge Haddad e Familiares - 1954.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 250 - José Cupertino Figueira Leite e Família - Década de 1910.
(Acervo: Familiares Dr. João Eutrópio)

FOTO Nº 251 - Cel. Martinho Barbosa de Menezes e Família - Sem Data.
(Acervo: Prefeitura Municipal de Itaguaçu)

FOTO Nº 252 - Familiares de Paulo Pádua - Da Esquerda Para a Direita:
1- Adélia, **2-** Paulo Pádua, **3-** Elias Pádua, **4-** Virginia Coser, **5-** Mariota,
6- Tereza, **7,8,9,10,11** - Não identificados. Sem Data.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

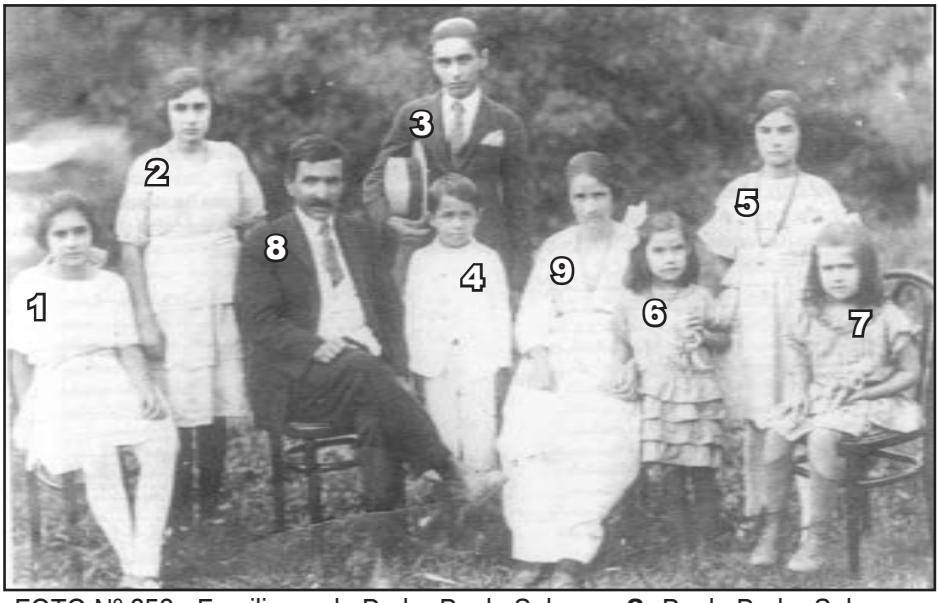


FOTO Nº 253 - Familiares de Pedro Paulo Saleme - **8-** Paulo Pedro Saleme e
9- Catharina Verdim - Filhos: **1-** Lita, **2-** Maria ("Mariota"), **3-** Pedro,
4- Abrahão, **5-** Rosa, **6-** Luiza e **7-** Anna. 1927.
(Acervo: José Saleme)

FOTO Nº 254 - Familiares de José Silvestre Vieira - Da Esquerda Para a Direita: **1-** Nazaré, **2-** Iolanda, **3-** Iracema, **4-** Vovó Titina, **5-** Constantino, **6-** José Silvestre Vieira - "Zé Vieira", **7-** Zezé, **8-** Jovita (Grávida do Hilton), **9-** Adelaide, **10-** Almerinda e **11-** Perciliana. (a última não foi identificada) - 1925.
(Acervo: Dalila Telles Vieira)

FOTO Nº 255 - João Soares de Azevedo - Sem Data.
(Acervo: Familiares João Soares)

FOTO Nº 256 - Da Esquerda Para a Direita: **1-** Alcides Soares, **2-** João Soares de Azevedo **3-** Altamiro Silva (Esposo de Dona Fizinha), **4-** Custódio Leite, **5-** Miguel Gomes, **6-** Argeu Gomes, **7-** Waifro Federici e **8-** Não Identificado - Década 1920.
(Acervo: Familiares Custódio Leite)

FOTO Nº 257 - Da Esquerda Para a Direita: **1-** João Soares de Azevedo **2-** Promotor Bulcão Viana **3-** Juiz Epaminondas do Amaral **4-** Ten. Afrízi **5-** Argeu Gomes **6-** José de Sá (Filho do Constantino de Sá) **7-** Astolpho e **8-** Joaquim Eustórgio Serpa. 1932.
(Acervo: Familiares Joaquim Eustórgio Serpa)

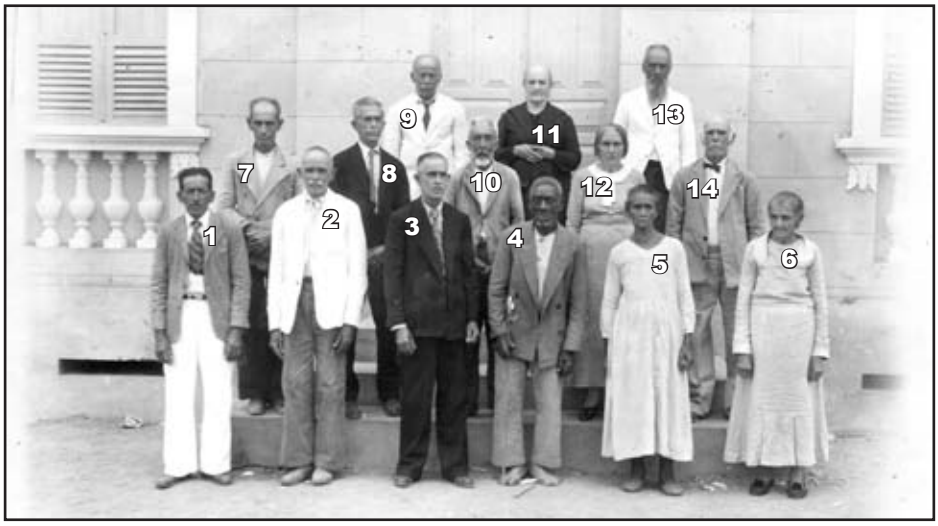


FOTO Nº 258 - Membros da Sociedade Afonso Claudense que Assistiram a Primeira Missa em 08/09/1886 - Celebrada pelo Bispo D. Pedro Maria de Lacerda.Da Esquerda Para a Direita: **1-** Araújo, **2-** Pedro Domingos, **3-** Idolino, **4-** Damásio, **5,6,7** - Não Identificados, **8-** Xixico, **9,10,11,12** - Não Identificados, **13-** João Rodrigies Pimenta e **14-** Não Identificado - 1936.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

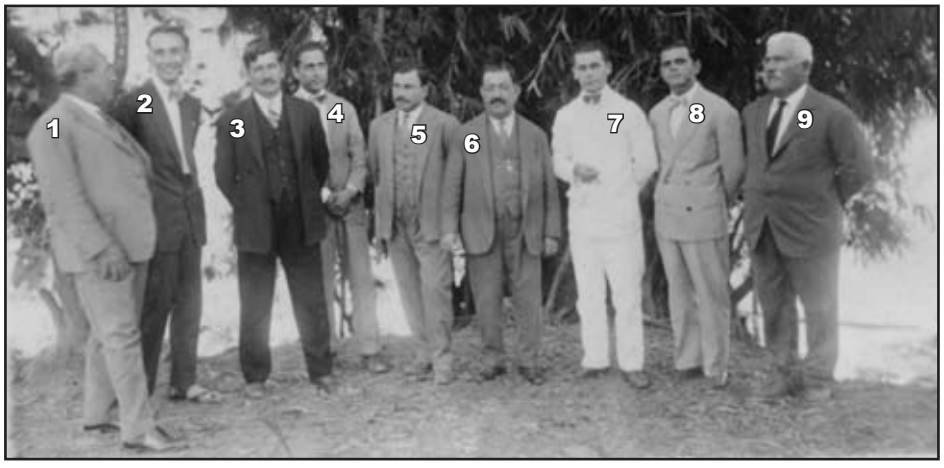


FOTO Nº 259 - Da Esquerda Para a Direita: **1-** Não Identificado, **2-** Dr. Álvaro Castello, **3-** Custódio Leite, **4-** Dr. Amorelli, **5-** José Jorge Haddad, **6-** Elias Gastin, **7-** Dr. Figueiredo Monte, **8-** João Soares de Azevedo e **9-** Paulo Pádua - 1930.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 260 - Da Esquerda Para a Direita: **1-** Zé Lalau, **2-** Álvaro Castello, **3-** Nandinho e **4-** Osvaldo Federici - Sem Data.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

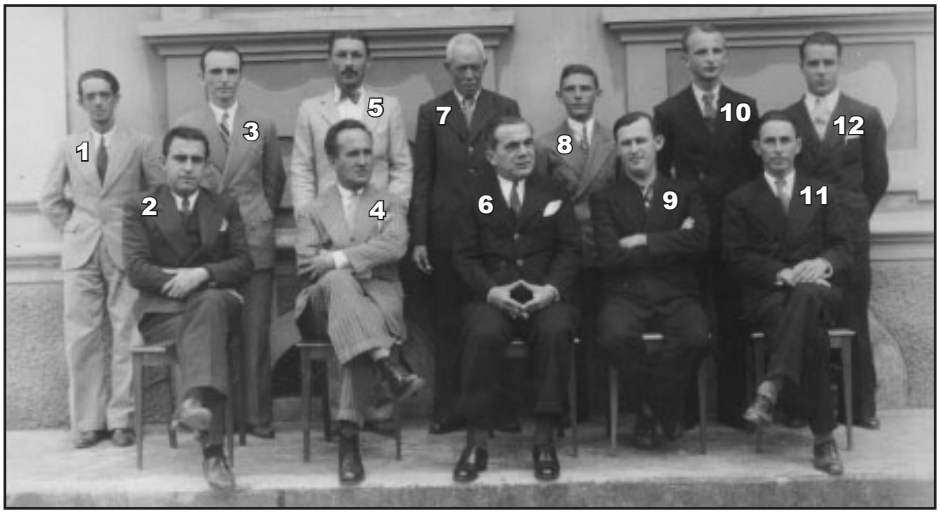


FOTO Nº 261 - Da Esquerda Para a Direita: **1-** Argeu Gomes, **2-** Dr. Nagém, **3-** Ademar Ribeiro Soares, **4-** Luiz Azevedo, **5-** Constantino Sá, **6-** Dr. Cândido Marinho, **7-** Astolfo D'ávila, **8-** Anízio, **9-** Nozinho Barros, **10-** Aldar José do Vale "Adazinho", **11-** João Duarte Manso e **12-** Zé Santos Sá - 1930.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 262 - Da Esquerda Para a Direita: **1-** Zé Lanes, **2-** Ribeiro (Lagoa), **3-** Carlim Carlos de Souza "Lalim" (Filho de Vitorino de Souza), **4-** Manoel Teixeira "Curandeiro", **5-** Advogado Não Identificado, **6-** Tannus Gastin, **7-** Clotário Passos, **8-** Joaquim Peregrino dos Santos e **9-** Oto Giestas - Sem Data.
(Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Afonso Cláudio)

FOTO Nº 263 - Adherbal Ferreira Galvão e Arnóbia Lurdes Lamas - Sem Data.
(Acervo: Familiares de Dalva Saleme Galvão)

FOTO Nº 264 - Familiares de Joaquim Gonçalves Serpa - Da Esquerda Para a Direita: **1-** Zulmira (3 anos - 1907), **2-** Esposa do Joaquim, **3-** Admil (2 meses - 1911), **4-** Luiza (2 anos - 1909), **5-** Joaquim Gonçalves Serpa e **6-** Eustórgio (5 anos - 1905) - 1911. (Acervo: Familiares de Joaquim Gonçalves Serpa)

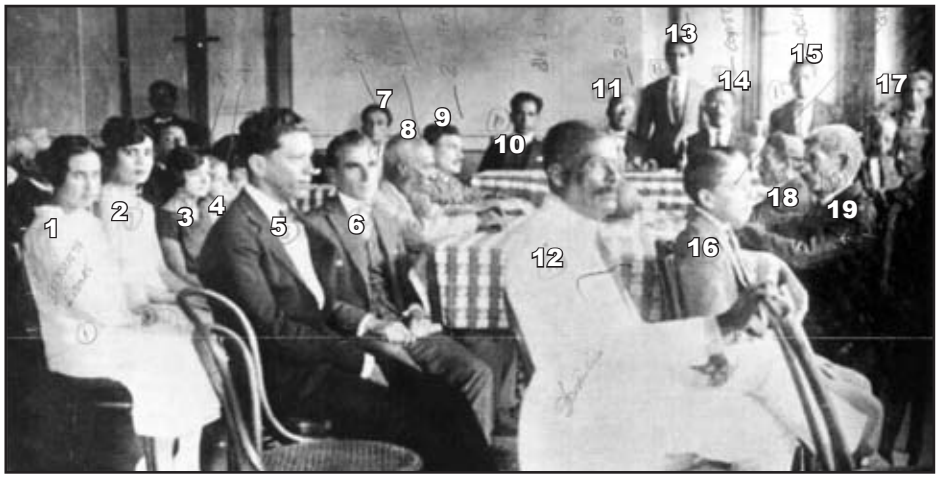


FOTO Nº 265- Da Esquerda Para a Direita: **1-** Prof. Augusta Lamas, **2-** Joana Pádua, **3-** Záira Barros, **4-** Aidêe Giestas, **5 e 6** - Não Identificados, **7-** Dr. Álvaro Castello, **8-** João Pimenta, **9-** José Haddad, **10-** Dr. Suetônio Peixoto, **11-** José Giestas, **12-** Sr. Domêncio, **13-** Pedro Saleme, **14-** Constantino Sá, **15-** Olímpio Sá, **16-** Gualter Giestas, **17-** Miguel Gomes, **18,19 e 20** - Não Identificados. S/ Data. (Acervo: Eva Roncete Pimenta Dttmann)

FOTO Nº 266- Da Esquerda Para a Direita: **1-** Dr. João Eutrópio, **2-** Astolpho D'ávila (Oficial de Justiça) **3-** Não Identificado, **4-** Dr. Nágem, **5-** Dr. Antônio Tápias de Vasconcelos, **6-** João Duarte Manso "Joanico", **7-** Pedro Saleme, **8-** Zuleika Haddad, **9 e 10-** Não Identificados, **11-** Dr. Nilton Thevénard **12-** João Soares de Azevedo, **13-** Não Identificado, **14-** Tannus Gastin, **15,16,17 e 18** - Não Identificados, **19-** João Punaro Bley (Interventor) **20-** Adimário de Souza Ribeiro, **21 e 22**- Não Identificados, **23-** Jair Evangelista da Costa, **24-** Gualter Giestas, **25-** Otávio Pereira de Souza (Tabelião de Piracema), **26-** Não Identificado, **27-** Sebastião de Sá, **28-** Não Identificado, **29-** Adílio de Souza Passos, **30-** Anísio Passos, **31-** Não Identificado, **32-** Eustórgio Serpa, **33-** Dr. Costa, **34-** Augusto Dias (Piracema), **35-** Não Identificado, **36-** Eliezér Fafá, **37, 38, 39**- Não Identificados. - Sem Data. (Acervo: Familiares de Laudio Chiabai)

FOTO Nº 267 - Primeiro Casamento Realizado Pelo Padre Paulo de Tarso em Afonso Cláudio. Alípio e Maria da Glória - 1942.

Da Esquerda Para a Direita: **1-** Eng. Agrônomo Corinto de Souza, **2-** Astolfo, **3-** Jair Giestas, **4-** Dr. Nagém, **5-** Elisa Vargas, **6-** Não Identificada, **7-** Marfisa Giestas, **8-** Menina Não Identificada, **9-** Não Identificado, **10-** Aidil Mazone - "Dila", **11-** Maria da Glória Soares - "Glorinha", **12-** Não Identificado, **13-** Dr. Newton Thevénard, **14-** João Manoel Fernandes, **15, 16,17-** Não Identificadas, **18-** Betinha Soares (Filha de João Soares de Azevedo), **19-** Dr. Álvaro Castello, **20-** Luiza Saleme, **21-** José de Sá, **22-** Alípio (noivo), **23-** Maria da Glória (noiva), **24-** Criança Não Identificada, **25,26,27,28,29,30-** Não Identificados, **31-** Azulina de Souza Manso, **32,33**- Não Identificados, **34-** Maria Zuleika Haddad, **35,36,37,38,39,40-** Não Idenficados, **41-** Zeni Sá Giestas, **42,43** - Não Identificados, **44-** Gualter Giestas, **45-** João Duarte Manso - "Juanico", **46-** Não Identificado, **47-** Arnóbia Galvão (Esposa do Prefeito Adherbal), **48,49,50** - Não Identificados, **51-** José Corrêa Netto (Pai de Zé Luiz Cláudio), **52-** Adherbal Galvão, **53-** Dr. Dermeval Mirabeau da Fonseca, **54-** Dr. João Eutrópio, **55-** João Manoel (Pai de Zilka Fernandes) e **56-** Antônio Manoel Fernandes - "Antonico Manoel".

(Acervo: Familiares de Laudio Chiabai)

FOTO Nº 268 - Visita do Ex-Governador Francisco Lacerda de Aguiar ao Município de Afonso Cláudio - Entre 1955 / 1958.

Da Esquerda Para a Direita: **1-** Stella Haddad de Souza, **2-** Diva Tosta, **3-** Madalena, **4-** Padre Paulo de Tarso, **5-** Francisco Lacerda de Aguiar - "Chiquinho", **6-** Fátima (Filha de Dona Stella), **7-** Girce Vargas, **8-** Consuelo, **9-** Zuleika Haddad Fafá, **10-** Argeu Lorenzoni (Prefeito de Santa Leopoldina), **11-** Hermínio Bassine (Prefeito de Castelo), **12-** Osvaldo Aguirre, **13-** Totó, **14-** Emílio Zanotti, **15-** Manoel Moreira Camargo (Secretário de Educação), 16- Carmelita (Esposa do Totó), **17-** Miguel Gomes, **18,19-** Não Identificados, **20-** Zeca, **21-** Antonio Shuartz, **22-** Edmardo de Souza Ribeiro, **23-** Sebastião Fafá. **24-** Dr. Joel Coelho, **25-** Maria Ribeiro, **26-** Tioca, **27-** Zé Lalau e **28-** Zé Luiz Cláudio Corrêa.

(Acervo: Familiares de Laudio Chiabai)

FOTO Nº 269 - Outro Momento da Visita do Ex-Governador Chiquinho à Afonso Cláudio - Entre 1955 / 1958.
Da Esquerda Para a Direita: **1-** Otávia Dias, **2-** Não Identificado, **3-** Otavinho Saiter, **4-** Manoel Moreira Camargo, **5-** Zé Haddad, **6-** Totó, **7-** Chiquinho, **8-** Carmelita (Esposa do Totó), **9-** Miguel Gomes, **10-** Bassine e **11-** Argeu Lorenzoni.
(Acervo: Familiares de Miguel Gomes)

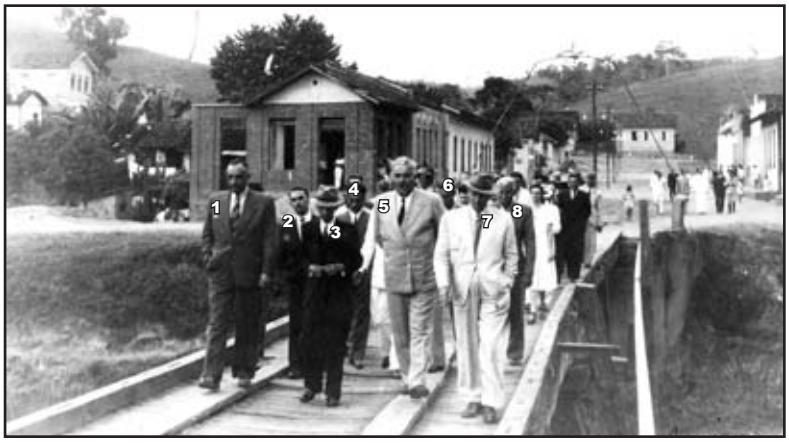


FOTO Nº 270 - Visita do Ex-Governador Jones dos Santos Neves à Afonso Cláudio - Entre 1951 / 1954.
Da Esquerda Para a Direita: **1-** Sem Identificação, **2-** Nilo Costa, **3-** Argeu Gomes (Tabelião), **4-** Não Identificado, **5-** Adherbal Galvão, **6-** Dr. Newton, **7-** Dr. Jones dos Santos Neves e **8-** Jair Evangelista da Costa.
(Acervo: Familiares de Miguel Gomes)

FOTO Nº 271 - Almoço em Homenagem ao Dr. Álvaro Castello Por Ocasião do Seu Aniversário - 12 de Fevereiro 1928.
(Acervo: Revista “Capichaba” - Biblioteca Pública Estadual)

FOTO Nº 272 - Escola de Bordados - Gratuita - Casa Pfaff - 1928.
(Acervo: Revista “Capichaba” - Biblioteca Pública Estadual)

FOTO Nº 273 - Casamento do Sr. Jônice Tristão e Ilza Giestas - 24/04/1954.
Da Esquerda Para a Direita: **1-** Glauro Giestas, **2-** Ithamar Giestas, **3-** Jair Giestas, **4-** Ilza Giestas, **5-** Jônice Tristão, **6-** Marfisa Giestas, **7-** Fernando Giestas, **8-** Consuêlo Giestas, **9-** Jurandir Manso Sá, **10-** Ivone Leite Gomes, **11-** Farid, **12-** Zenih Giestas, **13-** Almir Federice, **14-** Orly do Valle, **15-** Nilo Costa, **16-** Otavinha Dias, **17-** João Dornellas e **18-** Irene Saleme.
(Acervo: Arquivo das Empresas Tristão)

FOTO Nº 274 - Inauturação de um Trecho da Estrada Afonso Cláudio - Castelo - Fazenda Turíbio Ferreira da Silva - 31/03/1927. Da Esquerda Para a Direita: **1-** Pedro Saleme, **2-** Emygdio Xavier, **3-** Gumercindo Lacerda, **4-** José Rodrigues Pimenta, **5-** Jair Giestas, **6-** Turíbio Ferreira da Silva, **7-** José Giestas e **8-** Antônio Jerônimo.
(Acervo: Glauro Giestas)

4.8 - ANEXOS

4.8.1 - 1º Regimento Interno da Câmara - 1916

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N. 1

de 15 de Setembro de 1916

Promulga o regimento interno

DA

Camara Municipal

DE

AFFONSO CLAUDIO

Resolução legislativa n. 1

Promulga o regimento interno

A Camara Municipal de Affonso Claudio, Estado do Espirito Santo, uzando da faculdade que lhe confere o art. 42 n.º I, da lei nº 2, de 18 de novembro de 1913, decreta e promulga a seguinte resolução:

CAPITULO I

Art. 1. No dia 23 de Maio de cada quatrienio, ao meio dia, reunir-se-á, na sala das sessões, a Camara Municipal para dar posse aos vereadores e prefeito municipaes novamente eleitos nos comicios eleitoraes e reconhecidos pelo poder competente.

Art. 2. Aberta a sessão e declarado o fim, pelo presidente, os novos vereadores, que se acharem na antesala, enviarão á Camara Municipal, empossante os seus diplomas, e o presidente nomeará uma commissão de dois membros para dar parecer sobre a legitimidade dos mesmos, mandará organizar uma relação nominal dos vereadores que comparecerem e nomeará uma commissão de trez membros para introduzil-os na sala das sessões.

Art. 3. Reunidos na sala das sessões os novos vereadores, o presidente da camara empossante levantar-se-á e convidará o vereador mais votado dos presentes a firmar o compromisso constitucional, pela forma seguinte:

« *Prometto amor e dedicação ao meu municipio, consagrar-me ao seu bem estar, manter a sua autonomia constitucional, esforçando-me para que elle contribua com a sua prosperidade para o engrandecimento do Estado e da Republica, e devolvendo as minhas funcções ao povo, logo que não puder desempenhal-as condignamente.* » (Art. 85 da Const. do Estado).

§ 1. O presidente da Camara empossante mandará em seguida o secretario fazer a chamada dos novos vereadores e a medida que cada um for sendo chamado pelo seu nome, dirá: « *Assim prometto* ».

§ 2. Em seguida será presente á Camara o diploma do prefeito municipal e verificada a sua legitimidade por uma commissão de dois membros, nomeará o presidente da Camara empossante outra commissão de trez membros, para introduzir o eleito na sala das sessões, afim de prestar o compromisso de que trata este artigo.

Art. 4. O prefeito tomará assento no topo da meza, á direita do presidente e do mesmo lado os novos vereadores.

Art. 5. Destes actos lavrará o secretario uma acta, que, discutida e approvada, será assignada por empossantes, empossados e mais pessoas presentes, que o quizerem, findo o que, dirá o presidente da Camara empossante: « *Declaro empossada a Camara e o prefeito municipal da cidade Affonso Claudio* » e convidará o vereador mais votado dos presentes a occupar a cadeira de presidente, o que feito, nomeará este uma commissão de trez membros para acompanhar a Camara empossante até a porta do edificio.

Art. 6. Voltando os membros da commissão aos seus lugares, será nomeada outra tambem de trez membros para acompanhar o prefeito até a porta do edificio.

Art. 7. Findos estes actos proceder-se-á a eleição de presidente e vice-presidente, por escrutinio secreto.

Art. 8. Em caso de impate proceder-se-á nova eleição e caso haja ainda impate, decidirá a sorte.

Art. 9. A' qualquer vereador é licito requerer verificação da votação para presidente e para vice-presidente.

Art. 10. O presidente e vice-presidente da Camara Municipal, serão eleitos annualmente, no dia 23 de maio, e poderão ser reeleitos.

Art. 11. Terminada a eleição e occupando o presidente eleito o seu lugar, dará para ordem do dia da sessão seguinte as nomeações das commissões permanentes e o mais que occorrer, suspendendo em seguida a sessão, de que se lavrará acta, que será immediatamente assignada.

Art. 12. No fim de cada biennio, será empossado o prefeito eleito, pela fórma estabelecida neste capitulo.

Art. 13. O acto de posse do prefeito precederá a eleição de presidente e vice-presidente, mas de tudo se lavrará uma só acta.

Art. 14. Caso algum vereador ou o prefeito deixe de comparecer para tomar posse, tomal-a-á em qualquer outro dia de sessão que compareça dentro do prazo legal, mas sempre com as formalidades estabelecidas neste regimento.

Art. 15. Se da Camara empossante não

comparecer numero legal para haver sessão, será a posse dada pelos que comparecerem ainda que seja apenas um.

Art. 16. Na ausencia de todos os vereadores, serão os novos eleitos empossados pelo prefeito e na falta deste pela autoridade judiciaria de maior cathegoria no municipio.

Art. 17. Os vereadores que forem eleitos para preencher as vagas que por qualquer motivo se derem, tomarão posse, com as formalidades legaes, na primeira sessão, após a expedição do respectivo diploma ou em qualquer outra, dentro do praso legal.

Art. 18. Quando se der vaga do cargo de presidente ou de vice-presidente, proceder-se-á a nova eleição, observadas as formalidades legaes.

CAPITULO II

Attribuições do Presidente

Art. 19. Ao presidente da Camara compete:

I. Representar nos actos publicos e officiaes a corporação de que é chefe, quando a solemnidade destes não exija o comparecimento de todos os membros.

II. Determinar no principio de cada anno os dias das sessões ordinarias mensaes e convocar sessões extraordinarias sempre que forem precisas ao bem publico ou reclamadas pelo prefeito ou por dois vereadores municipaes.

III. Dirigir os trabalhos das sessões, mantendo a ordem e o respeito devidos ás deliberações da maioria.

IV. Designar commissões dentre os seus collegas para melhor distribuição dos trabalhos.

V. Dar posse ao prefeito, aos vereadores novos parcialmente eleitos e aos juizes dos districtos, convocar e empossar os supplentes nos impedimentos dos effectivos.

VI. Nomear interinamente, assignar os titulos de nomeação effectiva e fazer entrar em exercicio os empregados nomeados pela Camara Municipal.

VII. Fiscalizar os trabalhos da Secretaria, propor a sua organisação em sessão, o augmento ou diminuição de empregados, tendo sempre em vista a regularidade do serviço.

VIII. Admoestar verbalmente ou por escripto e suspender, até trinta dias, os empregados de nomeação da Camara Municipal omissos aos seus deveres, representando a Camara Municipal sobre a necessidade de sua demissão nos casos de faltas graves e incorregibilidade.

IX. Manter a correspondencia official da corporação, dando-lhe conhecimento em sessão dos assumptos de maior interesse publico.

X. Decidir com o seu voto sempre que houver empate na votação.

XI. Convocar no final do quatriennio a sessão de posse dos novos vereadores e do prefeito, dando todo o apparato possivel á solemnidade.

XII. Conceder a palavra aos vereadores que regularmente a pedirem e chamar á ordem os que della sahirem.

XIII. Estabelecer com clareza o ponto em questão que tiver de ser votado e annunciar o resultado das votações.

XIV. Advertir, chamar a ordem, fazel-o nominalmente e impor ao vereador que praticar excessos, e que estiver comprehendido do art. 42, a sua observancia.

XV. Interromper, levantar ou suspender a sessão, quando não puder manter a ordem, ou quando circumstancias extraordinarias o exigirem.

XVI. Marcar a ordem do dia das sessões.

XVII. Despachar os papeis de expediente da Camara.

XVIII. Abrir, numerar, rubricar e encerrar todos os livros da Secretaria da Camara.

XIX. Resolver no intervallo das sessões as duvidas que occorrerem acerca do serviço da Camara Municipal, dando a esta conhecimento de sua resolução, quando se não trate de materia de expediente.

XX. Conceder licença aos empregados da Camara, até 30 dias.

XXI. Nomear os membros da Camara que tenham de ser enviados a qualquer commissão, bem como designar substitutos áquelles cuja dispensa fôr concedida.

XXII. Poderá o presidente discutir, apresentar qualquer projecto, indicação, requerimento ou proposta, deixando a cadeira da presidencia, emquanto durar a discussão, devendo voltar ao seu lugar para submetter a questão a votos.

XXIII. O presidente, sempre que suspender a sessão, o fará declarando á viva voz, ou deixando a cadeira da presidencia, quando não puder ser ouvido.

XXIV. Nos seus impedimentos, será o presidente substituido pelo vice-presidente e

na falta deste pelo vereador mais votado na ordem da votação.

XXV. Substituir o prefeito em seus impedimentos.

CAPITULO III

Dos VEREADORES

Art. 20. O vereador que não puder comparecer á sessão, por motivo justo, o participará, por officio ao presidente.

Art. 21. O vereador que precisar retirar-se do municipio deverá requerer licença, por escripto, a Camara Municipal, devendo seu requerimento ser submettido á votação.

Art. 22. Nos dias de sessão, os vereadores comparecerão no paço da Camara Municipal antes da hora determinada neste regimento, para se dar principio aos trabalhos, apresentando-se com toda a decencia.

Art. 23 Nenhum vereador poderá eximir-se do trabalho de que fôr encarregado, salvo se tiver motivo justo, que será sujeito á consideração da Camara.

Art. 24. Os pareceres e informações de que forem incumbidos os vereadores serão prestados no mais curto espaço de tempo.

Art. 25. Os vereadores, em reunião da Camara, proporão todas as medidas que tragam prosperidade ao municipio e o bem estar de seus habitantes, sendo as propostas sujeitas, datadas e assignadas, e bem assim as que forem apresentadas em mensagem pelo prefeito municipal.

Art. 26. Nenhum vereador poderá falar sem que peça a palavra, e, obtendo-a, falará

de pé, dirigindo-se ao presidente, devendo só falar nos seguintes casos:

I. Para apresentar requerimentos, projectos, indicações, emendas e propostas;

II. Sobre o projecto em discussão;

III. Sobre a materia da ordem do dia.

Art. 27. O presidente falará sentado, e quando obtiver permissão da Camara, o poderão fazer quaesquer dos vereadores.

Art. 28. Nenhum vereador poderá servir-se de termos injuriosos, quando discutir, observando-se que contra a materia vencida não se poderá mais falar.

Art. 29. O autor de requerimentos ou indicações terá sempre preferencia sobre a sua discussão, e os membros de commissão serão para esse fim considerados como autores dos respectivos pareceres.

Art. 30. Qualquer vereador poderá mandar inserir na acta da sessão o seu voto, sem motival-o.

Art. 31. Vagando algum cargo de vereador municipal, a Camara procederá de accordo com o art. 18 da lei n. 2, de 18 de Novembro de 1913.

CAPITULO IV

Das commissões

Art. 32. Na primeira sessão que seguir á de posse, o presidente nomeará dentre os vereadores as commissões permanentes, pelas quaes serão distribuidos os diversos ramos do serviço municipal, afim de emittir parecer sobre os assumptos que lhes forem commettidos.

Art. 33. Além da de policia, a cargo do presidente da Camara, haverá mais as seguintes:

Commissão de justiça e redacção de leis;

Commissão de orçamento, finanças, exame de contas e balanços;

Commissão de posturas, obras, saude e hygiene publica.

Art. 34. A' commissão de justiça e redacção de leis, incumbe pareceres e outros serviços de sua competencia.

Art. 35. A' commissão de orçamento, finanças, exame de contas e balanços, incumbe a organisação das tabellas de impostos, orçamentos e exame de balanços e contas, além de outros serviços que forem de sua competencia.

Art. 36. A' commissão de posturas, obras, saude e hygiene publica, incumbe caminhos, calçadas, pontes, canaes, chafarizes, arruamento e edificios publicos, limites, estatistica, agricultura, commercio, industria, saude publica, casas de caridades e outros ramos que sejam de sua competencia.

Art. 37. Além das commissões referidas, haverão outras especiaes, incumbidas de qualquer caso que occorrer, durante o intervallo das sessões.

Art. 38. Quando, por impedimento prolongado, faltar algum membro de commissão o presidente nomeará quem o substitua.

Art. 39. A commissão de policia incumbe privativamente ao presidente, que se regulará pelo disposto nos artigos seguintes:

Art. 40. Os vereadores são obrigados a comparecerem ás sessões ordinarias e extraordinarias.

Art. 41. O vereador que durante a sessão offender o outro, será convidado pelo presidente para retirar a expressão ou a dar-lhe a devida satisfação.

Art. 42. Ao vereador que interromper quem estiver com a palavra, perturbar os trabalhos e não guardar a attenção e decoro devidos, o presidente advertirá, dizendo : — *Attenção ;* e se essa advertencia não fôr bastante, o presidente dirá:—*Senhor* ou *senhores vereadores, attenção*; e se ainda não bastarem essas advertencias, o presidente procederá de accordo com os numeros XIV e XV do art. 19.

Art. 43. Quando o vereador que estiver falando divagar da questão ou quizer discutir materia extranha ao debate, o presidente lembrar-lhe-á que não deve affastar-se do objecto em discussão.

Art. 44. Só para fazer reclamação sobre a execução de algum artigo do regimento, o vereador poderá interromper ao que estiver falando, o que fará dizendo :— pela ordem.

Art. 45. As sessões da Camara Municipal serão publicas, e as galerias estarão francas a todos que quizerem assistil-as, contanto que não tragam armas e guardem respeito e silencio, não sendo permittido darem signal de approvação ou reprovação do que se passar na sessão.

Si o contrario fizerem, serão admoestados pelo empregado que o presidente designar, e se o empregado não fôr obedecido, communical-o-á ao presidente, que os fará sahir da sala; si o infractor ou infractores não quizerem retirar-se serão presos e remettidos á autoridade competente, com o auto de desobediencia que o secretario lavrará.

Art. 46. Durante a sessão nenhum vereador chamará á mesa pessoa alguma para tratar de negocios, nem mesmo os empregados da secretaria; e se tiver necessidade de algum pedirá ao presidente que o faça chamar; o presidente porem poderá dar ingresso ás pessoas de distincção que pedirem permissão para assistir ás sessões e aos redactores de jornaes, ou seus representantes, contanto que seja fóra dos assentos destinados aos vereadores.

Art. 47. Nas sessões solemnes de posse, será permittido ao povo o ingresso no recinto das sessões.

Art. 48. Quando algum vereador praticar dentro do edificio das sessões da Camara Municipal qualquer excesso que exija outras providencias alem das que são autorisadas pelo presente regimento, o presidente conhecerá do facto e o exporá á Camara, em sessão, afim de que delibere como convier.

Art. 49. Se algum vereador quizer fallar sem que tenha obtido a palavra o presidente o chamará — a ordem, simplesmente, ou nominalmente, se insistir; e não sendo obedecido, dirá:— o sr. F... não tem a palavra. Si não obstante continuar, o presidente observará o disposto no art. 42.

Art. 50. Se o presidente deixar de cumprir as disposições dos artigos antecedentes, qualquer vereador poderá requerer que o faça e havendo duvida sobre a decisão do presidente, a Camara resolverá.

Art. 51. Se o presidente for o perturbador da ordem, qualquer vereador lhe observará, dizendo:—*o sr. presidente parece estar fóra da ordem.* Si com essa observação, o

presidente não se contiver, o vereador poderá appellar para a Camara, afim de que decida da resolução, sem que preceda discussão.

N'este caso, o presidente deixará á cadeira, que será occupada pelo vice-presidente e na falta deste pelo vereador mais votado dos presentes, e a Camara decidirá.

Si o presidente não quizer se sujeitar á decisão da Camara ou deixar a cadeira dar-se-á por finda a sessão, e o secretario fará mensão do occorrido na acta.

Art. 52. O presidente sempre que julgar conveniente, para manter a liberdade da tribuna, a segurança dos vereadores e a ordem das sessões, quer na sala respectiva, quer nas immediações, poderá requisitar da autoridade a força conveniente para manter a ordem.

CAPITULO V

Das sessões ordinarias e extraordinarias

Art. 53. As sessões da Camara Municipal começarão ao meio dia e durarão pelo espaço de duas horas consecutivas. Em caso de urgencia e a requerimento de algum vereador a sessão poderá ser prorogada por mais duas horas.

Art. 54. A' hora marcada no art. antecedente, o presidente tomando assento e os demais vereadores occupando os seus lugares, o secretario procederá a chamada e organisará uma lista dos vereadores presentes e dos que faltarem com causa justificada ou sem ella, cujos nomes serão escriptos na acta; achando-se presentes quatro vereadores o presidente dirá:—*Abre-se a sessão.*

Art. 55. Si passada meia hora da determinada para a abertura da sessão, não comparecerem vereadores em numero sufficiente para que ella tenha lugar, far-se-á nova chamada e não havendo numero legal, o presidente annunciará: *Não ha sessão por falta de numero legal.*

Art. 56. Aberta a sessão o secretario lerá a acta da sessão anterior, a qual será approvada com as declarações que se offerecerem, ou si considerará approvada se nenhuma reclamação houver.

Approvada a acta, será logo assignada e publicada na imprensa official da casa. O secretario procederá, em seguida, á leitura do expediente, officios, representações, petições e outros papeis dirigidos á Camara Municipal; e a medida que forem lidos, o presidente lhes irá dando o destino conveniente. Depois do expediente seguir-se-á a apresentação dos pareceres das commissões, projectos, indicações, propostas e requerimentos; e, a medida que forem lidos, serão logo discutidos e votados ou ficarão sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos do dia seguinte.

Art. 57. Começada a sessão, uma hora depois tratar-se-á da ordem do dia, annunciando o presidente: *Tendo dado a hora do expediente, passa-se a ordem do dia* — ou antes dessa hora se achar-se esgottado o expediente.

Art. 58. Não havendo materia para ser tractada na primeira parte da ordem do dia, passar-se-á á discussão das materias adiadas ou que forem dadas para a segunda parte da ordem do dia.

Art. 59. A ordem do dia só poderá ser alterada no caso de urgencia ou adiamento,

a requerimento de algum vereador, submettido a votação.

Art. 60. Urgencia, para interromper a ordem do dia, só se deve considerar aquelle negocio cuja decisão exija toda a brevidade no seu andamento.

Art. 61. Seja qual for o estado em que se achar a discussão, o adiamento poderá ser proposto verbalmente, por qualquer vereador, devendo este motival-o e determinar o praso.

Art. 62. Fóra dos casos de urgencia, nenhuma materia poderá ser posta em discussão, sem a precedencia de 48 horas após a sua apresentação, ou que tenha sido dada para ordem do dia, e sem que proceda parecer sobre ella, dado pela respectiva commissão, salvo se a Camara julgar desnecessaria essa formalidade.

Art. 63. Nenhuma deliberação será tomada sem que a materia tenha sido posta em discussão, salvo os casos de urgencia.

Art. 64. Qualquer vereador poderá propor e discutir o que lhe parecer conveniente. As propostas serão por escripto, datadas e assignadas, e depois de lidas pelo secretario, o presidente consultará á Camara se as julga objecto de deliberação; se a Camara votar pela negativa, será a proposta regeitada, —se porem for julgada objecto de deliberação, será ella numerada e entrará na ordem dos trabalhos.

Art. 65. Se algum vereador requerer que a proposta vá a qualquer commissão e for approvado o requerimento, terá a proposta esse destino.

Art. 66. A Commissão a que for presente qualquer proposta, poderá indicar a

acceitação ou regeição della, ou mesmo reformal-a.

Art. 67. Os pareceres apresentados por commissões serão julgados, desde logo, objecto de deliberação e entrarão na ordem dos trabalhos.

Art. 68. São considerados requerimentos, ainda mesmo que outro nome se lhes dê:

I. As moções de algum vereador, ou commissão, que tiverem por fim a approvação de objectos referentes ao municipio ou simples expediente, como pedir informações ou esclarecimentos sobre serviços, ao prefeito;

II. Pedido de dispensa de qualquer missão ou de alguma providencia que as circumstancias exigirem sobre objecto de simples economia de trabalhos da Camara ou policia da casa;

III. A nomeação de alguma commissão especial; pedido ou levantamento de sessão, por motivo de luto ou regosijo publico, e a apresentação de qualquer medida attinente aos fins da Camara Municipal, sobre assumptos que entendam com suas funcções.

Art. 69. Os requerimentos de que trata o art. antecedente, serão submettidos á discussão.

Art. 70. As emendas, additivos e substitutivos, serão postas em discussão conjuntamente com o projecto.

Art. 71. Nas discussões, o autor do projecto ou relator da commissão poderá fallar duas vezes; os outros vereadores só poderão fazel-o uma vez.

§ Unico. A discussão de qualquer parecer ou projecto começará sempre por opposição; todavia o autor da materia ou relator

da commissão poderá fallar em primeiro lugar para sustental-a e mostrar as suas vantagens.

Art. 72. A todos os vereadores é permittido explicar as expressões que não tenham sido tomadas no verdadeiro sentido ou que tenham sido mal interpretadas.

Art. 73. Todos os projectos de lei ou resoluções passarão por duas discussões, sendo a primeira sobre o seu objecto, em globo, e a outra sobre o seu testo, cada artigo de per si.

De uma a outra discussão haverá, pelo menos, o intervallo de 24 horas.

Na discussão, qualquer governador, poderá enviar as emendas ou substituitivos que quizer, que serão acceitos ou não, para entrar em discussão.

A votação se fará por artigos e assim as emendas. Approvado definitivamente o projecto, irá a commissão de redacção, para pol-o em termos.

Art. 74. Redigido o projecto pela commissão, será apresentado ao presidente, que o mandará lêr, submettendo, em seguida, a redacção á approvação da Camara, que só poderá emendal-a si contiver incongruencias ou contradições, e neste caso se abrirá uma nova discussão.

Art. 75. Quando qualquer materia esteja sufficientemente discutida poderá ser requerido o encerramento da discussão, votando-se este sem debate.

Art. 76. Regeitado pela Camara qualquer projecto ou proposta, só poderá ser novamente apresentado na segunda sessão ordinaria do anno seguinte; e na sessão em que delle se tratou, suas disposições não poderão ser incluidas em outro projecto ou proposta.

Art. 77. No principio de qualquer discussão é permittido a qualquer vereador pedir a palavra, pela ordem, para propor o melhor meio de dirigil-a; o que tambem será permittido, no fim da discussão, para estabelecer a melhor ordem da votação.

Art. 78. Sempre que se apresentar mais de um projecto ou proposta, sobre o mesmo assumpto, haverá deliberação preliminar sobre a preferencia de um delles para entrar na ordem dos trabalhos, ou serão todos enviados a uma commissão para reduzil-os a um só, si a Camara assim deliberar. Sobre a preferencia não se admittirá discussão.

Art. 79. Sem que esteja presente metade e mais um dos vereadores, nenhum assumpto será posto em discussão. Todas as votações serão symbolicas, dizendo o presidente: — *Os srs. que approvam... queiram se levantar.* — Se o resultado da votação não offerecer duvida, o presidente a publicará: no caso contrario ou quando algum vereador requerer que sejam contados os votos, o presidente dirá: — *Os srs. que votaram contra, queiram levantar-se.* Havendo votação nominal, o secretario fará a chamada pela lista e o presidente irá tomando nota dos que disserem *sim* ou *não*; dando-se empate, o presidente decidirá com seu voto.

Art. 80. A votação por escrutinio secreto será feita por meio de cedulas, em urna, contadas e apuradas.

A votação uma vez começada não poderá ser interrompida.

Art. 81. Nenhum vereador, desde que esteja presente, poderá abster-se de votar, salvo quando se tratar de negocio de seu in-

teresse, ou de seus ascendentes ou descendentes, sogro ou genro, irmão ou cunhado, enquanto durar o cunhadio.

Art. 82. Nenhum vereador poderá recusar-se a assignar a acta dos trabalhos das sessões approvada pela maioria da Camara.

CAPITULO VI

Da recepção do prefeito

Art. 83. Toda a vez que a Camara tiver de receber o prefeito para leitura de relatorios ou mensagens, o presidente da Camara, depois de aberta a sessão, approvada a acta e lido o expediente, a que dará immediato destino, nomeará uma commissão de trez vereadores para recebel-o e acompanhal-o ao recinto das sessões, suspendendo, em seguida, os trabalhos, até a chegada daquella autoridade.

Art. 84. Annunciada a chegada do prefeito, será elle recebido e introduzido pela commissão respectiva, e tomará assento á direita do presidente da Camara.

Art. 85. Acto successivo o presidente da Camara dará a palavra ao prefeito para proceder a leitura de sua mensagem ou relatorio.

§ Unico. Concluida a leitura, o presidente da Camara dirá: — "A Camara ouviu a exposição que lhe vem de fazer o prefeito sobre os negocios do municipio, e, tomando-a na devida consideração, deliberará como for de conveniencia publica".

Art. 86. Despedido o prefeito com as mesmas formalidades da recepção, o presidente da Camara dará a ordem do dia se-

guinte, logo que a commissão volte ao recinto, suspendendo, em seguida, a sessão.

CAPITULO VII

Da legislação da Camara

Art. 87. De todos os decretos votados pela Camara, depois de definitivamente redigidos, mandará o presidente extrahir os respectivos autographos, em duplicata, para serem submettidos á sancção do prefeito, assignados pelo presidente e secretario.

§ Unico. Sanccionada a lei, ficará um dos authographos archivados na Prefeitura e o outro volverá á Camara com a nota de sua sancção.

Art. 88. Os decretos remettidos ao prefeito, para terem execução na forma do artigo antecedente, serão precedidos dos seguintes dizeres: — "A Camara Municipal de Affonso Claudio, tendo adoptado o decreto n.º ..... resolve envial-o ao prefeito para fazel-o executar de accordo com a lei n.º 2, de 18 de novembro de 1913".

Art. 89. O veto do prefeito devidamente fundamentado será submettido ao conhecimento da Camara Municipal dentro do prazo de dez dias, a contar da data do recebimento.

§ 1º. Submettido a votação considerar-se-á approvado o decreto vetado, se obtiver pelo menos cinco votos.

Neste caso será enviado novamente ao prefeito para a formalidade da promulgação.

§ 2.º O silencio do prefeito, no decendio, importa na sancção.

Art. 90. Se dentro de 48 horas, no caso

do artigo antecedente, o prefeito não houver promulgado o decreto legislativo, promulgal-o-á o presidente da Camara Municipal, nos seguintes termos:—"Eu F... presidente (ou vice-presidente em exercicio) da Camara Municipal da cidade Affonso Claudio, faço saber que esta decretou e promulgou a seguinte lei.

CAPITULO VIII

Disposições geraes

Art. 91. As commissões permanentes serão de tres membros cada uma.

Art. 92. Quando a Camara funccionar em Junta apuradora ou de reconhecimento de poderes reger-se-á pela legislação eleitoral.

Art. 93. Revogam-se as disposições em contrario.

Publique-se e cumpra-se.

Paço da Camara Municipal de Affonso Claudio. em 15 de Julho de 1916.

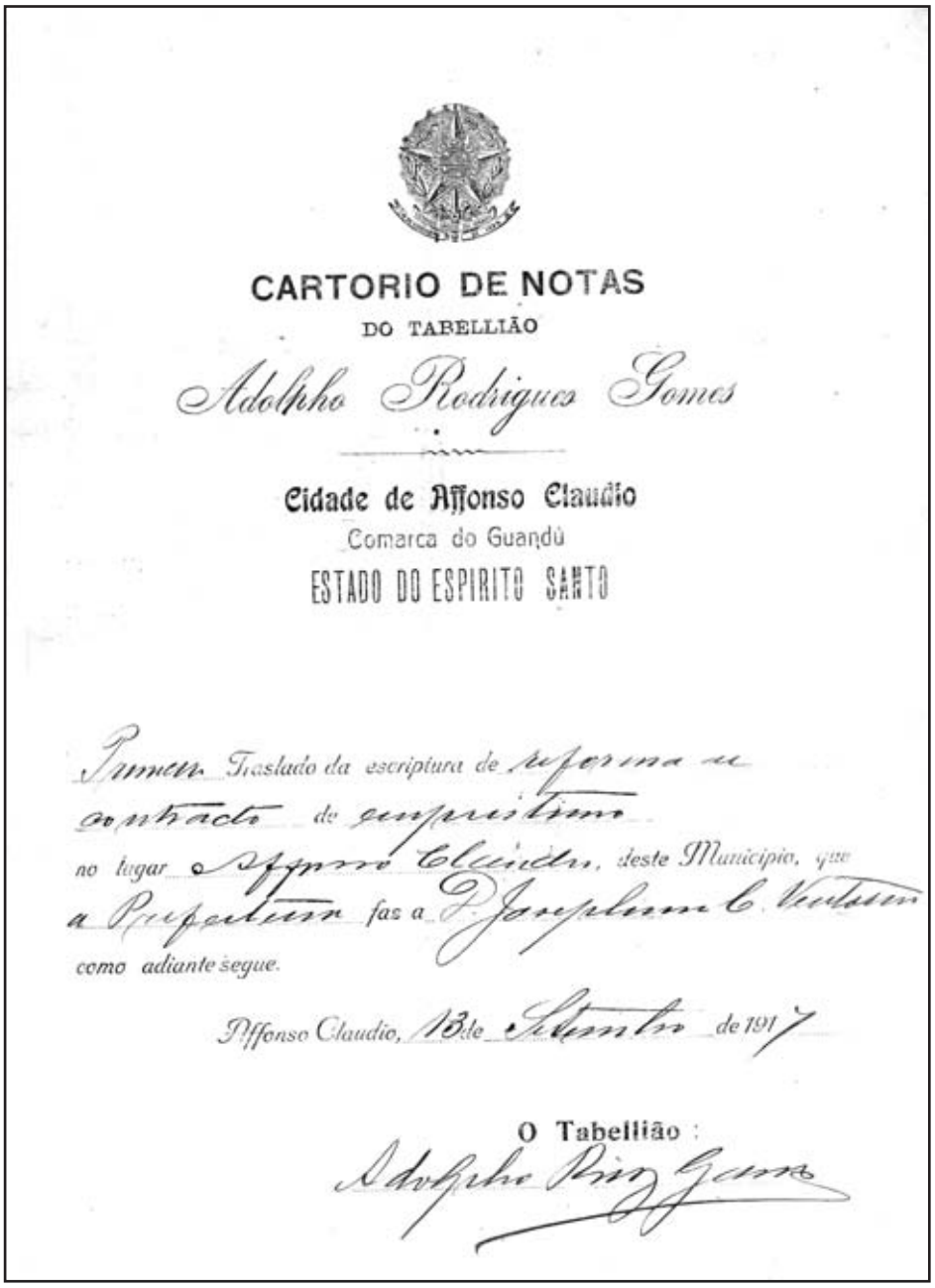
Manoel Fernandes Beiriz, Presidente.
Joaquim Gonçalves Serpa.
Maximino de Vargas Fernandes.
Idolindo da Fonseca Lamas.
Antonio Olympio da Fonseca Cruz.
José Jorge Haddad.

Sellado e publicado nesta secretaria da Camara Municipal da cidade Affonso Claudio, em 15 de Setembro de 1916.

Jayme Lopes dos Santos.

Secretario

4.8.2 - Reforma do Contrato de Empréstimos para Construção do Paço Municipal - 13 de Setembro de 1917



CARTORIO DE NOTAS

DO TABELLIÃO

Adolpho Rodrigues Gomes

Cidade de Affonso Claudio

Comarca do Guandú

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Primeiro Traslado da escriptura de reforma de contracto de emprestimo no lugar Affonso Claudio, deste Municipio, que a Prefeitura faz a D. Josephina C. Ventura como adiante segue.

Affonso Claudio, 13 de Setembro de 1917

O Tabellião:

Adolpho Rodrigues Gomes

CARTORIO DE NOTAS
DO TABELLIÃO
Adolpho Rodrigues Gomes
CIDADE DE AFFONSO CLAUDIO
Estado do Espirito Santo

Fls. 2 Afm

Livro n. 22
Folhas 17 v a 24 v.

1º Traslado da escriptura de reforma de contracto que faz Dona Josephina Canaleli Ventorim á Prefeitura Municipal na forma abaixo:

Saibam quantos esta publica escriptura de reforma de contracto de obrigação de divida virem que, no anno de mil nove centos e dezesete, 28º da Republica dos Estados Unidos do Brazil, aos treze dias do mez de Setembro do dito anno em meu cartorio n'esta Cidade Affonso Claudio Camarca do Guandú, Estado do Espirito Santo, e ahi perante mim tabellião e as duas testemunhas abaixo assignadas, compareceram com a distribuição sob nº desta data de um lado como outorgante credora Dona Josephina Canaleli Ventorim representada por seu bastante procurador o seu filho Galeano Affonso Ventorim, conforme a procuração que me apresentou e que vae no fim transcripta e de outro lado como outorgada devedora a prefeitura municipal, esta, representada neste acto pelo prefeito José Giestas, aquella, capitalista residente na porração da Figueira no municipio de Bôa Familia pessôas conhecidas de mim tabel-

tabelião pelos proprios de que trato
e dou fé. Logo tabelião e testemunhas
citadas e esta representada pelo pre
feito José Gustão com séde n'esta Lei
da de Affonso Claudio, pessoas estas
conhecidas de mim tabelião pelos
proprios de que trato e dou fé. Logo
pela outorgante devedôra repre
sentada pelo referido Senhor prefei
to José ago prefeito me foi dito que
sendo devedôra á outorgante cre
dôra Dona Josephina Canaeli Ven
torim da quantia certa e liqui
da de desoito contos de reis, prove
niente do restante do emprestimo
que contrahira com o finado
marido da outorgante Santos Ven
torim em 26 de Junho de 1915, vi
nha assignar a reforma da escrip
tura desse emprestimo para cu
jo fim foi o Senhor prefeito auto
rizado pela Lei nº 47 de 27 de Novem
bro de 1916, sob as condicções seguin
tes: a outorgada devedora obriga
se a pagar á outorgante credo
ra a supradita quantia de desoi
to contos de reis em vinte presta
ções iguaes de nove centos mil
reis cada uma vencivies á trin
ta de Abril e trinta de Outubro
dos annos de mil nove centos e desoito
á mil nove centos e vinte e sete
inclusive, pagando mais com

cada uma das prestações os juros
vencidos na actação a razão de oito
por cento ao anno, contados desde
trinta de Abril do corrente anno,
sendo por tanto os ditos pagamen-
tos de fazer pela forma seguinte:
a primeira de Rs 2:340$000; a segun-
da de Rs 1:584$000; a terceira de Rs
1:548$000; a quarta de um conto qui-
nhentos e doze mil reis (Rs 1:512$000)
a quinta de 1:476$000; a sexta de 1:440$000)
a sétima de 1:404$000 ao p. de Rs 1:404$000;
a oitava de 1:368$000; a nona de Rs
1:332$000; a decima de 1:296$000; a de-
cima primeira de Rs 1:260$000; a de-
cima segunda de 1:224$000; a deci-
ma terceira de Rs 1:188$000; a deci-
ma quarta de Rs 1:152$000; a deci-
ma quinta de Rs 1:116$000; a deci-
ma sexta de Rs 1:080$000; a decima
setima de Rs 1:044$000; a decima
oitava de 1:008$000); a decima
nona de nove centos e oitenta e
oito mil reis (Rs 972$000)
a vigesima e ultima de nove
centos e trinta e seis mil reis Rs
936$000, dando em garantia desta
obrigação a quarta parte da
renda proveniente do imposto
de industria e profissão da qual
não poderá dispor para outro
fim estando em mora com
qualquer das prestações citadas

Pela outorgante credora Dona Josephi
na Canalli Ventorim na pessôa
do seu procurador me foi dito
perante as mesmas testemunhas
que effectivamente se constituem
credora da outorgada por direito
de successão de seu finado ma
rido da quantia supra de desoi
to contos de reis e que acceita
a presente escriptura tal qual
foi feita. Segue a procuração. Es
tados Unidos do Brazil Sem 1 Fl
53. Procuração bastante que faz
Dona Josephina Canalli Vento
rim a Galeano Affonso Ventorim
pela forma abaixo. Saibam quan
tos este publico instrumento de
procuração bastante, bastante
virem que no Anno do Nascimen
to de Nosso Senhor Jesus Christo
de mil novecentos e dezessete aos
quatorze dias do mez de Maio
neste destricto da Figueira pe
rante mim tabellião compare
ceu como outorgante Dona Jo
sephina Canalli Ventorim, vei
va proprietaria, residente nes
ta povoação da Figueira, Mu
nicipio de Bôa Familia, Co
marca do Guandú, Estado do
Espirito Santo, reconhecida pela
propria de mim tabellião, das
testemunhas abaixo assignadas

AFFONSO CLAUDIO
E. do E. Santo

do que dou fé, perante as quaes, por
ella foi dito que por este publico
instrumento nomeava e constituia
seu bastante procurador ao Snr Ga-
lerano Affonso Ventorin, brazileiro
casado, negociante, residente nes-
ta povoação da Piquira com po-
deres geraes e illimitados especial-
mente para tratar de seus nega-
cios onde se tornar necessario, re-
ceber dinheiro, emprestar, receber
ouro receber hypothecas, assignar
escripturas de compras e vendas
prorogar prazos de emprestimos
dar quitação, recibos e tudo
mais fazer a bem de seus direitos
e justiça, agindo o dito seu pro-
curador de accordo com as suas
cartas e avisos particulares
substabelecer esta em quem lhe
ouro esta em outrem o que tu-
do promette haver por valio-
so e firme ratificando pa-
ra os mais effeitos as im-
pressas abaixo pelo que ain-
da lhes concede todos os seus
poderes em direito permittidos
para que, em nome delle au-
torgante, como se presente fos-
se possa em Juizo ou fóra delle
requerer, delegar, defender
todos os seus direitos e justiça
em quaesquer causas civis

e crimes, movidas e por mover em
que ella outorgante for autor ou
rio em um e outro fôro; fazendo
citar; offerecer acções, libellos, excep-
ções, embargos, suspeições e ou-
tros quaesquer artigos; contrariar,
produzir, inquirir e reinquir-
ir, dizer, repergunta, testemunhas
dar de suspeito a quem lh'o for;
jurar decisoria e suppletoriamente em
alma della outorgante; fazer dar
taes juramentos a quem convier;
assistir aos termos de inventarios
e partilhas com as citações pa-
ra ellas; assignar autos, requerimen-
tos, protestos, contra-protestos e ter-
mos, ainda as de confissão, nega-
ção, louvação, desistencia; appel-
lar, aggravar, ou embargar qual-
quer sentença ou despacho e seguir
estes recursos até mais alçada
fazer extrahir sentenças, requer-
rer a execução dellas, sequestros,
assistir aos actos de conciliação
para as quaes lhe concede
poderes illimitados; pedir pre-
catorias, tomar posse, vir com
embargos de terceiro senhor
e possuidor; juntar documen-
tos e tornal-os a receber; varias
de acções e intentar outras de
novo, podendo substabelecer
esta em um ou mais procura-

procuradores e os substabelecidos
em outros, ficando-lhes os
mesmos poderes em seu vigor
e revogal-os querendo; seguindo
suas cartas de ordens e avisos
particulares, que, sendo preci-
zo serão considerados como par-
te desta. E que tudo quanto as-
sim for feito pelo dito seu pro-
curador ou substabelecido pro-
mette haver por valioso e fir-
me reservando para sua
pessoa toda nova citação.
Assim o disse do que dou
fé e me pedeu este instrumen-
to que lhe li, acceitou, assig-
nando a rogo da outorgante
que declarou não saber
escrever ou saber ler e nem
escrever Americo Marques de
Santa Rosa, residente nesta
povoação e meus conhecidos
Eu Geraldino Pereira de Aguiar
Publicão que escrevi e assig-
no em publico e raso. Em tes-
temunho o signal publico da
verdade. Figueira 14 de Maio
de 1917. Geraldino Pereira de
Aguiar. Sobre dous mil reis
de sulos fedoras. devidamen-
te inutilisados (Assig.) Americo
Marques de Santa Rosa, Au-
tonio Carlos Apephilo e Ego-

Ozario Rodrigues da Silva, Era o
que continha no dito bem de
que bem e fielmente trasladei
e dou fé estar conforme o ori-
ginal em meu poder e cartorio
Eu Geraldino Pereira de Aguiar
Tabelião que escrevi e assigno
em publico e raso. Em testemu-
nho o signal publico da verda-
de. Aguiar 14 de Março de 1917.
Geraldino Pereira de Aguiar
Sobre um mil reis de sellos estadoaes
Assim disseram e contracta-
ram me pediram lhes fizes-
se esta escriptura que depois
de lida e acharam conforme
assignam com as testemunhas
abaixo conhecidas de mim
Adolpho Rodrigues Gomes Tabel-
lião que escrevi e assigno em
publico e raso. Em testemunho
o signal publico da verdade
Affonso Claudio 13 de Setembro
de 1917 Adolpho Rodrigues Gomes,
Galeriano Affonso Ventorim,
José Gurtas, José Jorge Haddade
Eduardo José da Silva. Estavam
collados e devidamente inuti-
lisados desacto estampilhas fe-
deraes no valor de trinta e seis
mil reis. E' o que consta na
dita escriptura que foi fiel-
mente copiada e dou fé es-

Adolpho Rodrigues Gomes

Tabellião e escrivão

AFFONSO CLAUDIO

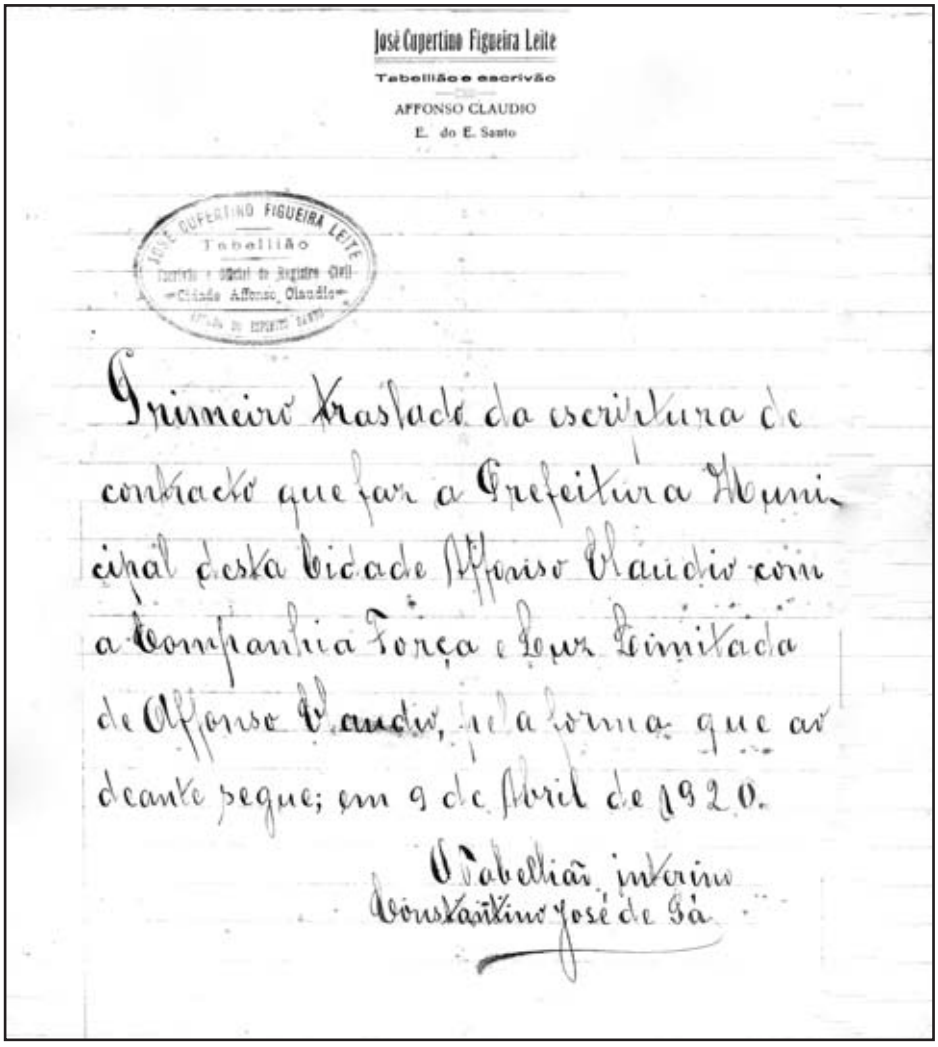
E. do E. Santo

estar conforme o original
em meu poder e cartorio.
Eu Adolpho Rodrigues Gomes
Tabellião que escrevi e assig-
no em publico e raso
Em test.ª de S.R.G. da verdade
Affonso C. Claudio 13 de Setembro de 1917
Adolpho Rodrigues Gomes

Conta

Escrip.	34 000
Procuração	6 000
Distribuição	2 000
Rasa	10 840
2º traslado á Viuva	3 000
Rasa	10 840
	66 680

4.8.3 - Primeiro Traslado da Escritura para Fornecimento de Energia Elétrica Pela Companhia Força e Luz Ltda - 09 de Abril de 1920.

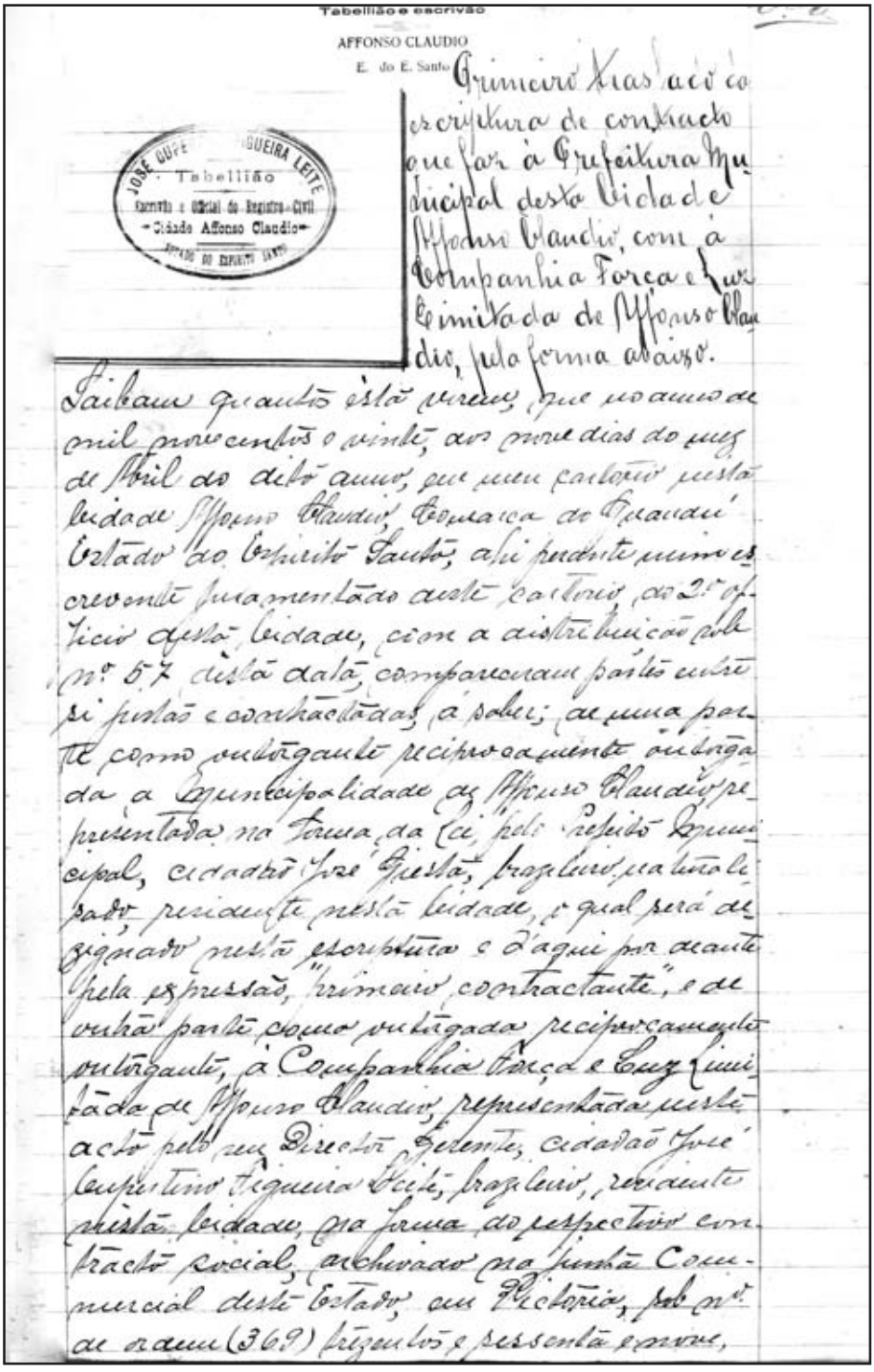


José Cupertino Figueira Leite
Tabellião e escrivão
AFFONSO CLAUDIO
E. do E. Santo

JOSÉ CUPERTINO FIGUEIRA LEITE
Tabellião
Cidade Affonso Claudio

Primeiro Traslado da escritura de contracto que fez a Prefeitura Municipal desta Cidade Affonso Claudio com a Companhia Força e Luz Limitada de Affonso Claudio, pela forma que ao deante segue; em 9 de Abril de 1920.

O Tabellião interino
Constantino José de Sá


Tabellião e escrivão

AFFONSO CLAUDIO

E. do E. Santo

JOSÉ GUEIRA LEITE
Tabellião
Escrivão e Official do Registro Civil
Cidade Affonso Claudio
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Primeiro Traslado
escriptura de contracto
que faz a Prefeitura Mu
nicipal desta Cidade de
Affonso Claudio, com a
Companhia Força e Luz
Limitada de Affonso Clau
dio, pela forma abaixo.

Saibam quantos êste publico instrumento, que no anno de mil novecentos e vinte, aos nove dias do mez de Abril do dito anno, em meu cartorio nesta Cidade Affonso Claudio, Comarca do Cachoeiro Estado do Espirito Santo, aqui perante mim escrevente juramentado deste cartorio, do 2º Officio desta Cidade, com a distribuição pelo nº 57 desta data, compareceram partes entre si justas e contractadas, a saber; de uma parte como outorgante reciprocamente outorgada a Municipalidade de Affonso Claudio, representada na forma da Lei, pelo Prefeito Municipal, cidadão José Siqueira, brasileiro, maior, casado, residente nesta Cidade, o qual será designado nesta escriptura e d'aqui por diante pela expressão, "primeiro contractante", e de outra parte, como outorgada reciprocamente outorgante, a Companhia Força e Luz Limitada de Affonso Claudio, representada neste acto pelo seu Director Gerente, cidadão José Cupertino Siqueira Leite, brasileiro, residente nesta Cidade, na forma do respectivo contracto social, archivado na Junta Commercial deste Estado, em Victoria, sob nº de ordem (369) trezentos e sessenta e nove,

o qual será designado nesta escriptura e d'aqui
por deante pela expressão "segunda contrac-
tante"; ambos reconhecidos de mim escrevente
juramentado e das duas testemunhas abai-
xo assignadas, perante as quaes pela primeira
contractante me foi dito que tem ajustado
contractado com à segunda contractante a
installação de tudo que for necessario aos
serviços de illuminação publica e parti-
cular desta Cidade, e o fornecimento de
energia electrica preciza, mediante a re-
tribuição e concessões constantes das clau-
zulas ao deante, acceitas pela segunda
contractante: I: A primeira contractante con-
cede à segunda: a) privilegio por vinte an-
nos para a exploração de illuminação elec-
trica e força para a Cidade Affonso Claudio e
seus arrabaldes; b) concede a izcução de
todo e qualquer imposto que, dizendo res-
peito a referida concessão e venda de ma-
teriaes electricos e de illuminação, venha
recahir directamente sobre a segunda
contractante; c), intervirá usando de
todos os meios que lhe são facultativos,
juntos aos proprietarios de terrenos que se
oppuzerem a collocação de postes e fios con-
ductores, obrigando-os a lhe facultar quan-
to for necessario, dentro da lei d) fiscalisa-
rá e zelará pela conservação de todo material
electricto nas vias publicas, estabelecendo
penas aos que a damnificarem; e) ecqui-
parará para todos os effeitos as dividas dos
consumidores para com a segunda con-

contractante, comprovadas pelo contracto de fornecimento de energia electrica e certidão extrahidas de seus livros commerciaes, visado pelo fiscal de sua escripta, as dividas activas do Municipio; f), não concederem eguaes favores a Empreza, congeneres dentro de um raio de duzentos kilometros, tendo por centro a Cidade Affonso Claudio; g), concede preferencia a segunda contractante em igualdade de condições para renovação deste contracto, bem como para exploração de outros serviços compativeis com seus fins. II.º A primeira contractante pagará á segunda a quantia de ..... (2:500$000) dois contos e quinhentos mil reis pela installação de todos os petrechos necessarios á installação do palacete Municipal, que se incorporarão a este, e pelo serviço de assentamento de material destinado a illuminação publica, logo após a sua conclusão. III.º A primeira contractante pagará á segunda (250$000) duzentos e cincoenta mil reis, no fim de cada mez pelo consumo de luz no Palacete Municipal e pelo de cincoenta lampadas de cincoenta velas, cada uma, da illuminação publica; a), além desta pagará sessenta mil reis, pela installação de postes accrecidos ou reformados, bem como cinco mil reis mensaes, por cada lampada que accresser além das cincoentas; b) igualmente pagará, precedendo ajuste, para illuminação e decorações publicas extraordi-

extraordinarias a serviços das instalações, e material empregado, quando não mais aproveitavel ou convier a primeira contractante, bem como o serviço de alevantamento das installações feitos, em caso contrario; IV.ª A primeira contractante, outorgará a segunda digo, autorisará a segunda a adoptar as seguintes normas e tabellas em seus contractos e relações com as particulares; a), cobrando até cincoenta velas, cento e cincoenta reis ao mez; dahi até cem velas, cento e vinte reis; de cem a duzentas velas, cem reis; d'ahi em deante cincoenta reis por véla ao mez; b) poderão ser usados medidores mechanicos installados a custa do consumidor cobrando a segunda contractante quatrocentos reis (400) por kilowatt (hora), ficando entretanto salvo a mesma, o direito de estabellecer o preço minimo relativo ao consumo de cincoenta velas, ao mez, para cada casa, familia, ou quem occupe dependencias de uma casa separadamente; c), somente a segunda contractante poderá fazer fazer as installações particulares e fornecer todo e qualquer material electrico e necessario, sendo as lampadas fornecidas para illuminação Publica Municipal, pelo preço do custo, com o accrescimo de dez por cento (10%); d), taes installações particulares não poderão exceder de quarenta mil reis por um "pendente", salvo installações especiaes que deverão ser primeiramente

primeiramente contractadas; e), o pagamento do custo das installações particulares será exigivel quinze dias após a installação; f) sendo avisada a segunda contractante por algum consumidor, que quer interromper definitiva ou temporariamente, o consumo de energia electrica desta data e só então, não mais poderá cobrar-lhe as mensalidades até aviso em contrario, verificação de reencetamento ou novo contracto; g), não pagando os consumidores suas mensalidades nas épocas devidas, constantes de contractos especiaes ou desta escriptura, assistirá a segunda contractante o direito de lhe cobrar á mais, no primeiro mez, vinte por cento de multa (20%) sobre o que for devido, mais trinta por cento (30%), e a cortar as ligações findo o terceiro mez, podendo ser logo executados pelo total, na forma desta escriptura; h), poderá a segunda contractante, observadas as formalidades legaes, por seus prepostos, penetrar nos lugares e edificios onde houver installações afim de os inspeccionar e fiscalisar o consumo; i), a companhia poderá exigir dos particulares um deposito prévio correspondente a uma mensalidade a pagar, o qual lhe será restituido rescindido o contracto perpectivo; j), nenhuma installação será feita sem requisição do pretendente por elle assignada ou alguem a seu rogo, não sabendo escrever, assignando em tal caso com duas testemunhas, com firmas

reconhecidas, da qual uma segunda via será remittida à Municipalidade para os fins da letra E da clausula 1ª ficando a primeira via em poder da Companhia para os effeitos legaes; V.ª) Nos termos da lei nº a primeira contractante garantirá desde a dacta da inauguração dos serviços, a 2ª os juros de seis por cento sobre o capital de trinta e cinco contos de reis, (35:000$000) os quaes lhe serão pagos na proporção que faltar em lucros para completal-os. VI.ª) Cessará esta garantia logo que durante dois annos consecutivos obtenha a segunda contractante, no minimo, aquelle rendimento, ainda que mais tarde venha a ter prejuizo. VII.) exigindo-o a segunda contractante, a primeira será obrigada a cobrar executivamente as dividas activas da Empreza, contra os consumidores de energia electrica relapsos, deduzindo dez por cento para as respectivas despesas, entregando aquella o remanescente. Pela segunda contractante por seu dito representante, me foi dito que de facto assim houveram ajustado, obrigando-se correlativamente o seguinte. VIII.ª) A segunda contractante se obriga a inaugurar os serviços de illuminação publica e particular dentro de sessenta dias, desta data. IX.ª) pagará de multa vinte mil reis diarios, se não cumprir o determinado na clausula anterior, salvo força maior devidamente prova

provada. X.ª) pagará trinta mil reis .....
(30$000) de multa a primeira contractan-
te todas as vezes que houver interrupção da
illuminação publica, se não for motivado
por justa causa. XI.ª) assignando contrac-
tante, digo, a segunda contractante obri-
ga-se a augmentar a capacidade da
usina, desde que o consumo publico exi-
ja, bem como assentar o numero de lam-
padas para a illuminação publica, confor-
me as necessidades do dezenvolvimento
da Cidade. XII.ª) a segunda contrac-
tante responde durante quinze dias, con-
tados da data da conclusão do serviço de
qualquer installação, pelo seu bom func-
cionamento. XIII.ª) obriga-se mais a fazer
as installações publicas obedecendo as determi-
nações da Municipalidade. XIV.ª) a segun-
da contractante restituirá á primeira, gra-
dual e proporcionalmente, as quantias que
houver recebido por força da garantia de
juros estipulados, quando poder distribuir
dividendos superiores a dez por cento, du-
rante dois annos consecutivos. XV.ª) pa-
ra os effeitos deste contracto, a segunda con-
tractante se obriga a facultar sua escripta
social á fiscalisação da primeira, por pes-
sôa da nomeação desta, correndo as res-
pectivas despesas não ascendendo de duzen-
tos mil reis annuaes, por conta da se-
gunda contractante. E por assim have-
rem ajustado o presente contracto, manda-
ram á mim escrevente juramento que o

lavrasse o que fiz. li perante elles em voz alta
digo, li em voz alta, perante ambos os con-
tractantes e as testemunhas Calixto de Azeve-
do, artista, residente nesta Cidade e o Tenen-
te Lafayette Padilha, do Corpo Militar de
Policia deste Estado e actualmente residen-
te nesta Cidade, cujo contracto elles contrac-
tantes assistiram, outorgaram e assignam
com as testemunhas, indo o mesmo sem sellos
e impostos em virtude da Lei Estadoal e
da execução da Municipalidade por força
desta mesma escriptura. Eu Franklin Fi-
gueira Lessa, escrevente juramentado escrevi. Eu
Constantino José de Sá, Tabellião interino a sub-
crevi e assigno em publico e raso. Em test.º esta-
va (o signal publico) da verdade. Constantino
José de Sá. Em tempo: Valle a entre linha ao ver-
so, dez por cento 10 %. Eu Constantino José de
Sá, Tabellião interino subscrevi e assigno em
publico e raso. Em test.º estava (o signal publico)
da verdade. Constantino José de Sá. (a) José Gies-
ta, José Cupertino Figueira Leite, Calixto
de Azevedo, Lafayette Padilha. Era o que con-
tinha em a dita escriptura que se acha lavra-
da no livro nº 15 á folhas 18 v. á 22 v., que fiel-
mente para aqui trasladei hoje 12 de Maio, con-
feri e dou fé estar conforme ao original, em
poder e cartorio ao qual me reporto. Eu
Constantino José de Sá, Tabellião interino es-
crevi e assigno em publico e raso.

Em test.º [illegible] da verdade

Moreno [illegible] 12 de Maio de 1920

Constantino José de Sá